UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

PEDRO AFONSO CRISTOVÃO DOS SANTOS

**Cobiçando o Amazonas: erudição histórica e diplomacia na
questão de limites entre Brasil e França no Segundo Reinado
(1858-1863)**

São Paulo
2014

PEDRO AFONSO CRISTOVÃO DOS SANTOS

Cobiçando o Amazonas: erudição histórica e diplomacia na questão de limites entre Brasil e França no Segundo Reinado (1858-1863)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social
Orientador: Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti

São Paulo

2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL E PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-mail para contato: pedroafonsocs@gmail.com

FOLHA DE APROVAÇÃO

Pedro Afonso Cristovão dos Santos

Cobiçando o Amazonas: erudição histórica e diplomacia na questão de limites entre Brasil e França no Segundo Reinado (1858-1863)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Georges Duby, no livro *L'Europe au Moyen-Âge*, tem uma expressão para definir a vida nos monastérios medievais, marcada pelo isolamento das celas e do restante do mundo, entretanto vivida em comunidade pelos monges: "A solidão se vive em grupo" ("La solitude se vit en groupe"). O trabalho acadêmico, embora bem menos divino e elevado que o dos monges beneditinos, é o da solidão da pesquisa, vivida em companhia daqueles sem os quais ela seria impossível.

Para mim, em primeiro lugar minha família. Meus irmãos Raul, Amália e Maria Luiza, e sobretudo meus pais, Raul e Sylvia, que incutiram em nós o valor do estudo e, principalmente, de pensar o país em que vivemos. Peço-lhes desculpas pelo isolamento às vezes excessivo, e por nunca ter conseguido explicar direito o que é que eu afinal tanto estudava.

Os amigos foram igualmente indispensáveis: Roberto Pereira Silva e Paulo Ferraz Camargo de Oliveira, conhecedores da trajetória desde a graduação, excepcionais nas suas leituras e conversas. Esdras Cardoso de Paiva, sempre trazendo um muito bem-vindo descanso para a rotina de estudos. Gabriel Rossini e Lidianne Soares Rodrigues, leitores do trabalho em estágio inicial (merecem minhas sinceras desculpas por isso), colegas de estudo. Thiago Lima Nicodemo, também sempre disposto a ouvir minhas dúvidas. Maicon Vinícius Carrijo, a quem mais de uma vez importunei pedindo ajuda, prontamente disponibilizada. Ao colega Mateus Henrique de Faria Pereira, pela parceria que muito me tem ensinado. E Luccas Aurelio Bracco Suarez, o único que conhece minha trajetória acadêmica inteira, desde que éramos colegas de pré-escola.

Às professoras Raquel Glezer e Íris Kantor, que me proporcionaram um excelente exame de qualificação, fundamental para que corrigisse os rumos da pesquisa.

Ao meu orientador, prof. Paulo Texeira Iumatti, que desde a graduação me oferece um modelo de rigor e conduta acadêmica, sempre disponível, interessado e questionador, sem jamais deixar de me dar liberdade para fazer minhas escolhas.

Aos funcionários das bibliotecas da FFLCH e do IEB, na USP, e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, fundamentais para o trabalho.

À Fapesp, pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

SANTOS, P. A. C. **Cobiçando o Amazonas: erudição histórica e diplomacia na questão de limites entre Brasil e França no Segundo Reinado (1858-1863)**. 305 fl. 2014. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

Este trabalho estuda a disputa entre Brasil e França sobre a exata delimitação da fronteira entre o Império brasileiro e a Guiana Francesa no Segundo Reinado. Esta querela, só resolvida na República, transformou-se a partir da década de 1840 numa questão de erudição histórico-geográfica, a partir da concordância entre as partes de que a definição da fronteira dependia da correta interpretação do tratado diplomático que a havia estipulado, o Tratado de Utrecht de 1713. O fim de uma rodada de negociações entre os governos, em 1856, transferiu a questão para a esfera pública, tornando-a objeto de publicações em periódicos, obras de história, e debates em sociedades letradas. No Brasil, no final da década de 1850, início da de 1860, duas respostas à questão foram tentadas, as de Joaquim Caetano da Silva (1810-1873) e Alexandre José de Melo Morais (1816-1882): enquanto o primeiro teve seu trabalho considerado modelo de erudição, o segundo foi visto apenas como um compilador, e sua obra entendida como fonte para outros estudiosos. Esta questão, enquanto debate erudito, revela muito sobre os procedimentos metodológicos que a historiografia oitocentista brasileira conhecia, e as diferenças entre as respostas dos dois autores citados iluminam a variedade de possibilidades de escrita da história naquele contexto.

Palavras-chave: historiografia, erudição histórica, questões de limites, Joaquim Caetano da Silva, Alexandre José de Melo Morais.

ABSTRACT

SANTOS, P. A. C. **Coveting the Amazon: historical scholarship and diplomacy on the question of boundaries between Brazil and France in the Second Empire (1858-1863)**. 305 fl. 2014. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

This work studies the dispute between Brazil and France regarding the delimitation of the exact frontier of the Brazilian empire with the French Guiana during the reign of D. Pedro II. This contend, only solved in Brazil's Republican period, became in the beginning of the 1840's a question of historical and geographical erudition, since both parties agreed that the definition of the frontier depended upon the correct interpretation of the diplomatic treaty that had stipulated the limits, the Treaty of Utrecht of 1713. The end of a round of negotiations between both countries, in 1856, transferred the dispute to the public sphere, making it an object of publications in periodicals, historical works, and of debates in literary societies. In Brazil, at the end of the 1850's, beginning of the 1860's, two answers to the problem were proposed, one by Joaquim Caetano da Silva (1810-1873), the other by Alexandre José de Melo Morais (1816-1882): while the work of the former was regarded as a model of erudition, the latter was seen as a compiler, and his work as only a source for others. This question, as an erudite debate, shows a lot about the methodological procedures known by the Brazilian historiography of the 1800's, and the differences between the two authors mentioned illuminate the variety of possibilities of historical writing in that context.

Keywords: historiography, historical erudition, frontiers, Joaquim Caetano da Silva, Alexandre José de Melo Morais.

Sumário

CAPÍTULO 1: *A questão de limites com a Guiana Francesa na década de 1850*

Introdução.....	p. 11
Melo Moraes e Joaquim Caetano na história da historiografia brasileira.....	p. 23
A questão de limites Brasil-França.....	p. 35
A emergência de um subgênero da historiografia: as questões de limites.....	p. 49
Erudição histórica.....	p. 58
As negociações entre Brasil e França (1855-56) debate erudito e diplomático.....	p. 72

CAPÍTULO 2: *Coleção, compilação e escrita da história: Melo Moraes*

O médico historiador.....	p. 97
Melo Moraes e Inácio Accioli.....	p. 99
O Conselheiro Drummond.....	p. 105
Melo Moraes e a questão do Oiapoque nos dois primeiros tomos da <i>Corografia histórica</i>	p. 118
As transcrições: as memórias sobre a questão.....	p. 129
A concepção de história de Melo Moraes: sua recepção no IHGB.....	p. 139
Melo Moraes lido no IHGB: um parecer, uma questão de plágio.....	p. 141
O compilador e o historiador: o debate entre Abreu e Lima e Varnhagen.....	p. 146
A estrutura do <i>Compêndio</i> : uma compilação.....	p. 148
A questão do plágio.....	p. 155
Melo Moraes como editor de textos históricos.....	p. 166
Melo Moraes como compilador.....	p. 172
O fim da polêmica no IHGB.....	p. 179
Melo Moraes, erudição e história.....	p. 182

CAPÍTULO 3: *Questões de limites, história e diplomacia: Joaquim Caetano da Silva*

Joaquim Caetano da Silva: apontamentos biográficos.....	p. 189
Joaquim Caetano no serviço diplomático.....	p. 190
Joaquim Caetano e a questão de limites do Norte.....	p. 193

A memória de 1851.....	p. 204
A "onividência de Deus": a argumentação de Joaquim Caetano na "Memória"...	
p. 209	
A argumentação positiva.....	p. 215
<i>L'Oyapoc et l'Amazone</i> (1861-63): o debate imediato com Saint-Quentin e d'Avezac....	
p. 219	
<i>L'Oyapoc et l'Amazone</i> : as conclusões de Joaquim Caetano.....	p. 233
<i>L'Oyapoc</i> : a parte histórica.....	p. 235
La Condamine.....	p. 238
D'Avezac.....	p. 243
O segundo tomo: os "títulos" e a proeminência dos documentos oficiais sobre os mapas.....	p. 257
A argumentação por "títulos" no segundo tomo de <i>L'Oyapoc et l'Amazone</i>	p. 258
 Conclusão	 p. 273
 Bibliografia	 p. 281
 Anexos	 p. 300

CAPÍTULO 1:

A questão de limites com a Guiana Francesa na década de 1850

Introdução

A presente tese estuda a erudição na historiografia oitocentista brasileira, especificamente no período do Segundo Reinado. Optamos por abordar o tema a partir de um dos espaços nos quais a erudição poderia se manifestar, a saber, a resolução de questões específicas do conhecimento histórico, isto é, os textos ou momentos dentro de textos em que o autor dedicava-se à solução de alguma dúvida existente sobre determinado ponto da história. Algumas das questões duvidosas assumiram importância política, e é uma destas que tomaremos como meio de acesso ao estudo da erudição: a questão de limites envolvendo o Império brasileiro e a França, na fronteira com a Guiana Francesa, a questão do Oiapoque como limite entre os dois territórios. Essa disputa diplomática, efetivamente só resolvida na República, em 1900, sob a ação do Barão do Rio Branco, ocupou os letrados e diplomatas brasileiros no Segundo Reinado, sobretudo em dois momentos: o início da década de 1840 e as décadas de 1850 e 1860, quando uma negociação bilateral entre Brasil e França realizada entre 1855 e 1856 terminou sem sucesso, e a questão foi, de certo modo, transferida para o terreno das letras, fazendo com que autores brasileiros e franceses se dedicassem ao tema em escritos eruditos. É desse momento um trabalho considerado como modelo de erudição pela bibliografia sobre a historiografia brasileira oitocentista: *L'Oyapoc et l'Amazonie. Question brésilienne et française*, publicado em dois tomos, 1861-63, de autoria de Joaquim Caetano da Silva (1810-1873), médico de formação, membro do IHGB e diplomata. De certa forma, o fato de questões como a do Oiapoque só terem sido resolvidas na República, e o papel que teria o Barão do Rio Branco nesta fase, bem como toda a dimensão que sua figura assumiu na diplomacia brasileira, acabaram por obliterar o trabalho desenvolvido ainda no Império.

Entretanto, as questões de limites no período imperial (que não se limitavam à da Guiana Francesa, mas envolviam outras fronteiras ao Norte, Oeste e Sul do país) eram preocupação constante nos autores de obras de história do Brasil daquele período. Eram questões eminentemente históricas, pois envolviam o estudo da ocupação dos territórios em litígio ao longo do tempo, o exame de cartas e documentos antigos sobre as regiões, e o estudo da história diplomática e dos tratados antigos. Assim, as questões de limites aparecem em um grande número de obras de história do período,¹ e veremos

¹ Obras díspares como os *Anais da Província de São Pedro*, do Visconde de São Leopoldo, Joaquim Feliciano Fernandes Pinheiro (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, 3a. edição, primeira edição em

na tese que muitas pesquisas realizadas por diplomatas brasileiros na Europa, a partir do final da década de 1830, início da de 1840, que remetiam cópias de documentos para o IHGB ou para o Ministério de Negócios Estrangeiros, eram motivadas pela busca de fontes para as questões de limites. Cada autor engajado nelas buscava, mais do que resolver uma questão erudita, firmar uma contribuição ao Império brasileiro por meio de argumentos que permitissem ao governo defender os direitos do Brasil nas disputas e garantir a integridade territorial do país, preocupação central na política do período. Estavam em jogo questões eruditas, mas também de prestígio pessoal e de serviço ao Império.

Parte de nossa tese consiste no estudo de formas de expressão da erudição em textos, ou momentos dentro de textos, eminentemente não-narrativos: textos organizados em parágrafos independentes, unidades em que cada ponto específico da questão duvidosa era discutido, ou momentos dentro de uma narrativa em que a sequência da mesma era interrompida, colocada em suspensão, para o tratamento das dúvidas. No segundo caso, havia preocupação com a economia do texto, em razão da interrupção da fluidez da narrativa. Narrativas também poderiam ser eruditas, certamente;² aventamos a hipótese, entretanto, de que os textos eruditos não-narrativos, textos de argumentação, traziam à luz procedimentos metodológicos que poderiam permanecer ocultos nas narrativas, para evitar prejuízo à fluidez do texto, ou para não cansar o leitor. O tratamento das *questões* envolvia o domínio de saberes específicos da escrita de estudos históricos: paleografia, diplomática, linguística, etimologia, entre outros. Assim, explicitavam a constituição dos fundamentos do saber histórico, que nas narrativas permanecia subsumida em benefício da economia do texto. De acordo com os preceitos da retórica, em suas regulações dos gêneros historiográficos (que estudaremos

dois volumes, 1819 e 1822), que dedica bastante atenção ao problema da delimitação das fronteiras no Sul do Império, ou o *Compêndio da História do Brasil* (Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1843), de José Inácio de Abreu e Lima, tem longas seções sobre os limites.

² A observação da bibliografia sobre a *História Geral do Brasil* de Varnhagen permite ver o estudo da erudição em uma narrativa histórica, como por exemplo em SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *A Reescrita da Tradição: A invenção historiográfica do documento na História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006. Dissertação de Mestrado; SILVA, Jussara Rodrigues da. *Épocas, notas e citações: a prática historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen na História Geral do Brasil (1854-1857; 1877)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil*”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, 2. 2ª edição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002, pp. 75-96; sobre a narrativa e o conhecimento histórico no Oitocentos, cf. também CEZAR, Temístocles. “Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX”. In: *História UNISINOS*, vol. 8, no. 10, jul/dez 2004.

neste primeiro capítulo), a preocupação com a fluidez da narrativa criava objeções à sua interrupção constante ou demasiado longa para o tratamento de pontos duvidosos. Por outro lado, enquanto textos argumentativos, os escritos eruditos a respeito das questões controversas também eram regulados por princípios de retórica, voltados para possibilitar ao autor a melhor disposição dos seus argumentos, de modo que os mais fortes aparecessem em toda a sua capacidade de persuasão, e os mais fracos tivessem suas limitações escondidas.

A bibliografia sobre a historiografia oitocentista brasileira já produziu trabalhos notáveis sobre a contribuição daquela historiografia à constituição do Estado nacional brasileiro, por meio da construção de uma identidade nacional.³ Gostaríamos de assinalar aqui uma faceta daquela contribuição que não pretendemos chamar de mais direta, ou prática, ou material, pois a consciência nacional pode ser um fator de tanta eficácia quanto uma porção de território. No entanto, as *questões de limites* colocavam os letrados brasileiros em diálogo imediato com as negociações do Império para manter seu território, e se tornaram inescapáveis aos autores de estudos históricos do período, quer estivessem próximos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, podendo influir na elaboração de suas políticas, ou distantes, escrevendo para os brasileiros em geral. Por conta do formato em que aquelas questões eram discutidas, esses trabalhos são, acredito, importantes espaços para a manifestação das concepções de método que a historiografia brasileira possuía. Uma análise dessa historiografia voltada para a compreensão de pontos como a crítica documental, a pesquisa arquivística, os fundamentos da construção dos fatos a partir das fontes na historiografia oitocentista brasileira, tem nas *questões de limites* fontes de grande importância. Nosso trabalho compartilha da visão defendida em alguns estudos recentes de historiografia brasileira, que enfatiza as continuidades entre os estudos históricos oitocentistas e a tradição historiográfica luso-brasileira dos dois séculos precedentes.⁴ Isto é, a produção das

³ Como GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o *IHGB* e o projeto de uma História nacional". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Nº. 01, p. 15, jan. 1988; e, do autor, *Historiografia e Nação no Brasil 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições Anpuh; outros exemplos em ALMEIDA, Carlos Eduardo de. *Entre o próprio e o alheio: a construção literária da nação brasileira*. São Paulo: Ômega Editora, 2007; SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – Projetos de narrativa instituinte*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1992; WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁴ Por exemplo, DIAS, Fabiana. "Da Gênese do Campo Historiográfico: Erudição e Pragmatismo nas Associações Literárias dos Séculos XVIII e XIX". *Revista de Teoria da História*, Ano 2, Número 4, dezembro/2010, Universidade Federal de Goiás, p. 18-33; e SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *A Reescrita da Tradição: A invenção historiográfica do documento na História Geral do Brasil de*

academias setecentistas, e todo o desenvolvimento das práticas eruditas em Portugal, em especial no século XVIII, ajudam a compreender os textos produzidos para as *questões* no Brasil oitocentista, em particular os gêneros historiográficos em que se inserem (especialmente o gênero *memórias*) e a própria noção das *questões* enquanto programa a ser desenvolvido, mormente sob a forma de debates, reproduzindo a dinâmica das ditas academias.

Herdando suas fronteiras das possessões portuguesas, o Brasil independente recebeu também as disputas por territórios limítrofes com os países vizinhos nas quais o Império português na América esteve engajado. Considerando que a diplomacia foi a via primordial para a resolução destas disputas, o estabelecimento de quem tinha direito às regiões em litígio se deu comumente em debates em que a argumentação histórica se fez necessária, sobretudo para demonstração da ocupação do território, ou de quem tinha precedência histórica no local. A questão de limites que estudaremos, entre o Império brasileiro e a França pela fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, assume particularmente um caráter de disputa erudita a partir do momento, no início da década de 1840, em que se acorda que a fronteira será definida a partir da interpretação do tratado diplomático que a havia delimitado: o Tratado de Utrecht de 1713. Deste ponto em diante, tornou-se uma questão, na visão dos contendores, de hermenêutica, de tentativa de compreender o que os negociadores que firmaram aquele tratado tinham em mente no início do século XVIII. Essa compreensão seria atingida pela crítica dos documentos da época, notadamente documentos oficiais dos governos português e francês, mapas (especialmente) e relatos de viagem e descrições da região feitos por testemunhas oculares.

Por conseguinte, o estudo dessa questão se apresenta como uma via para a investigação dos métodos de crítica documental e argumentação historiográfica do período, bem como para uma aproximação da noção de hermenêutica na época. Entretanto, como também tem sido apontado pela história da historiografia brasileira, o Oitocentos não nos mostra uma concepção monolítica do fazer historiográfico; antes, se

Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857), *op. cit.*, e, da mesma autora, “A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da historiografia das belas letras à história nacional: breve análise histórica”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 114-138. Sobre as academias, Cf. KANTOR, Íris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004; e MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico*. Coimbra: Minerva, 2004.

assemelha a um conjunto de concepções divergentes, em disputa.⁵ A questão da Guiana, conforme veremos, acaba por permitir o vislumbre de parte dessa variedade de concepções ao deixar de ser uma negociação diplomática a portas fechadas entre Brasil e França e se tornar um debate público, com a publicação dos protocolos das negociações ocorridas entre os dois países em 1855-56 (explicaremos com detalhe mais à frente). O caso, de grande interesse para o Império, passa à imprensa e ao domínio das sociedades literárias. No Brasil, naquele momento, duas defesas da interpretação brasileira da questão vem à tona, bastante diferentes entre si: a de um membro do IHGB e diplomata, Joaquim Caetano da Silva, que garante para si a exclusividade no tratamento da questão dentro do Instituto, e recebe autorização do governo para elaborar um trabalho de resposta à interpretação francesa; e a de um particular, Alexandre José de Melo Moraes, médico de profissão, de fora do IHGB, praticante da historiografia por conta própria (financiando suas próprias publicações) e colecionador de documentos antigos e livros raros, que obteve grande parte de seu acervo de um diplomata brasileiro que havia se dedicado à questão da Guiana na década de 1840. Um contraste entre a produção de um funcionário imperial, erudito de sociedades literárias, dedicando-se a questões pontuais, específicas, e servindo-se dos arquivos oficiais; e um colecionador, autor de obras gerais, porém fragmentárias, na medida em que eram escritas a partir de seu acervo pessoal, e expunham a irregularidade desse acervo. O primeiro, vendo-se parte de um projeto coletivo de escrita da história, no qual a cada integrante cabia contribuir com algum assunto específico; o segundo, construindo um projeto pessoal, que vai assoberbando-o pela magnitude, tornando-o cada vez mais desesperado para dar vazão a seu arquivo, para salvar das "ruínas", como dizia, os registros da história do Brasil que se perdiam.

Embora a discussão tenha se tornado um debate público, escrever sobre o tema dependia do acesso às fontes que permitissem uma abordagem histórica à questão. Por isso, o estudo destes dois autores, Joaquim Caetano e Melo Moraes, nos mostrará um conjunto de trajetórias cruzadas que inclui especialmente diplomatas e políticos que, ou

⁵ Como escreve Manoel Luiz Salgado Guimarães, na apresentação de uma coletânea de textos oitocentistas sobre escrita da história do/no Brasil: "O conjunto aqui apresentado nos permite visualizar uma interessante disputa em torno do passado desejado para a nação brasileira e das formas necessárias para uma adequada escrita da história nacional. Pela leitura desses textos, percebe-se que tal momento foi marcado por tensões e disputas, já que não se havia afirmado ainda um modelo canônico para a escrita da história; dessa forma, viria a se constituir uma memória que tenderia a apagar esse momento, a fim de consagrar a lembrança de um modelo único e coeso para a escrita da história oitocentista no Brasil". Em suma, trata-se de um momento caracterizado por "um debate que se travava sem que o vencedor estivesse definido a priori" (GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 10 e p. 11, respectivamente).

trataram da questão, ou coletaram documentos históricos a partir dos quais o problema poderia ser estudado. O mais notável dentre estes é o Conselheiro de Estado Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond (1794-1874), que estudaremos em particular. Embora não fosse autor de estudos históricos, seu papel na historiografia oitocentista brasileira é relevante, pois foi um dos principais diplomatas empenhados em coletar documentos na Europa, abastecendo com eles o arquivo do IHGB, do qual fazia parte, e estimulando o engajamento neste trabalho de pessoas que julgava habilitadas para tal - como fez com um jovem Francisco Adolfo de Varnhagen no final da década de 1830, conforme veremos. Drummond foi uma importante ponte entre os arquivos europeus e o IHGB, e tornou-se ainda amigo pessoal de Melo Moraes, legando a este grande parte de seu acervo particular de documentos históricos e obras raras. Também com o auxílio de Drummond, Joaquim Caetano da Silva obteve em Lisboa importantes documentos para a elaboração de sua defesa da interpretação brasileira da questão do Oiapoque. Estas trajetórias, embora interligadas, não permitem constituir os letrados que estudamos como um grupo cultural⁶ passível de uma análise prosopográfica. Suas trajetórias também não são vistas aqui como exemplares ou, seu oposto, excepcionais. Buscamos, efetivamente, contribuir para a reconstituição de um contexto histórico que abriu espaço para que uma produção erudita pudesse servir de auxílio ao Império numa questão relevante de política internacional. Desse modo, as trajetórias estudadas, em especial a dos dois autores em foco (Melo Moraes e Joaquim Caetano), são surpreendidas no momento em que se lançam à resolução da questão do Oiapoque, no fim da década de 1850. Este lançar-se articula-se aos projetos pessoais de cada autor, que procuraremos investigar, sem contudo mostrá-los como consequência necessária e coerente de suas trajetórias.⁷ Com efeito, a ideia de tentar reconstituir o contexto de circulação da e acesso à documentação, da participação dos indivíduos nas instituições que acolhiam a pesquisa histórica, e de suas estratégias de habilitação à escrita da história é voltada justamente para destacar as escolhas, as interdições e a margem de liberdade que possuíam os autores naquele momento.

Quando falamos no *contexto de circulação da e acesso à documentação*, nos referimos aos arquivos públicos, colecionadores particulares e instituições guardadoras

⁶ Na acepção de Raymond Williams em "O Círculo de Bloomsbury". *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

⁷ No sentido da vida como "um conjunto coerente e orientado" apontado por Pierre Bourdieu; BOURDIEU, Pierre. "A Ilusão Biográfica". FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 184.

de documentação, cujo acesso fornecia as fontes que permitiam o engajamento nas questões históricas. A *participação dos indivíduos nas instituições que acolhiam a pesquisa histórica* diz respeito principalmente, como veremos na pesquisa, à relação de Melo Moraes e Joaquim Caetano com duas sociedades literárias: o IHGB, de cujo arquivo se serviu Melo Moraes, que por um momento foi cogitado para sócio no Instituto, entrando porém em conflito com a instituição após receber parecer negativo sobre obra de sua autoria, e onde Joaquim Caetano afirmou-se como engajado na questão do Oiapoque; e a Sociedade de Geografia de Paris, de onde partiria a mais forte defesa da interpretação francesa da questão, e onde Joaquim Caetano (sócio da instituição) começaria a mostrar, em conferências, as primeiras partes de sua grande obra sobre a questão, *L'Oyapoc et l'Amazonie*. As *estratégias de habilitação à escrita da história* em Melo Moraes e Joaquim Caetano referem-se à forma como o primeiro, em diferentes publicações, reforça uma posição de autoridade em história do Brasil que criou para si próprio através da constante referência ao acervo pessoal de documentos e obras raras que amalhara, ao longo de muitos anos e com grande gasto de dinheiro, tempo e energia; em Joaquim Caetano, é a forma como assumiu para si a questão do Oiapoque, primeiro dentro do IHGB, depois no serviço diplomático do Império.

Assim, nosso estudo procura reunir alguns elementos para a compreensão do acesso às condições para a escrita da história no Brasil oitocentista. Condições restritas à elite sócio-econômica da época, dentro da qual uma fração dessa elite, no caso dos dois autores que estudamos, médicos, de profissionais liberais, com formação na cultura retórica de seu tempo. No caso de Joaquim Caetano, em particular, conforme estudaremos, formação realizada na França, na Faculdade de Medicina de Montpellier, que o fazia conhecer muito bem a cultura de seus adversários na questão do Oiapoque. Uma cultura profundamente admirada no Brasil naquele momento, e observaremos na tese que a disputa territorial se dá dentro de um conjunto de intercâmbios culturais entre Brasil e França, com correspondência entre autores e sociedades letradas.

O esclarecimento de questões duvidosas e o estabelecimento de uma narrativa factual sólida para a história do Brasil eram preocupações presentes desde o início do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. Um tema recorrente nos debates dos primeiros anos do IHGB, como abordaremos neste primeiro capítulo, era a necessidade de purgar a história do Brasil dos equívocos existentes sobretudo nos autores estrangeiros que haviam escrito sobre essa história. A questão com a Guiana Francesa era especialmente cara à historiografia, pois se tratava de interpretar o tratado

que havia definido a fronteira, o Tratado de Utrecht de 1713, que estabelecera como limite um rio conhecido por dois nomes: Oiapoque ou de Vicente Pinzón, em referência ao descobridor espanhol, primeiro europeu a conhecer a região. O caso se apresentou, para letrados brasileiros e franceses, como uma questão a ser resolvida por meio de uma interpretação histórica do texto diplomático: isto é, importava saber qual rio tinham em mente os negociadores de Utrecht, em 1713, quando redigiram o acordo. Tratava-se de voltar àquele contexto, fazer reviver a geografia e a hidrotoponímia (a nomenclatura dos rios) da época, para descobrir à qual rio, entre os muitos da região, o Tratado se referia. O caminho para atingir esse objetivo envolvia recuperar as cartas geográficas antigas, os relatos de viagem e descrições da região anteriores ao Tratado de Utrecht, para reconstituir as noções da época. Além disso, fazia-se necessário reconstituir o contexto das próprias negociações do Tratado, pois era preciso entender, além de sua letra, seu "espírito", como brasileiros e franceses destacaram, isto é, as intenções dos negociadores em 1713.

Por conseguinte, a resposta para a questão vinha da erudição histórica. Além de estabelecer a narrativa factual adequada à história da região Norte do Brasil, a solução para a questão determinaria o destino de um território de tamanho considerável, conhecido como *terras do Cabo do Norte* (em torno de 260.000 km², ou o que grosso modo corresponde hoje ao estado do Amapá), e, o que era visto como o mais importante naquele momento, a possibilidade de acesso, pelos franceses, do rio Amazonas, e consequentemente de todo o comércio na América do Sul a partir desse rio. A questão da fronteira ligava-se, por conseguinte, a outra de notória importância no Segundo Reinado: o problema da livre navegação do rio Amazonas. Não por acaso, o representante brasileiro nas negociações com a França em 1855-56 foi um dos políticos mais importantes do período, Paulino José Soares de Souza (1807-1866), desde 1854 Visconde do Uruguai, e que logo antes fora ministro dos Negócios Estrangeiros, e defensor do adiamento, até onde fosse possível, da liberação da navegação no Amazonas (como era do entendimento dos conservadores, ao contrário dos liberais, favoráveis à abertura do rio). Paulino teve de apresentar uma argumentação erudita profunda nas negociações com o Barão Charles-Adrien His de Butenval (1809-1883), plenipotenciário francês, para a defesa dos interesses brasileiros. E isto porque, como o próprio Paulino expressaria, em uma das conferências de negociação em Paris (que veremos com mais detalhe na tese), não era possível resolver a delimitação daquela fronteira pelo mesmo princípio que o Brasil vinha utilizando nas negociações de

fronteiras no Sul (por cuja participação, inclusive, Paulino obteve seu título de Visconde do Uruguai), qual seja, o princípio baseado na ocupação do território (*uti possidetis*), marca da diplomacia luso-brasileira desde o século XVIII, sob Alexandre de Gusmão (1695-1753). No caso da fronteira nortista, apontou Paulino, "não se trata de um direito proveniente de ocupação, mas de um que se pode derivar de um Tratado".⁸

A argumentação erudita para a defesa da interpretação que os brasileiros tinham do Tratado de Utrecht deveria ser sólida, ainda mais tendo em vista quem estava do outro lado. É recorrente nos escritos sobre a disputa com a França a percepção entre os brasileiros de que se tratava de um embate entre uma grande potência e um país jovem e sem importância no contexto internacional. O receio de que os franceses pudessem recorrer à força para garantir a posse do território também existia, e deixava os brasileiros com a visão de que eles só contavam com o direito, que portanto deveria ser minuciosamente esclarecido. O problema também se ligava, nesse ponto, a outras questões enfrentadas pelo Império naquele período, especialmente as idas e vindas do relacionamento do Brasil com a Inglaterra. Pois, pelo Tratado de Utrecht de 1713, reafirmado, como veremos, pelo Congresso de Viena em 1815, a Grã-Bretanha era garante do acordo, isto é, deveria fazê-lo valer. Entretanto, nos dois momentos em que a questão é retomada, no início da década de 1840 e nas negociações de 1855-56, os brasileiros tinham razões para descrever o envolvimento inglês: na década de 1840 a indisposição viria dos desentendimentos entre Brasil e Inglaterra por conta do tráfico negreiro; em 1855-56, os brasileiros entendiam que a Inglaterra não se colocaria contra a França em razão dos dois países serem então aliados em um conflito importante na Europa, a Guerra da Crimeia (1853-56), na qual ambos tentavam impedir o avanço do Império Russo sobre o Império Otomano. Por esses motivos, o Brasil não se julgava em condições de conseguir uma aliança efetiva com a Grã-Bretanha para contrabalançar o poder militar e político da grande potência com a qual disputava território, a França. A própria relação com a França é um ponto importante para o entendimento dos escritos sobre a questão de limites, pois os brasileiros alternam a preocupação e mesmo um certo sentimento de injustiça na disputa com a "grande potência" França, com uma admiração pela cultura daquele país, traduzida na esperança de ver o caso resolvido pela

⁸ "Mais le plénipotentiaire brésilien fera observer qu'il ne s'agit pas d'un droit provenant d'occupation, mais de celui qui peut dériver d'un Traité" (*Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1857. Limites com a Guyana Francesa. Protocolos das conferências havidas na Corte de Paris entre os plenipotenciários do Brasil e de França para a determinação daquelles limites*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857, p. 123). Todas as traduções de minha autoria.

diplomacia e pela razão, sem uso da força. A ambiguidade se mostra bastante clara na imagem que os brasileiros faziam do ministro dos Estrangeiros da França responsável pelo questionamento dos direitos brasileiros na década de 1840, que colocou em dúvida o limite afirmado no Tratado de Utrecht: François Guizot (1787-1874). Quando escreviam sobre a questão, os brasileiros atribuíam a Guizot quase que uma tentativa de usurpação de direitos consagrados no Direito Público europeu, ao abrir negociações sobre um limite que estava dado em tratado aceito pelas potências europeias. Entretanto, Guizot também gozava de grande prestígio como homem de letras junto aos brasileiros; sua leitura teve impacto, por exemplo, sobre o próprio Paulino José Soares de Souza no período que este passou na França, aparecendo em suas ideias sobre a organização do Estado no *Ensaio geral de direito administrativo*, como apontou José Murilo de Carvalho.⁹

Os principais trabalhos de erudição histórica voltados para a questão apareceram após o término das negociações entre o Visconde do Uruguai e o Barão de Butenval, em julho de 1856. Os escritos então produzidos surgiram em ambientes letrados, mas sob a expectativa de uma retomada das negociações, nas quais os próprios autores dos trabalhos (tanto do lado brasileiro como do francês) podiam esperar ser chamados por seus governos para participar. Em 1857, o geógrafo francês Marie-Armand Pascal d'Avezac (1800-1875) apresentou uma resenha do primeiro volume da *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), publicado em 1854, para a qual ficara incumbido pela Sociedade de Geografia de Paris, da qual fazia parte. Sua resenha continha críticas à obra, mas aproveitava a ocasião para fazer uma extensa defesa dos direitos franceses ao Cabo do Norte, a região em litígio. Varnhagen respondeu às críticas, mas deixou a questão de limites para seu amigo, o também diplomata brasileiro na Europa, Joaquim Caetano da Silva, engajado publicamente na questão desde 1851, quando leu memória a respeito no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na presença do Imperador D. Pedro II. O Imperador convenceu-se da capacidade de Joaquim Caetano para lidar com o assunto, e empregou-o no serviço diplomático do Império, locado na Haia, Holanda, mas passando antes por Portugal para coletar documentos relativos à questão do Oiapoque. Assumindo a tarefa de responder a d'Avezac, Joaquim Caetano começou a trabalhar em sua réplica em 1857. No mesmo ano, foram publicados no Brasil, como anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios

⁹ Cf. a introdução em CARVALHO, José Murilo de (org. e introdução). *Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.

Estrangeiros, os protocolos das conferências entre o Visconde de Uruguai e o Barão de Butenval, no original em francês. No ano seguinte, 1858, Joaquim Caetano começou a ler sua resposta a d'Avezac em conferências na própria Sociedade de Geografia de Paris, da qual também era membro.

No Brasil, foi publicado no mesmo ano de 1858 o primeiro tomo da *Corografia histórica* de Alexandre José de Melo Moraes (1816-1882), que na parte final tratava das questões de limites do Império, dedicando maior espaço à fronteira com a Guiana Francesa - os protocolos das negociações serviram de fonte para duras críticas de Melo Moraes ao procedimento do Visconde do Uruguai nas negociações. Também em 1858 foi reimpressa memória de 1850 do militar francês Alfred de Saint-Quentin (que servira na Guiana) sobre o assunto; o autor estava cotado para representar a França em nova rodada de negociações, que acabou não ocorrendo. Joaquim Caetano pediu ao imperador D. Pedro II que postergasse o início de novas negociações até que pudesse terminar sua obra completa sobre a questão (havia lido apenas o início dela na Sociedade de Geografia de Paris); e que, se o governo brasileiro se engajasse em negociações, o Imperador escolhesse ele, Joaquim Caetano, como representante brasileiro.¹⁰ Em 1859 sai o tomo II da *Corografia* de Melo Moraes, ainda tratando, nas suas primeiras seções, da questão com a Guiana Francesa. A obra completa de Joaquim Caetano sobre a questão só teria seu primeiro volume publicado dois anos depois, em 1861, com o segundo saindo em 1863 (e somente graças à ajuda de D. Pedro II). Nesse mesmo ano, 1863, saiu o quinto e último volume da *Corografia* de Melo Moraes. O autor não conseguiu dar prosseguimento à publicação, por conta da falta de subscritores. Conseguiria, posteriormente, um subscrição do governo que lhe permitiria continuá-la, mas o auxílio, mesmo estabelecido em decreto, jamais foi posto em prática. Melo Moraes, em periódico de história que publicava, intitulado *Brasil Histórico*, culpava as críticas que fez ao Visconde do Uruguai nas negociações com a França como o motivo da indisposição do governo em realizar a subscrição à sua obra.

As tentativas de resolução da questão do limite com a Guiana Francesa por Melo Moraes e Joaquim Caetano da Silva são, entretanto, bastante diferentes, e expõem formas de escrita da história distintas existentes no Segundo Reinado. Melo Moraes expõe sua argumentação em favor dos direitos brasileiros em meio a textos de terceiros que compila a respeito da questão (entre eles, a memória do próprio Joaquim Caetano

¹⁰ Cf. BRAGANÇA, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. “Joaquim Caetano da Silva. Contatos com D. Pedro II”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 240, 1958, pp. 84-91.

lida no IHGB em 1851). Joaquim Caetano elabora sua argumentação por meio de conferências em que examina o histórico das ocupações da região em litígio, os documentos históricos que poderiam servir para elucidar o contexto do Tratado de Utrecht, e as diferentes interpretações dadas a esse Tratado, visando destruir as versões francesas. A contribuição de Melo Moraes à questão, que este julgava decisiva em favor do Império brasileiro, insere-se numa obra mais ampla de história geral do Brasil (inconclusa, como dissemos), a *Corografia histórica*, articulada toda ela nessa estrutura que entrecruza textos de autoria de Melo Moraes com memórias e documentos históricos de terceiros. A alternância dos textos é por vezes confusa, sem uma delimitação clara, o que levaria Melo Moraes a uma acusação de plágio dentro do IHGB. O escrito de Joaquim Caetano, celebrado posteriormente como um modelo de trabalho erudito, segue a linha dos (poucos) outros trabalhos desse autor, em geral conferências, organizadas em parágrafos, e voltadas para a solução de problemas específicos de história, mostrando grande conhecimento das fontes, capacidade de interpretá-las e domínio de saberes úteis a esse tipo de análise, em especial o de línguas modernas e antigas.

Nossa análise deste momento específico do debate entre Brasil e França a respeito da fronteira do Império com a Guiana Francesa se fixará nestas duas tentativas de resposta à questão, ambas julgadas adequadas por seus autores, conquanto fossem extremamente diferentes.¹¹ Para entendê-las, é necessária uma imersão nas concepções de escrita da história de Melo Moraes e Joaquim Caetano da Silva, reveladoras das formas de apresentação da erudição histórica naquele momento. Esta erudição, tanto do lado brasileiro como do lado francês, se mostrará fortemente ligada a finalidades específicas e a um sentido de utilidade. Malgrado declarações dos próprios autores, e algumas caracterizações que veremos a seguir de seus comentadores a respeito do "desinteresse" como marca dos eruditos, esta era uma erudição com consequências

¹¹ No momento do debate ao qual nos dedicamos, isto é, após a publicação dos protocolos das negociações de 1855-56 e da resenha de d'Avezac, ambos em 1857, as respostas de Melo Moraes e Joaquim Caetano da Silva parecem ser as únicas a vir a público no Brasil. É o que consta no *Catálogo da exposição de história do Brasil* / introdução de José Honório Rodrigues; apresentação de B.F. Ramiz Galvão. Ed. Fac-similada. Brasília, Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília, c. 1981, seção sobre as questões de limites com a Guiana Francesa, tomo I, p. 910-917. Algumas memórias específicas parecem ter circulado no âmbito da diplomacia, sem serem publicadas; todavia, não configuravam respostas, de fato, à questão do Oiapoque, apenas levantamento de informações e subsídios (cf. os documentos sobre os limites com a Guiana Francesa referentes ao diplomata Duarte da Ponte Ribeiro [1795-1878] no arquivo do Itamaraty no Rio de Janeiro, latas 276 e 277, cuja lista nos foi gentilmente passada por Cristiane Maria Marcelo, doutoranda pela UERJ). Como veremos, a reedição de *L'Oyapoc et l'Amazonie* no momento em que a disputa entre Brasil e França reacende, na última década do século XIX, mostra como Joaquim Caetano permanecera como a última palavra na argumentação brasileira sobre a questão.

práticas bastante claras, e engajada em questões de Estado. Nesse sentido, o estudo que empreendemos permite colocar em questão a visão crítica sobre a erudição que vinha do século XVIII, em particular do Iluminismo, condensada na *Enciclopédia*, e que se perpetuou, ao menos na França, no século XIX. Como aponta Manoel Luiz Salgado Guimarães, uma definição que articulou "erudição e conhecimento desinteressado, desprovido de finalidade e utilidade, critério fundamental ao qual as atividades humanas devem se subordinar nesta modernidade em construção".¹² Passaremos agora à caracterização que receberam Melo Moraes e Joaquim Caetano da Silva na história da historiografia brasileira, que viu o primeiro principalmente pela chave do colecionismo, e o segundo pela erudição desinteressada.

Melo Moraes e Joaquim Caetano na história da historiografia brasileira

Embora Melo Moraes e Joaquim Caetano tenham recebido poucos estudos pela história da historiografia brasileira, as menções a ambos são reveladoras do entendimento da distância entre suas formas de escrita da história. E são visões que não se alteram muito, desde o momento imediatamente posterior ao falecimento de ambos (Caetano em 1873, Melo em 1882). Capistrano de Abreu, escrevendo sobre Varnhagen em artigos publicados em 21, 22 e 23 de novembro de 1882, na *Gazeta de Notícias*, aponta a insuficiência da produção de Melo Moraes como historiador, bem como a potencialidade jamais concretizada plenamente do talento de Joaquim Caetano, ambos em comparação com o tema de seus artigos, o Visconde de Porto Seguro. Melo Moraes era, na visão de Capistrano, "um colecionador. Nos cinco volumes da *Corografia*, nos quatro do *Brasil Histórico*, na *História do Brasil Reino e Império*, na *História da Independência*, ele publicou muita coisa importante, porém alheia. O que lhe pertence é tão pouco, que não é fácil encontrar. É possível que na *Crônica*, agora anunciada, ele tenha mudado de sistema; entretanto, mesmo se tiver mudado radicalmente, ainda distará muito e muito de Varnhagen".¹³ Joaquim Caetano, por outro lado, era um dos dois únicos brasileiros que *poderiam* ter escrito uma história geral a rivalizar com a de Varnhagen, segundo Capistrano - o outro sendo João Francisco Lisboa. Joaquim Caetano reunia qualidades para a tarefa, "com sua perspicácia maravilhosa, com sua

¹² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX". *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 188.

¹³ ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos: crítica e história*, 1ª. série, 2ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 146.

lucidez de espírito, com seu gosto de minúcias, com seu estilo-álgebra, com seu saber inverossímil". Entretanto, como João Francisco Lisboa, Caetano não passou da potência ao ato: "Seriam dois belos livros [as histórias gerais de ambos], se fossem escritos".¹⁴

Vale acrescentar que ter chamado Melo Moraes de "coleccionador", nesse artigo, rendeu a Capistrano vigorosa campanha negativa do filho de Melo, na imprensa,¹⁵ denotando que o principal responsável pela memória do autor alagoano não queria ter diminuída a contribuição do pai aos estudos históricos brasileiros. O problema seria não reconhecê-lo como historiador propriamente dito. Estaria aí presente, talvez, uma rejeição, naquela época, ao saber antiquário, o saber dos "coleccionadores", ou ao menos sua exclusão da historiografia? Poderia Melo Moraes ser considerado um "antiquário", alguém que "[e]studava o que coleccionava", como afirma Arnaldo Momigliano a respeito de Claude de Peiresc (1580-1637), "o arquétipo de todos os antiquários"?¹⁶

Mas Capistrano de Abreu valorizava as contribuições de Melo Moraes, isto é, os documentos que tornou acessíveis em suas obras. Dois anos antes destes artigos sobre Varnhagen, Capistrano publicou, na *Gazeta de Notícias* de 30 de outubro de 1880, resenha da *Crônica Geral e Minuciosa do Brasil* (1879), de Melo. Na resenha, Capistrano valorizará, na produção de Melo Moraes como um todo, seu aspecto de edições de documentos, bem como as dificuldades envolvidas nesse processo. Novamente, Melo aparecerá para Capistrano como um coleccionador (na realidade, o primeiro no Brasil que "teve a ideia de coleção"), que disponibiliza, nos livros, seu rico acervo pessoal.

Destacando a grandeza que teria atingido, em um momento, a coleção de Melo Moraes, Capistrano aponta, a seguir, as dificuldades de se editar um texto. Idealmente, não deveria ser trabalho para um único indivíduo, ainda mais em uma sociedade com as características da brasileira; Capistrano menciona, como contraste, os casos da França e

¹⁴ ABREU, *Ensaio e Estudos: crítica e história*, 1ª. série, *op. cit.*, p. 137.

¹⁵ Cf. VIANA, Hélios. *Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico*. Rio de Janeiro: MEC, 1955 p. 21, e MENEZES, Raimundo de. *Capistrano de Abreu: um homem que estudou*. São Paulo: Melhoramentos, 1956, p. 36; Capistrano comentaria o episódio, anos depois, em carta de 24 de julho de 1920 a João Lúcio de Azevedo; ABREU, João Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, volume 2, edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977 p. 168.

¹⁶ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 87 e 86, respectivamente. Segundo José Honório Rodrigues, talvez apenas na obra *Patrimônio Territorial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro* (1881) "se possa mesmo dizer que (...) [Melo Moraes] não escreveu um livro porque possuía tais e tais documentos" (RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1965, p.104); no restante de sua obra, prevaleceria, pelo que escreve Rodrigues, a máxima de Momigliano para Claude de Peiresc.

da Inglaterra.¹⁷ Sem as mesmas condições no Brasil, Melo Moraes empreendeu um esforço eminentemente particular (embora, nisso, ao que parece, talvez tenha pesado também uma vontade de afirmar-se pessoalmente, de ter seu nome gravado na historiografia brasileira). Em suas diferentes obras, segundo Capistrano, encontraríamos as mesmas características gerais: “O seu novo livro *A Crônica Geral e Minuciosa do Brasil* tem as mesmas qualidades e defeitos de seus livros anteriores. A abundância de documentos é enorme: não os contamos, porém não temos dúvidas em calcular em mais de 100 os que há nas 160 páginas de que consta este primeiro fascículo”.¹⁸

A transcrição de documentos não equivaleria à erudição. Por isso, os pontos “em desacordo” que Capistrano diz ter com a *Crônica* são “quanto a fatos, quanto a datas, quanto a método”.¹⁹ As investigações e documentos aduzidos fazem da *Crônica* uma obra de valor, dentro do espírito da necessidade de divulgação de documentos, naquele momento, para a realização dos estudos históricos. O próprio Varnhagen fora valorizado por esse motivo por Capistrano, e a importância de suas contribuições nesse sentido ficaria estabelecido quando da publicação do *Catálogo da Exposição de história e geografia da Biblioteca Nacional*, em 1881. Na realidade, Varnhagen e Melo Moraes provavelmente entendiam que a transcrição de documentos era um meio de perpetuar suas obras, tornando sua leitura útil para futuros estudiosos, o que no *Catálogo* de 1881 vemos realizado. Nesse sentido, quando suas obras aparecem no *Catálogo* em função dos documentos que contêm, Varnhagen e Melo Moraes não se diferenciam dos autores das primeiras décadas do século XIX, considerados por muitos críticos como “cronistas”, e não como historiadores propriamente (veremos com mais vagar essa classificação adiante), justamente por transcreverem documentos em profusão. Observe-se, por exemplo, as entradas 5712, 5713 e 5714 do *Catálogo*: as duas primeiras são cartas de Mem de Sá, a última, cartas de Nóbrega, Anchieta e novamente Mem de Sá, com a indicação de suas localizações: a primeira na *História Geral* de Varnhagen, a segunda nos *Anais do Rio de Janeiro*, de Balthazar da Silva Lisboa (obra de 1834-35 caracterizada por extensas transcrições documentos), os últimos no *Brasil Histórico* de

¹⁷ “Na França e na Inglaterra, a impressão é mais barata, o círculo de leitores é mais largo, há sociedades que em suas *transaction* ou *compte-rendu*, fazem seriamente e com proveito o que aqui o Instituto Histórico imitou, ou antes quis imitar. Entretanto, mesmo lá o governo concorre para tais obras, e são bem conhecidos os *Documents inédits*, há muitos anos publicados pelo ministério da instrução pública na França, e a série de livros curiosos sobre a história do Reino Unido, dirigida pelo *Master of the Rolls*”. ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos, crítica e história*, 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, p. 166.

¹⁸ ABREU, *Ensaio e Estudos, crítica e história*, 4ª série, op. cit., p. 167.

¹⁹ ABREU, *Ensaio e Estudos, crítica e história*, 4ª série, op. cit., p. 167.

Melo Morais.²⁰ Desse modo, haveria na transcrição de documentos esse segundo aspecto, isto é, a função do documento transcrito numa obra historiográfica não se resumiria a corroborar uma afirmação do autor, ou comprovar um fato por este assinalado. Incluiria também garantir que a obra tornar-se-ia objeto de consulta por quem quisesse conhecer aquela fonte primária, possivelmente de difícil acesso, em algum arquivo distante, por exemplo.

A forma como foi visto contemporaneamente, exposta nos necrológios reunidos por seu filho, logo após sua morte, revela que Melo Morais não foi, em geral, considerado um historiador de fato (já em vida). Suas obras eram vistas como grandes repositórios de "materiais", que um dia serviriam à escrita da história, quando trabalhados por um historiador propriamente dito. Os elogios que recebeu nesses necrológios recaem em geral sobre alguma imagem que remete a esforço: foi o "infatigável vulgarizador da história pátria", um "batalhador da ciência e literatura pátria", "incansável", um "dos trabalhadores mais ativos das letras, da ciência e da história pátria", um "lutador infatigável", que "ilustrava" o passado brasileiro "a custa de vigílias, esforços e sacrifícios", e outras expressões semelhantes.²¹ Melo foi visto como um trabalhador braçal da história pátria.

Mas foram poucos os que o viram como um *historiador*, de fato.²² O mais comum era a asserção de que "Não foi, certamente, um historiador, desses que em livros sabiamente meditados deixam esculpida a vera efígie de uma época",²³ ou, como afirmou a *Revista Ilustrada*, de 16 de setembro de 1882: "Sem ser, na rigorosa expressão da palavra, um verdadeiro historiador, isto é, o filósofo tirando dos fatos um ensinamento, e constituindo as épocas em livros meditados e encadeando os acontecimentos, e ninguém entretanto deve o país tantos elementos de sua história".²⁴ Parece haver nesta última análise traços das correntes de pensamento que começavam a se fazer presentes no Brasil naquele momento (1882), como o positivismo e o

²⁰ Cf. *Catálogo da exposição de história do Brasil* / introdução de José Honório Rodrigues; apresentação de B.F. Ramiz Galvão. Ed. Fac-similada. Brasília, Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília, c. 1981, p. 486.

²¹ MORAIS FILHO, Alexandre José de Melo. *O Dr. Melo Moraes: homenagens, juízos póstumos, últimos deveres*. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1886, páginas 7, 29, 30, 45 e 51, respectivamente.

²² O artigo d'O *Cruzeiro*, de sete de setembro de 1882, refere-se a Melo como o "distinto historiador brasileiro" (p. 11). O *Corsário* de 16 de setembro de 1882 é o que vai mais longe, chamando-o de "primeiro historiador brasileiro" (*O Dr. Mello Moraes. Homenagens - Juízos Posthumos - Ultimos Deveres*, op. cit., páginas 11 e 47, respectivamente).

²³ *O Dr. Mello Moraes. Homenagens - Juízos Posthumos - Ultimos Deveres*, op. cit., p. 30. Artigo do *Jornal do Commercio*, dez de setembro de 1882.

²⁴ *O Dr. Mello Moraes. Homenagens - Juízos Posthumos - Ultimos Deveres*, op. cit., p. 46.

evolucionismo, cobrando um historiador "filósofo"; mas, de forma geral, mesmo sob outras concepções do que seria um historiador, Melo dificilmente chegou a esse *status*, na visão de seus comentadores.

Sem ser de fato um historiador, Melo foi caracterizado de várias formas. Foi "cronista", "vulgarizador da história pátria", "historiógrafo", "compilador", e até mesmo "arqueólogo".²⁵ Evidentemente, seria fora de propósito cobrar uma coerência e clareza cristalinas em relação a estas definições. Entretanto, sobressai-se em relação a Melo Morais um certo padrão: não fora um historiador de fato, o grande mérito de suas obras estava na revelação de fontes e de fatos. Para alguns comentadores, esta característica devia-se ao momento da historiografia brasileira, que demandava a recolha de materiais. Quando o artigo do *Jornal do Commercio*, de dez de setembro de 1882, que citamos anteriormente, afirma que Melo não foi um historiador, justifica: "Não foi, nem podia ser - que os arquitetos da história só podem erigir os seus monumentos, quando já prontos se lhes deparam os materiais da crônica e da tradição, e estes aí jazem dispersos, ainda informes (...)".²⁶

Nesse sentido de atentar para o momento que atravessava a historiografia brasileira, alguns comentadores não enxergavam Melo Morais muito distante dos demais historiadores contemporâneos, como foi visto posteriormente. Sílvio Romero, que tinha em mente uma imagem clara do historiador ideal, afirma que Melo Morais não o fora; mas "Nisto ele não se acha isolado: ao contrário, acha-se cercado de todos os seus confrades",²⁷ isto é, de seus contemporâneos. Essa posição estava longe de ser unânime, e muitos comentadores viam já diferenças essenciais entre a obra de Melo e a de Varnhagen, ou João Francisco Lisboa, por exemplo; é o caso de Capistrano de Abreu. Mas parece consensual o ponto em que se vê o valor da obra historiográfica de Melo Morais: como repositório de fontes e de fatos. Entretanto, apenas um artigo, publicado no *Paiz*, de 17 de maio de 1886, chama Melo Morais de "erudito".²⁸ O artigo publicado em *Evolução*, em 6 de maio de 1886, afirmava que "a preocupação de entesourar os fatos, concernentes à história pátria, é no Dr. Melo Moraes tão exclusiva,

²⁵ O Dr. Mello Moraes. *Homenagens - Juízos Posthumos - Ultimos Deveres*, op. cit., páginas 6, 7, 18-19, 23 e 55, respectivamente.

²⁶ O Dr. Mello Moraes. *Homenagens - Juízos Posthumos - Ultimos Deveres*, op. cit., p. 30.

²⁷ O Dr. Mello Moraes. *Homenagens - Juízos Posthumos - Ultimos Deveres*, op. cit., p. 122. Resenha de Romero à edição póstuma da *Crônica Geral* (1886).

²⁸ O Dr. Mello Moraes. *Homenagens - Juízos Posthumos - Ultimos Deveres*, op. cit., p. 142. Para o articulista, "Há nele [Melo] enorme acumulação de fatos, crítica severa, embora com lacunas" (idem).

que prejudica-lhe os talentos de escritor";²⁹ o mesmo artigo o considera um "proyecto coletor de fatos".³⁰

Assim, também como erudito Melo Moraes não chegou ao reconhecimento que ele mesmo poderia esperar. No campo dos fatos e das fontes, seu trabalho mostrou critérios e regras que denotavam um modelo distinto daquele elogiado em autores como Joaquim Caetano da Silva, Varnhagen e João Francisco Lisboa. Na resenha da edição póstuma da *Crônica Geral* (de 1886), publicada na *Gazeta de Notícias*, de 17 de abril de 1886, o resenhista argumenta por que considera Melo Moraes inferior a Varnhagen: "Para ver a diferença que separa os dois cultores da nossa história, não é preciso por a *História Geral* ao lado da *Crônica Geral*: basta examinar o modo por que ambos publicaram documentos, comparar a edição de Gabriel Soares feita pelo primeiro [Varnhagen], com a transcrição de quase toda a crônica do padre José de Moraes feita na *Corografia* pelo segundo"; crônica cuja transcrição gerou a Melo Moraes a suspeita de plágio no IHGB. Melo representava, para este autor, uma época, "pela força das coisas, destinada a terminar".³¹

A visão de Melo Moraes como representante de uma tendência de escrita da história fadada ao desaparecimento reaparecerá na bibliografia. Em conferência proferida pelo jurista Alcides Bezerra,³² em 1926, no Centro de Cultura Brasileira, publicada em 1927, em separata do Relatório anual da Diretoria do Arquivo Nacional referente a 1926, cujo objetivo era tratar da historiografia brasileira no século XIX em quinze minutos, Bezerra apresenta Melo Moraes como um "retardatário cronista, cujos serviços à história do Brasil são todavia inestimáveis".³³ Também Francisco Iglésias apontará o descompasso entre a produção de Melo Moraes e a de seus contemporâneos. Melo representaria a tendência da "crônica" na historiografia oitocentista brasileira, que

²⁹ *O Dr. Mello Moraes. Homenagens - Juizos Posthumos - Ultimos Deveres*, op. cit., p. 138.

³⁰ *O Dr. Mello Moraes. Homenagens - Juizos Posthumos - Ultimos Deveres*, op. cit., p. 130.

³¹ "Varnhagen representa uma escola moderna que foi primeiro aplicada ao Brasil por Southey; Melo representa uma tendência antiga, que teve representantes apreciáveis em Baena e Accioli" (*O Dr. Mello Moraes. Homenagens - Juizos Posthumos - Ultimos Deveres*, op. cit., p. 111, todas as citações deste artigo).

³² João Alcides Bezerra Cavalcanti (1891-1938), natural de João Pessoa, na Paraíba, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1911. Foi Procurador da República, Promotor Público adjunto da Capital, Promotor Público de Catolé do Rocha, Inspetor Geral do Ensino, Secretário da Imprensa Oficial, Deputado Estadual na legislatura 1920-1923, e Diretor do Arquivo Nacional de 1922 até 1938, quando faleceu. Presidiu a Academia Carioca de Letras e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres; era membro dos Institutos Históricos de São Paulo, Pará, Paraíba e Ceará; da Sociedade Brasileira de Geografia, da Sociedade Brasileira de Filosofia e da Sociedade Capistrano de Abreu.

³³ BEZERRA, Alcides. *Os historiadores do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1927. Separata do Relatório anual da Diretoria do Arquivo Nacional referente a 1926, apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, p. 5.

estava, segundo Iglésias, fora de época; representava um anacronismo, praticamente. Iglésias descreve o método de Melo Moraes em termos semelhantes aos que usou Capistrano,³⁴ para concluir que “No fim do século [XIX], já não era razoável tal procedimento, comum e explicável no princípio, não agora, quando alguns nomes haviam trilhado caminhos bem superiores”.³⁵ Joaquim Caetano da Silva, para Iglésias, aparece entre os eruditos do período.³⁶ Segundo Iglésias, “Não tinha pretensões de historiador, mas queria ver documentos”.³⁷ Seu método seria mais severo que o de Varnhagen, porém em campo de atuação bem mais limitado.³⁸ Joaquim Caetano foi capaz, entretanto, segundo Iglésias, de fazer a transição do erudito para o historiador, como Varnhagen fizera;³⁹ “Além de quanto fez pela documentação, Joaquim Caetano da Silva afirmou-se como historiador, com monografia considerada modelar para a cartografia histórica: *L’Oyapoc et l’Amazone – question brésilienne et française* (...). O autor não foi só um pesquisador e organizador de documentos, mas alguém, que soube trabalhá-los em estudo de história cartográfica – gênero difícil e exigente, a pedir paciência e modéstia. Com ele, Joaquim Caetano inscreve-se entre os eruditos consideráveis”.⁴⁰

Visão que convergia com a que encontramos já nas últimas décadas do século XIX. Para Sílvio Romero, na *História da Literatura Brasileira*, publicada originalmente em 1888, Joaquim Caetano da Silva foi o autor dos trabalhos mais eruditos da historiografia brasileira; “a glória mais doce, mais pura, mais desinteressada do Brasil. Foi o tipo do cientista, do sabedor mais modesto, mais alheio a qualquer gênero de pose que temos possuído”. Ao lado destes atributos morais,

³⁴ Não afirmamos a convergência entre o juízo de Capistrano e o de Iglésias, bem como o de José Honório Rodrigues, sobre Melo Moraes, para afirmar que estes apenas reproduziram aquele. A leitura da obra de Melo Moraes os levaria a pensar como Capistrano, e ver a razão das opiniões deste.

³⁵ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000, p. 97. Este livro foi publicado postumamente, e contém estudos de Iglésias visando uma história da historiografia brasileira, que o autor teria planos de escrever pelo menos desde 1969. Remetemos à “Nota” de João Antonio de Paula contida na edição dessa obra.

³⁶ “Também pela erudição superior afirma-se Joaquim Caetano da Silva. Capistrano de Abreu chegou mesmo a escrever, em 1882: ‘é o homem mais erudito que o Brasil tem dado’” (IGLÉSIAS, *Historiadores do Brasil*, op. cit., p. 103).

³⁷ IGLÉSIAS, *Historiadores do Brasil*, op. cit., p. 98.

³⁸ “Trabalhou tanto como Varnhagen, com método bem mais severo; mas em campo limitado. Quanto aos holandeses, por exemplo, sua contribuição é muito superior à do sorocabano; como autor, porém, é bem menos importante, pois atuou em campo restrito” (IGLÉSIAS, *Historiadores do Brasil*, op. cit., p. 104). A contribuição superior de Silva para a presença holandesa no Brasil consta de cópias autênticas de documentos que o diplomata coligiu na Holanda.

³⁹ Pois começara “a carreira como erudito, talvez o mais completo até hoje no país no campo historiográfico” (IGLÉSIAS, *Historiadores do Brasil*, op. cit., p. 74), consolidando-se, posteriormente, como historiador.

⁴⁰ IGLÉSIAS, *Historiadores do Brasil*, op. cit., p. 104-105.

Joaquim Caetano foi acima de tudo uma consciência, meticulosamente pura, aplicada ao estudo.

Escreveu pouco; mas este pouco é de enorme valor pela escrupulosa investigação, aturada análise, pacientíssimo exame de que foi resultado.

Era o tipo do erudito, do espírito que não se aventura a escrever duas linhas sobre qualquer coisa sem ter percorrido toda a literatura do assunto.

Seus melhores trabalhos, para Romero, são os de história geográfica⁴¹: “No gênero não existem superiores em qualquer literatura. São ao jeito das monografias exaustivas dos mais eruditos alemães. É a minúcia levada ao último requinte”.⁴² Sua obra principal, nessa linha, é *L'Oyapock el l'Amazone. Question brésilienne et française*, “livro imorredouro, padrão de saber e patriotismo”.⁴³

O desinteresse de Joaquim Caetano viria de colocar a pátria (ou, o Estado) acima de interesses pessoais, dedicando toda sua pesquisa à defesa dos interesses do Brasil e a contribuir para a escrita da história nacional (com os documentos que enviou dos arquivos dos Países Baixos, por exemplo). Nesse processo, parece ter usado da mais rigorosa erudição, virando modelo de consulta às fontes, de escrúpulo em não deixar folha sem ler nos assuntos que estudava, e de interpretação do que encontrava escrito. A erudição encontraria, por conseguinte, um terreno fértil no âmbito da resolução de questões específicas e do exame de documentos.

José Honório Rodrigues, cuja gama de trabalhos lhe faz ser não apenas uma das principais referências em história da historiografia brasileira, como um dos mais decisivos constituintes de uma memória dessa historiografia,⁴⁴ deixou três obras de maior amplitude sobre o tema: *Teoria da História do Brasil* (primeira edição, 1949), *A pesquisa histórica no Brasil* (primeira edição, 1952) e *História da história do Brasil* (1979-1988). Embora especialmente a segunda obra contenha informações importantes para nossa pesquisa, e a primeira e a última possuam muitos dos juízos críticos sobre os

⁴¹ Que seria uma das “ciências auxiliares” da história; cf. GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961, p. 104-122, bem como todas as suas restrições a essa nomenclatura.

⁴² ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960. 6ª edição, organizada e prefaciada por Nelson Romero. 1ª edição: 1888, p. 1580, todas as citações sobre Joaquim Caetano.

⁴³ Idem, p. 1582.

⁴⁴ Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, “Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões”, e GONTIJO, Rebeca, “José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição”, in: GONÇALVES, Márcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011, p. 19-35 e p. 277-290.

historiadores brasileiros elaborados por Rodrigues, vale mencionar também o livro *História e historiadores do Brasil*, que inclui capítulo sobre Melo Moraes.

Já na frase de abertura do artigo dedicado a Melo temos essa percepção: “Alexandre José de Melo Moraes, nascido em Alagoas, a 23 de julho de 1816, é uma figura estranha na história da História do Brasil”.⁴⁵ Sua trajetória singular explicaria boa parte dessa estranheza: médico, Melo Moraes teria ganhado muito dinheiro durante uma onda de popularidade da homeopatia no Brasil, e, com esse cabedal, dedicado-se à aquisição de livros, obras raras e documentos históricos. Seu pendor para os estudos históricos, corográficos e geográficos seria devido em boa medida, segundo José Honório, à influência de Inácio Accioli de Cerqueira e Silva (1808-1865), “cronista-mor do Império, que vivia em sua companhia e o convidara para escrever um compêndio corográfico de caráter didático”.⁴⁶

A fonte que José Honório cita ao escrever que Melo Moraes ganhou muito dinheiro com homeopatia é uma carta de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo (há outros meios para José Honório sondar essa origem de Melo Moraes, como a bibliografia médica desse autor, citada em nota por Rodrigues, que comprovaria a popularidade de seus manuais de medicina). Os juízos de José Honório Rodrigues sobre a obra de Melo em muito retomam, inclusive citando diretamente, as críticas de Capistrano de Abreu a Melo – por sua vez, basicamente o mesmo que encontramos também em Francisco Iglésias. Evidentemente que há, como temos observado, um componente de construção de memória nestas histórias da historiografia, e nisso a relação José Honório – Capistrano é rica como objeto de estudo.⁴⁷ Mas gostaríamos de salientar que não se trata unicamente de construção de memória, de remeter a um autor evocado como marco (Capistrano), de posicionar-se como seu herdeiro, de fazer perpetuarem-se classificações, encontrando, para quem o faz, um lugar nessa história da historiografia. Lidamos com juízos críticos de autores que conheciam as obras sobre as quais comentavam, e tinham seus critérios de avaliação (que, certamente, buscavam fazer prevalecer nos debates). Consequentemente, julgamos prudente não ler todas essas opiniões sempre como elementos da construção de uma memória da historiografia brasileira, mas também enquanto aquilo que deliberadamente são: isto é, juízos de historiadores sobre historiadores.

⁴⁵ RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1965, p. 91.

⁴⁶ RODRIGUES, *História e historiadores do Brasil*, op. cit., p. 91.

⁴⁷ Cf., por exemplo, o estudo de Rebeca Gontijo, “José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição”, in *Estudos de historiografia brasileira*, op. cit., p. 277-290.

José Honório produziu, até onde sabemos, nesse artigo, o primeiro e até hoje único apanhado biográfico e analítico de Melo Moraes. Fora os elementos biográficos e as transcrições de escritos de Melo, temos sua crítica, implacável com o médico feito historiador. “A história não é, para Melo Moraes, construção baseada em documentos, mas transcrição, e, o que é pior, nem sempre íntegra e autêntica”.⁴⁸ A escolha de palavras de José Honório, reivindicando para a história o caráter de “construção baseada em documentos”, expressa a leitura feita por ele da historiografia oitocentista, que seria demasiado crente na extração (e não construção) dos fatos a partir das fontes.

José Honório não tem problemas em apontar o lugar de Melo Moraes na historiografia brasileira:

Não é difícil marcar o papel de Melo Moraes no desenvolvimento de nossa historiografia, de vez que, contemporâneo da reforma empreendida por Varnhagen, simplesmente a desconheceu e, em alguns pontos, foi mesmo inferior aos cronistas que o precederam, pois estes, embora baseando-se pouco em documentos e muito nos escritos de seus antecessores, assimilam o que lêem e fazem uma narração corrente e cronológica dos acontecimentos, quando não contam o que vêem. (...) Mesmo como repositório exclusivo de documentos, sua obra vinha marcada por defeitos tão grandes que poderiam, talvez, invalidar definitivamente todos os seus esforços.⁴⁹

Ainda assim, para José Honório, a obra de Melo Moraes é recomendável, por seu esforço de pesquisa e documentos revelados. “Melo Moraes foi, isto sim, um grande e infatigável pesquisador, dos maiores que sua época conheceu. Poucos o igualaram nesta tarefa preliminar do trabalho histórico. Como lhe faltavam qualidades de interpretação e composição, não foi um historiador. Colecionador e pesquisador, grande pesquisador, eis, em síntese, o seu papel na historiografia brasileira”.⁵⁰

Melo Moraes é contemporâneo do que José Honório chama de “reforma” na historiografia brasileira, “empreendida por Varnhagen”, mas não participa dela. Suas obras historiográficas não podem ser comparadas às de Varnhagen, Joaquim Caetano da Silva ou João Francisco Lisboa, quase sempre lembrados como os principais autores de estudos históricos de então. Ao mesmo tempo, não pode ser considerado, ao menos para José Honório, uma expressão retardatária da crônica histórica das primeiras décadas do século XIX. A “reforma” parece ser o que Rodrigues considera a “crítica” em história, em especial no trato com as fontes, e que faltaria a Melo Moraes. Melo Moraes tinha,

⁴⁸ RODRIGUES, *História e historiadores do Brasil*, op. cit., p. 101.

⁴⁹ RODRIGUES, *História e historiadores do Brasil*, op. cit., p. 107.

⁵⁰ RODRIGUES, *História e historiadores do Brasil*, op. cit., p. 109.

todavia, a capacidade para a pesquisa (e mesmo algum faro especial, descobrindo documentos importantes, como o processo de Tiradentes na devassa da conjuração mineira). Não nos parece inapropriado concluir, do que escreve José Honório Rodrigues, que, fosse Melo Morais erudito à maneira da tríade Varnhagen, Joaquim Caetano e João Francisco Lisboa, poderia estar hoje entre os grandes historiadores brasileiros do Oitocentos.

Delineia-se tanto em José Honório como em Francisco Iglésias, um panorama da historiografia brasileira no século XIX. Até aproximadamente a criação do IHGB (1838), estaríamos no tempo das “crônicas”, de escopo local, e marcadas por transcrições de documentos. A partir do IHGB, teríamos a “reforma”, que traz a história propriamente dita, tem na crítica seu fundamento, e cuja existência torna inadmissíveis práticas historiográficas como as de Melo Morais. O panorama ficará completo com o surgimento da historiografia “moderna”, no final do século, que terá em Capistrano de Abreu seu maior expoente.

O fato de o Império brasileiro não ter conseguido resolver a questão da fronteira com a Guiana Francesa não significou o desperdício dos esforços dos homens de letras do período. Na argumentação que o Barão do Rio Branco apresentou em 1899 ao presidente da Confederação Suíça, a quem coube a arbitragem final da questão, constava o trabalho de Joaquim Caetano da Silva, *L'Oyapoc et l'Amazone*, reeditado no mesmo ano de 1899, durante as negociações. Nos anos que nos ocupam, entretanto, as décadas de 1850 e 1860, nenhum dos dedicados ao problema, desde o Visconde do Uruguai até Melo Morais, viu seu trabalho coroado. Esse trabalho é ainda hoje significativo, no entanto, no que revela sobre a escrita de uma história erudita naquele momento. Sob essa chave os leremos, procurando relacioná-los a outras formas de escrita da história de então e às próprias possibilidades para essa escrita, que envolviam o acesso a documentos e a condição de poder se dedicar à história. De modo que os meandros da política externa do período aparecerão aqui de forma auxiliar. O principal para nós será o que era, de certa forma, subsidiário àquela política: a produção da argumentação histórica e erudita que fornecia os elementos para as negociações diplomáticas. Nosso caminho começará com uma exposição da questão de limites com a Guiana Francesa, partindo para um exame dos protocolos da negociação entre o Visconde do Uruguai e o Barão de Butenval (1855-56), que firmou, de certa forma, o caráter erudito que o debate assumiu. Por meio do estudo destes protocolos, veremos

como o trabalho erudito necessário para se propor uma solução para a questão adquiriu grande dimensão, definindo os problemas a serem tratados pelos letrados que a ela se dedicassem.

Seguiremos com a análise da tentativa de contribuição de Melo Moraes, mostrando sua forma específica de escrita da história. Neste ponto, escaparemos momentaneamente à questão específica da Guiana para compreender a resposta que Melo Moraes lhe dá no conjunto de sua obra de história do Brasil, e como a articulava. Passaremos então a Joaquim Caetano da Silva e à busca de entender porque seus escritos foram considerados modelos de erudição, recuperando também seu debate com os autores franceses contemporâneos D'Avezac e Saint-Quentin.

A questão de limites Brasil-França

Esta questão correspondia à definição precisa do rio que serviria de limite entre o Brasil e a Guiana Francesa, definindo a qual dos lados pertenceria a região conhecida como *Cabo do Norte*. No artigo oitavo do tratado particular entre o rei de Portugal D. João V e o rei de França Luís XIV, parte dos acordos de Utrecht (1713),⁵¹ que puseram fim à Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), ficou definido que este rio seria o *Japoc*, também conhecido como *Vicente Pinzón*,⁵² em homenagem ao explorador espanhol pioneiro na região. Este acordo sucedeu o tratado provisional de Lisboa de 4 de março de 1700 entre Portugal e França, para definição dos limites, negociado entre o plenipotenciário português Roque Monteiro Paim e o plenipotenciário francês Pierre Antoine de Rouillé, pouco antes da eclosão do conflito na Europa.

Na guerra pacificada em Utrecht, Portugal esteve ao lado da "Grande Aliança", liderada por Inglaterra e Holanda, contra França e Espanha. O rei espanhol Carlos II morrera sem deixar sucessores diretos, e, em seu testamento, legou a coroa espanhola para o neto do rei da França, Luís XIV, Felipe d'Anjou, abrindo caminho para a união de França e Espanha em um grande império, contra o que se uniram ingleses, holandeses e os Habsburgos austríacos. Os portugueses, que de início aceitaram o testamento (como as demais nações, aliás), passaram posteriormente para o lado da Grande Aliança. Como condição para entrarem na Aliança, demandaram, entre outros pontos, a definição do que seriam as "fronteiras naturais" do Brasil, a Colônia do Sacramento, ao Sul, e o rio Oiapoque, ao Norte. Esta última fronteira garantia que a margem esquerda do Amazonas pertenceria também aos portugueses, assegurando seu principal fito na região: a exclusividade na navegação do rio Amazonas, garantindo rota comercial às possessões espanholas no norte da América do Sul, onde incluía-se a região das minas de ouro e prata.

Luís XIV acabou, após resistências, por aceitar esta condição, e o Oiapoque (como os portugueses entendiam o *Japoc*) ficou definido como limite entre Portugal e

⁵¹ Em anexo, transcrevemos os artigos sobre a fronteira dos tratados de Utrecht, Viena (1815) e da Convenção entre Portugal e França de 1817. Também em anexo incluímos mapas para a visualização da questão.

⁵² A grafia do nome indígena do rio possui muitas variantes; *Japoc* é o nome do texto do tratado, e *Oiapoque* o nome que viria a ser consagrado como mais apropriado, inclusive durante a polêmica. Procuramos preservar, nas citações, as diversas formas de escrita do nome indígena, porque essa variedade é parte da polêmica. Por outro lado, quanto ao nome espanhol, optamos por atualizar a escrita da época, *Vicente-Pinson*, para a forma de escrita atual do nome do navegador, *Vicente Pinzón*, pois não há discussão relevante a respeito dessa nomenclatura, não havendo ganho para a análise em manter a escrita da época.

França na América do Sul, de acordo com o artigo oitavo.⁵³ O tratado, entretanto, não especificava as coordenadas geográficas e a localização exata do rio. A polêmica de fato começa a ganhar forma no século XVIII, quando os franceses põe em dúvida qual seria o rio Oiapoque, dentre os muitos da região, a que se referiam os negociadores em Utrecht. Para os eruditos e diplomatas brasileiros do século XIX, a confusão poderia ser remetida em grande medida ao viajante francês Charles Marie de La Condamine (1701-1774), que estivera na região entre os anos de 1735 e 1745. La Condamine pretendia que o verdadeiro Oiapoque do tratado de Utrecht era um rio mais ao Sul do que os quatro graus de latitude norte tomados como base pelos portugueses; o rio de La Condamine era o Araguari. Sua interpretação concedia aos franceses uma porção maior de território, e, afinal, a possibilidade de navegar o Amazonas. O Barão de Bessner, governador de Caiena (capital da Guiana Francesa, sinônimo da mesma), em 1784 decidiu demarcar os limites considerando o Oiapoque cinquenta léguas mais ao Sul (como o rio que os portugueses chamavam de Carapapury), e construiu uma fortificação e uma missão jesuíta no território assumido, que duraram até 1794, quando foram destruídos pelos portugueses. Após estes eventos, seguiu-se uma série de tratados (começando com um tratado firmado com o Diretório francês em 10 de agosto de 1797) de breves durações e pouco efeito prático, sempre identificando um rio diferente como o limite correto. Após as guerras napoleônicas, em que Portugal e França estiveram novamente em lados opostos (e o Príncipe Regente português, D. João, ordenou a invasão de Caiena, ocorrida em 1809), um dos acordos do Tratado final do Congresso de Viena de 1815 (artigo 107) restabeleceu o que havia sido firmado no Tratado de Utrecht. Na redação deste artigo constavam finalmente as coordenadas geográficas do rio-limite: entre 4 e 5 graus de latitude setentrional, que, segundo o texto, era a localização que os portugueses sempre haviam tido em mente; entendimento reafirmado na Convenção de Paris de 28 de agosto de 1817 entre Portugal e França, que estipulava a nomeação de comissários para marcação dos limites, que não foi executada. O Tratado de Utrecht seguiu sendo, até o fim da disputa, no final do século XIX, como a lei a ser obedecida na questão. A disputa deu-se então a respeito da "interpretação exata" do artigo oitavo, isto é, a qual rio esta cláusula referia-se.

⁵³ Pelo artigo décimo, o rei da França reconhecia que as duas margens do Amazonas pertenciam a Portugal, e abria mão de qualquer pretensão à navegação do dito rio. O artigo XVI apontava a Grã-Bretanha como garante do acordo.

Após a Independência, o Brasil herdou as fronteiras (e suas controvérsias) dos domínios portugueses.⁵⁴ O território do Império, segundo o marquês de São Vicente, não constituía "somente a sua mais valiosa propriedade; a integridade, a indivisibilidade dele é de mais a mais não só um direito fundamental, mas um dogma político. É um atributo sagrado de seu poder e de sua independência; é uma das bases primordiais de sua grandeza interior e exterior".⁵⁵ As disputas de limites ameaçavam essa integridade e a paz com os Estados vizinhos,⁵⁶ com riscos que se tornam aparentes no território em litígio com a França.

Em 1835, após o início da revolta da Cabanagem, no Pará, o ministro da Marinha da França, alegando que fazendas e propriedades francesas estavam em perigo em função da rebelião, ordenou a ocupação de postos ao sul da fronteira do rio Oiapoque. Quando a rebelião foi sufocada, o governo brasileiro ordenou que os franceses se retirassem, ao que estes responderam com protelações, alegando que a pacificação do Pará ainda era muito recente, e talvez incerta, e propondo uma negociação definitiva de limites. A região era problemática pelo fluxo de "dissidentes" do lado brasileiro, rebeldes da Cabanagem (cuja anistia só viria em 22 de agosto de 1840) e escravos fugidos, que se tornavam libertos ao adentrarem território francês. Nesse sentido, o governo brasileiro (em iniciativas tanto da província do Pará como da Corte) realizou projetos para anistiar os dissidentes, evitar a fuga de escravos, e ocupar a região em litígio com brasileiros, para fazer valer, nas negociações de limites, o princípio do *uti possidetis*. Na linha das tentativas de ocupação destacou-se a colônia militar Pedro Segundo, fronteira ao Contestado; o Governo Imperial era entretanto cauteloso em relação à fundação de colônias, para não atrapalhar as negociações

⁵⁴ Nos comentários de José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878), marquês de São Vicente, à Constituição do Império, o eminente jurista da época esclarecia que "O território nacional compreende e compõe-se de todas as possessões que a monarquia portuguesa tinha na América Meridional ao tempo da emancipação do Brasil. Os portugueses possuíam todos estes territórios conjuntamente com os brasileiros, assim como estes possuíam com eles os territórios de além-mar. Separando-se, e constituindo-se os brasileiros em nacionalidade independente, separaram-se, e constituíram-se com todas as possessões que a coroa comum tinha no Brasil. Essa foi a condição territorial inerente a sua emancipação, esse o fato e direito confirmado pelo reconhecimento de sua independência, assim pelas nações em geral, como particularmente pela nação portuguesa. É o direito dos Estados americanos; proclamando sua existência nacional destacada das antigas metrópoles, eles se constituíram sobre o solo americano que então possuíam, salvas as subdivisões espontâneas em Estados distintos, que então realizaram" (BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito Publico Brasileiro e Analyse da Constituição do Imperio*. Rio de Janeiro: Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857, p. 20-21. Grafia atualizada).

⁵⁵ BUENO, *Direito Publico Brasileiro e Analyse da Constituição do Imperio*, op. cit., p. 21.

⁵⁶ "Uma das mais importantes necessidades do império, para conservar a paz e harmonia com os Estados limítrofes, é de definir claramente a linha dos seus limites, e dessa arte evitar desinteligências, questões, e conflitos de jurisdição" (BUENO, *Direito Publico Brasileiro e Analyse da Constituição do Imperio*, op. cit., p. 21).

diplomáticas, chegando a afastar o governador do Pará João Antônio de Miranda, que queria fundar outras colônias, além da Pedro Segundo (embora o governo defendesse a manutenção desta última, localizada no rio Araguari. Esta colônia definhou, e estava quase abandonada em 1845, permanecendo o quartel com alguns poucos militares; houve projeto de revitalização no final da década de 1840.) Os brasileiros temiam que a França buscasse resolver a questão por meio de uma ação militar na região.⁵⁷

Os franceses apenas puseram fim às ocupações no final de 1839, início de 1840, e ficou decidido que ambos os países iniciariam procedimentos para estabelecer a fronteira. A partir daí, tem início a discussão entre diplomatas e eruditos dos dois países, pautada pela tentativa de estabelecer o sentido exato do artigo oitavo do tratado de Utrecht, expressão já presente no artigo 107 do acordo final de Viena (1815). O oitavo artigo, em si, não era muito confuso: estabelecia o rio *Japoc*, também denominado *Vicente Pinzón*, como limite entre o Brasil e a Guiana Francesa. A dúvida era: qual rio os signatários de Utrecht tinham em mente quando referiam-se ao *Japoc/Vicente Pinzón*?

Nestas bases, as negociações com a França para a demarcação dos limites ao Norte foram retomadas na década de 1840, quando Guizot era ministro dos Negócios Estrangeiros da França, e o Império brasileiro acatou a proposta do ministro francês de suspender as demarcações até que houvesse acordo a respeito do sentido do Tratado de Utrecht. Uma primeira rodada de negociações não foi além das primeiras conferências, e não teve resultado prático; o plenipotenciário brasileiro era então José de Araújo Ribeiro (1800-1879), e o francês, o barão de Deffaudis (1786-1869).⁵⁸

O que se seguiu foram debates entre diplomatas e eruditos brasileiros e franceses, recorrendo a textos e mapas antigos para asseverar qual rio era tomado como o Oiapoque em 1713, quando o Tratado de Utrecht foi firmado. Os franceses defendiam que o rio Oiapoque correspondia ao rio do Cabo do Norte, o rio Araguari, o que lhes dava o território da margem esquerda do Amazonas; o Brasil defendia que correspondia ao rio do Cabo de Orange, situado a quatro graus de latitude norte, o que mantinha a

⁵⁷ Sobre os desenvolvimentos da década de 1830 até 1850, cf. MEDEIROS, Vera B. Alarcón. *Incompreensível colosso: a Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*. Tese de Doutorado, Universidade de Barcelona, 2006, p. 95-113. Disponível em http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/35193/1/VAM_TESE.pdf, acesso em agosto de 2013.

⁵⁸ Cf. "Dedução dos direitos do Brasil a propriedade e posse da sua atual linha de fronteira do Norte do Império do Brasil pelo conselheiro Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond", in: MORAIS, Alexandre José de Melo. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil...* Rio de Janeiro: Tip. Americana de José Soares de Pinho, cinco tomos, 1858-1863, tomo II, 1859, p. 5-18.

margem esquerda do Amazonas como exclusivamente sua. Neste período, em que se iniciará a participação de Joaquim Caetano da Silva na questão, ocorre a negociação em que representou o Brasil o Visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Sousa, tendo como equivalente no lado francês o Barão de Butenval. A negociação fracassa, e é posta em segundo plano, ao que parece, nas décadas seguintes, embora não completamente esquecida.⁵⁹ Uma série de hostilidades na fronteira na década de 1890, após a descoberta de minas de ouro na região, leva os dois governos de volta à mesa de negociações. Em acordo firmado no Rio de Janeiro, em 10 de Abril de 1897, Brasil e França (já repúblicas) concordam em recorrer à arbitragem da Confederação Suíça. Em 1º de maio de 1900, afinal, o governo suíço concede ganho de causa ao Brasil. Nesse momento, liderava a diplomacia brasileira o Barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos Júnior, 1845-1912), e seu trabalho final⁶⁰ contou com o subsídio da obra de Joaquim Caetano, *L'Oyapoc et l'Amazone*, que foi anexada por Rio Branco às memórias que apresentou ao presidente suíço, após receber reedição no momento em que as negociações ocorriam, em 1899 (a terceira; uma segunda havia saído em 1893, quando a questão reemergiu, por ordem do então ministro de Negócios Estrangeiros da República, Justo Chermont, segundo o prefaciador da terceira edição⁶¹).

A opção da resolução da questão por meio da arbitragem de um terceiro país, neutro, como ultimamente ocorreu em 1900, existia anteriormente, mas nas décadas de 1850 e 1860, ainda não parecia ser tão corrente quanto se tornaria na virada do século.⁶² Apenas a partir do início da década de 1870 essa difusão da arbitragem como forma de

⁵⁹ Brasil e França assinam apenas um acordo para regular a jurisdição criminal na região, em 28 de junho de 1862 (AZAMBUJA, Joaquim Maria Nascentes de. *Limites do Brasil com as Guianas Franceza e Ingleza*. 2º volume. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia., 1892, p. 124).

⁶⁰ Reeditado em RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do. *Questões de limites*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945-47, vol. 4, Guiana Francesa; e *Questões de limites: Guiana Francesa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008, Edições do Senado Federal vol. 97.

⁶¹ SILVA, Joaquim Caetano da. *L'Oyapoc et l'Amazone. Quéstion brésilienne et française*. Paris: A. Lahure, 3a. ed., 1899, p. V. O prefácio informa incorretamente a data da segunda edição, fornecendo 1883. A edição é de 1893-95, pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro. Justo Chermont foi ministro dos Negócios Estrangeiros em 1891, no primeiro governo republicano, do marechal Deodoro da Fonseca. Que a ordem para reimpressão veio de Chermont consta de nota na própria segunda edição.

⁶² O próprio Império brasileiro esteve envolvido em questões resolvidas com mediação de terceiros: a questão Christie, com a Inglaterra, em 1864, teve mediação de Portugal; e o Brasil mesmo foi mediador de conflito entre Estados Unidos e Paraguai, em 1858. Os exemplos são de DRUMMOND, Antônio de Menezes Vasconcelos de. *Prelecções de Direito Internacional*. Recife, Pernambuco: Tipografia do Correio do Recife, 1867, p. 91. Entretanto, devemos nos precaver contra considerar "mediação" e "arbitragem" como intercambiáveis. A primeira diz respeito (na definição de Drummond de 1867) a conselhos e serviços que uma terceira parte presta às duas conflitantes no sentido de promover sua reconciliação. A arbitragem, por sua vez, consiste na apresentação de argumentos a uma potência que age como juíza, produzindo ao final uma sentença a ser reconhecida pelas partes em litígio. Essa última forma de resolução de conflitos é que apenas a partir da década de 1870 teria alcançado maior aceitação.

resolução de conflitos nas relações internacionais teria ocorrido, sendo um marco a disputa entre Estados Unidos e Grã-Bretanha a respeito de uma acusação norte-americana de danos causados pelos ingleses durante a Guerra Civil naquele país (1861-1865). Os americanos cobravam indenização dos ingleses em função, principalmente, de prejuízos causados por navios britânicos a serviço dos confederados, o mais famoso deles o *Alabama*, que acabou por emprestar seu nome à disputa. A questão foi resolvida por arbitragem do rei da Alemanha, Guilherme I, em 1872, com o auxílio de um tribunal formado por representantes de vários países, entre eles o Brasil, na pessoa de Marcos Antônio de Araújo, Visconde de Itajubá. Desde então difundiu-se a prática de submeter questões bilaterais ao arbítrio de uma parte neutra, como finalmente se resolveria a questão entre Brasil e França em 1900.

Estados Unidos e Grã-Bretanha estiveram de fato envolvidos em questões resolvidas por arbitragem ao longo do século XIX, inclusive questões de fronteiras, como disputas na fronteira com as possessões inglesas no Canadá resolvidas por arbitragem do rei da Holanda em 1827. Na questão da Guiana Francesa, o próprio Visconde do Uruguai, na sequência do fracasso das negociações em que representou o Brasil, sugeriu ao ministro dos Negócios Estrangeiros a resolução por arbitragem, indicando algumas nações que poderiam servir de árbitras, pela ordem: o Imperador da Áustria, o Imperador da Rússia, e os Estados Unidos. Segundo pensava Uruguai,

É de crer que a isso se não recusasse a França que acaba, com a Áustria, a Rússia, a Inglaterra, a Prússia, a Sardenha e a Turquia, de proclamar no protocolo n. 23 do último Congresso o seguinte: que os Estados entre os quais alguma diferença séria se levante, devem recorrer, antes de apelar para os meios da força, e tanto quanto as circunstâncias o permitirem, aos bons ofícios de uma Potência amiga.⁶³

O protocolo ao qual se refere o Visconde do Uruguai, entretanto, não chega a ser uma vitória clara e definitiva em favor da arbitragem. O documento faz parte das resoluções do Congresso de Paris (1856), que negociou o fim da Guerra da Crimeia (1853-56). No protocolo 23, o plenipotenciário da Grã-Bretanha, o conde de Clarendon (George Villiers, 1800-1870), propõe, no espírito de prevenir futuros conflitos armados, o "recurso à ação mediadora de um Estado amigo, antes de apelar à força, em caso de dissenso entre a Porta [Otomana, nome dado ao governo otomano, em referência ao

⁶³ *Apud* SOUZA, José Antônio Soares de. *A Vida do Visconde do Uruguai (1807-1866)* (Paulino José Soares de Souza). Companhia Editora Nacional: São Paulo - Rio de Janeiro etc., 1944, p. 565-566. Grafia atualizada.

monumental portão que dava acesso ao palácio que alojava a corte imperial local] e uma ou mais das outras Potências signatárias".⁶⁴ Isto é, a proposição diz respeito a mediação, não necessariamente arbitragem; além de ter sido apresentada pelo plenipotenciário inglês como uma "inovação".⁶⁵ E não foi aceita sem conflitos: os plenipotenciários das demais potências presentes (os países mencionados por Uruguai na citação acima) demonstraram preocupação com a possibilidade deste meio de resolução de conflitos ferir a soberania e a independência dos países. O debate revela uma das encruzilhadas do direito internacional no século XIX, período de afirmação dos Estados nacionais, consolidada no conceito de soberania nacional: a dificuldade de solucionar conflitos sem recurso à força quando as diversas soberanias entravam em choque entre si. O direito internacional no século XX tentará resolver esse problema por meio da criação de organismos supranacionais (a Liga das Nações, e posteriormente a Organização das Nações Unidas), e de leis internacionais às quais os Estados soberanos devem sujeitar-se (o que ainda não impede, atualmente, como não impediu no século XX, conflitos internacionais). O século XIX não dispunha destes mecanismos; o sistema de arbitragem foi se desenvolvendo, mas só adquiriu maior solidez na virada para o século XX, com a instituição do chamado "Sistema da Haia", em referência à cidade holandesa que reunia representantes de diversos países no intuito de encaminhar a resolução de conflitos. Esse sistema consolida-se apenas a partir da década de 1890, e somente dentro dele será ultimamente resolvida a questão de limites da Guiana Francesa.⁶⁶

De modo que na década de 1850, quando Brasil e França se engajaram em negociações para tentar solucionar a fronteira do norte do Império com a Guiana Francesa, o meio de resolução de disputas mais comum ainda era a negociação bilateral.

⁶⁴ Traduzimos da versão francesa das atas do Congresso presente em GOURDON, Édouard. *Histoire du Congrès de Paris*. Paris: Librairie Nouvelle, 1857, p. 124. No original: "une stipulation qui recommande de recourir à l'action médiatrice d'un État ami, avant d'en appeler à la force, en cas de dissentiment entre la Porte et l'une ou plusieurs des autres Puissances signataires".

⁶⁵ "M. le premier Plénipotentiaire de la Grande-Bretagne pense que cette heureuse innovation pourrait recevoir une application plus générale et devenir ainsi une barrière opposée à des conflits qui, souvent, n'éclatent que parce qu'il n'est pas toujours possible de s'expliquer et de s'entendre" (GOURDON, *op. cit.*, p. 124).

⁶⁶ KENNEDY, David. "International Law and the Nineteenth Century: History of an Illusion". *Quinnipiac Law Review*, vol 17, 1997, issue 1, p. 99-135. A ideia de arbitragem não estava de todo ausente na década de 1850. Além do Visconde do Uruguai, Varnhagen, também diplomata, sugere a arbitragem de uma terceira potência para a querela entre Brasil e França (VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil*. Paris: Imprimerie de L. Martinet, 1858, p. 47). Sua difusão ainda tardaria algumas décadas, todavia: Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, escrevendo quando da retomada dos debates entre Brasil e França, na década de 1890, cita como precedente para o arbitramento a resolução de disputa entre as Guianas Francesa e Holandesa que teve o Imperador da Rússia como árbitro, ocorrida apenas em 1888 (AZAMBUJA, *Limites do Brasil com as Guianas Franceza e Ingleza*, *op. cit.*, 1892, p. 129).

A forma do conflito Brasil-França era a diferença de interpretação de um tratado, no caso o de Utrecht. Vimos acima que o governo brasileiro chegou a entreter projetos de ocupação e colonização da região, para poder se valer do princípio do *uti possidetis* nas negociações. Este princípio esteve entre as bases da diplomacia brasileira durante a gestão de Paulino José Soares de Souza à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 1849 a 1853,⁶⁷ e sua prática como política diplomática de Estado remetia, na diplomacia luso-brasileira, à atuação de Alexandre de Gusmão (1695-1753) na negociação de fronteiras do Tratado de Madri (1750),⁶⁸ embora sua presença possa ser encontrada muito antes.⁶⁹ No caso da disputa sobre a fronteira do Império com a Guiana Francesa, entretanto, o princípio da posse pela ocupação mostrou-se ineficaz. Em primeiro lugar porque, malgrado tentativas de ambas as partes, nenhum dos contendores poderia efetivamente provar para si a ocupação da região; os esforços de brasileiros e franceses haviam redundado em iniciativas de curta duração e pouca eficácia no estabelecimento de colônias.⁷⁰ Em segundo lugar, o limite estava fixado num tratado reconhecido pelo Direito Público europeu, o Tratado de Viena (1815), que reafirmava o de Utrecht de 1713. A natureza da querela assume então a forma de uma discussão sobre a interpretação do Tratado de Utrecht, de modo a se estabelecerem os

⁶⁷ Como assinala o biógrafo José Antônio Soares de Souza, "Os limites do Brasil mereceram de Paulino um cuidado todo especial. Estavam quase todos eles ligados a questões entre Portugal e Espanha, que o Império e as Repúblicas que o cercavam herdaram com todos os seus enredos e discussões intermináveis. Foi Paulino o primeiro ministro a tratá-las com vontade de solvê-las definitivamente e quem afastou do Brasil, para sempre, o peso do caduco tratado de 1777. Com exceção das Guianas, ele determinará agora, como ministro, de 51 a 53, todos os limites do Brasil" (SOUZA, *A Vida do Visconde do Uruguai (1807-1866)*, op. cit., p. 420), quase sempre pela via do *uti possidetis*, como no caso dos limites com Peru e Bolívia, negociados pelo diplomata Duarte da Ponte Ribeiro.

⁶⁸ Como resume Miguel Gustavo de Paiva Torres, "O artífice e negociador do Tratado de Madri, Alexandre de Gusmão, foi, entre 1730 e 1750, secretário particular e principal conselheiro político de D. João V para os assuntos ultramarinos. Brasileiro, nascido em Santos e educado na Bahia colonial, foi considerado pelo Embaixador Araújo Jorge 'avô dos diplomatas brasileiros'. É ele quem define o *utis possidetis ita possideatis* e as fronteiras naturais [Colônia do Sacramento ao Sul, Oiapoque ao Norte] como princípios norteadores das negociações do Tratado de Madri. Dom José de Carbajal y Lancaster, negociador e Primeiro-Ministro da Espanha, foi acusado de traidor pela forte oposição que considerou o tratado lesivo aos interesses do reino. Gusmão, do mesmo modo, após a morte do seu protetor D. João V e a ascensão ao trono de D. José I - que traz ao poder o Marquês de Pombal - foi igualmente acusado de lesar os interesses de Portugal nas negociações de suas fronteiras americanas. O princípio do Direito Romano *uti possidetis ita possideatis* - quem possui de fato deve possuir de direito - foi o argumento central utilizado por Alexandre de Gusmão em suas negociações com Carbajal" (TORRES, Miguel Gustavo de Paiva. *O Visconde do Uruguai e sua atuação diplomática para a consolidação da política externa do Império*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 165). Sobre Gusmão e o Tratado de Madri, cf. CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão & O Tratado de Madrid*. São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão; Imprensa Oficial, 2006, dois tomos.

⁶⁹ Jaime Cortesão observa a afirmação deste princípio já em 1686, em escrito do Padre João de Sousa Ferreira, defendendo justamente os direitos portugueses ao cabo do Norte, a região em litígio com a França (CORTESÃO, op. cit., p. 147).

⁷⁰ cf. MEDEIROS, *Incompreensível colosso: a Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*, op. cit., p. 95-128.

limites que este tratado reconhecido portava. Ainda assim, passou a constar, como veremos, das memórias e trabalhos sobre a questão um histórico das ocupações, presente na maioria das vezes para afirmar a compreensão histórica dos limites de cada lado, e eliminar a solução pela ocupação pela comprovação de que nenhum dos lados a poderia reclamar.

O diplomata brasileiro Antônio Vasconcelos Menezes de Drummond (1819-1876), professor de direito na Faculdade do Recife (sobrinho do conselheiro Drummond que estudaremos mais à frente), em uma obra sobre direito internacional publicada em 1867, fez algumas considerações sobre o tipo de situação do conflito com a França, a interpretação de tratados. Embora sua obra tenha um tom normativo, não sabemos o quanto podemos tomá-la como um resumo da preceptiva corrente nestes casos; mas vale observar sua visão sobre esta faceta da diplomacia internacional do período, escrita em meio às disputas de limites. Segundo Drummond,

Do princípio - *in claris cessat interpretatio* - segue-se, que só em caso de dúvida ou ambiguidade - tem lugar a interpretação - a qual só é *autêntica ou legítima*, quando é proferida pelas próprias partes contratantes, ou por seus delegados, ou por pessoas por elas devidamente autorizadas como árbitros, as quais devem reger-se pelas regras comuns de hermenêutica - isto é - abraçando a interpretação *gramatical ou lógica e científica*, segundo os princípios de equidade. - Em caso de dúvida - resolve-se contra a Potência, que por violências alcançou o tratado.

As regras mais explícitas para interpretação dos tratados, (entre a multidão delas, que existe) são as seguintes: 1ª Em caso de dúvida os tratados interpretam-se pela intenção presumida das partes, segundo as regras da boa fé e da razão. 2ª Ainda em caso de dúvida, quando for genérica a estipulação, interpretar-se-à por alguma qualidade ordinária ou média. 3ª No caso de duplo sentido de uma cláusula - deve-se entender pelo menos oneroso. 4ª Deve-se exigir - como consequência necessária tacitamente compreendida - o que decorrer dos termos precisos da convenção. 5ª Um tratado aplica-se por analogia às novas relações essencialmente idênticas, salvas as restrições em contrário, como a mudança de estado das partes ou a caducidade dos tratados. 6ª As próprias partes interessadas ou a pessoa, que as representa, poderão dar interpretações forçadamente obrigatórias.

Enfim todas as regras de interpretação só servem para apoiar pretensões e explicações recíprocas.⁷¹

Onde Drummond menciona a "interpretação *gramatical ou lógica e científica*", ele indica uma nota de rodapé em que esclarece esses termos:

A interpretação *gramatical* diz respeito à linguagem e acepção das palavras e a forma exterior dos tratados.

⁷¹ DRUMMOND, *op. cit.*, p. 93-94, Citações com grafia atualizada.

A interpretação *lógica* tem por objeto o pensamento, a força interna, e o espírito dos tratados.

A interpretação *científica* tem por objeto as promessas e dados, sob a dupla relação das palavras, pensamentos e suas legítimas consequências para adotar-se a mais radical.⁷²

A hermenêutica, a interpretação, de fato perpassam toda a argumentação, do lado brasileiro e do lado francês, tanto no aspecto *gramatical*, no estudo da "letra" do Tratado de Utrecht, como no *lógico*, a sondagem do "espírito" do texto.

Na hermenêutica oitocentista, no período anterior às contribuições de Wilhelm Dilthey (1833-1911), e mesmo de Friedrich Schleiermacher (1768-1834), entendia-se haver uma tensão entre as diferentes formas de interpretação. Friedrich Ast (1778-1841) pensava na interpretação dos textos antigos primeiramente a partir da gramática (*Grammatik*), compreendendo entretanto que a tarefa da hermenêutica se desprendia da análise gramatical ao buscar, nas palavras de Richard E. Palmer, "o significado espiritual (*geistige*) do texto".⁷³ Assim, para Ast,

A tarefa da hermenêutica torna-se então a de clarificar a obra através do desenrolar interno do seu significado e a de relacionar cada uma das partes entre si e mais latamente com o espírito da época. Ast divide explicitamente essa tarefa em três partes ou formas de compreensão: 1) a compreensão «histórica», isto é, a compreensão relativamente ao conteúdo da obra, que pode ser artística, científica ou de carácter geral; 2) a compreensão «gramatical», ou seja, a compreensão na sua relação com a linguagem; e [3]) a compreensão «geistige», isto é, compreender a obra na sua relação com a visão total do autor e com a visão total (*Geist*) da época.

Segundo Palmer, a "terceira forma de hermenêutica é o contributo específico de Ast, posteriormente desenvolvido por Schleiermacher e pelo grande filólogo do século XIX, August Böckh".⁷⁴ Friedrich August Wolf (1759-1824), também um importante filólogo, para quem o objetivo da hermenêutica era " 'captar o pensamento escrito ou mesmo oral de um autor como ele desejaria ter sido captado' ", imaginava igualmente uma hermenêutica tripla, dividida em "*interpretatio grammatica, historica e philosophica*".⁷⁵

⁷² DRUMMOND, *op. cit.*, p. 94.

⁷³ PALMER, Richard P. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 84.

⁷⁴ PALMER, *Hermenêutica*, *op. cit.*, p. 85.

⁷⁵ PALMER, *Hermenêutica*, *op. cit.*, p. 89. Segundo Palmer, "A gramática lida com tudo aquilo que a compreensão da língua pode fornecer para ajudar na interpretação. A hermenêutica histórica preocupa-se não só com os factos históricos da época mas também com um conhecimento factual da vida do autor, de modo a chegar a um conhecimento daquilo que o autor sabia. Obviamente que os factos históricos gerais são importantes, mesmo quando se trata de conhecer os caracteres físicos e geográficos de um país. Resumindo, o intérprete deverá possuir todo o conhecimento histórico possível. O nível filosófico da

Em Schleiermacher, as diferentes hermenêuticas aparecem em tensão. Segundo Paul Ricoeur, o "problema com o qual" Schleiermacher "se defrontou foi o da relação entre duas formas de interpretação: a interpretação 'gramatical' e a interpretação 'técnica'. Eis uma distinção constante em sua obra, mas cuja significação não cessa de deslocar-se no decurso dos anos".⁷⁶ A interpretação gramatical "apóia-se nos caracteres do discurso que são comuns a uma cultura; a segunda, a interpretação técnica, dirige-se à singularidade, até mesmo à genialidade, da mensagem do escritor". O problema era que "se as duas interpretações possuem direitos iguais, não podem ser praticadas ao mesmo tempo".⁷⁷ A principal regra de interpretação realçada no debate da questão da Guiana é a atenção aos anacronismos: não atribuir aos negociadores de Utrecht uma toponímia que não existisse antes de 1713.

A preocupação dos brasileiros com um aumento do interesse francês na região da Guiana, nas décadas de 1830 e 1840, parece justificado, se considerarmos alguns escritos voltados para despertar a opinião pública francesa para a importância daquela colônia. Em *De la Guyane Française et de ses colonisations* (1843), o capitão de artilharia da Marinha e oficial da Legião de Honra Joseph-Emmanuel Laboria adota como epígrafe: "Não se trata de inventar a Guiana, mas somente de relembrá-la à França".⁷⁸ Seu escrito descreve o território da Guiana, faz um histórico da ocupação francesa e apresenta projetos de colonização. Talvez a melhor síntese desse sentimento de que a Guiana vinha sendo negligenciada pelo Estado francês esteja na obra de um francês estudioso da história da América, Henri Ternaux-Compans (1807-1864).⁷⁹ Em

interpretação serve de verificação lógica ou de controle para os outros dois níveis" (PALMER, *Hermenêutica*, op. cit., p. 89-90).

⁷⁶ RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, p. 21.

⁷⁷ "Schleiermacher precisa: considerar a língua comum é esquecer o escritor, compreender um autor singular é esquecer sua língua que é apenas atravessada. Ou percebemos aquilo que é comum, ou percebemos o que é próprio. A primeira interpretação é chamada de *objetiva*, pois versa sobre os caracteres lingüísticos distintos do autor, mas também *negativa*, pois indica simplesmente os limites da compreensão; seu valor crítico refere-se apenas aos erros concernentes ao sentido das palavras. A segunda interpretação é chamada de *técnica*, sem dúvida por causa do projeto de uma *Kunstlehre*, de uma *tecnologia*". RICOEUR, *Interpretação e ideologias*, op. cit., p. 22.

⁷⁸ "Il ne s'agit pas d'inventer la Guyane, mais seulement de la rappeler au souvenir de la France" (LABORIA, Joseph-Emmanuel. *De la Guyane Française et de ses colonisations*. Paris: J. Corréard, Éditeur d'ouvrages militaires, 1843, frontispício). Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k57842106.r=Laboria%2C+Joseph-Emmanuel.langF>, acesso em junho de 2013.

⁷⁹ Ternaux-Compans dedicou-se principalmente ao estudo das viagens europeias à América, deixando compilações de relatos de viagem como *Voyages, relations et mémoires originaux pour servir à l'histoire de la découverte de l'Amérique*, recueil de documents sur la Floride, em 20 volumes, 1837-1841; e traduções de textos antigos, como a daquela que é considerada a primeira história do Brasil, a *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, de Pero de Magalhães Gandavo (primeira edição de 1576, edição de Ternaux-Compans de 1837). Ternaux-Compans era sócio correspondente do

Notice historique sur la Guyane Française, também de 1843, Ternaux-Compans assim resume a situação da França em relação a suas colônias, e a importância de se olhar com mais cuidado para sua possessão na América do Sul:

Após ter deixado escapar sucessivamente de nossas mãos o Canadá, São Domingo e a Louisiana, só nos resta, nos grandes mares do globo, uma única colônia que, pela extensão de seu território, seja suscetível de um vasto desenvolvimento, a Guiana. É entretanto aquela que ocupa a última fila e à qual atribuímos a menor importância. O nome Caiena só nos desperta ideias sinistras e lembranças de desastres; este nome bastaria quase por si só para fazer rejeitar, sem exame, todos os projetos que se poderiam apresentar.

É este preconceito que quis combater; procurei demonstrar que tão-somente más medidas e malfadados eventos se opuseram à prosperidade deste belo país, que necessita somente de braços e de capitais para rivalizar com as mais ricas colônias de nossos rivais.

Tal é o objetivo do trabalho que publico hoje. Se puder determinar a França a lançar enfim um olhar sobre esta província abandonada, e a valorizar este diamante ainda bruto que poderia se tornar uma das mais belas joias de sua coroa, acreditarei ter prestado um grande serviço a meu país, e este sucesso será minha mais doce recompensa.⁸⁰

Após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), a França perdeu seus territórios na América do Norte para a Inglaterra; a revolução de escravos (1791-1804) no Haiti a fez perder São Domingos; em 1803, foi concluída a venda da Louisiana para os Estados Unidos. Na América, só a Guiana restava à França como colônia de grande porte territorial. O crescimento do interesse nesta possessão corre paralelamente à nova política colonialista francesa, que antecedia o reinado de Luís Felipe, e incluiu a conquista da Argélia em 1830.

Embora escritos como os de Laboria e Ternaux-Compans não tratem especificamente da questão da fronteira, sinalizam uma campanha na opinião pública

IHGB, e enviou ao Instituto este escrito sobre a Guiana no mesmo ano de 1843 (*RIHGB*, tomo 5, 1843, p. 14).

⁸⁰ "Après avoir successivement laissé échapper de nos mains le Canada, Saint-Domingue et la Louisiane, il ne nous reste plus, sur les grandes mers du globe, qu'une seule colonie qui, par l'étendue de son territoire, soit susceptible d'un vaste développement, la Guyane. C'est cependant celle qui occupe le dernier rang et à laquelle on attache le moins d'importance. Le nom de Cayenne ne réveille que des idées sinistres et des souvenirs de désastres; ce nom suffirait presque à lui seul pour faire rejeter, sans examen, tous les projet que l'on pourrait présenter. C'est ce préjugé que j'ai voulu combattre; j'ai tâché de démontrer que de mauvaises mesures et des événements malencontreux se sont seuls opposés à la prospérité de ce beau pays, qui ne demande que des bras et des capitaux pour rivaliser avec les plus riches colonies de nos rivaux. Tel est le but du travail que je publie aujourd'hui. S'il peut déterminer la France à jeter enfin un coup d'oeil sur cette province abandonnée, et à mettre en valeur ce diamant encore brut qui pourrait devenir un des plus beaux joyaux de sa couronne, je croirai avoir rendu un grand service à mon pays, et ce succès sera ma plus douce récompense" (TERNAUX-COMPANS, Henri. *Notice historique sur la Guyane Française*. Paris: Chez Firmin Didot Frères, Libraires, 1843, p. V-VI.) Disponível em <http://www.manioc.org/patrimon/HASH0179384de7fe24a2c4b46e89>, acesso em junho de 2013.

francesa de valorização da Guiana, que poderia reforçar a defesa da interpretação do governo daquele país sobre os limites. Entre os brasileiros, há a percepção de um crescente desejo francês em se apoderar do território do Cabo do Norte, relacionado às perdas coloniais da França.⁸¹

Outro país interessado na região, o que realça a importância do território que estava em disputa na questão de limites com a Guiana Francesa, eram os Estados Unidos da América. Esse interesse vem sendo estudado recentemente por Maria Clara Sales Carneiro Sampaio, que estuda a existência de um projeto norte-americano para a região amazônica ligado ao problema da escravidão naquele país: em investidas diferentes, entre as décadas de 1850 e 1860, num segundo momento com apoio oficial do governo norte-americano (já sob a presidência de Abraham Lincoln), o projeto consistia basicamente em comprar terras no Vale do Rio Amazonas e povoá-las com população escrava e liberta dos EUA, aliviando assim a tensão social da escravidão no país.⁸² Na gestão de Paulino José Soares de Souza no Ministério dos Negócios Estrangeiros (1849-1853) cresce a campanha na opinião pública norte-americana em favor da colonização da região amazônica, associada a uma forte pressão que sofria o governo brasileiro, e que agravava ainda mais a tensão do debate da fronteira com a Guiana Francesa: a pressão pela abertura à livre navegação do rio Amazonas.⁸³

⁸¹ "A inveja e o despeito", escreve Melo Moraes na abertura do primeiro tomo da *Corografia histórica*, "não são os melhores conselheiros, e nem os mais aptos juizes, quando vemos, que há mais de século e meio, e com a maior tenacidade a França, envida todas as suas forças, não perde muitas vezes a inoportunidade das circunstâncias, desconhece os tratados que assinou, para se apoderar de uma parte do nosso território!!!" (*Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil....* Rio de Janeiro: Tip. Americana de José Soares de Pinho, 1858, tomo I, p. X. Faremos referência a esta obra como *Corografia histórica*, tomo I, a partir daqui). Joaquim Caetano da Silva também mostrou o crescimento das pretensões francesas ao Cabo do Norte à medida que as perdas territoriais do país no Ultramar ocorriam. Conforme veremos, em uma obra escrita durante a Guerra dos Sete Anos, de autoria de Jacques Nicolas Bellin, que continha um mapa, a *Carte de la Guyane française et l'isle de Cayenne*, publicado ao final da guerra (1763), Joaquim Caetano mostra como o território francês na Amazônia descrito pelo autor foi aumentando à medida que a Guerra entre França e Grã-Bretanha caminhava para o fim, e para a perda do Canadá pela França; de modo que a obra continha uma deformidade: a Guiana Francesa era maior no mapa do que na descrição contida no texto do livro.

⁸² Cf. SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. "Afro-americanos na Amazônia brasileira: Brasil e Estados Unidos no projeto de colonização da Amazônia por escravos e libertos norte-americanos na década de 1860". Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. A autora cita como pioneiras no estudo desses projetos MACHADO, Maria Helena P. T. *Brasil a Vapor: Raça, Ciência e Viagem no século XIX*. Tese de livre-docência do Departamento de História da FFLCH-USP, 2005; e LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros americanos: Origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

⁸³ "A partir de 1850, Paulino recebe diversos exemplares de jornais norte-americanos com artigos sobre a Amazônia brasileira e a necessidade da abertura dos seus rios à livre navegação e à colonização internacional. Em geral depreciativos ao Império, os comentários jornalísticos criticavam o fechamento das fronteiras fluviais amazônicas, o descaso do poder público com o estado de abandono e de miséria das populações ribeirinhas e a falta de recursos e de vontade política do Império para desenvolver aquela

A questão dividia liberais e conservadores no Brasil, os primeiros favoráveis à abertura.⁸⁴ Paulino, autor de um parecer sobre a questão de 17 de janeiro de 1854, veio a concluir que, dada a marcha do desenvolvimento do direito internacional à época, seria inevitável ao Brasil lutar por muito tempo contra a abertura do Amazonas. Vitor Marcos Gregório acompanhou a evolução da legislação sobre os rios ao longo do século XIX, e início do século XX; para o autor, embora observe-se um movimento em direção à abertura dos rios internacionais no século XIX, no momento dos debates acerca do Amazonas, nas décadas de 1840 e 1850, essa legislação não estava de modo algum consolidada.⁸⁵ Por isso, para Gregório, "longe de ser encarada como uma imposição externa ao governo imperial, a abertura da navegação do rio Amazonas deve ser analisada como uma medida formulada em âmbito interno, como resultado de um processo decisório ocorrido dentro da administração imperial e sujeita, portanto, a todas as vicissitudes inerentes à organização institucional do regime político vigente no Brasil em meados do século XIX".⁸⁶

Um dos escritos de defesa da interpretação francesa da fronteira, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazone*, do militar Adolphe de Saint-Quentin, redigido em 1850 e republicado em 1858, defende a abertura do comércio na região e condena o exclusivismo praticado pelo império brasileiro, alegando que, naquele momento, as nações mais civilizadas propugnavam ideias liberais, combatendo o isolacionismo.⁸⁷ O autor cita a abertura da China e do Japão ao comércio internacional, então recentes,

imensa e rica região, sob sua soberania" (TORRES, *O Visconde do Uruguai e sua atuação diplomática para a consolidação da política externa do Império*, op. cit., p. 136).

⁸⁴ Destaque-se a defesa da livre navegação por Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875), nas suas *Cartas do Solitário* (Rio de Janeiro, 1862).

⁸⁵ "Percebe-se, portanto, que ainda que o princípio de liberdade fluvial dos rios internacionais estivesse ganhando cada vez mais força em meados do século XIX, quando os debates sobre a questão se desenrolaram no Brasil, ele ainda estava longe de se tornar dominante no direito internacional. Até 1856 apenas os rios Reno e Escalda estavam abertos a todos os países, fato que seria citado nos debates parlamentares [no Brasil] como uma razão poderosa para manter a navegação do rio Amazonas restrita apenas aos ribeirinhos. Afinal, se nem as maiores potências do mundo haviam adotado completamente este princípio, porque o Império deveria fazê-lo?" (GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: A navegação do rio Amazonas e a formação do estado brasileiro (1838-1867)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP para obtenção do título de Mestre. São Paulo, 2008, p. 14).

⁸⁶ GREGÓRIO, op. cit., p. 14.

⁸⁷ "Hoje, as nações que caminham à frente da civilização, melhor assentadas em suas bases, e atribuindo seu verdadeiro valor à ideias liberais, combatem o sistema de isolamento, sempre respeitando os direitos adquiridos, estendendo a mão aos povos menos avançados e os chamando a caminhar com eles" ("Aujourd'hui, les nations qui marchent en tête de la civilisation, mieux assises sur leurs bases, et donnant leur véritable valeur aux idées libérales, combattent le système d'isolement, tout en respectant les droits acquis, tendent la main aux peuples moins avancés et les appellent à marcher avec elles". SAINT-QUENTIN, Alfred de. *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazone*. Paris: Imprimerie Administrative de Paul Dupont, 1858, p. 6.). Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k392756.r=Saint-Quentin%2C+Alfred+de.langFR>, acesso em junho de 2013.

afirmando que as populações andinas esperariam o mesmo, e que caberia ao Brasil abrir "a única via [o rio Amazonas] que pode lhes reunir à família das nações civilizadas"; ou correr o risco de ver os povos andinos a abrirem por conta própria.⁸⁸ O escrito de Saint-Quentin faz propaganda das possibilidades de desenvolvimento da região a partir de sua abertura, defendendo sua colonização.

No Brasil, alguns projetos para a região também foram veiculados. Além das tentativas de fundação de colônias na região, como a Colônia Pedro II,⁸⁹ houve a iniciativa, da qual participou o senador pelo Maranhão, historiador e geógrafo Cândido Mendes de Almeida (1818-1881), de criar uma província separada na região limítrofe, que teria como capital Macapá (a futura capital do estado estabelecido na região, o Amapá), onde os portugueses haviam fundado uma fortaleza (de São José de Macapá) no século XVIII. A província se chamaria inicialmente *Oyapockia*, e recebeu depois o nome de *Pinsonia*; não deixando dúvidas sobre ser a fronteira uma preocupação central da empresa. O projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados na sessão de 1º de julho de 1853, mas foi tendo sua apreciação sucessivamente postergada. Cândido Mendes de Almeida, então, reuniu em um opúsculo de pouco mais de cem páginas, publicado em 1873, toda a documentação sobre o projeto, visando reavivá-lo.⁹⁰

Considerando ainda as fronteiras com a Guiana Inglesa (com a qual o Brasil também teve questões de limites), e a Guiana Holandesa (Suriname), configura-se a importância de um sucesso na disputa com a França, que afirmasse no direito internacional o domínio exclusivo do Império do Brasil sobre uma região bastante cobiçada.

A emergência de um subgênero da historiografia: as questões de limites

No caso das disputas territoriais de fronteiras, dada sua importância para o Império e a necessidade de aporte histórico-geográfico às negociações, desenvolve-se no Brasil uma espécie de subgênero da historiografia, as "questões de limites". O *Catálogo da Exposição de história e geografia do Brasil* da Biblioteca Nacional,

⁸⁸ "Le Brésil devra leur ouvrir, ou bien elles s'ouvriront elles-mêmes un jour, l'unique voi qui peut les réunir à la famille des nations civilisées" (SAINT-QUENTIN, Adolphe de. *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazone*, p. 6).

⁸⁹ MEDEIROS, *Incompreensível colosso: a Amazônia no início do Segundo Reinado* (1840-1850), p. 113-128.

⁹⁰ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Pinsonia ou a elevação do territorio septentrional da Provincia do Grão-Pará à cathegoria de provincia com essa denominação*. Rio de Janeiro: Nova Typographia de João Paulo Hildebrandt, 1873.

realizada em 1881, uma monumental bibliografia sobre a história do Brasil, escrito pelos funcionários da Biblioteca, entre os quais Capistrano de Abreu, sob os auspícios do diretor Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938), coloca "Questões de Limites" como uma categoria à parte dentro da classe "História Diplomática", parte da seção "História do Brasil". A lista conta 224 entradas bibliográficas nas várias questões de limites enfrentadas pelo Império, sendo 48 relativas à questão da Guiana Francesa. Para efeito de comparação, a "História das Ordens Religiosas" era, no *Catálogo*, uma subdivisão equivalente às "Questões de Limites", fazendo aquela parte da classe "História Eclesiástica": a "História das Ordens Religiosas" conta com 111 entradas, pouco menos da metade das "Questões de Limites".

O problema de saber a qual rio se referiam os negociadores de Utrecht tornou-se uma *questão* histórica e geográfica (uma *question brésilienne et française*, como diz o subtítulo do livro de Joaquim Caetano da Silva), um tema, um programa a ser desenvolvido. Vocabulário que aparece em outros escritos semelhantes, voltados à resolução de pontos específicos, como no caso das "Questões Americanas" que Joaquim Caetano apresentou no IHGB em sessões de 5 dezembro de 1862, 10 de abril, 23 de outubro e 20 de novembro de 1863, um estudo sobre pontos duvidosos da obra *Examen critique de l'histoire de la géographie du nouveau continent et des progrès de l'astronomie nautique aux quinzième et seizième siècles* (1814-1834), de Alexander von Humboldt (1769-1859). As "questões" remetiam a um trabalho de revisão histórica, e se expressavam em dissertações sobre pontos específicos, cuja importância foi defendida, por exemplo, por Gaston du Fresne de Beaucourt (1833-1902), na introdução ao primeiro ano, tomo primeiro, do periódico por ele criado e intitulado justamente *Revue des Questions Historiques* (de 1866):

A utilidade de um trabalho de revisão histórica não tem necessidade, cremos, de ser demonstrada. De qualquer ponto de vista que nos coloquemos, estamos de acordo quanto a reconhecer a oportunidade. Um historiador de nossos dias [refere-se a Henri Martin], há muito acostumado mais aos elogios e às coroas acadêmicas que aos rasgos da crítica, numa carta em que reconhece lealmente um erro de sua *História da França*, fazia, há dez anos, esta declaração notável: "Seria muito feliz para a história geral que todos os pontos controversos dessem lugar a dissertações especiais, escritas por homens conscienciosos. Isto tornaria o campo histórico bem sólido". Diríamos mais: um semelhante trabalho não é somente útil; ele tornou-se necessário.⁹¹

⁹¹ "L'utilité d'un travail de révision historique n'a pas besoin, croyons-nous, d'être démontrée. A quelque point de vue qu'on se place, on est d'accord pour en reconnaître l'opportunité. Un historien de nos jours, plus habitué longtemps aux éloges et aux couronnes académiques qu'aux traits de la critique, dans une

Fresne de Beaucourt escrevia de uma perspectiva conservadora: o objeto privilegiado de sua "revisão histórica" eram as críticas à Igreja Católica na historiografia. A *Revue historique* de Gabriel Monod (1844-1912) e Gustave Fagniez (1842-1927) surgirá dez anos depois da *Revue des Questions Historiques*, em 1876, para opôr-se ao ultramontanismo e ao conservadorismo da publicação de Fresne de Beaucourt. Mas é interessante observar o pensamento exposto por Fresne de Beaucourt, revelador do papel da erudição histórica nas polêmicas religiosas, políticas e nacionais no século XIX; reprisando, na realidade, a relação entre estas disputas e o desenvolvimento da erudição que ocorria há alguns séculos, como nas polêmicas da Reforma e Contra-Reforma, por exemplo.⁹² Fresne de Beaucourt entendia a tarefa de revisão histórica tanto como necessária, quanto como difícil e ingrata. Entendia que, para fazer surgirem os erros, não era preciso mais que "um pouco de audácia e um pouco de arte" ("un peu d'audace et un peu d'art"). Uma vez existentes, os erros percorriam o caminho dos "bas-fonds de la littérature" até serem revestidos de prestígio e magia por escritores de renome. Quando, então, será inútil "demonstrar um sólida erudição, reunir laboriosamente provas irrefutáveis; frequentemente, não receberemos nada além do esquecimento ou do desdém: o erro passará triunfante ao largo da refutação, e continuará a espalhar seu veneno corruptor. Não seremos vistos um pouco como *párias*, nós discípulos da ciência conscienciosa e austera? Como nos reabilitar aos olhos do vulgo e conquistar suas simpatias?"⁹³ Fresne de Beaucourt ainda acrescenta, em nota de rodapé, frase de Alfred Maury (1817-1892), que afirma que "Os sábios, os eruditos puros se encontram em França, mas eles não são verdadeiros filhos do país; eles

lettre où il reconnaissait loyalement une erreur de son *Histoire de France*, faisait, il y a dix ans, cette déclaration remarquable: « Il serait fort heureux pour l'histoire générale que tous les controversables donnassent lieu à des dissertations spéciales, écrites par des hommes consciencieux. Cela rendrait le terrain historique bien solide. » Nous dirons plus: un semblable travail n'est pas seulement utile; il est devenu nécessaire" (*Revue des Questions Historiques*, 1^{ère} année, tome premier, 1866, p. 5.).

⁹² Cf., por exemplo, BARRET-KRIEGER, Blandine. *Jean Mabillon*. Paris: Presses universitaires de France, 1988.

⁹³ "On aura beau faire preuve d'une solide d'érudition, rassembler laborieusement des preuves irréfutables; on ne recueillera trop souvent que l'oubli ou le dédain: l'erreur passera triomphante à côté de la réfutation, et continuera à répandre son poison corrupteur. Ne nous regarde-t-on point un peu comme des *parias*, nous disciples de la science consciencieuse et austère? Comment nous réhabiliter aux yeux de la foule et conquérir ses sympathies?" (*Revue des Questions Historiques*, 1^{ère} année, tome premier, 1866, p. 6, grifo no original).

formam uma classe à parte, que [nós, os franceses] respeitamos, mas pela qual temos pouca simpatia".⁹⁴

Mas a necessidade da "reforma" que anuncia Fresne de Beaucourt era incontornável, e havia sido salientada já em 1827 por um dos "mestres da escola histórica moderna", Augustin Thierry (1795-1856), preocupado, no fim da vida, com a revisão das obras históricas, desde as científicas até os resumos e compêndios. "O que era difícil há trinta anos [quando escreveu Thierry] torna-se hoje possível", anuncia Fresne de Beaucourt: "O espírito do nosso tempo é essencialmente um espírito crítico".⁹⁵

E como proceder a este trabalho de revisão?

Nós nos engajamos no estudo das questões históricas, sem paixão, sem tomar partido, com o único desejo de buscar a verdade e dizê-la. (...). É aos fatos que nós nos lançaremos; é com a ajuda de fontes originais cuidadosamente pesquisadas, por meio de textos escrupulosamente estudados, de testemunhos severamente controlados que nós buscaremos restabelecer a verdade histórica, e que nós nos esforçaremos para dar a cada questão a última palavra da ciência.

Com o adendo de não escrever "apenas para os eruditos",⁹⁶ Fresne de Beaucourt prometia o retorno às fontes originais, munido da crítica, para realizar sua revisão. O propósito de tomar o estudo das questões históricas "sem paixão, sem tomar partido", já fica claro nesta apresentação no primeiro número da revista que dificilmente será atingido: a tendência monarquista e pró-Igreja Católica é manifesta. A *Revue historique* se posicionará, dez anos depois, em seu primeiro número, contra o tipo de polêmica histórica enviesada veiculado na *Revue des Questions Historiques*, a tal ponto que evitaria tratar de questões contemporâneas, adotando como marco temporal limite das colaborações a queda de Napoleão em 1815.⁹⁷ No tratamento das questões históricas, se

⁹⁴ "Les savants, les érudits purs se rencontrent en France, a dit M. Alfred Maury, mais ils ne sont pas les vrais enfants du pays; ils forment une classe à part, qu'on respecte, mais pour laquelle on sympathise peu" (*Revue des Questions Historiques*, 1^{ère} année, tomo premier, 1866, p. 6, nota 2).

⁹⁵ "La réforme que nous voulons introduire, le but que nous cherchons à attendre ne sont pas cependant choses si téméraires"; "L'un des maîtres de l'école historique moderne"; "Ce qui était difficile il y a trente ans devient possible aujourd'hui. L'esprit de notre temps est essentiellement un esprit critique" (*Revue des Questions Historiques*, 1^{ère} année, tomo premier, 1866, p. 6, todas as citações).

⁹⁶ "Nous nous engageons dans l'étude des questions historiques, sans passion, sans parti pris, avec le seul désir de chercher la vérité et de la dire. (...) C'est aux faits que nous nous attaquons; c'est à l'aide des sources originales soigneusement recherchées, au moyen des textes scrupuleusement étudiés, des témoignages sévèrement contrôlés que nous tâcherons de rétablir la vérité historique, et que nous nous efforcerons de donner sur chaque question le dernier mot de la science. (...) Nous n'écrivons pas pour les seuls érudits" (*Revue des Questions Historiques*, 1^{ère} année, tomo premier, 1866, p. 9).

⁹⁷ "Nous voudrions offrir un champ de travail commun à tous ceux qui, quelles que soient leurs tendances particulières, aiment l'histoire pour elle-même et n'en font pas une arme de combat pour la défense de leurs idées religieuses ou politiques. Aussi, tout en laissant à nos collaborateurs la liberté et la

comprometeria com uma abordagem científica, mas sem se restringir a ser uma revista exclusivamente para eruditos.⁹⁸

Malgrado as diferenças entre as duas publicações, observa-se um vocabulário semelhante ao tratar das questões históricas: o realce da importância do esclarecimento das questões, com vistas a um conhecimento histórico mais sólido, a necessidade de uma abordagem livre de paixões e vieses (sem "parti-pris"), um procedimento de busca das fontes originais, sua crítica escrupulosa e conscienciosa, e a citação adequada dessas fontes; e, em ambos os casos, um distanciamento do que seria a erudição pura, com votos de que a publicação atraísse a todos os interessados em história, não apenas os próprios estudiosos das questões; nas palavras de Fresne de Beaucourt, era preciso atrair "aqueles que têm medo de livros grossos e de dissertações pesadas, os que abrem apenas revistas e jornais, que se prendem a resumos de história inexatos ou incolores".⁹⁹

No Império brasileiro, tornou-se recorrente a justificativa da necessidade da escrita da história pátria também como revisão das histórias do Brasil escritas até então, sobretudo por estrangeiros. Com poucas exceções (a mais lembrada, a *History of Brazil* de Robert Southey), os brasileiros no pós-Independência julgavam necessário depurar as narrativas existentes de erros e deturpações. Essa preocupação aparece, por exemplo, no discurso inaugural do IHGB, do Cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846):

Eis-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e desta arte mostrarmos às nações cultas que também prezamos a glória da pátria, propondo-nos a concentrar, em uma literária associação, os diversos fatos da nossa história e os esclarecimentos geográficos do nosso país, para que possam ser oferecidos ao conhecimento do mundo,

responsabilité de leurs opinions personnelles, leurs demanderons-nous d'éviter les controverses contemporaines, de traiter les sujets dont ils s'occuperont avec la rigueur de méthode et l'absence de parti pris qu'exige la science, et de n'y point chercher des arguments pour ou contre des doctrines qui ne seraient qu'indirectement en jeu" (*Revue historique*, 1^{ère} année, tome premier, jan-jun 1876, "Avant-propos", p. 1).

⁹⁸ "Nous ne ferons donc ni une oeuvre de polémique ni une oeuvre de vulgarisation, sans que pourtant notre Revue soit un recueil de pure érudition. Elle n'admettra que des travaux originaux de première main, qui enrichissent la science, soit par les recherches qui en seront la base, soit par les résultats qui en seront la conclusion; mais tout en réclamant de nos collaborateurs des procédés d'exposition strictement scientifiques, où chaque affirmation soit accompagnée de preuves, de renvois aux sources et de citations, tout en excluant sévèrement les généralités vagues et les développements oratoires, nous conserverons à la *Revue historique* ce caractère littéraire, auquel les savants ainsi que les lecteurs français attachent avec raison tant de prix" (*Revue historique*, 1^{ère} année, tome premier, jan-jun 1876, "Avant-propos", p. 1-2).

⁹⁹ "Il faut que ceux qui ont peur des gros livres et des lourdes dissertations, ceux qui n'ouvrent que les revues ou les journaux, et qui s'en tiennent à des abrégés d'histoire inexacts ou incolores, tous ces hommes de bonne foi qui tombent d'autant plus facilement dans les pièges de l'erreur qu'ils sont sans défiance, puissent venir à nous, et trouver dans ces pages une instruction solide et une solution consciencieusement motivée" (*Revue des Questions Historiques*, 1^{ère} année, tome premier, 1866, p. 9).

*purificados dos erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais como estrangeiros.*¹⁰⁰

A ausência dessa revisão, sobretudo factual, da história do Brasil proporcionava a repetição e consolidação dos erros. Afigurava-se tarefa (patriótica) do IHGB empreender essa revisão:

O nosso silêncio, repreensível de certo em matéria que tanto afeta a honra da pátria, tem dado ocasião a que os historiadores uns de outros se copiem, propagando-se por isso muitas inexatidões, que deveriam ser imediatamente corrigidas.

O coração do verdadeiro patriota brasileiro aperta-se dentro no peito quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos fatos da nossa gloriosa independência. (...).

Não é meu intento, senhores, apontar-vos agora os erros de que estão saturadas muitas obras sobre o Império do Brasil. Esta honrosa tarefa será de certo empreendida pelos membros do nosso Instituto: ela oferece um campo vastíssimo à investigação daqueles sócios que conhecem a necessidade de remediar os males daí provindos. (...). Começamos hoje um trabalho que, sem dúvida, remediará de alguma sorte os nossos descuidos, reparando os erros e enchendo as lacunas que se encontram na nossa história.¹⁰¹

Era necessário oferecer aos brasileiros uma história "expurgada de tantos erros".¹⁰² O mote da necessidade de corrigir as narrativas existentes e fundar a história do Brasil em bases factuais mais sólidas tem permanência no período, sobretudo sua faceta de crítica aos escritos de estrangeiros sobre o Brasil. Na introdução ao tomo I de sua *Corografia histórica*, Melo Moraes escreverá, em 1858: "São poucos os estrangeiros, que falam do Brasil, e dos Brasileiros, conscienciosamente, quando não proferem banalidades, que movem o riso, ou aventam calúnias estultas".¹⁰³ Melo Moraes poupa ali, entretanto, os escritores portugueses e brasileiros.

Se por um lado havia erros a expurgar da narrativa da história do Brasil, por outro havia pontos duvidosos: tópicos em que a oposição verdadeiro/falso não podia ser aplicada. Questões cuja resposta envolvia investigação, confronto de hipóteses, debate. Desde o princípio do IHGB, essas questões são colocadas em debate na forma, por exemplo, de "programas históricos" (e/ou geográficos), temas apresentados para discussão comumente na forma de perguntas. Os "programas históricos" já estavam presentes na dinâmica das academias setecentistas, e em 1839 um dos primeiros

¹⁰⁰ *RIHGB*, tomo I, 1839, p. 9, grifo nosso. Grafia atualizada.

¹⁰¹ *RIHGB*, tomo I, 1839, p. 10.

¹⁰² *RIHGB*, tomo I, 1839, p. 13.

¹⁰³ *Corografia*, tomo I, 1858, p. IX. Grafia atualizada.

programas propostos no IHGB, pelo Visconde de São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847), dizia respeito justamente aos limites do Império do Brasil. A pergunta do então presidente do Instituto era: "Quaes são os limites naturaes, pacteados, e necessarios do Imperio do Brasil?", e a memória inicial de São Leopoldo a respeito foi apresentada em sessão do Instituto de 16 de fevereiro de 1839. Na sessão de 19 de janeiro de 1843, foi apresentada no Instituto uma crítica à memória, as "Breves anotações á Memoria (...)", pelo sócio correspondente do IHGB, o conselheiro português Manoel José Maria da Costa e Sá, de quem falaremos posteriormente. São Leopoldo apresenta resposta às anotações, artigo extraído das atas da sessão do Instituto de 19 de janeiro de 1843.¹⁰⁴

A memória inicial de São Leopoldo dividia-se em três partes: os limites do Sul, os do Oeste, e os do Norte. Nestes últimos, sua apreciação é toda sobre a questão com a Guiana Francesa. São Leopoldo não faz um histórico da presença de franceses e portugueses na região, ou uma crítica de mapas antigos e de descrições do território, que pudesse aclarar os respectivos direitos históricos ao território em litígio. Sua narrativa restringe-se aos tratados e negociações diplomáticas, adotando como marco inicial de sua cronologia o ano de 1697, quando os franceses teriam começado a demonstrar suas pretensões àquela região. Segue assim o desenvolvimento das negociações e tratados diplomáticos, passando pelo Tratado de Utrecht até o Congresso de Viena (1815). A crítica subsequente de Costa e Sá é pesada:¹⁰⁵ o autor aponta diversas omissões de São Leopoldo, quanto a fatos e documentos que deveria ter consultado. São Leopoldo havia deixado de fora da narrativa dois tratados, que, embora tenham sido invalidados pelo de Utrecht, eram importantes para a compreensão da questão: o tratado provisional de 4 de março de 1700, e o tratado de 1797, com o Diretório francês. E menciona duas memórias ausentes em São Leopoldo: a do Conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes, e a de Gomes Freire de Andrade, embora ponderando se tratassem de "papeis raros pelas poucas copias que d'elles correm".¹⁰⁶

¹⁰⁴ Todos os escritos foram impressos no volume *Memórias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo primeiro. Rio de Janeiro: Laemmert, 1845.

¹⁰⁵ "(...) é para todo dissabor ter que notar ser tudo o que o auctor diz, desde pag. 24 até pag. 29, em que funda a noticia de taes transacções com o Tratado de Utrecht, inexacto, e totalmente opposto á verdade dos factos, de que ahi faltam os mais essenciaes" (*Memórias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo primeiro, *op. cit.*, p. 172).

¹⁰⁶ *Memórias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo primeiro, *op. cit.*, p. 174.

São Leopoldo admite não ter conseguido encontrar cópias dessas memórias, por maiores que tenham sido seus esforços.¹⁰⁷ Defende sua decisão de excluir da narrativa os tratados de 1700 e 1797, alegando que assinalou os problemas advindos da redação do primeiro (o que era o essencial a seu respeito), e não incluindo o segundo por achar que só aumentaria a confusão da questão.¹⁰⁸ Manteve ainda sua posição de que os ingleses não zelaram devidamente pelos interesses portugueses nas negociações do Congresso de Viena, o que fora contestado por Costa e Sá, e defendeu o Império brasileiro de acusação deste último, de que o Brasil independente vinha sendo negligente nas questões de limites.

Mas o que importa observar é como esse debate entre o Visconde de São Leopoldo e o Conselheiro Costa e Sá mostra como a questão da Guiana Francesa passou de uma questão de história diplomática, restrita ao exame de tratados e negociações diplomáticas, para uma questão de história geográfica mais complexa, referente à interpretação do texto do Tratado de Utrecht. Nos anos em que se deu esse debate, na passagem da década de 1830 para a de 1840, essa transformação ocorre, o que faz com que o tipo de abordagem adotado na memória de São Leopoldo, e replicado nas "Breves Anotações" de Costa e Sá, se tornasse insuficiente. A partir do início da década de 1840, qualquer trabalho sobre a questão teria de se fundar em uma erudição histórica considerável, que só aumenta à medida em que as negociações entre os dois países vão se desenvolvendo, e, ao mesmo tempo, fracassando, incapazes de chegar a uma solução. Dos primeiros trabalhos na década de 1840, passando pelas memórias do francês Saint-Quentin e do brasileiro Joaquim Caetano da Silva, de 1850 e 1851, respectivamente, até as exposições do Visconde do Uruguai e do Barão de Butenval nas negociações de 1855-56, a crítica de D'Avezac à *História Geral* de Varnhagen, e o *L'Oyapoc et l'Amazon* (1861-1863) de Joaquim Caetano, o grau de complexidade e erudição dos escritos sobre a questão da Guiana Francesa cresce exponencialmente. E essa mudança deveu-se ao estabelecido na retomada das negociações entre Brasil e França no início da década de 1840.

Naquela ocasião, por proposição do governo francês, aceita pelo governo brasileiro, resolveu-se adiar o envio de comissários para delimitação da fronteira na região da Guiana, pois foi considerado que essa delimitação seria infrutífera, uma vez que os comissários não teriam claras instruções de onde realizá-las; era preciso,

¹⁰⁷ *Memórias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo primeiro, *op. cit.*, p. 225.

¹⁰⁸ *Memórias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo primeiro, *op. cit.*, p. 225-226.

primeiramente, que houvesse um acordo sobre o limite estipulado no Tratado de Utrecht, para aí sim se proceder às demarcações. Conforme descreveu o Visconde do Uruguai na memória que apresentou no início das negociações com o Barão de Butenval em 1855, foi em despacho de 5 de julho de 1841 que o ministro dos Estrangeiros François Guizot fez esta proposta ao governo brasileiro, que a aceitou.¹⁰⁹

O governo brasileiro, segundo o Visconde do Uruguai, não julgava inapropriada a proposição francesa; antes a considerava de acordo com o Congresso de Viena de 1815 e a Convenção de Paris de 1817, que previam em seus textos o estabelecimento dos limites de acordo com o sentido preciso do artigo oitavo do Tratado de Utrecht. O que era preciso determinar, por conseguinte? Assim o Visconde do Uruguai exprimiu o problema:

Trata-se de fixar, como exprime o artigo 107 do Tratado de Viena, o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht.

Ora, pelo artigo 8º do Tratado de Utrecht, S. M. C. [Sua Majestade Cristianíssima, o rei da França, Luís XIV], desistiu para sempre, nos termos mais fortes e mais autênticos, etc., etc., de todos os direitos e pretensões que pode e poderá pretender sobre a propriedade das terras chamadas do Cabo do Norte, e situadas entre o rio das Amazonas e o de Iapoc ou Vicente Pinzón.

Assim o rio de Iapoc ou Vicente Pinzón estava estabelecido como limite entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Mas qual é este rio Iapoc ou Vicente Pinzón do Tratado de Utrecht?

Aí está toda a questão, que devemos colocar assim para torná-la mais clara.

O que os negociadores de Utrecht entendiam ou podiam entender por "rio Iapoc ou Vicente Pinzón?"

E sem dúvida, porque é da natureza da interpretação atribuir ao ponto a ser interpretado somente a inteligência que seus autores poderiam lhe atribuir, e não outra. É preciso se reportar às ideias do tempo no qual os autores pensaram sobre o que faziam.

Assim é somente pelas noções geográficas que existiam na época na qual o Tratado de Utrecht foi assinado, que nós podemos hoje o interpretar.¹¹⁰

¹⁰⁹ *Annexo ao Relatório do Ministerio dos Negocios Estrangeiros de 1857. Limites com a Guyana Franceza. Protocolos das conferências havidas na Corte de Paris entre os plenipotenciarios do Brasil e de França para a determinação daquelles limites.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857, p. 3. Abreviaremos a citação para *Protocolos* daqui em diante, para facilitar a identificação da publicação.

¹¹⁰ "Il s'agit de fixer, comme s'exprime l'article 107 du Traité de Vienne, le sens précis de l'article 8^{me} de celui d'Utrecht. Or, par l'article 8^{me} du Traité d'Utrecht, S. M. T. C. se désistait pour toujours, dans les termes les plus forts et les plus authentiques, etc., etc., de tous droits et prétentions qu'elle peut et pourra prétendre sur la propriété des terres appelées du Cap Nord, et situées entre la rivière des Amazones et celle de Iapoc ou Vincent-Pinson. Ainsi la rivière de Iapoc ou Vincent-Pinson était établie comme limite entre le Brésil et la Guyane Française. Mais quelle est cette rivière Iapoc ou Vincent-Pinson du Traité d'Utrecht? Voilà toute la question, qu'il faut poser ainsi pour la rendre plus claire. Qu'est-ce que les négociateurs d'Utrecht entendaient ou pouvaient entendre par «rivière Iapoc ou Vincent-Pinson?» Et sans doute, parce qu'il est de la nature de l'interprétation de donner seulement au point à interpréter

O Barão de Butenval aceita as bases da negociação, embora pondere a necessidade de se interpretar o Tratado de Utrecht como um todo, não apenas o artigo citado, em sua letra e espírito. As memórias de Joaquim Caetano da Silva (1851) e de Saint-Quentin (1850) já traziam essa circunscrição do problema: os limites dependiam da interpretação do Tratado de Utrecht, a ser feita pelo exame dos mapas antigos e relatos escritos da região que revelassem quais as noções geográficas do território existentes na época do Tratado.

De modo que a questão ganha o caráter de uma questão de erudição histórica, proporcionando a letrados dos dois países a chance de oferecerem contribuições a seus governos que, em último caso, poderiam ser decisivas na solução da questão. A variedade dessas contribuições é indício da variedade das maneiras de se escrever história naquele momento, e sobretudo das formas distintas de compreender e praticar a erudição na historiografia. As disputas entre essas formas vão aparecer no estudo das questões de limites como um embate entre oferecimentos de serviços ao Império, capazes de conferir a seus autores não apenas cargos ligados a esses serviços, como funções no corpo diplomático, mas o reconhecimento do Imperador e a glória de associar seu nome à manutenção da integridade do Império. Duas dessas tentativas de contribuições, lançadas nos anos seguintes à publicação dos protocolos das negociações de 1855-56, expõem com clareza essa multiplicidade de concepções historiográficas: os capítulos sobre a questão de limites com a Guiana nos dois primeiros tomos da *Corografia histórica* de Melo Moraes (1858 e 1859), e *L'Oyapoc et l'Amazone*, de Joaquim Caetano da Silva (1861 e 1863). Ambos julgaram ter fornecido ao governo brasileiro toda a argumentação necessária para defender os direitos brasileiros no litígio. Por que tanto Melo Moraes como Joaquim Caetano da Silva pensavam poder chegar a essa conclusão, em escritos tão diferentes?

Erudição histórica

Uma noção considerada indispensável pelos autores do período, e que se mostra especialmente decisiva na apreciação dos escritos voltados para as questões de limites, é a noção de *erudição histórica*. Constantemente mobilizada, observamos que seu

l'intelligence que ses auteurs pouvaient lui donner, et non pas une autre. Il faut se reporter aux idées des temps où ils ont pensé sur ce qu'ils faisaient. Ainsi c'est seulement par les notions géographiques qui existaient au temps où le Traité d'Utrecht fut signé, que nous pouvons aujourd'hui l'interpréter" (*Protocolos*, p. 4).

entendimento não era uniforme. O que procurar, então, como *erudição histórica* nos escritos daquele período? Por um lado, o domínio das fontes se afigura imprescindível, para o qual encontravam-se os autores diante do problema do *acesso* às fontes. Entretanto, passando da pesquisa à escrita, como dar vazão à erudição? Enquanto hipótese, sugerimos que o espaço primordial da erudição eram os momentos não-narrativos de um texto, ou os momentos em que a narrativa era suspensa, para dar lugar a demonstrações e raciocínios voltados para a resolução de alguma questão histórica específica. Desse modo, algumas narrativas poderiam ser eruditas em função de seu lastro documental e da maneira como combinavam narrativa com momentos de resolução de dúvidas; outros escritos seriam especificamente de erudição, dedicados exclusivamente à resolução de problemas, como os escritos de Joaquim Caetano da Silva. A erudição ocuparia, assim, os momentos em que a narrativa é temporariamente suspensa para a resolução de alguma "dúvida" (vocabulário já presente na produção acadêmica setecentista¹¹¹), ou seja, um problema historiográfico.

Pedro Telles da Silveira, estudando os acadêmicos do século XVIII, entende

por erudição a atividade de consulta, coleta e compilação de documentos, assim como de crítica textual elaborada por jurisconsultos e outros estudiosos, justamente os eruditos, a respeito do passado histórico assim como da narrativa bíblica e de suas condições de entendimento. A história da erudição, parece-me, ultrapassa em muito a mera questão do método (...).¹¹²

Erudição, nessa visão, é mais do que a crítica textual ou o método, correspondendo também a todo o trabalho de pesquisa. A erudição encontrava-se naquele momento, porém, em tensão com uma concepção de história ainda eminentemente narrativa, pois "a erudição podia aparecer como elemento disruptor da economia genérica que regulava o gênero histórico",¹¹³ isto é, a erudição poderia quebrar a linearidade do relato histórico. Há uma tensão entre o entendimento de que o texto histórico deveria obedecer a uma economia narrativa, e a introdução de momentos não-narrativos, dentre os quais (embora não unicamente), os *momentos de erudição*, as discussões de problemas historiográficos. O gênero talvez mais adequado à produção eminentemente erudita eram as "dissertações" voltadas para a resolução de problemas, que poderiam inclusive se organizar visualmente de forma não-linear, por parágrafos separados ao invés de um

¹¹¹ SILVEIRA, Pedro Telles da. *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, MG: 2012, p. 113.

¹¹² SILVEIRA, *op. cit.*, p. p. 88, nota 14.

¹¹³ SILVEIRA, *op. cit.*, p. 95, referindo-se da *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita.

texto corrido - como fará Joaquim Caetano da Silva. Resumindo a questão para o século XVIII, escreve Pedro Telles da Silveira que os gêneros eruditos "experimentavam (...) justamente a incapacidade de perfazer uma história bem-quista, ou seja, uma que congregasse a exatidão das informações com o aprazível da narrativa e o desvelamento de importantes ensinamentos morais para o presente".¹¹⁴

Cremos que a situação no século XIX não deva ter mudado tanto, no sentido de que a recepção às obras de historiografia ainda conterà preocupações com o equilíbrio entre as minúcias e discussões eruditas e a fluência da narrativa. Nesse sentido, a consideração de Joaquim Caetano da Silva como o maior erudito em história do Brasil do século XIX pode passar também por esse senso de decoro: Joaquim Caetano sabia onde e como expor a erudição. Era, antes de tudo, um autor erudito porque escrevia nos gêneros eruditos, as "questões" ou "dissertações". Não escrevia obras de história dentro das quais dispunha uma vasta erudição; o que apenas cansaria os leitores, dotados de expectativas que os preparavam para uma narrativa, e mostraria desconhecimento, da parte do autor, do que seria verdadeiramente uma obra de história. Carl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868), na proposta vencedora do concurso do IHGB a respeito de "Como se deve escrever a história do Brasil", alertara para o excesso de minúcias e erudição nas obras de história de províncias escritas até então no Brasil, defendendo a exclusão dessas partes.¹¹⁵ Entendemos que não devesse se tratar de uma rejeição da erudição, mas sim da crítica à sua disposição em momentos e gêneros inapropriados.

Olivier Guyotjeannin identifica no século XVII e no século XIX dois momentos fundamentais no desenvolvimento da erudição histórica: o primeiro, um momento de criação,¹¹⁶ o segundo, aquele no qual "a história pretende ser ciência".¹¹⁷ Mas nesse

¹¹⁴ SILVEIRA, *op. cit.*, p. 139.

¹¹⁵ Martius aponta: "um grande número de fatos e circunstâncias insignificantes, que com monotonia se repetem, e a relação minuciosa até o excesso de acontecimentos que se desvaneceram sem deixar vestígios históricos, tudo isso, recebido em uma obra histórica, há de prejudicar o interesse da narração e confundir o juízo claro do leitor sobre o essencial da relação. O que avultará repetir-se o que cada governador fez ou deixou de fazer na sua província, ou relacionar fatos de nenhuma importância histórica (...) ou uma escrupulosa acumulação de citações e autos que nada provam, e cuja autenticidade histórica é por vezes duvidosa? Tudo isso deverá, segundo a minha opinião, ficar excluído" (*RIHGB*, 1844, tomo 6, p. 399).

¹¹⁶ "A erudição histórica é, numa larga escala, uma criação dos grandes arqueólogos do século XVII, descobridores polivalentes, ao mesmo tempo que pesquisadores insaciáveis (...). Mabillon, que estabeleceu os fundamentos da diplomática (1681); de Cange, os da lexicografia do latim medieval (1678), para não citar mais do que dois exemplos, não oferecem apenas instrumentos de trabalho ou conselhos. Herdeiros de um século XVI que instituiu como dogma o corte com o passado, contemporâneos de uma nação e de uma monarquia recém-criadas, eles fornecem terra firme para o historiador, elaborando procedimentos tidos hoje em dia como refinados, mas sempre funcionais, de investigação e de validação dos 'vestígios' monumentais/documentais" (GUYOTJEANNIN, Olivier. "A

segundo momento, o autor traz a discussão para o contexto francês do final do século XIX, citando como exemplo do clima da época um livro de 1896, de autoria de Henri d'Arbois de Jubainville (1827-1910), intitulado *Duas maneiras de escrever a história*, que continha "uma série de observações polêmicas (...) sobre a história dos retóricos, que contrapõe à história científica".¹¹⁸ Pois cremos que, no caso brasileiro ao menos, de meados do século XIX, a relação da retórica com a erudição se dá sob uma articulação diferente. Seria a formação humanista, retórica, do ensino brasileiro de então que possibilitaria que dois médicos, Melo Moraes e Joaquim Caetano, seguindo o exemplo de inúmeros outros, passassem tão facilmente da medicina às letras. A retórica forneceria ainda as noções de decoro a respeito da erudição, e, o que era essencial também, as regras de estruturação de um texto argumentativo, um espaço privilegiado para a manifestação da erudição.

Uma diferença entre as trajetórias de Melo Moraes e de Joaquim Caetano, conforme veremos, é que o segundo jamais exerceu a medicina, ao contrário do primeiro, que dela tirou seu sustento e os recursos para as pesquisas, publicações e para a formação de seu acervo pessoal de documentos e obras raras. A opção de Joaquim Caetano por seguir carreira nas humanidades, como professor no Colégio Pedro II (onde lecionou Retórica, Gramática Portuguesa e Língua Grega), entretanto, revela o caldo comum em que ambos se formaram (e que Caetano, como professor, ajudou a reproduzir para as gerações seguintes): a cultura fortemente permeada pela retórica e pela eloquência do Brasil oitocentista, marcando inclusive a formação dos que se voltavam para as ciências naturais. Num contexto em que "a posse da palavra", segundo Roberto de Oliveira Brandão, fundado em análises como a de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, "representada pela alfabetização e, em seguida, pelo domínio da eloquência, constituíam em critérios de divisão social do mesmo modo que a fortuna, a nobreza, a posse de terras e de escravos", a cultura letrada humanista permeava a formação de toda a elite: "Por sua função de ornamento, a retórica e as letras em geral acabariam por formar o estofado de todas as profissões liberais, advocacia, medicina, engenharia, como horizonte desejável".¹¹⁹ Brandão, estudioso dos manuais de retórica usados no Brasil no século XIX (como os que Joaquim Caetano utilizava com

Erudição Transfigurada". In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados Recompuestos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Ed. FGV, 1998, p. 164).

¹¹⁷ GUYOTJEANNIN, "A Erudição Transfigurada", *op. cit.*, p. 164.

¹¹⁸ GUYOTJEANNIN, "A Erudição Transfigurada", *op. cit.*, p. 164-165.

¹¹⁹ BRANDÃO, Roberto de Oliveira. "Manuais de retórica brasileiros do século XIX". In: PERRONE-MOISÉS, Leila. *Ateneu: Retórica e Paixão*. São Paulo: Brasiliense/USP, 1988, p. 56.

seus alunos no Pedro II), classifica esse aspecto daquela sociedade de "literocentrismo", e elenca, a título de amostra, uma lista de médicos e naturalistas dedicados às letras, ao jornalismo, à política e ao magistério de humanidades,¹²⁰ mostrando como a retórica e a eloquência eram parte de suas formações a tal ponto que, podemos dizer, não havia de fato uma transição entre, por exemplo, a medicina e as letras: o médico formava-se (ou deveria formar-se) com todos os domínios do orador e do escritor, e talvez mesmo esperasse-se dele que desempenhasse essas funções.

Em alguns casos, a cultura retórica e a medicina apareciam de fato como uma só: um dos exemplos trazidos por Roberto Brandão é justamente Melo Moraes, autor de *Physiologia das Paixões e Affecções*, em três tomos,¹²¹ um estudo sobre as características físicas e morais do homem e da mulher, e suas diferenças.

O que chama a atenção, dentro do nosso interesse, é que embora prometa um trabalho científico, o autor apoia-se exclusivamente em textos literários, principalmente poemas, para justificar suas afirmações. Na verdade, esse é um dos traços mais característicos da tradição retórica, isto é, a supremacia do verbal sobre a observação dos fenômenos reais.¹²²

Essa observação sobre a cultura retórica merece atenção, pois nos debates sobre a questão da Guiana, tanto da parte de autores brasileiros, como dos autores franceses, muito valor era atribuído aos testemunhos que vinham da observação direta da região em litígio. Isto é, o testemunho ocular de fato se integrava à retórica, como um critério que quase automaticamente colocava o dito testemunho num patamar acima dos demais, contribuindo para definir a hierarquia dos argumentos.

Se a retórica surgia até nos manuais médicos, para os historiadores sua presença era inescapável, como relata Brandão: "a eloquência era considerada a forma matriz da literatura".¹²³ O cônego Fernandes Pinheiro, que foi presidente do IHGB, foi também autor de manual de retórica, onde afirma: "A retórica não se limita à oratória sendo

¹²⁰ "Esse literocentrismo que aparece nos manuais de retórica reflete-se vivamente no grande número de homens de ciência que durante o século XIX dedicaram-se às letras, à política, ao jornalismo e até ao ensino da retórica: José Bonifácio, o moço, mineralogista, poeta, jornalista e político; Lopes Moura, médico, historiador da literatura e crítico; Torres Homem, médico, jornalista, orador e político; Líbero Badaró, médico e jornalista; Manuel Antônio de Almeida, médico e romancista; Joaquim Manuel de Macedo, médico, romancista e parlamentar; José Maria Velho da Silva, médico, poeta e professor de retórica do Colégio Pedro II; Francisco de Paula Menezes, médico e professor de retórica do Colégio Pedro II. Se fôssemos contar os advogados, seria uma lista sem fim" (BRANDÃO, "Manuais de retórica brasileiros do século XIX", *op.cit.*, p. 57).

¹²¹ Rio de Janeiro: Typ. Dous de Dezembro - de Paula Brito, 1854-55.

¹²² BRANDÃO, Roberto de Oliveira. "Presença da oratória no Brasil do século XIX". In: PERRONE-MOISÉS, Leila. *Ateneu: Retórica e Paixão*, *op. cit.*, p. 216.

¹²³ BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros no século XIX*. Tese de doutoramento, FFLCH/USP. São Paulo, 1972, p. 39.

também extensiva à arte de escrever; por isso que o discurso escrito é a forma literária mais rica e mais completa... Tão íntima é a conexão entre a eloquência, a história, a filosofia e a moral que ninguém contestará a utilidade do estudo da retórica aos que aspiram aos foros de historiadores, filósofos e moralistas".¹²⁴ No estudo das questões controversas, todos esses preceitos são mobilizados, e postos à prova. A postura diante das *autoridades*, por exemplo, os autores consagrados pela literatura sobre determinado assunto, é significativa nesse contexto. Oscila-se entre a manutenção das autoridades e sua contestação com base nas regras da razão, posição já presente na herança portuguesa absorvida pela cultura retórica brasileira do Oitocentos: aparecia, por exemplo, em Verney, na necessidade de se ir aos autores antigos com critério, isto é, obedecendo-se antes à razão que aos modelos.¹²⁵ Brandão aponta como os próprios manuais dependiam muito da noção de autoridade, na medida em que eram largamente baseados, quando não resumos, de textos clássicos sobre retórica.¹²⁶ Também tributária dessa cultura é o uso de conceitos como verossimilhança, um dos vocábulos "que exprimem fatores estéticos",¹²⁷ na formação de uma escala para verificar a proximidade de um relato com a realidade histórica ao qual ele se refere, que ia desde o falso, ou fabuloso, até o verídico (passando pelo provável e pelo possível).

Essa escala insere-se na função referencial da linguagem,¹²⁸ e tem importância especial para nós por relacionar-se aos preceitos do sistema retórico relativos às disputas, às argumentações. Os gêneros literários eram divididos (e hierarquizados) a partir de três funções básicas: convencimento, persuasão e deleite (ou, em outros termos, inteligência, ação e prazer).¹²⁹ O convencer estava ligado ao instruir, e apelava à razão do ouvinte/leitor. O persuadir visava *mover*, e era um apelo à emoção. O deleite buscava *interessar* o interlocutor, atraindo a contemplação. A primeira função era típica das obras didáticas, a segunda dos discursos religiosos e políticos, a terceira de gêneros como o panegírico. Mas não há uma separação estrita entre as funções, e a hierarquia se

¹²⁴ BRANDÃO, *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros no século XIX*, p. 39-40.

¹²⁵ BRANDÃO, *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros no século XIX*, p. 28. Sobre Verney, cf. FERREIRA, Breno Ferraz Leal. *Contra todos os inimigos. Luís Antônio Verney: historiografia e método crítico (1736-1750)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

¹²⁶ BRANDÃO, *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros no século XIX*, p. 66.

¹²⁷ BRANDÃO, *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros no século XIX*, p. 50.

¹²⁸ "Em decorrência de seu valor probatório, todas as formas da função referencial seja como afirmação do real, do verdadeiro, do permanente, do essencial, ou do apenas verossímil ou lógico, gozam de um estatuto altamente privilegiado dentro do sistema retórico". BRANDÃO, *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros no século XIX*, p. 95.

¹²⁹ BRANDÃO, *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros no século XIX*, p. 44.

dá de fato pelo acúmulo delas em um único gênero. É assim que o grau mais elevado de eloquência é atingido, segundo o manual de José Maria Velho da Silva, onde "o orador procura mover os ânimos, convencendo, persuadindo e deleitando; este grau, manifestação esplêndida do gênio oratório acha campo largo nos discursos da tribuna sagrada, e nos das assembleias políticas ou populares".¹³⁰

O tipo de texto (ou de discurso, num sentido mais amplo) de uma disputa como a questão da Guiana privilegiava, acredito, a função do convencimento. Apoiava-se na instrução:

A "instrução" visa a convencer o destinatário através das provas, e, para tal, apoia-se na atividade da razão. Consiste em "reduzir os outros a que reconheçam e acreditem alguma verdade" [citação do manual de Borges de Figueiredo]. Compreende, portanto, uma relação triádica: a mensagem (estrutura significante cujo centro é o que se quer provar), o referente (aquilo que confere "realidade" ou "veracidade" à mensagem) e o destinatário (pessoa que processa o relacionamento entre a mensagem e o referente).¹³¹

Roberto Brandão dá alguns exemplos da mediação que o entendimento realiza entre o referente e a mensagem, tipos que encontramos nos textos argumentativos da questão da Guiana: mediações por meio de testemunho de autoridade, pelo confronto com exemplos ou por argumentos silogísticos.¹³² Entretanto, o autor ressalva que a relação estabelecida entre a mensagem e a realidade que se quer provar é uma relação de construção: a "referência a algo real não obedece propriamente ao desejo de ser objetivo, mas tem função eminentemente argumentativa. No fundo, o processo encobre *o ato de instauração de uma realidade* [grifo meu], isto é, o ponto de vista do emissor da mensagem". O emissor *instaura a realidade que quer provar*. O autor argumenta que há uma desconfiança do próprio sistema retórico em relação ao discurso, como uma autoconsciência, creio, que Brandão associa a uma autodefesa, levando à atribuição de um peso maior ao "efeito probatório".¹³³

No caso de uma argumentação, a retórica prescrevia um texto organizado sobre três pilares: invenção, disposição e expressão. A invenção correspondia à fase de

¹³⁰ BRANDÃO, *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros no século XIX*, p. 46.

¹³¹ BRANDÃO, *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros no século XIX*, p. 95-96.

¹³² BRANDÃO, *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros no século XIX*, p. 96.

¹³³ "No fundo, o sistema retórico, por um processo de auto-defesa, desconfia sempre do discurso enquanto estrutura linguística, o que o leva a acentuar o papel do referente como prova da veracidade da mensagem verbal. Essa diretiva conduz, naturalmente, à subordinação do efeito estético à finalidade argumentativa, que exige do emissor da mensagem maior apego aos fatos como condição de credibilidade. O que pesa é o efeito probatório, ao passo que o efeito estético funciona apenas como reforço da argumentação" (BRANDÃO, *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros no século XIX*, p. 100).

escolha de argumentos, de levantamento de fatos que auxiliassem a provar o ponto defendido, a partir dos conhecimentos do autor. O filósofo escocês Hugh Blair (1718-1800), uma das principais fontes dos autores brasileiros de manuais de retórica no século XIX, como mostra Roberto de Oliveira Brandão, considerava esta a fase mais material, a base de todo o resto, e entendia que, nesse ponto, a arte oferecia pouca assistência ao autor. Blair apresentava a lição dos antigos neste ponto, citando Aristóteles, Cícero e Quintiliano, indicando como a retórica auxiliava o orador a encontrar argumentos: a doutrina dos tópicos, ou " 'loci communes' " e " 'fedes argumentorum' ".¹³⁴ Dentre os lugares comuns onde encontrar argumentos, Blair menciona os gerais, como gênero e espécie, causa e efeito, antecedentes e consequentes, circunstâncias de tempo e espaço. Por outro lado, "para cada tipo específico de discurso público, eles [os antigos] possuíam seu 'loci personarum' e 'loci rerum'":¹³⁵ por exemplo, nas orações deliberativas, tópicos como honestidade e justiça.

Todavia, era na ordenação dos argumentos e na forma de expressá-los que a retórica realmente entrava em cena.¹³⁶ Segundo Blair, os argumentos serviam para provar que: algo é verdadeiro; algo é correto ou adequado; ou que é benéfico e bom. O autor resume esses propósitos em verdade, dever e interesse.¹³⁷ A disposição dos argumentos dependia da quantidade e qualidade dos mesmos. O ideal era que a argumentação progredisse rumo a um clímax. Se, porém, o contendor dispusesse de apenas um argumento forte, o melhor seria apresentá-lo logo de início, para predispor o público ou interlocutor a seu favor, fazendo-os crer com mais facilidade nos argumentos fracos que viriam a seguir. Para os argumentos mais fracos, Blair recomendava o conselho de Cícero, de colocá-los no meio da argumentação. O orador dispõe seus argumentos como um general dispõe suas tropas para uma batalha: no caso de só contar com argumentos medianos, Blair aconselhava que se seguisse o exemplo da falange romana, agrupando-os todos para que ficassem mais fortes unidos. Outras regras deviam ser observadas, como nunca multiplicar demais os argumentos, nem estendê-los em demasia.¹³⁸ Resolvida a disposição, vinha a fase "patética", do *pathos*, a fase da expressão. Buscar emoção nem sempre era adequado; o orador deveria saber onde cabia

¹³⁴ BLAIR, Hugh. *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, vol. II. Basil: James Decker, 1801, p. 359.

¹³⁵ "For each of the different kinds of public speaking, they had their 'loci personarum' and 'loci rerum'". BLAIR, *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, vol. II, p. 360.

¹³⁶ BLAIR, *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, vol. II, p. 359.

¹³⁷ BLAIR, *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, vol. II, p. 364.

¹³⁸ BLAIR, *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, vol. II, p. 365. Contra multiplicar e estender os argumentos: p. 368; necessidade de temperança na argumentação (p. 368-369).

empregá-la, e não alertar o público de que o fará, antes provocá-la sem admoestações.¹³⁹ Em um caso como uma discussão erudita, a paixão não teria lugar: "Em inquéritos em busca da mera verdade, em questões de simples informação e instrução, é fora de dúvida que as paixões não têm lugar, e todas as tentativas de suscitá-las são absurdas. Onde o convencimento é o objeto, só a compreensão deve ser aplicada".¹⁴⁰ Na distinção de funções que expusemos acima, as paixões cabem onde o objetivo é a persuasão, é mover o público à ação.¹⁴¹

As questões eruditas entravam nesse domínio da argumentação, e sua mescla com o texto historiográfico deveria ser problemática. Pois o texto historiográfico deve ser uma *narração*; pode ser suspense, para escrutínio de alguma questão duvidosa ou evento decisivo, mas com parcimônia; o historiador deveria atentar, segundo Blair, para não enfastiar o leitor com essas discussões, para não interromper excessivamente a narração com elas.¹⁴² Sobre essas discussões, nas quais estão compreendidas as questões eruditas, pesava a marca da aridez, de acordo com os preceitos do discurso; compreendemos, assim, uma quase norma que existe nas memórias eruditas, segundo a qual o autor se desculpa com seu público, sobretudo se a memória é lida perante uma audiência (como nas sessões do IHGB, por exemplo), por tratar de assuntos espinhosos, em textos carregados etc.¹⁴³ Por outro lado, vemos em Blair que esta escrita configurava-se como especialmente pessoal: era o momento, nas narrações históricas, em que o historiador podia aparecer ("the historian may appear"). A narração, se bem feita, isto é, se feita de acordo com as regras, surgia como um texto tão fluido, com os eventos tão bem encadeados uns aos outros, que seu autor desaparecia por trás do desenrolar dos fatos. Na discussão erudita, não: o autor aparece, intervém, se mostra.

¹³⁹ BLAIR, *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, vol. II, p. 369. A parte patética é a parte na qual a "eloquência reina".

¹⁴⁰ "In inquiries after mere truth, in matters of simple information and instruction, that is no question that the passions have no concern, and that all attempts to move them are absurd. Wherever conviction is the object, it is the understanding alone that is to be applied to". BLAIR, *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, vol. II, p. 369. Para discernir onde cabiam ou não as paixões, Blair não estipula regras, antes afirma ser apenas uma questão de bom senso.

¹⁴¹ BLAIR, *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, vol. II, p. 369-370.

¹⁴² "It is rather by fair and judicious narration that history should instruct us, than by delivering instruction in an avowed and direct manner. On some occasions, when doubtful points require to be scrutinized, or when some great event is in agitation, concerning the causes or circumstances of which mankind have been much divided, the narrative may be allowed to stand still for a little; the historian may appear, and with propriety may enter into some weighty discussion. But he must take care not to cloy his readers with such discussions, by repeating them too often" (BLAIR, Hugh. *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, vol. III. Londres: Printed for Richardson & Co. etc., 1823, p. 31-32)

¹⁴³ Por exemplo, Joaquim Caetano, na segunda parte de sua memória "Questões Americanas" lida no IHGB, a respeito de pontos duvidosos em uma obra de Alexander von Humboldt, em que após ler uma série de documentos que comprovavam um argumento seu, afirma: "Sinto cançar o Instituto com tão enfadonha aridez; mas são os alicerces do edificio" (*RIHGB*, tomo 29, segunda parte, 1866, p. 9).

O estudo de uma questão específica da história, em separado, isto é, destacado da narração histórica mais ampla, pertencia ao que Blair considerava os "tipos inferiores de composição histórica", que incluíam anais, memórias e vidas (biografias).¹⁴⁴ Poderia fazer parte do subgênero das memórias, embora Blair ainda o descreva como uma composição muito próxima do testemunho pessoal sobre eventos e personalidades. É um tipo "inferior" porque mais restrito que a história, sem as mesmas expectativas de completude e profundidade.¹⁴⁵ A possibilidade de uma memória sobre um tema particular, fundada em ampla pesquisa e orientada pelos mesmos princípios de imparcialidade e gravidade que as obras de história, não parece contemplada por esse autor; era parte, entretanto, da tradição luso-brasileira.¹⁴⁶ A *memória* enquanto gênero guardava relação com a valorização do testemunho individual, mas também com a impossibilidade de consecução de uma obra geral e/ou definitiva. Segundo Pedro Telles da Silveira,

O gênero das *memórias* nasce dos relatos deixados pelos grandes acerca de um evento, de um conjunto mais amplo de acontecimentos ou da experiência pessoal no exercício de um cargo. Essa é uma das acepções registradas por Rafael Bluteau para o verbete *memória* (...). Assim consideradas, elas se aproximam dos diários e dos comentários, ou seja, das impressões em primeira mão deixadas por aqueles que foram testemunhas ou participaram de determinados eventos importantes. Com este nome, as *memórias* surgem, na França ao menos, num contexto de valorização do testemunho individual ligado principalmente às práticas legais; todavia elas sinalizam a dificuldade de compor uma história definitiva, que fosse do agrado de todos (...).¹⁴⁷

A relação das *memórias* com as *histórias* torna-se complexa à medida em que as primeiras "passam a incorporar documentos e a tratar de eventos antigos, os quais não

¹⁴⁴ BLAIR, *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, vol. III, p. 49.

¹⁴⁵ "Memoirs denote a sort of composition, in which an author does not pretend to give full information of all the facts respecting the period of which he writes, but only to relate what he himself had access to know, or what he was concerned in, or what illustrates the conduct of a person, or the circumstances of some transaction, which he chooses for his subject. From a writer of memoirs, therefore, is not expected the same profound research, or enlarged information, as from a writer of history. He is not subject to the same laws of unvarying dignity and gravity. He may talk freely of himself; he may descend into the most familiar anecdotes. What is chiefly required of him is, that he be sprightly and interesting; and, specially, that he inform us of things that are useful and curious; that he convey to us some sort of knowledge worth acquiring". BLAIR, *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, vol. III, p. 49.

¹⁴⁶ Cf. KANTOR, Íris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004; SILVEIRA, *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)*, op. cit.; e ainda MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico*. Coimbra: Minerva, 2004.

¹⁴⁷ SILVEIRA, *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)*, op. cit., p. 104-105.

poderiam ter sido primeiramente apreendidos pela perspectiva de seus autores".¹⁴⁸ No contexto francês, em debate presente para os acadêmicos luso-brasileiros do século XVIII, as *memórias* chegam a aparecer como "histórias *imperfeitas*",¹⁴⁹ caracterizando-se por não apresentar necessariamente a continuidade da narrativa que marcaria a *história*, assumindo formas não-narrativas, orientadas pela resolução de problemas.¹⁵⁰ De forma geral, as *memórias* teriam passado do testemunho (de figuras importantes), de impressões de primeira mão, para uma espécie de trabalho subsidiário à escrita da história, com espaço para discussão de dúvidas e problemas historiográficos. Nesse sentido, uma forma propícia à exposição de questões eruditas.

As *memórias* estavam, no século XVIII, entre as "várias formas de representação do passado que prescindem da narrativa - como as *memórias históricas*".¹⁵¹

Para compor *memórias históricas*, requer-se não apenas o debate entre autores, o escrutínio das afirmações, o exame dos documentos, o acesso e a organização dos arquivos mas também a colocação em segundo plano da narrativa linear que caracteriza a história. Tomadas em conjunto, percebe-se que as etapas necessárias para a escrita das *memórias históricas* denotam toda uma reestruturação do ofício de historiador segundo as indicações do paradigma erudito acerca da escrita da história. Trata-se, portanto, de uma reavaliação que vai dos materiais que junta até o texto que publica: tem-se de admitir que, conforme as obrigações do historiador vão se somando, os "espaçosos limites da tradição retórica" [citando Anthony Grafton] não parecem mais tão espaçosos assim.¹⁵²

Analisando escrito de Manuel Telles da Silva, o Pedro Telles da Silveira afirma que "as *memórias* representam a passagem para o primeiro plano das preocupações eruditas que (...) eram apenas marginais. Enquanto uma forma específica de historiografia, as *memórias* feitas pela Academia Real da História Portuguesa parecem indelevelmente ligadas à erudição e à crítica".¹⁵³ Em suma, a "*diegesis* [o relato, a exposição] das *memórias* é guiada, portanto, pela resolução de problemas, qualificados segundo sua importância, e não pela sucessão de eventos e sua relação com o desenrolar da

¹⁴⁸ SILVEIRA, *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)*, op. cit., p. 106.

¹⁴⁹ SILVEIRA, *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)*, op. cit., p. 107.

¹⁵⁰ SILVEIRA, *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)*, op. cit., p. 108-109.

¹⁵¹ SILVEIRA, *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)*, op. cit., p. 86.

¹⁵² SILVEIRA, *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)*, op. cit., p. 100.

¹⁵³ SILVEIRA, *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)*, op. cit., p. 101.

narrativa".¹⁵⁴ Entre as definições de "memória" no dicionário de Morais Silva, quarta edição, de 1831, encontram-se "escritos de narrações políticas", bem como "Memorias de factos litterarios, ou scientificos v.g. *memorias das Academias*", e ainda:

Memorias, Commentarios, Relações: tomamos aqui estes vocabulos por certas composições litterarias, em que sòem depositar-se os materiaes da Historia. As *memorias* desenvolvem miudamente os factos e suas causas; discutem os que são duvidosos, determinão e verificação datas, copião documentos, etc. O seu estilo deve ser simples, livre, corrente, e desaffectedado, e não admite o ornato, a nobreza, e a elevação da Historia. O nome de *memorias*, que indica o fim deste genero de escritura, mostra tambem, de algum modo, qual deve ser o seu character. Quem quer conservar, ou deixar em *memoria* os successos publicos do seu tempo, escreve tudo, escreve os factos principaes, e os menos principaes, nota as causas e as consequencias, etc.¹⁵⁵

Segue a explicação do que são comentários ("*memorias summarias*") e relação ("a narração circunstanciada de um só facto"). As memórias produzidas sobre as questões de limites entravam principalmente na chave dos escritos que, segundo Morais Silva, "desenvolvem miudamente os factos e suas causas; discutem os que são duvidosos, determinão e verificação datas, copião documentos, etc."

Por conseguinte, a memória enquanto gênero erudito integrava-se à cultura retórica oitocentista brasileira. Essa cultura marcava a produção escrita, ao internalizar nos autores regras de gênero, e inclusive prescrições quanto aos desvios dessas regras, que Melo Morais e Joaquim Caetano demonstram, além da oratória, onde fosse o caso. E a questão da Guiana Francesa é pontuada por momentos em que os argumentos foram expostos em conferências, em leituras dos textos, como as que Joaquim Caetano pronunciou na *Sociedade de Geografia* de Paris, denominadas justamente "lectures". Ou seja, ainda que utilizemos os manuais de retórica oitocentistas como meio de melhor compreender alguns aspectos da organização dos textos aqui analisados, uma parte daquela cultura que sabemos existir se perde para nós, que é a enunciação dos textos em espaços públicos. Pois a cultura da época previa regras para a fala, que iam desde a entonação da voz até o controle dos gestos durante a leitura.

¹⁵⁴ SILVEIRA, *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)*, op. cit., p. 108-109.

¹⁵⁵ SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Quarta edição, reformada, emendada e muito acrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem, correta, e enriquecida de grande número de artigos novos e dos sinônimos por Theotonio José de Oliveira Velho. Tomo II F-Z Lisboa: Impressão Régia, 1831, p. 301.

A erudição aparecia, por conseguinte, como o domínio das fontes e uma sólida pesquisa documental, e como a capacidade de resolver problemas historiográficos, em formas eminentemente não-narrativas. Um aspecto que gostaríamos de destacar em nossa pesquisa é que os debates sobre questões de erudição histórica precisavam de um terreno comum entre os contendores para se dar. Isto é, deveria haver um conjunto compartilhado de elementos que validam ou invalidam um argumento, de modo a poder haver discussão – as “regras existentes”, nos termos de C. Wright Mills, que permitem a “comprovação pelos demais” daquilo que se afirma, no que o autor chama de “ética da erudição”.¹⁵⁶ Esse terreno, acreditamos, é o da pesquisa documental, o uso das fontes, a construção de argumentos por conjectura, entre outros elementos. Um espaço onde todas as “enunciações se equivaleriam e mediante o qual todas deveriam ser apreciadas”, segundo Rodrigo Turin definiu o campo do método, *topos* da historiografia oitocentista legado à geração seguinte, da passagem do Império para a República, que o autor estuda em particular na figura de Sílvio Romero. É uma “instância neutralizadora, a qual permite que o autor proclame seus valores sem que estes, teoricamente, influam nos resultados de seus estudos”; “eu digo e baseio o que digo pelo método”.¹⁵⁷

Conhecer as fontes primárias, saber usá-las, ou como *prova* de determinada proposição, ou como *meio de comparação para se chegar a uma conjectura*, produzir possibilidades racionais nos casos onde não há certeza absoluta, saber pesar as “autoridades”, isto é, os autores já consagrados nos tópicos discutidos, bem como a forma de compor o escrito, com notas se referindo aos autores usados, prefácio e introdução, etc., seriam alguns dos elementos deste campo onde se dariam as polêmicas. Constituiriam, ao lado dos aspectos ligados à composição do texto, a etapa da escrita histórica, segundo Henri Berr, escrevendo em 1900, da “erudição crua, onde os fatos são criticamente examinados”; “fatos comprovados, o material bruto da história”.¹⁵⁸ A fase da pesquisa intensa. “Em que consiste a erudição?” para Augustin Thierry, pergunta

¹⁵⁶ “A verificação consiste de convencer racionalmente aos outros, bem como a nós mesmos. Mas para isso devemos seguir as regras existentes, principalmente a de que o trabalho seja apresentado de forma a prestar-se, em todas as fases, à comprovação pelos demais. Não existe Uma Forma de fazer isso, embora seja necessária extrema cautela e atenção para com o detalhe, o hábito da clareza, a análise cética dos fatos alegados, e uma incansável curiosidade sobre seus possíveis sentidos, suas correlações com outros fatos e noções. Exige ordem e sistema. Numa palavra, exige a prática firme e coerente da ética da erudição. Se esta não estiver presente, nenhuma técnica, nenhum método, servirá” (MILLS, C. Wright. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965, p. 139).

¹⁵⁷ TURIN Rodrigo. “Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista”. In: *História da historiografia*, no. 2, março 2009, p. 23.

¹⁵⁸ “crude scholarship, wherein facts are critically examined”; “[p]roven facts, the raw material of history” *Apud* STERN, Fritz. *The Varieties of History. From Voltaire to the Present*. Nova Iorque: Vintage Books, 1973, p. 252; extraído do programa da *Revue de synthèse historique*.

François Hartog: “Em ler”.¹⁵⁹ Ao se referir a Joaquim Caetano da Silva, Sílvio Romero expõe a mesma concepção: “Era o tipo do erudito, do espírito que não se aventura a escrever duas linhas sobre qualquer coisa sem ter percorrido toda a literatura do assunto”.¹⁶⁰ A imagem é a do estudioso que passa grande parte de seu dia nos arquivos e bibliotecas (como Thierry e Fustel de Coulanges recordariam de suas próprias vidas), às vezes chegando à velhice cego ou quase (como Joaquim Caetano).

Sua erudição, isto é, a leitura de toda a literatura (em sentido amplo, a incluir mapas, gravuras etc.) existente sobre o assunto a que se dedicam, os levaria aos fatos, mas não sem conflitos. Conforme pensava Ernest Renan (1823-1892), à mesma época, “a erudição não é a história ‘integral’, mas uma condição: ela fornece os materiais, mas não constrói. E mais, por si só os documentos são ‘mudos’, cumpre dar-lhes vida e fazer-lhes perguntas que não se encontram nos livros e que as penosas noites em claro não conseguem produzir: é preciso o ensinamento da vida prática”¹⁶¹ – aqui, o erudito já pode ser visto de forma negativa, como o indivíduo que vive com os livros, conhece “tudo” do assunto que estuda, mas nada da “vida”, não conseguindo, por isso, fazer as perguntas corretas às fontes. O que transparece é que não somente no campo das interpretações ou juízos de valor os historiadores poderiam discordar, mas também no campo dos fatos, dependendo de sua pesquisa e abordagem dos documentos.

¹⁵⁹ HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 100.

¹⁶⁰ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960. 6ª edição, organizada e prefaciada por Nelson Romero. 1ª edição: 1888. Tomo Quinto, p. 1580.

¹⁶¹ HARTOG, *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*, *op. cit.*, pp. 104-105.

As negociações entre Brasil e França (1855-56): debate erudito e diplomático

Dissemos que as negociações de 1855-56, entre o Império brasileiro, representado por Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai, e o Império francês, representado pelo Barão His de Butenval, marcaram o caráter erudito da discussão sobre a questão da Guiana. Conforme veremos posteriormente, as memórias do francês Saint-Quentin (1850), e do brasileiro Joaquim Caetano (1851), já traziam análises históricas e eruditas da questão. Mas vale ressaltar a dimensão que estes aspectos ganham nas negociações de 1855-56, para o que devemos observar seus protocolos. A publicação dos mesmos, em 1857, motiva outras publicações a respeito da questão,¹⁶² e revela os pontos que deveriam ser respondidos pelos letrados para a solução do problema. Por isso julgamos melhor começar por estes protocolos, e não pelas memórias acima citadas, cronologicamente anteriores: pois os protocolos, creio, redimensionam o trabalho dos autores que vinham tratando da questão, o que constataremos na análise de Joaquim Caetano. Por mais que esta seção pareça um pouco extensa, a consideramos importante por fornecer a medida da erudição no debate entre os plenipotenciários brasileiro e francês: o profundo trabalho de pesquisa arquivística e interpretação de mapas e documentos escritos feito por ambos os lados, num esforço de convencimento do outro que definiria o debate posterior entre os letrados.

Nestas negociações de 1855-1856, o Visconde do Uruguai¹⁶³ optou por começar apresentando uma "Memória da delimitação da Guiana Francesa com o Brasil". Sua

¹⁶² Na França, o periódico *Revue Coloniale*, na edição de jul.-dez. de 1858 (tomo XX, segunda série), publica partes dos protocolos (p. 525-558), para mostrar o estado atual da questão de limites, juntamente com a memória de Alfred de Saint-Quentin a respeito (disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k345169.image.langFR.r=Revue%20coloniale>, acesso em junho de 2013). A justificativa para a reimpressão da memória, que havia sido escrita em 1850, era a publicação dos protocolos, e da crítica de d'Avezac à *História Geral* de Varnhagen (em 1857), que davam "um novo interesse à este documento do ponto de vista da argumentação técnica e das considerações históricas" ("la publication récente des *Protocoles des Conférences sur la délimitation des Guyanes française et brésilienne*, et du travail de M. d'Avezac, vice-président de la Société de géographie, donnent un intérêt nouveau à ce document au point de vue de l'argumentation technique et de celui des considérations historiques" (p. 193, seção referente a agosto de 1858). Melo Moraes analisa os protocolos no tomo I da *Corografia*, também de 1858, criticando duramente a conduta do Visconde do Uruguai, como observaremos mais à frente. D'Avezac, na crítica que fez ao tomo I (1854) da *História Geral* de Varnhagen, também menciona e analisa trechos dos protocolos (mesmo as negociações tendo ocorrido após a publicação do volume de Varnhagen, que expressou seu estranhamento com isso na réplica a d'Avezac; veremos o debate posteriormente).

¹⁶³ Sobre o Visconde do Uruguai, cf. CARVALHO, José Murilo de (org. e introdução). *Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004, *passim*; e AUBERT, Pedro Gustavo. *Entre as ideias e a ação: o Visconde de Uruguai, o direito e a política na consolidação do Estado Nacional (1850-1866)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

memória remete à retomada das negociações entre os dois países proposta por Guizot, na década de 1840. Paulino transcreve a proposição de Guizot, de 5 de julho de 1841, como vimos, na qual o ministro francês defendia que faltava antes de mais nada um entendimento sobre o artigo oitavo do Tratado de Utrecht, antes que os procedimentos para delimitação de fronteira fossem tomados (no caso, o envio de comissários de ambos os países para fazer as demarcações cabíveis). Uruguai relata que o governo brasileiro aceitou completamente as proposições de Guizot,¹⁶⁴ comunicando ao governo francês, em nota de 18 de dezembro de 1841, que José de Araújo Ribeiro (1800-1879) assumiria como plenipotenciário em Paris para tratar da questão, e que estava anulada a nomeação de comissários para delimitação da fronteira feita anteriormente. A França nomeou o barão Deffaudis para as negociações, que teve com Araújo Ribeiro apenas uma ou duas conferências,¹⁶⁵ malsucedidas, e foi substituído pelo Barão de Rouen, que não pôde se prestar às negociações, ficando a questão sem solução naquele momento. Era a partir dali que as tratativas estavam sendo retomadas, em 1855, e o Visconde do Uruguai defendia, nesta memória preliminar, que se fosse retomado o ponto levantado por Guizot, o de estabelecer a correta interpretação do artigo oitavo do Tratado de Utrecht; ficando descartado, por um novo acordo entre os governos, a nomeação de comissários prevista no artigo 2º do Tratado de 28 de agosto de 1817.¹⁶⁶

Uruguai procura definir então com precisão o problema: "Trata-se de fixar, como exprime o artigo 107 do Tratado de Viena, o sentido preciso do artigo 8º de Utrecht"; cuja dúvida era: "mas qual é este rio Iapoc ou Vicente Pinzón do Tratado de Utrecht?". O que os negociadores de Utrecht entendiam ou poderiam entender por esse rio?¹⁶⁷ Uruguai também define o quanto se tratava de uma questão de história geográfica, cuja solução envolvia uma reconstituição do contexto que cercou a assinatura do Tratado de Utrecht. Paulino define o objetivo de um trabalho hermenêutico, de interpretação: recuperar a inteligência dada pelos seus autores, entender o que os autores do texto a ser interpretado tinham em mente. O que transforma a tarefa numa reconstituição histórica, das noções geográficas existentes no início do século XVIII, quando foi firmado o tratado em questão.

¹⁶⁴ *Protocolos*, p. 3.

¹⁶⁵ *Protocolos*, p. 3.

¹⁶⁶ *Protocolos*, p. 4.

¹⁶⁷ "Il s'agit de fixer, comme s'exprime l'article 107 du Traité de Vienne, le sens précis de l'article 8^{me} de celui d'Utrecht"; "Mais quelle est cette rivière Iapoc ou Vincent-Pinson du traité d'Utrecht?" (*Protocolos*, p. 4).

Seguindo nessa linha, Uruguai começa a analisar as cartas geográficas anteriores ao Tratado de Utrecht. Assinala que o rio do Cabo de Orange era conhecido pelo nome de Vicente Pinzón, além de nomes como Wiapoco, Wiapoca e outras variantes. Uruguai procura, nas cartas existentes até a assinatura do Tratado, as que tivessem os nomes "Iapoc" (ou variantes) e "Vicente Pinzón"; na sua interpretação, a partícula "ou" existente no texto do Tratado, deveria ser lida como *e*, indicando que o rio definido como limite deveria ser conhecido pelas duas denominações. Isto é, tratar-se-ia de um mesmo rio ao qual se atribuía dois nomes, e não de dois rios diferentes, ou de um mesmo rio com nomes excludentes.¹⁶⁸

Uruguai também faz questão de marcar um ponto: a irrelevância dos autores e cartas que vieram *após* o Tratado de Utrecht. É assim que descarta La Condamine, o autor que deu impulso às interpretações que situavam o rio de Vicente Pinzón no Cabo do Norte e não no Cabo de Orange.¹⁶⁹ Seu argumento é de que os geógrafos "connus au temps du Traité d'Utrecht" davam ao rio do Cabo de Orange os nomes de Vicente Pinzón e as variantes de Oiapoque (sendo que o brasileiro também procura defender que as muitas variações de "Iapoc" não significavam muito para o debate: tratava-se efetivamente do mesmo rio¹⁷⁰).

O diplomata brasileiro evoca o tratado provisório de 1700, negociado em 1699 entre o representante português Roque Monteiro Paim e o francês Rouillé, para demonstrar que, ao tempo do Tratado de Utrecht, o Vicente Pinzón e o Oiapoque eram considerados como um único e mesmo rio.¹⁷¹ Esse tratado provisório é tão importante quanto polêmico no debate, sendo trazido pelas duas partes, em diversos momentos, com sentidos distintos.¹⁷² Sobre a questão de onde localizar esse rio conhecido por dois nomes, Uruguai entende que o artigo 107 do Tratado de Viena a havia resolvido: sua embocadura situava-se entre os graus quatro e cinco de latitude Norte. Em sua visão, o

¹⁶⁸ *Protocolos*, p. 7.

¹⁶⁹ "Mais, quelle que soit l'autorité des géographes postérieurs au Traité d'Utrecht, il est hors de doute que ce n'est pas sur elle que peut se fonder l'interprétation de ce Traité" (*Protocolos*, p. 6).

¹⁷⁰ *Protocolos*, p. 6.

¹⁷¹ *Protocolos*, p. 6.

¹⁷² A importância do tratado provisório, ou provisional, de 4 de março de 1700 vinha do entendimento de que o texto deste tratado foi basicamente seguido na elaboração do Tratado de Utrecht. Reconhecendo essa importância, a *Revista* do IHGB já publicara em 1846 um documento referente às negociações para o acordo de 1700, a "Cópia da Resposta que o Secretário de Estado Roque Monteiro Paim deu a Mr. de Rouillé, embaixador da França em Lisboa sobre sua réplica oferecida em ordem à mostrar que pertencem à Coroa de França as terras do Cabo do Norte" (*RIHGB*, tomo 8, 1846, p. 453-493).

que este tratado deixava para ser ainda definido eram os limites para o interior da Guiana.¹⁷³

Uma outra consequência da distância histórica em relação ao Tratado de Utrecht deveria ser levada em conta: as mudanças na geografia da região. Uruguai reúne testemunhos (muitos deles franceses) de como inundações mudaram a hidrografia da região.¹⁷⁴ A consequência: "Resulta do que vem de ser exposto que o estado dos terrenos e dos rios não pode ser, e não é o mesmo que era à época do Tratado de Utrecht".¹⁷⁵ Acrescenta que tenha sido mais provável ("plus naturel") que os negociadores de Utrecht tenham tomado o rio menos sujeito a transformações, o mais conhecido, e que este era o rio situado entre os graus 4 e 5 de latitude Norte. Considera, assim, resolvida a questão do limite: sua proposta para a sequência das negociações era de que estas deviam restringir-se apenas à definição da extensão do limite para o interior do continente. Uruguai entendia que um novo tratado devia ser firmado, contemplando o limite entre o quarto e quinto graus e definindo seu traçado para o interior.¹⁷⁶ Esta proposta seria criticada por Melo Moraes, para quem propor um novo tratado significava invalidar os anteriores, quando o Brasil deveria sim era fazer valer aqueles acordos já existentes.

O Barão de Butenval rejeitou, em "Resposta Preliminar" à memória do Visconde do Uruguai, a interpretação dada pelo brasileiro. Assim definiu o francês a questão:

Aqui então os três elementos de determinação: o Cabo do Norte, o rio das Amazonas, e o do Yapoc ou de Vicente Pinzón. Destes três elementos, existem dois dos quais a situação é perfeitamente conhecida, e que não deixam nenhuma incerteza, o Cabo do Norte e o rio das Amazonas. Mas onde localizar o terceiro, do qual a denominação torna a posição problemática, pois a geografia não conhece nenhum curso d'água sobre o litoral da Guiana que porte exatamente o nome de Yapoc ou o de Vicente Pinzon? *Aqui está toda a questão* [grifo nosso]. O Cabo do Norte é conhecido. As cartas contemporâneas do tratado de Utrecht o colocam sobre o mesmo ponto que as cartas modernas, salvo algumas retificações devidas ao progresso dos métodos científicos. O rio das Amazonas não é menos

¹⁷³ *Protocolos*, p. 7-8.

¹⁷⁴ *Protocolos*, p. 8-9.

¹⁷⁵ "Il résulte de ce qui vient d'être exposé que l'état de ces terrains et de ces rivières ne peut être, et n'est pas le même qu'il était à l'époque du Traité d'Utrecht". (*Protocolos*, p. 9).

¹⁷⁶ "Ainsi, il conviendrait d'établir par un nouveau Traité que la limite entre le Brésil et la Guyane Française passera le long de la rivière Oyapock, située entre le 4^{me} et 5^{me} degré de latitude septentrionale. À l'endroit où cette rivière se divisera, ladite limite passera par son embranchement, ou affluent le plus considérable par le volume de ses eaux en temps sec, jusqu'à la source de cet embranchement ou affluent" (*Protocolos*, p. 9).

conhecido. Tentemos suprir pelo raciocínio ["raisonnement"] a falta de dados igualmente positivos sobre o Yapoc ou Vicente Pinzón.¹⁷⁷

A base da linha de argumentação que será adotada pelo representante francês ao longo de toda a negociação já é dada nessa resposta à memória de Uruguai: buscar a definição do limite pela denominação "Vicente Pinzón", deixando de lado a de "Oiapoque" e variantes, posteriormente classificada como genérica, impossível de ser tomada como critério para se encontrar o rio do Tratado de Utrecht. A localização de um rio "Vicente Pinzón" nas proximidades do Cabo do Norte, e não do Cabo de Orange, ponto defendido pelo Brasil, tem em sua defesa um argumento que também será recorrentemente utilizado pelos franceses: a identificação, numa carta pouco anterior (1703) ao Tratado de Utrecht, de autoria de Guillaume Delisle (1675-1726), de uma "Baía de Vicente Pinzón" nas proximidades do cabo do Norte. O argumento torna-se inevitável: "Ora, nos perguntamos, não é razoável e natural procurar o rio de Vicente Pinzón na vizinhança da Baía Vicente Pinzón?"¹⁷⁸

Nessa "Resposta Preliminar", o Barão de Butenval já antecipa que somente uma longa e minuciosa discussão erudita poderia solucionar a questão, e sugere ainda que o melhor caminho de realizar tal discussão é o debate oral, ao invés da troca de memórias escritas:

Seria preciso discutir minuciosamente um após o outro cada texto citado na Memória do Sr. visconde do Uruguai, controlar todas as indicações das cartas contemporâneas, refazer de alguma forma, a partir dos documentos, o aspecto dos lugares e as circunstâncias físicas, a viagem na qual Vicente Pinzón descobriu o rio hoje incerto que portou tradicionalmente seu nome, para refutar as asserções do plenipotenciário brasileiro. Mas é um trabalho todo especial e muito extenso, que faria mais convenientemente objeto de um debate oral sobre as peças respectivamente produzidas que de uma troca de comunicações por escrito.¹⁷⁹

¹⁷⁷ "Voici donc trois éléments de détermination: le Cap du nord, la rivière des Amazones, celle de Yapoc ou Vincent-Pinson. De ces trois éléments, il y en a deux dont la situation est parfaitement connue, et qui ne laissent de prise à aucune incertitude, le Cap du Nord et la rivière des Amazones. Mais où placer le troisième, dont la dénomination rend la position problématique, puisque la géographie ne connaît aucun cours d'eau sur le littoral de la Guyane qui porte exactement le nom de Yapoc ou celui de Vincent-Pinson? Là est toute la question. Le Cap du Nord est connu. Les cartes contemporaines du Traité d'Utrecht le placent sur le même point que les cartes modernes, sauf quelques rectifications dues au progrès des méthodes scientifiques. La rivière des Amazones ne l'est pas moins. Essayons de suppléer par le raisonnement au manque de données également positives sur l'Yapoc ou Vincent-Pinson" (*Protocolos*, p. 13).

¹⁷⁸ "Or, on le demande, n'est-il pas raisonnable et naturel de chercher la Rivière de Vincent-Pinson dans le voisinage de la Baie Vincent-Pinson?" (*Protocolos*, p. 14).

¹⁷⁹ "Il faudrait discuter minutieusement l'un après l'autre chaque texte cité dans le Mémoire de M. le viconte de l'Uruguay, contrôler toutes les indications des cartes contemporaines, refaire en quelque sorte, d'après les documents, l'aspect des lieux et les circonstances physiques, le voyage dans le quel Vincent-Pinson a découvert la rivière aujourd'hui incertaine qui a porté traditionnellement son nom, pour réfuter les

Ainda na primeira conferência, o representante francês desmente a sugestão de Uruguai de que o Tratado de Viena teria já resolvido a questão de limites, ao indicar as coordenadas do rio do Tratado de Utrecht (entre 4 e 5 graus de latitude norte), afirmando que a própria presença do representante brasileiro mostrava que a questão não estava solucionada - mote para críticas que Uruguai receberia, como as de Melo Morais, de que o fato de ter aberto negociações com a França significava na prática abrir mão dos direitos brasileiros já previstos nos tratados anteriores.

No início de sua argumentação nas negociações, na segunda conferência, o representante brasileiro procura ainda delimitar o objeto da questão em torno do sentido do Tratado de Utrecht, definido como a "intenção" do acordo:¹⁸⁰ a garantia de um espaço entre a margem esquerda do rio Amazonas e o território francês, de modo que ficasse assegurada a posse e exclusividade da navegação deste rio aos portugueses. O essencial seria então, para Uruguai, definir o que se entendia por *Cabo do Norte*, não apenas a localidade específica (isto é, a ponta de terra projetando-se para o mar conhecida no vocabulário geográfico como cabo), mas todos os territórios compreendidos sob este nome, pois *Cabo do Norte* tornara-se a denominação de toda a região ao norte do rio Amazonas. Uruguai ainda procura minimizar a importância do estudo da navegação do espanhol Vicente Pinzón, bem como põe em dúvida a exatidão da nomenclatura da Baía Vicente Pinzón.¹⁸¹ Na mesma conferência, o Barão de Butenval vai reagir afirmando a necessidade de se recuperar o sentido do Tratado de Utrecht como um todo, e não apenas do artigo oitavo em questão.¹⁸²

Uma demonstração de que as discussões eruditas não se limitavam ao confronto simples de fontes, mas que dependiam muito de sua interpretação, é o uso da Doação feita pelo rei Filipe IV de Espanha (III de Portugal, durante o período de união das duas coroas) ao português Bento Maciel Parente, datada 14 de junho de 1637, concedendo a Parente as terras do Cabo do Norte como capitania.¹⁸³ Veremos como esse documento, mobilizado muito pouco nas negociações entre Uruguai e Butenval, ganhará estatuto de

assertions du plénipotentiaire brésilien. Mais c'est un travail tout spécial et fort étendu, qui ferait plus convenablement l'objet d'un débat oral sur les pièces respectivement produites que d'un échange de communications par écrit" (*Protocolos*, p. 14).

¹⁸⁰ *Protocolos*, p. 24.

¹⁸¹ *Protocolos*, p. 24-25.

¹⁸² *Protocolos*, p. 26.

¹⁸³ *Protocolos*, p. 36.

prova decisiva a partir da interpretação que lhe dará Joaquim Caetano da Silva, em *L'Oyapoc et l'Amazone*.

Em resumo, a posição do Visconde do Uruguai enfatiza as menções nas cartas antigas ao Oiapoque como o rio localizado no Cabo de Orange, e realça que a posição portuguesa se manteve sempre a mesma, sempre apontando o rio neste cabo como o limite.¹⁸⁴ Butenval, por sua vez, insiste que o rio do Cabo de Orange não era conhecido como Vicente Pinzón, o que invalidaria sua proposição como rio-limite. Por outro lado, o francês defende que a denominação a ser buscada é a de Vicente Pinzón, e não a de Oiapoque, que seria nome indígena genérico, aplicado a vários rios na região. E, ao buscarmos o rio Vicente Pinzón, encontrar-lo-íamos no Cabo do Norte, e não no de Orange.

O tom da discussão sofre pequena alteração em direção à animosidade quando, na quarta conferência, o Barão de Butenval acusa o Visconde do Uruguai de se apoiar sobre uma "perpétua *petição de princípios* [grifo no original]",¹⁸⁵ expressão da retórica que tem o sentido de usar como argumento aquilo que se quer provar, um tipo de argumentação cíclica, mormente falaciosa. Uruguai reagiu na quinta conferência redirecionando a acusação contra o próprio Butenval,¹⁸⁶ que na sexta conferência, ao retomar a palavra, relativizou a expressão utilizada antes, e admitiu que poderia tê-la empregado inapropriadamente: sua intenção era dizer que o Visconde do Uruguai defendia uma posição, mas não apresentava provas diretas e formais, limitando-se a repeti-la.¹⁸⁷ Em outros escritos, como os de Saint-Quentin e D'Avezac, termos da retórica para denunciar manobras argumentativas também surgem, em particular a expressão "chicana". Termos como "petição de princípios" e "chicana", de sentido negativo, hoje se encontram principalmente no vocabulário jurídico.

¹⁸⁴ *Protocolos*, p. 41. Esse argumento, de que a posição luso-brasileira nunca variara, enquanto os franceses haviam proposto vários rios como o limite possível do Tratado de Utrecht, fora levantada já por Joaquim Caetano da Silva na memória lida no IHGB em 1851. O elenco de posições francesas dado por Uruguai na quinta conferência é o mesmo dado por Caetano na memória de 1851 (*Protocolos*, p. 61).

¹⁸⁵ *Protocolos*, p. 52.

¹⁸⁶ "C'est cette argumentation - la rivière qui sert de limite (le Vincent-Pinson, on ne parle pas d'Iapoc) doit être une de celles qui se trouvent près du Cap Nord, - qui constitue une véritable pétition de principe, car il s'agit justement de démontrer qu'elle était l'extension de ces terres du Cap Nord ainsi cédées" (*Protocolos*, p. 60).

¹⁸⁷ "De tout ce qui précède, il demeure, pour le plénipotentiaire français, que l'honorable et savant plénipotentiaire du Brésil a bien *affirmé*, à plusieurs reprises, que le Vincent-Pinson était notre Oyapoc; mais qu'il lui a, jusqu'ici, été impossible d'articuler, à l'appui de cette affirmation, une preuve *directe* et *formelle*. C'est tout ce qu'avait entendu dire, dans une séance précédente, le plénipotentiaire français (en employant, improprement peut-être, les termes «pétition de principes»)" (*Protocolos*, p. 72, grifos no original).

Passada a polêmica, a discussão entra em outro nível a partir da sétima conferência, de 10 de novembro de 1855: os dois lados parecem dispostos a resolvê-la de vez, e suas exposições tornam-se mais longas e elaboradas, começando com a do Barão de Butenval. Até ali, estava em discussão a memória apresentada inicialmente por Uruguai. Nesta sétima conferência Butenval vai apresentar sua proposta de interpretação do Tratado de Utrecht: de que o rio limite era o Araguari, um dos rios próximos ao cabo do Norte. Sua exposição se estenderá por duas conferências (sétima e oitava), e será seguida por resposta também extensa do Visconde do Uruguai. A fase das grandes exposições durará da sétima à décima segunda conferência (de quinze no total).

O início da apresentação do francês já denota a intenção de colocar o debate em novos termos, e encaminhá-lo para uma solução definitiva. Numa espécie de exórdia, Butenval defende uma retomada da questão original, independentemente de toda polêmica suscitada. E a questão era: "Qual é o *Rio Iapoc* ou *Vicente Pinzón* do tratado de Utrecht?".¹⁸⁸ Sua resposta se funda em duas propostas que o representante francês se empenha em comprovar documentalmente: 1^a) que anteriormente ao Tratado de Utrecht a geografia reconhecia um curso d'água denominado de Vicente Pinzón desembocando numa baía no Cabo do Norte; 2^a) que anteriormente ao Tratado de Utrecht o curso d'água desembocando no Cabo de Orange era conhecido pelo nome de Oiapoque e suas variantes, mas nenhum autor o denominava Vicente Pinzón.¹⁸⁹

Butenval propõe como prova não apenas mapas, mas também documentos escritos, onde o "texto positivo desenvolvido não permite as dúvidas que pode comportar uma carta geográfica".¹⁹⁰ É por esta via que a polêmica atingirá a interpretação de textos como os escritos seiscentistas de Gabriel Soares de Sousa e os *Anais históricos do estado do Maranhão*, do ex-governador deste estado Bernardo Pereira de Berredo (m. 1748, primeira edição do livro em 1749). Mantendo a convenção acordada com Paulino, Butenval afirma que só atribuirá autoridade decisiva aos documentos anteriores a Utrecht, isto é, dos séculos XVI e XVII; os documentos posteriores servirão de "provas complementares".¹⁹¹ Sua argumentação divide, por conseguinte, os documentos (o autor usa também "monumentos" para se referir às cartas

¹⁸⁸ *Protocolos*, p. 77, grifo no original.

¹⁸⁹ *Protocolos*, p. 77-78.

¹⁹⁰ "(...) les documents historiques, (...) les écrits, dont le texte positif développé ne permet plus les doutes que peut comporter une carte géographique". *Protocolos*, p. 78.

¹⁹¹ "Nous ne donnons, comme nous en sommes convenu avec l'honorable plénipotentiaire du Brésil, d'autorité décisive qu'aux documents du 16^{me} et du 17^{me} siècles: nous n'invoquerons les autres que comme preuves complémentaires" (*Protocolos*, p. 78).

e textos) em anteriores ao tratado provisório de 1700 e a Utrecht; contemporâneos ou vizinhos do acordo firmado na cidade holandesa; documentos posteriores ao tratado, "isto é os monumentos principais da geografia atual, e a espécie de opinião científica e geral que eles constata[m]".¹⁹² Novamente, a reconstituição histórica se mostra o caminho para a resolução da questão: "Remontar o curso dos anos para recuperar as noções primitivas, é o meio mais seguro que se possa oferecer hoje à lealdade dos negociadores [de Utrecht]".¹⁹³

A argumentação segue as divisões expostas acima, organizando os documentos analisados de acordo com sua distância temporal em relação ao Tratado de Utrecht e ao tratado provisório de 1700. Logo no início da exposição dos documentos anteriores a este marco, Butenval observa que citará apenas as edições originais dos documentos.¹⁹⁴ Dentre as cartas geográficas, Butenval analisa desde a de Ortelius (1570), até a do padre Samuel Fritz (1707), buscando as indicações e localizações dadas a rios denominados Vicente Pinzón e Oiapoque. O francês para em particular em duas cartas, a de João Teixeira (1640) e a de Guillaume Delisle (1703), para pesar "bem o valor relativo destes dois últimos monumentos científicos".¹⁹⁵ Teixeira era o cosmógrafo da coroa portuguesa, "um autor *oficial*";¹⁹⁶ que escreve Vicente Pinzón em sua carta ao norte do Cabo do Norte, observando que ali passava a linha de demarcação entre as conquistas. Delisle, por sua vez, "era o geógrafo do rei e da Academia de ciências; era o primeiro geógrafo de seu tempo, e devia ter sido autoridade em Utrecht".¹⁹⁷ Duas fontes de peso importante colocavam, portanto, o Vicente Pinzón no Cabo do Norte.

Na argumentação, observa-se que praticamente todas as fontes podiam ser encontradas em arquivos franceses, tanto as cartas como as fontes escritas, sobretudo no "Dépôt des Affaires Etrangères", na "Bibliothèque du Dépôt de la Marine" e na "Bibliothèque Impériale". Duas destas recebem grande importância de Butenval: a *História Pontifical* (Barcelona, 1630), do Frei Marcos de Guadalaxara, e a *Notícia do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa, manuscrito de 1587, impresso em 1825 pela Academia Real de Ciências de Lisboa. Ambas poderiam ser encontradas na

¹⁹² "(...) c'est-à-dire les monuments principaux de la géographie actuelle, et l'espèce d'opinion scientifique et générale qu'ils constatent" (*Protocolos*, p. 78).

¹⁹³ "Remonter le cours des années pour retrouver les notions primitives, est le moyen le plus sûr qui puisse s'offrir aujourd'hui à la loyauté des négociateurs" (*Protocolos*, p. 78).

¹⁹⁴ *Protocolos*, p. 78.

¹⁹⁵ "(...) pesons bien la valeur relative de ces deux derniers monuments scientifiques" (*Protocolos*, p. 78).

¹⁹⁶ "Teixeira est le cosmographe de la couronne de Portugal, c'est un auteur *officiel*" (*Protocolos*, p. 78, grifos no original).

¹⁹⁷ "Delisle était le géographe du roi et de l'Académie des sciences; c'était le premier géographe de son temps, et il a dû faire autorité à Utrecht" (*Protocolos*, p. 79, grifo no original).

Bibliothèque Impériale, que guardava o texto de Gabriel Soares em manuscrito; a versão impressa podia ser vista na Bibliothèque du dépôt de la Marine. Butenval transcreve trechos de ambos os textos: Guadalaxara posiciona o limite norte das possessões portuguesas no rio Vicente Pinzón em dois graus norte, e Gabriel Soares, no rio de mesmo nome, a apenas quinze léguas do rio Amazonas. "O que pedir de mais positivo que estas duas passagens de Guadalaxara e de Soares?"¹⁹⁸ O escrito de Guadalaxara foi ainda utilizado pelo português Simão Estácio da Silveira na *Relação summaria das cousas do Maranhão* (1624).

A análise dos documentos próximos no tempo ao Tratado de Utrecht levanta uma das principais controvérsias da questão: a interpretação do texto de Bernardo Pereira de Berredo. Trata-se, segundo Butenval, de "um livro cujo valor é incontestável: é a obra na qual um dos mais notáveis governadores que teve o Maranhão, *Bernardo de Berredo*, consignou os detalhes de sua administração e de suas sábias pesquisas".¹⁹⁹ Berredo foi governador do Maranhão de 1718 até 1722; enquanto esperava o transporte para retornar a Portugal após o fim de seu governo realizou pesquisas para escrever os anais do estado até o ano em que assumiu, 1718, obra ultimamente publicada em Lisboa em 1749. Butenval transcreve o trecho em que Berredo dá os limites da América portuguesa, apontando-os ao norte no rio de Vicente Pinzón, que segundo Berredo era chamado pelos franceses de Wiapoc, localizado a um grau e trinta minutos de latitude norte. Berredo ainda indica que ali existia um marco mandado fazer por Carlos V, referido por Guadalaxara e, a partir dele, Simão Estácio da Silveira; marco que foi encontrado, de acordo com Berredo, em 1723 por João Paes do Amaral.²⁰⁰ A conclusão é de que "A latitude indicada por Berredo para a embocadura do rio de *Vicente Pinzón* a coloca precisamente no lugar onde a carta de Delisle (1703) coloca o *Arauari* [Araguari] e a *Baía de Vicente Pinzón*".²⁰¹ Um forte argumento em favor daquela que se afirmava como a interpretação francesa do Tratado de Utrecht: de que o rio Vicente Pinzón dos negociadores de Utrecht era de fato o Araguari, ou melhor, um ramo do Araguari chamado Carapapouri. Berredo torna-se prova em abono desta interpretação,

¹⁹⁸ "Que demander de plus positif que ces deux passages de Guadalaxara et de Soares?" (*Protocolos*, p. 80).

¹⁹⁹ "L'autre est un livre dont la valeur n'est pas contestée; c'est l'ouvrage dans lequel un des plus remarquables gouverneurs qu'ait eu le Maragnan, *Bernard de Berredo*, a consigné les détails de son administration et de ses savantes recherches" (*Protocolos*, p. 81, grifo no original).

²⁰⁰ *Protocolos*, p. 81.

²⁰¹ "La latitude indiquée par Berredo pour l'embouchure de la rivière de *Vincent-Pinson* la place précisément à l'endroit où la carte de Delisle (1703) place l'*Arauari* et la *Baie de Vincent-Pinson*" (*Protocolos*, p. 81, grifos no original).

por ser português, governador do estado do Maranhão (isto é, alguém que deveria conhecer os limites), e autor que escreveu apenas alguns anos após o Tratado de Utrecht; ou seja, seu texto não poderia contradizer demasiadamente o acordo recém-firmado e conhecido das autoridades do tempo.

Na análise dos documentos posteriores a Utrecht, Butenval os divide pela origem: cartas francesas, inglesas, alemãs, americanas, e autores brasileiros - neste último caso não são cartas, mas escritos: a *Corographia paraense* (1833), de Inácio Accioli, futuro parceiro de Melo Moraes, e o *Ensaio Corographico sobre a provincia do Pará* (1839), de Antonio Ladislau Monteiro Baena, autor fortemente engajado, no IHGB em especial, no estudo da questão da Guiana. Outro autor em particular é visto, destacado dos demais: Humboldt, que posicionou o Vicente Pinzón no rio Calsoene, outro rio nas proximidades do Cabo do Norte.

Todos os autores são mobilizados como prova para a interpretação de que o Vicente Pinzón de Utrecht seria o atual (de 1855) *Araguari*; pelas descrições dadas do rio, pelas coordenadas sugeridas em mapas e escritos antigos, o Araguari era o Vicente Pinzón da época do tratado. E Butenval reafirma um ponto essencial de sua argumentação: "O nome capital aqui, é o de *Vicente Pinzón*; é este que particulariza [o rio em questão]; o outro [nome, isto é, Oiapoque] indica apenas uma *espèce*: *um grande curso d'água*".²⁰² Oiapoque era nome genérico; para se chegar ao rio específico de Utrecht, o caminho seria procurar pelo Vicente Pinzón. Butenval declara esta interpretação "escrupulosamente fiel" ao Tratado de Utrecht, e defende, ao resumi-la, que não se pode considerá-la sem razão, ou contrária ao direito, além de que estaria de acordo com o "espírito" do tratado.²⁰³

Mas ainda faltava o exame do próprio tratado: "O Carapapouri [ramo norte do Araguari], uma vez *geograficamente* reconhecido como o *Vicente Pinzón*, preenche *politicamente*, o objeto do Tratado de Utrecht?"²⁰⁴ O próximo passo seria então o exame dos tratados de Lisboa (1700) e de Utrecht (1713),²⁰⁵ que ficou para a conferência

²⁰² "Le nom capital ici, c'est celui de *Vincent-Pinson*; c'est lui qui particularise; l'autre n'indique qu'une *espèce*: *un grand cours d'eau*" (*Protocolos*, p. 84, grifos no original).

²⁰³ "Nous resterons scrupuleusement fidèles à l'esprit d'un Traité dont les stipulations, si désavantageuses qu'elles soient à la France, ont été loyalement acceptées par elles"; *Protocolos*, p. 85.

²⁰⁴ "Le Carapapouri, une fois *géographiquement* reconnu comme le *Vincent-Pinson*, remplit-il *politiquement*, l'objet du Traité d'Utrecht?" (*Protocolos*, p. 85, grifos no original).

²⁰⁵ "Nous allons oublier tous ces irrécusables témoignages, ces *preuves géographiques* que nous venons d'accumuler. Nous allons examiner si l'étude impartiale des Traités de Lisbonne et d'Utrecht ne nous ramènera pas au point précis où les documents scientifiques nous ont conduit: à l'*Oyapoc* de *Vincent Pinson*, au deuxième degré de latitude septentrionale" (*Protocolos*, p. 85, grifos no original).

seguinte, em razão do cansaço dos participantes após a longa exposição do plenipotenciário francês.

De modo que prossegue na reunião seguinte, realizada em 17 de novembro de 1855, a argumentação do Barão de Butenval. Nesta parte, o representante francês se dedica à história do tratado provisório de 1700 e do Tratado de Utrecht de 1713, bem como do comportamento português em relação à região litigiosa após Utrecht. Butenval defende que as coordenadas dadas no Tratado de Viena, um século após Utrecht, e apresentadas como o entendimento que os portugueses *sempre* fizeram da localização do limite com a Guiana Francesa, isto é, entre 4 e 5 graus de latitude norte, eram uma invenção *recente* dos portugueses. "O tempo marcha: e leva consigo a notoriedade e as tradições. - As denominações, as ocupações de fato são subvertidas ou interrompidas, - e a um século de distância [de Utrecht a Viena], a corte de Portugal pôde produzir com um tipo de segurança que guarda a Europa em suspense, o raciocínio seguinte": de que a dupla denominação do rio e sua localização nas ditas coordenadas eram de conhecimento "notório", isto é, generalizado, que dispensava provas.²⁰⁶ A menção às "ocupações de fato" é outra parte do argumento de Butenval nesta conferência: de que entre 1723 e 1792 a França fez ocupações na região em litígio, sem contestação por parte de Portugal, dando a entender que Portugal ainda não havia formulado a pretensão de que aquele território era seu por direito.

Mas o que a oitava conferência guarda de inflexão no debate é, de fato, uma jogada quase teatral de Butenval: a apresentação de uma "prova material" que tornaria a demonstração (pelo raciocínio) dos direitos desnecessária.²⁰⁷ Prova que Butenval pede que o secretário das conferências, de Mofras, fosse buscar no depósito dos arquivos do departamento de Negócios Estrangeiros, fazendo com que a conferência ficasse suspensa, e provavelmente causando alguma apreensão no negociador brasileiro, à espera, imaginando qual seria aquela prova definitiva contra sua causa.

O documento diz respeito às negociações do tratado provisional de 1700, ocorridas neste ano e no anterior. Butenval apresentou a correspondência do negociador francês na ocasião, Rouillé, e chamou a atenção para dois documentos oriundos da

²⁰⁶ "Le temps marche: il emporte avec lui la notoriété et les traditions. - Les denominations, les occupations de fait sont bouleversées ou interrompues. - et à un siècle de distance, la cour de Portugal peut produire avec une sorte d'assurance qui tient l'Europe en suspens, le raisonnement que voici: (...)" (*Protocolos*, p. 90).

²⁰⁷ "Qu'ajouter de plus? Une preuve *matérielle* en quelque sorte, de la légitimité de nos droits? Eh bien! nous allons la donner; mais comme notre droit pouvait, a notre avis, s'établir par la *démonstration seule*, nous avons voulu la développer toute entière, avant de produire un document qui l'eût rendue inutile" (*Protocolos*, p. 93, grifos no original).

chancelaria portuguesa: a minuta do tratado provisional de 1700, assinada pelo plenipotenciário português, Roque Monteiro Paim, e uma memória anexa sem assinatura. O Visconde do Uruguai examinou os documentos, e não pretendeu negar-lhes a autenticidade. A memória assinala a dupla denominação do rio limite entre as possessões portuguesas e francesas, Vicente Pinzón e Oiapoque, e o localiza a dois graus e cinquenta minutos de latitude norte; equivaleria, por conseguinte, a um reconhecimento oficial, do lado português, do limite defendido pelos franceses. Arrematando, Butenval recupera uma declaração de Uruguai, em uma conferência anterior, de que não possuía um documento oficial que fornecesse exatamente a latitude do Vicente Pinzón em quatro graus e meio de latitude, o que, nas palavras do brasileiro, "*terminaria a dificuldade*".²⁰⁸

O honroso plenipotenciário do Brasil estava mal informado. Nós possuímos a latitude do Vicente Pinzón [do tratado] de Lisboa [1700] e de Utrecht *exatamente indicada* em um documento *oficial e português*.

A lealdade do governo brasileiro e de seu nobre representante nos asseguram que *a dificuldade é terminada*, ou bem perto de ser.²⁰⁹

Butenval demonstrou, nesta conferência, que o texto dos tratados de Lisboa e de Utrecht haviam sido escritos pelos portugueses, e que o tratado de Utrecht era basicamente uma transcrição do de Lisboa; desse modo, o rio limite entendido em Utrecht deveria ser aquele já compreendido pelos portugueses em 1699-1700, e que Butenval comprovava agora, *materialmente*, ser o Vicente Pinzón localizado em dois graus e cinquenta minutos, e não em quatro graus e meio. Sua estratégia retórica na disposição dos argumentos foi guardar o argumento mais forte para o final; dedicou-se à demonstração de sua interpretação, a sua dedução, culminando com sua *comprovação*.

A resposta do Visconde do Uruguai também se estende por duas conferências. Na primeira, a nona (em 1º de dezembro de 1855), Uruguai se dedica a refutar a primeira parte da exposição de Butenval, a demonstração de que a localização do Vicente Pinzón antes de Utrecht era compreendida em dois graus e cinquenta minutos. Uruguai faz a medição da posição do Vicente Pinzón em relação ao Equador nas cartas citadas por Butenval, utilizando um compasso de proporção.²¹⁰ O ponto principal,

²⁰⁸ "*ce qui terminerait la difficulté*" (*Protocolos*, p. 94, grifo no original).

²⁰⁹ "L'honorable plénipotentiaire du Brésil était mal informé. Nous possédions la latitude du Vincent-Pinson de Lisbonne et d'Utrecht *exactement indiquée* dans un document *officiel et portugais*. La loyauté du gouvernement brésilien et celle de son noble représentant nous assurent que *la difficulté est terminée*, ou bien près de l'être" (*Protocolos*, p. 95, grifos no original).

²¹⁰ *Protocolos*, p. 99.

entretanto, desta parte da argumentação do brasileiro é uma contestação das cartas citadas enquanto *autoridades*, em particular a de Guillaume Delisle:

Tal ou tal ponto de uma carta não tem autoridade, porque esta carta tem o nome de Delisle, de Danville, ou de outro geógrafo como tais. A geografia, como todas as ciências, avança sempre, e deixa para trás seus intérpretes mais célebres, sem respeitar seus erros.

Há, nestas cartas, partes tais que são feitas a partir de observações completas destes homens célebres, outras são calcadas sobre trabalhos e explorações nos locais feitas por hábeis navegadores, outras são refeitas e corrigidas a partir de novas explorações. Estas últimas possuem toda a autoridade.

Mas há, em todas estas cartas, e sobretudo naquelas que dizem respeito a épocas distantes, e a lugares mal conhecidos, partes que são construídas ou refeitas a partir de cartas antigas cheias de erros, a partir de induções, de relatos, de suposições, de explorações, e de viagens de gabinete. Estas partes não tem a autoridade dos geógrafos que as reuniram em seus trabalhos, para completar suas cartas; elas só podem ter a autoridade de suas fontes.

A parte da Guiana na carta de Delisle pertence a este último caso. O autor a refez e compôs a partir de opiniões que lhe pareceram as melhores e não a partir de observações feitas na costa, na embocadura e no curso dos rios de um lugar que nunca foi habitado.²¹¹

Uruguai ataca a autoridade dos autores mobilizados por Butenval com base no critério da observação direta, sobre o que chama de "viagens de gabinete", o conhecimento teórico, coligido de outras fontes. Vale para mapas e para textos. Gabriel Soares, por exemplo, não pode ser tomado de forma incontestada, pois "não era um geógrafo. Ele teria ouvido falar das noções a partir das quais foi feita a carta de Diego Ribeiro, e que não teriam ainda desaparecido por completo"; seu escrito é feito "em parte a partir de suas muito limitadas observações pessoais, e em maior parte de rumores [de ouvir dizer]".²¹² Praticamente os mesmos argumentos são usados por Uruguai para relativizar a importância do escrito de Fr. Marcos de Guadalaxara. Por meio deste, o brasileiro

²¹¹ "Tel ou tel point d'une carte n'a pas d'autorité, parce que cette carte a le nom de Delisle, de Danville, ou de tel autre géographe. La géographie, comme toutes les sciences, marche toujours, et laisse en arrière ses plus célèbres interprètes, sans respecter leurs erreurs. Il y a, dans ces cartes, telles parties qui sont faites d'après des observations complètes de ces hommes célèbres, d'autres calquées sur des travaux et explorations sur les lieux d'habiles navigateurs, d'autres refaites et corrigées d'après de nouvelles explorations. Celles-là ont toute autorité. Mais il y a, dans toutes ces cartes, et surtout dans celles qui appartiennent à des époques éloignées, et à des pays mal connus, des parties qui sont construites ou refaites d'après des cartes anciennes pleines d'erreurs, d'après des inductions, des récits, des suppositions, des explorations, et des voyages de cabinet. Ces parties n'ont pas l'autorité des géographes qui les ont réunies à leurs travaux, pour compléter leurs cartes; elles ne peuvent avoir que l'autorité de leurs sources. La partie de la Guyane sur la carte de Delisle est dans ce cas. Il l'a refaite et composée d'après des opinions qui lui ont paru les meilleures et non d'après des observations faites sur la côte, l'embouchure et le cours des rivières d'un pays qui n'a jamais été habité" (*Protocolos*, p. 101).

²¹² "Gabriel Soares n'était pas un géographe. Il aura entendu parler des notions d'après lesquelles fut faite le carte de Diego Ribeiro, et qui n'auraient pas encore entièrement disparu"; "en partie d'après leurs observations personnelles très-limitées, et en plus grande partie par des oui-dire" (*Protocolos*, p. 103).

também diminui o valor do texto de Berredo, pois este "se contentou em se referir a Marcos de Guadalajara, citado por Simão Estácio da Silveira, e não pode ter mais autoridade que este Frei Marcos de Guadalajara que é o primeiro a colocar em dúvida o que afirma [pois o texto de Guadalajara tem expressões como "se não me engano"]".²¹³

Quando os autores se valem de terceiros, o problema passa a ser identificar as fontes. Nessa linha, Paulino também exclui Accioli e Baena: "Eles não citam nenhuma carta, nem a fonte de onde extraíram suas noções. Estas opiniões particulares daqueles que publicam livros, como Accioli e Baena, não são, na opinião do plenipotenciário brasileiro, elementos que possam servir para resolver questões entre governos".²¹⁴ Uruguai traça aqui mais uma linha, separando memórias oficiais de escritos particulares, e autorizando apenas as primeiras para as negociações entre os governos.

Uruguai também relativiza a importância do estudo da viagem original de Vicente Pinzón como meio de discernir qual rio recebeu seu nome, alegando que a toponímia posteriormente aceita perdeu por completo a relação com aquela viagem, pois o rio que teria descoberto Pinzón ficava ao sul do Amazonas, ou seja, era impossível que fosse o rio do Tratado de Utrecht. A real estratégia do brasileiro nesta conferência, para responder a Butenval, é uma comparação de todas as cartas e autores até então mencionados, sem a seleção parcial até então feita por ambas as partes:

Até o momento o plenipotenciário brasileiro e seu honroso colega se prenderam cada qual a citar os geógrafos e as autoridades que lhes pareciam favoráveis à sua causa.

E bem! Vejamo-los todos juntos, comparemo-los. A luz jorrará melhor deste amplo exame e desta comparação.²¹⁵

O exame de todos os autores lhe faz chegar na refutação da interpretação francesa, em favor do Araguari, mais pelo raciocínio que pelas provas em si:

Se o Araguari fosse o Vicente Pinzón do Tratado de Utrecht e fosse o limite, as terras do Cabo do Norte, na acepção mais restrita, viriam a pertencer à França. O Tratado de Utrecht seria rasgado, ao invés de ser interpretado. (...).

²¹³ "Mais il s'est contenté de se référer à Marcos de Guadalajara, cité par Simão estácio da Silveira, et il ne peut avoir plus d'autorité que ce Frey Marcos de Guadalajara qui est le premier à mettre en doute ce qu'il dit" (*Protocolos*, p. 104).

²¹⁴ "Ils ne citent aucune carte, ni la source où ils ont puisé ces notions. Ces opinions particulières de ceux qui publient des livres, comme Accioli et Baena, ne sont pas, dans l'opinion du plenipotenciaire brésilien, des éléments qui puissent servir à résoudre des questions entre gouvernements" (*Protocolos*, p. 105).

²¹⁵ "Jusqu'à présent le plenipotenciaire brésilien et son honorable collègue se sont tenus chacun à citer les géographes et les autorités qui leur semblaient favorables à leur cause. Eh bien! Voyons-les tous ensemble, comparons-les. La lumière jaillira mieux de ce large examen et de cette comparaison" (*Protocolos*, p. 107).

O Araguari não poderia ser portanto o Vicente Pinzón do tratado de Utrecht, pois a letra e o espírito deste Tratado o excluem.²¹⁶

Como argumento a mais, Uruguai traz os tratados de Badajoz (1801) e Amiens (1802), nos quais a França definiu o Araguari como limite entre as possessões, mas sem fazer qualquer menção ao Tratado de Utrecht e ao Vicente Pinzón. A exemplo do que fez Butenval, Uruguai também analisa as características físicas da região, para saber qual rio seria mais lógico ter sido tomado como limite, e defende que o Araguari não seria este rio, por conta das mudanças sofridas por esse curso d'água ao longo do tempo, tornando-o pouco confiável para ser tomado como fronteira. É um argumento por probabilidade, por verossimilhança, do que *teriam pensado* os negociadores em Utrecht.

O argumento principal de Uruguai retoma a mais importante discordância entre o representante brasileiro e o francês: a insistência de Butenval em enfatizar que o rio a ser procurado deveria ser o Vicente Pinzón, alegando que Oiapoque era uma denominação genérica, enquanto, para Uruguai, a origem da confusão estava nas imprecisões em torno do Vicente Pinzón, sendo Oiapoque uma denominação mais segura, referente ao rio do Cabo de Orange, entre quatro e cinco graus de latitude norte.²¹⁷ O rio limite deveria ser encontrado buscando-se, para o brasileiro, a denominação Oiapoque. Uruguai rejeita que *Oiapoque* fosse um nome genérico significando "grande curso d'água" (como defendia Butenval), interpretando o texto do Tratado de Utrecht como se este atribuísse a *Oiapoque* preeminência na designação do rio, a partir da frase recuperada do Tratado de 1700, que diz que o rio era o "Oiapoque, dito [rio] de Vicente Pinzón":

A palavra «dito,» do Tratado de 1700, rio Oiapoque, *dito* de Vicente Pinzón não quer dizer, rio grande curso d'água dito de Vicente Pinzón; mas rio chamado Oiapoque, e dito Vicente Pinzón, isto é que dizemos ser aquele de Vicente Pinzón. Assim a denominação principal no Tratado é a de Oiapoque.²¹⁸

²¹⁶ "Si l'Araguary était le Vicent-Pinson du Traité d'Utrecht et était la limite, les terres du Cap Nord, dans l'acception la plus restrictive, viendraient à appartenir à la France. Le Traité d'Utrecht serait déchiré, au lieu d'être interprété. (...). L'Araguary ne pourrait donc être le Vincent-Pinson du Traité d'Utrecht, car la lettre et l'esprit de ce Traité l'excluent" (*Protocolos*, p. 114).

²¹⁷ "L'honorable plénipotentiaire français s'est attaché exclusivement à la dénomination «Vincent-Pinson.» C'est elle justement qui apporte tant de confusion dans ce débat." (*Protocolos*, p. 116).

²¹⁸ "La parole «dite,» du traité de 1700, rivière Oyapoc, *dite* de Vincent-Pinson ne veut pas dire, rivière grand cours d'eau dite de Vincent-Pinson; mais rivière appelée Oyapoc, et dite Vincent-Pinson, c'est-à-dire qu'on dit être celle de Vincent-Pinson. Ainsi la dénomination principale dans ce Traité est celle d'Oyapoc" (*Protocolos*, p. 117).

Deste texto viria o do Tratado de Utrecht, que entretanto substitui o "dito" por "ou": rio "Oiapoque, *ou* de Vicente Pinzón". A partícula *ou* (mais uma fonte de discordâncias importante na questão), era interpretada por Uruguai como equivalente ao "dito" do Tratado de 1700. Uruguai descarta o problema das variantes do nome Oiapoque (Iapoc, Oyapoc, Wiapoco, Tapoc etc.) apontando autores como Humboldt (em escrito de 1817) e Antoine-Augustin Bruzen de La Martinière (1683-1746), autor de *Le Grand Dictionnaire Géographique et Critique* (1726 -1741), que demonstravam que essas denominações eram sinônimas; e que sempre se referiam ao rio do Cabo de Orange, entre 4 e 5 graus de latitude norte. Seu argumento final afirmava-se pela lógica, pelas "regras de interpretação":

Se a denominação Iapoc é clara e demonstrada, se aquela de Vicente Pinzón é duvidosa, se não se pode contestar que estas duas denominações são cumulativas e se referem a um só rio, *não há nada mais lógico e além do mais conforme às regras de interpretação* [grifo meu] que estabelecer o sentido da denominação «Vicente Pinzón» por aquela de Iapoc, e de reconhecer que as duas se aplicam igualmente ao Oiapoque entre o quarto e o quinto graus.²¹⁹

O caminho para encontrar o rio do Tratado de Utrecht era, para os dois diplomatas, fiar-se pela denominação mais constante, a que tivesse passado por menor número de variações ao longo do tempo. Variação, mudança, eram sinônimos de dúvida, de incerteza.

Ainda faltava a Uruguai rebater a "prova material" de Butenval, a que resolveria definitivamente a questão. Sua visão dela ficou para a conferência seguinte, a décima (11 de dezembro de 1855), onde o brasileiro também tratou do que representavam para a questão as ocupações francesas ao longo do século XVIII. Em relação a estas últimas, vale relembrar que Butenval entendia que a falta de contestações por parte dos portugueses indicava que Portugal não reivindicava aquele território do Cabo do Norte após Utrecht, vindo a fazê-lo apenas no Congresso de Viena (1815). Uruguai rebate dizendo que também houve ocupações portuguesas no território francês, e que nenhum dos lados conseguiu manter suas posições no território. Mas o ponto principal do brasileiro residia na irrelevância do exame das ocupações: não estava em discussão "um direito proveniente de ocupação, mas (...) um direito que se pode derivar de um

²¹⁹ "Si la dénomination Iapoc est claire et démontrée, si celle de Vincent-Pinson est douteuse, si on ne peut contester que ces deux dénominations sont cumulatives et se réfèrent à une seule rivière, il n'y a rien de plus logique et de plus conforme aux règles de l'interprétation que d'établir le sens de la dénomination «Vincent-Pinson» par celle d'Iapoc, et de reconnaître que toutes les deux s'appliquent également à l'Oyapock entre le 4^{me} et 5^{me} degré" (*Protocolos*, p. 117).

Tratado".²²⁰ Ao contrário das questões de limites no Sul, onde o direito por ocupação poderia ser invocado, o caso da Guiana Francesa era uma questão de interpretação de Tratado. Com efeito, nem Brasil nem França conseguiram povoar e ocupar de fato o território em litígio; o direito por ocupação não favoreceria concretamente nenhum dos dois.

Já a "prova material" de Butenval, embora autêntica, não preenchia os critérios que um documento nesta situação deveria apresentar para poder de fato servir como prova definitiva:

Esta Memória não está nem datada, nem assinada.

O plenipotenciário brasileiro não põe em dúvida a autenticidade desta Memória, isto é, que ela seja um papel passado em Lisboa a M. de Rouillé [o representante francês nas negociações do tratado provisional de 1700], e que tenha sido remetida em tempo por este embaixador a seu governo.

Mas ele [o plenipotenciário brasileiro] crê que esta Memória sem data, sem assinatura, não é uma peça suficiente para decidir a questão. Ela poderia ter sido apresentada no começo da negociação, as noções ali contidas podem ter sido revistas, ela poderia ser obra de terceiro, e não ser completamente autorizada pelo governo português.

No curso de negociações se comunicam algumas vezes memórias, notas, das quais as partes não podem se servir sempre para explicar e interpretar a negociação depois de seu término.²²¹

Como exemplo da última situação, Uruguai cita a memória que ele mesmo apresentou no início das negociações com Butenval. A falta de data e assinatura tornavam impossível, na realidade, a *crítica* do documento. Era impossível fazer com esta memória o que ambos os diplomatas vinham fazendo com todas as peças apresentadas: pesar seu valor. Não se poderia saber o quanto as opiniões ali expressas representavam a posição oficial do governo português; se haviam sido revistas após algum tempo, se eram definitivas, entre outros pontos. Sem que se pudesse fazer a *crítica*, o documento tornava-se inaceitável.

²²⁰ "Mais le plénipotentiaire brésilien fera observer qu'il ne s'agit pas d'un droit provenant d'occupation, mais de celui qui peut dériver d'un Traité. Il ne s'occupera donc pas, par cette raison, de chacun des cas mentionnés par son honorable collègue" (*Protocols*, p. 123).

²²¹ "Ce Mémoire n'est ni daté, ni signé. Le plénipotentiaire brésilien ne met pas en doute l'authenticité de ce Mémoire, c'est-à-dire que ce ne soit pas un papier donné à Lisbonne à M. de Rouillé, et qu'il n'ait pas été remis dans le temps par cet ambassadeur à son gouvernement. Mais il croit que ce Mémoire non daté, non singé, n'est pas une pièce suffisante pour décider la question. Il pourrait avoir été présenté au commencement de la négociation, on pourrait être revenu sur les notions qu'il contient, il pourrait être l'oeuvre d'un tiers, et ne pas être complètement autorisé par le gouvernement portugais. Dans le cours des négociations on se communique quelquefois des mémoires, des notes, dont toutes les parties ne peuvent pas toujours servir pour expliquer et interpreter la négociation après qu'elle est terminée" (*Protocols*, p. 124).

Na conferência seguinte, a décima primeira, veio a resposta de Butenval, de fato uma reavaliação da questão toda. Esta conferência é organizada como uma memória, no sentido de um estudo específico sobre questão duvidosa: é dividida em três partes, "Observações Geográficas", "Observações Históricas" e "Resumo da Discussão Geral". O texto é organizado em parágrafos numerados (outra característica das memórias), o que Butenval justifica pela relativa independência entre os tópicos tratados; isto é, não constituem uma narrativa sequencial.²²²

Butenval decide voltar aos autores anteriores ao Tratado de Utrecht, e protesta contra a alegada variedade de opiniões do lado francês.²²³ Na avaliação da possibilidade do Oiapoque ter sido tomado como o rio limite em Utrecht, Butenval revela a gradação da retórica na apreciação da objetividade de uma proposição, ao afirmar que, se não era uma impossibilidade, essa hipótese era ao menos inverossímil; do possível ao verossímil, ainda distante do real.²²⁴ O representante francês volta a insistir na preeminência do nome Vicente Pinzón como o nome principal, aquele que deveria ser procurado para a identificação do rio limite, contestando a interpretação de Uruguai de que este nome era secundário na redação do Tratado de Utrecht.²²⁵ Refocando a questão no Vicente Pinzón, Butenval formula três perguntas para direcionar a investigação: 1) Qual o rio ao qual o navegador Vicente Pinzón deve ter deixado seu nome?; 2) Qual o rio ao qual os geógrafos dos séculos XVI e XVII atribuíam geralmente o nome de Vicente Pinzón?; 3) Qual o rio adotado sob o nome de Vicente Pinzón pelos plenipotenciários de Lisboa [1700] e de Utrecht [1713] como limite das terras do Cabo do Norte confinando a Amazônia?²²⁶ Butenval fornecerá "*provas incontestáveis*"²²⁷ de que o rio procurado é o Araguari.

A primeira questão é respondida com o auxílio do relato da viagem de Pinzón: o espanhol teria presenciado o fenômeno da *pororoca*, bem como descrito uma floresta na

²²² "Les observations que doit présenter le plénipotentiaire français (observations qui se rapportent, pour la plupart, à des assertions précédemment émises), ne se suivant pas nécessairement entre elles, il les développera séparément, et afin d'en faciliter l'examen, il les divisera en paragraphes distincts et indépendants les uns des autres" (*Protocolos*, p. 129).

²²³ "En effet, jamais les négociateurs français n'ont désigné le fleuve limite autrement que par le nom principal et quelquefois unique de Vincent-Pinson" (*Protocolos*, p. 135, grifos no original).

²²⁴ "Il faut constater cette consécration nouvelle, sinon de l'impossibilité, du moins de la profonde invraisemblance du thème qui présente notre Oyapoc comme la limite choisie à Utrecht" (*Protocolos*, p. 135, grifo no original).

²²⁵ "Et il faut remarquer, contrairement à l'assertion de l'honorable plénipotentiaire du Brésil, que le nom de Vincent-Pinson est si bien le nom principal qu'il est répété trois fois dans le cours de ce Traité d'Utrecht, et que la dernière fois il y figure seul: le synonyme de *Iapoc* ne lui est plus accolé" (*Protocolos*, p. 136, grifos no original).

²²⁶ *Protocolos*, p. 139.

²²⁷ "*ces preuves incontestables*", *Protocolos*, p. 139, grifo no original.

entrada do rio; argumento, que, como veremos, já estava na memória de Saint-Quentin de 1850. A pororoca seria um "*fenômeno particular ao Araguari*",²²⁸ e a descrição da floresta, também condizente com o encontrado neste rio. A segunda questão, a respeito do rio de Vicente Pinzón para os geógrafos dos séculos XVI e XVII, Butenval responde como sendo o primeiro curso d'água considerável após o Amazonas, entendimento mantido nos tratados de Lisboa e Utrecht - o que responde à terceira e última questão:

Evidentemente [trata-se de] o primeiro curso d'água após este rio [o Amazonas], do qual as duas margens são deixadas a Portugal; senão todas as noções do direito das gentes, todas as tradições diplomáticas são revertidas, senão, há de se admitir que se estipula, no Tratado *final*, outra coisa em relação ao que havia sido estabelecido pelo Tratado *provisional*, como objeto do litígio (o Amazonas), e o honroso plenipotenciário do Brasil protestou ele mesmo contra uma tal hipótese, constatando que, quanto ao litígio, o Tratado de Utrecht é apenas a transcrição pura e simples do Tratado de Lisboa.²²⁹

Observa-se que a resposta final é argumentativa, por raciocínio, e não demonstrativa, isto é, pela citação de algum documento, ou "prova material". O rio em questão *deveria ser* o primeiro curso d'água após o Amazonas, *do contrário* estaria desrespeitada a lógica do direito internacional, ao se colocar em contradição o tratado provisional e o tratado definitivo, quanto ao objeto do litígio.

O restante da exposição de Butenval é uma espécie de diálogo: o representante francês repete declarações do representante brasileiro feitas em conferências precedentes, respondendo-as em seguida. O Visconde do Uruguai retoma a palavra ao final da conferência, demonstrando o desejo de por fim "a esta discussão histórica e científica".²³⁰ Uruguai afirma que não responderá ponto por ponto o que disse Butenval, pois isso o faria apenas repetir tudo o que já havia exposto nas sessões anteriores. O diplomata brasileiro dedica-se tão-somente a refutar a hipótese do Araguari:

O honroso plenipotenciário francês pretende colocar o limite do Tratado de Utrecht a dois graus e meio, e ao Araguari, o que é inadmissível.

O Araguari fica ao Sul das terras imediatamente adjacentes ao Cabo do Norte. Este limite daria à França as terras que ela cedeu a Portugal pelo Tratado de Utrecht.

²²⁸ "*phénomène particulier à l'Arauari*" (*Protocolos*, p. 139, grifo no original).

²²⁹ "Evidemment le premier cours d'eau après ce fleuve, dont les deux rives sont abandonnées au Portugal; sinon toutes les notions du droit des gens, toutes les traditions diplomatiques sont renversées, sinon, il faut admettre qu'on stipule, dans le Traité *final*, autre chose que ce qui a été établi, par le Traité *provisionnel*, être l'objet du litige (l'Amazone), et l'honorable plénipotentiaire du Brésil a protesté lui-même contre une telle hypothèse, en constatant que, quant au litige, le Traité d'Utrecht n'est que la transcription pure et simple du Traité de Lisbonne" (*Protocolos*, p. 140, grifos no original).

²³⁰ "(...) et il répond ensuite à son honorable collègue qu'il pense qu'il faut maintenant mettre un terme à cette discussion historique et scientifique" (*Protocolos*, p. 144).

O honroso plenipotenciário francês coloca o limite a dois graus e meio. O curso do Araguari começa a mais de um grau e um quarto, e a embocadura Norte, da qual fala o honroso plenipotenciário, é abaixo de dois graus.

O Araguari nunca teve o nome de Iapoc ou Oyapoc, nem o de Vicente Pinzón. Não há geógrafo que coloque o nome de Vicente Pinzón a um grau e um quarto, no Araguari.²³¹

O Araguari a dois graus e meio, como defendia Butenval, seria uma impossibilidade, pois este rio estaria localizado mais ao sul, a um grau e um quarto de latitude norte. A prova de Uruguai eram os tratados de Badajoz e Amiens (1801 e 1802, respectivamente), que estipulavam o Araguari como limite sem fazerem referência a Utrecht (o que mostraria que o Araguari *não era* o rio acordado em 1713), e que o localizavam em um grau e um terço de latitude norte.²³² Com essa localização, não poderia ser o rio limite, sob pena de ferir o sentido do Tratado de Utrecht.²³³

A resposta mais sintética do Visconde do Uruguai antecipa o rumo das negociações nas próximas conferências. As longas exposições eruditas iniciadas na sétima conferência cedem gradualmente passo a uma negociação de caráter mais diplomático. Na conferência seguinte, a décima segunda, os diplomatas ainda fazem uma defesa de seus direitos, porém resumida; a sessão é marcada pela primeira proposta conciliatória do Visconde do Uruguai, indicando a possibilidade de deixarem de lado a interpretação do sentido preciso do Tratado de Utrecht em prol de um meio-termo, que agrade ambas as partes. Da décima segunda conferência, realizada em 22 de janeiro de 1856, até a décima quinta e última, em 1º de julho de 1856, o representante brasileiro fará três ofertas de rios para limite: Cassipouri, Conani (ou Coanani) e, por fim, o Calsoene. O Barão de Butenval rejeitará todas, insistindo no Araguari como único limite que a França poderia aceitar. O aspecto "técnico" da discussão prossegue, com argumentação do francês em favor de sua proposta, e as respostas do brasileiro, mas já sem a profundidade e a preocupação histórica de reconstituir o pensamento do Tratado

²³¹ "L'honorable plénipotentiaire français prétend mettre la limite du Traité d'Utrecht à deux degrés et demi, et à l'Araguary, ce qui est inadmissible. L'Araguary est au Sud de terres immédiatement adjacentes au Cap Nord. Cette limite donnerait à la France ces terres qu'elle a cedées au Portugal par le Traité d'Utrecht. L'honorable plénipotentiaire français met la limite à deux degrés et demi. Le court [*sic*] de l'Araguary commence à plus d'un degré un quart, et l'embouchure Nord, dons [*sic*] parle l'honorable plénipotentiaire, est au-dessous de deux degrés. L'Araguary n'a jamais eu le nom d'Iapoc ou Oyapoc, ni celui de Vincent-Pinson. Il n'y a pas de géographe qui mette le nom de Vincent-Pinson à un degré et un quart, à l'Araguary" (*Protocolos*, p. 145).

²³² *Protocolos*, p. 145.

²³³ "La limite de l'Araguary est littéralement contraire au Traité d'Utrecht. Elle ne peut, d'aucune manière, être celle de ce Traité qui la repousse. Elle ne serait pas à deux degrés et demi, mais à un degré un quart à peu près" (*Protocolos*, p. 146).

de Utrecht que os ocupou até a décima segunda conferência. Sem estar autorizado pelo governo brasileiro a aceitar o Araguari (e nem querer, na verdade), o Visconde do Uruguai não tem como chegar a um acordo com Butenval, e a negociação se encerra em 1º de julho de 1856, com votos de manutenção da cordialidade recíproca demonstrada durante as negociações e da boa relação entre os dois países.²³⁴

Vale notar que o Visconde do Uruguai adotou nestas últimas conferências uma estratégia semelhante à sugerida por Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878), em memória manuscrita de 4 de março de 1842, escrita a pedido de Aureliano de Souza Coutinho, então ministro dos Estrangeiros, e guardada na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Na época, a negociação era com Guizot, à frente do Ministério dos Estrangeiros da França. Ponte Ribeiro fez, na memória, uma defesa dos direitos do Brasil ao limite entre 4 e 5 graus de latitude norte, mas concluiu afirmando que, diante da impossibilidade da França aceitar esse direito, o ideal era terminar a negociação "com o menor sacrifício possível"²³⁵ para o Brasil. Isto significava garantir que o rio escolhido como limite não tivesse comunicação com o rio Amazonas. "Abaixo do Cabo do Norte o primeiro rio que nos pode salvar deste inconveniente é o Calsoene".²³⁶ Entretanto, para acompanhar as "regras seguidas nas discussões diplomáticas"²³⁷, Ponte Ribeiro sugeria que o Brasil apresentasse quatro propostas, de modo que o *ultimatum* ficasse sendo o Calsoene, pois se esta proposta fosse apresentada logo da saída, o Brasil ficaria sem concessões a fazer. A proposta inicial era o Oiapoque, a quatro graus e quinze minutos de latitude norte; a segunda era o mesmo rio, com algumas concessões na extensão do limite para o interior;²³⁸ a terceira era o Cassipouri, e a quarta, o Calsoene. Todas asseguravam o "essencial da questão, que é afastar os Franceses do Rio

²³⁴ *Protocolos*, p. 175.

²³⁵ RIBEIRO, Duarte da Ponte. *Exposição circunstanciada do estado das negociações entre o Brasil e França, sobre terrenos contestados do lado do rio Oyapock*. 1842, p. 41. Grafia atualizada. Mss. da Biblioteca Nacional disponível em pdf em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1233583/mss1233583.pdf, acesso em maio de 2013.

²³⁶ RIBEIRO, *Exposição circunstanciada do estado das negociações entre o Brasil e França, sobre terrenos contestados do lado do rio Oyapock*, 1842, p. 41.

²³⁷ RIBEIRO, *Exposição circunstanciada do estado das negociações entre o Brasil e França, sobre terrenos contestados do lado do rio Oyapock*, 1842, p. 42.

²³⁸ O Oiapoque é formado pela confluência de dois rios o Camopi, mais ao norte, e ao Yaroubi, mais ao sul. Na primeira proposta, o Camopi era tomado como o tronco principal do Oiapoque; na segunda, era o Yaroubi, o que aumentava o território a que os franceses tinham direito ao trazer o limite um pouco mais para o sul. Em todas as propostas Ponte Ribeiro assinalava dois graus e trinta minutos como a máxima latitude a que poderiam chegar os franceses. As concessões territoriais que fazia seriam de pouca importância: segundo ele, do Calsoene até o Oiapoque "pouco, ou nada, vale o terreno por ser alagadiço", com duas porções de terra como exceções (RIBEIRO, *Exposição circunstanciada do estado das negociações entre o Brasil e França, sobre terrenos contestados do lado do rio Oyapock*, 1842, p. 41).

Amazonas, e evitar que ocupem as vertentes austrais da Cordilheira *Tucumurague*, e se prolonguem para oeste pelo interior da Província do Pará".²³⁹ Incapazes de concordar em um limite no litoral, o Visconde do Uruguai e o Barão de Butenval não chegaram a entrar de fato no problema do prolongamento da fronteira pelo interior, tocado apenas superficialmente nas conferências. De todo modo, o plenipotenciário brasileiro parece ter se valido dos trabalhos já existentes no Brasil para formular suas exposições nas conferências, desde os escritos da época da negociação com Guizot até a memória de 1851 de Joaquim Caetano da Silva.

A publicação dos protocolos das negociações de 1855-56, logo em 1857, motiva, como dissemos no início desta seção, letrados dos dois lados a se lançarem à questão. Permite a compreensão da dimensão erudita que o debate ganhara: para afirmarem o que entendiam como seus direitos, Brasil e França precisavam de uma demonstração de história geográfica trabalhosa. Isso abria o caminho a que homens de letras pudessem servir a seus impérios fornecendo o trabalho erudito que ultimamente poderia decidir a questão, em negociações bilaterais ou por meio de arbitragem, como já se sondava. Os protocolos também expuseram as estratégias diplomáticas de ambos os governos, sujeitando seus representantes à crítica. O estudo de algumas das respostas oferecidas à questão da Guiana permite ver a variedade da escrita da história da época, e creio que poucos casos são tão emblemáticos desta variedade, e de como as concepções divergentes colocavam-se em disputa, quanto Melo Moraes e Joaquim Caetano da Silva.

²³⁹ RIBEIRO, *Exposição circunstanciada do estado das negociações entre o Brasil e França, sobre terrenos contestados do lado do rio Oyapock*, 1842, p. 45, grifo no original.

CAPÍTULO 2:

Coleção, compilação e escrita da história: Melo Moraes

Alexandre José de Melo Morais (1816-1882) é, nas palavras de José Honório Rodrigues, "uma figura estranha na história da História do Brasil".²⁴⁰ Médico por formação, convertido à prática da homeopatia, viveu da medicina, segundo seus biógrafos, por toda sua vida.²⁴¹ Apesar de encontrar-se em dificuldades financeiras em seus últimos anos, sua profissão lhe garantia, até então, independência financeira, e mesmo um cabedal capaz de lhe proporcionar a formação de uma rica biblioteca e coleção pessoal de manuscritos e obras raras, além de assegurar-lhe a possibilidade de bancar do próprio bolso a publicação de muitas (se não da maioria) de suas obras.

Melo Morais deixou uma vasta e variada obra, escrevendo sobre medicina homeopática, cristianismo, agricultura, genealogia, biografia, entre outros gêneros e assuntos. Porém, de sua obra histórica, que é a que aqui nos interessa, podem ser destacadas, acredito, quatro grandes publicações: a *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil* (1858-1863), em cinco volumes; a *História do Brasil-Reino e Brasil-Império* (1871-1873), em dois tomos; a *Crônica geral e minuciosa do Império do Brasil* (1879), que recebeu reedição póstuma em 1886, organizada por seu filho; e *A Independência e o Império do Brasil* (1877). A elas deve ser acrescentada sua primeira grande obra de teor histórico, o *Ensaio corográfico do Império do Brasil* (1854), escrita em parceria com Inácio Accioli de Cerqueira e Silva.

Dentre estas, a *Corografia histórica* foi de fato o grande projeto de Melo Morais relativo à história do Brasil. Antes de ter de interromper a publicação por falta de recursos, Melo conseguiu dar à luz cinco volumes: o tomo I em 1858, os tomos II e III em 1859, o tomo IV em 1860, e o que chamou de segunda parte do tomo I, em 1863. Melo tentou dar sequência ao trabalho da *Corografia* sob a forma de um periódico, o *Brasil Histórico* (continuação de outro jornal de Melo Morais, *O Médico do Povo*), que teve nesta década, segundo pudemos apurar, edições entre 1864-65, 1866-67 e 1867-69.²⁴² No periódico, Melo Morais publica artigos (como uma biografia de Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond) e, principalmente, edita documentos.

²⁴⁰ RODRIGUES, "Melo Morais", *História e historiadores do Brasil*, op. cit., p. 91.

²⁴¹ Nossa principal fonte para a vida de Melo, além do artigo supracitado de José Honório Rodrigues, é a obra organizada por seu filho, Alexandre José de Melo Morais Filho, *O Dr. Mello Moraes. Homenagens - Juízos Posthumos - Últimos Deveres*, op. cit., 1886 (exemplar da Biblioteca do IEB-USP). Essa obra contém, basicamente, os artigos que saíram na imprensa carioca quando da morte de Melo Morais, bem como as resenhas da segunda edição (póstuma, organizada também por seu filho) da *Crônica Geral e Minuciosa do Brasil* (1886).

²⁴² A edição do *Brasil Histórico* de 1866, pelos editores Pinheiro e Vargas, do Rio de Janeiro, serviria, segundo Melo, "como Arquivo dos inúmeros documentos que não podem entrar, pela abundância, no corpo da história geral do Brasil, para ser distribuído por algumas pessoas, que por amizade, ou por amor ao estudo das coisas da Pátria, quisessem recebê-lo". Nesta ocasião Melo pretendia imprimir uma

Esta experiência também malogra, mas Melo recebe um alento quando um deputado de sua província natal, as Alagoas, consegue uma subvenção do governo para mil exemplares da *Corografia*. O projeto passa na Câmara e no Senado, mas a verba não é liberada pelo ministério do Império, sob a alegação de ter de fazer economias, considerando alguns fatores que pesavam sobre o orçamento imperial naquele momento, em particular os gastos com a Guerra do Paraguai.²⁴³ O próprio Melo cumpre um mandato como deputado, na legislatura 1868-1872, e, na década de 1870, passa a se dedicar prioritariamente à história contemporânea, com as obras *História do Brasil-Reino e Brasil-Império* (1871-1873) e *A Independência e o Império do Brasil* (1877), obras de forte cunho crítico em relação à vida política nacional. Também volta a editar o *Brasil Histórico*, entre 1873 e 1874. Preocupado com perder o que havia apurado sobre história do Brasil, ao ver que a *Corografia* realmente não teria continuidade, Melo resolve escrever uma obra mais curta, condensando alguns dos conhecimentos que obtivera em suas pesquisas. O resultado é a *Crônica geral e minuciosa do Império do Brasil* (1879), obra peculiar, que se inicia com a descoberta da América e torna-se, para o final, uma obra de história local do Rio de Janeiro.²⁴⁴ Melo falece em 1882 quando, segundo um de seus biógrafos, preparava a volta do periódico *Brasil Histórico*.²⁴⁵

Feito este itinerário das tentativas de Melo Moraes de produzir obras de história do Brasil (isto é, descontando sua vasta produção em outras áreas), vejamos como enveredou pela escrita da história, as condições que reuniu para tal, o tipo de projeto que buscou concretizar, e as dificuldades e críticas que enfrentou no caminho.

O médico historiador

publicação de 32 páginas, com gravuras em madeira nacional feitas por artistas brasileiros. Apenas 40 assinantes surgiram, inviabilizando o projeto. Melo, então (1866), por conta própria, financia edição mais modesta da publicação, com 4 páginas, sem gravuras. Cf. MORAIS, Alexandre José de Melo. *À Posteridade. O Brasil Histórico e a Corographia Histórica do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Pinheiro, 1867, 2ª ed., p. 5 (citação) e p. 6 e 27. Exemplar da biblioteca do IEB-USP.

²⁴³ *À Posteridade*, 1867, *op. cit.*, em especial p. 27 e p. 34-36. Retomaremos esses pontos de sua trajetória ao longo do texto.

²⁴⁴ A atenção maior ao Rio de Janeiro vinha da intenção do autor de conseguir subscrição da Câmara Municipal da Corte para 200 assinaturas; também pretendia que a obra fosse impressa pela Tipografia Nacional, mas, até sua publicação, nenhum dos dois pedidos havia obtido resposta. MORAIS, Alexandre José de Melo. *Chronica geral e minuciosa do imperio do Brazil: desde a descoberta do Novo Mundo ou America até o anno de 1879*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Júnior, 1879, p. 10.

²⁴⁵ Relato de Pedro Paulino da Fonseca, saído no *Cruzeiro* de 23 de setembro de 1882, pouco após a morte de Melo, *apud O Dr. Mello Moraes. Homenagens - Juizos Posthumos - Ultimos Deveres*. Rio de Janeiro: Lombaerts & Comp., 1886, p. 65.

Stephen Bann reflete sobre a relação da história com suas "irmãs": o direito, a medicina e a teologia. Com a medicina, de Melo Moraes e Joaquim Caetano da Silva, a história compartilharia a postura de fazer diagnósticos sobre o corpo político, bem como uma relação específica com as ciências auxiliares, assimilando as descobertas de disciplinas mais especializadas.²⁴⁶ Mas talvez seja mais saliente em Melo Moraes a condição financeira que o exercício da medicina lhe proporciona, bem como o fato de ser uma profissão liberal, que lhe garante certa autonomia em relação às ligações sociais dominantes naquele contexto. Não que Melo Moraes vá muito longe nesta independência; liga-se a elementos da elite política e social (embora pareça associar-se, principalmente, a figuras mais velhas, ainda de importância, mas cada vez mais distantes do poder, como Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond,²⁴⁷ ou o ex-regente Pedro de Araújo Lima [1793-1870], o marquês de Olinda, que ainda ocuparia cargos importantes nas décadas de 1850 e 1860). Mas pode, ao menos em alguns momentos, anunciar com orgulho que não vive de cargos públicos, nem pede condecorações. Isso não o faz um grande contestador da ordem social; apenas no fim da vida teria se tornado republicano e crítico veemente da monarquia. Entretanto, as peculiaridades de sua formação e situação profissional são importantes em determinadas situações em que se vê, e mesmo na liberdade que várias vezes toma em relação ao que observa ocorrer na sociedade brasileira de seu tempo. E. P. Thompson discute a dificuldade de se usar noções de classe social, criadas para a sociedade industrial, para a Inglaterra do século XVIII. Sua ideia é que "o que talvez defina a consciência destes grupos [sociais] mais claramente serão fatores como seu grau de *dependência*; isto é, sua dependência ou independência das linhas de interesse, influência, preferência e patronato que estruturavam a sociedade de cima a baixo".²⁴⁸ Guardadas as diferenças

²⁴⁶ BANN, Stephen. "A história e suas irmãs: direito, medicina e teologia". *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Unesp, 1994, p. 27-50, em especial p. 32.

²⁴⁷ Ao homenagear Vasconcelos de Drummond, no início do tomo I da *Corografia*, Melo admira como o conselheiro suportava "com resignação o peso dos anos, consumidos nos serviços do Estado, e cego pelos profundos desgostos causados por esses bons serviços de quase meio século, que o gastaram, e ainda mais sem os bens da fortuna, que garantam os seus últimos dias, e os de sua prole" (MORAIS, Alexandre José de Melo. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil...* Rio de Janeiro: Tip. Americana de José Soares de Pinho, tomo I, 1858, "Glória Cívica", p. VI, não numerada). Este Drummond nos parece distante do que ajudou Varnhagen, no final dos anos 1830, início da década de 1840. O sítio do Senado Federal também disponibiliza digitalmente os volumes da *Corografia*, em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/179475>, acesso em outubro de 2011.

²⁴⁸ "For what may define the consciousness of these groups more clearly will be such factors as their degree of *dependency*; that is, their dependence on or independence of the lines of interest, influence, preferment and patronage which structured that society from top to bottom" (THOMPSON, E. P. *Witness against the beast*. William Blake and the Moral Law. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 110).

entre os contextos, pensamos que a sugestão pode ser proveitosa. A "independência" a que Melo Moraes faz menção repetidas vezes quando se define como historiador, que é uma independência social e política tanto quanto de caráter, pode ser um fator que colabora para explicar algumas de suas opções na escrita da história.

Melo Moraes e Inácio Accioli

Nascido em Alagoas, Melo Moraes formou-se em medicina na Bahia, no ano de 1840. Enveredou para a imprensa por volta de 1843, escrevendo para o periódico baiano *Correio Mercantil*, onde defendeu causas ligadas ao Partido Conservador, em particular na defesa dos conservadores implicados em conflito com os liberais ocorrido em 1844 nas Alagoas, quando da mudança da capital para a cidade de Maceió: o embate entre os *Lisos* (conservadores), liderados por José Tavares Bastos (1813-1893, pai do futuro grande nome do liberalismo, Aureliano Tavares Bastos), e os *Cabeludos* (liberais), liderados pelo Visconde de Sinimbu (João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, 1810-1906).²⁴⁹ Melo viria a ser deputado, pelo partido Conservador, representando Alagoas, na câmara de 1868, quando da dissolução do gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos e da câmara dos deputados, o momento da "reversão da política, com a ascensão do partido conservador", como diz seu biógrafo Pedro Paulino da Fonseca.²⁵⁰ Melo chegaria à Câmara num momento de crise: crise política do Império, pela péssima repercussão que a decisão do imperador de dissolver o gabinete liberal tomou (lembrando que o Brasil estava então envolvido na Guerra do Paraguai e o Estado atravessava problemas financeiros), e crise do seu próprio partido conservador, isolado, embora no poder (a ascensão do gabinete Itaboraí, sucessor de Zacarias de Góes, levou liberais históricos a unirem-se a progressistas, e radicais a fortalecerem o incipiente movimento republicano, que lançará seu manifesto em 1870).²⁵¹ Assim, suas críticas políticas mais fortes, a partir da segunda metade dos anos 1860, também devem ser vistas em função deste contexto mais amplo, em que se tornam mais comuns os ataques ao *status quo* político.

²⁴⁹ *O Dr. Mello Moraes. Homenagens - Juizos Postumos - Ultimos Deveres*, op. cit., p. 59. Extraído de biografia escrita por Pedro Paulino da Fonseca para o *Cruzeiro*, publicada em 23 de setembro de 1882. Esta talvez seja a melhor biografia contida neste volume. Pedro Paulino, conterrâneo de Melo Moraes, colaborou com este em uma *Genealogia das famílias brasileiras* (cf. *Catálogo da exposição de 1881*, op. cit., entrada 15282).

²⁵⁰ *O Dr. Mello Moraes. Homenagens - Juizos Postumos - Ultimos Deveres*, op. cit., p. 61.

²⁵¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, em especial o capítulo I da Parte II, "Crise do regime".

Melo Morais chegara à Corte entre 1852 e 1853, e neste período voltou-se, resolutamente, embora não exclusivamente, para o estudo da "história pátria". Seus biógrafos creditam esse interesse ao convívio com Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, militar e historiador, membro do IHGB, e último ocupante do cargo de cronista oficial do Império (que Melo Morais pleitearia no fim da vida, sendo-lhe negado), com quem tinha laços de parentesco. Juntos, Melo e Accioli publicaram um *Ensaio corográfico do Império do Brasil*, pela Tipografia de Paula Brito, em 1854.

Inácio Accioli (1808-1865), nasceu em Coimbra, vindo ainda criança ao Brasil. Seu pai fora designado juiz de fora no Pará, e Accioli parece ter vivido ali de 1811 a 1824. Ele e o pai estavam entre os que declararam a independência no Pará, em 14 de abril de 1823. Foram, por isso, presos e enviados a Lisboa, voltando ao Pará em 1824, por Pernambuco.

Accioli estudou direito, mas não se formou, seguindo carreira militar. Após o Pará, fixou-se na Bahia. Tenente-coronel da guarda nacional, participou da repressão à Sabinada, entre 1837 e 1838. Membro do IHGB, fez parte da comissão de 20 membros escolhida para representar o Instituto no ato de sagração e coroação de D. Pedro II, em julho de 1841, representando também sua corporação militar nestas celebrações.

Reformado como coronel chefe em 5 de julho de 1850, Accioli passou a a enfrentar dificuldades que o deixaram em estado de pobreza. Nesse momento, o ajuda Melo Morais:

Por longo tempo gozou Accioli de boa posição nesta cidade [Salvador]; diversas circunstâncias, porém, indo de encontro a seus interesses, reduziram-no à penúria, de tal modo que, em 1853, além de pobríssimo, estava com a saúde assaz deteriorada, por cujo motivo resolveu retirar-se desta capital para o Rio de Janeiro, partindo em maio desse ano [1853], sendo aí acolhido pelo seu parente e amigo o ilustrado historiador Dr. Alexandre José de Melo Morais, em companhia de quem morou por mais de seis anos, o qual, ainda depois de ter Accioli se retirado de sua casa, contribuía com o que estava ao seu alcance.

Desejando melhorar tal estado de coisas, falou aquele doutor [Melo] a um potentado, expondo-lhe o grau de pobreza em que estava o cronista-mor do Império, e por algum tempo foi-lhe concedida a pensão de 100\$000 mensais dada pelos cofres públicos, com a condição de escrever uma história geral do Brasil desde 1821 (...).²⁵²

²⁵² MIRANDA, Hipólito Cassiano de. "Notícia Biográfica do Coronel Inácio Accioli de Cerqueira e Silva". Reproduzida em: SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*, volume 1. Anotado por Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919, p. XVI. Desta "Notícia" extraímos as demais informações sobre Accioli.

Com a ajuda de Melo Moraes, Accioli conseguiu entregar dois tomos desta história contemporânea do Brasil. Como informa Hipólito Cassiano de Miranda, Melo continuaria a ajudar Accioli; cinco anos depois da morte deste, em 1870, Melo trasladou seus restos mortais, que estavam em uma sepultura rasa no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, para o jazigo perpétuo de sua família, no Cemitério de São Francisco de Paula.

Hipólito Cassiano de Miranda chama ainda a atenção para o relatório do então primeiro secretário do IHGB, Manoel de Araújo Porto Alegre, lido na sessão magna aniversária do Instituto, de 15 de dezembro de 1858, informando que Accioli dava seqüência ao trabalho que vinha fazendo Januário da Cunha Barbosa, 2º cronista do Império: "O segundo cronista do Império, o cônego Januário, faleceu quando coligia os documentos para o seu trabalho; e o seu digno sucessor, o Sr. Accioli, trabalha neste momento".²⁵³ Para Hipólito, trata-se da obra de história contemporânea referida na citação acima.

A relação com Accioli, que viria da Bahia, certamente contribui para a dedicação de Melo Moraes aos estudos históricos; inclinação que não lhe surge somente na Corte. No prefácio "Ao Leitor" de sua *Crônica geral e minuciosa do Império do Brasil* (1879), Melo afirma colecionar "documentos originais e cópias autênticas" relativos à história do Brasil "Há caminho de 32 anos",²⁵⁴ portanto desde, aproximadamente, 1847, cerca de cinco anos antes da mudança para o Rio. Já em 1844, publicara, no entanto, a obra *A Inglaterra e seus tratados*, visando provar que os ingleses não cumpriam os tratados que firmavam, de modo a aconselhar os deputados da Legislatura de 1845 (aos quais a obra é dedicada) a não assinar acordo algum de comércio com a monarquia britânica; a obra é basicamente de argumentação histórica.²⁵⁵

Pedro Paulino da Fonseca atribui o pendor de Melo para a história a um círculo de convivência mais amplo que Accioli:

O amor pelo estudo da história lhe era inato, e talvez o da pátria se aguçasse na intimidade de assíduas palestras com os conselheiros Drummond, Olinda, Cairu, Marcelino de Brito, Mariani, Monte Carmelo, Manoel Joaquim de Menezes e outros vultos, dos quais

²⁵³ *RIHGB*, 1858, tomo 21, p. 464.

²⁵⁴ MORAIS, Alexandre José de Melo. *Crônica geral e minuciosa do Império do Brasil... até o ano de 1879*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Júnior, 1879, p. 9. Há edição digital disponibilizada pelo Senado Federal, em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/182899>, acesso em janeiro de 2012.

²⁵⁵ MORAIS, Alexandre José de Melo. *A Inglaterra e seus tratados*. Bahia: Tipografia do Correio Mercantil, 1844. Consulta pela Biblioteca Digital do IEB/USP, acesso em fevereiro de 2012.

houve grande cópia de valiosas informações e de importantíssimos manuscritos, e na convivência íntima do notável escritor, seu parente, Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, que foi o último cronista oficial deste Império.²⁵⁶

Tais figuras, constantes nas dedicatórias de Melo Moraes,²⁵⁷ também podem ter dado a partida, como sugere o biógrafo acima, na imensa coleção de documentos e obras de Melo. A biografia que Melo Moraes escreveu do Barão de Cairu, Bento da Silva Lisboa, foi feita, segundo diz seu autor em nota, a partir dos documentos fornecidos pelo próprio barão.²⁵⁸ Vale dizer que Melo também escreveu biografias de Vasconcelos de Drummond, Marcelino de Brito (sobre quem escreveu artigo publicado na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, organizada pelo francês Sébastien Sisson), Diogo Antônio Feijó, Manoel Joaquim de Menezes e do Marquês de Olinda.

O contato de Melo Moraes com esse grupo tem a ver com laços de parentesco, e sua prática da medicina (além de ligações pela maçonaria, possivelmente²⁵⁹). Melo dedicou a *Crônica geral e minuciosa do Império do Brasil* ao Conselheiro Joaquim Marcelino de Brito (1799-1879), explicando, na dedicatória:

Há mais de 30 anos entregando-se nas enfermidades aos meus cuidados médicos, em certa ocasião, em que não pude demorar na Bahia, preferiu seguir comigo para o Rio de Janeiro, que submeter-se a ciência de outro médico.

A minha presença já era para ele um bálsamo salutar; uma animação para a vida. Por alguns anos, o Barão de Cairu, o Dr. Manoel Joaquim de Menezes, o Cônego Geraldo Leite Bastos, Don. Gabriel Peres (Cônsul Geral de Montevidéu) diariamente me vinham ver; e eu me considerava o mais honrado e feliz, no meio de tão dedicados e ilustres amigos (...).²⁶⁰

²⁵⁶ O Dr. Mello Moraes. *Homenagens - Juizos Posthumos - Ultimos Deveres*, op. cit., p. 68.

²⁵⁷ A *História do Brasil-reino e Brasil-império* (Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro & Comp., 1871, tomo I), por exemplo, contém dedicatórias ao marquês de Olinda, a Marcelino de Brito e a Vasconcelos de Drummond, além de Ferdinand Denis.

²⁵⁸ MORAIS, Alexandre José de Melo. *Apontamentos biográficos do barão de Cayrú...* Rio de Janeiro: Tip. Brasileira, editor J. J. do Patrocínio, 1863, p. 3, nota 1. Exemplar da Brasileira Digital da USP: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01190900#page/1/mode/1up>, acesso em novembro de 2011.

²⁵⁹ Melo Moraes é autor de um opúsculo chamado *Doutrina Social extrahida de varios autores*, de que consultamos a segunda edição (Rio de Janeiro: Tip. Americana de José Soares de Pinho, 1857, exemplar da Biblioteca do IEB-USP), que traz após o frontispício a inscrição "Sociedade Mac.: Dous de Dezembro [aniversário de D. Pedro II] O. D. e C. o seu consocio e amigo O Dr. A. J. de Mello Moraes", seguida de uma lista de "Membros da Aug.: L.: Cap.: Dous de Dezembro", que inclui o Dr. Manoel Joaquim de Menezes e o cônsul uruguaio Gabriel Peres, ambos nomes que Melo Moraes citará na passagem que transcrevemos a seguir. Melo Moraes foi próximo de alguns grão-mestres da maçonaria brasileira daquele período, com o Barão de Cairu e Joaquim Marcelino de Brito (cf. BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras. A ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Memória - Unicamp, 1999, anexos).

²⁶⁰ MORAIS, Alexandre José de Melo. *Crônica geral e minuciosa do Império do Brasil*, op. cit., p. V-VI.

Melo transcreve em seguida carta de Marcelino de Brito, em que este assina "seu amigo do coração, muito obrigado e Parente".²⁶¹

O convívio com este círculo não apenas permitiu a Melo Moraes o recebimento direto de acervos, mas também o acesso a arquivos onde, por meio de cópia (ou extravios), pôde incrementar sua própria coleção. É assim que, na introdução ao primeiro dos cinco tomos da *Corografia* histórica, de 1858, Melo afirmará que o arquivo da secretaria do Império lhe fora franqueado pelo próprio ministro, o marquês de Olinda. Para esta obra, também cita como importantes o acervo de Vasconcelos de Drummond, do Arquivo Público, o arquivo do IHGB (agradecendo em especial ao então secretário do Instituto Manoel de Araújo Porto Alegre), além de cartórios e "casas particulares".²⁶² No opúsculo *À Posteridade*, Melo Moraes resume as condições necessárias à formação de sua coleção de documentos: "Para se haver todos os documentos indispensáveis à história da nação, era preciso ter-se relações nas várias camadas sociais, persistência em adquiri-los, e disposições e meios para despender dinheiro; e me achando eu nestas condições, levei a efeito o meu empenho, e posso, sem receio de ser contrariado, dizer que possuo o Brasil documental desde 1501 até o presente".²⁶³ A consideração, em obra escrita por volta de 1866, vem após vários anos de pesquisas e coleção, e de fato realça aspectos fundamentais para a formação de seu acervo pessoal, especialmente as relações pessoais e os meios pecuniários.

Vale dizer que o arquivo da Secretaria do Império parece ter sido, dentre os arquivos públicos pesquisados por Melo Moraes, o principal durante seus primeiros anos na Corte, isto é, na metade final da década de 1850. O tomo II da *Corografia*, de 1859, termina com um agradecimento aos "oficiais da secretaria do Império, e mui particularmente ao prestante servidor do estado, o Exmo. Sr. Dr. José Bonifácio

²⁶¹ Marcelino de Brito, também membro do IHGB, era casado com uma Accioli, família com a qual a de Melo Moraes tinha parentesco; quando ministro da Justiça, Brito deu portaria favorável à prática da homeopatia, causa de Melo Moraes (cf. MORAIS, Alexandre José de Melo Moraes. *Biographia do Exmo. Conselheiro Joaquim Marcellino de Brito*. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira - Editor J. J. do Patrocínio, 1861, p. 10 e 19). A esposa, de família rica e ilustre, ficou na pobreza após a morte do marido, que em vida foi parlamentar, ministro de Estado e do Supremo Tribunal de Justiça (atual Supremo Tribunal Federal); cf. o elogio fúnebre a Marcelino de Brito no IHGB, *RIHGB*, tomo 42, parte 2^a, 1879, p. 314-321, pelo orador Joaquim Manuel de Macedo.

²⁶² MORAIS, Alexandre José de Melo. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil*.... Rio de Janeiro: Tip. Americana de José Soares de Pinho, tomo I, 1858, p. VII.

²⁶³ MORAIS, Alexandre José de Melo. *À Posteridade. O Brasil Histórico e a Corographia Historica do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Pinheiro, 1867, 2^a ed., p. 9.

Nascentes de Azambuja,²⁶⁴ [pel]a leal bondade, com que nos franqueia, *em virtude de ordens superiores* [grifo nosso], o copioso arquivo desta bem organizada repartição do Império, todos os papéis, e documentos compatíveis ao domínio da história pátria".²⁶⁵ Uma fonte importante que Melo compilará, como veremos, no tomo III da *Corografia*, também de 1859, vinha desta repartição. Para a elaboração da segunda parte do tomo I (1863), cronologicamente o quinto volume da *Corografia*, que contém uma história das ruas e lugares do Rio de Janeiro, Melo já utilizará muitas pesquisas que realizou em cartórios públicos, na câmara municipal e em arquivos eclesiásticos; pesquisa que reaparecerá na *Crônica Geral* (1879), devido a esta obra retomar o tema da história das ruas, bairros e localidades do município do Rio de Janeiro.

Naquele tomo I, segunda parte, Melo afirma:

Possuindo nós o mais fecundo arquivo de documentos históricos sobre o Brasil, desde a sua descoberta até agora, adquiridos alguns a peso de ouro, infatigável diligência, e a bondade de alguns amigos dedicados à nossa pessoa, faltava-nos explorar o arquivo da secretaria e câmara episcopal, o que fizemos, pondo a nossa disposição, sem reserva tudo o que ali existia em proveito da história do país, o Rev. cônego José Antônio da Silva Chaves, secretário do bispado, e escrivão da câmara eclesiástica, oferecendo-se para ajudar-nos na pesquisa dos documentos o Rev. padre João Antônio Soares Ribeiro, e o Sr. Joaquim José da Rocha arquivista, os quais com o maior empenho revolvendo e examinando o arquivo, nos entregaram os livros existentes (...).²⁶⁶

No caso, Melo refere-se aos livros de batizados, casamentos e óbitos das freguesias da Sé, Candelária e S. José. Neste trecho Melo está de fato debatendo com o IHGB, que havia feito um reconhecimento dos restos mortais de Estácio de Sá, fundador do Rio de Janeiro, supostamente trasladados para uma igreja carioca ainda no século XVI, reconhecimento que Melo julgara sem fundamento, se pondo então a pesquisar notícias sobre o suposto transporte do corpo desta figura emblemática da história carioca. Nesse contexto, a reafirmação da riqueza do seu acervo, e a afirmação das pesquisas que

²⁶⁴ Possivelmente parente do conselheiro e diplomata Joaquim Maria Nascentes de Azambuja (1812-1896), Oficial-Maior, que Miguel Gustavo de Paiva Torres cita como um dos principais auxiliares de Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai, ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1849 e 1853, nas pesquisas para elaboração da defesa do Império brasileiro em questões de limites territoriais com as nações vizinhas, atuando na Secretaria de Estado. Este Joaquim Azambuja foi também diplomata e membro do IHGB, e escreveu sobre questões de limites; cf. BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, 4º vol., p. 198-199. TORRES, *O Visconde do Uruguai e sua atuação diplomática para a consolidação da política externa do Império*, op. cit., p. 173.

²⁶⁵ *Corografia histórica*, tomo II, 1859, p. 505 (sem numeração). Pasta do Império foi ocupada pelo Marquês de Olinda, amigo de Melo, até 12 de dezembro de 1858.

²⁶⁶ *Corografia histórica*, op. cit., tomo I, segunda parte, 1863, p. 237-238.

realizara nos arquivos eclesiásticos, revela as bases de sua conclusão (contrária à do IHGB), apresentando suas credenciais, sua condição de autoridade no assunto. A menção nominal àqueles que lhe ajudaram nas pesquisas obedece a uma regra de civilidade, mas não deixa de ser também uma apresentação de testemunhas de seu trabalho nos arquivos. A afirmação de que "faltava-nos [somente, quer dizer] explorar o arquivo da secretaria e câmara episcopal" sugere a amplitude de seu domínio dos arquivos existentes na Corte.

Ao tratar da história das ruas da cidade do Rio de Janeiro, na *Crônica Geral* (1879), Melo afirma que copiou a relação das ruas para o ano de 1808 de dois livros do arquivo do tesouro nacional: "deles copiei a relação das casas com toda a fidelidade, sendo ajudado neste trabalho pelo inteligente arquivista do mesmo tesouro nacional José Antônio Corrêa de Araújo".²⁶⁷ Suas referências trazem à tona a classe dos arquivistas e secretários de repartições, que fazem a intermediação do acesso dos historiadores aos arquivos, um grupo que certamente valeria a pena conhecer melhor.²⁶⁸

Entretanto, parte importante do acervo pessoal de Melo Moraes provinha de uma única fonte: Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond (1794-1874), figura importante para os estudos históricos no Brasil imperial, conquanto trabalhando essencialmente "nos bastidores".

O Conselheiro Drummond

Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond nasceu no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1794.²⁶⁹ Estudou humanidades, e destinava-se à marinha, segundo conta, quando a trasladação da Corte de D. João VI ao Brasil alterou seus planos. Seu pai (o capitão Antonio Luiz Ferreira de Menezes Vasconcellos de Drummond) era amigo íntimo de Thomaz Antônio de Vila-Nova Portugal, chanceler-mór de D. João VI, e Drummond passou a trabalhar na chancelaria, onde se destacou (em 1810 recebeu mercê do hábito da ordem de Cristo, com 12 mil-réis de Tença). Sua carreira sofreu

²⁶⁷ *Crônica Geral* (1879), *op. cit.*, p. 95.

²⁶⁸ Sobre o Arquivo Público do Rio de Janeiro há a tese de doutorado de COSTA, Célia. *Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*, IFCS/UFRJ, 1997.

²⁶⁹ Para a vida de Drummond, nos baseamos nas anotações feitas pelo próprio a uma biografia sua publicada na França, anotações que Drummond enviava de Paris para Melo Moraes, e que foram posteriormente publicadas, junto com a biografia francesa, nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XIII, 1885-1886; além das biografias de Drummond em GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro: de diplomacia, política externa e direito internacional*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938, verbete 529, e BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, 1º vol., p. 265-267.

percalço em 1817, quando foi implicado na Revolução deflagrada em Pernambuco, acusado de ser maçom, e pertencer a sociedade secreta que apoiava a rebelião. Drummond negou pertencer à maçonaria, e recusou a oferta de Vila-Nova Portugal de ir-se para a Inglaterra, trabalhar no corpo diplomático, defendendo sua inocência no episódio. Acabou por consentir em ir para Santa Catarina, onde permaneceu por alguns meses. De volta à Corte, apresentou a Vila-Nova Portugal planos de melhoramentos para a província de onde retornara, e foi destacado novamente para lá, para a consecução dessas obras.

A Revolução do Porto e os eventos que se lhe seguiram ensejaram o retorno de Drummond ao Rio de Janeiro, para onde foi chamado de volta e chegou em maio de 1821. Sobre seu retorno ao Rio, Drummond relata, nas anotações que fez à sua biografia, ter sofrido com a animosidade do Conde dos Arcos, adversário de Vila-Nova Portugal, e se espantado com a degradação moral que encontrou na cidade, o que o fez (segundo ele) abster-se da vida social, limitando-se ao trabalho na chancelaria-mor. No desenrolar dos acontecimentos, Drummond participa do movimento que leva ao *Fico* de D. Pedro em 9 de janeiro de 1822, e engaja-se no convencimento das demais províncias à adesão ao movimento centralizado principalmente em São Paulo. Por essa razão, embarca para Pernambuco, com um passaporte para a França, conseguindo desembarcar naquela província alegando estar doente e não poder seguir viagem. Ali, colabora para manter Pernambuco unida ao Rio de Janeiro e a D. Pedro. Já amigo dos irmãos Andrada, participa também da luta contra as tropas portuguesas na Bahia, espionando o comando do general Madeira, seu conhecido do período em Santa Catarina e com quem tinha boas relações. Chega de volta ao Rio em 8 de setembro de 1822.

Aliado dos Andrada, sua sorte muda após a dissolução da Assembleia Constituinte em 1823, e sua participação na redação do jornal oposicionista *O Tamoyo*. Perseguido, como os irmãos santistas, Drummond escapa para a Bahia, e de lá para a Inglaterra, vindo a estabelecer-se em Paris. Seu exílio durará até 1829. (Drummond parece atribuir, nas anotações à sua biografia, seu retorno e dos demais exilados à normalidade da atuação da Assembleia Legislativa a partir de 1826; seu exílio e dos Andradas foi inclusive questionado no plenário da Assembleia.)

Na Europa, Drummond baseou-se em Paris, estabelecendo relações com a comunidade intelectual local, e publicando artigos em periódicos científicos. Segundo

seu relato, viajou muito pelo continente, pouco antes de retornar ao Brasil.²⁷⁰ As anotações à sua biografia cessam praticamente no momento de seu retorno, ou seja, não cobrem sua entrada no serviço diplomático, em 1830.²⁷¹

Inicialmente cônsul-geral, serviu de encarregado de negócios (*chargé d'affaires*) no Hanover, Saxônia e Cidades Hanseáticas (1830), Prússia (1831), no Reino das Duas-Sicílias, na Sardenha e na Toscana (1834) e na Santa Sé (1835). Elevado a ministro, primeiro residente, depois plenipotenciário, foi designado para o Grã-Ducado do Parma (1836), e, finalmente, Portugal (1837), onde permaneceu até 1853, quando deixa a função em condições controversas.²⁷² Drummond foi posto em disponibilidade ativa em 1853, e aposentou-se em 21 de junho de 1862.²⁷³

Drummond foi acusado de leviandade pelo governo português ao fazer denúncia a Paulino José Soares de Souza, então ministro dos Negócios Estrangeiros, de que a carne ensacada exportada de Portugal para o Brasil, que, segundo Drummond, era muito consumida aqui, era adulterada. O paio e o chouriço, que deveriam conter apenas carne de porco, vinham sendo produzidos com carne de cão, gato, cavalo e outros animais

²⁷⁰ Drummond relata ter percorrido a pé a Suíça; de lá "passei á Italia, fui pelo Tyrol á Vienna, percorri a Prussia, as margens do Rheno, a Hollanda, a Belgica, percorri pela segunda vez a Inglaterra e pela primeira a Escossia e a Irlanda, de onde voltei para a França, e dahi segui para o Brasil em Abril de 1829" (*Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XIII, 1885-1886, p. 121). Sua chegada ao Brasil foi em junho de 1829.

²⁷¹ Na nota que escreveu sobre o falecimento de Drummond em seu periódico *Brasil Histórico*, Ano V, 3ª série, de 28 de fevereiro de 1874, Melo Moraes afirma que o amigo entrou para o serviço diplomático em 2 de setembro de 1830, como encarregado de negócios na Rússia, Lubeck, Hanover etc. No entanto, os *Cadernos CHDD*, do Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão, Ano 7, nº 12, 1º semestre de 2008, p. 118, transcrevem instrução de 18 de abril de 1830 para Drummond, designando-o "encarregado de negócios, interino, e cônsul-geral na Prússia e cidades da Liga Hanseática". A instrução contém a data em que Drummond foi nomeado para o cargo pelo Imperador D. Pedro I (2 de abril de 1830) e para onde deveria dirigir-se na Europa (Hamburgo).

²⁷² Todo o parágrafo, GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro: de diplomacia, política externa e direito internacional*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938, verbete 529. Segundo Guimarães, citando o Drummond sobrinho, Drummond foi desprestigiado pelo Império em uma questão com a Chancelaria portuguesa envolvendo moedeiros falsos e adulteradores de carnes exportadas para o Brasil. Na edição que consultamos do Drummond sobrinho, não encontramos o apêndice com este relato.

²⁷³ Conforme esclarece Flávio Mendes de Oliveira Castro, a partir da Lei nº 614, de 22 de agosto de 1851, de organização do corpo diplomático brasileiro, "Os diplomatas, de regresso ao Brasil, seriam considerados em disponibilidade, com 2/3 de seus ordenados se trabalhassem na *Secretaria de Estado* e com a metade se ficassem inativos, podendo permanecer nessa situação até cinco anos, findo os quais seriam considerados fora do *Corpo Diplomático*, sem direito a ordenado algum, salvo se aposentados" (CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da Organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 87-88). Drummond passou à disponibilidade dentro desta regulação, mas aposentou-se após a entrada em vigor do decreto nº 2.358, de 1º de fevereiro de 1859, conhecido como *Regulamento Paranhos*, pois da gestão de José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), Visconde do Rio Branco, na Secretaria dos Negócios Estrangeiros (1858-59). Pelo novo regulamento, "Os vencimentos integrais [da aposentadoria] seriam pagos àqueles que tivessem mais de 30 anos de serviço [caso de Drummond] e se encontrassem impossibilitados, física ou moralmente, de continuar no trabalho" - Drummond estava praticamente cego quando se aposentou (CASTRO, *História da Organização do Ministério das Relações Exteriores*, op. cit., p. 110).

mortos por doença ou cansaço, segundo Drummond, a partir de denúncia a um dos estabelecimentos que produziam a dita mercadoria (havia desconfiança de que até carne humana entrasse na mistura). Portugal decidiu interromper a correspondência oficial com o plenipotenciário, e pedir a substituição de Drummond, pois o ofício de Drummond sobre a questão veio a público em alguns jornais, constringendo o governo português.

A interpelação do governo português a Drummond afirma que em jornais da Bahia e do Rio de Janeiro saiu o ofício de 1 de julho de 1852 do plenipotenciário brasileiro com a denúncia de carne adulterada. O governo de Portugal refutou os fatos, e afirma que sequer a descoberta da polícia, citada por Drummond, de um produtor de carne adulterada (em Aldeia Galega) existiu. Drummond atribuiu a publicação do seu ofício a um "descuido", negando que fosse sua intenção dar-lhe publicidade. Em sua resposta, de 2 de novembro de 1852, Drummond inclui o problema das moedas falsas brasileiras que estavam sendo confeccionadas em Portugal.²⁷⁴ Ainda fala de portugueses que vinham ao Brasil se empregar no "nefando" tráfico de escravos. Drummond diz também que seu ofício foi publicado apenas por dois pequenos jornais da oposição, um do Rio e outro da Bahia.²⁷⁵ A réplica do governo português de 8 de novembro de 1852 tornou a desmentir a notícia das carnes adulteradas, e comunicou ao próprio Drummond a interrupção da correspondência oficial.

Em ofício do governo brasileiro, de 7 de janeiro de 1853, de Paulino José Soares de Sousa, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Império fez uma meia-defesa de Drummond: disse que o Brasil não aceitaria o pedido de substituição do diplomata, anexando memorando para explicar a posição brasileira. O memorando diz que ofício de Drummond foi publicado no *Jornal do Commercio* e outros jornais do Brasil e de Portugal, e afirma a existência do caso da carne adulterada de Aldeia Galega, mas minimiza a importância desse comércio para o Brasil. Afirma que a interrupção da correspondência forçava o governo brasileiro a retirar Drummond de Lisboa, uma imposição que o Império não poderia aceitar; o memorando diz que governo brasileiro poderia substituir o diplomata, como um ato de consideração, sem contudo que isto fosse imposto por Portugal. Pede então a revogação da interrupção da correspondência,

²⁷⁴ *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da nona legislatura*, pelo respectivo ministro e secretário de estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typ. do Diário de A. & L. Navarro, 1853 (referente a 1852), p. 6 do Anexo B.

²⁷⁵ *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da nona legislatura*, 1853, *op. cit.*, p. 7.

prometendo avaliar a situação do plenipotenciário a partir daí. É o último documento referente ao problema no relatório do ministério dos Negócios Estrangeiros relativo a 1852. No relatório referente a 1853 consta a comunicação da posse do novo ministro plenipotenciário em Lisboa, João José Ferreira dos Santos. Drummond estava se retirando da legação alegando razões de saúde, comunicando estar se dirigindo a Paris para consultar médicos.²⁷⁶ Em 6 de agosto de 1853 publica-se a exoneração de Drummond, e sua colocação em disponibilidade ativa.

No discurso do então orador do IHGB, Joaquim Manuel de Macedo, por ocasião do falecimento de Drummond, em 1874, Macedo diz que o diplomata passou por uma "operação inútil" em Paris para tentar recuperar a vista.²⁷⁷ Pode ter sido nesta primeira ida a Paris, saindo de Lisboa. Drummond ainda voltaria ao Rio de Janeiro, onde morou alguns anos, antes de estabelecer-se na capital francesa, onde permaneceu até o fim da vida. Seu contato pessoal com Melo Moraes, a quem deixou sua coleção pessoal de documentos e sua biblioteca, deve ter se dado neste ínterim passado no Brasil, a partir de 1855. De acordo com o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*,²⁷⁸ que todo ano listava os funcionários do governo imperial, fornecendo sua localização, até 1854 Drummond permaneceu na Europa; em 1855, aparece no *Almanak* como residindo na r. da Carioca, número 18. Nos três anos seguintes continua a aparecer como morador da Corte, embora em outro endereço (rua de S. Clemente, 82A); a partir de 1859 sua localização diz somente que se encontrava na Europa - já estaria na França, onde foi tratar-se do problema de visão, segundo Sacramento Blake.²⁷⁹ Vale dizer que as menções a Drummond no *Almanak* nesses anos não o incluem na lista dos

²⁷⁶ Partiria no dia 29 de junho de 1853 para a França. Em documento do próprio Drummond, endereçado a João José Ferreira dos Santos e datado de 9 de junho de 1853, o diplomata escreve: "Tendo-se agravado os meus padecimentos, e dignando-se S. M. o Imperador conceder-me licença para ir consultar medicos a Paris, em conformidade das ordens do nosso governo passo a V. S.^a esta legação para a gerir, durante o meu impedimento de molestia e ausencia, com o caracter de encarregado de negocios interino. Logo que cesse a interrupção da correspondencia official, notificada por nota do governo Fidelissimo de 8 de Novembro do anno passado, V. S.^a se apresentará ao Ex.^{mo} ministro dos negocios estrangeiros para ser reconhecido naquelle caracter de encarregado de negocios interino". Pelo texto de Drummond, ainda vigorava a interrupção da correspondência, e sua saída do cargo poderia ser provisória - João José Ferreira dos Santos assumia como interino (o que Drummond reitera), o que não significa que Drummond fosse voltar. Santos poderia estar ocupando a vaga até que um novo plenipotenciário fosse nomeado. *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da nona legislatura*, pelo respectivo ministro e secretário de estado Antonio Paulino Limpo de Abreu. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854 (referente a 1853), p. 2 do Anexo I.

²⁷⁷ *RIHGB*, tomo 37, segunda parte, 1874, p. 490.

²⁷⁸ Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<http://hemerotecadigital.bn.br/>), acesso em dezembro de 2013.

²⁷⁹ BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, 1º vol., p. 266.

diplomatas do Império, mas sim em outro cargo que possuía, o de veador da Imperatriz. De todo modo, é plausível supor que seu contato pessoal com Melo Moraes, e a transferência de seu arquivo pessoal a este último, deu-se nesses anos, de 1855 a 1859 (os primeiros anos de Melo Moraes na Corte).²⁸⁰ Como veremos a seguir, nestes anos Drummond fez muitas doações de seu acervo ao arquivo do IHGB.

Fizemos esse itinerário de Drummond para chegar a algumas considerações possíveis sobre como veio a adquirir sua coleção de livros raros e documentos históricos. Os papéis do período da vinda da Corte e da Independência, pode ter herdado do pai, ou feito as próprias cópias na Chancelaria-mor. A proximidade com Thomaz Antônio de Vila-Nova Portugal (1754/55?-1839), seu superior na chancelaria, parece ter dado impulso ao arquivo pessoal: vários manuscritos de Drummond oferecidos ao IHGB ou publicados por Melo Moraes têm origem relacionada a Vila-Nova Portugal, ou por terem pertencido ao ministro de D. João VI, ou por serem cópias pedidas por sua repartição.

Na diplomacia, especialmente quando alocado em Portugal, Drummond certamente adquiriu livros raros junto a comerciantes, e guardou cópias feitas em arquivos (mesmo as que eram feitas por requerimento oficial poderiam parar com os ocupantes dos postos diplomáticos ou de secretarias, ao invés de ficarem nos arquivos dos órgãos públicos²⁸¹). Os deslocamentos e um incêndio na casa de Melo Moraes, em 10 de agosto de 1860, causaram-lhe, evidentemente, perdas ("A perseguição deu cabo

²⁸⁰ As anotações à biografia são datadas ao final Paris, 21 de setembro de 1861. Em determinado trecho das anotações, diz escrever às 11 horas da noite de uma sexta-feira, 17 de maio de 1861 (*Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XIII, 1885-1886, p. 129). No final, afirma não ter escrito nada a Melo Moraes durante o verão (pois "quem pôde trabalhar quando faz calor? Por mim respondo negativamente" (*Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XIII, 1885-1886, p. 146), ou seja, seria o verão do hemisfério norte; passou o verão lá sem se corresponder com Melo Moraes, retomando as anotações em setembro. No trecho em que afirma ser 17 de maio, Drummond diz: "Fiz hoje uma tirada maior, porque vi que andava atrasado, muito atrasado, passando quase um mês sem ditar duas palavras" (*Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XIII, 1885-1886, p. 129). Estaria, então, ditando as anotações, sua visão já completamente debilitada.

²⁸¹ Um caso deste tipo, ocorrido nesta mesma década de 1850, diz respeito à cópia da *História do Brasil* (1627) de frei Vicente do Salvador, feita em Portugal a mando de João Francisco Lisboa e que acabou na biblioteca particular do Marquês de Olinda (Pedro de Araújo Lima), que ocupou o cargo de ministro do Império, secretaria por onde passavam as cópias. A cópia chegaria à Biblioteca Nacional em 1881, cedida por um livreiro da Corte, o que permitiu enfim a edição do escrito, que se tornaria fonte fundamental para os historiadores brasileiros (cf. OLIVEIRA, Maria Lêda. *A História do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império português do século XVII*. Rio de Janeiro: Versal/Odebrecht, 2008, p. 34). Na edição da Biblioteca Nacional trabalhou Capistrano de Abreu, que mais tarde editaria novamente a *História do Brasil* em publicação considerada exemplo de edição de texto histórico (SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo, Caieiras, Rio: Melhoramentos, 1918).

de uma parte de meus papéis e o incendio levou o resto"²⁸², diz nas anotações a sua biografia).

José Honório Rodrigues apontou como Drummond se colocou, desde os primórdios do IHGB, à disposição do Instituto para franquear-lhe documentos de seu acervo pessoal e realizar pesquisas na Europa:

Logo depois da fundação do Instituto Histórico, Meneses Vasconcelos de Drummond correspondia-se com os diretores, enviando papéis, sugerindo pesquisas, informando. "Eu possuo muitos papéis curiosos relativos à nossa história moderna destes últimos vinte anos. Bem vejo que deles não devemos fazer ainda uso, pois é muito cedo para julgar ações, cujos autores estão ainda entre nós; hei de, porém, tratar de os colecionar para os depositar no arquivo do nosso Instituto, donde sairão algum dia analisados". Comprava obras raras, "não com a rapidez que desejava, mas com o vagar que as circunstâncias me permitem". (...).

Já em 1839, Meneses Vasconcelos de Drummond declarava possuir inúmeros documentos históricos. "As ocupações do meu lugar não me deixam suficiente tempo livre para me empregar, como desejava, com mais eficácia no interesse da História do nosso País; farei todavia quanto de mim depender, para de alguma forma corresponder aos meus desejos. Possuo muitos papéis e cartas do Brasil, e deles irei extraindo o que for convindo mandar para ser examinado, cotejado e publicado pelo nosso Instituto. Ele é, assim, o primeiro investigador particular que, por sua própria iniciativa, pesquisa e colhe nos arquivos portugueses as fontes de nossa história."²⁸³

A primeira citação usada por José Honório Rodrigues no trecho acima é de correspondência de Drummond lida na sessão do Instituto de 5 de dezembro de 1841. Drummond indica que, ao menos naquele momento, o principal de seu arquivo pessoal dizia respeito a documentos da história recente ("moderna") do Brasil, que ele oferecia à discrição do IHGB (a instituição tinha reservas, como o próprio Drummond menciona, à publicação de documentos que expusessem a atuação política de pessoas ainda vivas). Boa parte de sua coleção passou às mãos de Melo Morais, compondo parte considerável de seu acervo pessoal, completado por suas próprias pesquisas.²⁸⁴

²⁸² *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XIII, 1885-1886, p. 17. O incêndio é mencionado mais de uma vez; a data precisa aparece na p. 108.

²⁸³ RODRIGUES, *A pesquisa histórica no Brasil*, op. cit., 1969, p. 42 e 43.

²⁸⁴ "Grande parte dos seus papéis foi parar às mãos de Melo Morais, que lhe escreveu a biografia e editou mal alguns originais. A história dos documentos colhidos por Meneses Vasconcelos de Drummond está intimamente relacionada com a dos documentos de Melo Morais. Aqueles que ele deixou de ofertar em vida ao Instituto Histórico foram parar às mãos de Melo Morais e constituíram o acervo documental de origem estrangeira do arquivo do cronista. Este pesquisou, copiou, comprou e dizem que obteve, nem sempre por meios lícitos, milhares de documentos de arquivos, bibliotecas, cartórios e secretarias do governo. Durante 18 anos colecionou impressos e manuscritos acerca da história civil e política do Brasil (...). Foi especialmente no Arquivo Nacional e no Arquivo da Secretaria do Império que Melo Morais

Para José Honório Rodrigues, a atuação de Drummond impulsionou dois historiadores bem distintos do período:

De Vasconcelos de Drummond partem, como seus discípulos firmados pela sua simpatia e generosidade, dois historiadores tão diferentes e tão desiguais como o foram Melo Moraes, que recebe o seu patrimônio documental, a que junta peças de arquivos a cartórios brasileiros, e Varnhagen, que estimulado pelo seu interesse começa a investigar os documentos dos arquivos portugueses [Varnhagen deve ter começado antes a fazê-lo, na verdade]. Melo Moraes é um cronista despreparado para tarefas tão importantes; Varnhagen torna-se, com o treino contínuo e a preparação cuidada, o maior pesquisador brasileiro do século XIX. De Vasconcelos de Drummond vem-lhe o primeiro apoio, bem como a proposta para membro do Instituto e o ser substituto de J. M. do Amaral como pesquisador público. (...). É por intermédio de Drummond que Varnhagen oferece ao Instituto Histórico em 1840, um exemplar de suas *Reflexões Críticas* e de sua edição do *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa.²⁸⁵

Vasconcelos de Drummond desempenhou papel importante não apenas na entrada de Varnhagen para o corpo diplomático, mas na orientação de suas atividades para a pesquisa histórica (embora já a praticasse antes), pois sua intercessão para que o sorocabano obtivesse um posto (em ofício de 14 de dezembro de 1839) vinha com a especificidade de recomendar-lhe para uma posição “com encargo especial de coligir documentos e diplomas para a história do Brasil e diplomática, coordená-los e analisá-los de modo que verifique datas e acontecimentos, e apure o verdadeiro do fabuloso, que abunda nas relações daquele tempo de propensão maravilhosa”.²⁸⁶ Uma carta de Drummond a Januário da Cunha Barbosa, datada de Lisboa, 10 de novembro de 1839, remetendo o *Diário de navegação* de Pero Lopes de Sousa ao IHGB, dá a entender que é de fato Drummond quem aproxima Varnhagen de Januário.²⁸⁷

pesquisou e extratou cópias de documentos. Ele mesmo declara, no Prefácio à *Corografia Histórica*, que foi "com estes recursos e com o grande arquivo de importantíssimos manuscritos originais, inéditos, do nosso venerando amigo, o distinto diplomata conselheiro Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, que pôde escrever aquele trabalho". (...) Foi com o extraordinário arquivo de peças colhidas na Europa por Vasconcelos de Drummond que conseguiu Melo Moraes formar a sua coleção, destruída em parte por um incêndio [em 1861]. Em 1878 vendeu a outra parte deste arquivo à Biblioteca Nacional." RODRIGUES, *A pesquisa histórica no Brasil*, op. cit., 1969, p. 42-43.

²⁸⁵ RODRIGUES, *A pesquisa histórica no Brasil*, 1969, op. cit., p. 43.

²⁸⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro e São Paulo: Laemmert Editores, 1907, 3ª. edição revista por Capistrano de Abreu, nota A, p. 12 (acervo digital do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP, http://143.107.31.150/bibliotecaPdf/Lt-626_original_WEB.pdf). Já havia um funcionário colocado nessa função, José Maria do Amaral, a quem Drummond se refere nesse ofício (afirma não querer destituí-lo de seu cargo).

²⁸⁷ Carta de Antônio Menezes de Vasconcelos de Drummond a Januário da Cunha Barbosa, datada de Lisboa, 10 de novembro de 1839. Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Coleção Martins, I-28, 31, 016 no. 001.

No prefácio "Ao Leitor" do tomo I da *Corografia histórica*, Melo Moraes faz uma exposição de onde foi colher as fontes do trabalho:

Para conseguirmos a aquisição dos importantes documentos históricos, consignados nesta obra, fomos com cuidado havê-los nas secretarias de Estado, nos arquivos públicos, nos cartórios; fomos às casas particulares, onde nos constava haverem papéis valiosos; tivemos à nossa disposição o arquivo do *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, que o ilustrado cavalheiro Sr. Manoel de Araújo Porto Alegre, digno secretário daquele patriótico estabelecimento literário, generosamente nos franqueou. O Arquivo Público, com alguns manuscritos históricos, bem coordenados pelo zeloso chefe, nos forneceu o que tinha, e do qual extraímos o melhor que havia. Se o arquivo da secretaria do Império, nos foi franqueado pelo Exmo. Sr. marquês de Olinda, atual ministro, achamos nos empregados daquela repartição, a melhor vontade em prestar-se a tudo que exigimos.

Com estes recursos, e com o grande arquivo de importantíssimos manuscritos, originais, inéditos, do nosso venerando amigo, o distinto diplomata conselheiro Antonio de Menezes Vasconcelos de Drummond, podemos escrever o presente trabalho.

O conselheiro Menezes de Drummond, como diplomata, em diversos Estados da Europa, colheu quantos documentos históricos encontrou relativos ao Brasil, e formou um escolhido gabinete de manuscritos, dos quais os mais interessantes à história pátria, entram na confecção desta obra.

(...).

A parte *Corográfica* é escrita sob as vistas de 40 mapas topográficos, sendo muitos deles inéditos, pertencentes ao ilustrado conselheiro Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, cuja fidelidade garante, por serem todos oficiais. Esses mapas, foram mandados levantar por ordem do governo português, e, a maior parte deles, pertenceram ao famoso Tomaz Antônio de Vila Nova Portugal, distinto ministro do ilustrado e benéfico rei D. João VI.²⁸⁸

Já vimos um pouco das ligações que permitiram a Melo Moraes a pesquisa conforme ele a descreve acima, como com o marquês de Olinda, e seu trabalho na secretaria do Império, auxiliado pelo funcionário José Bonifácio Nascentes de Azambuja. Nas pesquisas em arquivos, Melo Moraes foi capaz de importantes achados, como os processos da Inconfidência Mineira, por ele encontrados em 1855.²⁸⁹ O grande impulso veio, todavia, por certo do acervo de Drummond.

Nos anos que Drummond passou no Brasil, entre sua saída do posto em Lisboa até seu estabelecimento definitivo em Paris, de 1855 a 1859, Drummond parece ter distribuído uma parte considerável de seu arquivo particular. As atas das sessões do IHGB de 1856, 1857 e 1858 registram doações volumosas de Drummond, com muitos

²⁸⁸ *Corografia histórica*, tomo I, 1858, p. VII-IX.

²⁸⁹ Descoberta lembrada no *Brasil Histórico*, Ano V, 3ª série, n. 20, 16 de maio de 1874, p. 1, nota 1.

papéis referentes a questões de limites; são também os anos de elaboração dos primeiros volumes da *Corografia histórica* de Melo Moraes, que contará com vários documentos provenientes do diplomata. Em alguns casos, talvez Melo os tenha consultado e copiado no próprio arquivo do IHGB, como no caso do *Compêndio histórico* sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa do conselheiro Manoel José da Costa e Sá, doado ao IHGB por Drummond e transcrito por Melo na *Corografia*.

Com o tempo, porém, Melo Moraes parece ter se tornado o destinatário principal do acervo de Drummond. De 1859 a 1874, ano de falecimento do diplomata, Drummond oferece ao IHGB apenas uma obra impressa, em 1867. Após sua morte, o IHGB abre duas caixas depositadas por Drummond no arquivo do Instituto, que a seu pedido só poderiam ser abertas após seu falecimento. O responsável pelo parecer a respeito do conteúdo das caixas, o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, primeiro secretário do Instituto, revela seu desapontamento com o que encontra, sobretudo com a ausência da autobiografia de Drummond - que estava com Melo Moraes:²⁹⁰ eram as memórias que Drummond enviava a Melo Moraes, e o fez até pelo menos 1861. A biografia que Fernandes Pinheiro pretendia escrever a partir destas memórias estava sendo escrita por Melo Moraes, e publicada no seu periódico *Brasil Histórico*, a partir de 1864, em capítulos curtos na 1ª e 2ª séries do periódico. Fernandes Pinheiro reconhece a importância dos maços de documentos legados por Drummond, e recomenda que fossem sendo publicados na *Revista* do IHGB, à medida que os membros do Instituto julgassem conveniente, mas desaponta-se com a ausência das memórias.²⁹¹

O intercâmbio entre Drummond, o IHGB, na figura do secretário Manoel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), também pintor, arquiteto e poeta, e Melo Moraes, parece funcionar bem nesses anos de 1856 a 1858. Em 1857 Drummond faz o maior número de doações nesse período, o que motiva homenagem de Porto-Alegre no seu relatório anual, lembrando ainda ajuda que recebera de Drummond quando passava dificuldades durante um período de estudos na Europa.²⁹² No mesmo relatório de 1857,

²⁹⁰ *RIHGB*, tomo 37, segunda parte, 1874, p. 424-425.

²⁹¹ Entre os documentos estavam papéis referentes a eventos recentes, como a revolta liberal de 1842. Seguindo a praxe do Instituto, Fernandes Pinheiro recomendava discrição na sua publicação, em razão de muitos dos envolvidos ainda estarem vivos. Entre os documentos, listado ao final do parecer por Fernandes Pinheiro, constava "1 vol. encadernado contendo o registro de documentos diplomaticos ácerca dos limites do Brasil com a Guyana franceza" (*RIHGB*, tomo 37, segunda parte, 1874, p. 431).

²⁹² *RIHGB*, tomo 20, 1857, p. 45 do suplemento. Sacramento Blake fala na ajuda de um amigo a Porto-Alegre: "Foi em 1831 á França, com seu mestre Debret, aperfeiçoar seus estudos, viajando até 1837 pela Belgica, Italia, Suissa, Inglaterra e Portugal, a principio soffrendo privações, que foram minoradas com o

Porto-Alegre menciona ainda Melo Moraes, que havia enviado obras suas para o Instituto: "O Sr. Dr. Mello Moraes é um varão laborioso e amante das cousas da patria, e n'este momento se occupa elle de serias pesquisas historicas, que em breve verão a luz da imprensa. A secretaria do Instituto pôz á sua disposição o que tinha, pela certeza do uso que ia ter".²⁹³

Entre os documentos deixados nestes anos por Drummond no IHGB, figuram papéis relativos às questões de limites, em especial do norte. A lista de documentos enviados no ano de 1857 por Drummond incluía os seguintes documentos registrados na ata de 21 de agosto de 1857:

seis maços contendo 111 documentos, a saber: o 1º, 18 despachos originaes do marquez de Pombal sobre a questão de limites do Brasil, e bem assim a defesa que Alexandre de Gusmão fez ao tratado de 1750, com o parecer do ministro Thomaz Antonio Villanova Portugal ácerca da mesma defesa; 2º, 80 ditos do mesmo marquez sobre assumptos diversos; 3º, o projecto de uma companhia oriental e o parecer em original de Sebastião José de Carvalho e Mello (o mesmo marquez de Pombal) dado em Vienna em 1748; o 4º, de D. Ruiz [*sic*, deve ser Luiz] da Cunha, com reflexões sobre a governança do reino; o 5º, um parecer do cardeal da Cunha sobre o provimento de officios, e um officio do governador do Rio Grande do Norte sobre os productos naturaes daquella provincia; o 6º, sete documentos relativos á independencia do Brasil. Além d'esses documentos envia tambem o Sr. conselheiro Drummond quatro volumes in folio, encadernados, do registro do conde de Tarouca.²⁹⁴

Na sessão de 25 de setembro de 1857, foi registrado o recebimento dos seguintes documentos enviados por Drummond: "1º Compendio historico no occorrido na demarcação de limites do Brasil do lado da Guyanna Franceza, offerecido e dedicado a Sua Magestade Imperial pelo conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá, em tres volumes; e 2º, Memorias de D. Luiz da Cunha em dous volumes, que pertenceram a D.

auxilio prestado por um amigo e depois com uma subvenção concedida pelo governo imperial" (BLAKE, *op. cit.*, vol. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. 27). No elogio fúnebre de Porto-Alegre no IHGB, em 1880, o então orador interino Olegário Herculano de Aquino e Castro rememora a ajuda ao jovem estudante: "Era precaria a situação de Porto-Alegre; faltavam-lhe os meios pecuniarios e tinha sido infructifera a deliberação tomada pelo parlamento votando, por intervenção de Martim Francisco, um auxilio, que o habilitasse a proseguir em seus estudos na Europa. Tinha já resolvido regressar á patria, quando em 1834 chegaram a Pariz, Antonio Carlos e Vasconcellos Drummond, sendo por este generosamente offertada ao artista a quantia precisa para a continuação dos estudos: aceitou Porto-Alegre o obsequio, em parte, e com os escassos meios de que pôde dispôr, partiu para a Italia onde se demorou um anno. *RIHGB*, tomo 43, segunda parte, 1880, p. 529-530. Em 1835 Porto-Alegre obteve auxílio do governo para manter-se por mais três anos na Europa; ficou até 1837, quando teve notícia da Revolução Farroupilha que eclodira em sua província natal, voltando para buscar sua mãe, com quem instalou-se na corte.

²⁹³ *RIHGB*, tomo 20, 1857, p. 49 do suplemento.

²⁹⁴ *RIHGB*, tomo 20, 1857, p. 16-17 do suplemento.

Rodrigo de Sousa Coutinho, primeiro conde de Linhares".²⁹⁵ Na sessão de 6 de novembro de 1857, registrou-se o recebimento de "importantissimos manuscriptos" ofertados por Drummond: "1º, sobre a questão de limites do Brasil com Suriname, pertencente actualmente á Grã-Bretanha; 2º, sobre a capitania de Matto-Grosso em 1797; 3º, contendo a correspondencia de Francisco de Mello, embaixador portuguez á côrte de Londres".²⁹⁶ Nos envios de Drummond em 1857²⁹⁷ e 1858²⁹⁸ ao IHGB, novamente figuram documentos sobre limites do Império.

Joaquim Caetano da Silva, ao passar por Portugal a caminho do posto diplomático que o esperava nos Países Baixos, no início de 1852, veio a conhecer o acervo pessoal de Drummond e o trânsito que o diplomata possuía nos arquivos portugueses. Já preocupado com a obtenção de documentos para a causa brasileira do Oiapoque, Caetano recebe de Drummond preciosa ajuda, como relata em carta ao IHGB de 31 de janeiro de 1852, reveladora quanto ao trânsito de Drummond nos arquivos portugueses:

(...) apresenta-me Lisboa mais riquezas do que eu ideava, - na pessoa e casa do Illm. e Exm. Sr. Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brazil, e socio preclaro do Instituto. Sendo por si proprio um thesouro inexhaurivel de reconditas preciosidades, possui S. Ex. um archivo de documentos relativos ao Brazil riquissimo além de todo o encarecimento, e que só por si merece a viagem do Rio de Janeiro a Lisbôa; e pela sua elevada posição e esclarecida benevolencia, proporciona aos indagadores todos os grandes recursos d'esta nossa antiga metropole. Como primicias de maior messe, autoriza-me S. Ex. a offerecer ao Instituto, em seu nome, as duas cópias juntas, do tratado provisional de 4 de Março de 1700 entre Portugal e França, que é a base do nosso direito à margem meridional do Oyapoc. Eu vinha muito desejoso de vêr o texto mesmo d'este importante documento, porque o Sr. Visconde de Santarém, com o systema que infelizmente adoptou [na obra *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal* (1842)]; só o dá na fórmula narrativa. Foi a primeira cousa, porque perguntei ao Sr. enviado do Brazil; e que alegria não foi a minha, quando S. Ex. m'o pôz immediatamente nas mãos! Era uma cópia, que por sua propria letra fizera para seu uso o conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá, official maior da secretaria d'estado dos negocios da marinha, muito instruido das nossas cousas. Mas como não era cópia official, além de estar viciada com algumas omissões, - pedi ao Sr. Drumond [*sic*] o obsequio de alcançar-me licença para ir vêr o documento da secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, na certeza de que, segundo a citação do Sr. Visconde de Santarém, havia de ser um dos proprios

²⁹⁵ *RIHGB*, tomo 20, 1857, p. 20 do suplemento.

²⁹⁶ *RIHGB*, tomo 20, 1857, p. 30.

²⁹⁷ *RIHGB*, tomo 20, 1857, p. 112-114.

²⁹⁸ *RIHGB*, tomo 21, 1858, p. 529.

autographos do tratado, ou, quando menos, uma cópia perfeita de todo elle. Teve S. Ex. a bondade de dirigir-se immediatamente ao Sr. ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros de S. M. Fidelissima; e a resposta foi, que na secretaria d'estado dos negocios estrangeiros não existia a íntegra do tratado, mas unicamente um resumo. D'isto mesmo pedio o Sr. Drummond uma cópia authentica, e logo a recebeu. D'ella trasladei a minha cópia 2^a; e vai então com o n^o 1 a cópia, que tirei da do Conselheiro Costa e Sá, supprindo as omissões com as palavras que encerrei entre colchetes. Faço votos para encontrar na Haya cousa mais satisfactoria, mas no entretanto é bem preciosa esta cópia do conselheiro Costa e Sá, que possui o Sr. Drummond, porque, segundo assevera S. Ex., não existe em Lisboa outra alguma da íntegra, nem mesmo na legação franceza, cujo archivo actual é modernissimo.²⁹⁹

Ainda de Lisboa Joaquim Caetano ofertaria dois documentos que julgava muito importantes para a questão do Oiapoque: a carta de doação da Capitania do Cabo do Norte a Bento Maciel Parente, e extratos das memórias inéditas de D. Luís da Cunha.³⁰⁰

Em *L'Oyapoc et l'Amazonie. Question brésilienne et française* (1861) Joaquim Caetano utilizará as memórias de D. Luís da Cunha, um dos negociadores portugueses nas conferências de Utrecht. Joaquim Caetano afirmou ter consultado dois dos três volumes conhecidos das memórias de D. Luís da Cunha no primeiro trimestre de 1852 em Lisboa, disponíveis em duas cópias: uma na Biblioteca da Ajuda, e outra de posse do herdeiro de D. Luís, o Conde da Cunha. Essa segunda cópia, a melhor, havia sido enviada para o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil em 1852 graças a Drummond, "sempre um homem extremamente esclarecido, extremamente cortês, e de tal modo zeloso dos interesses de seu país" que merecia, segundo Joaquim Caetano, uma adaptação da máxima de Terêncio, "Homo sum, humani nihil a me alienum puto", "homem sou, nada humano me é alheio": "Brasiliensis sum, brasiliense a me nihil alienum puto", "Brasileiro sou, do Brasil nada me é alheio".³⁰¹ Drummond já havia se dedicado à questão de limites com a Guiana Francesa, quase dez anos antes, em 1842, ao escrever duas memórias sobre as negociações entre Brasil e França, oferecidas ao então ministro Aureliano de Sousa Coutinho, quando da retomada das negociações entre os dois países, representando Guizot a França do rei-cidadão, Luís Filipe de Orléans.

²⁹⁹ *RIHGB*, tomo 15, 1852, p. 586-587.

³⁰⁰ *RIHGB*, tomo 15, 1852, p. 588 e p. 590. Não é especificado nas atas das sessões do IHGB se a remessa das memórias de D. Luís da Cunha por Joaquim Caetano foram feitas ainda de Lisboa, mas deve ser o caso, pela proximidade de tempo.

³⁰¹ "toujours un homme extrêmement éclairé, extrêmement courtois, et tellement zélé pour tous les intérêts de son pays, qu'il peut s'approprier le mot de Terence et dire: «*Brasiliensis sum, brasiliense a me nihil alienum puto*»"; SILVA, *L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 146. Utilizaremos ao longo da tese esta terceira edição de *L'Oyapoc et l'Amazonie*, de 1899, que reproduz integralmente o texto da primeira edição, de 1861-63.

Ambas foram publicadas por Melo Moraes na sua *Corografia histórica*, primeiro e segundo tomos. Melo Moraes ainda publicará aí o *Compêndio histórico* de Costa e Sá, deixado por Drummond no IHGB.

Melo Moraes e a questão do Oiapoque nos dois primeiros tomos da Corografia histórica

Melo Moraes atribuiu, em edição de seu periódico *Brasil Histórico* de 16 de agosto de 1873 (Ano V, 3ª série, nº 2), que a falta de apoio do governo à continuação de sua *Corografia histórica*, apoio que havia sido previsto em lei (nº 3.040,³⁰² de 24 de agosto de 1866) dera-se devido às críticas que fizera à negociação de limites entre o Império brasileiro e a França, de 1855-56:

Na minha *Corografia*, quando tratei dos limites setentrionais do Brasil, pronunciei-me contra a intempestiva e má negociação, que se mandou fazer em Paris, em 28 de dezembro de 1854, a respeito dos limites do Norte, e como brasileiro, e conhecedor da matéria, em vista dos documentos que possuía, reconhecendo os erros da negociação, demonstrei o nosso direito, e censurei o negociador. Por este *crime* histórico [grifo do autor], o ministério do império, fez o que pôde, para que a lei n. 3.040 de 24 de agosto de 1866 se inutilizasse.³⁰³

Para Melo Moraes, o direito do Brasil ao Cabo do Norte estava estabelecido na convenção entre Portugal e França de 28 de agosto de 1817, consequência das negociações do Congresso de Viena. Este acordo estipulava o Oiapoque como limite, e o situava entre o 4º e o 5º graus de latitude Norte; indicando ainda se tratar essa localização do único entendimento feito por Portugal ao limite formulado em Utrecht (1713). Em seguida, o tratado fala em estabelecer definitivamente a fronteira, por meio

³⁰² O *Brasil Histórico* deve estar com erro no número do decreto (e não lei) que autorizou a subscrição, de fato nº 1.340, e não 3.040.

³⁰³ *Brasil Histórico*, 16 de agosto de 1873, Ano V, 3ª série, nº 2, p. 2, grafia atualizada. Acervo Fundação Biblioteca Nacional. O gabinete que assinou o decreto assumira havia pouco, em 3 de agosto de 1866, e era presidido por Zacarias de Góes e Vasconcellos, senador, ministro da Fazenda. Quem assina o decreto são os senadores José Joaquim Fernandes Torres, da pasta do Império, e João Lustosa da Cunha Paranaguá, então na pasta da Justiça (passaria depois a dos Estrangeiros). Esse gabinete viria a ser substituído pelo de 16 de julho de 1868, presidido pelo Visconde de Itaboraí (Joaquim José Rodrigues Torres); deste novo gabinete fazia parte o deputado Paulino José Soares de Souza, na pasta do Império, filho do Visconde do Uruguai, criticado por Melo Moraes na *Corografia*, de onde viria a suspeita de Melo de ter sido preterido em função do que escreveu sobre aquelas negociações. O decreto de 24 de agosto de 1866 autorizava o governo a subscrever a *Corografia*, informando que "Essa subscrição não excederá de mil exemplares ou assignaturas, que serão divididos pelas Bibliothecas publicas, Secretarias de Estado e dos Governos nas Provincias". O decreto pode ser lido no sítio da Câmara Federal, <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1340-24-agosto-1866-554002-publicacaooriginal-72358-pl.html>, acesso em março de 2014.

de comissários, "conforme ao sentido preciso" do Tratado de Utrecht e do Congresso de Viena. Para Melo Moraes, essa expressão, "sentido preciso", contida no artigo segundo da convenção de 1817, não significava uma dúvida a ser esclarecida, e sim fazia referência ao artigo primeiro da mesma convenção, isto é, indicava as coordenadas do Oiapoque conforme entendia Portugal. Ou seja, para Melo não ficara dúvida quanto ao limite, e, pela convenção ter sido reconhecida pelas potências europeias, o direito português (e, posteriormente, brasileiro) passou a fazer parte do Direito Público europeu, tornando-se estabelecido.

O Império brasileiro não teria por que, por conseguinte, aceitar a reabertura das negociações para definição do limite; deveria, antes, fazer valer seu direito. Para Melo Moraes, o aceite à iniciativa do então ministro dos Negócios Estrangeiros francês Guizot, em 1841, de entabular negociações deveu-se ao casamento da Princesa D. Francisca, irmã de D. Pedro II, com o príncipe de Joinville, Francisco Fernando de Orléans, filho de Luís Filipe. A França teria pretendido as terras contestadas próximas à Guiana como parte do dote, no que o Brasil não consentiu (cedeu, além de dinheiro, terras em Santa Catarina, origem da atual cidade de Joinville). Entretanto, a reabertura das negociações sobre os limites da Guiana teria sido aceita pelo governo brasileiro, segundo Melo Moraes, para concretizar o casamento. As negociações esfriaram (Luís Filipe caiu em 1848), e foram retomadas em 1854, com a França já no império, sob Napoleão III.

Nesse momento, Melo acreditava que o Brasil deveria ter assumido postura já delineada na década de 1840, nas negociações sugeridas por Guizot, quando o plenipotenciário brasileiro era José de Araújo Ribeiro (postura defendida pelo conselheiro Drummond): recusar que a negociação ocorresse em Paris, onde o plenipotenciário francês teria à mão os documentos, mapas e auxiliares que precisasse (a sugestão dos brasileiros no início da década de 1840 era de que as negociações se dessem em Lisboa); e não tomar a iniciativa da negociação, visto que o Brasil possuía seu direito estabelecido, cabendo aos franceses argumentar em contrário, e não ao Império defender seu direito, como se fosse questão duvidosa que carecesse de explicação (para Melo, isso equivaleria a abrir mão daquele direito). O que ocorre é o oposto: o governo concorda que a negociação ocorra em Paris, e envia para lá o recém-agraciado Visconde do Uruguai, que, ao invés de aguardar as proposições francesas, para refutá-las e afirmar o direito brasileiro, toma a iniciativa e envia um memorando sobre a questão ao Conde de Walewski, ministro francês dos Estrangeiros.

A própria retomada das negociações naquele momento, 1854-55, era prejudicial ao Brasil, pois os tratados que asseguravam o direito português colocavam a Inglaterra como garantidora do acordado; o conselheiro Drummond, no momento das negociações da década de 1840 insistira em nota ao então ministro dos Estrangeiros Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho que pressionasse pelo apoio inglês. Em 1854-55, porém, a Inglaterra estava aliada à França em um conflito de grande importância: a Guerra da Crimeia, que opunha ambas (e o Império Otomano) à Rússia; os brasileiros supunham que os ingleses não se indisporiam com seus aliados.³⁰⁴ O pior ainda viria depois, na visão de Melo Moraes: no decorrer das negociações o Visconde do Uruguai abriu mão do limite entre 4 e 5 graus de latitude Norte, oferecendo o rio *Calsoene*³⁰⁵ como limite aos franceses, cedendo com isso um parte do território que seria brasileiro de direito. Um verdadeiro crime de lesa-pátria, ou "léza nação",³⁰⁶ como afirma Melo Moraes, uma traição ao Imperador e ao país.³⁰⁷

Embora o essencial no texto de Melo Moraes sobre os limites do Norte seja a definição de uma estratégia de negociação para o Império calcada na insistência do limite entre 4 e 5 graus, o autor procura passar pelos problemas da questão. No início da seção "Limites do Norte", no tomo I da *Corografia*, Melo Moraes faz um brevíssimo histórico (um parágrafo) da presença francesa e holandesa na região. Sua análise do Tratado de Utrecht, o ponto seguinte da narrativa, pode ser considerada imprecisa no sentido de que antecipa a localização do limite entre 4 e 5 graus, que ainda não constava do texto do acordo da cidade holandesa. Veja-se o seguinte trecho: "Nas conferencias de Utrecht, desde o anno de 1712 instava Portugal, para que a França lhe desoccupasse as suas terras, desde o cabo do Norte, até o rio *Oyapock* dito de *Vicente Pinzon*, que está entre 4 e 5 grãos, como diz Mr. Reboulet, na vida de Luiz XIV".³⁰⁸ O autor faz menção

³⁰⁴ *Corografia*, tomo I, p. 384, nota 1.

³⁰⁵ Calsoene que fora, diz Melo Moraes, o que os franceses propuseram em 1797, e Portugal se recusou a aceitar, mesmo com a possibilidade de guerra (*Corografia*, tomo I, p. 402). Caso em que os portugueses se portaram melhor que os brasileiros, para o autor.

³⁰⁶ *Corografia*, tomo I, p. 416.

³⁰⁷ O Visconde do Uruguai antecipava que sua concessão fosse gerar críticas, em carta de 4 de fevereiro de 1856 ao ministro dos Negócios Estrangeiros, quando já via que as negociações não evoluiriam: "Há de haver muito quem grite, e faça memórias contra semelhante solução [sua concessão aos franceses], mas se a falta dela desse em resultado um rompimento e hostilidade haveria muito mais quem gritasse por se haver exposto o Império a sacrifícios e desares por um direito que então se proclamaria ilíquido, e por causa de pântanos que seriam então declarados apenas bons para criar jacarés e sapos. Pela minha parte pouco me importa o que poderão dizer, uma vez que tenha a consciência de haver concorrido para o que possivelmente é melhor" (SOUZA, *A Vida do Visconde do Uruguai (1807-1866)*, op. cit., p. 538). Uruguai só não admitia que estivesse ultrapassando as instruções que recebera do governo, acreditando havê-las cumprido "fielmente".

³⁰⁸ *Corografia*, tomo I, p. 373, grifos no original.

à obra de Simon Reboulet (1687-1752), como se na própria literatura francesa sobre o Tratado de Utrecht se achasse consignado o limite entre 4 e 5 graus. Entretanto, as coordenadas são uma interpolação de Melo Moraes. O texto de Reboulet diz que o rei de Portugal D. João V pretendia "que a França lhe cedesse na América as Regiões do Cabo do Norte, situadas entre o Rio das Amazonas e o de Vicente Pinzón" - Reboulet não dá latitudes para este último rio, e tampouco menciona a denominação *Oiapoque*.³⁰⁹ Melo Moraes assume como dado o limite no litoral; e para estabelecer sua extensão para o interior, remete à divisão do território da região norte entre as potências europeias, retrocedendo até a Paz de Westfália (1648).³¹⁰

A seção seguinte intitula-se "Questão de Limites". É aí que os limites do Norte do Império deixam de ser assunto para um texto descritivo, e passam a ser um problema, objeto para um texto argumentativo. Em nota de rodapé ligada ao título da seção, Melo Moraes esclarece suas bases: "Não querendo entrar nesta materia só com a lição que possuíamos, recorremos a amigos nossos, em quem depositamos a mais séria confiança, por seus vastos conhecimentos theoricos e praticos em diplomacia afim de que com segurança, pudessemos, sem medo de errar, ventillar uma questão do maior alcance para o imperio e para os Brasileiros, porque combinadas as idéas, não receiamos da segurança dos nossos juizos".³¹¹

Melo Moraes remonta às negociações entre Portugal e França de 1699 e 1700, que resultaram no tratado provisório de 4 de março deste último ano, e identifica que "a questão principal consistiu em discriminar os rios, cujos nomes se invocavão, como sendo aquelles, pelos quaes se devia fazer a delimitação".³¹² Para o autor, a questão aparece resolvida em Utrecht, onde "os dous governos já mais esclarecidos, sobre o direito de suas reciprocas pretenções, concordarão, por tratado solemne, garantido pela Grã-Bretanha, que os limites entre as duas Guyanas Portuguesa, e Franceza, fossem descriptos pelo rio Oyapock ou de Vicente Pinzon".³¹³ Melo Moraes ainda procura esclarecer o sentido da expressão *Cabo do Norte*, a região da qual abriu mão Luís XIV em Utrecht:

Seria preciso torcer o sentido destas palavras, *terras do Cabo do*

³⁰⁹ "Le Roy de Portugal Jean V. du nom, vouloit (...) que la France lui cedât en Amerique les Contrées du Cap-Nord, situées entre la Rivière des Amazones & celle de Vincent-Pinson" (REBOULET, Simon. *Histoire du Regne de Louis XIV*. Surnommé le Grand, Roy de France. Tomo terceiro. Avignon: Chez François Girard, Imprimeur-Libraire, 1744, p. 495.

³¹⁰ *Corografia*, tomo I, p. 374-375.

³¹¹ *Corografia*, tomo I, p. 375.

³¹² *Corografia*, tomo I, p. 376.

³¹³ *Corografia*, tomo I, p. 376.

Norte para lhes dar uma interpretação limitada, ao dito Cabo tão sómente, como depois tem pretendido a França. As terras do Cabo do Norte, não pódem ser outras senão aquellas, que ficão adjacentes ao mesmo Cabo. Pelo lado do Norte, estas terras vão naturalmente até o Cabo de Orange. Portugal estava já na posse dellas, quando o tratado se celebrou. A cessão pois, que das mesmas terras fez Luiz XIV, não foi mais do que uma renúncia da sua injusta pretensão.³¹⁴

Essa argumentação por lógica de Melo Morais, entendendo que as terras do Cabo do Norte "não pódem ser outras senão aquellas", as quais "vão naturalmente até o Cabo de Orange", carecerá de maior embasamento em um debate propriamente erudito. Como vemos nas negociações entre o Visconde do Uruguai e ao Barão de Butenval, e nos debates envolvendo Joaquim Caetano da Silva, afirmações como as acima necessitam de corroboração. Seria preciso mostrar, em textos da época do Tratado de Utrecht, a existência desse entendimento para a expressão "terras do Cabo do Norte", bem como autores ou mapas que as delimitem até o Cabo de Orange. Além do argumento lógico, Melo Morais menciona a ocupação portuguesa na região como reforço ao direito, ocupação que dava sentido ao tratado na concessão a Portugal.

A outra dúvida a respeito do Tratado, referente à dupla denominação do rio-limite, também recebe estudo de Melo Morais. Para o autor, a dúvida surge das tentativas da França de restringir o acordado em Utrecht: "Ora, o rio Oyapock dito de Vicente Pinzon (1), não era um só, com estas duas diversas denominações. Ora tirava da ortographia da lingua barbara dos Indigenas, que os europeos escrevião segundo os sons, que lhes chegarão aos ouvidos, conforme o genio da sua propria lingua, argumentos, que levassem a recusar um rio, para pôr outro em seu lugar".³¹⁵ Neste trecho Melo Morais oferece sua explicação para as variações do nome Oiapoque, justificada pela recepção dos europeus, que o escreviam conforme entendiam.

A nota (1) que indicamos na citação acima dá início ao que é de fato a principal parte da argumentação de Melo Morais. Esta nota, que se estende por sete páginas, intercala críticas aos homens de Estado do Império³¹⁶ com um exame de mapas voltado

³¹⁴ *Corografia*, tomo I, p. 376.

³¹⁵ *Corografia*, tomo I, p. 377.

³¹⁶ "Desgraçadamente entre nós os estadistas, os homens politicos, não são conhecidos pelos seus escriptos; a cabala, ou uma facção é quem os indigita; ou quando lhes convém aos seus interesses, o *Jornal do Commercio* ou *Correio Mercantil* os proclama, ou abate, como em tempos passados se fez no balcão da loja de livros do fallecido E. F. da Veiga e neste caracter se tornão potencias necessarias. No entanto os grandes homens do Brasil, não avultão, como convinha ao paiz, porque não servem para os jogos de interesses materiaes, ou de vis instrumentos de paixões mesquinhas" (*Corografia*, tomo I, p. 377-379). Como ocorre frequentemente em textos de Melo Morais, as notas de rodapé têm suas próprias

para provar como ficou conhecido e estabelecido o limite norte do Império do Brasil após Utrecht.

Ao contrário do que foi adotado no debate entre o Visconde do Uruguai e o Barão de Butenval, e que ficou como tom para a discussão da questão do Oiapoque, Melo Moraes não procurou reconstituir as concepções geográficas da época do Tratado de Utrecht. Os mapas que cita são em geral do final do século XVIII, início do XIX; existem dois anteriores a Utrecht: um mapa italiano, de Giacomino Rossi, de 1677, e a carta de Theodore de Bry, de 1692.³¹⁷ Melo não os utiliza, todavia, para tentar provar qual era o entendimento da geografia da região no início do século XVIII. Antes, sua intenção nessa nota é "confirmar o que levamos dito, sobre a alteração das modernas cartas ou mappas da America meridional feitas pelos Francezes"; decide demonstrá-lo pelo exame das "cartas ou mappas dos geographos imparciaes".³¹⁸ Ou seja, sua linha de raciocínio é tentar demonstrar que havia um consenso, ao menos entre os geógrafos "imparciais", a respeito dos limites do Império no norte; a tentativa de colocar em dúvida a fronteira, nas negociações abertas desde a década de 1840, seria uma deturpação clara por parte da França do que estava estabelecido desde Utrecht. A sua capacidade de consultar os mapas mais antigos também deve ter pesado em suas opções: como podemos ver nos protocolos das negociações de 1855-56, e nos escritos de Joaquim Caetano da Silva, muitas dessas cartas só podiam encontradas em arquivos portugueses e/ou franceses, fora do alcance de Melo Moraes. Para o autor, entretanto, a argumentação que conseguiu formar era suficiente para demonstrar o direito brasileiro.

Sua análise dos mapas divide-os por nacionalidade, sendo que Melo Moraes não considera as cartas portuguesas e espanholas, que poderiam ser acusadas de parcialidade: analisa mapas ingleses, franceses, holandeses, alemães e italianos. Considerando o momento das negociações de 1855-56 em que o Barão de Butenval abre uma exceção e se permite analisar documentos posteriores ao Tratado de Utrecht, vemos que Melo Moraes cita algumas cartas mencionadas nos protocolos, como as inglesas *Columbia prima or South American*, por William Fadens (embora Melo dê como data de publicação 1807, e Butenval, 1823³¹⁹), e a carta de Arrowsmith, de 1810. Outra diferença de Melo Moraes em relação ao procedimento comum no debate é que o

notas: neste trecho, o autor coloca notas com trechos dos jornais citados, para demonstrar o que disse a seu respeito.

³¹⁷ No caso deste último autor, há um erro de grafia na *Corografia* ou de compreensão por parte de Melo Moraes, pois a carta americana de De Bry é de 1592-96, não de 1692.

³¹⁸ *Corografia*, tomo I, p. 379.

³¹⁹ *Protocolos*, p. 82.

autor vai buscar o limite norte não pelo ponto no litoral que lhe serviria de base, mas observando a linha para o interior; conferindo como cada geógrafo definiu a fronteira da Guiana Holandesa, e de que lado estavam os rios e serras do interior da região amazônica, se do lado do Império ou dos países vizinhos.

No caso das cartas francesas, Melo Morais afirma restringir-se às principais, pois haveria uniformidade suficiente entre elas para tornar enfadonho um exame de todas.³²⁰ Dentre estas cartas, encontra-se a que para Melo é "tão positiva, que parece não nos dever restar outra cousa mais, que recommendar muito o seu exame, como abonador dos melhores argumentos, á favor do direito do Brasil".³²¹ A carta faz parte do *Atlas Encyclopédique*, volume II, publicado em 1788, de Rigobert Bonne (1727-1795), um os principais cartógrafos do século XVIII. Melo afirma que a carta decisiva para o direito brasileiro é a 109, que descreve a Nova Granada, Nova Andaluzia e a Guiana (nomes, naquele momento, pré-independências, dos territórios do norte da América do Sul); deve ser erro, pois essa carta é a 108 no livro.³²² Melo nota que "No texto á que se refere a dita carta, é para observar que dá à Colonia Hollandeza trinta leguas";³²³ no mapa, observa-se que o limite da Guiana Francesa com o Império do Brasil passa pelo Cabo de Orange, como pretendiam os brasileiros. Melo destaca o caráter oficial da fonte,³²⁴ bem como o fato de ter sido baseada nos "archivos officiaes do governo". Conclui Melo que "Á vista destas cartas, quasi afoutamente se póde julgar, sem a menor discrepancia, o consenso dos geographos a favor do Brasil, nos pontos de que se lhe faz opposição".³²⁵

O rodapé contém essa defesa da interpretação brasileira dos limites; o texto passa à parte diplomática, chegando ao início do século XIX, após um salto no tempo ("Assim se passou o tempo", na expressão do autor³²⁶). O artigo 107 do Congresso de Viena resolvia, na visão de Melo Morais, o problema da interpretação do Tratado de Utrecht:

Por este artigo 107 do tratado de Vienna, ficou evidente: 1º que

³²⁰ "Como o geral dos geographos francezes, no que pertence aos pontos contestados da fronteira do Brasil, são uniformes, seria enfadonho fazer uma resenha de todas as cartas ou mappas, que tem-se publicado da America meridional, e por isso limitaremos seu efficaiz testemunho às que julgamos, como principaes" (*Corografia*, tomo I, p. 380).

³²¹ *Corografia*, tomo I, p. 381.

³²² BONNE, Rigobert. *Atlas Encyclopédique*, vol. II. Paris: Hotel de Thou, 1788, sem p. Disponível em https://archive.org/details/cihm_32084, acesso em janeiro de 2014. O Atlas foi escrito conjuntamente com Nicholas Desmarest (1725-1815), autor que contribuiu para a *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert.

³²³ *Corografia*, tomo I, p. 381.

³²⁴ "(...) é dedicada ao conde de Montmorin, ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros de França; o que lhe abona caracter official" (*Corografia*, tomo I, p. 381).

³²⁵ *Corografia*, tomo I, p. 382.

³²⁶ *Corografia*, tomo I, p. 377.

o Oyapock ou o Vicente Pinzon é um só, e o mesmo rio, com duas diversas denominações; 2º que este rio está entre o quarto, e o quinto grão de latitude Norte; 3º que é por aquelle rio, e por esta latitude, que os Portuguezes, sempre se considerárão com direito, a delimitação das duas Guyanas: e finalmente, que nestes tres pontos, se acha encerrado o sentido do tratado de Utrecht.

Por consenso de todas as nações signatarias do tratado de Vienna, ficou definido o sentido do tratado de Utrecht, e o ponto de partida, entre o quarto e o quinto grão de latitude Norte, para a delimitação das duas Guyanas. Não ficou porém tudo feito. O tratado de 28 de Agosto de 1817, entre a França, e o reino unido de Portugal e Brasil, veio fazer o resto. Por este tratado foi ractificado, que o ponto de partida para a delimitação, era o rio Oyapock, chamado por outro nome de Vicente Pinzon, na latitude de *quatro a cinco* grãos ao Norte do Equador, e que deste ponto se tiraria uma linha mathematica de Leste á Oeste, até encontrar o paralelo de 322 grãos de longitude.³²⁷

"*Toda a argumentação sobre o passado, era já inutil e desnecessaria*", escreve Melo;³²⁸ o debate erudito era inútil. Nesse sentido, as próprias páginas de Melo Moraes serão uma censura aos procedimentos da diplomacia brasileira, ao aceitar a reabertura da questão na década de 1840, instada por Guizot, e sobretudo à conduta do Visconde do Uruguai nas negociações de 1855-56.

Melo Moraes reconstitui primeiramente o momento em que o então ministro francês dos Estrangeiros propõe a reabertura das negociações. Essa primeira rodada foi abortada logo nas primeiras conferências, não sendo possível avaliar propriamente qual linha de conduta o governo brasileiro teria adotado então. Melo Moraes considera a posição do Brasil naquele instante sobretudo por uma nota enviada por Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond ao então ministro dos Negócios Estrangeiros Aureliano de Sousa Coutinho, que será transcrita, com sugestões para o procedimento do plenipotenciário brasileiro designado para as negociações, José de Araújo Ribeiro; nada indica que as sugestões de Drummond seriam efetivamente acatadas. A visão de Drummond da questão diplomática é o norte de Melo Moraes, a base do severo julgamento que faz da conduta do Visconde do Uruguai.

O principal alvo da crítica é a própria reabertura da questão da interpretação do Tratado de Utrecht: Melo entende que o Brasil deveria ter feito prevalecer o limite entre 4 e 5 graus, fixado no artigo 107 do tratado do Congresso de Viena (1815). Para o autor, "O direito que tem o Brasil á linha divisoria pela embocadura do *Oyapock* foi reconhecido pelo governo Francez, antes da reunião do congresso de Vienna, como

³²⁷ *Corografia*, tomo I, p. 379-380, grifos no original.

³²⁸ *Corografia*, tomo I, p. 380, grifo meu.

passámos a demonstrar, por documentos diplomaticos".³²⁹ Os documentos são as notas trocadas entre os diplomatas franceses e portugueses nas negociações precedentes a Viena, nos anos de 1814 e 1815. O primeiro dos documentos que Melo apresenta é uma nota do príncipe de Benevente, ministro e secretário de estado dos Negócios Estrangeiros de Luís XVIII, respondendo a nota do Conde de Funchal, plenipotenciário português. O Conde havia informado ao estadista francês que Portugal restituiria a Guiana Francesa (ocupada desde 1809, como retaliação portuguesa à invasão de Portugal, que forçara a vinda da Corte para o Brasil), mas que a restituição não significava que Portugal abrisse mão do limite no Oiapoque. Ao que o ministro francês responde curtamente que se tratava de uma "superabundância" do colega português, ou seja, um ponto passivo, que a França reconhecia. Para Melo Morais, que dá o texto desta nota em francês, com tradução para o português (como faz com todos os documentos em francês nesta parte), no rodapé, "Não póde haver reconhecimento mais positivo de que, o *Oyapock*, que está entre o 4º e o 5º grau de latitude Norte, é o ponto donde deve partir a linha divisoria, entre as duas Guyanas Brasileira e Franceza, do que este, que fez o principe de Benevente, em nome da França, pela sua precitada nota".³³⁰

O ponto é que a nota transcrita não dá as coordenadas do Oiapoque. O texto diz apenas que o plenipotenciário português informava que não compreendia, com a restituição da Guiana, desistir em nome de sua corte do limite do Oiapoque ("il n'entend point se désister au nom de sa cour de la limite de l'Oyapock"³³¹). É Melo Morais que ajunta ao nome Oiapoque a explicação "que está entre o 4º e o 5º grau de latitude Norte" - indicação que, em 1814, quando da nota citada, ainda não havia aparecido em nenhum tratado. O mesmo se dá mais à frente, quando Melo Morais resume a conduta do ministro francês no Congresso de Viena:

No decurso da negociação o principe de Benevente, prevalecendo-se das occurencias politicas, que levarão de novo o imperador Napoleão I, ao throno da França, obstinadamente sustentou, que não podia tratar da fixação definitiva dos limites, não só porque não tinha á esse respeito todos os esclarecimentos necessarios, senão porque essa fixação de limites, poderia desconceituar a Luiz XVIII, na opinião do povo francez. Mas o principe de Benevente, nunca desconheceu, nem negou, que o *Oyapock*, cuja embocadura está situada entre o 4º e o 5º gráo de latitude Norte, fosse o ponto por onde devesse passar essa

³²⁹ *Corografia*, tomo I, p. 404.

³³⁰ *Corografia*, tomo I, p. 404.

³³¹ *Corografia*, tomo I, p. 404, nota 1. Esta nota deve ser outro documento obtido por Melo Morais via Drummond, através do chanceler mor de Portugal naquele período *circa* 1814, Thomaz Antônio de Vila-Nova Portugal.

Em nenhum dos cinco ofícios diplomáticos, entre portugueses e franceses, que Melo Morais transcreve no rodapé ao longo deste trecho, referentes às negociações do congresso de Viena, aparecem as coordenadas "entre 4 e 5 graus de latitude Norte". Os textos falam apenas no rio Oiapoque, ou na embocadura do rio Oiapoque; daí, no texto de Melo, virem marcadas as *suas* interpolações, como "*Oyapock, que está entre o 4º e o 5º grau de latitude Norte*", ou "*o Oyapock, cuja embocadura está situada entre o 4º e o 5º gráo de latitude Norte*". Melo dá como resolvida a questão da localização do Oiapoque, que de fato é a base das discordâncias: saber a qual rio se referiam os negociadores em Utrecht, ou seja, na prática, saber onde localizar o rio-limite.

Melo Morais também transcreve no rodapé os artigos relevantes para a questão dos tratados de Utrecht, Viena, e convenção de Paris de 1817. Reitera repetidamente que o direito brasileiro encontrava-se firmado nestes tratados; por isso o erro em reabrir para debate o artigo oitavo de Utrecht. Sobre o memorando que o Visconde do Uruguai apresentou preliminarmente ao Conde de Walewski, ministro dos Estrangeiros francês, no início das negociações, em 1855, Melo afirma: "Este documento oficial, quanto á parte historica, é bom. Não acontece assim, quanto á parte diplomatica".³³³ O equívoco na parte diplomática, notado pelo Barão de Butenval, era que o Visconde do Uruguai se propunha a começar a negociação pela interpretação do Tratado de Utrecht, ao mesmo tempo em que afirmava estar esta interpretação decidida pela convenção de 1817. Ao que o representante francês notou que, se estivesse de fato decidida, não estaria ali o diplomata brasileiro.

Quanto à parte histórica, ao afirmar que era boa, Melo Morais remete a nota de rodapé indicando: "Vide adiante o *Compendio historico do occorrido nas medições etc.* do conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá, que o transcrevemos do manuscrito original e inedito".³³⁴ Nesse ponto é importante pensar a concepção de escrita da história de Melo Morais, em especial o papel das transcrições, o encadeamento de textos de terceiros junto ao texto do autor. A argumentação histórica do próprio Melo na questão do Oiapoque é praticamente transferida para as transcrições. O texto de sua autoria volta-se para, a partir de documentos diplomáticos, mostrar como a França reconhecia o limite do Oiapoque, entre 4 e 5 graus de latitude Norte, e como esse

³³² *Corografia*, tomo I, p. 410-411.

³³³ *Corografia*, tomo I, p. 388.

³³⁴ *Corografia*, tomo I, p. 388.

reconhecimento ficou firmado na convenção de 28 de agosto de 1817, passando ao Direito Público europeu. Analisa os textos dos tratados visando mostrar que em nenhum momento questionou-se aquele limite. Isto é, a tentativa francesa de reconsideração do limite agora (décadas de 1840 e 1850) não tinha fundamento, e o Brasil não tinha motivo para aceitar a instauração de uma dúvida onde havia uma certeza firmada e reconhecida. De forma curta, em nota, Melo discute ainda a proposta francesa, do limite no Araguari-Carapaporis, e as dúvidas quanto a qual seria o rio de Vicente Pinzón, rejeitando-as pela lógica fornecida pelos conhecimentos geográficos da região.³³⁵

Melo Morais afirma que "o negociador Brasileiro, não marchou bem quando respondeu ás inexactidões do plenipotenciario Francez" em dois pontos: em primeiro lugar, o argumento de Butenval de que o Araguari era o rio de Vicente Pinzón porque o viajante espanhol descreveu o fenômeno da *pororoca* em seu relato de viagem. Melo Morais assevera que "Esse argumento póde igualmente applicar-se ao Amazonas, ou a outro qualquer rio ao Sul do Equador, porque em todos elles, naquellas regiões, as pororocas são conhecidas".³³⁶ O segundo ponto era o de que o Araguari desaguava na baía (Melo chama de enseada) de Vicente Pinzón, devendo ser, por conseguinte, o rio deste nome. Porém, "A enseada de *Vicente Pinzón*, tambem não é tão pequena, como figura em algumas cartas, e acredita o plenipotenciario Francez. No Pará é tradicional o chamar-se enseada de *Vicente Pinzon*, toda extensão de costa, que vai do Cabo do Norte, ao Cabo de Orange. Parece que o negociador Brasileiro, ignorava esta circumstancia".³³⁷

Essa curta resposta, a apenas *dois* dos argumentos do plenipotenciário francês Butenval, está em nota de rodapé. O grosso da argumentação de Melo Morais é voltado para o aspecto diplomático, e não erudito da questão, isto é, voltado para afirmar que o direito brasileiro encontrava-se estabelecido, pelos tratados existentes, no Direito Público europeu. Mesmo a contra-argumentação acima deveria ser melhor embasada, para servir num debate erudito. A afirmação de que todos os rios da região conhecem o fenômeno da *pororoca*, por exemplo, precisaria de corroboração por meio de relatos de testemunhas oculares, críveis, que dessem conta do fenômeno em outros rios. Também o segundo ponto, de que a enseada de Vicente Pinzón não é tão pequena como aparece em algumas cartas, carece de embasamento: uma discussão dos mapas que o demonstre.

³³⁵ *Corografia*, tomo I, p. 416.

³³⁶ *Corografia*, tomo I, p. 416.

³³⁷ *Corografia*, tomo I, p. 416, grifos no original.

Até a afirmação genérica de que "No Pará é tradicional o chamar-se enseada de *Vicente Pinzon*, toda extensão de costa, que vai do Cabo do Norte, ao Cabo de Orange", precisava de textos e documentos paraenses que o confirmassem.

As transcrições: as memórias sobre a questão

De fato, a comprovação dos direitos do Brasil à fronteira entre 4 e 5 graus de latitude norte é feita em Melo Moraes pela transcrição de escritos que vão, no tempo, desde memória de Alexandre Rodrigues Ferreira de 1792 até a de Joaquim Caetano da Silva lida no IHGB, de 1851. São essas memórias de terceiros que vão desenvolver os pontos eruditos do debate, desde o histórico de ocupações até a interpretação do Tratado de Utrecht. De certa forma, é como uma capitulação de Melo Moraes: sua visão era de que o Brasil deveria afirmar seu direito, ao invés de se envolver nesse debate com a França; aberto o debate, porém, tornava-se preciso defender a posição brasileira.

A primeira memória que Melo transcreve, o "Juízo imparcial...", de um "estadista" não nomeado, termina com as mesmas censuras de Melo Moraes à negociação do Visconde do Uruguai - é escrito recente então, surgido logo após a publicação dos protocolos da negociação entre Uruguai e Butenval.³³⁸ A memória seguinte é "Nota" que mencionamos de Drummond ao então secretário dos Estrangeiros, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.³³⁹ Já no tomo II da *Corografia* (1859) vem uma "Dedução dos direitos do Brasil a propriedade e posse da sua actual linha de fronteira do Norte do Imperio do Brasil pelo conselheiro Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond"; a memória lida por Joaquim Caetano nas sessões do IHGB de 26 de setembro e 10 e 24 de outubro de 1851; o "Compendio historico do occorrido na demarcação dos limites do Brasil do lado da Guyana Franceza, pelo conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá, offerecido a S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II", acompanhado de documentos; incluso nos apêndices do "Compendio", o escrito "Propriedade e posse das terras do Cabo do Norte pela corôa de Portugal,

³³⁸ *Corografia*, tomo I, p. 427.

³³⁹ Este escrito vem com explicação de Melo Moraes no rodapé: "Esta memoria que aqui transcrevemos do conselheiro Antonio de Menezes Vasconcellos de Drumond [*sic*] teve por origem o facto seguinte: o ministro Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, tendo cahido no laço que lhe armou Guizot, deu instrucções a Antonio de Araujo [*sic*, ao invés de José de Araújo Ribeiro] para negociar os limites do Norte do Brasil. O conselheiro Drummond, que era então ministro residente em Lisboa, tendo sciencia disto, conheceu a armadilha do ministro de Luiz Filipe, e julgou esclarecer a Aureliano, mostrando-lhe debaixo de que ponto de vista devia elle encarar a negociação". Memória é extraída, esclarece Melo, "do proprio original inedito" (*Corografia*, tomo I, p. 427).

deduzida dos Annaes Historicos do Estado do Maranhão, e de algumas memorias e documentos por onde se achão dispersas as suas provas por Alexandre Rodrigues Ferreira. Anno de 1792". Este último escrito foi publicado pela *Revista* do IHGB no tomo terceiro, de 1841 (é uma constante de Melo Moraes a despreocupação em relação ao ineditismo dos textos que publica). Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), natural da Bahia, foi um importante naturalista, chefe da comissão científica encarregada pela Rainha D. Maria I em 1778 de empreender viagem pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato-Grosso e Cuiabá. A expedição partiu de Lisboa em 1783 e durou nove anos. Os papéis de Ferreira foram enviados à Acadmeia Real de Ciências de Lisboa em 1838, para receberem parecer justamente do sócio Manoel José Maria da Costa e Sá.

O compêndio de Costa e Sá e, com ele, o escrito de A. R. Ferreira estavam entre os papéis enviados por Drummond ao IHGB entre 1856 e 1858. Manoel José Maria da Costa e Sá (1791-1843) foi oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, obtendo várias distinções e comandas em Portugal. Foi escolhido cronista das províncias ultramarinas em 1839, e encarregado, em 1842, de escrever uma história da monarquia portuguesa dos últimos períodos decorridos. Membro da Academia Real de Ciências de Lisboa desde 1815, foi indicado logo nos primórdios do IHGB para admissão na instituição por Drummond, enviando de pronto suas anotações à memória do Visconde de São Leopoldo sobre limites do Império.³⁴⁰ Segundo Inocêncio Francisco da Silva, Costa e Sá possuía "á sua disposição os archivos publicos, os das corporações scientificas, o tracto e conversação dos mais eruditos contemporaneos, e uma escolhida livraria, constante de septe a oito mil volumes, que juntou à custa de diligencia e grande despeza, e que era, dizem, amplissima na parte historica, mórmente com respeito a Portugal".³⁴¹

Uma das primeiras atividades de Costa e Sá para o IHGB teve a ver com os papéis de Alexandre Rodrigues Ferreira. No tomo 2 da *Revista* do Instituto, de 1840, Costa e Sá publicou uma biografia de Ferreira, acompanhada de uma notícia dos escritos deixados pelo naturalista, do mesmo autor e enviada ao Instituto por

³⁴⁰ Cf. *RIHGB*, tomo 2, 1840, p. 598.

³⁴¹ SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo sexto. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1862, p. 29. Digitalizado pela Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (IEB-USP), disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/016843-06#page/1/mode/1up>, acesso em março de 2014.

Drummond.³⁴² Drummond também incluiu o parecer que Costa e Sá fez para a Academia Real, datado 22 de agosto de 1833, que recomendava a coordenação, edição e publicação dos papéis de Ferreira. Na década de 1850, portanto, voltará Drummond com os papéis de Costa e Sá, que incluía no seu *Compêndio histórico* sobre a questão da Guiana o escrito de A. R. Ferreira. Desta segunda leva de envios, extraiu Melo Morais as cópias para sua *Corografia histórica*.

Os textos transcritos por Melo Morais possuem caráter histórico e diplomático, no sentido de que procuram comprovar a interpretação brasileira ao limite, e fornecer orientações para as negociações diplomáticas (à exceção da memória de Joaquim Caetano, que analisaremos posteriormente, restrita à questão erudita).

O "Juízo imparcial" atende ao seguinte propósito, segundo Melo Morais escreve em nota de rodapé: "O distinto estadista, autor desta interessante memoria, que por elle nos foi communicada, expõe demonstrando com imparcialidade os factos, deixando-nos tão bem convencidos, que desde 1713 o *Oyapock* ficou designado, como sendo o ponto da costa, donde devera partir a linha de demarcação dos dous paizes".³⁴³ O próprio Melo Morais dá um histórico da questão na sequência desta nota, repetindo o que fizera em seu texto, isto é, focando no Congresso de Viena e nas negociações do século XIX, para ele o centro do problema, pois teria sido onde a França começou a tumultuar um direito já firmado. Melo apega-se à Convenção de 1817, para afirmar: "Parece que não ha direito mais claro, nem mais positivo do que este, que o Brasil tem a sua linha de divisão com a Guyana Franceza pelo ponto do *Oyapock*, cuja embocadura está entre o 4º e o 5 gráo de latitude Norte".³⁴⁴ Segundo ele, a França tomou a expressão "sentido preciso do Tratado de Utrecht", do tratado de Viena, para criar a dúvida:

Na chicana do foro, onde a boa fé não fosse respeitada, esta expressão conforme o sentido do tratado de Utrecht, maliciosamente introduzida com sinistra intenção para criar futuras difficuldades, por quem a honra individual, como a honra das nações, era um nome vão, em presença do interesse material, poderia ser occasião de um processo renhido, mas entre duas nações, que présão a verdade e a fé dos tratados, que respeitam a opinião do mundo civilisado, e présão a sua dignidade, não sabemos, que significação tenha.

Não sabemos o que quer dizer, conforme o sentido do tratado de Utrecht, lá, onde tudo se acha já claro, e positivamente definido.

³⁴² Informa Costa e Sá: "Esta noticia é fielmente extrahida do inventario dos papeis do Dr. Alexandre, que como pertencentes á sua viagem fôrão por ordem do Sr. Visconde de Santarém entregues ao Sr. Felix de Avelar Brotero aos 5 de Julho de 1815; sendo no dito inventario, que me foi confiado, não só comprehendido todos os escriptos, mas ainda outros muitos papeis não pertencentes á dita viagem" (*RIHGB*, tomo 2, 1840, p. 517).

³⁴³ *Corografia*, tomo I, p. 417.

³⁴⁴ *Corografia*, tomo I, p. 419.

Desde quando cumpre a França as obrigações, que contrata pelas intenções, que supõe no seu negociador, e não pela letra escripta dos tratados, e actos subsequentes, que a esclarece e confirma? semelhante [sic] restrição mental, é indigna de um governo qualquer.³⁴⁵

É a própria procedência da questão erudita na qual se transformou o debate sobre a fronteira que Melo Moraes põe em dúvida neste pensamento. Isto é, buscar as "intenções, que supõe no seu negociador", se perguntar sobre o que tinham em mente os negociadores de Utrecht, é o que Melo Moraes vê como impróprio: a letra dos tratados era clara, não caberia o questionamento sobre as intenções de seus formuladores. Sua posição, entretanto, já estava praticamente batida. Com o fim das negociações entre Brasil e França em 1856, ambos os lados viviam a expectativa da abertura de uma nova rodada de debates. Talvez com vistas nessa nova rodada, Melo Moraes recupera instruções sugeridas na década de 1840, as de Drummond e Costa e Sá, diferentes da linha seguida pelo Visconde do Uruguai na década de 1850. Procura, desse modo, instruir o governo. Todavia, já era inescapável o debate erudito, e Melo Moraes deve aquiescer a essa premissa, incluindo entre as memórias as que buscavam comprovar, pela via da investigação histórica, os direitos brasileiros.

O "Juízo imparcial" remonta a questão ao final do século XVII, em pretensões que o rei da França, Luís XIV, teria às terras do Cabo do Norte. O "Juízo" reproduz os artigos do Tratado de Utrecht que definem os limites, e coloca, para definir a questão da localização do Oiapoque, o problema de qual mapa teria sido o guia dos negociadores naquele momento. Para o autor do escrito, era improvável que o mapa seguido fosse o do holandês Johannes Van Keulen (1654-1715), como pretendiam os franceses, "um mappa obscuro, e desconhecido".³⁴⁶ O mapa adotado deveria ter sido "o roteiro de Pimentel, obra publicada um anno antes do tratado, sob os auspícios do governo de Portugal".³⁴⁷ A referência é à edição de 1712 da *Arte de Navegar*, de Manoel Pimentel (1650-1719), cosmógrafo-mor do reino onde o Oiapoque é situado entre 4 e 5 graus de latitude norte.³⁴⁸ Era a segunda edição da obra, sendo a primeira de 1699.

O "Juízo" localiza então no período do Diretório francês, pós-Revolução, em

³⁴⁵ *Corografia*, tomo I, p. 419-420.

³⁴⁶ *Corografia*, tomo I, p. 419-420.

³⁴⁷ *Corografia*, tomo I, p. 420.

³⁴⁸ A obra de Manoel Pimentel vinha com uma tabela de longitudes, onde se lêem as seguintes coordenadas: C[abo]. do Norte da Guiana, 1° 54 N; C[abo]. de Orange, 4° 4 N; Rio Oyapoc ou de Vicente Pinson 4° 6 N. PIMENTEL, Manoel. *Arte de Navegar, em que se ensinam as regras praticas, e o modo de cartear pela carta plana* etc. Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana, 1712, p. 209. Disponível em https://ia600405.us.archive.org/24/items/artedenavegarem00pime/artedenavegarem00pime_bw.pdf, acesso em janeiro de 2014.

1797, a tentativa de invalidar o limite estabelecido. Reproduz os artigos do Congresso de Viena sobre a questão, e encontra o pomo da discórdia:

Parecia que estas estipulações eram terminantes; mas ellas encerravam em si o germen de futuras duvidas; pois que, se por um lado se resolveu a questão de qual era o rio, que Portugal sempre reputou, como o limite ajustado no tratado de Utrecht; por outro estipulou-se que se procederia á *fixação de limites*, conforme o sentido preciso do mesmo tratado; o que deu lugar a que os Francezes reputassem o rio *Oyapock* unicamente, como limite provisório para a entrega da Colonia [Caïena, invadida em 1809], e se julgassem com o direito a sustentar suas antigas pretensões relativamente ao limite definitivo.³⁴⁹

O autor passa a seguir aos eventos do século XIX: a invasão francesa por ocasião da Cabanagem, a retomada frustrada das negociações na década de 1840, e as negociações de 1855-56, analisando o protocolo destas últimas.³⁵⁰ O "Juízo" condena o resultado das negociações e a procedimento do Visconde do Uruguai, nas mesmas bases de Melo Moraes, isto é, julgando que o diplomata brasileiro, na prática, abriu mão do direito estabelecido do Império - a interpretação do "Juízo" sobre as negociações é essencialmente idêntica à de Melo Moraes. Inclusive em assinalar a erudição apresentada pelos dois lados nas negociações, erudição que significava "conhecimentos sobre mappas geographicos" e as obras citadas nos debates.³⁵¹

A "Nota sobre a negociação pendente para se fazer efetivo o tratado de limites do império do Brasil com a Guiana Francesa" do conselheiro Drummond, cuja origem explicamos anteriormente, é dividida em três seções, e as seções em pontos numerados. Drummond defende a manutenção do limite acordado na convenção de 1817, e, como que prevendo a resistência francesa, insiste na cobrança da mediação da Grã-Bretanha, obrigada a tal pelos tratados em vigor.³⁵²

³⁴⁹ *Corografia*, tomo I, p. 422-423.

³⁵⁰ O autor critica inclusive a publicação dos protocolos apenas em francês, sem tradução, "para que o geral do povo ignorasse as particularidades da negociação, como é praxe em semelhantes casos" (*Corografia*, tomo I, p. 425). Crítica a que deveria anuir Melo Moraes, que traduziu todos os documentos em francês que transcreveu nesta seção.

³⁵¹ *Corografia*, tomo I, p. 425.

³⁵² A diplomacia britânica não foi de todo inerte no auxílio à causa brasileira. Aureliano de Sousa Coutinho, quando ministro dos Negócios Estrangeiros, pediu documentos sobre a história da Guiana Francesa ao então cônsul britânico no Rio de Janeiro, Sir William Gore Ouseley (1797-1866), que trabalhou no Brasil entre 1832 e 1841. Ouseley pediu auxílio a Lord Palmerston (1784-1865), ministro dos Estrangeiros britânico entre 1830 e 1841, que lhe enviou os documentos passados por Ouseley a Aureliano. O "Ofício confidencial da Legação Britânica a Aureliano de Sousa Coutinho remetendo documentos inclusos relativos à geografia e à demarcação [da Guiana Francesa]", manuscrito da Biblioteca Nacional, é em francês e está datado 23 de agosto de 1840. Os documentos ali copiados, em excertos, são sobre (e dos) primeiros de ocupação do território, contendo as descrições iniciais, os primeiros relatos de viagem e a primeira compreensão dos limites da região. O mss. encontra-se

Drummond também faz histórico da questão que remonta a pretensões francesas do final do século XVII, e analisa os tratados anteriores a Utrecht. Passa também pela política do Diretório, chegando aos eventos e acordos do início do século XIX. Sua análise histórica da questão, entretanto, é, como a do "Juízo imparcial", restrita à documentação diplomática: não interpreta mapas ou textos anteriores a Utrecht para buscar o sentido possível do tratado, antes julgando-o dado na convenção de 1817. Drummond utilizou o "Compêndio histórico" de Costa e Sá como uma das bases de sua nota, citando-o em alguns momentos de seu texto, como fonte onde se encontra a comprovação das ocorrências de fins do século XVIII, início do XIX. Com efeito, Drummond indica enviar, conjuntamente com sua nota, o compêndio: "Segundo a carta inedita e official, que subministrei juntamente com o *compendio historico do occorrido* (...)".³⁵³

A nota é essencialmente prática: inclui instruções para um negociador brasileiro e orientações para a formação das comissões que se dirigiriam à região para marcar os limites da fronteira. Ao final, antes de uma "Esboço ou Synopsis de um Projecto" para a negociação que faria executar a convenção de 1817, a nota contém uma "Addicção", que reforça o esforço de comprovação dos direitos do Brasil:

Depois de fechada a presente nota sobrevierão varios documentos comprovando a posse e uso do dominio e soberania do imperio do Brasil a todos os territorios da margem direita ou Meridional do rio Oyapock para o lado do Sul; com o que mais se faz consistente o theor dos tratados, por que ao Brasil se acha confirmado e reconhecido o direito que aos taes ditos territorios tem, e a posse em que se achava delles; pelo que, toda a transferencia que se faça, ou se permita da linha da fronteira do imperio com a Guyana Franceza, da sobredita margem direita do rio Oyapock, para outro qualquer ponto, que fique ao Sul deste rio, importa, e será positiva e manifesta cessão de territorio do imperio.³⁵⁴

Os documentos citados (apenas citados, sem transcrição) não visam comprovar a ocupação portuguesa do território para um argumento de *uti possidetis*, mas para demonstrar que havia lógica no limite estabelecido na convenção de 1817. São três documentos, todos ofícios escritos entre 1794 e 1795 pelo então governador e capitão-

digitalizado, disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1233586/mss1233586.pdf, acesso em maio de 2013. Vale lembrar que o ofício de Guizot, aceito pelo governo do Império, sugerindo que Brasil e França acertassem primeiramente a interpretação do Tratado de Utrecht antes de demarcarem a fronteira, foi de 5 de julho de 1841, posterior portanto a essas investigações. O que sugere que os brasileiros já se preparavam para o tipo de negociação que poderia vir.

³⁵³ *Corografia*, tomo I, p. 440.

³⁵⁴ *Corografia*, tomo I, p. 451.

geral do Estado do Grão-Pará D. Francisco de Souza Coutinho, em que o governador protesta o direito português a territórios ao sul do Oiapoque que a França estava tencionando ocupar. Por conseguinte, os documentos comprovariam que os portugueses já tinham, naquele momento (final do século XVIII), o entendimento da localização da fronteira expresso depois na convenção de 1817. Assim, o limite firmado na convenção não seria uma invenção descabida.

A "Nota" de Drummond encerra o tomo I da *Corografia histórica*, publicado em 1858; o tomo II, publicado no ano seguinte, segue na questão da Guiana, novamente com escrito de Drummond, a "Dedução dos direitos do Brasil à propriedade e posse da sua atual linha de fronteira do Norte do Império do Brasil", que vem sem indicação de data.³⁵⁵ Esse escrito aborda o lado histórico da questão em escopo muito mais amplo, remontando aos direitos de portugueses e espanhóis aos territórios da América meridional, fixados pelas bulas papais do século XV. O texto é acompanhado de extensas notas de rodapé, remetendo aos documentos originais e às obras que formavam a bibliografia dos estudos sobre a colonização americana por portugueses e espanhóis. As notas são do original de Drummond, que inclusive escreve em primeira pessoa em algumas delas:³⁵⁶ conforme discutiremos posteriormente, ao tratarmos dos métodos de Melo Moraes, era prática sua transcrever também as notas de rodapé ou de fim de texto dos escritos que transpunha para suas obras.³⁵⁷

A "Dedução" acompanha o desenrolar da história política dos domínios na América do Sul, passando pela fase da chamada União Ibérica, e a posterior divisão do continente entre as duas coroas já separadas. A principal refutação a que se dedica é a La Condamine, citando no rodapé escritos que combatem o relato de viagem do cientista francês, e põem em dúvida sua isenção.³⁵⁸ A "Dedução" acompanha as negociações dos tratados de limites do século XVIII, em especial os principais, o de 1750 e o de 1777. Insiste em ponto importante para Drummond: que a Grã-Bretanha assumisse a posição de mediadora que lhe obrigavam os tratados vigentes, desde o de

³⁵⁵ A "Dedução" faz menção à "Nota" publicada no tomo I, sendo portanto posterior àquela.

³⁵⁶ MORAIS, Alexandre José de Melo. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil*.... Rio de Janeiro: Tip. Americana de José Soares de Pinho, 1859, tomo II, p. 16.

³⁵⁷ A exceção talvez seja a nota 1 da página 7, que é um comentário sobre reflexão contida no texto (*Corografia*, tomo II, p. 7), que pode ser de Melo Moraes.

³⁵⁸ Como a nota que remete ao *Dicionário Histórico* do Abade Felner, "artigo Condamine, em que attribue á sua viagem, um fim politico, não padecendo já nenhuma duvida, que para ella havia recebido instrucções particulares da côrte de Madrid" (*Corografia*, tomo II, p. 11, grifo no original).

Utrecht.³⁵⁹

O argumento central da "Dedução" é que os tratados diplomáticos que estabeleceram o limite no Oiapoque não fizeram mais do que seguir o entedimento da geografia a respeito daquela fronteira; isto é, os tratados refletiam a compreensão geral sobre a fronteira.³⁶⁰ Drummond trata da linha de fronteira para o interior, dos rios e serras que pertenceriam ao lado brasileiro, e da proximidade com a Guiana Holandesa. Fica claro, assim, que a "Dedução" é a base da parte histórica da argumentação de Melo Moraes contida no tomo I da *Corografia*, que analisamos atrás. Na nota de rodapé em que Melo Moraes citou cartas e obras comprovando o direito brasileiro, deveria estar seguindo a "Dedução", que menciona os mesmos títulos (mapas de Bellin, Bonne - incluindo o do *Atlas Encyclopédique* -, Abade Raynal, atlas de Mentelle, cartas inglesas de Faden e Arrowsmith, entre outras).

A "Dedução" é seguida da memória de 1851 de Joaquim Caetano da Silva, que analisaremos posteriormente, e depois do "Compêndio histórico" de Costa e Sá, acompanhado de apêndices e documentos.³⁶¹ Costa e Sá também remonta ao histórico de ocupações e disputas na região, mas localiza o problema do Tratado de Utrecht na dupla denominação do rio-limite, apontada pelo autor numa nota incluída na transcrição do artigo oitavo de Utrecht: "De passagem devemos advertir na confusão destes nomes para designar um só mesmo rio, quando elles são dous rios distinctos, no que se affirma houve todo o dolo, ou prevenção dos negociadores Francezes na falta de informação, e devido conhecimento dos Portugueses. Desta confusão se tem originado todas as subsequentes pretensões da França".³⁶² O problema da interpretação do tratado estaria fundado aí: a designação, como um só rio, de dois rios distintos. Podemos supor também que Melo Moraes adota o diagnóstico: por isso exclui de sua argumentação, no tomo I, a denominação Vicente Pinzón, referindo-se apenas ao Oiapoque, que seria, nessa interpretação, o rio correto a ser tomado como limite.

Costa e Sá põe em dúvida a idoneidade da viagem de La Condamine,

³⁵⁹ *Corografia*, tomo II, p. 15-16.

³⁶⁰ "Cumpro notar-se mais: que o facto da possessão do Brasil, que primeiro os geographos haviam determinado, no reconhecimento, que fazião da linha desta sua fronteira do Norte, passára depois a ser indicado nos authenticos e legitimos titulos dos solemnes actos dos mencionados tractados, que lhe erão relativos, e porque a dita linha de fronteira ficou sendo sancionada" (*Corografia*, tomo II, p. 17).

³⁶¹ O "Compêndio" de Costa e Sá encontra-se digitalizado pela Biblioteca Nacional, mas em manuscrito que vai apenas até a p. 43. Do confronto com este excerto, a transcrição de Melo Moraes parece fiel. As notas que Costa e Sá incluiu no final do texto, Melo Moraes passou para o rodapé. Cf. em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1233591/mss1233591.pdf, acesso em maio de 2013.

³⁶² *Corografia*, tomo II, p. 83.

nomeando-a "sinistra".³⁶³ Segundo o autor, o projeto francês seria empreender expedições pelo sertão amazônico, visando obter conhecimentos, aumentar sua presença, e, pelos relatos das viagens, despertar o interesse do público francês pela região. Costa e Sá trata da presença francesa na região e dos alertas feitos por autoridades portuguesas à corte ao longo do século XVIII. Chega então aos tratados do início do século XIX, e à conclusão já aparecida em Melo Moraes e Drummond: de que o limite entre 4 e 5 graus de latitude norte já fazia parte do Direito Público europeu, não podendo ser revogado sem transgressão desse direito. Como Drummond, também espera pela mediação britânica.³⁶⁴

Costa e Sá extrai "ponderosíssimos corolarios" dos "factos authenticos" que expôs:³⁶⁵ o que buscavam as nações estrangeiras era o acesso ao Amazonas.³⁶⁶ Compara com o que o Império britânico vinha fazendo no rio Ganges (na Índia) e no rio Indo (no Afeganistão). Menciona a navegação a vapor como um agente facilitador na navegação dos rios. Demonstra temores com relação às pretensões britânicas na região, apontando indícios desses interesses. Inclui entre os objetivos a serem assegurados a salvaguarda da navegação dos rios que levam ao Amazonas, temendo "pela extensão que se pretende dar hoje ao direito da navegação fluvial".³⁶⁷

Costa e Sá estudava a região do limite do Brasil com a Guiana Francesa desde pelo menos fins da década de 1810. A respeito de cartas da região levantadas em 1800, Costa e Sá afirma, em nota: "Eu vi estas cartas de passagem no anno de 1819 em casa de um curioso e sabio official de marinha por appellido Trindade (...)".³⁶⁸ Também menciona encontro com o governador do Pará em 1824, com quem se informou sobre a geografia da região.³⁶⁹ Costa e Sá publicou a memória "Da Serra que serve de limite ao Brazil, pelo lado das Guianas, e do rio Branco, que della vem ao rio Negro", em *Historia e Memorias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*, tomo X, parte I, de 1827. Seu envolvimento é imediatamente posterior, portanto, à Convenção de 1817, que havia prescrito a nomeação de comissários para demarcar os limites. Da recordação

³⁶³ *Corografia*, tomo II, p. 86.

³⁶⁴ *Corografia*, tomo II, p. 102.

³⁶⁵ *Corografia*, tomo II, p. 102.

³⁶⁶ *Corografia*, tomo II, p. 103.

³⁶⁷ *Corografia*, tomo II, p. 104. Pois, como afirmara pouco antes no texto, "é de incontestavel demonstração ser o Rio do Amazonas, não só a chave de todo interior do Brasil, mas ainda a que abre a geral communicação com toda a America Meridional, de sorte que o dominio deste rio proporciona de um modo não duvidoso o de todo o commercio, e de todas as immensas riquezas que em tão vasta região" existem (*Corografia*, tomo II, p. 102-103).

³⁶⁸ *Corografia*, tomo II, p. 93.

³⁶⁹ *Corografia*, tomo II, p. 92-93.

dessa época vinha sua reprimenda ao governo do Brasil independente, por negligenciar a demarcação, crítica exposta no "Compêndio histórico"³⁷⁰ e nas anotações à memória do Visconde de São Leopoldo sobre os limites do Império.³⁷¹

Melo Moraes mimetiza a postura de criticar a conduta do Brasil imperial na questão dos limites, contrastando-a com a do governo colonial português, ainda no tomo I da *Corografia*. Melo Moraes critica especificamente a oferta final que o Visconde do Uruguai fez ao Barão de Butenval, oferecendo o rio Calsoene como limite; proposta que havia sido feita pelo Diretório francês em 1797, quando "Portugal não quis aceitar, e antes preferiu a guerra que a paz, que se lhe offerencia em troca".³⁷² O autor cita duas cartas de D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812), Conde de Linhares, importante figura do reformismo ilustrado português da passagem do século XVIII para o XIX, "reprovando", nas palavras de Melo, "altamente a confecção de um tratado, que além do prejuízo, trazia desonra a Portugal".³⁷³ A primeira carta, Melo transcreve no rodapé; a segunda, informa numa nota (num rodapé dentro do rodapé), que "existe pela propria letra de D. Rodrigo no archivo publico desta côrte do Rio de Janeiro, e que por ordem superior se nos não consentiu copia-la para a divulgar".³⁷⁴

O "Compêndio histórico" de Costa e Sá ainda inclui, como dissemos, o escrito de Alexandre Rodrigues Ferreira de 1792, uma defesa do direito português de fato e de direito. De fato pela ocupação e conquista, além do convívio com os índios da região, que comprovava o estabelecimento dos portugueses na região. De direito, pelos tratados existentes (até 1792). Alexandre Rodrigues Ferreira deve ser a fonte da interpretação de Costa e Sá para o Tratado de Utrecht, pois seu escrito fala no equívoco que teria cometido o acordo com a dupla denominação do rio-limite: Ferreira defende serem o Oiapoque e o Vicente Pinzón dois rios diferentes, informando que o primeiro

³⁷⁰ "Depois da nomeiação dos mencionados commissarios, nenhujma noção se nos apresenta de algum acto, que testemunha as sollicitudes do gabinete do Rio de Janeiro por tão ponderoso objecto, que devendo ter dentro do anno, a solução marcada no tractado, o governo Francez pelo contrario para esse effeito manifestava a mais viva diligencia"; demonstração de descuido com "suas fronteiras do lado do Norte, lado o mais vulneravel do seu Imperio" (*Corografia*, tomo II, p. 100).

³⁷¹ "Tendo á vista a carta que o Governador do Pará, José da Serra, escreveu em 20 de Agosto de 1735 ácerca dos limites do Pará, não posso deixar de insistir no reconhecimento que é devido aos cuidados que nos tempos passados merecia tão importante objecto, em comparação com o occorrido depois da instauração do Imperio do Brazil" (*Memórias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo I. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, p. 176). São Leopoldo respondeu atacando a colonização portuguesa (p. 234-239).

³⁷² *Corografia*, tomo I, p. 400 (no rodapé).

³⁷³ *Corografia*, tomo I, p. 400 (rodapé).

³⁷⁴ *Corografia*, tomo I, p. 400.

localizava-se a 4° 15' de latitude norte, e o segundo, a 2° 10'.³⁷⁵ Para Ferreira, a confusão foi proposital, e partiu dos franceses, o que também repetirá Costa e Sá. O escrito é largamente baseado nos *Anais históricos* de Berredo (1749), bastante citado nas notas de rodapé.

Após o escrito de A. R. Ferreira, Costa e Sá inclui um "Memorandum para a negociação sobre a invasão que a França perpetrou no Imperio do Brasil", a invasão durante a Cabanagem, com instruções para um negociador brasileiro, na linha da "Nota" de Drummond. O memorando retoma a insistência na mediação britânica, falando inclusive em buscar o apoio de figuras influentes de ambos os principais partidos britânicos, os *Whigs* e os *Tories*. Sugere também artigos em folhas públicas expondo o imperialismo francês, e inclusive são mencionados procedimentos confidenciais que o ministro do Império na corte da Áustria deveria seguir, no intuito de relatar secretamente o que se passava na região da Guiana para o governo austríaco.³⁷⁶ Os documentos aduzidos na parte final do "Compêndio" são instruções secretas ao governador do Pará, João Pereira Caldas, de 1792.

De modo que foi principalmente de Drummond e de Costa e Sá, mais que da memória de Joaquim Caetano da Silva, que Melo Moraes extraiu sua argumentação sobre a questão da Guiana, contida no tomo I da *Corografia*. Melo parece assumir implicitamente a interpretação de que a dupla denominação do rio-limite do Tratado de Utrecht fora confusão proposital dos franceses, tomando apenas o nome do Oiapoque como referência. Assume a localização deste rio entre quatro e cinco graus de latitude norte, fixada na convenção de 1817. E insiste na propriedade do Império brasileiro da região do Cabo do Norte pelo Direito Público europeu, o que o leva a criticar a conduta do Visconde do Uruguai, e a, de certa forma, rejeitar o debate erudito, enquanto significasse a revogação do limite contido no tratado de 1817.

A concepção de história de Melo Moraes: sua recepção no IHGB

Assim, mesmo com um texto que não enfrentava todos os aspectos da questão erudita em que se transformara o debate sobre o limite do Império com a Guiana, e com extensas transcrições de terceiros, Melo Moraes julgava ter fornecido ao Império o necessário para a defesa dos direitos brasileiros. Essa percepção só pode ser entendida

³⁷⁵ *Corografia*, tomo II, p. 125.

³⁷⁶ *Corografia*, tomo II, p. 132.

se tivermos em mente a concepção de escrita da história do autor, o que permite compreender porque Melo Moraes julgava ter feito mais que qualquer outro contemporâneo pela história do Brasil, e ter recebido de volta tão pouco. Essa concepção de história pode ser melhor entendida se observarmos a leitura que a *Corografia* de Melo Moraes recebeu dentro do IHGB. Se nos anos em que a elaborava o autor pôde trabalhar bem nos arquivos e na biblioteca do Instituto, a leitura dos tomos que ia publicando e enviando à instituição afastou-o dela, ele que chegou a ser indicado para sócio. Sua ausência do IHGB levaria um empolgado articulista d'*O Corsário*, em artigo sobre o falecimento de Melo Moraes, de 16 de setembro de 1882, a afirmar que Melo foi o "primeiro historiador brasileiro, tão grande que não coube no Instituto Histórico!!".³⁷⁷ Mais comedido, seu biógrafo Pedro Paulino da Fonseca assegura que seu não pertencimento ao IHGB era devido "à sua independência de caráter, entendendo assim mais livremente trabalhar e sem peias, e, senhor de si, seguir desembaraçadamente seu caminho".³⁷⁸ Esse distanciamento tem uma história, que envolve o conflito entre o tipo de escrita da história que Melo Moraes empreendia, e o que o Instituto vinha praticando e consolidando.

A primeira obra histórico-corográfica importante de Melo Moraes, o *Ensaio corográfico do Império do Brasil* (1854), escrita em parceria com Inácio Accioli, foi relativamente bem recebida no Instituto, recebendo elogios do então primeiro secretário Joaquim Manuel de Macedo, em 1855, embora com algumas ressalvas que diziam respeito às contribuições futuras que poderia fazer Melo Moraes: o secretário explicitava que era lícito esperar escritos mais profundos do autor no gênero da corografia, que fossem além do estilo mais popular enxergado no *Ensaio*.³⁷⁹

Quando Melo Moraes, já como autor único, sem Accioli, começa a enviar ao IHGB os primeiros tomos de sua *Corografia*, definitiva (não mais um *ensaio*), as primeiras reações no Instituto são muito positivas, motivando inclusive um pedido para

³⁷⁷ O Dr. Mello Moraes. *Homenagens - Juizos Posthumos - Ultimos Deveres*, op. cit., p. 50.

³⁷⁸ O Dr. Mello Moraes. *Homenagens - Juizos Posthumos - Ultimos Deveres*, op. cit., p. 63-64.

³⁷⁹ "O Ensaio corografico do Brazil pelos Srs. Mello Moraes e o nosso distinto consocio o Sr. Inacio Acioli é um estudado rezumo de algumas obras do mesmo genero e de longo folego; e seus dignos autores incumbiram-lhe sem duvida a missão de espalhar as primeiras e mais indispensaveis noções da nossa historia e corografica [sic] pela nossa massa da população menos instruida: compenetraram-se, como disse ultimamente Afonso de Lamartine, da necessidade de ensinar ao povo, o livro de modico preço e de pequeno formato, de estilo simples, e de materia facil (...). Entretanto o Brazil tem direito de esperar ainda muito mais da illustração d'esses seus dous illustrados filhos. Si Aires Cazal [autor da *Corografia Brazilica*, de 1817] não deve jámais ser esquecido, cumpre que aproveitando-se o que ha de bom na sua obra, corrija-se-lhe os erros, que lhe escaparam, e acrescentando-se o que lhe falta, dê-se-lhe toda a amplitude, que os conhecimentos até hoje adquiridos facilitam." (*RIHGB*, tomo 18, 1855, p. 502-503).

que o autor fosse admitido como sócio na instituição. No trecho do relatório do primeiro secretário interino, Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, referente ao ano de 1859, sobre o recebimento dos dois primeiros tomos da *Corografia* (publicados em 1858 e 1859), vem um elogio ao autor e a proposta, do próprio cônego e de Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-1891), para fazer de Melo Moraes um sócio do IHGB:

O Sr. Dr. Alexandre José de Mello Moraes fez presente ao Instituto dos dous volumes publicados *Corographia historica, chronologica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil*. Fazendo justiça aos nobres e patrioticos esforços desse benemerito varão que, novo Ramusio, congrega os documentos esparsos da nossa historia, superando com singular energia os obices de tão ardua empreza; propuz, de combinação com o nosso excellente consocio o Sr. Norberto, a sua admissão ao seio do Instituto, que na fôrma do estylo sujeitou a nossa proposta ao juizo da sua respectiva commissão.³⁸⁰

Joaquim Norberto fazia parte então da Comissão subsidiária de trabalhos históricos, ao lado de Joaquim Manuel de Macedo e João Manuel Pereira da Silva. A Comissão de admissão de sócios era formada pelos drs. Agostinho Marques Perdigão Malheiros, José Ribeiro de Sousa Fontes e Claudio Luiz da Costa. A referência de Fernandes Pinheiro ao "novo Ramusio" denotava como a contribuição da *Corografia* era entendida: Giovanni Battista Ramusio (1485-1557) foi um historiador, geógrafo e escritor veneziano célebre por ter feito uma compilação de relatos de viagem que se tornaria referência para os estudiosos das Grandes Navegações, e especialmente os de história da América, obra intitulada *Navigazioni et Viaggi* (em três volumes publicados fora de ordem: o primeiro em 1555, o terceiro em 1556 e o segundo apenas em 1559). Como a obra de Ramusio, a *Corografia* de Melo Moraes valeria como coletânea de documentos e textos antigos.

De todo modo, se os dois primeiros volumes foram elogiados, e redundaram em uma proposta para fazer de seu autor membro do Instituto, por que Melo Moraes não se tornou sócio? A resposta possivelmente passa justamente por um dos propositores da admissão de Melo, Joaquim Norberto, e a leitura que fará do terceiro volume da *Corografia*.

Melo Moraes lido no IHGB: um parecer, uma questão de plágio

³⁸⁰ *RIHGB*, tomo 22, 1859, p. 699-700.

Em 1861, Melo Moraes ofertou algumas obras suas ao IHGB, como aparece no tomo 24 da *Revista do Instituto*, referente a este ano. Foram elas: o terceiro volume da *Corografia histórica*, e as biografias de Diogo Antônio Feijó, Joaquim Marcelino de Brito e Manoel Joaquim de Menezes. Esta última biografia motivou proposta de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, para que o IHGB nomeasse uma comissão para apurar se a descrição da bandeira da Confederação do Equador (1824) presente na obra era correta, para o que foi comissionado Pedro de Alcântara Bellegarde (1807-1864). Bellegarde, na sessão de 4 de outubro de 1821 do Instituto, não apenas corrige a descrição da bandeira dada por Melo Moraes naquela biografia, como, tendo lido a mesma, faz a crítica do que nela afirma Melo sobre Luiz do Rego Barreto (1777-1840), governador de Pernambuco entre 1817 e 1821, que atuou na repressão à Revolução Pernambucana de 1817. Em especial, procura reabilitar, do relato de Melo, a figura do secretário de Barreto, Francisco José de Souza Soares de Andréa, depois Barão de Caçapava. Como cita o próprio Bellegarde, uma monografia sobre Luiz do Rego Barreto estava então sendo concluída por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876), àquele momento primeiro secretário do Instituto.³⁸¹

No tomo IV da *Corografia*³⁸² Melo procura responder a Bellegarde, em um "Apenso". Primeiramente estranha que Joaquim Norberto tenha pedido a revisão da descrição da bandeira, afirmando que a copiou, no arquivo da secretaria do Império, *na presença* de Norberto, então responsável por aquela repartição, segundo indica Melo.³⁸³ Melo então busca responder às críticas feitas por Bellegarde a respeito da conduta de Rego Barreto e Andréa quando da revolução do Porto, em 1820, sobre o que versara Bellegarde. Não nos estenderemos nesse debate, embora possua questões relevantes (a mais saliente, nos parece, uma nova postura em relação à história recente, antes interdita); Melo julgou ter refutado Bellegarde, mas, de fato, dirigiu sua insatisfação contra Joaquim Norberto, e esta insatisfação cresceu sobremaneira com nova crítica de Norberto, desta vez à *Corografia*.

Vale dizer que, no caso da crítica de Bellegarde, Melo Moraes soube pela imprensa daquilo que se passava no interior do IHGB. Sobre a crítica acima relatada, foi

³⁸¹ Como mostra Maria da Glória de Oliveira, esse artigo de Fernandes Pinheiro visa refutar a caracterização de Rego Barreto presente na *História da Revolução Pernambucana* (1840) de Muniz Tavares; OLIVEIRA, Maria da Glória de. "Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista". *Vária história*, Belo Horizonte, vol. 26, no. 43, jan./jun. 2010, p. 296-297.

³⁸² MORAIS, Alexandre José de Melo. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil....* Rio de Janeiro: Tip. Americana de José Soares de Pinho, 1862, tomo IV.

³⁸³ *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 599-600.

informado via *Jornal do Commercio*, e, quando debate com Norberto, responde pelo *Correio Mercantil* e pelo *Diário do Rio de Janeiro*, antes de incluir suas respostas neste apenso ao tomo IV da *Corografia*. De Norberto, soube que este lera, no Instituto, um trabalho que depreciava o tomo III de sua *Corografia*. Basicamente, como consta no relatório do secretário Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, o "erudito consócio Sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva" elaborara, com "pasmosa rapidez" um "longo parecer, relativo às memórias para a *História do extinto estado de Maranhão*, pelo padre José de Moraes, editadas pelo Sr. Dr. Cândido Mendes de Almeida", no qual "demonstra que leves diferenças existem entre o manuscrito de que se servira para esta publicação e aquele a que recorrera o Sr. Dr. Melo Moraes para nortear-se nesta importante monografia, exarada no 3º volume da sua *Corografia histórica*".³⁸⁴

Pela resposta de Melo Moraes, havia duas acusações graves a seu trabalho: primeiro, fizera plágio da obra do padre Moraes no tomo III da *Corografia*; segundo, transmitira um texto incorreto desta mesma crônica. Em suas palavras, segundo Joaquim Norberto "eu, não só plagiei o cronista *José de Moraes* [grifo no original], como mesmo estropiei o que achei no mesmo autor". Melo se diz enojado com a acusação, "que se respondo antecipadamente é para explicar ao Sr. Dr. Fernandes Pinheiro, os motivos que tive, em alterar o que achei nos manuscritos inéditos dos jesuítas, que agora se acham no arquivo do Instituto Histórico".³⁸⁵

Primeiramente, em uma nota de rodapé, Melo Moraes acusa o próprio Joaquim Norberto de plágio, afirmando ter este extraído uma biografia de Maria Quitéria da obra da inglesa Maria Graham.³⁸⁶ Ao defender-se, afirma que a imputação de plágio não se aplica a seu caso, pois "Servindo-me da crônica do jesuíta José de Moraes, citei o seu nome em mais de um lugar, e, estando o leitor prevenido, entendi na página *cem*, empregar a expressão *continua* o padre *José de Moraes*, etc., sem me lembrar, que teria de responder ao Sr. Joaquim Norberto, por não citar o nome do jesuíta em cada linha [grifos no original]".³⁸⁷ Com efeito, Melo, na página 100 do tomo III, usa a expressão "continua o padre José de Moraes", para indicar de onde extrai seu relato. O relato parece começar na página 18, com o título "Dos provinciais do Brasil, e reitores dos colégios (crônica manuscrita)". Não há referência direta, no início, a José de Moraes. Melo Moraes julga-se desculpado, entretanto, porque "previne" o leitor, na página 100,

³⁸⁴ *RIHGB*, tomo 24, 1861, p. 788.

³⁸⁵ *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 604.

³⁸⁶ *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 604, nota 1.

³⁸⁷ *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 605.

de que trata-se deste autor. Por várias vezes na *Corografia* seu procedimento é semelhante, sua narrativa confundindo-se com a da fonte que utiliza, mas havendo alguma citação ao original.

Melo Morais responde a Norberto, evocando exemplos da historiografia luso-brasileira:

Não me lembrei que plagiava, porque quem cita uma vez o nome da fonte donde extrai, não pode ser considerado de plagiário, e, se o Sr. Joaquim Norberto, apesar de ser membro do Instituto Histórico, tivesse conhecimento de tudo, o que se tem escrito sobre o Brasil, havia de se recordar (para se não expor), que o padre Santa Maria, transcreve períodos inteiros no *Santuário Mariano*, e não menciona a *Crônica da Companhia* do padre Simão de Vasconcelos, donde extraiu; que o padre Aires do Casal, com tantos créditos, e que mereceu o título de pai da geografia brasileira, copia períodos inteiros das *Memórias do bispo do Pará*, sem mencionar donde extraiu; que Monsenhor Pizarro serve-se das *Memórias*, que ora possui o Instituto Histórico, e nem toca nelas etc., e nem por isso ninguém os têm censurado, porque os homens estudiosos não são embirantes, e sabem, que as verdades históricas não se inventam, e podem ser reproduzidas livremente, ficando reservado ao leitor circunspecto e grave, saber se são exatas (...).³⁸⁸

Melo Morais exime-se do plágio alegando ter citado a fonte que utiliza; não o fez em nota de rodapé, nem de margem, mas julgou cumprida sua tarefa/obrigação de citação as notas de rodapé de Melo serviam mais a comentários do autor e transcrições de fontes que a citações bibliográficas). Mostra exemplos da historiografia luso-brasileira em que os autores não citam de onde extraem suas informações, o que não os impediu de adquirirem reputação. Exprime como que uma lei da escrita da história: "as verdades históricas não se inventam, e podem ser reproduzidas livremente". Defende aqui que o historiador deve buscar em alguma parte as informações que formam sua obra, isto é, uma obra de história é necessariamente formada de outras obras, cuja reprodução é livre (porque necessária). O importante, como aparece no fim da citação acima, é saber se as informações de que se compõe a narrativa histórica são verdadeiras ou não.

Os exemplos que Melo Morais cita possuíam modelos de citação e referência que de fato não dispunham as fontes ao leitor da forma como a historiografia oitocentista consagrará; muito embora entre a declaração de princípios dos autores oitocentistas, e sua prática, pudesse às vezes haver uma distância significativa. Capistrano de Abreu, pesquisando o paradeiro da *História do Brasil* (1627) de frei Vicente do Salvador, afirma que o frei Agostinho de Santa Maria, citado por Melo, no

³⁸⁸ *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 605-606.

Santuário Mariano, extratou ou transcreveu textualmente "grande número de capítulos" de frei Vicente, "umas vezes com o nome do autor, outras sem ele".³⁸⁹ Mas Capistrano também observará que Varnhagen, na *História Geral*, "não cita quanto devia" a mesma obra de frei Vicente, por ele utilizada.³⁹⁰

Se Melo Morais lia a historiografia luso-brasileira atentando para seus procedimentos metodológicos, vale dizer que devia desconhecer uma parte dela familiar a autores como Varnhagen, e que poderia ter alterado consideravelmente sua forma de escrever história, e, principalmente, sua noção de erudição: a historiografia crítica portuguesa. Sua escrita da história não parecia estar alinhada à produção das academias setecentistas, aos ensinamentos de Luís Antônio Verney (1713-1792), autor de um *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), e, principalmente, aos de João Pedro Ribeiro e Alexandre Herculano. Para Luís Reis Torgal,

Pode dizer-se por isso que João Pedro Ribeiro inicia em Portugal o que se chamará a <<história metódica>>, que passa por um notório labor de análise paleográfica e diplomatista, focado sobretudo para a história da Idade Média e da Época Moderna, que ficaria no centro quase exclusivo das atenções de uma certa historiografia erudita. <<Não basta escrever a História em boa frase, mas é necessário que o fundo dela seja exacto>> - esta afirmação da Dissertação XV é a síntese da ânsia de rigor sempre perseguido por João Pedro Ribeiro (...).³⁹¹

Torgal apresenta um panorama em que, embora a historiografia ainda apareça como algo difuso, há um aumento no rigor da produção portuguesa entre os séculos XVIII e XIX. Estudos sobre as academias de História setecentistas mostram que as preocupações metódicas já se apresentavam antes, estando ligadas, também no mundo luso-brasileiro, ao aumento do rigor metodológico motivado especialmente pelas disputas religiosas (entre católicos e protestantes, após a Reforma, no século XVI, mas também entre diferentes ordens religiosas dentro do catolicismo³⁹²). O mencionado Luís

³⁸⁹ *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, volume XIII, 1885-1886, p. II.

³⁹⁰ Idem, p. III.

³⁹¹ TORGAL, Luis Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal*. Séculos XIX-XX. Volume 1. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 34. A presença da erudição de João Pedro Ribeiro, Alexandre Herculano e da tradição portuguesa em geral em Varnhagen foi estudado por SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *A Reescrita da Tradição: A invenção historiográfica do documento na História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006. Dissertação de Mestrado; cf. também "A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da historiografia das belas letras à história nacional: breve análise histórica". In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 114-138.

³⁹² Cf. KANTOR, Íris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004, p. 23-45; SILVEIRA, O

Antônio Verney, cujo projeto filosófico foi descrito por Breno Ferraz Leal Ferreira como uma tentativa de conciliar a filosofia moderna (isto é, de seu tempo, o século XVIII) com a teologia católica, entendia o método crítico como imprescindível para esse objetivo.³⁹³ Nesse movimento, os instrumentos da crítica, como a paleografia e a diplomática, se faziam fundamentais. Melo Moraes dá evidências de não ter contato com as técnicas que proporcionavam esse rigor. Na *Corografia*, Melo revela ter-se deparado, em suas pesquisas, com documentos antigos em bom estado de conservação, mas que não conseguia decifrar, por não compreender os caracteres, já que faltava-lhe o domínio da paleografia: "convinha que a paleografia traduzisse esses livros, que sem dúvida trariam muita luz ao senado da câmara, em relação às sesmarias".³⁹⁴

O compilador e o historiador: o debate entre Abreu e Lima e Varnhagen

O caso da leitura de Melo Moraes no IHGB remete a episódio ocorrido nos primeiros anos do Instituto, cujo exame pode ajudar a iluminar a escrita da história de Melo Moraes. Referimo-nos à leitura do *Compêndio da História do Brasil* (1843), de José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869), no IHGB, em parecer dado por Francisco Adolfo de Varnhagen, que gerou debate acalorado entre os envolvidos.

A polêmica entre Abreu e Lima e Varnhagen (na realidade, entre Abreu e Lima, o cônego Januário da Cunha Barbosa, então secretário perpétuo do IHGB, e Varnhagen) deve-se ao "Primeiro Juízo" escrito por Varnhagen e publicado no tomo 6 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, acerca do *Compêndio*,³⁹⁵ de autoria de Abreu e Lima, então sócio do Instituto.³⁹⁶ No mesmo tomo da *RIHGB* veio o parecer da Comissão de Redação, de sessão de 19 de janeiro de 1844, acatando o "Primeiro Juízo" e considerando o *Compêndio* "menos recomendável" "para a instrução elementar" que o

cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725), op. cit., p. 44-61; e ainda MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico*. Coimbra: Minerva, 2004.

³⁹³ FERREIRA, Breno Ferraz Leal. *Contra todos os inimigos. Luís Antônio Verney: historiografia e método crítico (1736-1750)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009, p. 128 e seguintes.

³⁹⁴ *Corografia*, tomo II, p. 241.

³⁹⁵ LIMA, José Inácio de Abreu e. *Compêndio da História do Brasil*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1843. O *Compêndio* teve algumas re-edições, ainda no século XIX, variando de tamanho (de dois para um tomo). Selma Rinaldi de Mattos analisa e descreve essas diferenças (MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros: o Compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. Tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH/USP, 2007, em especial p. 100-113).

³⁹⁶ Oferecido por Abreu e Lima ao Instituto, em carta transcrita no tomo 5 da *RIHGB*, 1843, p. 395-397.

manual de Henrique Bellegarde.³⁹⁷ Mais do que isso, o parecer acusou o *Compêndio* de “plágio tomado do insignificante escritor francês Beauchamp”.³⁹⁸ O juízo de Varnhagen destacava o fato do *Compêndio* basear-se largamente (embora declaradamente) na *Histoire du Brésil* (1815) de Alphonse Beauchamp (1767-1832), que seria plágio da *History of Brazil* (1810-1819) de Robert Southey (1774-1843).³⁹⁹ Varnhagen aponta uma série de inexatidões na obra, reclama o desconhecimento de fontes primárias por Abreu e Lima, e censura-o por não citar devidamente autores, entre outros pontos.

A réplica de Abreu e Lima⁴⁰⁰ foi virulenta. Permeada de insultos a Januário da Cunha Barbosa, ao próprio Instituto e, naturalmente, a Varnhagen, trazia argumentos para a refutação de todos os pontos criticados por Varnhagen no “Primeiro Juízo”, além de questionamentos à legitimidade da nacionalidade brasileira deste último, à sua idoneidade e a suas qualidades literárias (estes dois últimos aspectos também criticados, por Abreu e Lima, em Januário). A resposta provocou uma tréplica de Varnhagen.⁴⁰¹ Abreu e Lima dera por encerrada a polêmica em sua *Resposta*, prometendo não mais refutar Varnhagen; volta, porém, a combatê-lo em sua obra historiográfica seguinte, a *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil*.⁴⁰²

³⁹⁷ O manual de Bellegarde, *Resumo de História do Brasil*, de 1831, era tradução de obra de Ferdinand Denis, *Resumé de l'histoire du Brésil*, Paris, 1825, como os próprios Abreu e Lima e Varnhagen indicarão na polêmica. Apesar do parecer do IHGB, segundo Arlette Medeiros Gasparello, “Os Programas de Ensino indicam, nos anos da década de 1850 até 1862, o *Compêndio* do General Abreu e Lima para o estudo da História do Brasil. A partir dessa data, foi adotado o livro *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manoel de Macedo, professor do Colégio [Pedro II] e membro do IHGB” (GASPARELLO, “A pedagogia da nação nos livros didáticos de história do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)”, disponível em <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0655.pdf>, acesso em 13/05/2010, p. 2).

³⁹⁸ *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 6, 1844, p. 124-125.

³⁹⁹ Veremos mais adiante a questão do plágio, para a qual nos baseamos principalmente nos trabalhos de Bruno Franco Medeiros: “Alphonse de Beauchamp e a história do Brasil: escrita da história, querelas historiográficas e leituras do passado no oitocentos”. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 11, p. 131-138, maio 2010; e sua dissertação de mestrado, *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX. São Paulo: História Social, FFLCH/USP, 2011.

⁴⁰⁰ LIMA, José Inácio de Abreu e. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Conego Januário da Cunha Barbosa ou Analyse do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brasil*. Pernambuco: Tipografia de M. F. de Faria, 1844. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

⁴⁰¹ *A Replica Apologetica de um escriptor calumniado e juizo final de um plagiário difamador que se intitula general*. Madri, Imp. da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1846. Esta obra divide-se em dois apêndices: o apêndice A contém a defesa de Varnhagen de sua condição de brasileiro (para a qual o autor faz sua autobiografia), atacada por Abreu e Lima, e de sua autoridade nos estudos históricos, incluindo cartas de figuras como o Bispo Conde D. Francisco de São Luiz elogiando as primeiras pesquisas históricas de Varnhagen. O apêndice B contém a resposta às questões historiográficas, rebatendo ponto a ponto os argumentos de Abreu e Lima. Este segundo apêndice é reproduzido na *Revista* do IHGB, tomo 13, 1850, p. 396-401.

⁴⁰² Pernambuco: Tipografia de Manuel Figueiroa de Faria, 1845. Utilizamos a edição do Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.

Varnhagen também não encerra a polêmica com sua *Réplica*, de 1846, voltando a seus argumentos ao reproduzir a segunda parte da mesma, em 1850, na *Revista* do IHGB. Na *História Geral do Brasil* (1854-1857), apresentará sua versão da história pátria, obra que já prometia quando da polêmica com Abreu e Lima.⁴⁰³

A estrutura do Compêndio: uma compilação

Embora a crítica de Varnhagen apenas abranja fatos do período colonial, Abreu e Lima cria que suas posições favoráveis a D. Pedro I motivaram, de fato, a rejeição do IHGB ao *Compêndio*, segundo expõe em sua *Resposta*.⁴⁰⁴ A disputa pela memória dos anos da Independência, Primeiro Reinado e período regencial seria o foco principal das discórdias, em especial a Regência, o período do capítulo final do *Compêndio*, 1831-1841 – justamente o único que Lima afirma ter escrito de própria pena, sem compilar de outros autores. Vamireh Chacon também defende que “o pior (...) [fora] Abreu empreender, no segundo volume [do *Compêndio*], uma história contemporânea do Brasil, com seus protagonistas ainda vivos”.⁴⁰⁵

⁴⁰³ Abreu e Lima refere-se ironicamente à promessa de Varnhagen de publicar uma história do Brasil, na sua *Resposta*: “O Sr. Varnhagen nos ameaça com uma história do Brasil, escrita por ele; Deus eterno!” (*Resposta*, *op. cit.*, p. 78).

⁴⁰⁴ *Resposta*, *op. cit.*, p. 24-26. Abreu e Lima sugere que o maior problema de Januário (e Varnhagen) com o francês Beauchamp também seriam os elogios deste a D. Pedro I, como afirma em nota de rodapé, na *Resposta*, p. 12: “Eis aí toda a birra do Padre Januário contra Beauchamp: este escritor elogiou ao Sr. D. Pedro I, de gloriosa memória, quando ele [Januário] o encheu de calúnias, de torpes invectivas e de injúrias; talvez seja esta também a causa, que o tornou eu detrator gratuito”. Abreu e Lima parece, com alguma argúcia, jogar com a memória de Pedro I. Se, por um lado, sua abdicação pode ter representado o momento da real independência do Brasil, do afastamento da primazia política dos portugueses (na interpretação do rompimento Brasil – Portugal que dá às rivalidades entre esses povos o principal motor da Independência), o duque de Bragança permanecia “o Augusto Pai do nosso atual Imperador” (*Resposta*, *op. cit.*, p. 25), bem como o enraizador da dinastia bragantina no trono brasileiro. De modo que continuar a rebaixá-lo, como no ápice dos conflitos que levaram ao Sete de Abril, seria diminuir o atual Imperador (centro, porém, de consenso entre os grupos políticos, com a Maioridade), e a dinastia vigente no país. Caberia, então, um lugar àqueles que defenderam D. Pedro I, na década de 1830, como Abreu e Lima, justamente como cultivadores da memória do pai de D. Pedro II.

⁴⁰⁵ CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima, general de Bolívar*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983, p. 164. Também Barbosa Lima Sobrinho entende que o relato da história contemporânea, em particular os elogios a D. Pedro I, motivaram o parecer do IHGB co-assinado por Januário, mais que o juízo de Varnhagen (SOBRINHO, “Centenário da morte do General José Inácio de Abreu e Lima”, *op. cit.*, p. 172). Estender sua fúria ao IHGB, e, mais especificamente, a Januário da Cunha Barbosa, tem a ver com o fato de Abreu e Lima e o cônego terem se envolvido em polêmicas na imprensa, nos anos 1830, relacionadas com os debates políticos do período regencial. Na realidade, como atesta o título da obra, a *Resposta* de Abreu e Lima é dirigida diretamente a Januário. Abreu e Lima voltara ao Brasil em 1831, tendo saído após a Revolução de 1817, em Pernambuco, na qual seu pai, o Padre Roma, foi executado (segundo relato de Abreu, no *Compêndio*, execução a que o próprio filho teve de assistir). No exterior, Abreu passou pelos Estados Unidos, mas fixou-se na América do Sul, onde engajou-se nas lutas de independência ao lado de Simon Bolívar (onde ganhou o título de general, como assinava suas obras). Em meio às disputas por poder pós-Independência, Abreu, segundo seu relato sempre leal a Bolívar, teve de deixar a Grã-Colômbia. Novamente teve passagem curta pelos EUA, e também pela Europa, onde conta

A postura do IHGB, em seus primeiros anos, em relação à história recente, foi marcada pelo silêncio, como aponta Lucia Maria Paschoal Guimarães. Apenas no centenário da Abdicação de D. Pedro I, em 1931, o 2º. Congresso de História Nacional, de iniciativa do Instituto, lançaria vistas, com mais profundidade, àquele período. A história contemporânea era considerada um tema difícil pois a existência de muitos de seus participantes, bem como o envolvimento que o próprio autor possa ter tido com os fatos, dificultava (quando não impossibilitava) a observação da imparcialidade necessária à escrita da história.⁴⁰⁶ A interpretação de eventos polêmicos (como a Revolução de 1817, em Pernambuco), e a avaliação do papel desempenhado por determinados agentes do processo histórico (como José Bonifácio de Andrada e Silva e, principalmente, D. Pedro I), reacenderia polêmicas e alimentaria disputas presentes, nesse período que antecede a Conciliação do Gabinete do marquês do Paraná (embora não seja possível afirmar que esse ministério tenha dado um fim às dissensões, vide a própria polêmica de Justiniano José da Rocha – e, possivelmente, Nabuco de Araújo – com Paraná⁴⁰⁷).

O “Primeiro Juízo” de Varnhagen, de todo modo, não mostra misericórdia na avaliação do *Compêndio* de Abreu e Lima. A dureza da crítica de Varnhagen chama a atenção pelo contraste com a clareza de pretensões do *Compêndio*. No prefácio, Abreu e Lima deixa explícita a natureza da obra. Afirma tratar-se de uma compilação, reconhece a variedade de estilos decorrente da alternância de muitos autores distintos, dos quais se

ter travado contato com D. Pedro I (do Brasil), após este ter abdicado o trono brasileiro, e retornado a Portugal para lutar pelos direitos de sua filha, D. Maria da Glória, contra seu irmão, D. Miguel, pelo trono português. Após esse contato, Abreu tornar-se-ia partidário, ou simpatizante, de Pedro I e de sua dinastia no Brasil, aderindo ao Partido Caramuru (como relata no *Compêndio*, ao inclusive descrever em primeira pessoa os princípios desse partido). Curiosamente, este é um ponto comum entre Abreu e Varnhagen; o futuro autor do “Primeiro Juízo” lutaria em Portugal, em 1834, ao lado das hostes de D. Pedro – isto é, em favor de D. Maria da Glória. Tanto o *Compêndio* como a *História Geral* que escreverá Varnhagen (publicada em dois tomos, 1854-1857) dão juízos altamente favoráveis à figura histórica de D. Pedro I – uma de suas poucas semelhanças no tratamento de questões e personagens históricas. De volta ao Brasil, em 1832, Abreu e Lima, residindo em Niterói, envolver-se-ia em polêmicas políticas, na imprensa, devidas principalmente a esta sua adesão a D. Pedro I. Retornando nos primeiros momentos da Regência no país, no início de uma década a ser conturbada, Abreu e Lima alinhou-se com os restauradores, se não pela volta efetiva de Pedro I ao trono, ao menos em defesa da monarquia e da dinastia Bragança (advogando a regência da princesa Januária e a restituição de José Bonifácio ao posto de tutor do príncipe D. Pedro, do qual o Andrada havia sido afastado em dezembro de 1833). Defendendo tais posições, Abreu e Lima entrou em conflito com os grupos liberais (em particular com os moderados) que haviam promovido ou louvado o Sete de Abril; envolveu-se, então, em polêmicas com Evaristo da Veiga e Januário da Cunha Barbosa.⁴⁰⁵ Logo após publicado o *Compêndio*, retorna a seu Pernambuco natal (1844), voltando a viver no Recife (Cf. MATTOS, *op. cit.*, p. 58 e seguintes; CHACON, *op. cit.*, p. 160-161, e SOBRINHO, “Centenário da morte do General José Inácio de Abreu e Lima”, *op. cit.*, p. 170-171).

⁴⁰⁶ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia”. In: CARVALHO (org.), *Nação e Cidadania no Império*, *op. cit.*, p. 73.

⁴⁰⁷ GUIMARÃES, “Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia”. In: CARVALHO (org.), *Nação e Cidadania no Império*, *op. cit.*

utiliza, e especifica em quem se baseou para cada capítulo. Reconhece ter sido Beauchamp um dos principais autores de que se valeu, mas não o trata como plagiário de Southey, mas como autor de uma “recopilação” da obra do escritor inglês;⁴⁰⁸ assim como se valeu de Henrique Bellegarde, cuja obra era “recopilação” do *Brésil* de Ferdinand Denis, segundo Abreu e Lima (na verdade, corrige Varnhagen no “Primeiro Juízo”, era recopilação do *Resumo da História do Brasil*, de Denis).

De modo que parece bem claro ao leitor que Abreu e Lima não se arroga autor de pesquisa original, e muito menos definitiva, em história do Brasil. Na realidade, Abreu afirma que apenas o último capítulo, o oitavo, já do tomo 2º, que trata do período 1831-1841, é de sua autoria (ou, “de redação própria”),⁴⁰⁹ pois, segundo diz, obra alguma havia sobre essa época. No tomo segundo do *Compêndio* Abreu e Lima transcreve documentos que cita na obra. São 45, e apenas um não é referente ao século XIX (um documento a respeito da guerra de expulsão dos holandeses, do século XVII). Os demais 44 são do Oitocentos, o primeiro deles um decreto de 7 de março de 1821. Todas as críticas de Varnhagen, todavia, referem-se a questões do período colonial. Varnhagen estaria contestando, de fato, os autores em que Abreu e Lima se baseava, como Aires do Casal, Beauchamp, Southey, Bellegarde, Denis, e/ou a apropriação destes feita pelo pernambucano.

Abreu e Lima define-se, no prefácio do *Compêndio*, como um “compilador”, e defende, na *Resposta*, que todo historiador é um compilador, na medida em que escreve articulando textos de terceiros (à exceção dos que tratam de história contemporânea, porque - ou quando - a presenciaram).⁴¹⁰ A compilação é um gênero que remonta à Antiguidade. Bernard Guenée⁴¹¹ argumenta que a primeira vez que um autor de obra de história definiu-se como compilador foi no século XIII (o autor anônimo da *Historia Regum Francorum*, de 1214). Neste século, de acordo com Guenée, *compilação* assume o sentido de extratar, fazer extratos de obras de outros. Nesse sentido, pôde ser utilizado para definir o trabalho do erudito, conforme há vários séculos se pensava, qual seja: o

⁴⁰⁸ *Compêndio*, *op. cit.*, 1843, p. IX.

⁴⁰⁹ *Compêndio*, *op. cit.*, p. X.

⁴¹⁰ “Ouça bem, Sr. Varnhagen, pois já lho disse: os fatos não se inventam; estão consignados na história já escrita por outrem, ou em documentos e registros autênticos; servir-se pois da história antiga ou de documentos, ou de uma e outra coisa, e vertê-los em linguagem nova, se assim se quiser, ou copiá-los, eis aí o que se chama compilar; isto é, reunir em um corpo ou livro coisas ou matérias extraídas de vários autores” (LIMA, *Resposta*, *op. cit.*, p. 37-38).

⁴¹¹ GUENÉE, Bernard. “L'historien et la compilation au XIIIème. siècle”, *Journal des Savants*, jan.-set. 1985, p. 119-135.

de fazer extratos e reuni-los em uma obra nova⁴¹² - que é como Abreu e Lima define seu trabalho.

De acordo com Guenée, após 1170 o termo compilar torna-se banal nas obras de história,⁴¹³ mas, em sua origem antiga, especialmente em Cícero e Horácio, a palavra tinha conotação negativa. Até o século XI, ainda apareceria este sentido negativo: compilar significava *roubar, pilhar*. O compilador era um ladrão.⁴¹⁴ É no começo do século XII que *compilar* se livra de sua conotação negativa, tornando-se não mais que fazer extratos, excertos.⁴¹⁵ Equivale a outro termo em voga naquele período, também com raízes na Antiguidade, que sobrevive até o século XIX, *deflorare*, a base da expressão *florilégio*, que aparecerá, por exemplo, em Varnhagen, no seu *Florilégio da Poesia Brasileira, ou coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos* (1850-1853); na Idade Média, por volta do século XII, relata Guenée, proliferam compilações com títulos como *Flores Historiarum*, *Flores Temporum*, *Flores Chronicorum*. Desse modo, *compilação* adquire, no século XII, a condição de definir o trabalho dos eruditos, conforme era feito há séculos: fazer extratos e compor, a partir deles, uma obra nova.⁴¹⁶ O termo é reabilitado de tal forma, que, em especial a partir da segunda metade do século XIII, ponderando as virtudes da compilação, os compiladores passam a se ver como autores de obras novas, e passam a assinar seus nomes nas compilações, ao contrário do autor da *Historia Regum Francorum*, que se manteve anônimo (por sua obra só conter textos de terceiros, não julgou que lhe cabia a autoria). Os autores agora declarados anunciam com orgulho que suas obras são

⁴¹² "faire des extraits; puis les assembler" (GUENÉE, Bernard. "L'historien et la compilation au XIIIème. siècle", p. 120).

⁴¹³ "Après 1170, le mot [*compilare*] est banal dans le prologue d'une oeuvre historique" (GUENÉE, Bernard. "L'historien et la compilation au XIIIème. siècle", p. 122).

⁴¹⁴ "Les mots [*compilare*, *compilatio*, *compilator*] existent donc depuis des siècles, mais leur emploi est relativement peu fréquent. Et cela est dû avant tout au sens très défavorable qu'a d'abord *compilare*. Pour Cicéron, pour Horace, *compilare*, c'est piller, c'est voler. La *compilatio*, c'est le pillage. Et, au XI^e, le grammairien Papias ne donne pas à *compilare* un autre sens: pour lui, *compilare*, c'est *furari*, voler, *depopulari*, piller, *expoliare*, dépouiller, *depilare*, plumer, et rien d'autre. Rien donc d'étonnant que le *compilator* soit pendant des siècles un voleur. Rien donc d'étonnant si, pendant des siècles, à un auteur qui veut parler de son travail et marquer son érudition bien des mots viennent sous la plume plutôt que *compilare* et *compilator*." (GUENÉE, Bernard. "L'historien et la compilation au XIIIème. siècle", p. 122).

⁴¹⁵ "Mais au début du XII^e siècle *compilare* s'est enfin débarrassé de sa tare originelle; le mot n'est ni plus ni moins désobligeant que *deflorare* ou *excerpere*; comme eux, il veut simplement dire: faire des extraits" (GUENÉE, Bernard. "L'historien et la compilation au XIIIème. siècle", p. 123).

⁴¹⁶ "Tirer des extraits de livres antérieurs et en composer un nouveau livre, les érudits le faisaient depuis des siècles, mais c'est simplement aux alentours de 1200 qu'ils se dirent, pour cela, des compilateurs" (GUENÉE, Bernard. "L'historien et la compilation au XIIIème. siècle", p. 124).

compilações.⁴¹⁷ Com orgulho, afirmam que não inventam nada, que se atêm a suas fontes: são compiladores, não inventores.⁴¹⁸

No final do século XVII, início do século XVIII, o fato do trabalho do "compilador" definir-se essencialmente por ser baseado em textos fez com que Pierre Bayle preferisse essa definição, ao invés da de historiador, como mostra Anthony Grafton.⁴¹⁹ Em um ambiente de contestações céticas à possibilidade do conhecimento histórico, tais como as oriundas do cartesianismo e do pirronismo, o "compilador" poderia, através da demonstração dos textos em que se baseava, mostrar de onde extraía seus fatos, e colocá-los à prova pelo leitor, escapando das acusações de invenção que pesariam sobre os "historiadores". Estudando Fustel de Coulanges, François Hartog aproxima alguns traços, ou momentos, do trabalho desse historiador com os do "compiler", dada a importância atribuída aos textos na confecção das obras de história.⁴²⁰

O uso de compilação para definir o trabalho do historiador aparece, de certa forma, sutilmente disseminado no século XIX, não faltando autores dos quais Abreu e Lima possa ter partido para defender que todo historiador é um compilador. A presença do termo, evidentemente, não significa que as obras oitocentistas tivessem a mesma concepção e composição que as dos séculos XII e XIII; creio que o sentido de "compilação" em algumas obras oitocentistas tendia a servir para demonstrar que as obras eram baseadas em documentos e fontes, tinham um substrato que atestava a veracidade de seu conteúdo. O título completo da obra de John Armitage, por exemplo, é *History of Brazil, from the period of the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Don Pedro the First in 1831. Compiled from State documents and other original sources* [grifo nosso]. *Forming a continuation to Southey's history of that country*. O prefácio da primeira edição do terceiro volume da *History of Brazil* (1819),

⁴¹⁷ "Si, au début du XIII^e siècle, la modestie paralyse encore quelque peu l'historien qui présente au lecteur sa compilation, dans la seconde moitié du XIII^e siècle le doute n'est plus permis: tout, dans les prologues historiques, marque la fierté du compilateur qui va dire la vérité" (GUENÉE, Bernard. "L'historien et la compilation au XIII^e siècle", p. 131).

⁴¹⁸ "il se nomme fièrement comme un compilateur. Si bien qu'au début du XIV^e siècle: 'Ne craignez rien, dit-il à son lecteur, je n'invente rien; je suis un savant, je m'en tiens à mes sources, *compiler*, *non inventor*'" (GUENÉE, Bernard. "L'historien et la compilation au XIII^e siècle", p. 135).

⁴¹⁹ GRAFTON, Anthony. *The footnote: a curious history*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998, p. 198-199.

⁴²⁰ "Oscilando do *auctor* ao *scriptor*, o historiador moderno [fala do historiador oitocentista] apareceria e reapareceria de preferência com os traços do *compiler*, esse que, visando a anular-se como autor, acrescenta ao texto notas cada vez mais numerosas e eruditas, tendendo até, a rigor, a converter-se em *scriptor*, o simples copista (...)" (HARTOG, François. *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 129).

de Southey, abre-se com esta frase do autor: "It was my intention, that the concluding part of the History of Brazil should have contained a Critical Account of all the Documents, printed or in manuscript, *from which it has been compiled* [grifo nosso]; but this would have considerably enlarged a volume, which already far exceeds the usual size".⁴²¹ A *History of Brazil* é, inclusive, chamada de "une compilation sur l'histoire de Buenos-Ayres et du Brésil jusqu'en 1640" por Beauchamp, no prefácio da *Histoire du Brésil*, de que se vale Abreu e Lima.⁴²²

Um caso contêrraneo e contemporâneo a Abreu e Lima são as *Memórias Históricas da Província de Pernambuco* (cinco tomos), de José Bernardo Fernandes Gama (1809-1853), impressas a partir de 1844 na Tipografia de M. F. de Faria, em Pernambuco, a mesma que imprimiu a *Resposta* e a *Sinopse* de Abreu e Lima. O autor expõe da seguinte forma seu método:

Ora, eu para minha instrução, *nada mais tinha feito do que copiar, quase fielmente, os diversos autores, que trataram dos negócios de Pernambuco*, servindo-me de guia a História do Brasil por Mr. *Alphonse de Beauchamp*, do qual só me apartei, ou ampliando aquelas notícias em que foi omissor, aproveitando-me para isto dos mesmos autores que ele copiou, como Rocha Pita, Brito Freire, Fr. Rafael de Jesus, Joboatão [*sic*], e outros; ou corrigindo a exposição d'alguns fatos, que combinada com a dos escritores que ele seguiu, me pareceu carecer de exatidão. Acrescentei porém às notícias que me deu Mr. Beauchamp as que colhi nos Arquivos das Secretarias, nas Memórias de Monsenhor Pizarro, e em vários manuscritos, e folhetos, que com muito trabalho, e alguma despesa alcancei, para completar as Memórias Históricas de Pernambuco até o fim do século passado.

Nas do século presente porém não segui autor algum na ordem dos fatos, e até mesmo me apartei de vários escritores modernos: recopiei o que me foi possível extrair dos Arquivos Públicos, consultei os jornais, e muito impressos, manuscritos, e cartas que encontrei entre os papéis de meu pai o Sr. José Fernandes Gama, que Deus tem em Glória, e dando também tratos à minha memória, descrevi os fatos como chegaram à minha notícia, e alguns como vi suceder.

São pois os três primeiros tomos destas Memórias, pela maior parte um plágio, que eu evitaria, se não estivesse convencido de que dizer o mesmo, que outros disseram (e disseram bem) por diferentes palavras é pura, e inútil perda de trabalho. O 4º e o 5º tomos são todos meus.⁴²³

⁴²¹ SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*, parte III. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown 1819, p. V. Edição da Brasileira Digital da USP, <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01726730#page/1/mode/1up>, acesso outubro de 2011.

⁴²² BEAUCHAMP, Alphonse de. *Histoire du Brésil, depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810....* Paris: A la Librairie d'Éducation et de Jurisprudence d'Alexis Eymery, 1815, tomo I, p. X.

⁴²³ FERNANDES GAMA, José Bernardo. *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, tomo I. Recife: Tipografia de M. F. de Faria, 1844, p. VIII, grifos nossos.

A obra, segundo a apresenta seu autor, é notavelmente parecida com o *Compêndio* de Abreu e Lima: na maior parte, uma cópia de outros autores, tendo o mesmo guia que tomou Abreu e Lima, Alphonse Beauchamp. Fernandes Gama assume como seus os tomos que tratam da história contemporânea, à semelhança de Abreu e Lima no *Compêndio*, que só vê como original, como escrita sua, a parte sobre o século XIX. Fernandes Gama chega mesmo a entender sua cópia de outros autores como "plágio". Vale dizer que o autor não entendia sua obra como *história*, mas sim como "um Memorial" que oferecia aos historiadores para auxiliá-los na escrita de uma história de Pernambuco.⁴²⁴

O que nos remete à *Corografia histórica* de Melo Moraes. No tomo I, de 1858, Melo refere-se à *História Geral do Brasil* de Varnhagen, lançada nos anos anteriores, como a "compilação que ultimamente fez [Varnhagen] dos acontecimentos dessas eras".⁴²⁵ Melo, então, *reproduz* praticamente toda a seção II do tomo I da *História Geral* de Varnhagen, sem citar as páginas, ou mesmo indicar, no texto, que se trata de escrito de outro autor (apenas após dez páginas de transcrição, aspas são postas no início de cada parágrafo). Melo reproduz inclusive as notas de rodapé de Varnhagen, incorporando, às de rodapé, as notas que, na *História Geral*, são dispostas no fim do volume. Em suma, Melo Moraes faz com Varnhagen o que Abreu e Lima fez com Beauchamp, Armitage e os demais autores de que se valeu: o transcreve, o reproduz, sem a citação ou indicação precisa de que o faz, *mas apontando, no início, o autor original*; numa palavra, Melo *compilou* Varnhagen. E, ao introduzi-lo, iguala a obra varnhageniana ao mesmo procedimento, ao chamá-la de "compilação". Consideramos ser essa a chave para a compreensão da historiografia de Melo Moraes: a exemplo de Abreu e Lima, entendia o trabalho do historiador em grande medida como o de um *compilador*.

Evidentemente, há a questão de que a denominação "compilação" possa servir para relativizar a importância da obra do outro autor citado. O que não vale, entretanto, para casos como Armitage e Southey, que descrevem as próprias obras assim. Aqui, pensamos haver algo próximo ao que Grafton observou em Pierre Bayle, isto é: o autor, ao afirmar que fez uma compilação, procuraria chamar atenção para os documentos e fontes que utilizou, assegurando assim a origem comprovada dos fatos que narra. A presença da expressão "compilação" não quer dizer, por outro lado, que Southey,

⁴²⁴ FERNANDES GAMA, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, op. cit., p. IX.

⁴²⁵ *Corografia histórica*, op. cit., tomo I, 1858, p. 79.

Armitage e outros tenham *procedido* da mesma forma que Abreu e Lima em relação a suas fontes; isto é, o fato de terem declarado que suas obras foram compiladas não equivale a dizer que usaram do mesmo método de Abreu e Lima, não sendo, suas histórias, como o *Compêndio*, uma colagem de textos de diferentes autores.

De todo modo, "compilação" não teria ainda, no momento em que escreve Abreu e Lima, o valor negativo que adquiriria depois, no espaço de pouco mais de uma geração, que se observa em Capistrano de Abreu e Sílvio Romero, escrevendo por volta de 1880.⁴²⁶ Podemos aventar a hipótese de que, baseando-se em Beauchamp, e usando outras obras que utilizaram o termo "compilar" para definir sua feitura, Abreu e Lima, que já imaginara seu trabalho como uma compilação (vide o prefácio do *Compêndio*), tendo de defender-se, procurou desenvolver as consequências do que os demais historiadores diziam, quando caracterizavam suas obras como "compilação", ou afirmavam tê-las feito "compilando" documentos e outras fontes. Chegou, então, à sua conclusão de que todo historiador é, de fato, um compilador, e acabou por definir esse trabalho de forma muito próxima à presente já na Idade Média, a partir do século XII, segundo nos apresenta Bernard Guenée.⁴²⁷

Se Abreu e Lima tomou ambos como equivalentes, Varnhagen, por sua vez, insistirá na polêmica que um historiador não é um compilador, defendendo a crítica, e um conjunto de conhecimentos e traços individuais que superam o que é necessário para uma compilação.⁴²⁸

A questão do plágio

Abreu e Lima declarou, na *Resposta*, ao defender que seu trabalho de compilação, feito no *Compêndio*, não fora simples cópia, que acrescentou à narrativa de Beauchamp fatos contidos em Frei Gaspar da Madre de Deus, trazendo-os em notas

⁴²⁶ Romero, por exemplo, em resenha da edição póstuma da *Crônica Geral* (1886) de Melo Moraes, de 25 de abril de 1886, afirma, sobre um tipo de obra da historiografia oitocentista brasileira: "livros de compilação, como [os de] Abreu e Lima, e Macedo, livros sem erudição, sem crítica, sem vida, sem estilo" (In: FILHO, Alexandre José de Melo Moraes (org.). *O Dr. Mello Moraes. Homenagens - Juízos Postumos - Últimos Deveres*, op. cit., p. 119).

⁴²⁷ Cf. também deste autor *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris: Editions Aubier-Montaigne, 1980, em especial o capítulo V.

⁴²⁸ "Para ajuizar os fatos é necessário que o historiador tenha erudição no assunto, crítica histórica, independência de caráter, luzes gerais dos conhecimentos humanos e consciência: é necessário que seja grave, urbano, e que tenha miras de bom estadista - Para ser compilador, e ainda melhor *plagiário* [do que acusava Abreu, por ter compilado obra de Alphonse Beauchamp, autor francês que teria plagiado Robert Southey], basta ter ido à escola e saber copiar traslados, e ter muito atrevimento, - como têm sempre os mais ignorantes" (*RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 400).

"muito de propósito, para não alterar o texto".⁴²⁹ Tanto no *Compêndio*, como na *Sinopse*, suas notas de rodapé não têm, prioritariamente, a intenção de apresentar ao leitor as fontes de que se vale o autor. Estas vêm listadas ou no prefácio (*Compêndio*), ou em catálogo ao final da obra (*Sinopse*). Suas notas têm por principal serventia expor discussões sobre pontos controversos, isto é, dúvidas existentes sobre determinados fatos; são eminentemente argumentativas, e sua razão de ser é desobstruir o texto, evitando interromper a narrativa com discussões eruditas. Ainda no *Compêndio*, primeira edição, Abreu e Lima fará transcrições de documentos, guardando-as para o fim do volume, como fará Varnhagen na *História Geral*; a título de contraste, Melo Morais incluirá transcrições de fontes nas próprias notas de rodapé de suas obras, criando notas imensas, que se estendem por várias páginas e ocupam quase toda a página do livro, relegando o corpo do texto, por vezes, a uma única linha.

Varnhagen cobra o modelo de erudição de Abreu e Lima no *Compêndio*. Censura, no "Primeiro Juízo", Abreu, que "nem sempre quis ter a generosidade (única retributiva dos que trabalham nas letras) de especificar" as obras de que se vale.⁴³⁰ A citação, além de critério de erudição, assume quase que um viés moral entre os letrados. Varnhagen refere-se ali a ele mesmo; Abreu teria usado obras suas (as *Reflexões críticas* e o *Diário de navegação* de Pero Lopes) sem citar. No início do parecer, Varnhagen censurara Beauchamp, por ironizar a erudição, ao mesmo tempo em que teria tentado parecer erudito, copiando a lista de obras que usa Southey na sua *History of Brazil*.⁴³¹

As críticas acima embasam a acusação de plágio contra Abreu e Lima. Este defende-se, na *Resposta*, dando a definição de "plágio" do dicionário de Moraes Silva, e mostrando que o conceito não se aplica ao *Compêndio*:

Plágio, como define o nosso Moraes, quer dizer - a fraude ou vício do plagiário - e Plagiário - o que usa de pensamentos e expressões alheias como suas, e sem as referir a seu autor - Taxar pois a minha Obra de plágio é atribuir-me a fraude de usar de expressões alheias sem as referir ao seu autor. Poderá prová-lo o Padre Januário ou alguém por ele? Poderá dizê-lo alguém sem a mais revoltante impudência? (...).

Felizmente tive tanta prevenção no meu Prefácio, que fui até minucioso demais (...).⁴³²

⁴²⁹ *Resposta*, op. cit., p. 48.

⁴³⁰ *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 79.

⁴³¹ "E por Southey seguir o uso de todos os historiadores modernos de bom critério, de citarem à margem, e em notas os fundamentos de seu juízo e discurso, [Beauchamp] procura meter a ridículo o *ser erudito*. Mas, esquecido logo do que disse, vai ainda como arrependido, pelas margens da obra de Southey sem conhecimento algum dos livros e dos autores aproveitar as migalhas das suas citações, para em breve ostentar-se erudito no prefácio!". *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 64.

⁴³² *Resposta*, op. cit., p. 10.

Em seguida, Abreu e Lima transcreve os trechos do prefácio em que disse que pouco havia de seu no *Compêndio*, e cita os autores de que compilou. Bruno Franco Medeiros estudou a questão do plágio na historiografia nas primeiras décadas do século XIX, a partir da obra justamente de Alphonse de Beauchamp, o pivô da controvérsia aqui. Medeiros mostra como a legislação sobre o plágio estava se formando neste momento, e sua aplicação não era unívoca. O argumento de Abreu e Lima acima é, de fato, plausível: se plágio definia-se, então, pelo uso do texto sem referência ao autor, o *Compêndio* não é plágio, pois seu autor cita as obras de que se valeu.

Concordamos com Bruno Franco Medeiros, ao apontar que a questão, de fato, a envolver Beauchamp, e o debate entre Abreu e Lima e Varnhagen, não é o plágio, mas o confronto entre formas distintas de se conceber a escrita da história. "O projeto de escrita da história elaborado por Abreu e Lima", afirma Medeiros, "estava ligado às formas tradicionais de escrita da história, as quais, desde o início do século XIX, vinham sendo sobrepujadas por uma crescente historicização da realidade, assim como pela necessidade de documentos originais retirados de arquivos para atestar a veracidade do passado que era representado".⁴³³ Em linhas gerais,

A convivência (não pacífica) entre a demanda por uma história crítica, baseada em uma pesquisa rigorosa que exigiu do historiador o levantamento de provas históricas mais eficazes para comprovar sua narrativa, e antigas formas baseadas na eloquência e na maneira como os antigos escreviam história, ocasionou esse tipo de querela entre aqueles que escreviam história na França nas primeiras décadas do século XIX. *Mesmo com a crescente demanda por uma história crítica e erudita, a concepção clássica de historiografia ainda permaneceria com grande vigor naquele cenário* [grifo nosso].⁴³⁴

Existem alguns pontos, entretanto, em que cremos que Abreu e Lima se distancia de Beauchamp. A nosso ver, embora ponderasse contra o excesso de notas de rodapé, Abreu não compartilhava do "desprezo pelas notas, citações" de Beauchamp, que aproximava o autor francês "imediatamente aos historiadores filósofos do século XVIII".⁴³⁵ Acreditamos existir certa tensão em Abreu e Lima nesse ponto. Certamente o autor não abraça um modelo erudito pleno (talvez até pelas limitações que o impediam de realizar satisfatoriamente a pesquisa erudita, como sua impossibilidade de conhecer os arquivos europeus tal qual Varnhagen), mas também não quer ver suas obras

⁴³³ MEDEIROS, *Plagiário à maneira de todos os historiadores*, op. cit., p. 96.

⁴³⁴ MEDEIROS, *Plagiário à maneira de todos os historiadores*, op. cit., p. 141.

⁴³⁵ MEDEIROS, *Plagiário à maneira de todos os historiadores*, op. cit., p. 141-142.

desqualificadas quanto à erudição. Toda a *Resposta* a Varnhagen o denota, sendo uma tentativa de demonstração de sua capacidade de argumentar eruditamente - e não uma desqualificação da erudição em si, como poderia ter optado por fazer.

Outro ponto importante de distinção entre Beauchamp e Abreu e Lima está na visão sobre o trabalho de compilação. Enquanto Abreu, como vimos, na prática iguala o trabalho do historiador ao do compilador, Beauchamp desqualifica este último, ao colocá-lo apenas pouco acima do plagiário, numa operação "um pouco mais complicada que o plágio, mas nem por isso menos indigna do verdadeiro talento".⁴³⁶ No geral, entretanto, acreditamos, com Bruno Medeiros, tratar-se de uma disputa entre diferentes concepções de escrita da história. No caso de Abreu e Lima e Varnhagen, não se trataria de um defensor da erudição, contra um detrator, pois vimos que ambos a viam como característica indispensável ao trabalho do historiador.

No primeiro tomo de sua *História Geral do Brasil* (1854), Varnhagen fez, em um "Post Editum", considerações sobre a organização da obra em que a compara com trabalhos de compilação da historiografia ibérica:

Também não faltará quem, esquecendo-se de que escrevemos uma Historia Geral, e de que temos leis de unidade a que subordinar-nos, estranhe de ver que não dedicamos capitulos inteiros a esta ou áquella expedição exploradora, de que tivemos documentos, ou a certos feitos heroicos, alias já minuciosamente contados por outros escriptores. Acudimos desde agora contra tal reparo, dizendo que justamente um dos maiores empenhos que tivemos neste Ensaio (que tal lhe devemos por em quanto chamar) foi o de abarcar, por assim dizer, no menor volume possível, os factos capitaes acontecidos nas differentes provincias; afim de que o desenvolvimento successivo do todo se chegasse a apreciar melhor, o que não se poderia conseguir, parando de quando em quando demasiado n'um ponto (pela unica circunstancia de encontrar mais escripto acerca delle), e reduzindo a narração, a uma enfiada de pequenas narrações, á maneira dos contos do livro de Gil Blas. Este ultimo systema é sobremaneira commodo: pois que o trabalho todo se reduz a reunir muitos documentos e relações manuscriptas ou impressas; logo dispol-as por ordem chronologica e começar a compilar... Foi o que seguiram Castanheda, Barros e Herrera, como hoje é muito facil provar, cotejando-os com os originaes que tiveram diante de si. Se houvessemos preferido adoptar tal systema, **se elle fosse hoje em dia adoptavel**, com o archivo de documentos ineditos que tivemos á vista, além de uns cem livros impressos que possuímos ácerca da nossa Historia, muito mais facil nos houvera sido *compilar* trinta e duas decadas, em crescido numero de volumes (bem que com o trigesimo numero de leitores), do que compor este e o seguinte, esmerando-nos em ser concisos, sem

⁴³⁶ MEDEIROS, *Plagiário à maneira de todos os historiadores*, op. cit., p. 122.

contudo pecar por omissos. (...) Procuramos guardar na composição do todo a maior harmonia que nos foi possível (...).⁴³⁷

Varnhagen expõe aqui as regras da retórica a respeito da composição dos diferentes gêneros historiográficos (história geral, anais, crônicas, vidas), cada qual sujeito a princípios particulares de unidade e harmonia. Sobre a compilação, especificamente, entende que era um sistema não mais adotável "hoje". Indica que sua época vinha lendo os trabalhos principais sobre a história portuguesa (Castanheda,⁴³⁸ João de Barros,⁴³⁹ Antônio Herrera⁴⁴⁰) e descobrindo as fontes originais compiladas por esses autores, e passando a ver esses trabalhos como um enfeixe daquelas fontes.

O problema da ordem e da harmonia do texto aparece na comparação que faz Varnhagen: de que as compilações, ao invés de possuírem uma narração contínua e articulada, assemelham-se a uma "enfiada de pequenas narrações", como o romance de *Gil Blas*.⁴⁴¹ Na *Corografia* de Melo Moraes observamos essa disposição de temas e narrativas progredindo de acordo com os documentos de que o autor dispunha, ou a importância que julgava possuírem determinados assuntos, criando uma narrativa de partes desiguais. O primeiro tomo, que trata da colonização da América portuguesa, tem seções extensas sobre a colonização do restante da América meridional em que a parte sobre as independências ocupa espaço desigualmente maior que a colonização - sendo que o tomo não chega à Independência do Brasil, ou seja, a parte sobre as demais

⁴³⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal*. Rio de Janeiro: Em Caza de E. e H. Laemmert, 1854, tomo I, p. 478, grifo do autor, negrito meu. Utilizamos a edição da Brasileira Digital da USP, <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01818710>. Cf., sobre esta passagem, SILVA, Jussara Rodrigues da. *Épocas, notas e citações: a prática historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen na História Geral do Brasil (1854-1857; 1877)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013, p. 58.

⁴³⁸ Fernão Lopes de Castanheda (c. 1500-1559), autor da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* (oito volumes entre 1551 e 1561).

⁴³⁹ João de Barros (c. 1496-1570), autor das *Décadas da Ásia (Ásia de Ioam de Barros, dos feitos que os Portuguezes fizeram na conquista e descobrimento dos mares e terras do Oriente)*, organizada como a obra de Tito Lívio, em decênios. Foram publicadas quatro décadas (1552, 1553, 1563 e 1615) Foi um dos donatários no sistema das capitanias hereditárias.

⁴⁴⁰ Antonio de Herrera y Tordesilhas (1549-1625/26?), autor da *Historia General de los hechos de los castellanos en las Islas y tierra firme del mar Oceano*, conhecido como *Décadas*, publicadas em quatro volumes entre 1601 e 1615.

⁴⁴¹ Trata-se do romance picaresco publicado em doze livros, entre 1715 e 1735, de autoria de Alain-René Lesage (1668-1747), que teve inúmeras reedições, inclusive no século XIX. Na descrição do prefácio da edição de 1838 da obra, *Gil Blas* seria como uma espécie de comédia humana, pretendendo um retrato da sociedade em todos os seus aspectos por meio das desventuras do personagem-título. Curiosamente, Lesage foi também alvo de acusações de plágio, por ter se inspirado num livro espanhol de 1618, *Vida de la escudero don Marco d'Obrego*, de Vicente Espinel (LESAGE, Alain-René. *Histoire de Gil Blas de Santillane*. Paris: Chez J.-J. Dubochet et C. Éditeurs, 1838. Disponível em <https://archive.org/details/histoiredegilbl00lesa>, acesso em agosto de 2013).

repúblicas americanas avança até o século XIX, enquanto a sobre o Brasil permanece no século XVI, nas capitanias hereditárias, avançando no tempo apenas para tratar das questões de limites. Estas encerram o primeiro tomo com uma sequência de escritos que transcreve Melo Moraes. As transcrições continuam no segundo tomo, e, uma vez encerrados os documentos referentes à questão de limites do Norte, Melo Moraes inicia a transcrição de escritos sobre a presença jesuíta no Brasil. Os escritos de jesuítas ocupam ainda o principal dos tomos III e IV. O quinto tomo é uma continuação do primeiro, chamado pelo autor por isso de tomo I, segunda parte. Nesse caso, Melo Moraes, já com dificuldades para manter o custeio da publicação, resolve adotar uma estratégia para despertar o interesse do público: escrever sobre história contemporânea e história local do Rio de Janeiro. O livro começa com a vinda da corte de D. João VI, e conta a história das principais ruas da cidade. O que se observa, aparentemente, é uma tentativa de escoar os documentos encontrados, dando a episódios e personagens importância apenas porque havia documentos a respeito.

No *Brasil Histórico* de 16 de agosto de 1873, Melo Moraes discorre sobre a origem, o plano original e o malogro da *Corografia histórica*. Se Varnhagen julgava dever chamar sua *História Geral* de "ensaio", Melo Moraes pensava na *Corografia* como a realização do *Ensaio* que havia escrito com Inácio Accioli e publicado em 1854. Destaca que sua "habilitação" para escrever obra de tal monta eram as pesquisas que levaram à formação de seu arquivo particular, e descreve o plano original da *Corografia*, que compreendia mais de oito tomos:

Para este empenho envidei todos os esforços e diligencias, sem poupar despesas, por maiores que fossem, para me habilitar com os materiaes indispensaveis a uma obra, como tinha na mente formar.

E, de facto, habilitado como me achava, dei começo a escrever e publicar a minha *Corographia historica*, etc., cujo 1º tomo, contém a historia geral da America, a descoberta do Brasil, a fundação das capitanias e os limites austraes e septentrionaes do vasto continente brasileiro.

No 2º tomo, continuei com as questões de limites, e fallei largamente sobre os primitivos povoadores do Brasil (os Indios); sua cronogonia, sua theologia, suas crenças, tradicionaes, seus usos e costumes, e a sua aptidão para o trabalho, em relação á colonisação estrangeira, que tem vindo para o Brasil.

O 3º e o 4º tomos os consagrei aos jesuitas na America do Sul, á seus trabalhos apostolicos, á seus serviços á humanidade, á sua politica theocratica, á seus crimes, e á sua expulsão dos Estados do Brasil.

O 5º tomo era destinado á zoologia.

O 6º tomo era consagrado á phytographia brasileira, em relação

às artes e á medicina.

O 7º tomo o consagrava á descripção geologica, mineralogica, geographica e fluvial do Brasil.

O 8º era destinado á historia genealogica e nobiliaria das familias brasileiras.

Os outros tomos eram consagrados á historia de cada uma capitania, segundo a antiguidade da sua povoação; e para isto tomando a historia do Brasil no anno de 1534, depois de dar a descripção territorial e fazer o historico de todas as povoações, seus edificios e monumentos, usos, e costumes, daria a sua historia civil e política, pela ordem dos governadores e capitães generaes que tiverão, até a época da *nominal Independencia* do Brasil, como a chamava José Bonifacio, e depois della até os nossos dias [grifos no original].

Paralelamente, Melo Morais criou um periódico, o *Médico do Povo*, em 1864, que depois se transforma neste *Brasil Histórico* em que escreve, "destinado a servir de archivo, não só aos documentos ineditos que me iam sobrando da historia geral e particular do nosso paiz, como á exposição de factos desligados, que poderiam servir de utilidade aos curiosos do nosso passado". Segundo o autor, os dois primeiros tomos da *Corografia* "tiveram logo alguma extração", mas os dois últimos foram pouco procurados; "para despertar a curiosidade", Melo Morais decidiu mudar o plano e antecipar o relato da vinda da Corte em 1808. Porém, "Vendo que este mesmo livro, ia no mercado mui lentamente, e que se continuasse a publicar outros, perderia muito cabedal, me dispunha a suspender todos os trabalhos typographicos, sobre a historia do Brasil, quando fui animado com o apparecimento de uma lei especial, em proveito da historia patria", o decreto de 24 de agosto de 1866 concedendo-lhe subscrição do governo para a *Corografia*. Decreto que não se realiza, segundo Melo Morais em função de suas críticas à conduta do Visconde do Uruguai nas negociações com a França de 1855-56.⁴⁴²

A trajetória de Melo Morais pode ser singular, mas os obstáculos que identificou ao tipo de publicação que desejou realizar não foram enfrentados só por ele. Para Varnhagen, uma coleção de documentos poderia ter grande valor, e no mesmo "Post-Scriptum" do primeiro tomo da primeira edição da *História Geral* que citamos acima ele menciona um projeto de publicar uma coleção de leis da história do Brasil. Ao imaginá-la, vislumbra alguns dos problemas enfrentados por Melo Morais:

N'algumas das notas que ajuntamos a este volume, bem como em muitas das que levará o segundo, incluimos varios documentos, pela maior parte inéditos, que nos pareceram mais essenciaes. Muitos leitores desejariam acaso ter presente todos quantos no texto citamos,

⁴⁴² *Brasil Histórico*, 16 de agosto de 1873, Ano V, 3ª série, nº 2, p. 1-2, todas as citações acima.

e esse desejo fôra também o nosso. Havia porém uma grande contra para o realizar. Por si sós occupariam elles alguns volumes; e não nos fôra possível sem auxilio das Camaras e do Governo emprender a sua publicação; que alias desejamos effectuar, se podéssemos, por meio de uma collecção especial em que, com o titulo de *Pandectas Brasilicas* [pandectas eram um tipo de compilação de leis], apparecessem entremeadas chronologicamente com os mencionados documentos de officio, todas as leis e ordens especiaes, com sua integra, enviadas ás differentes capitancias do Brazil, desde a sua colonisação até á chegada do Sr. D. João 6º; - de cuja epocha datam as nossas collecções; sendo que as anteriores portuguezas mui pouco incluíam do que respeitava ao Brazil. Para a dita collecção temos já reunidos muitos materiaes, e do que nos falta possuímos notas para poder confiar as copias a amanuenses.⁴⁴³

Ou seja, a ideia de que uma publicação nos moldes de uma coleção de documentos só seria viável com apoio do governo não era exclusiva de Melo Moraes. Entretanto, Melo Moraes não planejou uma coleção propriamente, com fala Varnhagen aqui, mas entremeou os documentos no formato da *Corografia*, criando uma compilação. Quando poderia ter obtido uma subscrição, acabou preterido, vendo um trabalho que era justamente uma compilação de tratados internacionais da história do Brasil ser agraciado com o benefício.⁴⁴⁴

As obras de Melo Moraes vinham certamente marcadas por seu impulso de dar vazão ao arquivo que acumulava. Publicações como a *Corografia histórica*, ou o periódico *Brasil Histórico*, eram uma espécie de museu onde o autor dispunha sua coleção. Na definição de coleção de Krzysztof Pomian, trata-se de um

Conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporariamente ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, submetidos a uma proteção especial e expostos para observação em lugares fechados e preparados para este propósito, a coleção é um fato universal, coextensivo no tempo ao *Homo sapiens* e atestado, seja sob forma rudimentar, em todas as sociedades humanas. Pois todas procedem de trocas com o invisível e é no seio desta troca que se formam as coleções.⁴⁴⁵

⁴⁴³ VARNHAGEN, *História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal*, 1854, tomo I, p. 479.

⁴⁴⁴ PINTO, Antônio Pereira. *Apontamentos para o direito internacional, ou collecção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864-1869, em quatro tomos.

⁴⁴⁵ "Ensemble d'objets naturels ou artificiels, maintenus temporairement ou définitivement hors du circuit des activités économiques, soumis à une protection spéciale et exposés au regard dans un lieu clos aménagé à cet effet, la collection est un fait universel, coextensif dans le temps à *Homo sapiens* et attesté, fût-ce sous une forme rudimentaire, dans toutes les sociétés humaines. Car toutes elles procèdent à des échanges avec l'invisible et c'est au sein de cet échange que se forment les collections" (POMIAN, Krzysztof. *Des saintes reliques à l'art moderne. Venise-Chicago XIII^e-XX^e siècle*. Paris: Gallimard, 2003). Sobre a coleção como conexão entre o mundo visível e o invisível, aquele ao qual o colecionador e sua sociedade não pertencem (por exemplo, o passado, ou o mundo dos mortos), mas podem vislumbrar por

Melo Morais tira os documentos de seu uso cotidiano, nas repartições públicas, e os expõe, ao mesmo tempo que os preserva, que os garante para a posteridade, nas publicações. Podemos pensar coleções como a de Melo Morais, dentro da tipologia histórica elaborada por Pomian, como descendentes das coleções dos membros da República das Letras, distintas das coleções das cortes, da nobreza, sobretudo porque se destinavam ao estudo, enquanto aquelas visavam agradar aos espectadores.⁴⁴⁶ Dentre as transformações sofridas pelas coleções entre os séculos XVI e XVIII, estão as mudanças no conteúdo das coleções e nas formas de expô-las e classificá-las de acordo com uma nova ciência, calcada na observação direta da natureza; ao mesmo tempo, também de uma nova história, baseada no conhecimento do passado por intermédio dos vestígios que chegaram até o presente (na qual o antiquariato ocupava certamente espaço importante).⁴⁴⁷ A segunda metade do século XIX marca, segundo Pomian, o termo do processo de passagem das coleções da esfera do poder para a esfera do saber.⁴⁴⁸

meio dos objetos guardados, cf. do mesmo autor: "The collection: between the visible and the invisible". PEARCE, Susan M. *Interpreting Objects and Collections*. Londres: Routledge, 2001, p. 160-174).

⁴⁴⁶ "Les collections des membres de la République des Lettres diffèrent en règle générale de celles des autres propriétaires. Le facteur financier en est certes, pour une part, responsable. Ainsi le prix de statues anciennes, et l'espace nécessaire pour les exposer ne les rendaient accessibles, même en Italie, qu'aux très fortunés, tandis que les petits objets, surtout sur le territoire de l'ancien Empire romain, étaient à la portée des bourses plus modestes. De même, les tableaux, surtout les oeuvres de maîtres célèbres, pouvaient attendre des sommes énormes, tandis que les dessins et les estampes coûtaient en moyenne beaucoup moins cher. Mais les différences entre les deux grand modèles de collections tiennent principalement au fait que la République des Lettres les subordonne à des fins d'étude, tandis que les cours et ceux qui suivent leur exemple leur assignent comme but principal d'être agréables aux spectateurs, de plaire au regard" (POMIAN, *Des saintes reliques à l'art moderne. Venise-Chicago XIII^e-XX^e siècle, op. cit.*, p. 341).

⁴⁴⁷ "Ce sont donc les transformations internes de la République des Lettres qui permettent de comprendre, pour une part importante, l'évolution du contenu des collections et des manières de les classer et de les exposer entre le XVI^e et le XVIII^e siècle. Or elles confèrent un poids grandissant à la nouvelle science fondée sur l'utilisation des instruments d'observation et de mesure et sur l'apprentissage d'une manière de regarder les objets procédant avec méthode et faisant appel à la comparaison. Cette nouvelle science dont le nombre d'adeptes grandit, et qui s'oppose dans des controverses retentissantes à la tradition hermétique, à la magie, à l'astrologie, introduit aussi de nouvelles exigences concernant la nomenclature et les principes d'un ordre satisfaisant pour l'esprit. Dans le même temps acquiert un poids grandissant une nouvelle histoire qui vise à une connaissance du passé par l'intermédiaire des vestiges parvenus jusqu'à nous: des documents écrits mais aussi de toutes sortes d'objets dont on s'applique à tirer des renseignements sur ceux qui les ont laissés" (POMIAN, *Des saintes reliques à l'art moderne. Venise-Chicago XIII^e-XX^e siècle, op. cit.*, p. 342).

⁴⁴⁸ "Le passage des collections de la sphère du pouvoir à celle du savoir a pris des siècles: inauguré par les humanistes et intensifié à l'époque de la République des Lettres, il n'est arrivé à son terme que dans la seconde moitié du XIX^e siècle. Il s'exprimait en une dissociation spatiale des collections et du siège du pouvoir: parfois les collections étaient transportées ailleurs, en attendant que des bâtiments fussent édifiés pour les accueillir, parfois c'est le pouvoir qui abandonnait son ancienne demeure pour s'en offrir une plus confortable. Les collections changeaient de statut juridique en même temps qu'elles étaient ouvertes au public. Ce changement allait de pair avec la sécularisation des collections: (...). Par ailleurs, à partir du XVIII^e siècle, le choix des objets et leur disposition sont de plus en plus tributaires, d'une part, des sciences de la terre et de la vie et des sciences de l'homme, tant dans leur version herméneutique (histoire

Melo Moraes possuía em parte um sentimento presente em alguns colecionadores de curiosidades do início da Modernidade: o de que sua coleção era como a Arca de Noé, isto é, cumpria um propósito de salvação.⁴⁴⁹ Assim afirma Melo na "Carta Política" ao conselheiro Drummond, que abre *O Brasil social e político, ou o que fomos e o que somos*, de 1872:

Para a historia geral do Brasil ninguem, como eu, possuia um archivo mais copioso de documentos adquiridos á custa de imenso trabalho, de esforços, de grandes despesas e de favores, como os que devo a V. Ex. Ainda bem: fiz o que pude, constituindo-me o martyr pela historia do nosso paiz. *Para salvar das ruinas do tempo e da indifferença do governo imperial as noticias de duas épocas importantes da nossa existencia social e politica*, emprehendi, com os meus proprios recursos, a publicação da obra *Brasil-Reino e Brasil-Imperio*, que vem a ser a do governo portuguez no Brasil desde o dia 10 de Março de 1808 a 25 de Abril de 1821 e dahi até 1871.⁴⁵⁰

Aparece nesta passagem a ideia do autor como um mártir, sacrificando-se pela preservação dos registros da história, salvando-os da ruína, que Melo Moraes também expressa em outros escritos.⁴⁵¹ A "salvação" justificaria o modelo da compilação adotado por Melo Moraes, pois servia ao propósito de preservação dos documentos em impressos.

Melo Moraes, como Abreu e Lima, embora conhecesse certamente as mesmas regras da retórica quanto à composição dos gêneros historiográficos que seus contemporâneos, não enxergava o trabalho do historiador como muito diferente do compilador. José Honório Rodrigues aproxima ambos. De início, é verdade, os vê parecidos na desmedida pretensão com que se consideravam, cada qual se entendendo lido e citado em toda parte, no que parece um misto de vaidade e paranoia. A partir daí,

de l'art) que dans leur version naturaliste (anthropologie physique, archéologie préhistorique, ethnologie) et, d'autre part, de l'idéologie: de la croyance au progrès et du culte de la nation" (POMIAN, *Des saintes reliques à l'art moderne. Venise-Chicago XIII^e-XX^e siècle*, op. cit., p. 352).

⁴⁴⁹ TAN, Melissa. *The World at Home: Curiosity Collecting in the First Age of Globalisation, c. 1550-1750*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Warwick (Grã-Bretanha), setembro de 2010, p. 4. Disponível em <http://www2.warwick.ac.uk/fac/arts/emforum/projects/disstheses/dissertations/tanmelissa2.pdf>, acesso em outubro de 2013.

⁴⁵⁰ MORAIS, Alexandre José de Melo. *O Brasil social e político, ou o que fomos, e o que somos...* Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro & Comp., 1872, p. 8, grifo meu.

⁴⁵¹ Como em *À Posteridade*: "O trabalho que tinha ainda na imprensa, e entre mãos, era a Historia do Brasil escripta em presença dos documentos que lhe dão os foros de verdadeira e fiel, e com a qual tinha gasto a seiva do meu trabalho de medico, não só na aquisição dessas preciosidades, que desejava salvar das ruinas do tempo e do vandalismo da ignorancia, como com a impressão dos volumes já publicados, e com outras obras, que correm impressas. Os receios de ver perdidos os mais importantes documentos da historia patria me traziaõ continuamente mortificado o animo" (MORAIS, Alexandre José de Melo. *À Posteridade. O Brazil Historico e a Corographia Historica do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Pinheiro, 1867, 2^a ed., p. 34).

entretanto, Rodrigues passa a ver semelhanças ideológicas entre ambos: "Como Abreu e Lima, [Melo Morais] é anticlerical e contra a Santa Sé".

A semelhança da formação ideológica de Abreu e Lima e Melo Morais não passa despercebida dos que leem sua obra. Um claro sentimento religioso fora dos quadros da Igreja, um anti-clericalismo à flor da pele, preocupações políticas militantes, envolvendo inclusive a própria construção historiográfica. *A Independência e o Império do Brasil* [de Melo Morais, obra de 1877] relembra muito, nos seus processos, o *Bosquejo Histórico* [1835] do General Abreu e Lima, ambos retratando a vida contemporânea ao lado dos fatos passados e recriminando todos ou quase todos os homens públicos do Brasil. Ambos gostam de citar exemplos inesperados da história grega e romana, buscados em manuais franceses de divulgação.⁴⁵²

Uma formação religiosa forte pertence à biografia de ambos,⁴⁵³ conjugada com independência em relação à Igreja, que não chega, entretanto, nem em Abreu e Lima, nem em Melo Morais, a ser anticlericalismo, como diz José Honório; bem como uma crítica social e política que, no entanto, dificilmente culmina com uma contestação do modelo monárquico (o *Bosquejo* de Abreu e Lima, citado por Rodrigues, é escrito *contra* dois projetos que corriam na Câmara dos Deputados: um que propunha a mudança do sistema de governo para uma república democrática, e outro que pretendia a separação da Igreja brasileira do Vaticano). José Honório Rodrigues poderia ter aproximado o *Bosquejo de Brasil Social e Político, ou O que fomos e o que somos* (1872), de Melo Morais, em que este, em fins de encerrar sua participação como deputado na legislatura 1868-1872, descreve as mazelas da política do país em um texto duplo: nas notas de rodapé, transcreve sermões e cartas do padre Antônio Vieira, criando uma semelhança entre as críticas do jesuíta e as suas (e consequentemente, mostrando quão pouco mudara o Brasil).⁴⁵⁴

Os limites de suas autonomias e contestações transparecem por vezes, como no último ponto de semelhança que José Honório observa, a citação de autores gregos e romanos, que não deixava de ser uma tentativa de demonstração de pertencimento à

⁴⁵² RODRIGUES, "Melo Morais", *História e historiadores do Brasil*, op. cit., p. 96.

⁴⁵³ Melo Morais ficou órfão aos onze anos de idade, sendo criado por dois tios, um frei carmelita e um frei franciscano (biografia escrita por Pedro Paulino da Fonseca, publicada no *Cruzeiro*, de 23 de setembro de 1882, reproduzida em *O Dr. Mello Moraes. Homenagens - Juízos Postumos - Últimos Deveres*, op. cit., p. 58). Sacramento Blake, no entanto, minimiza a importância dos tios frades na educação do menino Melo Morais: "foi sua educação entregue aos cuidados de dois tios, ambos frades (...) os quais bem pouco se ocuparam com a educação de seu sobrinho" (BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, 1º vol., p. 34).

⁴⁵⁴ *O Brasil social e político, ou o que fomos, e o que somos...* op. cit.

cultura da classe dominante.⁴⁵⁵ Talvez uma formação e existência de "classe média", com a licença pelo anacronismo, aproxime essas figuras. Abreu e Lima e Melo Morais também mostrar-se-ão próximos em suas concepções de escrita da história, ambos ligando-se a modelos de escrita da história em processo de se tornarem ultrapassados.

Melo Morais como editor de textos históricos

O caso de "plágio" de Melo, em resumo, nos parece substancialmente semelhante ao de Abreu e Lima: não se trata efetivamente de plágio, no sentido de que Melo não procurou deliberadamente esconder os autores nos quais se baseou; o procedimento, nos parece, é o de compilação. A forma como o fez, porém, acarretará ainda outra crítica de Joaquim Norberto. Segundo Joaquim Norberto, a transcrição que fez Melo dessa crônica, no tomo III da *Corografia*, apresentaria incorreções em relação ao texto original, possíveis de serem vistas no confronto com a edição de Cândido Mendes de Almeida. Melo Morais não as nega:

Lendo as crônicas manuscritas, achei algumas tão mal redigidas, que me foi necessário, guardando o sentido, fazer supressões e redigir de novo, e outras em tal estado, à se não poder ler, como, por exemplo, a crônica do padre *João Felipe Betendorf*, que, para poder-se tirar o proveito desejado, tem necessidade, desde a primeira à última página, de ser redigida de novo, e estou muito persuadido que, se o Sr. Joaquim Norberto tivesse lido os manuscritos, como me aconteceu, deixaria de ser impertinente, e não se dar em espetáculo no Instituto (...).⁴⁵⁶

A alteração do texto justifica-se, segundo Melo, em proveito de sua inteligibilidade, e, principalmente, porque não fere o propósito principal, que é obter dos textos a verdade histórica: "servindo-me de manuscritos mal copiados, mal redigidos, e com citações latinas amontoadas, convinha suprimir o supérfluo, conservando o essencial, que é a verdade histórica; e nesse caso, não receei da fidelidade do meu ímprobo trabalho, e

⁴⁵⁵ Também aqui aproveitamos como sugestão um apontamento de Thompson para a sociedade inglesa do século XVIII: "Everything in the age of 'reason' and 'elegance' served to emphasise the sharp distinctions between a polite and a demotic culture. Dress, style, gesture, proprieties of speech, grammar and even punctuation were resonant with signs of class; the polite culture was an elaborated code of social inclusion and exclusion. Classical learning and an accomplishment in the law stood like difficult gates-of-entry into this culture: the grammarians must show his expertise in derivations and constructions, the politician a familiarity with the models of Rome, the poet and artist a fluency in classical mythology. These accomplishments both legitimated and masked the actualities of brute property and power, interest and patronage. A grammatical or mythological solecism marked an intruder down as an outsider" (THOMPSON, *op. cit.*, p. 110).

⁴⁵⁶ *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 605.

altamente dispendioso".⁴⁵⁷ O "essencial", a "verdade histórica", são os fatos, que Melo depura de todo o restante do texto. O que coloca um problema se considerarmos o propósito principal de Melo Moraes para organizar suas obras como o fazia: se a ideia era a preservação do documento, como poderia ser atingida se o documento era alterado na compilação?

A edição de Melo Moraes da crônica do padre José de Moraes, em comparação com a de Cândido Mendes de Almeida,⁴⁵⁸ funde alguns capítulos, e mesmo trechos dentro dos capítulos, por exemplo emendando parágrafos, sendo que Cândido Mendes ainda aduz algumas notas de rodapé explicativas. Em Melo Moraes existem algumas pequenas diferenças ortográficas em relação ao texto apresentado por Cândido, bem como de pontuação. Na organização do tomo III da *Corografia*, vemos que a crônica não aparece por ela mesma, antes vem dar sequência a um relato fornecido por outra obra compilada: a *Crônica da Companhia de Jesus da missão do Maranhão*, do padre Domingos de Araújo, um códice de 1720 que existia na Biblioteca Pública de Évora. (Se Melo não consultara alguma cópia existente em biblioteca ou arquivo do Rio de Janeiro, pode tê-la obtido da coleção de Drummond.) Mas a referência a esta crônica também é bem dispersa. É no começo de uma nova seção, cujo título também faz referência a uma "Chronica Manuscripta", que vemos aparecer o nome do autor, bem ao estilo das citações de Melo: "A casa de S. Paulo de Piratininga, conta o padre Domingos de Araújo, (...)" (grifo nosso).⁴⁵⁹ Nas páginas seguintes, várias vezes Melo vai repetir a mesma expressão. O título da obra só surgirá na p. 45, quando o autor (compilador) escreve: "Os missionários que saíram de Pernambuco para fundar, e dar princípio às missões do Maranhão, segundo refere o padre Domingos de Araújo, na Crônica manuscrita da Companhia de Jesus, do ano de 1720, foram os padres (...)",⁴⁶⁰ isto pouco antes de Melo terminar de usar a obra.⁴⁶¹

⁴⁵⁷ *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 605.

⁴⁵⁸ Cândido Mendes publica a crônica do padre José de Moraes nas suas *Memórias para a história do extinto estado do Maranhão*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio, de Brito e Braga, 1860, e em separado, MORAES, Padre José de. *História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará*, mesma editora e data de publicação. As *Memórias* estão digitalizadas pelo Senado Federal, acessíveis em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/182849>, acesso em maio de 2012.

⁴⁵⁹ MORAIS, Alexandre José de Melo. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil...* Rio de Janeiro: Tip. Americana de José Soares de Pinho, 1859, p. 19.

⁴⁶⁰ *Corografia histórica, op. cit.*, tomo III, 1859, p. 45.

⁴⁶¹ Encontramos, então, a obra de Domingos de Araújo graças ao artigo de CARDOSO, Alírio e CHAMBOULEYRON, Rafael. "Cidades e vilas da Amazônia colonial". *Revista de Estudos Amazônicos*. Vol 4, no. 2, 2009, p. 37-51, disponível em <http://www.ufpa.br/pphist/estudosamazonicos/arquivos/artigos/2%20-%20IV%20-%202%20-%202009%20-%20A%20Cardoso%20&%20R%20Chambouleyron.pdf>, acesso em maio de 2012.

Os padres Domingos de Araújo e José de Moraes foram praticamente contemporâneos no Maranhão, na primeira metade do século XVIII, a julgar por lista de jesuítas enviados àquela região que Melo transcreve.⁴⁶² Suas narrativas chegam a ser coincidentes no relato do que ocorrera com os padres Francisco Pinto e Luís Figueira, enviados ao Maranhão para fundarem missões. De modo que podemos ver a organização da narrativa de Melo, colando estas duas fontes, da seguinte forma: sua intenção era relatar as missões jesuíticas no Maranhão; a obra de José de Moraes, relativa a esta província, começa com a colonização do Maranhão pelos portugueses, um trecho que Melo parece julgar desnecessário, pois que pertenceria a outro momento do plano geral da *Corografia* (no tomo I). Portanto, começa com Domingos de Araújo, e passa a José de Moraes a partir do momento em que esta crônica passa a tratar exclusivamente do Maranhão, na história do ocorrido com os padres acima citados. Neste trecho, há uma sobreposição das crônicas, que Melo resolve via nota de rodapé: na nota 1, p. 51, introduz: "A história deste acontecimento é ainda contada, e justificada pelo cronista Jesuíta, José de Moraes, do modo seguinte: (...)", transcrevendo, então, este trecho da crônica. O rodapé com a transcrição ocupará então quase todo o espaço das páginas, até a p. 62, quando José de Moraes passa a ser compilado no corpo do texto, não mais no rodapé. Sem a crônica de Domingos de Araújo em mãos, temos dificuldade em perceber por que Melo deixa de transcrevê-lo, para usar José de Moraes. Este último pode ter tratado melhor do estabelecimento das missões, ou Melo pode ter optado por dar publicidade a ambas as crônicas, certamente pouco conhecidas, se não de todo ignoradas. Assim é introduzido o padre José de Moraes por Melo: "Para seguirmos as notícias, com a regularidade dos tempos, nos serviremos do que refere a Crônica manuscrita do Padre José de Moraes, redigida em 1759, que temos à vista, e como trabalho feito, e autorizado, aqui o copiamos".⁴⁶³ Existem elogios à crônica que talvez expliquem sua introdução na sequência da obra de Domingos de Araújo (acima vimos Melo dizer que a narrativa era "justificada", e aqui vemo-lo tratá-la como trabalho "autorizado", com autoridade sobre o que relata). Fato é que será este autor o guia de Melo Moraes para o restante do tomo III da *Corografia*.

Também fica evidente que Melo não o utiliza sem citar. Porém, se como forma de manejo de fonte escrita este procedimento já levantava ressalvas, como edição de manuscrito seus métodos também enfrentariam posições contrárias. Cândido Mendes de

⁴⁶² *Corografia histórica, op. cit.*, tomo III, 1859, p. 35-36.

⁴⁶³ *Corografia histórica, op. cit.*, tomo III, 1859, p. 62.

Almeida, no prólogo "Ao Público" de sua edição da crônica de José de Moraes, fala da importância do trabalho de "vulgarização" de obras "sepultadas no pó dos arquivos e expostas à perda irreparável", e ainda comenta que os habitantes das províncias encontravam-se impossibilitados de consultar os manuscritos guardados na Secretaria do Império (como a obra de José de Moraes). No entanto, faz uma advertência, ao defender a necessidade de edições: "É pois bem visível a necessidade da publicação dessas cópias por meio da imprensa, mas com certa ordem e classificação, para que a obra se não torne uma indigesta miscelânea, aglomerados sem crítica e sem nexo tantos materiais".⁴⁶⁴ A crítica parece sob medida para obras como a *Corografia*. De fato, num contexto mais amplo, edições textuais em que o editor tomava liberdades em relação ao texto original, como Melo, visando "facilitar" a leitura, tornar o texto mais palatável a seus leitores contemporâneos, perdiam espaço para edições críticas rigorosas, pautadas pelo esforço de reconstituição do texto original, com suas variantes e acompanhado de aparato crítico, como vinha se tornando regra na Alemanha desde o fim do século XVIII, nas edições de textos antigos e medievais, bem como na França, Itália e Portugal. E o autor que contrasta com Melo nas edições do padre José de Moraes pode ser considerado um dos responsáveis pela propagação de práticas eruditas mais rigorosas no Brasil.

Em 1870, Cândido Mendes de Almeida editou o *Código filipino* (conjunto da legislação das Ordenações filipinas, que em parte ainda tinha validade no Império brasileiro, na ausência de um código civil), precedido, em 1869, de um *Auxiliar jurídico* para sua melhor compreensão; na visão de Francisco Iglésias, um "exemplo de edição crítica, ricamente anotada do ângulo jurídico, filosófico, histórico".⁴⁶⁵ Sua edição contém "uma história do direito português, desde seus documentos medievais até 1603, bem como a matéria posterior, as leis extravagantes. Valeu-se das melhores edições, desde a primeira de 1603 até a de 1865, em trabalho severo de colação de textos. Completa seu *Auxiliar jurídico*, de 1869, valiosa compilação de textos fundamentais e de difícil acesso". Cândido Mendes também "reeditou *Princípios de direito mercantil e leis da Marinha*, de José da Silva Lisboa, em 1874 – dois volumes, com um prefácio de 648 páginas, com uma história do comércio. Se são obras jurídicas, têm profundo interesse histórico, pelas introduções e anotações".⁴⁶⁶

⁴⁶⁴ MORAES, Padre José de. *História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio, de Brito e Braga, 1860, todas as citações p. III.

⁴⁶⁵ IGLÉSIAS, *op. cit.*, p. 98.

⁴⁶⁶ *Ibidem*, p. 101-103.

Sua edição do *Código filipino* contém textos auxiliares de juristas, outras legislações relacionadas àquela que é apresentada, notas que explicam termos ou expressões e apresentam variantes do texto de acordo com outras edições, bem como índices. Na introdução (“Ao Leitor”) que faz ao *Auxiliar jurídico*, apêndice do *Código* saído antes deste, em 1869, Cândido Mendes apresenta a obra e justifica sua edição e a publicação. Coloca, pelo nosso entendimento, três propósitos principais: 1) disponibilizar um texto útil a quem estuda história do Direito e da Jurisprudência pátria, e também atual, visto que parte do código ainda estava em vigência; 2) fornecer aportes para “o conhecimento e inteligência” do texto,⁴⁶⁷ isto é, sua compreensão; 3) disponibilizar textos primários (legislações) e secundários (obras de juristas) importantes, mas de difícil acesso aos estudiosos, locados em coleções públicas ou particulares – fala em fornecer indicações ou mesmo poupar ao estudante “a fadiga e o tédio da pesquisa”,⁴⁶⁸ transcrevendo tais textos.

Cândido Mendes também foi possuidor de uma rica biblioteca e acervo de obras raras e manuscritos, e, também à semelhança de Melo Moraes, não deixou sua família em boas condições financeiras, quando de seu falecimento.⁴⁶⁹ Suas trajetórias, porém, os distinguem vivamente: Cândido Mendes era bacharel em direito (categoria que foi alvo constante de críticas de Melo Moraes), e chegou a senador do Império. Melo Moraes criticou, na ocasião em que fracassou a subscrição do governo para a *Corografia histórica*, o fato de Cândido Mendes de Almeida receber 20 contos do governo “por ter publicado os seus Mapas Geográficos do Brasil [o *Atlas do Imperio do Brazil* (1868)]”, ao lado de Pereira Pinto, que obteve “8 contos, por ter colecionado na legislação os tratados e feito notas, e a mim por ter escrito verdades irrefutáveis, mandou-se dar 200 réis por cada tomo da *Corografia Histórica*”.⁴⁷⁰ A ambos os autores Melo Moraes chama de “Sr. bacharel”.

Melo Moraes já havia, antes da *Corografia*, feito a edição de um documento histórico, em parceria com Inácio Accioli. Em 1855, ambos assinaram a publicação das *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, de Duarte de Albuquerque Coelho, marquês de

⁴⁶⁷ ALMEIDA, Cândido Mendes. *Ordenações Filipinas e Auxiliar Jurídico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. Edições fac-similares da edição de 1870, p. VII.

⁴⁶⁸ ALMEIDA, *Ordenações Filipinas e Auxiliar Jurídico*, op. cit., p. VI.

⁴⁶⁹ Sobre o espólio de Cândido Mendes cf. BESSONE, Tânia Maria. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, pp. 59-62.

⁴⁷⁰ *Brasil Histórico*, Ano V, 3ª série, 16 de agosto de 1873, p. 2.

Basto, sobre a guerra contra os holandeses em Pernambuco, a partir de 1630.⁴⁷¹ Apesar do crédito a Accioli, o trabalho parece ser basicamente de Melo, que assina as dedicatórias e deve ter feito as poucas notas de rodapé do volume. E o método de edição já apresenta seus conceitos: embora seja uma edição da obra em si (isto é, não faz parte de outro livro, como a crônica do padre Moraes se insere na *Corografia*), o título antecipa que se trata de memórias da guerra holandesa "*deduzidas* das que escreveu o Marquês de Basto" (grifo nosso), sugerindo que a transcrição do texto não é completa. O texto vem com a ortografia atualizada; em uma das dedicatórias da obra, a Antônio José da Costa, Melo afirma que o texto vem contar a luta contra os holandeses: "O como isto aconteceu, e os esforços que empregaram, dia por dia, os nossos maiores a sacudir o jugo holandês, é o que lhe ofereço, *vertido a nosso modo, para seu entretenimento nas horas de descanso*" (grifo nosso).⁴⁷² Em outra dedicatória, a Antônio Feliciano de Castilho, Melo afirma, sobre o conteúdo da obra: "Estes fatos que compilamos dos escritos de uma testemunha ocular, são as - Memórias Diárias da Guerra do Brasil com a Holanda, - que saem agora impressas em linguagem vernácula (...)".⁴⁷³ Sua edição não se define como uma edição fiel à obra original, antes uma dedução, ou compilação, daquela; e é passada para a linguagem contemporânea, de modo inclusive a poder ser lida para "entretenimento nas horas de descanso".

A edição tem apenas cinco notas de rodapé, concentradas nas cinco primeiras páginas (de um total de 164). Talvez a intenção fosse anotar o texto inteiro, e por questões de tempo ou viabilidade, não tenha sido possível realizá-la. Dessas notas, apenas uma é explicativa: onde o texto menciona vila de Olinda, a nota diz "Hoje cidade".⁴⁷⁴ Dentre as demais, uma pode ser considerada de corroboração ao texto, a respeito da disposição do povo português de sempre lutar contra o domínio estrangeiro; há uma nota sobre a importância, enquanto documento, de um discurso do padre Antônio Vieira (típica do pensamento extremamente favorável de Melo a respeito do jesuíta); uma nota contendo máxima geral que se aplica a caso mencionado no texto ("O segredo foi sempre a alma dos grandes negócios"⁴⁷⁵); e nota com críticas

⁴⁷¹ *Memórias Diárias da Guerra do Brasil por espaço de nove anos, começando em 1630 deduzidas das que escreveu o Marquês de Basto, conde e senhor de Pernambuco pelo Dr. Alexandre José de Melo Moraes e Inácio Accioli de Cerqueira e Silva*. Rio de Janeiro: Typ. de M. Barreto, 1855. Exemplar da Biblioteca do IEB/USP.

⁴⁷² *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, op. cit., p. VIII.

⁴⁷³ *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, op. cit., p. IV.

⁴⁷⁴ *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, op. cit., p. 5.

⁴⁷⁵ *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, op. cit., p. 2.

contemporâneas (isto é, ao Brasil de 1855), condenando a falta de proteção do governo à navegação no país (também expressando pensamento recorrente de Melo).

A edição de Melo Morais desta fonte importante de um dos acontecimentos que, naquele momento, vinha se constituindo num dos pontos mais importantes a serem abordados pelas obras de história do Brasil, as guerras contra os holandeses no Nordeste, não parece ter entrado no *corpus* de referências bibliográficas de ao menos uma parte de seus contemporâneos interessados em estudos históricos. Em carta de 3 de fevereiro de 1873, escrita em Viena, na Áustria, o então barão de Porto Seguro Francisco Adolfo de Varnhagen lembrava ao diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, "a conveniência de reproduzir (...) em castelhano as *Memórias Diárias* de Duarte d'Albuquerque, de que existe nessa Bib^a. [Biblioteca] um dos poucos exemplares *conhecidos no mundo*" (grifos no original).⁴⁷⁶ Varnhagen não menciona a edição de 1855 de Melo e Accioli, e é possível que, se a conhecesse, a julgasse no mínimo insatisfatória enquanto edição daquele texto. Sugere a Ramiz Galvão uma edição em castelhano, preocupado mais em reproduzir fielmente o documento original (publicado em castelhano em Madri, em 1654) que em apresentar obra palatável ao público original, como Melo Morais e Accioli.

Não se trata, evidentemente, de afirmar, como fizeram seus comentadores, o anacronismo dos métodos de Melo, seu descompasso em relação a (alguns) de seus contemporâneos, nem de fornecer justificativas para seu procedimento, mas de procurar entender como Melo Morais julgava contribuir para o conhecimento da história do Brasil. Claramente não via suas edições como comprometedoras do texto que era editado, isto é, considerava que parte do valor de suas obras vinha da publicidade que dava a manuscritos e obras raras, mesmo com as alterações que realizava nos textos. Entretanto, a combinação que fazia entre os textos demonstra que há um trabalho (para Melo, de historiador) entre as fontes e o leitor.

Melo Morais como compilador

O tipo de referência bibliográfica que fazia Melo Morais requereria um trabalho rigoroso de confronto entre seu texto e os autores que menciona; trabalho possível apenas até certa medida, já que muitas das fontes citadas são documentos (ou cópias de)

⁴⁷⁶ Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen datada de Viena d'Áustria a 3 de fevereiro de 1873 e dirigida ao Sr. F. Ramiz Galvão. Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 49, 3, 007, n° 033.

que Melo possuía, e cuja localização hoje é, por vezes, muito difícil.⁴⁷⁷ Observando seu padrão, menções como "Jaboatão diz que: (...)" (p. 211), "A crônica da Companhia diz que (...)" (p. 216), ou "Diz o autor do Dicionário Geográfico (...)" (p. 286), todas do tomo I da *Corografia*, em geral são o sinal de que, a partir dali, Melo reproduzirá o autor citado. É assim com Varnhagen, no exemplo que mencionamos anteriormente. A frase "O Sr. Varnhagen, na compilação que ultimamente fez dos acontecimentos dessas eras, diz que, (...)"⁴⁷⁸ introduz a reprodução de quase toda a seção II do tomo I da *História Geral*, inclusive notas de rodapé de fim de volume. Em alguns casos, o procedimento é um resumo do relato, como no trecho do texto inaugurado por "Francisco Pereira Coutinho não mandou foi mesmo povoar à sua Capitania [isto é, o donatário para lá se dirigiu pessoalmente para realizar o povoamento, se bem compreendemos o trecho], como assevera o padre Jaboatão, na *Chronica Serafica*",⁴⁷⁹ ao que se segue um resumo do que encontra-se na Estância VI da obra de Jaboatão,⁴⁸⁰ sobre a capitania da Bahia, no qual apenas as primeiras frases são textualmente iguais. Temos claro, de todo modo, que Melo se dá por satisfeito com este tipo de citação, mesmo quando o que a segue é a reprodução literal do texto utilizado.

Por várias vezes Melo usa a expressão "que temos à vista" ao mencionar algum documento que utiliza, marcando a importância do "ter visto", como se o historiador transferisse o critério da testemunha ocular para a própria pesquisa.⁴⁸¹ É interessante notar que o fato de apenas o autor ter diante de si o documento não parece constranger seu uso. Isto é, a noção de que a citação serve como meio para a verificação aqui toma

⁴⁷⁷ Como a referência à página 227 do tomo I: "Em um manuscrito antigo que possuímos (...)".

⁴⁷⁸ *Corografia histórica, op. cit.*, tomo I, 1858, p. 79.

⁴⁷⁹ *Corografia histórica, op. cit.*, tomo I, 1858, p. 297.

⁴⁸⁰ JABOATÃO, Frei Santa Maria de. *Novo Orbe Seráfico Brasílico, ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil*. Volume I. Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense, 1858, p. 120 e seguintes. Primeira edição: Lisboa, 1761. Esta impressão de 1858 foi mandada fazer pelo IHGB.

⁴⁸¹ O *ter visto pessoalmente* aparece como meio de comprovação da existência de uma fonte; podemos observar casos semelhantes em outros autores, com Varnhagen. Em meio ao relato da invasão da Bahia pelos holandeses, no século XVII, Varnhagen menciona uma estampa gravada na Holanda comemorando a invasão de Piet Heyn, e afirma, em nota: "O original dela vimos em Amsterdã, em casa do bibliófilo Muller, em setembro de 1853" (*História Geral*, tomo I, 1854, p. 353). Em outro momento, a presença do autor como testemunha ocular da documentação serve mesmo de comprovação para o que escreve. Sobre um suposto plano do Cardeal D. Henrique, sucessor de D. Sebastião, de se casar para manter a coroa em Portugal (acabaria passando à cabeça de Felipe II de Espanha), Varnhagen afirma, em nota: "A tal respeito vimos em Espanha uma carta autógrafa do cardeal-rei [D. Henrique] anunciando a Felipe II o seu projeto" (*História Geral*, tomo I, 1854, p. 279). A questão do *olhar* no projeto historiográfico do IHGB aparece desde cedo, embora referido, em geral, a localidades geográficas que pudessem ser consultadas *in loco*, para dirimir dúvidas existentes nos textos. Entretanto, cremos poder estender aqui esta lógica para a consulta a documentos, afirmando, com Manoel Luiz Salgado Guimarães, que "O olhar assegura então a possibilidade de prova" (GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil", *op. cit.*, p. 112).

outro sentido. Não se pode, a não ser com anuência de Melo, nesse caso, o proprietário do documento, verificar se de fato este contém o que o autor afirma que ele contém. Mas isso não parece preocupar os autores; Melo é capaz, várias vezes, de dizer a origem do documento que possui (com muita frequência o arquivo de Vasconcelos de Drummond), como que fornecendo os subsídios para que se aceite a existência do papel. E sua pessoa, na afirmação de que tem o documento diante de seus olhos (e, por conseguinte, não tem como errar o que está escrito nele - só o faria por descuido ou má-fé, uma acusação grave a sua honra), é a garantia de que a trasladação que fez, do conteúdo da fonte para seu próprio texto, foi fidedigna.

Na segunda parte do tomo I, Melo Moraes, pretendendo tratar de eventos relativos ao governo de Mem de Sá, expõe seu método: "Para darmos um conhecimento amplo do que se passou desde o dia 20 de janeiro de 1567, até a partida de Mendo [*sic*] de Sá, seguiremos o autor da crônica manuscrita que temos à vista, expondo os acontecimentos, e trasladando os documentos comprobatórios dos fatos, pelas vitórias alcançadas nesse dia de 20 de janeiro (...)".⁴⁸² A última frase mostra que Melo emenda o início da narrativa de uma vez, sem quebra de pontuação. Não conseguimos identificar a fonte manuscrita utilizada, mas interessa-nos chamar a atenção para sua preocupação, nesse caso, com apresentar os "documentos comprobatórios dos fatos". Em nota de rodapé algumas páginas adiante, Melo pôde, com suas pesquisas, comprovar o que afirmava sua fonte-guia. Onde o texto diz: "Os Jesuítas para os terem [aos índios] mais contentes, casavam-nos com as escravas (1)", a nota lê: "Do livro de batismos, casamentos e óbitos da Igreja de S. Francisco Xavier do Engenho dos padres da Companhia de Jesus, desde o ano de 1641, que temos à vista, se vê, que o número de escravos que possuíam os Jesuítas em suas fazendas, era prodigioso, pelo número de batizados de escravos que esses livros contêm, e para comprovarmos que eram na maior parte escravos os que nas fazendas se batizavam, transcrevemos o que se lê à pág. (...)".⁴⁸³ O raciocínio do texto é o seguinte: os jesuítas, ao casarem os índios com as escravas, escravizavam sua prole, aumentando seu próprio contingente de escravos; o que Melo *comprova*, observando a grande quantidade de escravos batizados os engenhos de propriedade dos jesuítas. Aqui temos um caso em que mesmo a compilação não exclui o uso da nota de rodapé como instrumento comprobatório, fundamentando o texto compilado em algo mais que sua própria autoridade.

⁴⁸² *Corografia histórica, op. cit.*, tomo I, segunda parte, 1863, p. 242.

⁴⁸³ *Corografia histórica, op. cit.*, tomo I, segunda parte, 1863, p. 252-253.

O espaço verdadeiro para transcrições e comentários era o rodapé; em alguns trechos de suas obras o rodapé toma o espaço da página quase inteira, deixando ao corpo do texto uma única linha. As notas de rodapé de Melo chegavam a ter suas próprias notas de rodapé, que ele denominou "subnotas"⁴⁸⁴, ou dele, ou devidas ao fato de que quando transcrevia algum texto que tivesse notas, incluía as mesmas. E isto era planejado desde seus rascunhos: o rascunho de uma "História dos ministérios", por exemplo, guardado na Biblioteca Nacional, vem com as notas de rodapé já escritas à mão por Melo; inclusive um trecho em que há uma nota de rodapé de três páginas, que deixa o corpo do texto com apenas três linhas.⁴⁸⁵

Suas notas não serviam exclusivamente para comprovar o que dizia o texto; pois também a escrita da história não teria como única finalidade o relato verdadeiro dos fatos. Melo revestirá de outras funções o estudo da história, pensando em seus efeitos sobre o povo. Em *À Posteridade* (1867), ao falar da situação das eleições no Brasil, onde "em lugar de virem representantes da Nação vêm para o Parlamento os representantes do governo", aponta que

O povo que se sujeita a estas dolorosas condições não tem dignidade: é um povo servil e incapaz de ter nacionalidade; mormente vendo que os males, que têm pesado sobre seu país, têm dependido do mau uso que têm feito do mais sagrado de seus direitos. *E, se a história e os fatos não bastão para despertar nele os sentimentos de sua dignidade, mostrando-se sobranceiros às exigências tortuosas do poder, na livre escolha de quem o represente, então não se chame [este povo] de livre, e espere mais tarde pelas cadeias da escravidão [grifo nosso].*⁴⁸⁶

Trata-se de um escrito de polêmica, mas no qual Melo atribui à história a capacidade de reverter o quadro político, mostrando ao povo sua dignidade e sobrançeria, impedindo que se curve diante do governo. A *Crônica Geral* (1879) parece imbuída deste espírito, relatado na explicação de Melo de por que se dedicou à história do Brasil: "Há caminho de 32 que coleciono documentos originais e cópias autênticas, em proveito da história do Brasil, *porque reconheci que um povo que não sabe a sua origem, e nem o que praticaram os seus maiores ignora tudo não tem passado, vive do presente* [grifo nosso]; e por isso é, que os nossos homens de Estado, conservam o país como ele se acha, porque não o conhecem; porque não estudam; e porque não querem escavar, nem

⁴⁸⁴ Ou "sobnota", no original; *Corografia histórica*, op. cit., tomo II, 1859, p. 241, nota 1.

⁴⁸⁵ Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I-35, 10, 42. Caderno de Melo Moraes.

⁴⁸⁶ *À Posteridade. O Brasil Histórico e a Corographia Histórica do Império do Brasil*. op. cit., 1867, 2ª ed., p. 35-36.

gastar as somas iguais as que tenho despendido para o estudar e conhecer".⁴⁸⁷ Essa função política, ou cívica, da história realiza-se por meio da erudição: *os fatos* levam ao conhecimento do país e à dignidade de seu povo. Como afirmara na *Corografia*, tomo I, segunda parte (1863): "como historiador não nos é dado lisonjear ao poder, se o não merece, nem mentir aos homens: pois o povo não deve ignorar os atos do governo que dirige os destinos da nação, e como nos encarregamos de numerar os fatos de que se compõe a história do Império do Brasil, faremos deles por ora um ramalhete, para o desfolhar na continuação do nosso trabalho".⁴⁸⁸ Melo Moraes escreve em outro momento da história do país, quando a estabilidade do Segundo Reinado começava a vacilar (pouco depois, com a Guerra do Paraguai, se abriria fase de críticas mais duras, na sociedade, a D. Pedro II e ao sistema político). Nosso autor via efeitos até mesmo políticos da leitura e do estudo da história do Brasil, mas colocava-se sempre de forma de certo modo humilde, e restringindo seu trabalho à erudição: tudo o que fazia era "numerar os fatos de que se compõe a história do Império do Brasil".

As notas terão ainda outras funções. A transcrição de documentos é uma das principais, em relação com o texto que não é sempre de prova; a vulgarização das peças documentais também as justifica. A relação com o texto poderia ainda ser alternativa: a nota fornece texto com outra versão daquilo que é narrado no corpo, como no caso das narrativas concomitantes das crônicas dos padres José de Moraes e Domingos de Araújo, que citamos acima. O uso da nota de rodapé que caracterizará *O Brasil Social e Político* (1872), antecipado no quinto volume da *Corografia* (1863), qual seja, compor uma dupla narrativa formada com o que diz Melo sobre os costumes políticos e sociais do país e o que escrevera, na colônia, o Padre Antônio Vieira, é um caso que, a nosso ver, revela o sentido que Melo dava à importância do conhecimento da história do país para o povo e especialmente pelos seus governantes. É assim que, na segunda parte do tomo I da *Corografia*, ao tratar das maneiras (imorais) de enriquecimento de homens do governo, às custas do governo, Melo se exprime, na nota de rodapé:

Estamos retratando os tempos, e referindo verdades, que estão na memória de todos [refere-se aos casos contemporâneos de enriquecimento], e não juntamos os documentos, que temos, para não expormos os indivíduos, por seus nomes, à irrisão da posteridade. Memoramos os fatos, para emenda dos futuros servidores do Estado, à ficarem certos, que os atos do governo, mais cedo, ou mais tarde entrarão no domínio da história. E não é de hoje, que os meios de engrossar fortuna, por vias tortuosas, são censurados pelos homens

⁴⁸⁷ *Crônica Geral* (1879), *op. cit.*, p. 9.

⁴⁸⁸ *Corografia*, tomo I, segunda parte, p. 312.

honestos de todos os tempos. Sobre este importantíssimo objeto, há duzentos e oito anos (1655) falou o célebre padre Antônio Vieira, no seu famoso discurso do Bom Ladrão, pronunciado na igreja da Misericórdia de Lisboa, o qual, tendo sido proferido nos tempos do despotismo, podemos reproduzi-lo nos tempos constitucionais. O discurso do grande padre Antônio Vieira, pregado na igreja da Misericórdia de Lisboa, não sendo conhecido da máxima parte dos leitores, o reproduziremos para mostrar que nesses tempos chamados do despotismo, e em presença do rei, e da corte portuguesa, esse grande varão, e o maior orador do seu século, se exprimiu com a franqueza que lhe era própria, nos termos seguintes: (...).⁴⁸⁹

Ao que se segue a transcrição do dito sermão. O texto desta nota de rodapé inclui, no nosso entendimento, um resumo de pontos importantes do pensamento de Melo. Um deles é sua crença na *posteridade* como redentora dos males e injustiças contemporâneos. Melo cria que, no futuro, toda a falta de apoio e dissabores que sofreu seriam recompensados, quando suas obras fossem lidas por estudiosos da história do Brasil. Também acreditava que os homens desonestos e corruptos de seu tempo, aos quais não viu punição alguma, receberiam, na condenação da posteridade, aquilo que lhes cabia; a memória receberia a censura que os indivíduos não tiveram. Pois o alerta de Melo, no início do trecho acima, é que, ainda que nada ocorresse, naquele momento, aos que se aproveitavam do governo, seus atos estavam sendo registrados para as próximas gerações os conhecerem. E, neste trabalho de registro para a posteridade, não apenas a escrita da história era necessária, mas (em igual medida, senão maior, para Melo) o era também o *coleccionamento dos documentos* que comprovariam a corrupção, aparecendo aqui uma razão de ser moral e histórica para seu colecionismo, ao menos no que concerne documentos de história contemporânea. Ao invocar o padre Vieira, Melo vai deixar de "viver no presente", na expressão que utilizou na *Crônica*, para mostrar que não era "de hoje, que os meios de engrossar fortuna, por vias tortuosas, são censurados pelos homens honestos de todos os tempos". Note-se ainda, que Melo estabelecesse uma linhagem entre ele mesmo e o padre Antônio Vieira: são os "homens honestos de todos os tempos" censurando e denunciando a imoralidade; seu trabalho equivale ao do padre, no sentido de que a *posteridade* poderia lê-lo como ele lia Vieira. (Isto é, poder-se-ia escrever uma obra sobre a corrupção na política atual do país, transcrevendo no rodapé Melo Moraes com alguma forma de introdução semelhante: "já no século XIX Melo Moraes censurava etc.etc.". Talvez Melo tivesse esperança, porém, de que, lidas suas obras, os costumes políticos mudassem no Brasil.) Além destes

⁴⁸⁹ *Corografia*, tomo I, segunda parte, p. 323.

pontos, há um de particular relevância para nós, que é uma das justificativas que Melo apresenta para a transcrição do sermão: "não sendo conhecido da máxima parte dos leitores (...)", ou seja, a necessidade de vulgarização, de tornar vulgar, comum a todos, um documento de nossa história. Cabe ainda relevar a expressão "Memoramos os fatos"; Melo usa com frequência o verbo *memorar* para definir seu trabalho; "Memorar", no dicionário de Moraes Silva (parente de Melo Moraes, por sinal) de 1831, aparece como "Fazer memória, lembrar".⁴⁹⁰ Transmitia assim, a nosso ver, o senso ao mesmo tempo humilde e agudo de que seu ofício era apresentar simplesmente os fatos, por si só já capazes de despertar o leitor.

Mas as notas podiam também conter informações complementares ao texto, ou mesmo comentários do autor, como vimos também em Varnhagen e Abreu e Lima. Existem inúmeros exemplos do primeiro tipo de nota, principalmente no tomo I, segunda parte (1863), da *Corografia*. Do segundo tipo, temos casos em que o rodapé chega a tornar-se o espaço da ironia, como quando Melo comenta, em uma nota do mesmo volume da *Corografia*, sobre um Marquês de Vagos, que durante a saída confusa da corte de Lisboa para o Brasil, no final de 1807, escrevera um rude aviso pedindo que se fretasse um iate para transportar carruagens e arreios da casa real: "Este marquês de Vagos, que fez e assinou esta peça de eloquência gramatical e ortográfica, era tenente-general, conselheiro de guerra, e estribeiro-mor, etc. No Rio de Janeiro foi comandante das armas, e era consultado em muitos negócios!!!".⁴⁹¹

A relação das notas de rodapé com o texto, em Melo Moraes, poderia assumir várias formas, principalmente porque, como apontamos, ele rejeitou a ideia de apêndices documentais, dispondo todo o aparato erudito no rodapé, junto com transcrições de documentos e comentários diversos; o rodapé era o espaço indistinto de práticas diferentes. Melo optou por não separar as extensas transcrições documentais das páginas da obra, malgrado a disposição visual resultante e mesmo os efeitos sobre a leitura que sua opção certamente provocava (e provoca até hoje); já que, se pararmos a leitura do texto para ler o documento transcrito no rodapé, temos depois de voltar muitas páginas para retomar a exposição que deixamos em suspenso. De certa maneira parece natural que uma obra em que as fontes utilizadas se confundem com o texto do autor não tenha separação entre texto e fontes transcritas, como as primeiras edições da

⁴⁹⁰ MORAIS SILVA, Antônio de. *Dicionário da Língua Portuguesa*, 4 ed. Tomo II, F-Z. Lisboa, na Impressão Régia, 1831.

⁴⁹¹ *Corografia*, tomo I, segunda parte, p. 57, nota 1.

História Geral de Varnhagen (que transcreve documentos em separado, nas notas ao final do tomo) e do *Compêndio* de Abreu e Lima, que tem um apêndice documental separado do texto. Vale distinguir que Abreu e Lima essencialmente compilou autores de estudos históricos; enquanto Melo Moraes mesclava em sua compilação obras de história (como a *História Geral* de Varnhagen, no exemplo que expusemos acima) e crônicas manuscritas, copiadas diretamente dos arquivos, que estariam mais próximo do que chamaríamos de "fontes primárias".

Vale observar a diferença entre o modo como Melo Moraes faz a compilação nestes tomos II, III e IV, e como fez nos tomos I e II, na seção sobre a questão de limites da Guiana. Nesta última, o autor apresentou uma narrativa sua do problema, com seus comentários e sua defesa da interpretação brasileira dos limites, calcada nas memórias que transcreveria a seguir, mas com uma separação marcada entre *seu* texto e a *compilação*. Nos outros tomos, seu texto praticamente some, e seu trabalho transforma-se na articulação da compilação, na emenda e adaptação dos textos que entremeia. A nosso ver, a diferença estaria nos propósitos de cada parte. Na questão de limites, o texto tem caráter demonstrativo; nos outros tomos, há uma preocupação do autor em dar-lhe um aspecto narrativo, de fluidez, que o faz emendar os textos e intercalá-los em algum tipo de ordem. O problema de adaptar o texto, de alterar sua gramática, inexistiu nos textos das questões de limites, pois são todos recentes, não apresentando os mesmos elementos de estranhamento para o leitor contemporâneo contidos nos textos antigos. Cada texto transcrito na questão de limites é uma unidade, demonstrando o direito brasileiro, propondo estratégias diplomáticas, fazendo a crítica da conduta do governo; cobrindo todos os aspectos da questão, ao menos no entendimento de Melo Moraes.

O fim da polêmica no IHGB

Fechemos a volta iniciada com a polêmica entre Melo Moraes e Joaquim Norberto. A discussão atingiu, como a de Varnhagen e Abreu e Lima, níveis pessoais. Melo consultou a crônica do padre José de Moraes e outros documentos no arquivo da secretaria do Império, onde trabalhava Norberto. Para além dos questionamentos de

Melo quanto à ascensão de Norberto no funcionalismo público,⁴⁹² dois aspectos se destacam aqui: o trabalho de Melo Moraes em arquivos públicos e, novamente, sua "independência".

Melo Moraes relata: "Ainda o Sr. Joaquim Norberto era empregado na província, já eu no ministério do Sr. conselheiro Pedreira, e em seguida no do venerando Sr. marquês de Olinda, pesquisava nos arquivos, o que me convinha para meu trabalho, chegando mesmo a ter empregados meus no arquivo público, por mais de dois meses, copiando documentos".⁴⁹³ Acrescenta, em nota, que ouviu, no arquivo, ser apenas a quarta pessoa a consultar documentos desde que o arquivo se estabeleceu; sendo as outras três estrangeiras, segundo lhe teriam dito. O "Sr. conselheiro Pedreira", Luiz Pedreira do Couto Ferraz (depois barão do Bom Retiro), foi ministro do Império no Gabinete da Conciliação (6 de setembro de 1853), permanecendo no posto até 4 de maio de 1857. Quando, nesta data, assumiu um novo gabinete, ocupou a pasta do Império o marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima, que havia sido regente de 1837 até a Maioridade de D. Pedro II. Olinda já não serviu mais na pasta no gabinete seguinte, de 12 de dezembro de 1858,⁴⁹⁴ o que dá uma margem de cinco anos para o período em que Melo diz ter feito suas pesquisas no arquivo da secretaria do Império; o mesmo marquês voltaria à pasta do Império, pouco depois do momento em que Melo escrevia contra Norberto.⁴⁹⁵ Em sua resposta, Melo Moraes sugere que pôde emprestar o manuscrito no arquivo da secretaria do Império, restituindo-o depois: "Como já disse, depois que restituí os manuscritos da nação, à secretaria do império, foi que o Sr. bacharel Cândido Mendes pediu a *Crônica do padre José de Moraes*, e a fez imprimir (...)".⁴⁹⁶

Possuir "empregados" seus trabalhando no arquivo, isto é, copiando documentos, ajuda a entender ainda melhor a formação de sua coleção pessoal; bem como os custos que envolviam suas pesquisas, e, conseqüentemente, a feitura de suas obras históricas. Um ponto que Melo Moraes não deixa passar em sua resposta a Joaquim Norberto: Melo relata despesas com a impressão, com copistas e na aquisição de manuscritos,

⁴⁹² "O que é, o Sr. Joaquim Norberto deve-o ao ser exclusivamente membro do Instituto Histórico, e nada mais, que o metamorfoseou de empregado subalterno de uma repartição provincial, em chefe do arquivo de secretaria de estado" (*Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 604).

⁴⁹³ *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 604-605.

⁴⁹⁴ Informações sobre os gabinetes ministeriais na *História do Brasil-reino e Brasil-império* (Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro & Comp., 1871, tomo I), p. 438-439.

⁴⁹⁵ Melo assina esta parte do "Apenso" à *Corografia*, de onde extraímos as citações contra Norberto, "Rio de Janeiro, 1862", citando a seguir cartas (a que nos referiremos adiante) de janeiro de 1862; o marquês de Olinda voltaria a ser ministro do Império em maio de 62, permanecendo (com um breve intervalo entre outubro e novembro de 62) até a ascensão do gabinete de 15 de janeiro de 1864.

⁴⁹⁶ *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 606.

onde poderia chegar a gastar muito.⁴⁹⁷ Seu relato faz crer que sua situação financeira, então, era confortável; mesmo que a história lhe custasse sacrifícios (de tempo e dinheiro, como afirma acima), a capacidade de realizar seus projetos, como a *Corografia*, certamente o coloca em posição diferente. Abreu e Lima viveu situação semelhante, empregando tempo e dinheiro na *Sinopse*, que diz ter lhe custado "mais de quatro contos de réis".⁴⁹⁸

Vale notar que o debate com Joaquim Norberto não parece se estender a todo o IHGB. Ao discutir o parecer de Pedro de Alcântara Bellegarde, Melo adota outro tom, restringindo-se às questões historiográficas; o que talvez seja devido à estatura política e social maior de Bellegarde, em relação a Norberto (aquele chegara inclusive a ministro, já antes dessa polêmica, no próprio Gabinete da Conciliação). Mas a polêmica entre Melo e Norberto termina devido à intervenção de uma figura que Melo mantém anônima. Quando se preparava para continuar seus ataques a Norberto (alegando que este havia tratado de sua vida pessoal em novos ataques, na imprensa), Melo recebe carta, de 21 de janeiro de 1862, pedindo-lhe, como favor, que encerrasse a polêmica, que já descera "ao terreno da personalidade", garantindo-lhe o interlocutor que Norberto também deixaria o campo de batalha.⁴⁹⁹ Melo lhe responde na mesma data, chamando o correspondente de Vossa Excelência, e assegurando-lhe que interromperia as agressões (à exceção do último artigo que havia escrito, que já estava para sair, no dia seguinte, na imprensa). Garante, no artigo em que finalmente dá por encerrada a discussão, que apenas a abandona por causa da intervenção desse "ilustre cavaleiro".⁵⁰⁰

Quem seria o pacificador, nos é difícil mesmo conjecturar, embora deva tratar-se de alguém do IHGB. De fato, Melo não deixa de, como antes, manter contato com o Instituto. Pouco depois dessa polêmica, em novembro de 1863, Melo escreve carta ao já

⁴⁹⁷ "Note-se que vou imprimindo minha *Corografia* com o meu dinheiro, sem importunar a pessoa alguma com subscrições, nem mesmo tenho pedido o favor da imprensa para a recomendar à consideração da sociedade, gastando com cada volume para mais de 2:000\$, sem falar na gratificação que dou aos copistas, e na compra de manuscritos, que tenho havido, alguns a peso de ouro. Unicamente por utilidade dos meus compatriotas, vou sacrificando o meu tempo, e o meu dinheiro, sem aspirações, e nem interesse de qualidade algum, porque ainda não fiz valer os meus serviços à pátria, e nem aos meus semelhantes, para obter dinheiro das administrações provinciais, e nem empregos do Estado, pois, o que tenho feito é voluntário, e sem pensamentos interesseiros. Bom ou mau, eu ou produzindo em proveito do país, sem pesar sequer de leve aos cofres da nação, enquanto que o Instituto Histórico, com 5:000\$ que anualmente lhe consigna o orçamento geral, além do mais que percebe, a não serem as atas e discursos, apenas faz aparecer uma ou outra memória sobre um ponto especial da história do Brasil". *Corografia histórica*, op. cit., tomo IV, 1860, p. 606.

⁴⁹⁸ *Sinopse*, op. cit., p. 436.

⁴⁹⁹ *Corografia histórica*, op. cit., tomo IV, 1860, p. 608.

⁵⁰⁰ *Corografia histórica*, op. cit., tomo IV, 1860, p. 609. A carta que recebeu, sua resposta (sem o nome do correspondente) e seu último artigo estão reproduzidos no "Apenso".

citado cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, então primeiro secretário do IHGB, oferecendo-lhe a biografia do Barão de Cairu, Bento da Silva Lisboa, que escrevera, apresentando-lha como apontamento biográficos "do nosso am^o [amigo]" Barão de Cairu.⁵⁰¹ O Instituto acusa o recebimento no tomo da *Revista* do mesmo ano de 1863, ao lado do primeiro volume da segunda parte da *Corografia histórica*, também de 63.⁵⁰² Vale dizer que, durante a elaboração da *Corografia*, em outubro de 1859, Melo escrevera ao mesmo Fernandes Pinheiro, pedindo acesso ao arquivo do Instituto, para consultar escritos sobre plantas e sobre a legislação acerca dos índios.⁵⁰³ Fernandes Pinheiro não deve ser o interlocutor que consegue por fim à querela de Melo com Joaquim Norberto, pois Melo o trata por Vossa Senhoria, não Vossa Excelência, nas cartas. De todo modo, cremos ser possível afirmar que a polêmica não se alastrou para as relações de Melo Moraes com o IHGB, como um todo. O autor manteve-se mais ou menos nas mesmas bases com o Instituto; pode ter usado o acervo de lá, ocasionalmente, em suas pesquisas (até porque, ao fazê-lo, não necessariamente precisava ir até lá pessoalmente, como sugere na carta de 23 de outubro de 1859 a Fernandes Pinheiro⁵⁰⁴), e continuou a ofertar suas obras ao Instituto,⁵⁰⁵ bem como manteve boas relações com o primeiro secretário Fernandes Pinheiro, e possivelmente com outros membros.

Melo Moraes, erudição e história

Melo Moraes rebate as críticas de Joaquim Norberto basicamente devolvendo a acusação de plágio. Segundo Melo, Norberto valeu-se de "*erudição alheia* [grifo no original]" ao apresentar "em desforra o parecer que leu no Instituto Histórico, pois estou certo, que se lhe não inspirassem, e o manuscrito não estivesse impresso [por ele e por

⁵⁰¹ Carta de Melo Moraes ao Cônego Fernandes Pinheiro, s. l., 20 de novembro de 1863. Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Coleção José Carlos Rodrigues, I-03, 12, 066.

⁵⁰² *RIHGB*, tomo 26, 1863, p. 971.

⁵⁰³ Carta de Melo Moraes ao Cônego Fernandes Pinheiro, s. l., 23 de outubro de 1859. Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Coleção José Carlos Rodrigues, I-03, 12, 065.

⁵⁰⁴ Onde pede que Fernandes Pinheiro encarregue as obras que pediu a um "Snr. Coelho". Carta de Melo Moraes ao Cônego Fernandes Pinheiro, s. l., 23 de outubro de 1859, *op. cit.*

⁵⁰⁵ No "Relatório" de Fernandes Pinheiro referente ao ano de 1863, logo após a polêmica, o primeiro secretário do Instituto informava: "Continua a obsequiar-nos o Sr. Dr. Mello Moraes com a pontual remessa dos seus trabalhos históricos e biográficos", e lista os envios que Melo havia feito naquele ano de suas publicações (*RIHGB*, tomo 26, 1863, p. 923). A "pontual remessa" continuaria nos anos seguintes, até pelo menos 1872.

Cândido Mendes]", Joaquim Norberto não teria vindo "em pleno Instituto mostrar a erudição que não possui".⁵⁰⁶

Melo Moraes considerava-se um erudito. Entendia, já nesse momento, e será assim, cremos, por toda sua vida, que sua grande contribuição à história (isto é, à historiografia) do Brasil é dupla: divulgar documentos e obras pouco conhecidos, ou de difícil acesso; e estabelecer fatos, de forma imparcial e desacompanhada de juízos de valor. Procurou "vulgarizar" documentos históricos, resolver dúvidas da nossa história, contribuir para questões da ordem do dia, como as negociações de limites, tal como os demais autores de estudos históricos de então. Seus métodos não eram por completo anacrônicos, já que a compilação ainda era utilizada para a confecção de obras de historiografia, como vimos com Abreu e Lima. Decerto, a compilação encontrava seus críticos, em geral dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para infelicidade dos compiladores. A escrita da história de Melo também tinha a erudição como um fundamento. Erudição que para Melo era o saber, obtido com pesquisas em arquivos, contatos pessoais, dispêndio de dinheiro. Se a erudição viesse de outro autor, não havia problema em dispô-la.

Abrimos este capítulo com a colocação de José Honório Rodrigues, dizendo que Melo Moraes foi "uma figura estranha na história da História do Brasil". A afirmação, por mais que pareça à primeira vista natural, quando observamos a singular trajetória de Melo e suas peculiares obras, é entretanto problemática. Primeiro porque supõe que existam figuras "normais" na história da História do Brasil do século XIX, quando não havia faculdades de história e uma organização corporativa de formação de historiadores. "Estranho" também tem o sentido de externo, alheio, e, se assim o for, Melo pode ser considerado externo ao IHGB (embora nem tanto, como vimos) ou à escrita da história de autores como Varnhagen, Joaquim Norberto e Cândido Mendes de Almeida. Mas, de fato, num cenário como o Brasil do século XIX, Melo talvez reunisse todas as condições "normais" para escrever história. Como o vimos afirmar, "Para se haver todos os documentos indispensáveis à história da nação, era preciso ter-se relações nas várias camadas sociais, persistência em adquiri-los, e disposições e meios para despende dinheiro; e me achando eu nestas condições, levei a efeito o meu empenho, e posso, sem receio de ser contrariado, dizer que possuo o Brasil documental desde 1501 até o presente". Da forma como coloca, ser historiador era quase que uma escolha natural para ele. O que parece surpreender seus comentadores é Melo ter escrito

⁵⁰⁶ *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 606.

história da forma como escreveu. Esperamos ter iluminado um pouco esse ponto, notando que seus modelos não eram de todo "estranhos", e serviam aos propósitos correntes para se escrever história do Brasil naquele momento. Em um contexto em que a erudição era importante, Melo Moraes procurou demonstrá-la afirmando-se como colecionador, como vulgarizador de fontes, como investigador dos fatos da história do Brasil. Mesmo que não tenha sido bem-sucedido, por meio dele acreditamos poder ver alguns dos caminhos e sentidos da erudição na historiografia brasileira oitocentista.

Melo Moraes consegue, entretanto, se firmar como um dos autores importantes na bibliografia sobre a questão da Guiana, sobretudo pelas memórias transcritas na *Corografia*. Cândido Mendes de Almeida o utiliza como fonte na elaboração dos mapas da região para o *Atlas do Imperio do Brazil* (1868),⁵⁰⁷ uma das obras que recebeu a subscrição do governo à frente da própria *Corografia*; Almeida também se serve de Melo Moraes para o projeto de uma província separada na região do Contestado, que citamos no primeiro capítulo.⁵⁰⁸ Joaquim Caetano da Silva cita a crônica de Bento da Fonseca transcrita parcialmente no tomo II da *Corografia* em sua análise do relato de viagem de La Condamine, no tomo II de *L'Oyapoc et l'Amazone*, § 2151. Ou seja, seu projeto de ser uma espécie de "arquivo" para os estudos históricos brasileiros de certa forma se realiza contemporaneamente. Enquanto última palavra na questão da Guiana, entretanto, Melo Moraes não atinge seu objetivo.

A descrição de Melo Moraes do que era necessário para a escrita da história expõe alguns dos limites para os autores particulares no Brasil oitocentista, sobretudo a necessidade de boas relações pessoais e de dinheiro para realizar pesquisas, obter documentos e livros raros e viabilizar publicações. No *Brasil Histórico*, quando Melo Moraes se refere a seu patrimônio, que se esvaía nas publicações, como "cabedal",⁵⁰⁹ faz lembrar o jesuíta João Antônio Andreoni, o Antonil, autor de *Cultura e Opulência do Brasil* (1711), cujo primeiro capítulo intitula-se "Do cabedal que há de ter o senhor de um engenho real". Como para o senhor de engenho na colônia, era preciso ser capaz de arcar com as muitas despesas que surgiam na pesquisa e publicação de escritos

⁵⁰⁷ "Consultamos sobre este objecto, além das *Memorias* do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, de Antonio Ladislau Monteiro Baena, de Manoel José Maria da Costa e Sá, e outras que se leem na *Corographia do Brazil* e na *Revista do Instituto Historico*; os *Protocolos* da mesma negociação [de 1855-56] (...) e sobre tudo a importantissima obra *l'Oyapoc et l'Amasone*, pelo Dr. Joaquim Caetano da Silva" (ALMEIDA, Cândido Mendes. *Atlas do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868, p. 9).

⁵⁰⁸ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Pinsonia ou a elevação do territorio septentrional da Provincia do Grão-Pará à cathegoria de provincia com essa denominação*. Rio de Janeiro: Nova Typographia de João Paulo Hildebrandt, 1873, p. 2.

⁵⁰⁹ *Brasil Histórico*, 16 de agosto de 1873, Ano V, 3ª série, nº 2, p. 2.

históricos. Ou seja, não era prática ao alcance de todos. O Melo Moraes independente, como gostava de frisar, independente das facções políticas e do governo, dependia do cultivo de relações pessoais e do sucesso profissional e financeiro para escrever história. Mas isso em razão da magnitude da tarefa que Melo Moraes assumiu para si: tomou como empreendimento particular tratar de toda a história geral do Brasil, ser um arquivo de toda essa história. De certa forma, parte de sua incompatibilidade com o IHGB não deixava de vir dessa sua ambição: o Instituto era um projeto coletivo de escrita da história do Brasil, e veremos isso aparecer com clareza no caso de Joaquim Caetano da Silva, que assume dentro desse projeto coletivo a tarefa de escrever sobre a questão do Oiapoque. Da mesma forma que o jesuíta Antonil ensinava que nem todos poderiam aspirar a ter um engenho real, mesmo que fossem homens de cabedal, devendo alguns se contentarem em serem lavradores, também para a escrita da história no Oitocentos cabe levar a conta a diferença entre os meios e a dimensão do trabalho que se propunham os autores de estudos históricos.

A grande mudança de Melo Moraes em termos de opinião sobre a história do Brasil, que coloca à prova sua profissão de fé de independência e imparcialidade, acontece em relação a José Bonifácio e o papel dos Andradas na Independência do Brasil. Sempre próximo do relato de Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, andradista de primeira hora, Melo Moraes termina por concluir que a imagem de José Bonifácio como Patriarca da Independência fora uma criação engendrada pelo próprio; que nossa emancipação de Portugal, longe de ser um ato de heroísmo e bravura, fora uma transação comercial: o Brasil comprara a independência de Portugal com dinheiro emprestado dos ingleses. Em sua obra sobre a Independência, *A Independência e o Império do Brasil ou a Independência comprada por dous milhões de libras esterlinas e o Império do Brasil com dous imperadores no seu reconhecimento, e cessão; seguido da história da constituição política do patriarcado, e da corrupção governamental, provado com documentos autênticos*, de 1877, Melo Moraes transcreve, em capítulo intitulado "José Bonifácio fazendo com a sua mão, seu próprio retrato", cartas de José Bonifácio escritas do exílio que o mostram maldizendo sua província, São Paulo, o Brasil e o imperador D. Pedro I; cartas obtidas, evidentemente, via Drummond, e utilizadas com a anuência do próprio.⁵¹⁰

⁵¹⁰ Em nota, Melo Moraes afirma: "Desejando servir-me da correspondência entre os Andradas, e o Conselheiro Drummond, lhe escrevi, pedindo-lhe faculdade para isto; e em resposta me disse que eu me servisse dela, como me conviesse, em proveito da verdade histórica" (MORAIS, Alexandre José de Melo. *A Independência e o Império do Brasil ou a Independência comprada por dous milhões de libras*

É o que leva a descrever ao leitor do *Brasil Histórico* o que era, de fato, um historiador:

Os Andradas, Ledo, Januario, Rocha, José Clemente, Drummond e outros pertencem ao dominio da historia, e a historia não faz obsequios com [*sic*] detrimento da verdade.

O historiador não é o aulico de palacio, que se curva e se abatte como verme adiante de seu rei e senhor; não é o soldado, que se move á voz do seu general; não é o empregado de Secretaria e nem de legação, que não tem vontade, porque o seu bem-estar depende de um - *Hei por bem*.

Não. O historiador é o juiz imparcial que sensura [*sic*] o rei, nota-lhe os defeitos, e o accusa por seus crimes afeiando-lhe o nome, ou abençoando-lhe a memoria perante a posteridade. E' a testemunha imparcial da virtude e nobreza militar, ou da cobardia e impericia do general, que não soube cumprir com o seu dever. E' o sensor [*sic*] autorizado da imbecilidade, e malversação dos ministros do Estado que roubão ou deixam roubar o thesouro publico, que praticão injustiças, que só cuidão de si, que compromettem a Nação, que deixão a patria entregue á incerteza das occasiões ou inteiramente ao abandono. E' finalmente o historiador o expositor da verdade, o pintor dos costumes, e usos dos tempos, o panagyrista [*sic*] do benemerito e o accusador severo do máo cidadão, do pessimo funcionario, e do traficante ou mascate politico".⁵¹¹

As "Leis da História", segundo Melo Moraes imprimia no *Brasil Histórico*, eram apenas duas: 1ª Não calar nunca uma verdade; 2ª Não dizer nunca uma mentira. Mas sua noção de verdade excede o caráter de instrução: o historiador é também juiz, moralista (pois analista dos *mores*, dos hábitos e costumes da sociedade), e panegirista daqueles que merecem. A verdade não aparece apenas como constatação factual: é também sentença, acusação, elogio e reprimenda. Com isso em vista, podemos compreender melhor seus escritos sobre a questão da Guiana, e porque não pôde furtar-se a exprimir um juízo de valor sobre a conduta do Visconde do Uruguai nas negociações de 1855-56. Se isso lhe causou ou não a perda da subscrição governamental, numa espécie de *vendetta* do filho de Uruguai, não deixa de ser secundário face ao que Melo Moraes realmente veio a se dar conta no episódio. Não o que o autor expressa, de que só se conseguia apoio do governo bajulando seus integrantes, omitindo as sentenças críticas. Mas sim a demonstração dos limites do seu projeto particular de escrita da história do Brasil, grandioso (quase gigantesco), e que por um momento, nos anos 1850, Melo Moraes achou que conseguiria realizar com seus próprios recursos.

esterlinas e o Império do Brasil com dous imperadores no seu reconhecimento, e cessão; seguido da história da constituição política do patriarcado, e da corrupção governamental, provado com documentos autênticos. Brasília, DF: Edições do Senado Federal, vol. 18, 2004 [1877], p. 271).

⁵¹¹ *Brasil Histórico*, Ano V, 3ª série, Nº 4, 22 de dezembro de 1873, p. 4.

CAPÍTULO 3:

Questões de limites, história e diplomacia: Joaquim Caetano da Silva

*Joaquim Caetano da Silva: apontamentos biográficos*⁵¹²

Joaquim Caetano da Silva (1810-1873), que se destacaria na defesa da posição brasileira na questão de limites com a Guiana Francesa, nasceu na fronteira do sul, em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, posteriormente limite com a República Oriental do Uruguai, em 2 de setembro de 1810. Aos quinze anos, foi enviado pela família à França, para completar seus estudos do curso de Humanidades, e fazer faculdade. Recebeu o diploma de bacharel em Letras em 1831, e no ano seguinte entrou para o curso de medicina da Faculdade de Montpellier, um destino não incomum para os estudantes brasileiros na Europa.⁵¹³ Já desde 1828 fazia parte da *Société de Histoire Naturel* de Montpellier. Em 1837 doutorou-se, defendendo e publicando no mesmo ano sua tese, e sendo admitido como membro correspondente da *Société Royale de Médecine* de Gand. Através de Bella Herson, que reproduz as primeiras páginas da tese de Joaquim Caetano, intitulada *Quelques Idées de Philosophie Médicale*, sabemos que o brasileiro era também secretário particular do "Cercle médical" de Montpellier, e que uma das dedicatórias de sua tese foi a Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), por sua amizade e pelas obras que o francês escreveu sobre o Brasil.⁵¹⁴

Ao entrar na Faculdade de Montpellier, com pouco mais de vinte anos, Joaquim Caetano já trazia uma erudição, no campo das humanidades, impressionante. No ano em que ingressou no curso de Medicina, Caetano escreveu carta ao historiador francês

⁵¹² As informações aqui apresentadas vêm principalmente das seguintes fontes: nota de Guilhermino Cesar em DENIS, Ferdinand. *Resumo da história literária do Brasil*. Tradução, prefácio e notas de Guilhermino Cesar. Em apêndice: carta de Joaquim Caetano da Silva ao autor. Porto Alegre: Livraria Lima Ltda., 1968, p. 111-112; LIMA, Israel Souza. *Biobibliografia dos Patronos*, vol. 10: João Francisco Lisboa e Joaquim Caetano da Silva. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2007; PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia, 1917, p. 217-218; e dos seguintes artigos da *Revista* do IHGB: BRAGANÇA, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. "Joaquim Caetano da Silva. Contatos com D. Pedro II". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 240, 1958, pp. 84-91; COSTA, Nelson. "A glória de Joaquim Caetano". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 248, julho/setembro de 1960, pp. 279-280; FILHO, Virgílio Corrêa. "Joaquim Caetano e o Instituto Histórico". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 231, 1956, pp. 355-361; MELO, José Alexandre Teixeira de. "Biographia dos brasileiros distintos: O Dr. Joaquim Caetano da Silva". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XLIX, 2º volume de 1886, pp. 361-371; NETO, Paulino José Soares de Souza. "Joaquim Caetano da Silva". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 226, 1955, pp. 261-266.

⁵¹³ Cf. HERSON, Bella. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)*. São Paulo: Edusp, 1996.

⁵¹⁴ "Monsieur, les obligations que je dois personnellement à votre bienveillante amitié, seraient plus que suffisantes pour exiger de moi une marque de gratitude en cette occasion; comment pourrais-je donc y manquer, quand je porte continuellement dans mon coeur le souvenir de tout le bien que vous faites à ma patrie par vos savans et consciencieux ouvrages?" *Apud* HERSON, *op. cit.*, reprodução na p. 338. As outras dedicatórias de Joaquim Caetano foram a dois professores seus em Montpellier e à sua família, seus pais e irmãos.

Ferdinand Denis (1798-1890), a respeito do *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, publicado por este juntamente com um *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal*, em 1826. Na carta, datada de 30 de julho de 1832, Caetano, que acrescenta a seu nome apenas sua condição de "Elève en Médecine", aponta uma série de incorreções nas informações dadas por Denis sobre autores brasileiros, bem como acrescenta alguns dados, visando auxiliar o autor numa reedição da obra, que o brasileiro havia entendido estar sendo preparada por Denis. A carta é longa, e de todos os apontamentos que faz Joaquim Caetano, Guilhermino Cesar, que reeditou modernamente o *Resumo literário* junto com a carta, encontrou apenas um equívoco nas observações de Caetano a Denis, relativo ao local de nascimento de Tomás Antônio Gonzaga.⁵¹⁵ A formação de Joaquim Caetano na França, e suas relações com homens de letras de renome daquele país, mostram, além de seu conhecimento e envolvimento pessoal com a cultura francesa, o imbricamento das relações entre os letrados dos dois países, que em pouco veriam-se em lados opostos na questão da Guiana.

De volta ao Brasil, em 1838 Joaquim Caetano participa da fundação do IHGB, e ingressa no corpo docente do Colégio Pedro II.⁵¹⁶ Ocupou inicialmente a cadeira de Retórica, lecionando Gramática Portuguesa e Língua Grega. Em 1839, após a saída de Bernardo Pereira de Vasconcelos do governo, o primeiro reitor do Pedro II, Frei Antônio de Arrábida, é afastado, e Caetano nomeado reitor (em 26 de junho), acumulando o cargo com o curso de língua grega. Mantém-se nestas funções até 14 de dezembro de 1851.

Joaquim Caetano no serviço diplomático

A saída de Joaquim Caetano do Pedro II deveu-se à sua entrada no serviço diplomático. Em setembro e outubro de 1851, Joaquim Caetano leu em sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na presença de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, uma "Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa". A memória foi muito apreciada pelo Imperador, e Joaquim Caetano foi designado para partir em missão para a Europa, com o objetivo de coligir documentos para a história do Brasil, com especial atenção para as questões de limites. Ficou encarregado da legação

⁵¹⁵ DENIS, *Resumo da história literária do Brasil*, op. cit., p. 113-124.

⁵¹⁶ Lycurgo Santos Filho nota que "Joaquim Caetano, Gonçalves de Magalhães e Emílio Joaquim da Silva Maia, todos médicos, foram os primeiros professores nomeados para o Colégio, em 1838". *Apud* HERSON, op. cit., p. 340.

da Haia, na Holanda, posto recém-criado, no país do Tratado de 1713 em que se baseava toda a questão de limites com a Guiana. Joaquim Caetano serviu na Europa entre 1852 e 1861, e além das pesquisas sobre a disputa com a França, destaca-se desse período sua larga pesquisa sobre o período de dominação holandesa no Nordeste brasileiro, a respeito do qual Caetano enviou (aos cuidados do IHGB) uma grande quantidade de documentos copiados dos arquivos holandeses.⁵¹⁷ Para José Honório Rodrigues, "Ninguém - nem Varnhagen - enriqueceu um só fato da história do Brasil de tantas e tão boas fontes. Esmiuçou o Arquivo Real de Haia e trouxe oito grossos volumes de cópias". Cópias que vinham "acompanhadas de tradução francesa de autoria desconhecida, para facilidade da leitura dos estudiosos brasileiros".⁵¹⁸

No serviço diplomático, locado na Haia, Joaquim Caetano foi primeiro Encarregado de Negócios do Brasil no Reino da Holanda, entre 1851 e 1854, e Cônsul-Geral, de 1854 a 1861. Segundo o autor do prefácio da terceira edição de *L'Oyapoc et l'Amazone*, Caetano obteve, em 1854, permissão do Ministério de Negócios Estrangeiros para se dedicar exclusivamente à questão de limites com a França.⁵¹⁹ O correto, porém, parece ser o estabelecimento de Joaquim Caetano na França a partir de 1857, após a publicação da resenha de d'Avezac sobre a *História Geral* de Varnhagen; o propósito de sua estada na França era justamente responder a d'Avezac, para o que obteve inclusive permissão do governo. Neste momento, Joaquim Caetano correspondeu-se com o próprio Visconde do Uruguai, este já de volta ao Brasil, a respeito de sua resposta ao geógrafo francês, como relata o biógrafo do Visconde, José Antônio Soares de Souza:

Outro diplomata brasileiro que se corresponde com o Visconde do Uruguai, é Joaquim Caetano da Silva, ministro na Holanda. As

⁵¹⁷ Listados no *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil* da Biblioteca Nacional, de 1881 (*Catálogo da exposição de história do Brasil* / introdução de José Honório Rodrigues; apresentação de B.F. Ramiz Galvão. Ed. Fac-similada. Brasília, Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília, c. 1981, entrada 10.628). São oito tomos de documentos, e o *Catálogo* informa que "Em quase todos os tomos ocorrem fac-símiles em papel vegetal dos signatários mais notáveis dos documentos, quer holandeses, quer portugueses e brasileiros".

⁵¹⁸ RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 70 e 71.

⁵¹⁹ "De 1851 a 1854 ele [Joaquim Caetano] ocupou o posto de Encarregado de Negócios do Brasil na Haia, posto que ele deixou, tendo obtido do Ministério dos Negócios Estrangeiros a permissão de se consagrar inteiramente à preparação de seu livro sobre a questão de fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa. Ele se fixou então em Auteuil, no número 39 da rua do Chemin-de-Versailles, e só voltou ao Brasil em 1863". *L'Oyapoc et l'Amazone*, 3a. ed., 1899, p. VI. Segundo a lista do corpo diplomático brasileiro no estrangeiro do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, em suas edições das décadas de 1850 e 1860, Joaquim Caetano da Silva permaneceu como Encarregado de Negócios e Cônsul Geral nos Países Baixos até 1861, que deve ter sido seu último ano no serviço diplomático, pois já não consta mais na lista de diplomatas em 1862. Neste ano, aparece fazendo parte da Comissão subsidiária de trabalhos históricos do IHGB, ou seja, já estava no Brasil.

suas cartas, porém, são mais de um estudioso e erudito do que de diplomata ou de político. O que lhe interessa no momento é a resposta que pretende dar ao célebre geógrafo francês D'Avezac, sobre o limite do Oiapoque. De Haia, em 6 de outubro de 1857, ele avisa ao Visconde: "O muito respeito e muita gratidão que a V. Ex. tributo, movem-me a comunicar a V. Ex. que, havendo eu participado ao Governo Imperial, na conformidade do conselho com que V. Ex. me favorecera, a leitura que o Snr. D'Avezac fizera na Sociedade de Geografia de Paris do seu Parecer sobre o 1º volume da Historia Geral do Brasil do Snr. Varnhagen - S. Exa. o Snr. Ministro do Império, em Despacho Reservado de 4 agosto, foi servido autorizar-me para ler na mesma Sociedade huma refutação daquele Parecer, na parte que se refere aos limites do Império com a Guiana Francesa".⁵²⁰

O ministro do Império que concedeu a Joaquim Caetano a permissão para responder a D'Avezac era o marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima, do gabinete de 4 de maio de 1857, sucessor do Gabinete da Conciliação liderado pelo marquês do Paraná. Na realidade, o Visconde do Uruguai fora sondado pelo Imperador para liderar esse gabinete, mas declinou, desgostoso com os rumos do Partido Conservador desde a Conciliação. Joaquim Caetano escreveu diretamente ao Imperador sobre o progresso da elaboração de sua resposta a d'Avezac e dos seus estudos sobre as questões de limites.⁵²¹ O fracasso das negociações de 1855-1856 deixou a questão em suspenso entre os governos, mas a passagem da discussão diplomática para o debate erudito entre Joaquim Caetano e D'Avezac manteve um tom de questão de Estado, como vemos pela comunicação entre Caetano e o Visconde do Uruguai.

Joaquim Caetano apresentou a primeira parte de seus estudos sobre o assunto na Sociedade de Geografia de Paris, da qual o brasileiro era membro (e Varnhagen se tornaria durante seu debate com d'Avezac). O *Bulletin* da sociedade referente a janeiro-junho de 1858 contém exposição de Caetano intitulada "L'Oyapoc" (a primeira palestra aparece datada "Le 19 Février 1858"), que começa com um esforço do autor para mostrar que se apresentava para a questão desprovido de sentimentos antifranceses: estudara no país, casara-se com uma francesa (D. Suzana Clotilde de Monaic, com quem teve uma filha), aprendera a admirar a França. Esta exposição inicial corresponde às duas primeiras palestras ("lectures") do que viria a ser o monumento de Caetano sobre a questão, *L'Oyapoc et l'Amazone: question brésilienne et française*, em dois tomos, de 1861-63,⁵²² que será a obra a que dedicaremos maior atenção. Enquanto não a

⁵²⁰ SOUZA, *A Vida do Visconde do Uruguai (1807-1866)*, 1944, *op. cit.*, p. 602-603.

⁵²¹ cf. BRAGANÇA, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. "Joaquim Caetano da Silva. Contatos com D. Pedro II". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 240, 1958, pp. 84-91.

⁵²² Paris: Imprimerie de L. Martinet.

terminava, Joaquim Caetano mantinha-se em contato com o Imperador D. Pedro II, comunicando-lhe por carta do andamento de seus trabalhos e enviando-lhe as partes já prontas.⁵²³

Sua publicação coincide com o retorno de Joaquim Caetano ao Brasil, como se tivesse concluído seus esforços neste debate - inclusive porque não houve resposta do lado francês a *L'Oyapoc et l'Amazone*. De volta, trabalhou novamente com educação.⁵²⁴ Entre 1863 e 1868, foi Inspetor-Geral do Ensino Primário e Secundário da Corte, e em 1869 tornou-se diretor do Arquivo Nacional. Ficou pouco tempo neste último cargo, pois problemas de visão começaram a dificultar-lhe o trabalho. Veio a falecer em Niterói, em 1873, "após 18 meses de cegueira total".⁵²⁵ Seus restos mortais foram trasladados para Macapá em 1953, onde repousam, como forma de homenagem pelo seu trabalho na disputa diplomática que ultimamente garantiu ao Brasil o território do futuro estado do Amapá.

Joaquim Caetano e a questão de limites do Norte

No IHGB, do qual Joaquim Caetano era fundador, a questão de limites com a Guiana vinha recebendo atenção desde os primeiros anos; e antes disso já ocupava os funcionários da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, após a invasão francesa motivada pela Cabanagem no Pará, na década de 1830. Como vimos, o Visconde de São Leopoldo propôs como programa histórico um estudo sobre os limites do Império.

⁵²³ Informação também do prefácio de *L'Oyapoc et l'Amazone*, 3a. ed., 1899, p. VI.

⁵²⁴ Seus méritos nessa área pareciam ser muito apreciados pelos contemporâneos. Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, elogiou Joaquim Caetano nas "Anotações" à sua biografia, como alguém que poderia ajudar a "santa causa do ensino público" no Brasil, a seu ver em má condição naquele momento (1860): "Indicarei um que reside atualmente na Europa, o sr. Joaquim Caetano da Silva, nosso encarregado de negócios na Holanda, pelos seus talentos e estudos especiais ninguém o excede para ser preferido na escolha para um tal encargo" (DRUMMOND, Antônio Menezes Vasconcelos de. "Anotações de A. M. V. de Drummond à sua biografia publicada em 1836 na *Biographie Universelle et Portative des Contemporains*". *Anais da Biblioteca Nacional* (1885-1886), volume XIII, p. 119). Não sabemos se Drummond teve alguma influência na nomeação de Caetano para o cargo que viria a ocupar no retorno ao Brasil; suspeitamos que não, pois Drummond já não dispunha do mesmo poder político de outrora na década de 1860. Nas suas "Anotações", reclama inclusive que as indicações para os cargos de instrução pública no Brasil seguiam mais o nepotismo e os favorecimentos políticos e pessoais que o mérito. A passagem de Joaquim Caetano pela Instrução Pública trouxe-lhe, no entanto, dissabores, segundo a imprensa: notícia biográfica saída n'*O Paiz* de 28 de fevereiro de 1886 assinala que Joaquim Caetano indicou em relatório os três elementos que marcavam a instrução pública da Corte: aparato grande, despesa grande, resultado pequenino. Todavia, suas medidas para melhorar a situação eram constantemente contrariadas pelo governo (*apud* MELO, José Alexandre Teixeira de. "Biographia dos brasileiros distintos: O Dr. Joaquim Caetano da Silva". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XLIX, 2º volume de 1886, p. 368).

⁵²⁵ LIMA, *Biobibliografia dos Patronos*, op. cit., p. 164.

Conforme também apontamos anteriormente, alguns artigos da revista do IHGB versavam sobre a questão: via Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, o IHGB obteve escrito de Alexandre Rodrigues Ferreira, "Propriedade e posse das terras do Cabo do Norte pela Coroa de Portugal", publicado no tomo terceiro da *Revista*, de 1841. O tomo oitavo, referente a 1846, contém "Cópia da Resposta que o Secretário de Estado Roque Monteiro Paim deu a Mr. de Rouillé, embaixador da França em Lisboa sobre sua réplica oferecida em ordem à mostrar que pertencem à Coroa de França as terras do Cabo do Norte", documento referente às negociações entre Portugal e França de 1699-1700, origem do tratado provisório de 4 de março de 1700 entre os dois países, sobre a fronteira da Guiana.

De todo modo, o levantamento das edições da *RIHGB* anteriores ao início da publicação dos estudos de Joaquim Caetano sobre o assunto não esgotam as possibilidades de pesquisas feitas no Instituto sobre a questão de limites com a França, pois os trabalhos sobre questões de limites poderiam ser mantidos em sigilo. Antônio Ladislau Monteiro Baena (1782-1850), por exemplo, trocou cartas com Rodrigo de Sousa da Silva Pontes (1799-1855), a respeito de um compêndio histórico que teria sido escrito por Varnhagen, sobre a questão de limites do Brasil com a Guiana Francesa.⁵²⁶ Embora Baena seja positivo na identificação do autor, esse compêndio não aparece nas bibliografias varnhagenianas,⁵²⁷ e é de se crer que, se Varnhagen de fato o escreveu, nunca foi publicado. Naquele momento (1843), às vésperas de sair seu juízo sobre o *Compêndio* de Abreu e Lima, Varnhagen trabalhava na Europa primordialmente recolhendo documentos sobre as questões de limites do Império do Brasil. A Biblioteca Nacional guarda Varnhagen uma manuscrita "Memória sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com alguma lembrança para a demarcação" (não especificamente os do Norte), que no entanto é de 1851.⁵²⁸ Na carta citada acima, Baena compara o trabalho de Varnhagen a um que ele mesmo escrevera sobre a questão, e que até então o Instituto Histórico não publicara. Lucia Maria

⁵²⁶ Carta de Antônio Ladislau Baena a Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, Pará, 20 de junho de 1843. Acervo Fundação Biblioteca Nacional - RJ, Seção de Manuscritos, I-32, 19, 001 no. 007.

⁵²⁷ Não consta em FONTES, Armando Ortega. *Bibliografia de Varnhagen*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945, feita a partir da biblioteca de Varnhagen guardada pelo Itamaraty, e na aparentemente muito confiável obra de HORCH, Hans. *Francisco Adolfo de Varnhagen. Subsídios para uma Bibliografia*. São Paulo: Editoras Unidas, 1982.

⁵²⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Memória sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com alguma lembrança para a demarcação". Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 1851, s. l., C.E.H.B. nº10.558-10.562, C.E.H.B. nº10.515, C.E.H.B. nº5.654-5.656, C.E.H.B. nº10.570, C.E.H.B. nº10.518, C.E.H.B. nº450, C.E.H.B. nº323, C.E.H.B. nº913.

Paschoal Guimarães cita ofício encaminhado por Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, então ministro dos Estrangeiros, e vice-presidente do IHGB, a Januário da Cunha Barbosa, secretário-perpétuo do Instituto, de setembro de 1840, agradecendo uma memória de Baena sobre as questões de limites com a Guiana Francesa, que lhe fora enviada, e pedindo que se adiasse a publicação da mesma.⁵²⁹ Talvez algo semelhante tenha ocorrido com o compêndio de Varnhagen. Por conseguinte, é possível que estudos sobre as questões de limites ocorressem no interior do IHGB, mas não viessem a público na *Revista*.

O ofício de Aureliano, pedindo que o IHGB adiasse a publicação da memória de Baena, também faz menção ao escrito de Alexandre Rodrigues Ferreira, que acabou sendo publicado. Assim se expressa o então ministro dos Estrangeiros:

Li com atenção a Memória sobre os limites do Império com a Guiana Francesa, que V. S. me remeteu, e foi oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo Tenente Coronel Antônio Ladislau Monteiro Baena, residente na cidade do Pará. Achei no contexto do dito escrito coisas dignas de atenção, e que podem ser úteis para as negociações pendentes entre o Império e a França sobre a demarcação de limites dos dois Estados e por isso mandei extrair uma cópia e guardar no Arquivo desta Repartição, parecendo-me porém conveniente que se adie para época oportuna a publicação deste escrito. Não ocorrendo porém motivo idêntico a respeito da Memória do Astrônomo Alexandre Rodrigues Ferreira, penso que ela caberá muito bem na Revista do Instituto, e que V. S. fará bom serviço em a dar a estampa.⁵³⁰

Januário da Cunha Barbosa acata as recomendações. Não sabemos o porquê de um escrito ser liberado para a publicação, enquanto outro deveria esperar "época oportuna". Naquele momento, os franceses haviam acabado de desocupar os postos tomados após a Cabanagem, e a negociação diplomática entre os países estava para ser iniciada. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho poderia ter em mente não revelar informações ao outro lado, ou, se a memória de Baena tivesse falhas, não revelar as fraquezas do argumento brasileiro aos franceses.

Antônio Ladislau Monteiro Baena, nascido em Lisboa e radicado no Pará, parece o membro do IHGB mais dedicado à questão da Guiana, antes que Joaquim Caetano chamasse para si o problema em 1851 (após a morte de Baena). Tenente-Coronel do

⁵²⁹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Paulo: FFLCH-USP, 1994, e *RIHGB*, 156 (388), jul./set. 1995 p. 527-528. O escrito de Baena sobre a questão de limites com a Guiana fora-lhe encomendado pelo Instituto; cf. *RIHGB*, tomo 2, 1840, p. 599, e veio acompanhado de 39 documentos.

⁵³⁰ *RIHGB*, tomo 2, 1840, p. 427-428.

Exército, tendo participado da repressão à Cabanagem no Pará, Baena já escrevia desde antes da fundação do Instituto sobre sua província de adoção. Em 1838 foi publicado seu *Compêndio das Eras da Província do Pará*, no qual Baena afirma ter pesquisado os arquivos locais em 1823, e novamente em 1832, como secretário de comissão criada pelo governo local para fazer um levantamento estatístico da província.⁵³¹

Em 1823 o interesse de Baena pela estatística local vinha de ter sido convocado pela Junta Provisória que então governava a província para fazer um levantamento. O envolvimento de Baena com o movimento pró-Independência no Pará é motivo de controvérsia entre seus biógrafos, que se dividem entre considerá-lo favorável ao mesmo, ou leal a seu país natal. Baena chegou ao Pará em 1803, junto com regimento que vinha servir na capitania, e em 1820 chegou a Sargento-mor da 4ª Companhia do Corpo de Artilharia. Em 1823, Baena participou da repressão ao movimento de 14 de abril em apoio à Independência; na determinação das penas, foi contra a execução dos revoltosos. Em 14 de setembro do mesmo ano, entretanto, quando a Junta Provisória envia Auto de juramento de fidelidade de autoridades e cidadãos paraenses ao Imperador D. Pedro I, a assinatura de Baena constava na lista.⁵³²

Em 1832, comissionado pelo governo provincial, Baena fez a pesquisa que resultou no *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará* (1839). O *Compêndio das Eras do Pará*, do mesmo ano, vinha de sua intenção de não perder os apontamentos que reunira até então, organizando-os para isso sob uma forma próxima à de anais.⁵³³ Baena ofereceu suas obras ao Instituto, e o *Compêndio* recebeu parecer publicado na *Revista*.

O parecer foi elaborado pela Comissão de História (assinado por Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, Cândido José de Araújo Vianna e Gustavo Adolfo de Aguiar

⁵³¹ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras do Pará*. Pará: Typographia de Santos, e Santos menor, 1838, "Discurso Preliminar", s/ p.; e BARROS, Michelle Rose Menezes de. "*Germes de Grandeza*": Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará. Belém, 2006, p. 24-25.

⁵³² BARROS, "*Germes de Grandeza*": Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850), *op. cit.*, p. 16-26. Cf. também MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da mola real das sociedades*. A crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006, p. 15-18.

⁵³³ Baena não se julgava em condições de escrever uma *história* do Pará: "Dei-lhe o título de *Compêndio das Eras da Província do Pará* porque não tinha achado abastança de documentos para uma história civil em Archivos nesse momento defraudados de alguns papeis por clandestina curiosidade: e sobre tudo porque eu me apercebia que não girava na órbita de um João de Barros e de um Eduardo Gibbon para ser Historiador como elles tão recommendaveis pela elegante e nitida forma, que derão aos seus escriptos, pelo rastreamento exacto, pelas reflexões, e pelos delicados alcances esparsos no tecido dos acontecimentos" (BAENA, *Compêndio das Eras do Pará*, "Discurso Preliminar", s/ p.).

Pantoja) e saiu no tomo 2 da *Revista*, de 1840. Querendo mostrar que Baena, em boa parte de sua obra, simplesmente reescreve os *Anais do Maranhão*, de Berredo, os autores do juízo dividem o texto em duas colunas, permitindo ao leitor comparar ambas as obras, como faria Varnhagen para mostrar as semelhanças entre Abreu e Lima e Beauchamp. Baena não é, porém, chamado de plagiário. Os autores reconhecem, por outro lado, que sua obra contém muitos fatos que Berredo não menciona.⁵³⁴

Na década de 1840, todavia, as demandas do IHGB e as preocupações de Baena se voltam para o problema da fronteira. Em 1840 já havia sido encarregado de escrever sobre a questão da Guiana. Em 1841 publica na *Revista* uma "Memoria sobre o intento que tem os Inglezes de Demerari de usurpar as terras ao Oeste do Rio Repunuri adjacentes á face austral da cordilheira do rio Branco para amplificar a sua colonia".⁵³⁵ Em 1847 envia ao Instituto dois exemplares de sua *Memória sobre a intrusão dos Franceses de Caiena nas terras do cabo do Norte em 1836*, publicada no Maranhão.⁵³⁶ Esta última memória foi apresentada ao IHGB em 1840, e, segundo Baena, foi feita a pedido de Januário da Cunha Barbosa em dezembro de 1839.⁵³⁷ Quando da publicação da memória de 1841 na *Revista* do Instituto, no início da qual Baena menciona este escrito sobre a invasão francesa, uma nota de rodapé do redator informa que o mesmo seria publicado em breve.⁵³⁸ Não foi, a exemplo do escrito sobre a questão da Guiana, também encomendado a Baena. De modo que, nos anos iniciais do IHGB, fim da década de 1830, início da de 1840, Baena foi aparentemente o designado para tratar da questão de limites do Norte (na verdade, mais amplamente, o designado para tratar de assuntos da província do Pará) - sem ver, porém, alguns de seus resultados impressos.

Baena falece em 1850, vítima de uma epidemia de febre que assolava Belém. Joaquim Caetano da Silva engaja-se publicamente na questão da Guiana no ano

⁵³⁴ Fatos "que à primeira vista parecem de mui pouca, ou de nenhuma importância", "contudo (...) oferecem não pequeno interesse, quando considerados como base para se ajuizar dos costumes, e do espírito do tempo. Além de que a relação de notícias tão particulares indica, e prova claramente a atenção, cuidado, e esmero, com que o sr. Baena compulsou os arquivos públicos, e pelo que seria escandalosa injustiça denegar-lhe o merecido louvor". O elogio enseja a crítica seguinte: Baena consideraria que os documentos oficiais, por serem oficiais, são isentos de erros. Os autores apontam, então, erros em Baena, que vêm dessa confiança nos documentos oficiais. Por isso, no resumo final, sua obra é recomendada, principalmente se numa segunda edição "for adotado um andamento sistemativo [*sic*], o estilo corrigido, e aos documentos aplicado o escalpelo da crítica" (*RIHGB*, tomo 2, 1840, p. 258).

⁵³⁵ *RIHGB*, tomo 3, 1841, p. 322-333.

⁵³⁶ *RIHGB*, tomo 9, 1847, p. 434.

⁵³⁷ "Já no anno precedente", escreve Baena em 1841 na *Revista*, no artigo sobre as pretensões inglesas acima citado, "tive a honra de apresentar-vos um discurso ou memoria sobre a intrusão dos Francezes de Cayenna nas terras do Cabo do Norte em 1836, que formalizei de ordem vossa, participada em 20 de Dezembro de 1839 pelo digno e respeitavel Secretario Perpetuo o illustre Senhor Conego Januario da Cunha Barbosa" (*RIHGB*, tomo 3, 1841, p. 322).

⁵³⁸ *RIHGB*, tomo 3, 1841, p. 322.

seguinte, ao ler sua memória nas sessões do Instituto de 26 de setembro, 10 e 24 de outubro de 1851. Ao contrário do ocorrido com os escritos de Baena, a memória de Joaquim Caetano é rapidamente publicada, saindo no volume da *Revista* referente a 1850, devido à "urgência reclamada em sua publicação", segundo nota explicativa.⁵³⁹ O ministro dos Estrangeiros naquele momento já era Paulino José Soares de Sousa, e foi sob seu ministério que Joaquim Caetano entrou para o corpo diplomático no início da década de 1850. Paulino (ministro dos Estrangeiros entre 8 de outubro de 1849 e 14 de junho de 1855) deu uma nova orientação à pasta, segundo Sérgio Buarque de Holanda, "sempre contando com agentes diplomáticos que estão entre os mais eminentes de nossa história".⁵⁴⁰ Certamente que, em alguns casos, ainda deveria ser necessário contar com sigilo para determinados documentos. Mas o contexto no Ministério dos Estrangeiros era diferente da época de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, ministro logo após a Maioridade, talvez em uma época ainda de incertezas, e num momento em que a negociação com a França mal começara, de fato. Joaquim Caetano participa dessa fase relativamente mais profissional da diplomacia brasileira, sob o Visconde do Uruguai, e o rigor de sua produção parece condizer com essa nova orientação.⁵⁴¹

⁵³⁹ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 421.

⁵⁴⁰ "Lembre-se ainda o espírito de organização do Ministro, que o leva a dar nova ordem aos serviços de sua pasta: o corpo diplomático passa a ter outros contornos, com a diplomacia estabelecida em carreira, numa tentativa de racionalidade que foi pena não se efetivasse. Na mesma época, adiantam-se os acordos entre o Brasil e outras nações sobre problemas de fronteiras, enquanto se desenvolve a disputa sobre a livre navegação do Amazonas (...)". HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico*, v. 5: reações e transações. Por Francisco Iglésias [et al.]. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 47.

⁵⁴¹ Joaquim Caetano entrou para o corpo diplomático imperial em dezembro de 1851, em meio às reformas que Paulino fazia na pasta dos Negócios Estrangeiros. Em 22 de agosto de 1851, pouco antes da entrada de Joaquim Caetano, foi promulgada a lei nº 614, que organizava o corpo diplomático, hierarquizando os cargos e atributos de cada função. A profissionalização da carreira ainda não ocorria, conforme explica Flávio Mendes de Oliveira Castro: "Como não estavam ainda perfeitamente regulamentadas as carreiras diplomática, consular e burocrática o provimento dos cargos ou 'lugares' iniciais era, a maior parte das vezes, feito mediante provas de habilitação mas os de nível intermediário, ou mais alto, poderiam ser preenchidos por simples ato do *Governo*. A hierarquia era rígida e o Governo se fazia presente por atos arbitrários ou de magnanimidade. A ascensão funcional era imprevisível" (CASTRO, *História da Organização do Ministério das Relações Exteriores*, op. cit., p. 85, grifo no original). Pela explicação do autor, e pela consulta ao texto da lei (disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-614-22-agosto-1851-559304-publicacaooriginal-81470-pl.html>, acesso em maio de 2014), a lei de agosto de 1851 não parece ter modificado muito a forma de entrada no serviço diplomático, de modo que os altos cargos (enviados extraordinários e ministros plenipotenciários [uma única categoria], ministros residentes e encarregados de negócios, função que obteria Joaquim Caetano) continuavam a ser preenchidos por nomeação do governo - exames foram estabelecidos para o ingresso nos cargos de adido e secretário de legação, categorias imediatamente abaixo dos postos supracitados, e foi regulamentada a progressão na carreira. Joaquim Caetano viria a ser encarregado de negócios nos Países Baixos, posto estabelecido pelo decreto nº 941, de 20 de março de 1852 (quando Caetano encontrava-se em Portugal). Seu cargo, o mais baixo do alto escalão, não previa a contratação de empregados, isto é, ele não poderia ter adidos ou secretários de legação, embora pudesse receber temporariamente adidos de outras legações, se o governo julgasse necessário (CASTRO, *História da Organização do Ministério das Relações Exteriores*, op. cit., p. 91-92. Lei de 20 de março de 1852

O ato de Joaquim Caetano de assumir publicamente seu engajamento na questão da Guiana não parece sem importância. Na década de 1850, quando ainda preparava sua grande obra sobre a questão, *L'Oyapoc et l'Amazone*, que só sairia em 1861, Joaquim Caetano já conseguira para si, ao menos em seu círculo mais próximo, um certo privilégio sobre o tema. Quando Varnhagen responde às críticas de D'Avezac à sua *História Geral do Brasil*, no escrito intitulado *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil*, impresso em Paris em 1858, esclarece que "Quanto à questão do Oiapoque, não me ocuparei aqui. Eu só teria a ganhar mantendo-a intacta a nosso sábio colega, Sr. Da Silva, que me predeceu anunciando-lhes um trabalho sobre este assunto importante de história geográfica".⁵⁴² O *Examen* é um extrato do boletim da *Sociedade de Geografia de Paris* dos meses de março e abril de 1858, o mesmo em que saiu o início da resposta de Joaquim Caetano a d'Avezac (que começou a ser lida pelo brasileiro em 19 de fevereiro de 1858, na Sociedade); por isso Caetano é chamado de colega, ele e Varnhagen eram membros da sociedade, na qual o último foi admitido após o envio da *História Geral*. Joaquim Caetano, por sua vez, afirmará em *L'Oyapoc et l'Amazone* que Varnhagen deixou para si a questão do Oiapoque em função de seu trabalho anterior, a memória de 1851, que já o fazia saber que Joaquim Caetano dedicava-se à questão.⁵⁴³

Pela correspondência publicada de Varnhagen, editada por Clado Ribeiro Lessa, podemos entrever um pouco da evolução de sua combinação com Joaquim Caetano. Varnhagen escreveu ao então ministro dos Negócios Estrangeiros Caetano Maria Lopes Gama, Visconde de Maranguape, de Madri, em 20 de junho de 1857, relatando que obtivera notícia do parecer de d'Avezac, e de que este incluía uma defesa da interpretação francesa da questão do Oiapoque; nesta carta a Maranguape, dá a entender que poderia responder por completo a d'Avezac, incluindo a questão de limites. Alguns meses depois, em carta de 20 de novembro de 1857 a Manoel de Araújo Porto-Alegre,

disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-941-20-marco-1852-559008-publicacaooriginal-80801-pe.html>, acesso em maio de 2014).

⁵⁴² "Quant à la question de l'Oyapoc, je ne m'en occuperai pas à présent ici. Je n'aurai qu'à gagner en la laissant intacte à notre savant confrère, M. Da Silva, qui m'a devancé en vous annonçant un travail sur ce sujet important de l'histoire géographique" (VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil*. Paris: Imprimerie de L. Martinet, 1858, p. 46).

⁵⁴³ "Resta apenas a questão do Oiapoque, na qual me encontrava publicamente engajado, desde 1851, diante do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e, por esta razão, meu sábio compatriota [Varnhagen] teve a delicadeza de me deixá-la intacta" ("Il ne reste à vider que la question de l'Oyapoc, dans laquelle je me trouvais publiquement engagé, depuis 1851, devant l'Institut Historique et Géographique du Brésil, et que, pour cette raison, mon savant compatriote [Varnhagen] a eu la délicatesse de me laisser intacte"; *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 370-371).

então 1º secretário do IHGB, Varnhagen já revela que a resposta ao geógrafo francês será dada em parceria, pelo "nosso collega Dr. Silva e eu".⁵⁴⁴ E indica como será a divisão: "Na questão do Oyapock não direi muito. Sáo nella tambem a campo o nosso collega Joaquim Caetano da Silva, e quero deixar-lhe tão completas quanto me seja possivel, as honra do triumpho, que estou seguro será acabado em favor d'elle, de mim e da pátria".⁵⁴⁵ Aceito na Sociedade de Geografia de Paris, por proposição do próprio d'Avezac, Varnhagen ganhou a possibilidade de ler na própria instituição sua resposta, e coordená-la com Joaquim Caetano, que também leria ali sua parte, como informa Varnhagen a D. Pedro II em carta de 21 de novembro de 1857, um dia após a carta a Porto-Alegre. No mesmo dia, assinou carta ao mordomo da Casa Imperial brigadeiro Paulo Barbosa da Silva, avisando que estava "com o pé no estribo para partir para Paris a entender-me com o Dr. Silva àcerca das respostas que ambos vamos dar a certo indivíduo que se apresenta como campeão officioso da questão do Oyapoc contra o Brasil".⁵⁴⁶ Em 1º de janeiro de 1858 já escreve de Paris ao Imperador, e estava na cidade há algumas semanas, pois já havia lido na Sociedade de Geografia trabalho preambular a sua resposta a d'Avezac, e informa o monarca de que Joaquim Caetano também se apresentaria na Sociedade.⁵⁴⁷ Em carta de 6 de março de 1858 ao Imperador, ainda de Paris, Varnhagen afirmou que sua resposta a d'Avezac "foi bem acolhida",⁵⁴⁸ sem fazer menção à recepção a Joaquim Caetano, que começara em fevereiro a ler seu trabalho sobre a questão do Oiapoque. O debate entre Brasil e França estava agora no "campo da sciencia",⁵⁴⁹ segundo escreve Varnhagen ao Imperador na carta de 21 de novembro de 1857. E neste campo Joaquim Caetano já se ocupava da questão do Oiapoque desde 1851.

Joaquim Caetano advogou, na memória de 1851, a unidade territorial do Império e um nacionalismo que superasse as fronteiras provinciais. Expressando-se no IHGB, diante de D. Pedro II, professou tal nacionalismo quase como se se justificasse por defender as terras do Norte mesmo sendo gaúcho (quando a fronteira Sul também era motivo de disputas), e defendendo os interesses do Brasil diante do que posteriormente

⁵⁴⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência ativa*, coligida e anotada por Clado Ribeiro Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1961, p. 250.

⁵⁴⁵ VARNHAGEN, *Correspondência ativa*, op. cit., p. 252.

⁵⁴⁶ VARNHAGEN, *Correspondência ativa*, op. cit., p. 257.

⁵⁴⁷ VARNHAGEN, *Correspondência ativa*, op. cit., p. 258-259.

⁵⁴⁸ VARNHAGEN, *Correspondência ativa*, op. cit., p. 260.

⁵⁴⁹ VARNHAGEN, *Correspondência ativa*, op. cit., p. 254.

o vocabulário de relações internacionais possivelmente chamasse de "potência expansionista", no caso, a França:

Nascido na margem do *Jaguarão*, na raia meridional do Brasil, deleito-me em circungirar a vista por todos os remotos confins deste vosso [de D. Pedro II] vastíssimo Império; e enlevado pelas pomposas maravilhas da sua inefável magnificência, ensoberbeço-me com a ideia que todo ele é minha Pátria. Cioso da mínima leiva deste território paradisíaco, empenho votos para que todos os Brasileiros, desferrolhando-se para sempre das masmorras do provincialismo, sublimem-se de uma vez às olímpias assomadas de seu âmbito completo, e sem distinção de Rio-Grandense, nem Paraense, o abarream impenetravelmente em amplexo fraternal; e quando as Nações gigantes porfiam em perpétuos omnímodos esforços para mais se engrandecerem, não nos apresentemos nós ao mundo ostentando por alvo glorioso o apigmear-nos.⁵⁵⁰

Caetano fazia um apelo para que os brasileiros se livrassem "das masmorras do provincialismo", para que enxergassem todo o Império, até sua "mínima leiva", como ele enxergava: "minha Pátria". Os exemplos de províncias que cita não parecem aleatórios, pois acaba por falar do Rio-Grandense, que ele próprio era, e fala do Paraense, aquele a quem a questão da fronteira do Norte talvez fosse mais sensível. Baena, embora nascido em Lisboa (em 1782), residia no Pará desde sua chegada ao Brasil, em 1803, e talvez fosse visto por seus pares como um paraense; Aureliano Coutinho, que leu sua memória sobre a questão, se refere a ele como "residente na cidade do Pará". Caetano poderia estar, assim, se apresentando como apto a assumir a tarefa de estudar, no IHGB, a questão de limites com a Guiana Francesa.

A retórica da "Nação gigante" tentando ampliar seus domínios não seria exclusiva de Joaquim Caetano. Quando Melo Moraes reproduz a "Memória" de Caetano lida no IHGB, no tomo II da *Corografia histórica*, de 1859, apresenta a situação de disputa com a França da seguinte forma:

Que essa grande nação [França] empregue todos os meios para dilatar o seu domínio, à apoderar-se de uma porção do território brasileiro, e pelo poder da força e de argumentos especiosos, e até com documentos sonhados, nos imponha o que quiser, nos conformaremos, porque uma nação pequena como a Brasileira, e com ministros que tem tido, deve necessariamente resignar-se com o que lhe queiram impor; porém pelo direito expresso, pelas letras dos tratados, e fé das convenções, se se apodera do que lhe não pertence, é porque só reconhece o direito alheio, na força que possui.⁵⁵¹

⁵⁵⁰ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 512.

⁵⁵¹ MORAIS, *Corografia histórica*, op. cit., tomo II, p. 18.

A problemática das nações "grandes" e "pequenas" nas relações internacionais no século XIX não tinha a ver exclusivamente com tamanho, decerto, mas também incluía esta variável, e uma disputa territorial que envolvesse uma considerável faixa de terra (260.000 km²,⁵⁵² além do acesso a um importante rio) influiria decisivamente no tamanho da parte vencedora. Georgios Varouxakis, estudando a relação entre tamanho e grandeza (no sentido de importância) das nações na Era Vitoriana, localiza o período entre as revoluções de 1848 e a unificação alemã (1870) como o momento em que a questão "'small' versus 'great' nations" tornou-se particularmente saliente. O autor recupera a análise de Eric J. Hobsbawm que, a partir de considerações do economista alemão Friedrich List, identificou uma ideia que julgava generalizada naquele momento, a de que uma nação deveria ter um tamanho suficiente para formar uma unidade viável de desenvolvimento.⁵⁵³ Analisando o pensamento de autores britânicos do século XIX sobre o assunto, Varouxakis vai contestar a ideia presente em Hobsbawm de que a associação entre tamanho e viabilidade de uma nação era tão difundida que merecia pouca reflexão, argumentando que havia um debate sobre o assunto. Mesmo assim, admite que os pensadores britânicos que analisa "tendiam a expressar pouco entusiasmo por nações ou estados fisicamente 'pequenos'".⁵⁵⁴ Tamanho fazia diferença para um Estado-nação naquele momento.

Os brasileiros também expressavam a expectativa de que a disputa fosse resolvida diplomaticamente, sem recurso à força. A possibilidade de uma ocupação à força pela França das terras ao sul do Oiapoque, como acontecera após a Cabanagem, na década de 1830, mas de forma permanente, gerando um conflito militar, parecia real e preocupante para os brasileiros. Por isso expressavam sua fé na diplomacia, na razão, na palavra. Como na expectativa de Joaquim Caetano, ao final de sua exposição de 1851 no IHGB:

Confiemos agora na França: nessa Nação humanitária, que, tendo títulos incomparáveis para se ufanar do predomínio das armas, preza-se antes dos incentivos da palavra, não da palavra ríspida, ou floridamente estéril, mas da palavra vivítica, transfigurantemente luminosa, e transubstancialmente regeneradora, da palavra símbolo da Razão celeste: nessa Nação Cristianíssima, que, em vez de cevar-se na

⁵⁵² Segundo BRAGANÇA, "Joaquim Caetano da Silva. Contatos com D. Pedro II", *op. cit.*, p. 85.

⁵⁵³ VAROUXAKIS, Georgios. "'Great' versus 'small' nations: size and national greatness in Victorian political thought". BELL, Duncan (ed.). *Victorian visions of global order. Empire and International Relations in Nineteenth-Century Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 137.

⁵⁵⁴ "tended to express little enthusiasm for physically 'small' nations or states", VAROUXAKIS, *op. cit.*, p. 138.

visão horrorífera do Deus das Batalhas, adora no Criador aquela forma esplêndida - *Que o VERBO se fez homem.*⁵⁵⁵

A última frase, uma citação do Evangelho de São João, 1, 14.⁵⁵⁶ As transformações pelas quais passara o direito internacional desde a Paz de Westfália (1648), ao final da Guerra dos Trinta Anos, com pontos de inflexão importantes na Paz de Utrecht (1713), e no Congresso de Viena (1815), autorizavam a uma perspectiva de valorização da diplomacia em detrimento do poderio militar.⁵⁵⁷ A questão seria saber se o Brasil contava no conjunto das nações que os europeus tinham como pertencentes ao direito internacional, no rol das nações civilizadas, ou se seu *status* desobrigava uma potência europeia como a França a reconhecê-lo como igual numa negociação. Segundo Casper Sylvest, ao longo do século XIX *civilização* veio a se tornar um critério para a entrada na esfera do direito internacional.⁵⁵⁸ Para Jennifer Pitts, a definição da geografia do direito internacional no século XIX tinha como maiores zonas de ambiguidade, do ponto de vista dos europeus, nações consideradas "bárbaras" ou nações asiáticas e islâmicas que, em função de suas leis próprias, poderiam não oferecer a reciprocidade esperada pelos europeus no relacionamento diplomático. A autora menciona, porém, que mesmo uma visão restritiva do direito internacional, que excluísse aquelas nações, teria como escopo "Europe and its daughter states",⁵⁵⁹ ou seja, não se restringindo apenas ao continente europeu em si. O Brasil poderia figurar, creio, como uma das "daughter states" da Europa. Mas não estava excluído de mostrar-se dentro do critério de *civilização*, de nação civilizada. Já foi observada a importância da escrita da história nacional para a pretensão de um país de ser aceito no rol destas nações, e do papel

⁵⁵⁵ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 511.

⁵⁵⁶ A epígrafe da "Memória" também é bíblica, Evangelho de S. Mateus, 22, 21: *Reddite ergo quae sunt Caesaris, Caesari*, "Dai a César o que é de César".

⁵⁵⁷ Após a Paz de Westfália (1648), que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos, na Europa, a arbitragem papal nas disputas diplomáticas perdeu o caráter proeminente que possuía, dando lugar às negociações entre estados mutuamente reconhecidos, com base em critérios mutuamente aceitos (Cf. KANTOR, *op. cit.*, capítulo 1). Estes elementos aparecem, cerca de um século depois, em 1755-6, no que é chamado por alguns historiadores de *Revolução Diplomática* (Cf., por exemplo, KRIEGER, Leonard. *Kings and Philosophers 1689-1789*. Nova Iorque, EUA: Norton & C., 1970; DORN, Walter L. *Competition for Empire 1740-1763*. Nova Iorque e Londres: Harper & Brothers, 1940; OGG, David. *La Europa del Antiguo Regimen 1715-1783*. Madri: Siglo Veintiuno, 1974). Essa revolução, que em primeiro lugar significou a alteração do jogo de alianças entre as grandes potências européias, com a aliança entre as antigas rivais seculares França e Áustria, teve também o sentido de fazer prevalecer, sobre as rivalidades dinásticas, a razão de Estado de reinos soberanos, articulada em uma política sistemática. Seus principais artífices foram grandes exemplos do chamado despotismo esclarecido, como Frederico II da Prússia.

⁵⁵⁸ "During the nineteenth century, the concept of civilisation came increasingly to act as a criterion for entry into the sphere of international law" (SYLVEST, Casper. "The foundations of Victorian international law". BELL (ed.), *op. cit.*, p. 52).

⁵⁵⁹ PITTS, Jennifer. "Boundaries of Victorian international law". BELL (ed.), *op. cit.*, p. 71.

particular que o IHGB empenhou-se no Brasil nesse sentido.⁵⁶⁰ Uma negociação diplomática de fronteiras, ainda mais envolvendo uma das nações que ajudava a formar o modelo de nação civilizada, a França, deveria ser, na nossa visão, outro momento importante de afirmação do caráter civilizado da nação. Para isso, caberia, como para a escrita da história, que as propostas do Brasil viessem dentro de regras e formas a serem aceitas universalmente, ou melhor, a serem aceitas pelos critérios eurocêntricos de uma negociação entre nações civilizadas. Uma exposição que demonstrasse a capacidade do Brasil de mostrar-se em condição de igualdade com a França a tal ponto que poderia ser apresentada em instituição francesa, diante dos pares daquele país, como faria Joaquim Caetano na *Société de Géographie* de Paris.

A memória de 1851

A exposição de Joaquim Caetano sobre a questão de limites com a França começa com a origem da discórdia: a interpretação sobre o artigo oitavo do Tratado de Utrecht. Os primeiros parágrafos (a memória é dividida em parágrafos numerados) transcrevem o artigo oitavo, o artigo 107 do Congresso de Viena de 1815 que reafirmava Utrecht, e os artigos 1º e 2º da convenção de 1817 entre Portugal e França, que igualmente confirmava como limite o acertado na cidade holandesa. Isto para estabelecer a questão essencial: averiguar bem a "interpretação genuína do artigo oitavo do Tratado de Utrecht",⁵⁶¹ para que as duas nações pudessem finalmente traçar a fronteira.

Quais eram, então, as divergências de interpretação entre Brasil e França? Segundo Joaquim Caetano, o Brasil mantivera-se invariável em sua posição: entendia o rio *Japoc* (como estava escrito no Tratado de Utrecht), ou *Vicente Pinzón*, como o rio modernamente conhecido como *Oiapoque*, cuja embocadura estava situada entre quatro e cinco graus de latitude Norte. Os franceses, porém, de acordo com Joaquim Caetano, variaram ao longo do tempo sua compreensão de qual rio estava entendido no artigo oitavo de Utrecht, chegando a identificar seis rios diferentes como o correto, todos mais ao sul que o Oiapoque, ampliando-lhes o território da Guiana Francesa e fazendo-a

⁵⁶⁰ Notavelmente, o clássico artigo de GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História nacional". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Nº. 01, p. 15, jan. 1988.

⁵⁶¹ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 424.

chegar até o rio Amazonas.⁵⁶² A argumentação de Joaquim Caetano na "Memória" divide-se então em duas partes: uma que podemos chamar de negativa, em que rebate as seis proposições francesas diferentes para o rio do Tratado de Utrecht; e uma que chamaremos de positiva, em que defende a proposição brasileira (composta de 12 "factos" a comprovarem essa proposição). Procuraremos aqui destacar os aspectos que fazem do texto de Joaquim Caetano um texto erudito, no nosso entendimento.

Um destes aspectos era o conhecimento e trato das fontes. Joaquim Caetano reconhece logo na abertura da "Memória" suas dívidas neste âmbito:

Antes de proferir nem sequer o título deste pequeno trabalho, peço licença para consagrar as minhas primeiras palavras a um tributo de gratidão. O Sr. Manoel Ferreira Lagos, digníssimo terceiro vice-presidente do Instituto, o Sr. Francisco Adolfo de Varnhagen, digníssimo primeiro secretário, e o Sr. Miguel Maria Lisboa, digníssimo relator da segunda comissão de Geografia, favoreceram-me generosamente com documentos preciosos, sem os quais sairia muito mais minguada minha penúria.⁵⁶³

Esses documentos, ou pelo menos os fornecidos por Varnhagen e Lagos, aparecem nos parágrafos 16 e 17, e abonam o argumento de Joaquim Caetano quanto às pretensões francesas na região do Amazonas. O manuscrito que Varnhagen lhe passara pertencia ao próprio arquivo do IHGB, era a correspondência de Antônio de Araújo, que representara Portugal em negociações com a França no final do século XVIII. "É cópia, e cópia sem assinatura, nem formalidade alguma tendente a autenticá-la; e entretanto não se lhe podem negar os foros de bem autêntica, pois é do punho de José Egídio Álvares de Almeida", secretário do Príncipe Regente D. João, tendo entre suas tarefas a incumbência de tirar cópias dessa correspondência. Que a letra é dele, assevera Joaquim Caetano que "se pode verificar no Arquivo Público do Império, em grande número de autógrafos seus daquela mesma época do tratado [refere-se a tratado de 1797, do qual participou o dito Antônio de Araújo], e no mesmo predicamento de Secretário Real".⁵⁶⁴ Varnhagen lhe passara o manuscrito, e Joaquim Caetano localizara-lhe o autor e circunscrevera-lhe o período, assegurando a autenticação que o manuscrito em si não possuía. A preocupação com lidar exclusivamente com documentos autenticados é constante na "Memória".

⁵⁶² A variação da posição francesa ao longo do tempo foi, como vimos, argumento usado pelo Visconde do Uruguai nas negociações de 1855-56.

⁵⁶³ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 421-422.

⁵⁶⁴ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 427-428.

A contribuição de Manoel Ferreira Lagos (1817-1871) vinha de seu arquivo pessoal: um escrito que pertencera ao espólio de José Silvestre Rebelo, intitulado *Memória sobre a parte da Guiana chamada Francesa*, datado de 1810 e com "assinatura autógrafa" do Brigadeiro Manoel Marques. O brigadeiro, de quem Silvestre Rebelo teria sido "amigo íntimo", segundo Joaquim Caetano (talvez por informação do próprio Lagos), fora o líder da expedição de conquista da Guiana Francesa ordenada por D. João em 1809, em represália pela invasão francesa a Portugal; por isso é chamado por Caetano de "conquistador de *Caiena*". Caetano atribui grande importância a este escrito pois acreditava ser ele "literalmente extraído, quase todo, do Arquivo Geográfico de Caiena, o qual ficara em poder do conquistador". Esta asserção não constava do documento em si, mas transluzia, de acordo com Caetano, "do contínuo francesismo da dicção e das ideias".⁵⁶⁵ Lagos ainda fornecera outro documento sem data nem assinatura, mas que reproduzia partes daquele primeiro, que continha informações colhidas nos arquivos franceses de Caiena, por conseguinte informações que os franceses poderiam omitir aos brasileiros.

Os documentos cedidos por Varnhagen e Lagos são dois exemplos da pesquisa documental de Joaquim Caetano, voltada para recuperar todas as menções, em obras e documentos brasileiros e franceses, às interpretações para a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. Exemplificam também seus métodos de leitura de documentos, capazes de identificar a letra, datar o documento pelo contexto e conteúdo, e mesmo justificar diferenças de grafia entre os nomes das localidades geográficas.⁵⁶⁶ Uma constante de Joaquim Caetano em suas argumentações, que reaparecerá em *L'Oyapoc et l'Amazonie*, é sua capacidade de analisar a ortografia e a etimologia das palavras, possivelmente oriunda da sua experiência como professor de línguas.⁵⁶⁷

Quanto ao terceiro merecedor de agradecimentos por parte de Joaquim Caetano, Miguel Maria Lisboa (1809-1881), relator da segunda comissão de Geografia do IHGB, não há menção direta ao(s) documento(s) que este teria oferecido a Caetano. O *Catálogo da exposição de história e geografia* da Biblioteca Nacional, de 1881, menciona, entre as obras referentes às questões de limites com a Guiana Francesa, uma

⁵⁶⁵ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 428.

⁵⁶⁶ Como quando analisa a proposição francesa de que o rio-limite seria o "Calsuene", que entretanto aparece grafado de várias formas diferentes em documentos e mapas brasileiros e franceses ("Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 476-477).

⁵⁶⁷ Bacharel em Letras na França, Joaquim Caetano demonstrava inclusive capacidade de analisar as peculiaridades desse idioma. Na argumentação sobre o rio Calsuene, citada na nota acima, Caetano justificará a escrita francesa do nome do rio pelo "já notado vício com que os Franceses proferem como v [o] w inglês" ("Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 476).

"Memória sobre os limites entre o Império e a Guiana Francesa", de autoria de Lisboa. A descrição da "Memória" informa que esta incluía três pequenos mapas geográficos feitos a bico de pena, e os seguintes acompanhamentos: uma lista de livros e manuscritos consultados para a feitura da "Memória", um apêndice sobre o Oiapoque, um "Memorandum reservado" de Caetano Maria Lopes Gama dirigido ao então secretário dos Negócios Estrangeiros Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho sobre a questão do Oiapoque e, na única indicação de data, um parecer sobre a própria "Memória" do punho do conselheiro José de Araújo Ribeiro, de 1849. O *Catálogo* traz em seguida registro em separado deste parecer, informando que fora dirigido ao Marquês de Olinda e era datado Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1849.⁵⁶⁸ Lembremos que José de Araújo Ribeiro, depois barão e visconde do Rio Grande, foi o diplomata escalado para as negociações com a França em 1841-42, que não foram em frente.⁵⁶⁹ O Marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima, a quem o parecer de Ribeiro sobre a "Memória" de Miguel Maria Lisboa dirigia-se, era presidente do Conselho de Ministros do décimo gabinete, inaugurado em 29 de setembro de 1848, e acumulou esse posto com a pasta de Estrangeiros até um dia antes da data do parecer, dia 8 de outubro de 1849, quando assumiu Paulino José Soares de Sousa. De modo que o parecer pode ter sido concluído antes que seu autor soubesse da troca de ministros, ou talvez fosse mesmo diretamente endereçado ao presidente do conselho, Olinda. O parecer é o único indício de datação da "Memória" de Miguel Maria Lisboa, diplomata que serviu na América do Sul, nos Estados Unidos, na Bélgica e em Portugal, e aponta que esta estava concluída há pelo menos dois anos quando Joaquim Caetano apresentou seu texto no IHGB. A própria "Memória", ou a bibliografia que a embasava, podem ter sido cedidos a Joaquim Caetano por Lisboa, valendo por isso um agradecimento.

Além das contribuições dos colegas do IHGB e do mencionado Arquivo Público do Rio de Janeiro, outro local de pesquisa importante para Joaquim Caetano foi a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, futura Biblioteca Nacional, guardadora do acervo trazido por D. João quando da transferência da Corte em 1808. A importância desse

⁵⁶⁸ *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil, op. cit.*, entradas 10547 e 10548, p. 916.

⁵⁶⁹ Um ofício de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, de 7 de maio de 1842, guardado na Biblioteca Nacional, incumbia José de Araújo Ribeiro de ser o plenipotenciário brasileiro (Disponível digitalizado em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1233598/mss1233598.pdf, acesso em janeiro de 2013). O objetivo das instruções era, antes de tudo, evitar qualquer tentativa de substituir o Tratado de 28 de agosto de 1817. De José de Araújo Ribeiro, a Biblioteca Nacional guarda e também disponibiliza digitalizado um manuscrito seu, sem data, intitulado "Qual he o rio Vicente Pinzon" (Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1195347/mss1195347.pdf, acesso em janeiro de 2013).

acervo vinha principalmente de conter as edições oficiais portuguesas dos tratados de paz da Guerra de Sucessão Espanhola: "Graças ao Sr. D. João Sexto, temos aqui no Rio de Janeiro estas edições originais, na opulenta Biblioteca Nacional e Pública (...). Não me é possível nesta ocasião sopitar um pensamento, que merecia estar vulgarizado. A Biblioteca Nacional e pública do Rio de Janeiro é um dos maiores benefícios que deve o Brasil à transferência do trono português".⁵⁷⁰

A Biblioteca ainda proporcionava outros documentos importantes, como os que acompanhavam as *Memórias inéditas* do Conde de Tarouca, texto esse "que não existe entre nós", segundo Joaquim Caetano.⁵⁷¹ As ditas memórias deveriam ser de suma importância, pois o (4º) Conde de Tarouca (D. João Gomes da Silva, 1671-1738) fora um dos plenipotenciários portugueses nas negociações de Utrecht, ao lado de Dom Luís da Cunha. Este último, por sinal, também deixou memórias e escritos sobre os eventos de Utrecht; as memórias tiveram inclusive uma trajetória muito peculiar. Eram originalmente em quatro volumes, e vieram com a Corte em 1808, vindo a desaparecer no Rio de Janeiro (com suspeitas de que o embaixador inglês as tivesse usurpado). Voltaram a aparecer em leilões de livros raros na Europa; os originais dos dois primeiros volumes encontram-se na British Library, e o quarto na Biblioteca Nacional de Portugal, desconhecendo-se até hoje o paradeiro do terceiro volume. Na British Library, os dois volumes pertencem à coleção de Charles Stuart (1779-1845), primeiro barão Stuart de Rothesay, que serviu como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário a Portugal e Brasil entre 1810 e 1814 (daí a suspeita de ter roubado os volumes).⁵⁷² O Barão do Rio Branco, quando, no final do século XIX, assumiu as negociações de limites com a França, mandou adquirir todos os escritos disponíveis de Dom Luís da Cunha na Europa, bem como copiar o que pudesse ser copiado,⁵⁷³ mas

⁵⁷⁰ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 482.

⁵⁷¹ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 483.

⁵⁷² Cf. o endereço do registro na British Library: [http://searcharchives.bl.uk/primo_library/libweb/action/display.do?tabs=detailsTab&ct=display&fn=search&doc=IAMS036-002091162&recIds=IAMS036-002091162&recIdxs=8&elementId=&renderMode=poppedOut&displayMode=full&dscent=0&frbrVersion=&frbg=&scp.seps=scope%3A\(BL\)&tab=local&dstmp=1365691494144&srt=rank&gathStatTab=true&mode=Basic&dum=true&vl\(freeText0\)=luis%20da%20cunha&vid=IAMS_VU2](http://searcharchives.bl.uk/primo_library/libweb/action/display.do?tabs=detailsTab&ct=display&fn=search&doc=IAMS036-002091162&indx=9&recIds=IAMS036-002091162&recIdxs=8&elementId=&renderMode=poppedOut&displayMode=full&dscent=0&frbrVersion=&frbg=&scp.seps=scope%3A(BL)&tab=local&dstmp=1365691494144&srt=rank&gathStatTab=true&mode=Basic&dum=true&vl(freeText0)=luis%20da%20cunha&vid=IAMS_VU2), acesso em abril de 2013.

⁵⁷³ Informações do Professor Abílio Diniz Silva, no curso "Dom Luís da Cunha e a Paz de Utrecht", oferecido na Cátedra Jaime Cortesão, FFLCH-USP, 18-20 de março de 2013. Cf. ainda o registro do quarto volume das memórias de D. Luís no sítio da Biblioteca Nacional de Portugal, <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!1683732~!2&ri=1&aspect=subtab13&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=lus%C3%83%C2%ADadas&index=.TW&uindex=&aspect=subtab13&menu=search&ri=1>, acesso em março de 2013, que disponibiliza a obra digitalizada.

antes o Brasil já conseguira algumas cópias dos escritos do grande diplomata. Como vimos, em *L'Oyapoc et l'Amazone* Joaquim Caetano utilizará as memórias de D. Luís da Cunha. Afirmou ter consultado dois dos três volumes conhecidos no primeiro trimestre de 1852 em Lisboa, disponíveis em duas cópias: uma na Biblioteca da Ajuda, e outra de posse do herdeiro de D. Luís, o Conde da Cunha, cuja cópia havia sido enviada para o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil em 1852 pelo conselheiro Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond.⁵⁷⁴ Vemos assim alguns dos limites da pesquisa de Joaquim Caetano para escrever a "Memória" de 1851; nos parece que o principal da sua bibliografia viesse dos arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro acima citados, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Público e o IHGB.

Nesse sentido, a pesquisa apresentada posteriormente em *L'Oyapoc et l'Amazone* (1861-63) confirma o benefício da mudança para a Europa. Nessa obra, Joaquim Caetano mobilizará fontes da Biblioteca Imperial de Paris (no § 1874, entre outros), do Museu Britânico de Londres (§ 1890), da Torre do Tombo em Lisboa (§ 1880, onde copiou ato régio de 1637, em março de 1852, após intermediação de Alexandre Herculano no arquivo), e de arquivos oficiais franceses, como o Depósito geográfico do Ministério de Negócios Estrangeiros ("Dépot géographique du Ministère des affaires étrangères", § 1487), de Paris, sem relatar casos de interdição de acesso a arquivos. Mesmo com um conjunto de fontes mais limitado, Joaquim Caetano foi entretanto capaz de produzir uma argumentação já sólida na "Memória" de 1851.

A "onividência de Deus": a argumentação de Joaquim Caetano na "Memória"

Tendo o artigo oitavo do Tratado de Utrecht definido que o limite entre as possessões de cada país dava-se pelo rio *Japoc*, ou de *Vicente Pinzón*, a essência dos argumentos de Joaquim Caetano na "Memória" de 1851 reside em descobrir qual rio, nos documentos antes e depois do Tratado de Utrecht (1713), havia recebido simultaneamente as duas denominações. O tipo de argumentação varia, pois também as diferentes interpretações do lado francês poderiam variar de origem e motivação. Joaquim Caetano identificou seis interpretações francesas diferentes, ao longo do tempo, para o rio-limite do Tratado de Utrecht: Amazonas, Araguari, Carapapouri, Mapá, Maiacaré e Calsuene. Do lado brasileiro só havia uma versão: o Oiapoque. Sua crítica das interpretações francesas segue basicamente o seguinte roteiro: primeiro, Caetano localiza geograficamente o rio

⁵⁷⁴ *L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 146.

proposto pelos franceses; a seguir, levanta as menções, nos documentos oficiais, memórias e obras antigas, ao rio em questão; por fim, argumenta porque tal rio não poderia corresponder àquele entendido no acordo de 1713.

Uma das formas de argumentação, por *lógica*, se faz presente na negação da primeira interpretação francesa elencada por Caetano: a de que o rio do tratado fosse o Amazonas. Recusa-a Caetano nos parágrafos 21 e 22:

21. Diz o artigo oitavo do Tratado, que Sua Majestade Cristianíssima [isto é, o rei da França] desiste para sempre de todo e qualquer direito ou pretensão sobre a propriedade das terras chamadas do *Cabo do Norte*. Ora as terras do *Cabo do Norte* principiam justamente na margem esquerda do Amazonas: se esta margem pertencesse à França, que palmo de terra caberia ao Brasil nas terras do *Cabo do Norte*?

22. Acrescenta o artigo, que estas terras estão situadas entre o *Rio das Amazonas*, e o rio *Japoc* ou de *Vicente Pinsão* [sic]. Mas se o *Japoc* ou *Vicente Pinsão* fosse o Amazonas, cometia o Tratado de Utrecht o absurdo evidente de dizer, que as terras do *Cabo do Norte* estão situadas entre a margem esquerda do Amazonas e a mesma margem esquerda do mesmo Amazonas.⁵⁷⁵

Essa possibilidade de interpretação do Tratado era obviamente absurda, mas serve para ilustrar como nem sempre eram necessárias citações a documentos para formar um argumento, fazendo a lógica um primeiro corte das possibilidades.

A retórica de Joaquim Caetano varia também em função do tipo de interpretação que tinha pela frente. Pois, se em alguns casos poderia tratar-se de "engano", como na versão de que o rio-limite era o Araguari,⁵⁷⁶ em outros Caetano entendia lidar com a astúcia deliberada dos franceses, com tentativas de distorcer o que estava nos documentos para obter seus objetivos. O caso mais claro desse tipo é a proposta francesa de que o rio Carapapouri fosse o rio-limite.⁵⁷⁷ Esta seria, nas palavras de Caetano, uma "transgressão", cujo "invento" cabia a La Condamine,⁵⁷⁸ e do qual se aproveitou o governador de Caiena, Bessner, para invadir o território português no final

⁵⁷⁵ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 430.

⁵⁷⁶ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 434.

⁵⁷⁷ Embora, sobretudo nos escritos franceses, apareçam por vezes como intercambiáveis o Araguari e o Carapapouri, dado que os franceses compreendiam o último como um ramo do primeiro, Joaquim Caetano separa as duas interpretações. O brasileiro explica que "Até o ano de 1782 davam este nome [Araguari], não só ao rio que ainda hoje o conserva, mas também promiscuamente ao *Carapapouri*; por ser opinião geral até aquele tempo, que o rio, que desde então se conhece com o nome distinto de *Carapapouri*, era um ramo de *Araguari*". Tratava-se, todavia, de uma "equivocação", por serem dois rios distintos ("Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 434, grifos no original). Este era o "engano" de La Condamine, compartilhado com seus contemporâneos. Por isso, esse caso era apenas um erro, enquanto a interpretação em favor do Carapapouri uma tentativa deliberada dos franceses de obter vantagem na delimitação da fronteira.

⁵⁷⁸ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 439.

do século XVIII. Essa versão propicia uma sequência de sete parágrafos cujo início contém a expressão "é tão iníqua" a respeito da pretensão francesa, e que termina com considerações sobre o caráter (duvidoso) de La Condamine e Bessner, este último chamado de "especulador inconsciente".⁵⁷⁹ Caetano conclui alegando "que só por nímia obcecação de mal entendido patriotismo pode haver quem se declare mantenedor do testamento de La Condamine e Bessner".⁵⁸⁰ A proposta pelo Carapapouri seria uma artimanha voltada para alargar ao extremo as possessões francesas sem burlar explicitamente o Tratado de Utrecht. Sua viabilidade é descartada de vez no seguinte argumento:

82. E mais felizmente ainda, dependendo agora a questão do sentido genuíno do Tratado de Utrecht, - desmorona-se todo o soberbo artefato ao sopro de uma palavra. O rio do artigo oitavo do Tratado de Utrecht tem simultaneamente os dois nomes de *Japoc* e *Vicente Pinsão*: e o Carapapouri, até 1745, isto é até trinta e dois anos depois do Tratado, conservou constantemente o nome único de *Arauari*; só desde o dito ano de 1745 houve quem se aventurasse a aplicar-lhe o nome de *Vicente Pinsão*; e nem antes do Tratado, e nem depois dele, não teve nunca o nome de *Japoc*.⁵⁸¹

A resposta para esta pretensão francesa é subsidiada por "além de outras razões, o testemunho de quatro graves autoridades francesas em distintas épocas",⁵⁸² autores que deixaram registrado que o Cabo do Norte não poderia ser onde pretendia La Condamine; autores que não só possuíam conhecimentos sobre a região, como, afirma Joaquim Caetano, eram fortemente interessados na defesa dos interesses franceses, e ainda assim não corroboraram a versão de La Condamine. Por exemplo, um deles, Milhau, escrevendo em 1730, era "ex-juiz do almirantado da ilha e Governo de Caiena (...) e igualmente nosso inimigo fidalgo".⁵⁸³

A base da afirmação contra o Carapapouri, como em todos os casos, é o levantamento documental de todas as menções ao rio em questão, para averiguar se ele foi ou não historicamente conhecido *simultaneamente* por *Japoc* e *Vicente Pinzón*, ou *Pinsão*. Nem todos os eruditos franceses que trataram a questão procederam como La Condamine: Joaquim Caetano excetua, por exemplo, Antoine-Augustin Bruzen de La Martinière (1683-1746), autor de *Le Grand Dictionnaire Géographique et Critique* (1726 -1741) e Jacques Nicolas Bellin (1703-1772), geógrafo francês (uma das quatro

⁵⁷⁹ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 455.

⁵⁸⁰ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 455.

⁵⁸¹ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 453.

⁵⁸² "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 452.

⁵⁸³ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 452.

"graves autoridades" citadas acima). Ambos teriam reconhecido o Oiapoque como o rio verdadeiro. Ainda assim, não reconheceram plenamente os direitos luso-brasileiros. Para Joaquim Caetano, o primeiro, La Martinière, ficou prensado entre o respeito à verdade e o nacionalismo:

La Martinière, investigador diligentíssimo, com bem prova o seu Dicionário monumental, estava acostumado a respeitar a verdade; e nesta apertada colisão, em que a sua consciência se via solicitada pelo nacionalismo, ideou um ardiloso consórcio da honestidade com o interesse. Não se animou à clamorosa injustiça de sustentar que não fosse o *Oiapoc* o rio do Tratado de Utrecht; mas, desempapelando uma epiquéia [um meio-termo] que parece sugerida por algum casuísta, sentenciou que tudo quanto o Tratado de Utrecht nos concedera do *Oiapoc* eram os perfis das franças mais altas, mais distantes do tronco, e que estão para o Sul da foz léguas e léguas.⁵⁸⁴

O próprio Joaquim Caetano não negava sua motivação nacionalista, mas isso não impedia, ao menos na profissão de fé, de que prevalecesse o respeito à verdade. Esta seria aferida por argumentos e regras de aceitação universal.

Vale dizer que houve no século XVIII uma considerável ambiguidade no lado francês quanto a qual rio propor como limite. Júnia Ferreira Furtado, estudando aquele que era considerado um dos principais cartógrafos daquele século, Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville, citado por Joaquim Caetano (e que inclusive fez mapas para o diplomata português D. Luís da Cunha), mostra que o renomado cartógrafo desenhou, em diferentes momentos, limites distintos para a Guiana Francesa. Na *Carte de l'Amérique méridionale*, de 1748, D'Anville acabou por optar pela versão "menos desastrosa" para os franceses, colocando o Cabo de Orange, onde se localizava o Oiapoque, mais ao Sul do que o reconhecido pelos portugueses; isso após ter ensaiado outras possibilidades, todas mais para o Norte.⁵⁸⁵ Naquele momento, por volta da publicação do relato de viagem de La Condamine, os franceses começavam a por em dúvida o texto do artigo oitavo do Tratado de Utrecht. O relato da viagem de La Condamine foi publicado com um mapa, a *Carte du cours du Maragnon ou de la Grande Rivière des Amazones*, que identificava o Oiapoque como o rio do Cabo de Orange.⁵⁸⁶ Este mapa também consta digitalizado no projeto Biblioteca Digital de

⁵⁸⁴ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 478.

⁵⁸⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. "Guerra, diplomacia e mapas. a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América Portuguesa na cartografia de d'Anville". *Topoi*, vo. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 76-77.

⁵⁸⁶ LA CONDAMINE, Ch.-M. de. *Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Editora Pan-Americana, 1944.

Cartografia Histórica da USP⁵⁸⁷, junto com outros mapas do século XVIII e XIX que retratam a região: em mapas do século XVIII há variações na localização dos limites da Guiana Francesa.⁵⁸⁸

De fato, a cartografia portuguesa tem no Tratado de Utrecht um momento de inflexão, num movimento que envolve os historiadores de então.⁵⁸⁹ No século XVIII, a relação entre Portugal e França na cartografia é mais complexa do que poderia parecer: Dom Luís da Cunha, negociador português em Utrecht, teve estreita relação com d'Anville, colaborando inclusive com a *Carte de l'Amérique Méridionale* (1748).⁵⁹⁰ Júnia Ferreira Furtado mostra como, em Utrecht, as negociações entre franceses e portugueses, em 1713, vieram após as negociações entre ingleses e franceses, no ano anterior. Os franceses, surpresos com a quantidade e qualidade das informações trazidas pelos ingleses, em documentos e mapas, emularam a estratégia britânica com os portugueses, desta vez surpreendendo os plenipotenciários de Lisboa. Dom Luís da Cunha, a partir desta experiência, passou a dar grande atenção à cartografia, e a encomendar mapas para informar o governo português quando algum conflito ou questão importante despontava entre as potências europeias.⁵⁹¹

⁵⁸⁷ No sítio <http://www.mapashistoricos.usp.br/>.

⁵⁸⁸ Consultamos a *Carte de la mer du Sud et Carte de la mer du Nord*, de 1713, o *A Map of Terra Firma Peru, Amazone-Land, Brasil & the North P. of La Plata*, de 1729, que dão limites diferentes, o primeiro fazendo a Guiana Francesa avançar ao Sul da linha do Equador; semelhante ao que consta na *Carte de la Terre Ferme, du Perou, du Bresil, et du Pays des Amazones*, de 1732. Uma versão em inglês de um mapa de d'Anville para a América do Sul, de 1775 (*A Map of South America containing...*) identifica o limite no Cabo do Norte, e não no de Orange, onde ficaria o Oiapoque. Contemporâneo ao momento de Joaquim Caetano, um mapa norte-americano (*Map of South America engraved to illustrate Mitchell's School and Family Geography*), porém dá o limite conforme pretendido pelos brasileiros: no Oiapoque, cabo de Orange.

⁵⁸⁹ "Sob o impacto da Paz de Utrecht (1713) - que praticamente invalidou o Tratado de Tordesilhas -, as coroas ibéricas iniciaram o mapeamento sistemático dos seus domínios territoriais na América do Sul. Novos recursos foram investidos na formação de engenheiros militares, no patrocínio de expedições e na confecção de cartas e descrições geográficas *in loco*. Nas primeiras décadas do século XVIII, diplomatas europeus estavam elaborando novos princípios de apropriação jurídica dos territórios ultramarinos. E, para municiar os diplomatas nas negociações internacionais, frequentemente eram convocados historiadores da Academia Real de História Portuguesa - criada por D. João V, em 1720 -, que desse modo, deu alguma atenção à preocupação com a defesa do patrimônio ultramarino" (KANTOR, Iris. "Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)". *Anais do Museu Paulista*, v. 17 n. 2, jul.-dez. 2009, p. 43-44). Para Júnia Ferreira Furtado, "o Congresso de Utrecht (1712-1715) ocupou um ponto de inflexão decisivo no uso da cartografia como instrumento de persuasão política" (FURTADO, Júnia Ferreira. "Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville". *Topoi*, vo. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 76).

⁵⁹⁰ Cf. também FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da Geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

⁵⁹¹ FURTADO, "Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville", *op. cit.*

A questão se dá em torno das palavras, da releitura dos documentos (mapas inclusos), porque o texto do Tratado de Utrecht não dá uma localização (graus, latitude etc.) para o rio *Japoc* ou de *Vicente Pinzón*. Destarte, a linguagem ganha densidade no debate: o rio-limite deveria ser um rio cuja denominação, encontrada nos documentos, fosse duplamente *Japoc* e de *Vicente Pinzón*; o "ou" do Tratado tornava-se "e". Como o Tratado estipulasse que as terras do *Cabo do Norte* deveriam pertencer a Portugal, bem como a exclusividade da navegação no Amazonas, isto é, as duas margens desse rio, o rio-limite não poderia violar essas condições (por isso não poderia ser o próprio Amazonas, como vimos acima). A natureza da região em si, porém também é importante, como veremos a seguir.

O historiador que examina a questão tudo vê, isto é, diante dos documentos, pode perceber qualquer tentativa de apresentar a questão que não se firme nos critérios necessários, ou que tente deliberadamente burlá-los. Ao examinar a interpretação de um deputado francês para a questão, Auguis, apresentada em 18 de junho de 1840 na Câmara dos Deputados daquele país, que pretendia que a ambiguidade do Tratado de Utrecht vinha deste, supostamente, ter tomado por base um mapa holandês, Joaquim Caetano afirma que Auguis não cuidou da "onividência de Deus"⁵⁹², por achar que podia fazer atribuições ao mapa holandês não condizentes com o que constava do dito mapa. Auguis afirmou que aquele mapa nomeava *Yapock* a determinado rio, quando de fato esta denominação não existia no mapa. O Deus onividente, o historiador que tudo observava, descobria os erros onde estivessem, e de que caráter fossem, de boa ou má fé.

Em resumo, nenhuma das seis versões francesas para o rio-limite servia porque: 1º) o Amazonas feria a própria lógica do Tratado; 2º) o Araguari era um equívoco de toponímia; 3º) o Carapapouri, uma iniquidade dos franceses surgida no século XVIII, para alargar seus domínios; 4º) o rio Mapá na verdade correspondia ao posto militar que os franceses desejavam para si; não poderia ser o rio-limite porque só passa os geógrafos só passam constar sua existência a partir de 1836; 5º) o Mayacaré, só foi citado como limite norte do Brasil pelos portugueses *antes* do aprofundamento da questão; após serem instados a definir a fronteira pelos franceses, este rio deixou de ser mencionado; 6º) o Calsoene, jamais teve os dois nomes de Oiapoque e Vicente Pinzón, sendo, *apenas pelos franceses*, conhecido por Vicente Pinzón (mas nunca simultaneamente por Oiapoque). Assim, a lógica do Tratado (propostas 1 e 6), bem

⁵⁹² "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 474.

como o contexto histórico a explicar o porquê de algumas interpretações existirem (3 e 5), e o progresso dos conhecimentos toponímicos da região (2 e 4) fornecem as principais bases para a argumentação de Joaquim Caetano, sempre embasada nas fontes contemporâneas aos eventos que cita. Faltava-lhe, por conseguinte, mostrar se a interpretação brasileira resistia às mesmas objeções, e encontrava fundamento no contexto histórico do Tratado de Utrecht.

A argumentação positiva

A argumentação em favor do Oiapoque, como dissemos, é dividida em doze "factos". Os dois primeiros são voltados para resolver a questão ortográfica e hidrotoponímica: como no texto de Utrecht o nome do rio aparece grafado *Japoc*, Joaquim Caetano procura mostrar, com exemplos, que antigamente o *J* intercambiava-se com o *I*, e que o nome do rio poderia ser escrito (e fora, em textos que cita) sem o *O* no começo. Além disso, este rio, grafado em suas variantes possíveis, de acordo com os exemplos e o estudo das línguas antigas feito por Joaquim Caetano, tinha uma localização aferível a partir de cartas e relatos escritos: entre os quatro e cinco graus de latitude norte, ou, no Cabo de Orange. Os exemplos vão da "Descrição da França equinocial", de La Barre (1666), até o *Dicionário* de La Martinière de 1739.⁵⁹³ Ou seja, diferente das proposições francesas, o conhecimento do Oiapoque pela geografia, naquela localização específica, encontrava-se em exemplos das décadas imediatamente anteriores e posteriores a Utrecht.

Faltava-lhe resolver a segunda parte da questão da nomenclatura: o rio também ser conhecido por *Vicente Pinzón*. Joaquim Caetano argumenta, então, que vários rios diferentes da região receberam este nome. Porém, em documento de 1637, o então rei de Espanha, Felipe IV, identificava o Oiapoque como Vicente Pinzón, e este documento foi aceito pelos franceses em 1699, na negociação do tratado provisório de 1700 (terceiro e quinto fatos). Aí constava, portanto, a própria aceitação oficial da França ao Oiapoque como Vicente Pinzón, em negociações pouco anteriores a Utrecht.⁵⁹⁴ O passo seguinte foi identificar o que seria o *Cabo do Norte*, a área ao Norte da margem esquerda do Amazonas que o Tratado de Utrecht garantira exclusivamente a Portugal. A argumentação de novo baseia-se em lógica: denominava-se *mar do Norte* á parte do

⁵⁹³ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 485-486.

⁵⁹⁴ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 489-490.

Oceano Atlântico localizada acima da linha do Equador; "Ora não era tão natural dar-se o nome de *Cabo do Norte* à ponta mais saliente das terras banhadas pelo *Mar do Norte*? - Logo quando se dizia *Terras do Cabo do Norte*, aquilo não significava *Terras do Cabo Setentrional do Amazonas*, mas sim *Terras do Cabo do Norte*. Novo argumento para nos convenceremos de que a verdadeira posição deste *Cabo* é na *Ilha de Maracá*".⁵⁹⁵

Este trecho da argumentação levou Joaquim Caetano a uma consideração, no contexto, irônica, mas interessante. Caetano inicia o quarto fato, que corresponde ao argumento delineado acima, observando que "Antes do Tratado de Utrecht, as Terras chamadas do *Cabo do Norte* abrangiam, na sua totalidade, muito mais que os arredores do *Cabo* deste nome: eram a *Guiana* inteira". A observação lhe aparece como digna de atenção pelos franceses, pois poder-se-ia no limite forçar uma interpretação que concedesse aos brasileiros toda a Guiana, sob a alegação de que correspondia ao que se entendia antigamente por Cabo do Norte. Para Joaquim Caetano, é o "natural pendor de sujeitarmos as coisas aos nomes".⁵⁹⁶ Aí quebra-se a possibilidade de se entender a disputa somente pelo viés documental. As "coisas" não poderiam ser sujeitadas incondicionalmente aos "nomes"; isto é, o Cabo do Norte era uma realidade que cabia determinar, embora sua presença nos documentos desse margem para traçá-lo de diferentes maneiras. É assim que, após apontar ocasiões, antes do Tratado de Utrecht, em que a França reconhecia o Oiapoque como limite meridional da Guiana Francesa (quinto fato), Joaquim Caetano examina por um momento a geografia da região, a "coisa" em si. O sexto fato busca mostrar que "a própria natureza do terreno que entremeia do *Amazonas* ao *Yapoc*, está mostrando que aquele terreno pertence à região amazônica", e, portanto, ao Brasil.⁵⁹⁷ A defesa desse argumento usa a descrição da região contida em escrito francês, a "Memória sobre a parte da Guiana que se estende entre o Oiapoque e o Amazonas, e sobre a comunicação do Amazonas com a Lagoa Mapá pelo rio Saint-Hilaire. Pelo Sr. Reynaud", com indicação da procedência, o tomo XI do Boletim da Sociedade de Geografia de Paris, de 1839.

O restante da argumentação versa basicamente sobre o contexto do Tratado de Utrecht. Citando o Visconde de Santarém (*Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas Potências do Mundo* etc., tomo quarto, de

⁵⁹⁵ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 493.

⁵⁹⁶ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 490.

⁵⁹⁷ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 495.

1844),⁵⁹⁸ Joaquim Caetano mostra que, no tratado provisório de 1700, as terras do Cabo do Norte foram declaradas neutras, com o que a França esteve de acordo. No tratado em que Portugal reconhecia o testamento de Carlos II, em 1701 a neutralidade daquele território, antes provisória, foi declarada definitiva.⁵⁹⁹ Já no tratado em que Portugal aderiu à Grande Aliança, ao lado de Inglaterra e Holanda, em 1703, que Joaquim Caetano cita através dos documentos que acompanhavam as memórias do Conde de Tarouca,⁶⁰⁰ ficou estipulado que aquelas terras seriam cedidas definitivamente a Portugal. O Tratado de Utrecht parte, desse modo, desses acordos prévios, que não só garantem os direitos portugueses, como mostram a compreensão francesa dos limites entre a Guiana e o território (então) português. Em última instância, e aqui estava a chave para a interpretação do Tratado de Utrecht segundo Joaquim Caetano, este tratado reproduzia a compreensão da toponímia presente no primeiro tratado da série, o provisório de 1700, cuja toponímia serve de base aos acordos de 1701 e 1703. Isto é, interpretar o artigo oitavo de Utrecht era de fato interpretar o tratado provisório de 4 de março de 1700 (reproduzido pelo autor, a partir de Santarém), não obstante o acordo de 1713 ter expressamente anulado quaisquer tratados provisionais anteriores. A anulação se deu porque estes últimos declaravam a região em litígio como neutra; e Portugal, em 1713, a reclamou para si. Entretanto, a compreensão de *qual era a região em litígio* permanecia a mesma; Portugal reclamava para si a *mesma região* que em 1700 havia sido declarada neutra. Por isso era fundamental apurar o entendimento que ambas as partes faziam dos limites *antes de 1700*; por isso a importância da Doação de 1637, e de sua aceitação, nos anos seguintes, pelos franceses. Toda essa argumentação, em última instância de caráter lógico, só era possível por meio de uma reconstituição histórica da elaboração dos tratados, que fizesse o encadeamento entre eles; reconstituição a que se dedica Joaquim Caetano nos fatos de sete a onze.

⁵⁹⁸ Trata-se do 2º Visconde de Santarém, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão de Carvalhosa (1791-1855), importante diplomata português do século XIX. Segundo Íris Kantor, "Na década de 1840, quando o visconde de Santarém publicava seus estudos, iniciava-se a era dos contenciosos fronteiriços entre o Império do Brasil e os demais poderes coloniais - ingleses, franceses e holandeses - especialmente na região amazônica... Os trabalhos de Santarém foram rapidamente assimilados pela diplomacia brasileira na disputa com a França pela fronteira no cabo do Norte. A diplomacia brasileira valeu-se das evidências toponímicas registradas nos mapas produzidos durante a colonização. Nesse contencioso, a hidrotoponímia foi fundamental para a definição dos limites territoriais. A diplomacia, do Império e da República - mobilizou a memória cartográfica para obtenção dos seus pleitos nos tribunais internacionais (...)" (KANTOR, Iris. "Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)". *Anais do Museu Paulista*, v. 17 n. 2, jul.-dez. 2009, p. 57-58).

⁵⁹⁹ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 496-497.

⁶⁰⁰ Que Joaquim Caetano confrontou com as citações feitas pelo Visconde de Santarém; "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 484.

O décimo segundo fato procura mostrar que a França reconhecia o limite no Oiapoque pela alegação de que nos anos seguintes a Utrecht os franceses não tentaram incursões ao território português. Como base, Joaquim Caetano toma os *Anais do Maranhão* de Berredo. Como reforço definitivo, Caetano cita dois reconhecimentos explícitos dos franceses, nas décadas seguintes a Utrecht, aos limites conforme defendidos pelo Brasil: uma relação de viagem de 1725 e uma carta do Geral dos missionários da Companhia de Jesus na Guiana Francesa, de 1726.⁶⁰¹

O tratamento das fontes na argumentação segue sempre sua citação completa e, em alguns casos, a descrição física das obras raras ou dos manuscritos, como no caso dos documentos anexos às memórias do Conde de Tarouca.⁶⁰² Joaquim Caetano observa assinaturas, datas e autenticação dos documentos; no caso do mapa do holandês Van Langren, que encontrava-se na Biblioteca Nacional (e Pública, como sempre escreve Caetano), dentro de uma coleção de mapas, mas estava sem data, Joaquim Caetano inferiu-a a partir de outro mapa contido no mesmo volume. Este segundo mapa, positivamente datado de 1598, tinha sinais de uma reprodução inglesa (o mapa holandês também vinha com reprodução inglesa), possibilitando a Joaquim Caetano inferir "que era quando menos da antiguidade de 1598".⁶⁰³ No caso dos textos, extensas transcrições são comuns: Joaquim Caetano quer apresentar textualmente como apareceu, historicamente, a nomenclatura dos rios e territórios contestados, em documentos de todas as nacionalidades envolvidas. Os textos dos tratados diplomáticos também aparecem transcritos.

Sua forma de lidar com as fontes revela, além da exposição aos interlocutores de todas as bases de sua argumentação, conhecimentos históricos relativos a ortografia e gramática, e ao contexto político-diplomático, que lhe possibilita perscrutar as motivações dos autores. A citação completa às obras e sua capacidade de descrevê-las configura a capacidade de formular a bibliografia; Joaquim Caetano poderia dispor o material de que se vale num catálogo bibliográfico cuidadoso se reunisse essas descrições. Vale dizer que, na memória de 1851, os textos escritos e as cartas aparecem

⁶⁰¹ Ambas publicadas em Jean-Baptiste Labat, *Voyage du chevalier Des Marchais en Guinée, isles voisines et à Cayenne, fait en 1725, 1726 & 1727 : contenant une description très exactes & très étendue de ces Païs, & du Commerce qui s'y fait. Enrichi d'un grand nombre de Cartes & de Figures en Tailles douces*, Amsterdam, aux dépens de la Compagnie, 1731, nos tomos 3 e 4.

⁶⁰² "São quatro tomo in-fólio grande, perfeitamente conservados; ótima letra; papel de Holanda dourado; frontispícios de pergaminho variamente iluminados com tarjas e arabescos no gosto do século passado; encadernação inteira riquíssima; de couro da Rússia carmesim, com a coroa real nos quatro ângulos da capa"; "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 483.

⁶⁰³ "Memória", *RIHGB*, 1850, tomo 13, p. 487.

com o mesmo peso, praticamente. Se nas negociações de 1855-56 os mapas são privilegiados, em *L'Oyapoc et l'Amazone* serão os textos as principais fontes de prova para a interpretação brasileira.

L'Oyapoc et l'Amazone (1861-63): o debate imediato com Saint-Quentin e d'Avezac

A gênese de *L'Oyapoc et l'Amazone. Quêstion brésilienne et française*, como esboçamos acima, vem da resposta à d'Avezac, que começa a ser elaborada em 1857, e da expectativa de uma nova rodada de negociações entre Brasil e França. Joaquim Caetano informou a D. Pedro II, em carta de 6 de fevereiro de 1859, que Saint-Quentin, major de Engenheiros, seria enviado pela França para o Brasil para tratar da questão do Oiapoque; e que fora o próprio Napoleão III quem mandara imprimir a memória *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazone*, de 1850, escrita por Saint-Quentin, na *Revue coloniale* referente a julho-dezembro de 1858, e depois em publicação avulsa (do mesmo ano). Joaquim Caetano pede na carta que o Imperador não realize a negociação antes de ter ele, Caetano, concluído seu escrito sobre a questão, que julgava capaz de provar de forma definitiva o direito brasileiro. Se o Imperador aceitasse abrir tratativas, Caetano pedia que D. Pedro II o escolhesse como representante do Império brasileiro na negociação. Saint-Quentin não veio ao Brasil, e a nova negociação não foi proposta; ou D. Pedro II conseguiu procrastiná-la, à espera do trabalho de Joaquim Caetano. Este permaneceu na Europa até terminar seu escrito, publicado em dois tomos, em 1861 e 1863 - e com a ajuda do Imperador, a quem Caetano suplicou em carta que concorresse para a publicação.⁶⁰⁴

Marie Joseph Alfred de Saint-Quentin (1810-?), do corpo de Engenheiros do Exército francês, serviu na Guiana de 1838 a 1857. Neste último ano, foi designado chefe dos Engenheiros em Versalhes, e em seguida, ao contrário do que as informações de Joaquim Caetano o levavam a crer, foi nomeado governador militar em Antibes, comuna francesa no Mediterrâneo. Seu envolvimento com a Guiana Francesa foi forte, porém; em 1872 publicou uma história da colônia, acompanhada de um estudo da gramática creole, e de contos e fábulas locais.⁶⁰⁵

⁶⁰⁴ Cf. BRAGANÇA, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. "Joaquim Caetano da Silva. Contatos com D. Pedro II", *op. cit.*, todas as informações do parágrafo.

⁶⁰⁵ SAINT-QUENTIN, Alfred. *Introduction à l'histoire de Cayenne*, suivie d'un recueil de contes, fables et chansons en créole avec traduction en regard notes et commentaires par Alfred de St-Quentin, et *Étude sur la Grammaire Créole* par Auguste de St.-Quentin. Antibes: J. Marchand, 1872.

Talvez o malogro da nova rodada de negociações tenha feito mudar o plano da obra de Joaquim Caetano, pois, como veremos, o grande adversário que o brasileiro se colocou foi d'Avezac, e não Saint-Quentin. O escrito deste último encarava o aspecto erudito da questão, e pode ter servido ao Barão de Butenval nas negociações de 1855-56, pela coincidência dos argumentos de ambos. Saint-Quentin, por outro lado, um funcionário da Colônia, também inclui em seu *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie* uma descrição do território e das possibilidades de seu aproveitamento, e projetos de colonização.

A perspectiva do problema dos limites como uma questão de erudição, de interpretação do Tratado de Utrecht, se deixa ver no plano da obra. Saint-Quentin a divide em "Resumo histórico da questão" ("Résumé historique de la question"), onde aborda a relação entre franceses e portugueses na região desde a colonização; "Descrição do território contestado" ("Description du territoire contesté"); "O Tratado de Utrecht" ("Le Traité d'Utrecht"), que estuda o texto do tratado, e coloca a questão de a qual rio se refere o mesmo; "Exame da opinião que colocaria o rio de Vicente Pinzón entre o Oiapoque e o Araguari" ("Examen de l'opinion qui placerait la rivière de Vincent-Pinçon entre l'Oyapock et l'Araouari"); "Importância da questão de limites considerada do ponto de vista respectivo das duas nações contendoras" ("Importance de la question des limites considérée au point de vue respectif des deux nations contendantes"); "Discussion", em que resume a argumentação das partes anteriores; e "Des limites à proposer au Brésil". Isto é, Saint-Quentin em 1850, e Joaquim Caetano em 1851, encararam a definição de limites como questão erudita; e vimos esse aspecto também presente nas negociações de 1855-56. Em suma, foi de fato a proposta de Guizot, em 1841, da necessidade de definir a interpretação correta do artigo oitavo do Tratado de Utrecht, que balizou todo o debate. O ministro-historiador sedimentou a questão diplomática como uma questão de erudição.

Os argumentos que Saint-Quentin expõe são muito próximos dos que o Barão de Butenval apresentará ao Visconde do Uruguai, como dissemos. Entre eles, o de que o fato dos portugueses não terem contestado as ocupações francesas ao sul dos quatro graus de latitude norte ao longo do século XVIII dava a entender que, após Utrecht, não consideravam aquele território como seu de direito.⁶⁰⁶ Igualmente, a compreensão de que a aceitação pelo Brasil da reabertura das negociações, a partir da proposta de Guizot, em 1841, equivalia a uma modificação dos tratados existentes, em especial a

⁶⁰⁶ SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 31-32.

Convenção de 1817, anulando-a em prol de um novo direito a ser estabelecido pelas novas negociações.⁶⁰⁷ Mas o principal do que se encontra em Saint-Quentin e estará em Butenval é a interpretação do Tratado de Utrecht: de que o rio que deveria ser buscado era o de Vicente Pinzón, deixando de lado a denominação de Oiapoque, e que aquele rio seria encontrado no Carapapori, um braço do rio Araguari, a pouco mais de dois graus de latitude norte.

Para Saint-Quentin, os portugueses, e posteriormente os brasileiros, fundavam seu direito sobre as terras do Cabo do Norte em "uma só palavra: o nome desconhecido de *Japoc*, que só se encontra reunido ao de Vicente Pinzón uma vez no tratado [provisório de 1700, base do de Utrecht], e que não aparece absolutamente nas demandas preliminares".⁶⁰⁸ Havia um argumento lógico para provar que o rio-limite de Utrecht era o Vicente Pinzón, e não o Oiapoque: se os portugueses tivessem querido designar o Oiapoque, não teriam utilizado a denominação Vicente Pinzón, que "não lhe é atribuída [àquele rio] em nenhuma das cartas, enquanto que se encontra invariavelmente o termo Oyapock ou um nome próximo em toda a série de cartas publicadas até nossos dias, desde o atlas de Jacob Hondius que apareceu em 1599".⁶⁰⁹

Do exame dos mapas antigos Saint-Quentin extraiu suas conclusões: além do rio-limite dever ser o Vicente Pinzón, este último era o canal do Carapapori, pertencente ao Araguari:

É portanto sobretudo o nome de Vicente Pinzón que caracteriza o rio limite, e não bastaria que chégássemos a provar (do que negamos a possibilidade) que há identidade entre os nomes de *Japoc* e de *Oyapock*, pois, repetimos, nosso rio *Oyapock* não é designado em parte alguma sob o nome de Vicente Pinzón, seja sozinho, seja reunido a outro.

⁶⁰⁷ Sobre a nota de Guizot ao governo brasileiro, Saint-Quentin afirma: "uma nota que, comunicada ao gabinete brasileiro e aceita por este, modifica a convenção de 1817 e cria um novo direito" ("une note qui, communiquée au cabinet brésilien et acceptée par lui, modifie la convention de 1817 et crée un droit nouveau"; SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 50). Vale dizer que Saint-Quentin não propunha, inicialmente, uma quebra dos tratados de Utrecht e Viena, segundo ele tratados solenes e importantes para a pacificação da Europa; mas defendia a interpretação a favor da França dos mesmos, a exemplo do que alegava fazer o Brasil ("nous devons sans doute encore respecter les traités d'Utrecht et de Vienne, mais nous pouvons sans injustice interpréter en notre faveur ce que nos adversaires prétendent y voir d'ambigu ou au moins ne rien admettre de ce qui n'y est pas expressément indiqué"; SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 64).

⁶⁰⁸ "un seul mot: le nom inconnu de *Japoc* qu'on ne trouve accolé qu'une seule fois à celui de Vincent-Pinçon dans le traité, et qui ne figura pas du tout dans les demandes préliminaires" (SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 68, grifo no original).

⁶⁰⁹ "On insiste sur ce fait parce que si l'on avait voulu indiquer la rivière d'Oyapock, en aucun cas, et surtout dans les demandes préliminaires d'un traité, les Portugais ne l'eussent certainement pas désignée exclusivement par le nom de Vincent-Pinçon qui ne lui est donné nulle part dans les cartes, tandis que l'on retrouve invariablement le mot *Oyapock* ou un nom approchant dans toute la série de celles qui ont été publiées jusqu'à nos jours, depuis l'atlas de Jacob Hondius qui parut en 1599" (SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 68).

A inspeção das cartas antigas prova ao contrário que o canal de Carapapouri, e por conseguinte o rio que aí desemboca, portou indiferentemente e por vezes simultaneamente os nomes de Arawari, Arrowari, Arewari, Vicente Pinzón e Iwaripoco; e convenhamos que este último nome difere pouco mais do de Japoc que o nome de Wajabego que nosso Oiapoque portava incontestavelmente por volta da mesma época.⁶¹⁰

Saint-Quentin remete aos mapas de 3 à 8,⁶¹¹ dentre os que reproduziu ao final do estudo, como prova de que o Vicente Pinzón não aparecia como nome do rio que desemboca no Cabo de Orange; este rio teve sempre como denominação alguma variante do nome Oiapoque. Reforçando, assim, seu argumento de que, se o rio-limite fosse o do Cabo de Orange, como queriam os brasileiros, não receberia, nos tratados, a denominação de Vicente Pinzón. Os mapas indicados por Saint-Quentin incluem cartas anteriores a Utrecht, e duas posteriores: a do padre Samuel Fritz, de 1717, posteriormente descartada no debate, por muito imprecisa,⁶¹² e a de d'Anville, de 1729.

Há uma questão linguística a observar neste trecho, que permeia todo o debate, quando os escritos são em francês, mas que não parece decisiva. No texto original, que transcrevemos no rodapé, Saint-Quentin fala em "rivière limite", "fleuve Oyapock", "canal de Carapapouri", e "la rivière qui s'y déverse". Em francês, há uma diferença entre *fleuve* e *rivière*: o primeiro desemboca no mar, enquanto o segundo desemboca em outro rio (que pode ou não chegar ao oceano). *Canal* faz referência, em geral, a um curso d'água artificial; nesse caso, creio, é usado no sentido de um curso que não é permanente, isto é, que pode deixar de existir conforme o regime das cheias daquela bacia hidrográfica. Assim, a busca por um "rivière limite" indica a procura por um rio que não desemboca no oceano, como os rios que deságuam na Bacia de Vicente Pinzón, no Cabo do Norte; ao contrário do rio do Cabo de Orange, um "fleuve", pois deságua no oceano. Dissemos que esta questão não parece decisiva pois veremos como mesmo Joaquim Caetano, ao se referir ao rio do Cabo de Orange, utilizará *rivière*.

⁶¹⁰ "C'est donc surtout le nom de Vincent-Pinçon qui caractérise la rivière limite, et il ne suffirait pas que l'on parvint à prouver(ce dont on nie la possibilité) qu'il y a identité entre les noms de Japoc et d'Oyapock, car, on le répète, notre fleuve Oyapock n'est désigné nulle part sous le nom de Vincent-Pinçon, soit seul, soit accolé à tout autre. L'inspection des anciennes cartes prouve au contraire que le canal de Carapapouri, et par conséquent la rivière qui s'y déverse, a porté indifféremment et quelquefois simultanément les noms de Arawari, Arrowari, Arewari, Vincent-Pinçon et Iwaripoco; et l'on conviendra en outre que ce dernier nom ne diffère guère plus de celui de Japoc que le nom de Wajabego que notre Oyapock portait incontestablement vers la même époque" (SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 69).

⁶¹¹ As cartas de G. Blaeuw, holandesa, de 1667, e a de d'Anville (1729), respectivamente.

⁶¹² SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 76.

A maneira de Saint-Quentin determinar o verdadeiro rio de Vicente Pinzón também será parte da argumentação do Barão de Butenval: pelo exame do relato de viagem do explorador espanhol. O rio atravessado por Pinzón chamou-lhe a atenção por três características notáveis: "um mar de água doce, um fenômeno de maré cheia capaz de pôr em perigo suas embarcações [a *pororoca*], e enfim um grupo de ilhas verdejantes na embocadura de um grande rio".⁶¹³ Características que se encontram na embocadura do Amazonas, no Cabo do Norte. Reforça essa tese a existência de uma "Baía de Vicente Pinzón" na localidade.⁶¹⁴

Para corroborar ("pour corroborer") o que diz, Saint-Quentin toma o relato de viagem de Laurent Keymis, marinheiro inglês que percorreu a Guiana quase um século depois de Pinzón, em 1596, em navios armados pelo grande navegante inglês Walter Raleigh (c. 1552-1618). De Keymis Saint-Quentin extrai uma lista dos rios da Guiana, e procura traduzir a lista para a toponímia moderna, abstraindo as diferenças da pronúncia inglesa dos nomes. No relato, Keymis diz que nas proximidades de um rio *Iwaripoco* Vicente Pinzón encontrou esmeraldas. Keymis encontrou, entre a embocadura do Araguari e o rio Mayacaré um grande rio habitado pela tribo *Mapurwanas*. Segundo interpreta Saint-Quentin, este grande rio era não outro que o ramo norte do próprio Araguari, o Carapapouri, que portava o nome de Iwaripoco e fora conhecido por Vicente Pinzón. De modo que a conclusão é que "deve-se considerar como um único e mesmo rio com duas embocaduras [a do próprio Araguari e de seu ramo Carapapouri]: o Arauari, o Iwaripoco, o Waripoco, o Carapapouri e o Vicente Pinzón".⁶¹⁵ Para confirmar, Saint-Quentin examina os mapas do século XVIII de Guillaume Delisle, d'Anville e do padre Fritz (este muito incorreto), todos reproduzidos no final do texto. Os mapas apontavam um rio de dupla embocadura no Cabo do Norte, o Araguari/Carapapouri. Na carta de Delisle (original de 1703, reimpressa em 1716), "que esteve talvez", suspeita Saint-Quentin, "sob os olhos dos plenipotenciários em

⁶¹³ "une mer d'eau douce, un phénomène de marées capable de mettre ses navires en danger, enfin un groupe d'îles verdoyantes à l'embouchure d'une grande rivière" (SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazone*, op. cit., p. 72).

⁶¹⁴ SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazone*, op. cit., p. 73.

⁶¹⁵ "Tout concourt donc dans le récit que nous venons d'analyser à prouver qu'il faut considérer comme une seule et même rivière à deux embouchures: l'Arauari, l'Iwaripoco, le Waripoco, le Carapapouri et le Vincent-Pinçon" (SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazone*, op. cit., p. 75).

Utrecht", vê-se "que o canal de Carapapouri é nomeado *Arrewary* na sua extremidade Sul, e *baía de Vicente Pinzón* na extremidade Norte".⁶¹⁶

Se a interpretação em favor do Araguari era lógica, "Na versão portuguesa, ao contrário, choca-se por todo lado com o inexplicável ou o inverossímil".⁶¹⁷ Em primeiro lugar, argumenta Saint-Quentin, não há uma única prova de que o nome de Vicente Pinzón tivesse sido dado ao Oiapoque antes de Utrecht. É impossível, continua o autor, estabelecer a identidade do nome Oiapoque com o termo desconhecido "Japoc" (que consta no texto do tratado de 1713), bem como explicar porque, nas demandas preliminares do Tratado de Utrecht, o nome Vicente Pinzón aparece sozinho, sendo que Japoc aparecerá uma só vez no tratado. "Mas se é impossível encontrar nos relatos antigos os menores indícios que permitam identificar o nome de Vicente Pinzón dado ao nosso Oiapoque, é ao contrário incontestável que o canal ou baía de Carapapouri sempre possuiu e possui ainda o nome do célebre explorador", resume Saint-Quentin.⁶¹⁸ Mas Saint-Quentin discute, em nota de rodapé, a versão que colocava em risco toda a sua interpretação, de que o nome de baía de Vicente Pinzón havia sido dado apenas por La Condamine, em meados do século XVIII, décadas após Utrecht. Na nota, Saint-Quentin apresenta esta opinião a partir de Alexander von Humboldt (em *Voyages aux régions équinoxiales*), e questiona a asserção afirmando que o viajante berlinense teve em mãos o mapa de Delisle, de 1703, que já utilizava esta nomenclatura.

Por fim, parecia a Saint-Quentin "impossível de admitir" que o tratado de Utrecht fizesse a França abrir mão de sessenta léguas de costa marítima e três quartos da superfície de sua antiga colônia.⁶¹⁹ A França não poderia, por conseguinte, admitir um limite fora da baía de Vicente Pinzón (isto é, fora do Cabo do Norte), "sem abandonar a massa de provas que militam a nosso favor".⁶²⁰ Saint-Quentin discute outras possibilidades de rios-limite nessa região, e analisa em especial a opinião de Humboldt,

⁶¹⁶ "qui fut peut-être sous les yeux des plénipotentiaires à Utrecht"; "le canal de Carapapouri est nommé Arrewary à son extrémité Sud, et *baie de Vincent-Pinçon* à l'extrémité Nord" (SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 76, grifos no original).

⁶¹⁷ "Dans la version portugaise, au contraire, on heurte partout l'inexplicable ou l'invraisemblable" (SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 77).

⁶¹⁸ "Mais s'il est impossible de trouver dans les récits anciens les moindres indices propres à justifier le nom de Vincent-Pinçon donné à notre Oyapock, il est au contraire incontestable que le canal ou baie de Carapapouri à toujours porté et porte encore le nom du célèbre explorateur" (SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 78).

⁶¹⁹ "Enfin il est tout à fait impossible d'admettre qu'un traité sans stipulation expresse implique l'abandon de plus de 60 lieues des côtes maritimes et des trois quarts de la superficie de notre ancienne colonie" (SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 78).

⁶²⁰ "c'est que nous ne pouvons les [os limites] rechercher en dehors de la baie de Vincent-Pinçon sans abandonner la masse des preuves qui militent en notre faveur" (SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 78).

que em 1817 escreveu, a pedido do governo português, uma memória sobre a questão de limites com a Guiana,⁶²¹ além de seu relato sobre a região em *Voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent*.

Saint-Quentin destaca que, malgrado as hesitações que demonstra Humboldt no assunto, o cientista alemão não corrobora a versão portuguesa que identifica (ou "confunde", segundo o francês) o Oiapoque e o Vicente Pinzón como o mesmo rio.⁶²² De fato, Humboldt entendia que o Tratado de Utrecht era vago, e que as duas denominações designavam rios diferentes, separados por quase dois graus de latitude.⁶²³ Saint-Quentin discute duas possibilidades mencionadas por Humboldt para a identidade do rio Vicente Pinzón: os rios Calsoene e Mayacaré, descartando-as com base na descrição que Vicente Pinzón dera do rio que encontrara: nenhum deles poderia ser a "*très-grande rivière*" que impressionou o navegante espanhol.⁶²⁴ No descarte das duas hipóteses, Saint-Quentin apresenta uma condição muito apreciada nos testemunhos antigos sobre a região, mas que apenas ele, dentre os contemporâneos que escreviam sobre o assunto, possuía: o conhecimento direto, de testemunha ocular, da geografia da região.⁶²⁵ "Em resumo", aponta Saint-Quentin,

o Sr. de Humboldt, em um trabalho oficial redigido por demanda de Portugal, distinguiu e localizou os rios Oiapoque e de Vicente Pinzón como eles devem ser. Mais tarde, em uma obra estranha à questão [*Voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent*], emitiu dúvidas que nenhum motivo plausível poderia justificar aos olhos dos que tem um conhecimento detalhado da topografia do território contestado.

Concluíremos portanto dizendo ainda que a opinião que coloca o Vicente Pinzón entre o Oiapoque e o Araguari pode ser inspirada por um honorável sentimento de conciliação, mas pelo qual não podemos nos deixar levar, porque a proposta é contrária à equidade e atenta precisamente [contra] a nação já lesada pelo tratado primitivo.⁶²⁶

⁶²¹ Reproduzida em SCHOELL, F. *Archives historiques et politiques*, ou Recueil de pièces officielles, mémoires et morceaux historiques etc., tomo I. Paris: A La Librairie Grecque-Latine-Allemande, 1818, p. 48-58. A viagem de Humboldt se passou entre 1799 e 1804, mas a publicação do relato em livro se deu na década de 1820, em vários volumes, e incluiu outros escritos do autor.

⁶²² "(...) et l'on a pu constater plus d'une hésitation sans qu'il [Humboldt] vint jamais dans la pensée d'admettre sérieusement la version portugaise qui confond l'Oyapock et le Vincent-Pinçon" (SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 80).

⁶²³ "L'art. 8 du traité d'Utrecht étoit très-vaguement énoncé. La cession va jusqu'au Rio Japoc ou Vincent Pinçon; or, il y a une différence de près de deux degrés en latitude entre le Rio Pinçon et le Rio Japoc ou Oyapock, appelé anciennement Wiapoco par les navigateurs hollandais" (SCHOELL, *Archives historiques et politiques*, op. cit., p. 50).

⁶²⁴ SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 81, grifo no original.

⁶²⁵ SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 81.

⁶²⁶ "En résumé, M. de Humboldt, dans un travail officiel rédigé à la demande du Portugal, a distingué et placé les rivières d'Oyapock et de Vincent-Pinçon comme elles doivent l'être. Plus tard, dans un ouvrage étranger à la question, il a émis des doutes qu'aucun motif plausible ne saurait justifier aux yeux de ceux

A proposta conciliatória de Humboldt, a que faz menção Saint-Quentin, já aparece na memória de 1817, e sugere o limite em torno da latitude de 3º graus norte. Humboldt pondera a preferência por tomar a geografia da região (e não somente as coordenadas geográficas) como base para estabelecer a fronteira, procurando os acidentes naturais que fornecessem uma fronteira reconhecível e fácil de ser aplicada. Mas defende, de fato, uma conciliação, alegando inclusive que o rei de Portugal e do Brasil (vigorava na ocasião o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves), poderia ceder "facilmente algumas léguas de terra nas margens incultas do Oiapoque".⁶²⁷ Proposta inaceitável para Saint-Quentin, para quem era a França quem de fato estava a fazer grandes concessões sobre seu direito.

Após a discussão dos escritos de Humboldt, Saint-Quentin passa a tratar da colonização da região, na prática procurando analisar o que seria melhor para o contestado, a colonização francesa ou o sistema do Império brasileiro. Nesta parte é que Saint-Quentin fará a defesa do liberalismo, da abertura da região ao comércio e à civilização, pelo contato com outras nações, contrastando com o sistema monopolista e exclusivista do governo brasileiro (lembramos que o rio Amazonas só terá sua navegação aberta em 1867). Ecoando o que outros autores franceses disseram por volta do mesmo período, Saint-Quentin reclama do descaso do governo francês com a região, que poderia ser uma colônia importante.⁶²⁸ Na proposta final para uma negociação de limites, Saint-Quentin acaba por contradizer o que afirmara anteriormente, sobre manter o respeito aos tratados vigentes:

A partir destes princípios, poder-se-ia propor ao Brasil abandonar *a letra* [grifo no original] do tratado de Utrecht que é ininteligível, para nos prendermos apenas ao seu espírito.

qui ont une connaissance détaillée de la topographie du territoire contesté. On conclura donc encore en disant que l'opinion qui place le Vincent-Pinçon entre l'Oyapock et l'Araouari peut être inspirée par un honorable sentiment de conciliation, mais qu'il ne faut point s'y laisser entraîner, parce qu'elle est contraire à l'équité et atteint précisément la nation déjà lésée par le traité primitif" (SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 82-83).

⁶²⁷ "(...) et, lorsqu'on occupe une si vaste partie du globe que le roi de Portugal et du Brésil, on cédera facilement quelques lieues de terrain sur les bords incultes de l'Oyapock" (SCHOELL, *Archives historiques et politiques*, op. cit., p. 57-58).

⁶²⁸ Para o autor, "as pretensões de Portugal nasceram, cresceram e ganharam consistência, sobretudo em resultado de nossa indiferença pelo âmagô da questão e da medíocre importância que em todos os tempos nós parecemos ter atribuído à posse de terras ainda não colonizadas" ("les prétentions du Portugal sont nées, ont grandi et ont pris de la consistance, surtout par suite de notre indifférence pour le fond de la question et de la médiocre importance que de tout temps nous semblons avoir attachée à la possession de terres non encore colonisées" (SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 93).

A linha de limites mais equitativa que nos parece dever ser adotada seria aquela que, partindo da embocadura do Carapanatuba ou do Yari, seguiria sempre tanto quanto possível o Equador até seu encontro com o Rio Branco.

Esta proposta, segundo Saint-Quentin, respeitaria "o objetivo essencial do tratado de Utrecht", "pois, conservando Marajó e todas as ilhas localizadas ao Sul do Equador, o Brasil asseguraria o monopólio da navegação do grande rio [o Amazonas]".⁶²⁹ O abandono da *letra* do tratado de Utrecht não chega a ser uma incoerência de Saint-Quentin, visto que o autor se dedicou a mostrar o equívoco e a consequente injustiça perpetrados no texto do acordo de 1713, tornando-o inexecutável, em sua visão.

Saint-Quentin não é o principal adversário de Joaquim Caetano em *L'Oyapoc et l'Amazone*, mas não fica sem resposta. O brasileiro questiona a argumentação a respeito da denominação Oiapoque feita pelo francês, voltada para descartá-la e privilegiar a de Vicente Pinzón. Joaquim Caetano elenca "um grande número de geógrafos de reputação universal"⁶³⁰ que davam o nome do explorador espanhol a rios na costa da Guiana, *afastados do Cabo do Norte*, desautorizando a afirmação de Saint-Quentin de que, antes de Utrecht, nunca se dera o nome de Vicente Pinzón a rio fora do Cabo do Norte. O relato de viagem de Keymis usado pelo autor francês para afirmar que Vicente Pinzón encontrara esmeraldas no Carapapouri, tinha um problema grave: a "tradução francesa [que tomou Saint-Quentin] é infiel, mais infiel ainda que a tradução latina de De Bry, sobre a qual aquela foi feita".⁶³¹ A chave estava em Saint-Quentin ter tomado como fato o que fora uma *suposição* de Keymis de onde Vicente Pinzón teria chegado.⁶³² Suposição esta que seria baseada numa interpretação falsa ("fausse interprétation") dos principais mapas que localizavam na Guiana o rio de Vicente Pinzón. E por que Saint-

⁶²⁹ "D'après ces principes, on pourrait proposer au Brésil d'abandonner *la lettre* du traité d'Utrecht qui est inintelligible, pour ne s'attacher qu'à rester dans son esprit. La ligne de limites la plus équitable qui nous paraisse devoir être adoptée serait celle qui, partant de l'embouchure du Carapanatuba ou de l'Yari, suivrait toujours autant que possible l'équateur jusqu'à sa rencontre avec le Rio-Branco"; "mais encore le but essentiel du traité d'Utrecht serait respecté, puisque, en conservant Marajo et toutes les îles placées au Sud de l'équateur, le Brésil s'assurerait le monopole de la navigation du grand fleuve" (SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazone*, *op. cit.*, p. 103).

⁶³⁰ "un grand nombre de géographes d'une réputation universelle" (*L'Oyapoc et l'Amazone*, tomo I, 1899, *op. cit.*, p. 270).

⁶³¹ "cette traduction française est infidèle, plus infidèle même que la mauvaise traduction latine de De Bry, sur laquelle elle fut faite" (*L'Oyapoc et l'Amazone*, tomo I, 1899, *op. cit.*, p. 272).

⁶³² Joaquim Caetano mostra a frase em inglês, do original, comprovando ser uma suposição do viajante inglês, e não uma afirmação (*L'Oyapoc et l'Amazone*, tomo I, 1899, *op. cit.*, p. 272).

Quentin não pôde perceber isso? Porque não conhecia nenhuma dessas cartas; não pôde ir às fontes de sua fonte (Keymis).⁶³³

Joaquim Caetano ainda refuta os argumentos de Saint-Quentin sobre o silêncio português a respeito das ocupações francesas (alegando terem se dado em região sem comunicações, e num momento em que os portugueses preocupavam-se mais com o Sul e Oeste do Brasil), e a caracterização do Araguari como um rio de dupla embocadura, cuja origem estava em La Condamine (veremos posteriormente como Joaquim Caetano a responderá). Para combater esta última asserção, Joaquim Caetano analisa o próprio relato de Keymis, mostrando que este viajante, como outros contemporâneos, conhecia apenas a embocadura sul do Araguari; e nem poderia ser diferente, visto ser a outra uma "criação dos cartógrafos".⁶³⁴ Além do que, Keymis não conheceu o Carapapouri.

Porém, o "grande argumento" de Saint-Quentin, segundo Joaquim Caetano, era baseado no "*espírito* do Tratado de Utrecht".⁶³⁵ O brasileiro identifica as fontes dessa ideia em argumentos expostos pelo Abade Raynal, em 1780, e explorado em 1797 por Lescalier e 1843 pelo Barão de Rouen. A ideia era: antigamente, os limites das possessões francesas na região iam até o Amazonas, o que se comprovava pelo fato de, no tratado provisório de 1700, os portugueses terem sido obrigados a demolir fortes que haviam construído ao norte desse rio. Em 1713, o que se procurou garantir (esse seria o *espírito* do Tratado de Utrecht) era apenas a navegação exclusiva do Amazonas, e não o conjunto das terras do Cabo do Norte. Todavia, e aqui vinha o argumento mais forte contra Saint-Quentin, o autor francês "*não leu* o tratado fundamental de 4 de março de 1700, que, entretanto, se encontrava publicado pelo Sr. Visconde de Santarém desde 1844".⁶³⁶ Baseara-se em interpretações francesas do tratado que poderiam ser desmentidas pela leitura do texto original, em sua versão francesa. Joaquim Caetano a transcreve, mostrando que o tratado tornava neutras as terras entre o Amazonas e o Oiapoque, dito de Vicente Pinzón; isto é, este último rio era o limite entre as possessões francesas e portuguesas, não o Amazonas. "O que resta então do belo trabalho do Sr. de

⁶³³ "Ne connaissant aucune de ces cartes, M. de Saint-Quentin ne pouvait se rendre compte de dire de Keymis" (*L'Oyapoc et l'Amazone*, tomo I, 1899, *op. cit.*, p. 272).

⁶³⁴ "une création des cartographes" (*L'Oyapoc et l'Amazone*, tomo I, 1899, *op. cit.*, p. 277).

⁶³⁵ "Passons au grand argument de M. de Saint-Quentin, à celui qu'il base sur l'*esprit* du Traité d'Utrecht" (*L'Oyapoc et l'Amazone*, tomo I, 1899, *op. cit.*, p. 280).

⁶³⁶ "Mais M. de Saint-Quentin *n'a pas lu* le traité fondamental de 4 mars 1700, qui, cependant, se trouvait publié par M. le Vicomte de Santarem depuis 1844" (*L'Oyapoc et l'Amazone*, tomo I, 1899, *op. cit.*, p. 282).

Saint-Quentin?", se pergunta o brasileiro, para responder: "a autoridade de Berredo", que Joaquim Caetano discutirá posteriormente.⁶³⁷

Por conseguinte, Saint-Quentin não será o adversário principal de Joaquim Caetano em *L'Oyapoc et l'Amazone* apenas por não ter havido a nova rodada de negociações na qual seria o representante francês, mas porque, sem a nova rodada, o militar não apresentou novos escritos sobre a questão. O escrito impresso em 1858 vinha sem alterações em relação ao original de 1850. Embora contenha argumentos usados por Butenval na negociação de 1855-56, não era, de fato, a última palavra francesa sobre a questão. As limitações da obra ficariam evidentes à medida em que a polêmica avançasse. O principal argumento de Saint-Quentin para identificar o rio de Vicente Pinzón, fazê-lo a partir da viagem do explorador espanhol, seria desacreditado uma vez que se estabelecesse que Pinzón de fato tocou um rio muito mais ao sul do Cabo do Norte, ao sul do Amazonas, como mostrou o Visconde do Uruguai no debate com o Barão de Butenval.

O escrito de Saint-Quentin possuía ainda limitações consideráveis quanto ao acesso aos documentos necessários para o debate, como demonstra Joaquim Caetano apontando as fontes desconhecidas pelo francês. Escrevendo de Caiena, Saint-Quentin poderia, como vimos, mostrar um conhecimento direto da região, único entre os autores que analisamos; mas a questão demandava mais, requeria o domínio de uma bibliografia que lhe era, em 1850, inacessível. Em alguns trechos do escrito, o autor revela não dispor de fontes importantes em Caiena.⁶³⁸ Quando encontra todas as que necessita para algum ponto do debate, como a discussão das proposições de Humboldt, é quase por sorte, e a satisfação do autor é indisfarçável.⁶³⁹ Suas fontes para o lado luso-brasileiro da

⁶³⁷ "Que reste-t-il donc du beau travail de M. de Saint-Quentin? Il ne reste que l'autorité de Berredo (...)"(*L'Oyapoc et l'Amazone*, tomo I, 1899, *op. cit.*, p. 285).

⁶³⁸ Por exemplo o atlas do holandês Van Keulen, "citado em todas as Memórias sobre os limites, [mas que] não existe em Caiena" ("cet atlas, cité dans tous les Mémoires sur les limites, n'existe pas à Cayenne" (SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazone*, *op. cit.*, p. 75, nota 2). A respeito do relato de viagem do inglês Robert Harcourt, que esteve na Guiana em 1609, Saint-Quentin indica que "Estas obras [o relato e uma compilação que o reproduz] não existem na Guiana e não puderam ser consultados para a redação da presente Memória" ("Ces ouvrages n'existent pas à la Guyane et n'ont pu être consultés pour la rédaction du présent Mémoire", SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazone*, *op. cit.*, p. 97, nota 1).

⁶³⁹ "Pudemos constatar que fomos assás felizes em reunir quase todas as cartas antigas que ele [Humboldt] cita (...); enfim, adquirimos a convicção de ter consultado nos originais a maior parte dos autores sobre os quais se apoia" ("On a pu constater encore que l'on a été assez heureux pour réunir presque toutes les cartes anciennes qu'il cite (...); enfin, l'on a acquis la conviction d'avoir consulté dans les originaux la plupart des auteurs sur lesquels il s'appuie" (SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazone*, *op. cit.*, p. 80, nota 1).

questão restringem-se aos *Anais históricos* de Berredo e aos escritos de Baena, e seu acesso aos *Anais* se deu por terceiro.⁶⁴⁰

O trabalho mais completo sobre a questão, do lado francês, vem após as negociações de 1855-56, e tem como origem a resenha do primeiro volume da *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicado em 1854 (antes ainda daquelas negociações). A resenha, apresentada na Sociedade de Geografia de Paris, coube a Marie Armand Pascal d'Avezac de Castera-Macaya (1800-1875).

D'Avezac era, no momento da resenha, chefe de seção do Ministério da Marinha e das Colônias do 2º Império francês, além de vice-presidente da própria Sociedade de Geografia de Paris, e membro da Academia das Inscrições e Belas-Letras.⁶⁴¹ O primeiro volume da *História Geral* fora oferecido à Sociedade pelo próprio Joaquim Caetano da Silva, segundo d'Avezac.⁶⁴² D'Avezac apresentou seu parecer na instituição (para o qual fora incumbido em julho de 1856), nos dias primeiro e quinze de maio e cinco de junho de 1857. Seu parecer está na quarta série, tomo catorze, do *Bulletin* da sociedade, referente a julho-dezembro de 1857.⁶⁴³ Foi publicado em separado no ano seguinte.

A Sociedade de Geografia de Paris, fundada em 1821, se relacionava com o IHGB desde os primeiros anos de existência deste último, respondendo já em 1840 à proposta de correspondência com o Instituto, aceitando diplomas honorários para seu presidente e secretário perpétuo e enviando seus boletins para o Instituto, que se comprometia a enviar os números de sua revista.⁶⁴⁴ D'Avezac mostra grande conhecimento do que já fora publicado na *Revista* do IHGB, conhecendo inclusive a memória de Joaquim Caetano de 1851, considerando-a uma "Excelente defesa de uma

⁶⁴⁰ "Eu não tive em mãos a obra de Berredo: este texto me foi obsequiosamente comunicado em 1843 por M. L. de Suzannet, que passava por Caiena após a viagem ao Brasil da qual publicou relação (...). O Sr. de Suzannet pôde consultar no Rio de Janeiro os autores originais" ("Je n'ai point eu entre les mains l'ouvrage de Berredo: ce texte m'a été obligeamment communiqué en 1843 par M. L. de Suzannet, qui passait à Cayenne après le voyage au Brésil dont il a publié la relation (...). M. de Suzannet a pu consulter à Rio de Janeiro les auteurs originaux"; SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*, op. cit., p. 26, nota 1).

⁶⁴¹ LESSA, Clado Ribeiro. "Vida e Obra de Varnhagen" (cont.). *RIHGB*, vol. 226, 1955, p. 48.

⁶⁴² D'AVEZAC, Marie Armand Pascal. *Considerations Geographiques sur l'histoire du Bresil. Examen critique d'une nouvelle Histoire Generale du Bresil recemment publiee en Portugais a Madrid par M. François-Adolphe de Varnhagen charged'affaires du Bresil en Espagne. Rapport fait à la Societé de geographique de Paris dans ses seances des 1er mai et 5 juin 1857*. Paris, Imprimerie de L. Martinet, 1857, p. 2.

⁶⁴³ *Bulletin de la Societé de Geographie*, 4ª série, tomo XIV, julho-dezembro de 1857, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k37669w.image.langFR.r=Marie%20Armand%20Pascal%20d%27Avezac>, acesso em março de 2013.

⁶⁴⁴ *RIHGB*, tomo 2, 1840, p. 591.

má causa".⁶⁴⁵ Como o IHGB, a Sociedade de Geografia de Paris parece ter tido forte ligação com a elite política da época, e alguns nomes conhecidos dos brasileiros pelo debate da questão de limites se ligaram à instituição.⁶⁴⁶

A resenha de d'Avezac é extensa, começando inclusive por uma história das histórias do Brasil até então escritas. Consideramos melhor tratar sua defesa da interpretação francesa do limite da Guiana a partir do texto de Joaquim Caetano, que debate diretamente com o francês. Por ora, vale discutir brevemente a estrutura da resenha, e o espaço que a questão de limites ocupa na mesma. Isto porque Varnhagen reclamará na resposta a d'Avezac da desmesura que a questão atinge. Após afirmar que a deixará para Joaquim Caetano responder, Varnhagen afirma, com certa ironia:

Mas estou lisonjeado que um simples acidente, que mal compreende duas linhas de meu livro, tenha bastado a preencher a maior parte das 268 páginas do relatório do Sr. d'Avezac, o levando inclusive a produzir textos de tratados e à estudar os protocolos das negociações encetadas após a publicação de meu livro; e creio dever declarar que, malgrado minha qualidade de diplomata brasileiro, estive sempre, como historiador, tão distante de pensar nas questões da atualidade, que, convencido de que a associação de dois nomes [Oiapoque e Vicente Pinzón] se fez com toda razão, como não poderia me ocupar de fornecer as provas, preferi passar ao largo (...); limitando-me a indicar por uma simples frase que sabia muito bem que era uma questão a discutir e a esclarecer.⁶⁴⁷

As "duas linhas" a que se refere Varnhagen são as da seção II do primeiro tomo da *História Geral*, na qual o autor trata da viagem de Vicente Pinzón, e escreve: "Vicente Pinzon ainda prosseguiu correndo a costa, e entrando em varios portos d'ahi para o norte; e o seu nome ficou associado, com razão ou sem ella, ao rio Oyapoc declarado por

⁶⁴⁵ "Excellente défense d'une mauvaise cause" (D'AVEZAC, *Considerations Geographiques*, op. cit., p. 3).

⁶⁴⁶ A Sociedade foi, de acordo com seu sítio oficial, planejada por Jean Nicholas Buache (1741-1825), que escreveu trabalho sobre a questão da Guiana (as *Considerações geográficas sobre a Guiana Francesa concernente aos seus limites meridionais pelo Cidadão Buache*, da qual a Biblioteca Nacional guarda cópia manuscrita em português, sem data; Seção de Manuscritos, cód. 03,01,037); e teve entre seus presidentes o Barão de Walckenaer (em 1846), também autor de defesa da interpretação francesa, o Conde de Walewski (em 1863), ministro dos Estrangeiros durante as negociações de 1855-56, e François Guizot (presidente em 1837). Informações em <http://www.socgeo.org/la-societe/qui-sommes-nous/>, acesso em maio de 2014.

⁶⁴⁷ "Mais je me trouve flatté qu'un simple accident, qui comprend à peine deux lignes de mon livre, ait suffi à remplir la plus grande partie des 268 pages du rapport de M. d'Avezac, le portant même à produire des textes de traités et à étudier les protocoles des négociations entamées après la publication de mon livre; et je crois devoir déclarer que, malgré ma qualité de diplomate brésilien, j'ai été toujours, comme historien, si éloigné de penser aux questions d'actualité, que, convaincu que l'association de deux noms se fit avec toute raison, puisque je ne pouvais pas m'occuper d'en donner les preuves, j'ai préféré de passer là-dessus (...); et je me suis borné à indiquer par une simple phrase que je savais très bien que c'était là une question à discuter et à éclaircir" (VARNHAGEN, *Examen critique*, op. cit., 46-47).

varios tratados limite septentrional do Brazil".⁶⁴⁸ Com efeito, o trecho não poderia ser menos polêmico. Varnhagen sequer opina sobre se havia razão ou não na associação do nome de Vicente Pinzón com o Oiapoque, e tampouco discute os tratados que davam este rio como limite norte do Império.

Pois d'Avezac dá, de fato, outra dimensão à questão em sua resenha. Após discutir, numa primeira parte, um primeiro conjunto de críticas e ressalvas à *História Geral* (que envolviam a opção de Varnhagen de iniciar o relato pela perspectiva dos descobridores europeus, e não dos nativos do território, o pouco espaço dado a algumas descrições geológicas da terra, entre outros pontos⁶⁴⁹), d'Avezac passa à "Deuxième partie", que começa na p. 65 da edição em livro. Nesta, o autor informa que irá se dedicar a três pontos: a descoberta do Brasil, a linha de demarcação de seu território, e o limite setentrional, "questões intimamente ligadas entre elas, merecendo um exame especial, e que podem ser claramente tratadas sem muito desenvolvimento, se nos limitarmos a considerá-las do ponto de vista imparcial da ciência, afastando as segundas intenções vindas dos interesses políticos, sob a influência dos quais o espírito mais reto parece perder a consciência da verdade ou a liberdade de confessá-la".⁶⁵⁰

O que d'Avezac faz é identificar a interpretação brasileira dos limites a preconceitos herdados dos portugueses, e ao orgulho nacional lusitano, fatores que levaram Varnhagen, segundo o crítico francês, a se equivocar nessa questão.⁶⁵¹ Para Clado Ribeiro Lessa, a estratégia de d'Avezac era apelar à corrente romântica indigenista existente no Brasil, simpática à França, e com alguma hostilidade em relação à herança portuguesa. Seu esforço seria orientado a mostrar o lusitanismo de Varnhagen, e a desacreditar a interpretação brasileira dos limites como um resquício do colonialismo português.⁶⁵² Mas a defesa da interpretação francesa vinha embasada na

⁶⁴⁸ VARNHAGEN, *História Geral*, tomo I, 1854, *op. cit.*, p. 26.

⁶⁴⁹ Um bom resumo se encontra em LESSA, Clado Ribeiro. "Vida e Obra de Varnhagen" (cont.), *RIHGB*, vol. 226, 1955, p. 48-105.

⁶⁵⁰ "questions intimement liées entre elles, méritant un examen spécial, et qui peuvent être nettement traitées sans beaucoup de développement, si l'on se borne à les considérer au point de vue impartial de la science, en mettant à l'écart l'arrière-pensée des intérêts politiques, sous l'influence desquels l'esprit le plus droit semble n'avoir plus conscience de la vérité ou ne plus être libre de la confesser" (D'AVEZAC, *Considerations Géographiques*, *op. cit.*, p. 65).

⁶⁵¹ Os três pontos que estudará em particular são pontos "a respeito dos quais o autor nos parece ter imprudentemente se enganado, menos talvez por inadvertência, que sob o império de preocupações ou de preconceitos impostos aos colonos do Brasil pelas tradições do orgulho nacional português" ("à l'égard desquels l'auteur nous a paru s'être imprudemment fourvoyé, moins peut-être par inadvertance, que sous l'empire de préoccupations ou de préjugés imposés aux colons du Brésil par les traditions de l'orgueil national portugais"; D'AVEZAC, *Considerations Géographiques*, *op. cit.*, p. 65).

⁶⁵² "Empenhado em produzir no público a impressão de que apenas o apêgo a velhos preconceitos a pretensões territoriais desmedidas, herdados dos portugueses, poderia levar os brasileiros a insistir na

parte do trabalho destinada à questão de limites, e não apenas no apelo nacionalista. Como dissemos, sua análise da questão começa na p. 65 da edição em livro, pois cada um dos três pontos que d'Avezac destacou tem a ver com o problema. A análise específica do limite setentrional do Brasil começa na p. 109, e termina na p. 143, sem contar as notas no final do volume, que também tratam da questão (de maneira mais específica, a partir da nota CC, p. 241). O que dá um total de 105 páginas, em 268, sobre a questão que ocupara tão pouco Varnhagen na *História Geral*.

D'Avezac será o grande contendor escolhido por Joaquim Caetano da Silva em *L'Oyapoc et l'Amazone*, o que é natural, haja vista que a obra se origina de uma resposta à resenha do geógrafo francês. Por isso, optamos por estudar os argumentos deste último no debate com Joaquim Caetano, cuja obra maior sobre a questão da Guiana discutiremos agora.

L'Oyapoc et l'Amazone: as conclusões de Joaquim Caetano

A exposição de Joaquim Caetano na Sociedade de Geografia de Paris,⁶⁵³ em 1858, é o embrião da obra de 1861; corresponde às duas primeiras palestras da argumentação que Caetano desenvolverá por completo no livro de 1861. Neste último, Joaquim Caetano divide sua exposição em "Lectures" (o texto em si, como era característico de seus escritos, dividia-se em parágrafos numerados). São 26 "lectures" no total, espalhadas nos dois tomos da obra, sendo que o segundo ainda conta com uma nota complementar em que Caetano discute algumas obras que o auxiliaram na sua argumentação, bem como apresenta transcrições de documentos, chamados pelo autor de "Pièces Justificatives".

obtenção da linha divisória pela qual aqueles sempre se bateram, procurou demonstrar o *lusitanismo* de Varnhagen, acusando-o de não se ter colocado, como historiador do verdadeiro ângulo dos brasileiros e sim do dos conquistadores, etc. Seu objetivo real patenteia-se aos olhos menos perspicazes. Sabendo da existência no Brasil de uma corrente, não dizemos propriamente anti-portuguesa, mas com tendências a exaltar o valor das populações aborígenes em detrimento da influência civilizadora da colonização ibérica; ao mesmo tempo que simpática, por influência literária, à França e às suas idéias, - d'Avezac julgou propícia a oportunidade para criar um clima no Brasil hostil a Varnhagen e aos defensores de nossos direitos, inquinando-os de apegados aos interesses e preconceitos lusitanos; e, simultaneamente, uma atmosfera de condescendência para com as exageradas pretensões francesas" (LESSA, "Vida e Obra de Varnhagen" (cont.), *op. cit.*, p. 49, grifo no original). Sobre Varnhagen e o indianismo, cf. PUNTONI, Pedro. "O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira". JANCÓS, István, org. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

⁶⁵³ Em 19 de fevereiro, 5 de março, 9 de abril, 7 de maio, 4 de junho e 2 de julho de 1858. Publicadas no *Bulletin de la Société de Géographie, Quatrième Série, Tome XV*, janeiro-junho de 1858, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k376703.image.langFR.r=Marie%20Armand%20Pascal%20d%27Avezac>, acesso em março de 2013.

Joaquim Caetano descreve na "Introduction" que a obra se dividia em quatro partes: uma primeira que constaria da explicação do que era o Oiapoque, bastante curta ("quelques mots", apenas algumas palavras); a segunda parte voltada a reconstituir a história da questão, pois esta "esclarece singularmente essa questão tenebrosa"; seguido dos argumentos franceses, e, por fim, sua contestação.⁶⁵⁴ Chama a atenção, logo de saída, que há uma parte histórica importante na argumentação: a segunda parte ocupa quase todo o primeiro dos dois tomos da obra, 362 das 460 páginas. É interrompida na última "lecture" do primeiro tomo, a 15^a para que Joaquim Caetano pudesse apresentar e combater os argumentos de d'Avezac.

Mas a parte histórica, narrativa, mostra-se importante na argumentação erudita, pois termina por fornecer as bases para o exame dos argumentos. O segundo tomo começa firmando o que aquela parte estabelecera:

O histórico da questão do Oiapoque prova portanto:

1760. Que com toda justiça o Tratado de Utrecht conservou ao Brasil as duas margens do Amazonas (*Palestras* 1, 2, 3, 15);

1761. E que é fora do Amazonas que se deve procurar o rio estipulado como limite no artigo do mesmo [Tratado de Utrecht] (*Palestra* 14).⁶⁵⁵

É a partir da 16^a "lecture", parágrafo 1791, que Joaquim Caetano detalhará a argumentação francesa, para combatê-la. Sua argumentação perpassa o que supomos deversem ser todas as menções encontradas até então em documentos oficiais, relações geográficas, relatos de viajantes, cartas e obras de história, enfim, toda a bibliografia em que houvesse menção à toponímia da região ao norte do rio Amazonas. Joaquim Caetano examina essas menções, apontando e justificando equívocos que pudessem existir; separando, assim, o que cabia utilizar como prova na disputa do que não possuía esse valor; como por exemplo quando descarta uma latitude dada nos *Anais do Maranhão* de Berredo, dando os motivos pelos quais o autor teria se equivocado (parágrafo 2601).

Se a "Memória" lida no IHGB em 1851 era permeada de uma retórica por vezes dura em relação aos franceses, denunciando "iniquidades" e "inventos", *L'Oyapoc*, lido inicialmente na *Sociedade de Geografia* de Paris, tem outra linguagem, não tão forte

⁶⁵⁴ "car elle éclaire singulièrement cette question tenebreuse". Todas as citações *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 2.

⁶⁵⁵ "L'historique de la question de l'Oyapoc prouve donc: 1760. Que c'est avec toute justice que le Traité d'Utrecht a conservé au Brésil les deux bords de l'Amazone (*Lectures* 1, 2, 3, 15); 1761. Et que c'est hors de l'Amazone qu'il faut chercher la rivière stipulée pour limite dans l'article du même (*Lecture* 14)", *L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 1.

contra seus adversários. Já no início, numa espécie de exórdia, Joaquim Caetano procura mostrar-se desprovido de ressentimentos em relação à França. Recorda sua educação na França, durante onze anos, os amigos franceses, e sua esposa, "une digne enfant de la France, qui fait depuis plus de vingt ans le charme de ma vie".⁶⁵⁶ Caetano professava seu respeito pela França, e a convicção de que os membros da *Sociedade de Geografia* reconheceriam a verdade, independente de sua origem. Mas há uma importante retratação de Joaquim Caetano em relação à "Memória" de 1851: seu tratamento de La Condamine. Após observar que La Condamine mudara de opinião sobre os limites em obra posterior a seu relato de viagem de 1744-45, Caetano descobre que o cientista francês recebera o escrito do padre Bento da Fonseca sobre o Maranhão, escrito após 1757, e a partir deste reconheceu seus equívocos. A retratação de La Condamine motivou a de Joaquim Caetano, "testemunhando seus arrependimentos por ter desconhecido, em 1851, este belo caráter [La Condamine]".⁶⁵⁷ Parte da crônica de Bento da Fonseca, como indica Caetano, fora transcrita por Melo Moraes no tomo II da *Corografia histórica* (1859). Mesmo com esta ressalva, La Condamine continuava a ser um autor importante entre os que Joaquim Caetano precisava responder para afirmar os direitos do Brasil.

L'Oyapoc: a parte histórica

O objeto da narrativa histórica é efetivamente, como diz o autor, a "Histoire de la question de l'Oyapoc". Isto é, a polêmica será o principal tema do relato histórico. Joaquim Caetano refaz, em ordem cronológica, o histórico das ocupações europeias na região amazônica, passando por ingleses e holandeses, além das partes em disputa (França e Portugal-Brasil), culminando no Tratado de Utrecht, os tratados e negociações que o antecederam e o próprio. Todo este itinerário ocupa 68 das 460 páginas do primeiro tomo, na terceira edição, que é a que utilizamos. O grande destaque da parte histórica é, por conseguinte, a "questão" em si: o início das confusões pós-Utrecht, e como o que foi acordado naquele Tratado foi sendo perdido, gerando a disputa que se dava no século XIX.

⁶⁵⁶ *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 1-2.

⁶⁵⁷ "en témoignant mes regrets d'avoir méconnu, en 1851, ce beau caractère" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 184).

O próprio Tratado é examinado, para que o autor possa dissipar uma "léger nuage"⁶⁵⁸ que se estabelece: o problema da escrita do texto do artigo oitavo, que fala em um rio *Japoc*. Seguindo o que já fizera na "Memória" de 1851, Joaquim Caetano procura mostrar como *J* e *Y* eram então intercambiáveis (citando vários exemplos de casos semelhantes), bem como o acréscimo posterior do *O*. cremos que, de diferente em relação à "Memória" lida no IHGB, exista um reforço da parte de Caetano em afirmar que o rio do Tratado de Utrecht é o rio do Cabo de Orange. Isto é, a discussão em torno de qual seria o rio Oiapoque poderia passar por inúmeras possibilidades; deslocando o foco para o Cabo de Orange, sobre o qual não haveria dúvida quanto à sua localização, Joaquim Caetano tornava mais clara a impossibilidade de uma resolução que privasse o Brasil das terras em litígio, e, por conseguinte, da navegação exclusiva do rio Amazonas.

Caetano relata que após alguns anos sem contestações os governadores de Caiena começaram a pôr em dúvida os limites. A *viagem do cavalheiro de Marchais*, publicada em 1730 pelo padre Labat, continha uma memória de Milhau escrita em 1727, e uma carta de d'Anville de 1729 baseada naquele texto, que firmavam a interpretação que os franceses haviam começado a dar aos limites, estabelecendo o rio do Tratado de Utrecht como o do Cabo do Norte (região que deveria pertencer exclusivamente aos portugueses), e não o rio do Cabo de Orange. Um "pas gigantesque" para as pretensões francesas aparece em 1745, com a publicação do relato de viagem de La Condamine.⁶⁵⁹ Na segunda metade do século XVIII ocorrerá o governo do Barão de Bessner em Caiena, e novas ocupações francesas.

Os tratados que puseram fim às guerras napoleônicas, em 1815 e 1817, restabeleceram, no início do século XIX, o Tratado de Utrecht. Segundo Joaquim Caetano, porém, após a Independência do Brasil, a França teria deixado de reconhecer aqueles acordos, e voltado à interpretação dos limites conforme dada por La Condamine e pelo Barão de Bessner, que definiam o Carapapouri como limite marítimo, ou senão à interpretação dada por Lescallier em 1791, que postulava o Araguari (o "verdadeiro", não o equivocado que vimos na memória de 1851) como rio-limite, colocando de lado os acordos de 1815 e 1817, e voltando ao que Joaquim Caetano chama de interpretação unilateral do Tratado de Utrecht.⁶⁶⁰ A partir daí, a parte histórica volta-se para as

⁶⁵⁸ *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 62.

⁶⁵⁹ *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 79.

⁶⁶⁰ *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 189, parágrafos, 937 e 938. No último: "On mit de côté l'Acte de 1815 et la convention de 1817; on revint à l'interprétation unilatérale du Traité d'Utrecht".

negociações entre Brasil e França no século XIX, chegando até a missão do Visconde de Uruguai. Após tratar da missão, Joaquim Caetano dedica-se a refutar as posições defendidas por D'Avezac.

O primeiro tomo, como também será o segundo, é extremamente denso, e uma tentativa de caracterizar a escrita erudita contida nele necessariamente deixará de fora, creio, vários elementos ou exemplos presentes no decorrer do texto. Nossa opção é por tomar como objeto de análise deste primeiro tomo o que consideramos serem dois momentos particularmente significativos da história da "questão", isto é, de como o texto do Tratado de Utrecht tornou-se objeto de polêmica:⁶⁶¹ primeiro, a interpretação de La Condamine, vista por Joaquim Caetano desde a "Memória" de 1851 como responsável por distorções que serviram de base às ambições francesas; e, em segundo lugar, a apreciação da interpretação de d'Avezac. Com efeito, Joaquim Caetano destaca, da multidão de versões surgidas desde o Tratado de Utrecht (1713), alguns "argumentos honoráveis".⁶⁶² São eles: o de La Condamine, "o primeiro, a justificar da maneira mais especiosa a pretensão da França";⁶⁶³ e três interpretações que lhe eram contemporâneas: a do Visconde Le Serrec de Hervilly, oficial da Marinha francesa, que produzira um texto de Berredo; o Barão de Butenval, que, segundo Joaquim Caetano, procurou desenvolver o argumento de La Condamine; e d'Avezac. Concentraremos-nos no primeiro e no último tomando como critério a repercussão da interpretação de La Condamine, que baseia, segundo Joaquim Caetano, vários mapas e escritos que propagam um limite diferente daquele defendido pelos luso-brasileiros; e o caráter da obra de d'Avezac, um estudo erudito aprofundado, para a réplica do qual Joaquim Caetano dedica grande espaço no tomo I de *L'Oyapoc*.

O tomo II, para o qual também é imperativo que façamos escolhas, merecerá nossa atenção pela sua parte mais ampla. É um tomo que contém alguns argumentos específicos, como um estudo da etimologia da palavra *Japoc*, mas que parte de um

⁶⁶¹ Parafraseando o clássico de Antonio Candido, procuramos em *L'Oyapoc* os "momentos decisivos" do texto, ao invés de fazer um resumo ou glosa de sua totalidade, que tratasse indiferentemente todas as suas partes. Nossas escolhas são evidentemente restritivas, e o conhecimento das partes às quais não dedicamos uma análise mais detida aqui faz com que não possamos deixar de enfatizar ao leitor a densidade da argumentação erudita de Joaquim Caetano, rica mesmo em partes aparentemente secundárias do texto. SOUZA, Antonio Candido de Mello e. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 11ª edição (primeira edição: 1959). Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

⁶⁶² "Mais nous avons eu la consolation de distinguer dans la foule quelques arguments honorables" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 5).

⁶⁶³ "le premier, a justifié de la manière la plus spécieuse la prétention de la France" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 5-6).

resumo da argumentação francesa seguido de um conjunto de argumentos que defendem a posição brasileira. Esses argumentos são, na expressão de Joaquim Caetano, "titres", títulos, documentos que abonam a interpretação luso-brasileira do Tratado de Utrecht, acompanhados da leitura e interpretação de Joaquim Caetano. Sua crítica documental aparece ali (e a própria noção de que os documentos sozinhos não convenciam, não falavam; cabia interpretá-los, dar-lhes sentido). A estrutura geral do tomo II pode ser reveladora, a nosso ver, do estilo de Joaquim Caetano, ao organizar-se pela apresentação do argumento francês, inicialmente sem objeções. A versão francesa nos é colocada, num primeiro momento, como plausível e convincente; será destruída em seguida, pelos documentos.

Considerando que a última rodada de negociações entre os países (a missão do Visconde do Uruguai) havia sido infrutífera, e que nova não havia sido organizada, a disputa estava momentaneamente restrita ao campo da erudição no momento da publicação de *L'Oyapoc et l'Amazone*. Seria, por isso, importante que Joaquim Caetano refutasse a versão mais avançada do lado francês (d'Avezac), para não permitir que aquela se disseminasse e se consolidasse como senso comum antes de uma eventual retomada das negociações.

La Condamine

La Condamine não foi o primeiro a propor uma nova interpretação para o Tratado de Utrecht, como o histórico da questão escrito por Joaquim Caetano mostra, mas apresentou, na visão do brasileiro, "le premier argument sérieux qu'on opposait au Brésil".⁶⁶⁴ Segundo o autor francês, no relato de sua viagem (1735-1745),

Algumas léguas para o Oeste do Banco dos Sete Dias, e pela mesma altura encontrei outra boca do *Araguari*, hoje fechada pelas areais. Essa boca e o profundo e largo canal que conduz até aí, provindo do Norte, entre o continente e o Cabo Norte, e as ilhas que acobertam o cabo, são o Rio e a Baía de *Vicente Pinzón*. Os Portugueses do *Pará* tiveram suas razões pra os confundir com o rio *Oiapoc*, cuja embocadura abaixo do cabo *Orange*, fica a 4°15' de latitude norte. O artigo do Tratado de Utrecht, que parece não fazer desse rio e do Rio de Pinzón senão um só e único, não impede que eles fiquem a mais de 50 léguas um do outro. O fato não será contestado por nenhum daqueles que tiverem consultado as antigas cartas, e lido os autores originais, que escreveram da América antes do estabelecimento dos Portugueses no Brasil. Observei no forte francês de *Oiapoc*, nos dias 23 e 24 de Fevereiro, 3°55' de latitude norte; o

⁶⁶⁴ *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 82.

forte está situado a seis léguas da embocadura do rio do mesmo nome, na margem setentrional.⁶⁶⁵

La Condamine identificou o rio Vicente Pinzón na baía de mesmo nome, ou, conforme Joaquim Caetano, ele acrescentou à baía um rio homônimo ("La Condamine, le premier, ajoute à cette baie une *Rivière de Vincent Pinçon*"⁶⁶⁶). Pelo mapa produzido a partir do relato de La Condamine é possível visualizar sua interpretação:⁶⁶⁷

Em destaque, a parte controversa:

⁶⁶⁵ LA CONDAMINE, *op. cit.*, 1944, p. 138, grifos no original.

⁶⁶⁶ *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 80.

⁶⁶⁷ Carte du Cours du Maragnon ou de la Grande Riviere des Amazones dans sa partie navigable depuis Jaen de Bracomoros jusqu'à son embouchure et qui comprend la Province de QUITO, et la Côte de la Guiane depuis le Cap de Nord jusqu'à Esséquebè. Charles de La Condamine (1743-1744). Pela Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da USP, <http://www.mapashistoricos.usp.br/>, acesso em novembro de 2012.

O rio do Cabo de Orange, o "Oyapock" do mapa, era o limite para os luso-brasileiros (observe-se mais ao sul um rio "Yapoco", reforçando o argumento de que esta denominação era genérica). Partindo do problema da dupla nomenclatura, La Condamine identificou um rio de Vicente Pinzón na baía de mesmo nome, que é, como está no mapa, o "Aruari", ou *Araguari*, do qual se desprende um ramo norte não nomeado no mapa acima, que seria o Carapapouri, ou Vicente Pinzón, para os franceses.

Joaquim Caetano aponta que La Condamine invoca em favor de seu argumento "as antigas cartas" e os "autores originais, que escreveram da América antes do estabelecimento dos Portugueses no Brasil",⁶⁶⁸ porém "sans les nommer",⁶⁶⁹ assinala Caetano, isto é, sem especificar que cartas e autores seriam esses. Para o brasileiro, o argumento do "hábil acadêmico" francês fazia brotar "une grande speciosité"; pois era incontestável, segundo Caetano, que vários geógrafos antigos pareciam localizar o rio de Vicente Pinzón nas vizinhanças do Cabo do Norte. Mas isso não passava de uma "magnífica fosforescência" ("une magnifique phosphorescence"), pois "o estudo atento das fontes demonstra da maneira mais convincente que o verdadeiro Vicente Pinzón era sem contradição o rio do Cabo de Orange".⁶⁷⁰ Para Joaquim Caetano, La Condamine

⁶⁶⁸ Joaquim Caetano cita La Condamine: "«les anciennes Cartes et les Auteurs originaux, qui ont écrit de l'Amérique avant l'établissement des Portugais au Brésil»" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 80).

⁶⁶⁹ *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 80.

⁶⁷⁰ "(...) l'étude attentive des sources démontre de la manière la plus convaincante que le véritable Vincent Pinçon était sans contredit le fleuve du Cap d'Orange"., *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 81.

reconhecia que o seu Vicente Pinzón jamais fora conhecido por Yapoc (o que o desqualifica como o rio do Tratado de Utrecht, que deveria portar, em algum momento anterior ao Tratado, os dois nomes), e que o limite legal fora fixado no Oiapoque, no Cabo de Orange. A estratégia de La Condamine fora, então, concentrar-se na ambiguidade quanto ao Vicente Pinzón, reclamando que este seria um rio mais próximo do Cabo do Norte. O mapa que reproduzimos acima introduz, a partir do relato do viajante, uma das interpretações francesas para o Tratado de Utrecht: a de que o rio Araguari seria o verdadeiro limite.⁶⁷¹ Por essa razão, Joaquim Caetano examinará a história desse rio, de suas localizações e denominações, desde as primeiras expedições europeias (ingleses foram pioneiros, nesse caso) que reportaram sua existência. O autor recolhe, então, os mapas e relatos de viagem a esse respeito, e estabelece as *autoridades* no tema e o que se pode afirmar a partir delas; no caso, que o Araguari era um canal recurvado, juntando a baía de Vicente Pinzón ao Amazonas, sem receber nenhum afluente.⁶⁷² Na realidade, o que La Condamine fez no exame desse rio, e que é condenado por Joaquim Caetano, foi transformar uma hipótese plausível num fato positivo. Como se passasse, na linguagem erudita, da verossimilhança à verdade, uma diferença considerável de grau. La Condamine havia compreendido que o Araguari era um grande rio, e supôs que o canal que encontrara (mas que correspondia de fato ao Araguari propriamente) era um dos ramos desse imaginado grande rio. O delta do Araguari, a partir dessa visão, englobaria as terras imediatamente adjacentes ao Cabo do Norte. Observando trecho em destaque de uma das autoridades citadas por Joaquim Caetano, Delisle, em carta de 1705 a partir da descrição de De Laet e dos padres Acuña e Rodriguez, reproduzida no estudo de Saint-Quentin,⁶⁷³ vemos com mais clareza o problema:

⁶⁷¹ "cette petite carte française donnait aussi pour la première fois le cours de l'Araguari" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 82).

⁶⁷² "L'autorité de De Laet, de Sanson, de Delisle, prévalut donc; pendant plus d'un siècle on admit comme chose notoire que l'Araguari était un canal recourbé, joignant la baie de Vincent Pinçon à l'Amazone, sans recevoir aucun affluent" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 85).

⁶⁷³ SAINT-QUENTIN, *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazone*, *op. cit.*, mapa nº 6.

No mapa aparece o que diz o brasileiro: o Araguari (*Arrewary* na carta) é um canal recurvado ligando a Baía de Vicente Pinzón à embocadura do Amazonas. Não recebe nenhum afluente, e não era, como entendeu La Condamine, um rio com dois ramos, com duas embocaduras; uma das quais, segundo o viajante, a que desemboca na Baía de Vicente Pinzón, seria o rio de mesmo nome.

A ideia era plausível; mas La Condamine⁶⁷⁴ não foi escrupuloso o suficiente para encerrar sua suposição dentro dos contornos indecisos de uma linha pontilhada. Ele teve o erro de a apresentar como um fato positivo, em seu mapa e em seu texto.⁶⁷⁵

As suposições cabiam, mas desde que devidamente caracterizadas como suposições, e não passadas como "fatos positivos". Guiado por sua suposição, La Condamine atribuiu ao ramo norte do Araguari o Vicente Pinzón, a cerca de cinquenta léguas do Cabo de Orange. Desse modo, "rasgando o tratado de Utrecht, La Condamine introduziu os habitantes de Caiena no próprio Amazonas, pois o Araguari desemboca no Amazonas".⁶⁷⁶

⁶⁷⁴ Joaquim Caetano adota no texto a regra de colocar todos os nomes dos autores que discute em maiúsculas, regras que não consideramos necessário reproduzir nas transcrições.

⁶⁷⁵ "L'idée était plausible; mais La Condamine ne fut pas assez scrupuleux pour renfermer sa supposition dans les contours indecis d'une ligne ponctuée. Il eut le tort de la donner pour un fait positif, et dans sa carte et dans son texte". *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 86.

⁶⁷⁶ "et qui est plus, déchirant le traité d'Utrecht, La Condamine introduisait les Cayennais dans l'Amazone même, puisque l'Araguari débouche dans l'Amazone" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 87).

Em outro momento La Condamine confundiu suas asserções com o que era fato, quando nomeou, como podemos no mapa feito a partir de suas observações, de "Guiana Portuguesa" a região ao sul do Araguari: "Essa legenda [no mapa] não exprimia, no fundo, senão *o direito segundo a opinião pessoal* do Sr. de La Condamine; mas ela se apresenta à todo o mundo como a expressão do *fato legal* - e isto lhe dá uma alta importância" (grifos de Joaquim Caetano).⁶⁷⁷ O brasileiro mostra como a nomenclatura adotada por La Condamine, e sua interpretação dos limites na região, repercutiram na literatura francesa, sendo reproduzidas em mapas e obras das décadas seguintes, e embasando decisões do governo. Em suas apreciações, Caetano observa a influência do contexto histórico. Em uma obra escrita durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), de autoria de Jacques Nicolas Bellin (*Déscription géographique de la Guyane*, Paris, 1763), que continha um mapa, a *Carte de la Guyane françoise et l'isle de Cayenne*, publicado ao final da guerra, Joaquim Caetano mostra como o território francês na Amazônia foi aumentando à medida que a Guerra entre França e Grã-Bretanha caminhava para o fim; de modo que a obra resultara numa deformidade: a Guiana Francesa era maior no mapa do que na descrição contida no texto do livro. Isto porque esta guerra culminou na perda de vários territórios franceses na América do Norte, restando-lhes, no continente, a Guiana como sua principal possessão. Cabia alargá-la ao máximo. Até o fim do século XVIII, a interpretação de La Condamine seria reproduzida pelos franceses em várias ocasiões - e receberia o auxílio de outras interpretações que Joaquim Caetano procura combater, e que seria exaustivo reproduzirmos aqui. "É assim que a repetição, *a melhor figura de retórica* [grifo de J. C.], impunha aos espíritos os mais justos o falso pelo verdadeiro, e ia escravizar à sua onipotência o próprio governo".⁶⁷⁸

D'Avezac

Joaquim Caetano menciona outros autores, além de d'Avezac, que na década de 1850 defendiam a posição francesa; mas, dos cinco que cita, três eram casos "de um patriotismo fervente" ("d'un patriotisme fervent"), um havia publicado apenas poucas

⁶⁷⁷ "Cette légende n'exprimait, au fond, que *le droit d'après l'opinion personnelle* de M. de la Condamine; mais elle se présentait à tout le monde comme l'expression du *fait légal*, - et cela lui donnait une haute importance" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 87).

⁶⁷⁸ "C'est ainsi que la répétition, *la meilleure figure de rhétorique*, imposait aux esprits les plus justes le faux pour le vrai, et allait asservir à sa toute-puissance le gouvernement lui-même" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 92).

linhas, e o quinto havia tão somente resumido sucintamente as ideias de d'Avezac. Este, por outro lado, "se nos apresenta com um sistema de argumentação; e esta argumentação, brilhando de erudição, de sagacidade e de elegância, faz do Sr. d'Avezac, de todos os tempos, o cavaleiro mais completo dos cobiçadores do Amazonas"; d'Avezac "merece uma discussão séria". Joaquim Caetano fala mesmo em um "prazer inefável em medir-se diante de um campeão tão forte".⁶⁷⁹

Em que consistia esse "sistema de argumentação"? Segundo Joaquim Caetano, em duas séries de argumentos. A primeira dizia respeito à identificação dos rios na região amazônica. Na visão de d'Avezac, o verdadeiro rio das Amazonas era primitivamente apenas o ramo oriental desse rio, então conhecido como rio do Pará. O verdadeiro Cabo do Norte, por sua vez, era primitivamente a ponta norte do rio do Pará (que seria o atual Amazonas), a ponta de Maguari;⁶⁸⁰ e essa nomenclatura foi passada para outras pontas de terra ao longo do tempo. O verdadeiro rio de Vicente Pinzón, para d'Avezac, era primitivamente o ramo ocidental do Amazonas;⁶⁸¹ e Japoc, Yapoc ou Oyapoc seriam nomes genéricos pertencentes a diversos cursos de água no interior da Amazônia (argumento recorrente no lado francês).⁶⁸² Visualizando pelo mapa produzido a partir da interpretação de d'Avezac, presente no *Bulletin de la Société de Géographie de Paris* que publica sua resenha de Varnhagen, podemos entender como o geógrafo francês compreendeu a região:

⁶⁷⁹ "qui se présente à nous avec un système d'argumentation; et cette argumentation, brillante d'érudition, de sagacité et d'élégance, fait de M. d'Avezac, pour tous les temps, le chevalier le plus accompli des convoiteurs de l'Amazonie". "M. d'Avezac mérite donc une discussion sérieuse. Il y a même un plaisir ineffable à se mesurer avec un champion aussi fort". *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 370.

⁶⁸⁰ Descrita na *Corografia Brazilica* (1817) de Aires do Casal como limite norte do Brasil, recorda d'Avezac (D'AVEZAC, *Considerations Geographiques*, *op. cit.*, p. 122-123).

⁶⁸¹ D'Avezac apresenta esta interpretação da geografia histórica da região a partir de documento essencial para Joaquim Caetano: a doação da capitania do Cabo do Norte feita a Bento Maciel Parente, de 1637. D'Avezac coloca em questão a autenticidade do documento, mas pondera que "Se este ato é real, ele só pode estar de acordo com as ideias correntes na corte do príncipe que o outorgou", isto é, Felipe IV de Espanha, III de Portugal ("Si cet acte est réel, il ne le peut être qu'à la condition de s'accorder avec les idées ayant cours chez le prince qui l'octroye"; D'AVEZAC, *Considerations Geographiques*, *op. cit.*, p. 122). Isto é, o ato deveria ser interpretado de acordo com as noções geográficas correntes no local de procedência do documento, que são as que d'Avezac apresenta. O geógrafo francês transcreve o extrato dado por Berredo da Doação na nota CC no fim do volume (p. 241-243).

⁶⁸² D'Avezac faz, na longa nota DD do fim do volume, um catálogo das variantes do nome Oiapoque, e uma análise etimológica que reduz o nome a dois tipos genéricos, *Yapoc* e *Oyapoc*, quebrando-os nos elementos *ya/oia* e *poc*. Sua análise conduz à conclusão de que *poc* tinha o sentido de *furo*, de abertura, e *ya/oia* provinham de uma mesma raiz que significava *água*. O que comprovaria o caráter genérico da designação *Oiapoque* em qualquer de suas variantes, querendo dizer apenas *furo d'água*, aplicável, por conseguinte, a inúmeros rios da região (D'AVEZAC, *Considerations Geographiques*, *op. cit.*, p. 243-253).

O Amazonas se bifurca em duas embocaduras, uma ocidental, a outra oriental: a primeira, seria o Vicente Pinzón, a segunda, o rio Pará, com o qual o Amazonas teria sido confundido.

A segunda série de argumentos de d'Avezac versava sobre a precedência francesa na região, e a ausência de direitos históricos dos portugueses na mesma. Segundo d'Avezac, os franceses haviam precedido os espanhóis e portugueses no Amazonas, e os tratados antigos não conferiam aos portugueses as duas margens do grande rio; desde Tordesilhas, a baía do Maranhão seria o limite norte das possessões

lusitanas,⁶⁸³ e até 1663 os portugueses reconheciam a margem direita do Amazonas como o limite setentrional de seu território americano.⁶⁸⁴

Esses argumentos levaram d'Avezac à conclusão de que o Tratado de Utrecht cometera um erro enorme, e que havia de ser anulado - raciocínio semelhante ao de Saint-Quentin.⁶⁸⁵ Porém, de acordo com Joaquim Caetano, d'Avezac não fizera outra coisa senão que cometer "erros sábios".⁶⁸⁶ Tentemos reconstituir a crítica de Joaquim Caetano buscando as bases do seu próprio "sistema de argumentação".

É possível destacar alguns traços presentes em sua argumentação: o primeiro corresponde à noção compartilhada também por seus adversários na polêmica, de que toda afirmação deveria vir acompanhada de "provas". Segue daí um movimento comum na argumentação de Joaquim Caetano, sua ida às fontes, *no original e recuperando o texto completo*. É recorrente o brasileiro identificar a edição de que se valeu d'Avezac, e mostrar as diferenças em relação a outras edições do mesmo texto ou confrontá-la diretamente com o original. Mas o documento cru não esgota o argumento: é necessária sua interpretação, composta não apenas do sentido interno do texto, mas de considerações sobre o autor e como este pode ter obtido os conhecimentos que expõe, ocorrendo em alguns casos de Joaquim Caetano ir às fontes da fonte para ajuizar o valor das proposições contidas num documento. Muito embora exista esse trabalho de não aceitar automaticamente o que está na fonte, no sentido de que as *autoridades* eram construídas, ou confirmadas, pelo estudioso, e não recebidas passivamente da

⁶⁸³ Conclusão a que chega d'Avezac refazendo o cálculo das coordenadas estabelecidas em Tordesilhas a partir dos padrões da época, questionando as contas feitas por Varnhagen na *História Geral*: "nós devemos inferir", afirma o erudito francês, "que as 370 léguas do tratado de Tordesilhas equivalem a 20° 36' [atualizando as medidas], o que determina o meridiano de demarcação em 48° 21' à oeste de Paris, isto é a cinquenta léguas ao leste do Pará, entre o Gurupy e o Turyuaçu, sobre a costa norte do Brasil, e entre Ubatuba e Santos sobre a costa sul. Aí está, nas condições atuais da ciência, a verdadeira solução deste problema por tanto tempo discutido" ("nous devons en inférer que les 370 lieues du traité de Tordesilhas équivalent à 20° 36', ce qui détermine le méridien de démarcation par 48° 21' à l'ouest de Paris, c'est-à-dire à cinquante lieues dans l'est de Pará, entre le Gurupy et le Turyuaçu sur la côte nord du Brésil, et entre Ubatuba et Santos sur la côte sud. Voilà, dans les conditions actuelles de la science, la véritable solution du problème si longtemps agité"; D'AVEZAC, *Considerations Géographiques*, op. cit., p. 99). Varnhagen havia dado, para as 370 léguas do tratado, a coordenada de 23° 14' 51", contra os 20° 36' de d'Avezac (VARNHAGEN, *História Geral*, tomo I, 1854, op. cit., p. 9 e p. 421- 422; estas últimas, a nota no fim do tomo na qual Varnhagen detalha suas contas).

⁶⁸⁴ O resumo dos argumentos do sábio francês por Joaquim Caetano está em *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, op. cit., p. 373-374. Em d'Avezac, esta segunda parte dos argumentos corresponde às seções XI e XII, D'AVEZAC, *Considerations Géographiques*, op. cit., p. 78-102.

⁶⁸⁵ "qu'il s'est commis dans le Traité d'Utrecht une erreur énorme"; "Et il [d'Avezac] tire de lui-même, pour conclusion générale, - qu'il faut annuler le Traité d'Utrecht" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, op. cit., p. 374).

⁶⁸⁶ "M. d'Avezac n'a fait autre chose que de savantes erreurs" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, op. cit., p. 375).

bibliografia, também aparece na argumentação de Caetano a noção de que a quantidade pode ter peso em uma controvérsia. Isto é, o número de fontes a seu favor que um autor pode mobilizar vale como argumento; não sendo sempre decisivo, no entanto. Pois, conquanto existam momentos do texto em Joaquim Caetano produz listas de autores antigos em abono de alguma proposição sua, com o intuito justamente de ressaltar a quantidade de fontes em seu favor, contra um número inferior que possuía seu adversário, o próprio autor brasileiro mostrou, como na análise de La Condamine que vimos acima, que um erro, ou distorção deliberada, poderia se perpetuar através da sua incessante repetição.⁶⁸⁷ Nesses casos, de inverdade repetida, a longa fila de autores que poderia ser reunida não teria valor.

A importância da interpretação da fonte, da localização das edições utilizadas e do recurso ao texto original aparece com clareza na refutação de Joaquim Caetano do primeiro ponto dos argumentos de d'Avezac, sobre como era conhecido o rio das Amazonas primitivamente. D'Avezac defende que este rio seria originalmente o Pará, posição já divulgada anteriormente por outros autores franceses, porém sem base documental de suporte. D'Avezac, no entanto, se lisonjeava, nas palavras de Joaquim Caetano, "de ter descoberto uma prova direta em um livro de uma grande autoridade (...) a relação da Amazônia do padre Cristovão de Acunha, impressa em Madri, em 1641, no original espanhol, e publicada em Paris em 1682, na tradução póstuma de Gomberville".⁶⁸⁸ Joaquim Caetano reproduz a transcrição dos trechos de Acunha feita por d'Avezac, "sua prova triunfal" ("sa preuve triomphale").

"Mais raisonnons"; "raciocinemos", começa a crítica do brasileiro. O primeiro ponto levantado pelo autor diz respeito à interpretação dos próprios trechos trazidos por d'Avezac. A constatação do erudito francês de que o padre Acunha identificara ao Pará a principal embocadura do Amazonas é mote para Caetano apontar que "*a principal*" não quer dizer que fosse "*a*

⁶⁸⁷ Como vimos expresso no pensamento de Fresne de Beaucourt, no primeiro capítulo.

⁶⁸⁸ "Il [d'Avezac] se flatte d'avoir découvert une preuve directe dans un livre d'une grande autorité (...) la relation de l'Amazone par le père Christoval de Acuña, imprimée à Madrid, en 1641, dans l'original espagnol, et publiée à Paris en 1682, dans la traduction posthume de Gomberville" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 376-377). O texto do padre Acunha é uma relação de viagem, "o resultado da viagem de regresso, de Quito a Belém feita por Pedro Teixeira [português], em 1639, da qual Acuña participou, como observador das autoridades espanholas" (Cf. "Introdução" de Antônio R. Esteves. ACUÑA, Pe. Cristóbal de. *Novo Descobrimento do Rio Amazonas*. Edição, tradução e introdução de Antônio R. Esteves. Edição bilíngue. Montevideu, Uruguai: Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasil. Oltaver S. A., 1994, p. 19).

única",⁶⁸⁹ sendo impossível inferir daquela afirmação uma identificação definitiva entre Amazonas e Pará. Porém, mesmo admitir aquela embocadura como a "principal" não tinha sustentação, "mesmo do ponto de vista histórico",⁶⁹⁰ segundo Caetano. O "ponto de vista histórico" é exposto a partir da recuperação dos relatos de viagens ao Amazonas anteriores ao do padre Acunha, e de como, nesses relatos, não havia essa identificação do Pará como a embocadura principal daquele rio. Sua terceira objeção é do "ponto de vista geográfico" ("au point de vue géographique") e consiste em mostrar que os próprios autores franceses que trataram da questão (Caetano cita Le Serrec, Émile Carrey e La Condamine), não entendiam o rio Pará como embocadura do Amazonas, para concluir: "Após esses testemunhos irrecusáveis de três franceses que conheciam perfeitamente a Amazônia por suas próprias observações, é impossível admitir que o Padre Acunha tenha querido apresentar o ramo do Pará como a principal embocadura do Amazonas".⁶⁹¹ Certamente teria valor retórico apresentar como testemunhas autores *franceses*, insuspeitos de favorecerem as pretensões brasileiras, além de conhecedores, por observação direta, da região, qualificando ainda mais seus testemunhos. O "ponto de vista geográfico", que os testemunhos franceses expõem, parece ser a apreciação da região em si, da região em questão, ou da coisa em si, por assim dizer. O "ponto de vista histórico" trata da nomenclatura, das palavras dadas às coisas.

Mas ainda assim restava a ambiguidade do texto do Padre Acunha a ser compreendida. "E ele era um homem muito grave para lançar expresso um paradoxo escandaloso"; "Deve ser então que o Padre Acunha quis dizer outra coisa do que aquela que lhe atribuiu o Sr. d'Avezac"; "Para nos esclarecê-la, vamos à fonte".⁶⁹² Assim começa o movimento de *ir à fonte*. E o primeiro passo é transcrever a tradução francesa do texto do padre Acunha, que Caetano não tinha certeza, mas lhe parecia ter sido a seguida por d'Avezac; por esta tradução parecia realmente que o padre espanhol

⁶⁸⁹ "Le Père Acuña ne dit point que l'embouchure dont il parle soit l'entrée *unique* de l'Amazone; il déclare expressément que c'est l'entrée *principale*" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 377-378, grifos no original).

⁶⁹⁰ "En seconde lieu, - même au point de vue historique, la branche du Pará n'est nullement l'embouchure principale de la rivière des Amazones" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 378).

⁶⁹¹ "D'après ces témoignages irrécusables de trois Français connaissant parfaitement l'Amazone par leurs propres observations, il est impossible d'admettre que le Père Acuña ait voulu donner la branche du Pará pour la embouchure de l'Amazone" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 379).

⁶⁹² "Et il [Padre Acunha] était un homme trop grave pour lancer exprès un paradoxe scandaleux"; "il faut donc que le Père Acuña ait voulu dire autre chose que ce que lui attribue M. D'Avezac."; "Pour nous en éclaircir, allons à la source" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 379-380). Essas três frases estão em sequência no texto, mas correspondem a três parágrafos diferentes (1305, 1306 e 1307); para resguardar essa separação, transcrevemo-las em aspas separadas.

entendia o Pará como embocadura principal do Amazonas.⁶⁹³ Porém, recorrendo à fonte original em espanhol, "sem nada negligenciar, veremos que Gomberville [o tradutor francês do padre Acuña], pretensiosamente infiel, corrompeu o texto do Padre Acuña por intempestivos melhoramentos".⁶⁹⁴ Caetano então transcreve o texto original, e estabelece o contraste com a tradução francesa. Vale notar que a tradução francesa, publicada em 1682, não corrompeu o texto com vistas a favorecer a posição francesa, pois a polêmica ainda não havia se instaurado naquele momento. Joaquim Caetano aponta que a distorção vinha de "intempestivos melhoramentos" tentados por Gomberville. Isto é, o tipo de edição de textos que fazia, por exemplo, Melo Morais no Brasil oitocentista, alterando o original com vistas a deixar a leitura mais fácil para os leitores contemporâneos, poderia acarretar na corrupção do texto original, com consequências não desprezíveis.

Em outras ocasiões da réplica a d'Avezac Joaquim Caetano adotará o procedimento de consultar o original e confrontar as diferentes edições de um texto. No segundo ponto da primeira série de argumentos do "sistema de argumentação" de d'Avezac, em que o autor francês pretendia, segundo Joaquim Caetano, provar que o Cabo do Norte ficava no próprio Amazonas, o brasileiro aponta uma lista de cartas geográficas que posicionam o Cabo do Norte na extremidade oriental da Guiana, e se pergunta então em que autoridade d'Avezac se baseava para sua afirmação, contrária a todas aquelas fontes.⁶⁹⁵ Sua base era um texto de La Barre, ex-governador de Caiena, em trecho em que este apontava que a " 'França Equinocial (...) começa sob a linha na ponta Norte da embocadura do grande rio das Amazonas' ".⁶⁹⁶ O movimento de Joaquim Caetano nesta ocasião também lhe é característico: cobrar a leitura do texto *completo* da fonte.⁶⁹⁷ Nesse caso, logo após a última palavra da citação de La Barre transcrita por d'Avezac, na sequência da *mesma frase*, sem a mínima interrupção, segundo Caetano ("sans la moindre interruption"), o texto original dizia que a Guiana "corre

⁶⁹³ "Si l'on s'arrête à la traduction française de Gomberville, comme paraît l'avoir fait M. D'Avezac, on croira, malgré nos réflexions, que le Père Acuña entendait réellement par embouchure principale de l'Amazone la branche du Pará" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 380).

⁶⁹⁴ "Mais en remontant à la véritable source, en consultant l'original espagnol, sans rien négliger, nous verrons que Gomberville, prétentieusement infidèle, a corrompu le texte du Père Acuña par d'intempestives améliorations" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 381).

⁶⁹⁵ "Quelles autorités incomparables M. D'Avezac a-t-il donc découvertes, pour annuler, encore ici, le témoignage universel?" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 390-391).

⁶⁹⁶ " 'La France Equinoctiale (...) qui commence sous la Ligne à la pointe du Nord de l'embouchure de la grande Rivière des Amazones' " (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 391).

⁶⁹⁷ "Mais, si l'honorable M. D'Avezac avait pu compléter la lecture de ce même texte (...)" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 391).

primeiramente ao Norte, quarto de Nordeste, até o Cabo do Norte, depois Norte Noroeste até o Cabo de Orange".⁶⁹⁸ Joaquim Caetano ainda transcreve uma outra passagem do mesmo texto de La Barre que descreve a Guiana como a região entre a embocadura do Amazonas e o Cabo do Norte. Portanto, por essa fonte, não era possível afirmar, como fazia d'Avezac, que o Cabo do Norte poderia ser localizado no próprio Amazonas.

Em seu argumento de que o Cabo do Norte localizava-se no Amazonas, d'Avezac invocou ainda outra fonte, "uma autoridade portuguesa realmente imponente":⁶⁹⁹ o padre Antônio Vieira. O erudito francês trouxe trecho de Vieira em que este afirma que a capitania do Maranhão estava cercada por dois inimigos poderosos, duas tribos indígenas hostis, os Tabajaras, do lado do Ceará, e os Nheengaíbas do lado do *Cabo do Norte*. Sendo estes últimos habitantes da Ilha de Marajó, d'Avezac conclui que o Cabo do Norte, conforme Vieira, deveria ficar a Leste da Ilha, portanto no que era então conhecido como Cabo de Maguari, no Amazonas. A crítica de Joaquim Caetano a esta conclusão novamente passa pela remissão ao *texto completo* de Vieira, no caso uma de suas cartas. Observando outros trechos da carta, Caetano aponta que o trecho exposto por d'Avezac não é conclusivo, pois a localização das tribos no texto de Vieira indicava um espaço *no interior do qual* elas estariam; assim, da mesma forma que os Tabajaras no interior do Ceará ("en dedans de cet État"), os Nheengaíbas estavam igualmente no interior da região entre o Cabo do Norte e o Pará ("se trouver également en dedans, entre le Cap du Nord et Pará"), e não *precisamente* no Cabo do Norte.⁷⁰⁰

Mas além da diferença de interpretação do trecho, sustentada por uma leitura completa do texto como a forma de entender o sentido da linguagem de Vieira (por analogia com outros trechos semelhantes), Joaquim Caetano faz um movimento mais contundente ao ir buscar o *texto original* do grande jesuíta. Pois d'Avezac havia confessado, segundo Caetano, ter lido a cópia incorreta da carta em edição contida em Inácio Accioli.⁷⁰¹ O texto via Accioli perdia, segundo Caetano, o sentido do Cabo do Norte dado por Vieira, que era divergente do que lhe atribuíra d'Avezac. Na realidade,

⁶⁹⁸ "& court premierement au Nord, quart de Nordest, jusqu'au Cap de Nord, puis Nord Nordouest jusqu'au Cap d'Orange" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 391).

⁶⁹⁹ "une autorité portugaise réellement imposante" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 391).

⁷⁰⁰ *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 393.

⁷⁰¹ "En ne lisant Vieira que dans la copie incorrecte de M. Accioli, comme M. D'Avezac avou l'avoir fait, il est impossible de s'apercevoir qu'avant le passage qui nous occupe, Vieira avait déjà employé le nom de *Cap du Nord* dans un sens réfractaire à l'interprétation de M. D'Avezac" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 393, grifo no original).

d'Avezac não apenas confirma ter lido versão incorreta, como corrige um dos equívocos a partir de informação que o próprio Joaquim Caetano lhe passara.⁷⁰² Talvez Joaquim Caetano lhe tivesse feito pessoalmente as observações sobre a carta de Vieira que expõe em *L'Oyapoc*, o que tornaria menos desculpável ainda o que escreve d'Avezac. Aqui, nos deparamos novamente com um caso concreto em que o rigor de uma edição de documento histórico provocava uma diferença sensível na elucidação de um ponto duvidoso. O que tornava as edições de Melo Moraes e Accioli, por exemplo, condenáveis face àquelas de maior cuidado, como as de Varnhagen e Cândido Mendes de Almeida. Embora Joaquim Caetano exponha a diferença entre o texto original e a edição de Accioli, esta última, mesmo imperfeita, continha trechos que desautorizavam a interpretação dada por d'Avezac para as observações geográficas do padre Vieira.⁷⁰³ De modo que se combinam novamente, como no caso do uso da relação de viagem do padre Acunha, dois pecados por parte de d'Avezac: negligenciar outras partes do texto que utiliza, e não recorrer ao original.

Outro ponto de d'Avezac sobre o qual Joaquim Caetano lançou dúvidas, também com referência à interpretação dada pelo autor francês às fontes que cita, concerne a asserção de d'Avezac de que o Vicente Pinzón era um braço ocidental do Amazonas. À semelhança do ponto acima, que tentava argumentar que o Cabo do Norte ficava no Amazonas, se o rio Vicente Pinzón pertencesse àquele grande rio, os limites do Brasil com a Guiana Francesa não poderiam excluir os franceses da navegação no Amazonas. Manter essa navegação exclusiva, e ainda garantir uma zona de conforto entre o rio Amazonas e o território francês eram os objetivos brasileiros, os mesmos objetivos que Portugal procurou garantir em Utrecht. D'Avezac propunha essa localização do Vicente Pinzón tomando por base um autor que apenas algumas décadas antes começara a se tornar conhecido, graças ao trabalho de edição primoroso feito por Varnhagen, e que viria a ser uma das grandes fontes da história colonial brasileira: Gabriel Soares de Souza, e o roteiro do Brasil por ele escrito em 1587.

O primeiro problema com o uso de Gabriel Soares por d'Avezac é que este fez "sincretismo" entre as edições da Academia Real de Ciências de Lisboa, de 1825, e as

⁷⁰² A correção é da data da carta, e d'Avezac afirma ser "por obséquio do Sr. da Silva que devemos esta última retificação" ("C'est à l'obligeance de M. da Silva que nous devons cette dernière rectification"; D'AVEZAC, *Considerations Geographiques*, *op. cit.*, p. 124).

⁷⁰³ *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 394.

edições de Varnhagen (1839 e 1851).⁷⁰⁴ D'Avezac tomou as coordenadas dadas por Gabriel Soares, aplicou-as ao melhor mapa existente da região, a carta de Montravel, de 1844 para concluir que, a partir do texto do senhor de engenho quinhentista, o Vicente Pinzón deveria ser concebido como um ramo ocidental do Amazonas. Joaquim Caetano não descarta peremptoriamente a sugestão, argumentando que, pelo costume antigo de portugueses, espanhóis e franceses de chamarem de *rio* o que eram apenas braços de outros rios, a hipótese sobre o Vicente Pinzón não era de todo impossível. Porém, questiona essa possibilidade apresentando sete "motifs de doute" para essa interpretação.

No primeiro, o problema é o anacronismo do método de d'Avezac, pois "Para interpretar um escritor do ano de 1587, que só conhecia o Amazonas pelas cartas, o Sr. d'Avezac recorreu à uma carta levantada em 1844"; "Mas os geógrafos do século XVI não conheciam o Amazonas tão bem quanto os Srs. de Montravel e d'Avezac".⁷⁰⁵ Recorrendo à cartografia próxima ou contemporânea a Gabriel Soares, Joaquim Caetano encontra uma variedade de coordenadas para a extensão da embocadura do Amazonas que põe em dúvida a aceitação dos dados do roteiro de Soares; que, vale ressaltar, como fez Caetano, só conhecia o Amazonas por mapa. Seu testemunho não podia ser acrescido do mérito da observação direta.

No terceiro motivo de dúvida (o segundo dizia respeito à inverossimilhança da interpretação a partir da própria carta de Montravel), Joaquim Caetano volta a recorrer ao texto original da fonte, inclinando-se novamente para o caráter inconclusivo do texto de Gabriel Soares, pois havia diferenças de nomenclatura entre as cópias existentes do roteiro.⁷⁰⁶ A consulta ao texto completo e original, e outras fontes contemporâneas, permite asseverar o sentido dos termos na época de escrita dos textos, como na quarta dúvida, em que Joaquim Caetano expõe que a expressão "País dos Caribes" significava

⁷⁰⁴ "M. D'Avezac, faisant syncrétisme des deux éditions, adoptant une correction de M. de Varnhagen, et rétablissant une incise de l'Académie de Lisbonne (...)" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 401). Creio que Joaquim Caetano fala aqui em duas edições, embora sejam três (uma da Academia e duas de Varnhagen, como ele mesmo menciona antes), por considerar conjuntamente as duas de Varnhagen.

⁷⁰⁵ "Pour interpréter un écrivain de l'année 1587, ne connaissant l'Amazone que par les cartes, M. d'Avezac a recours à une carte levée en 1844"; "Mais les géographes du XVI^e siècle ne connaissaient pas l'Amazone aussi bien que M. de Montravel et M. d'Avezac" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 404). Quando analisa as considerações de d'Avezac sobre o Tratado de Tordesilhas, e quais os limites ali definidos, Joaquim Caetano emite argumento semelhante, condenando uma leitura anacrônica do Tratado: "Les choses ne se réglaient pas au seizième siècle par les conditions *actuelles* de la science" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 437, grifo no original), fazendo referência ao trecho de d'Avezac sobre Tordesilhas que reproduzimos acima.

⁷⁰⁶ "Dans la copie originale du manuscrit de Gabriel Soares, le nom de la pointe occidentale de l'Amazone se trouvait écrit d'une manière confuse, puisque les copies actuellement connues ne s'accordent pas entre elles sur ce nom" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 405).

"Guiana" no momento em que escreveu Gabriel Soares;⁷⁰⁷ como Gabriel Soares disse que o rio Vicente Pinzón ficava no "País dos Caribes", sua localização era na Guiana, e não no Amazonas. Os dois últimos motivos de dúvida, o sexto e o sétimo,⁷⁰⁸ retomam o mote da necessidade de consulta às fontes e a seu texto completo. O sexto mostra que o padre Simão de Vasconcelos, escrevendo no século XVII a partir do texto quinhentista de Gabriel Soares, havia dado a este texto uma interpretação distinta da de d'Avezac. Como o francês conhecia a obra de Vasconcelos, Joaquim Caetano cobra-lhe a leitura completa da mesma.⁷⁰⁹ A última consideração sobre o texto de Gabriel Soares traz um atlas manuscrito de 1559 que encontrava-se *na França*, no Depósito geográfico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e dava uma localização do Vicente Pinzón semelhante a de Gabriel Soares, aproveitada por d'Avezac. Joaquim Caetano conjectura que Soares possa ter se valido de um mapa desse tipo para escrever seu roteiro; mapa, porém, em desacordo com outros contemporâneos. Assim, Caetano termina suas considerações sobre o texto de Gabriel Soares indicando qual poderia ter sido a fonte do colono português para o trecho sobre o Amazonas, mostrando a origem de sua compreensão daquela região.

É evidente que, embora haja esta recorrência da necessidade da leitura do texto completo das fontes, não supomos, e cremos que Joaquim Caetano também não o fazia, que d'Avezac de fato leu apenas trechos das fontes que cita. O intuito parece ser muito mais mostrar que o sábio francês tinha consciência da incongruência de suas interpretações, sabia que suas próprias fontes as desautorizavam; e Joaquim Caetano parece quase constrangê-lo,⁷¹⁰ ao mostrar trechos que o francês conheceria mas teria deliberadamente excluído de seus argumentos.

A quantidade de testemunhos que o autor podia levantar a seu favor também tem peso na argumentação de Joaquim Caetano, como dissemos acima. Em alguns momentos do texto, o brasileiro produz listas de autores, com as datas de seus escritos ou mapas, em apoio a alguma afirmação feita, com o efeito de comprovar o determinado

⁷⁰⁷ "C'était le sens de ce mot en 1587" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 407).

⁷⁰⁸ O quinto motivo de dúvida é uma especulação sobre a possibilidade de Gabriel Soares localizar o Cabo do Norte na mesma posição dada pelo padre Acunha.

⁷⁰⁹ "L'honorable M. d'Avezac aurait senti lui-même le poids de cette considération, si, au lieu de s'arrêter au paragraphe 21 de Vasconcellos, il avait consulté également les paragraphes 26 et 39" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 411).

⁷¹⁰ Como na constatação de que Gabriel Soares chamava de "País dos Caribes" a Guiana: "Cette déclaration positive contraire de la manière la plus embarrassante l'interprétation de M. d'Avezac" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 407).

uso de alguma nomenclatura. É assim na análise do primeiro ponto da argumentação de d'Avezac, a respeito do rio Amazonas, onde Caetano defende que "Desde a introdução do nome de *Rio das Amazonas* [após a expedição do espanhol Francisco de Orellana, em 1541-42], todos os que empregaram este nome - todos, sem exceção - sempre deram por limite ocidental da embocadura amazonense, o continente da Guiana".⁷¹¹ A seguir, tal qual um advogado convocando testemunhas, Joaquim Caetano "invoca, em apoio desta afirmação" ("J'invoque, à l'appui de cette affirmation"⁷¹²) uma lista de duas páginas e meia de autores que comprovavam sua proposição. Movimento quase idêntico ocorre na análise do ponto sobre o rio Oiapoque, em que Caetano afirma que "Desde a introdução do nome de *Rio do Oiapoque*, em 1598, até o Tratado de Utrecht, todos os que indicaram este rio, todos sem exceção, sempre o localizaram sobre a costa oceânica do continente da Guiana, fora do Amazonas [d'Avezac o pretendia dentro]".⁷¹³ A lista neste caso seria tão longa que se tornava inútil dá-la por completo,⁷¹⁴ e Caetano limita-se a sete autores. Nos dois casos, Joaquim Caetano pôde levantar listas de testemunhas que comprovavam, *sem exceções*, suas proposições. O procedimento de considerar o número de autores em uma dada questão já fora utilizado por Joaquim Caetano antes do início da publicação de seus estudos sobre a questão de limites com a França. Ao fazer a crítica do parecer de Diogo Soares da Silva de Bivar sobre a obra *Índice Cronológico*, de Agostinho Marques Perdigão Malheiro, em artigo de 9 de maio de 1851 publicado na *Revista do IHGB*, Joaquim Caetano apontou várias "dúvidas" sobre as proposições feitas por Bivar, e mostrou como estas entravam em desacordo com o que muitos outros autores haviam escrito sobre os mesmos pontos. Isso o levou a se perguntar, retoricamente, no fim do artigo, após listar todos os autores que contradiziam Bivar:

Ou erram todas aquelas graves autoridades, ou erra o sábio Censor [Bivar, censor de Malheiro]: o sábio Censor, que, como ele próprio escreve [n]o parágrafo 5º, há mais de quarenta anos que emprega na ilustração da história do Brasil o seu raro engenho: o sábio Censor, que, como ele próprio publicou neste recinto, na ocasião em que solicitava ser incumbido do parecer, tem pronto para o prelo um

⁷¹¹ "Depuis l'introduction du nom de *Rivière des Amazones*, tous ceux qui ont employé ce nom, - tous, sans aucune exception, - ont toujours donné pour limite occidentale de l'embouchure amazonienne, le continent de la Guyane" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 385, grifo no original).

⁷¹² *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 388.

⁷¹³ "Depuis l'introduction du nom de *Rivière d'Oyapoc*, en 1598, jusqu'au Traité d'Utrecht, tous ceux qui ont indiqué cette rivière, tous sans aucune exception, l'ont toujours placée sur la côté océanique du continent de la Guyane, hors de l'Amazonie" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 397, grifo no original).

⁷¹⁴ "La liste en est longue et il est inutile de la donner complète" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 397).

muito acurado Índice Cronológico (...). Na colisão de tantos nomes com tamanho nome, enleia-se o discernimento.⁷¹⁵

Bivar, que preparava um *Índice Cronológico* próprio, pediu para ser o crítico da obra de igual nome e concepção de Perdigão Malheiro. E, como que a validar a necessidade de um novo *Índice*, e a preparar o terreno para o seu, fez várias críticas que, no entanto, entravam em contradição com o que boa parte da bibliografia dizia. Neste caso, torna-se evidente que um único autor não poderia estar certo, e todos os outros, de historiadores seiscentistas como João de Barros a contemporâneos como Varnhagen, errados. O recurso ao número de fontes para dirimir uma dúvida passou por descrédito, e um dos pontos altos de sua crítica veio de Marc Bloch, no livro editado como *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*, em suas reflexões sobre como avaliar testemunhos distintos e o peso que se deve dar ao número de testemunhos em favor de uma ou outra posição.⁷¹⁶ Da rejeição ao meio-termo (solução fadada ao fracasso, pois funciona analogamente ao menino que, perguntado sobre o quadrado de 2, recebe de um colega a resposta "4", e de outro "8", e decide chutar "6"), ao problema dos vários testemunhos semelhantes que, ao invés de denotarem similitude de visões por parte de observadores diferentes, correspondem de fato à uma longa sequência de imitações de um primeiro testemunho, Bloch defende a atenção ao discernimento da verdade. Em Joaquim Caetano o que conta não é o número em si, pois, no caso dos autores franceses que repetem em uníssono uma mesma interpretação incorreta ou enviesada, sua quantidade não é argumento em favor da interpretação repetida. Ao encontrar a origem dessa interpretação, como no caso de La Condamine, fonte de outros autores, Caetano não faz muito diferente do que Marc Bloch formularia como: "Desmascarar uma imitação é, ali onde inicialmente acreditamos lidar com duas ou várias testemunhas, deixar subsistir apenas uma".⁷¹⁷ Entretanto, além de haver uma séria desconfiança oriunda do bom senso quando se tem diante de si um autor defendendo X, quando toda a bibliografia diz Y, o exame das motivações e do contexto desse autor dissonante, e da origem da interpretação uniforme da bibliografia concorre muito para a elucidação do problema. Se os vários autores em concordância não se basearam na mesma fonte (ou, se o fizeram, a fonte estava correta), e o autor dissonante incorreu de fato em erro, ou teve

⁷¹⁵ *RIHGB*, tomo 15, 1852, p. 111.

⁷¹⁶ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 109-117.

⁷¹⁷ BLOCH, *Apologia da história ou O Ofício do historiador*, *op. cit.*, p. 113.

motivações outras para defender o que defende, o número das fontes era realmente trazido como argumento para o debate.

A "convocação" dos testemunhos é especialmente importante na crítica do que Joaquim Caetano chama de "segunda série" do "sistema de argumentação" de d'Avezac. Essa segunda parte consistia na tentativa de mostrar a precedência francesa na região amazônica, e a falta de direitos históricos dos luso-brasileiros na região. Em particular a partir da subseção "*Brésiliens à la rive guyanaise de l'Amazonie*", Joaquim Caetano produz uma série de documentos que contradizem a proposição de d'Avezac de que os portugueses apenas em 1686 se arriscaram na margem guianesa do Amazonas, mostrando a presença lusa ali desde o início do século XVII. A presença, e mesmo ocupação e domínio português na região, são fundamentadas contundentemente por Joaquim Caetano entre os parágrafos 1716 e 1732, que começam todos com a expressão "Il est avéré", seguido da fonte que verifica o que vem a seguir. O primeiro parágrafo, por exemplo: "Verifica-se, pelos arquivos de Sevilha, que em 9 de maio de 1544, o espanhol Orellana queria pilotos portugueses para o conduzir ao Amazonas",⁷¹⁸ pois os portugueses conheceriam a região. Em desabono ainda maior ao que propunha d'Avezac, Joaquim Caetano termina a seção citando fontes franceses que mostravam que os franceses *desconheciam* a região amazônica, não sendo cabível argumentar sua precedência ali.⁷¹⁹

Além de procurar definir o limite imaginado em Utrecht, Joaquim Caetano procurou mostrar, ante d'Avezac, que o Tratado assinado em 1713 tinha fundamento legal, isto é, Portugal poderia exigir para si as duas margens do Amazonas; o histórico de ocupações na região habilitava os portugueses a reclamá-la, não se tratava de uma invenção. Não se poderia contestar o acordo entre D. João V e Luís XIV com base em alegações de direitos de descobridor ou de ocupação efetiva. Para Joaquim Caetano, havia um "título fundamental" para a interpretação brasileira, que d'Avezac não conseguira desacreditar, mesmo colocando em dúvida a própria existência real do documento: o ato régio do rei espanhol Felipe IV, III de Portugal, de 14 de junho de 1637.⁷²⁰ A defesa deste título e de sua importância para a questão de limites ocorrerá no

⁷¹⁸ "Il est avéré, par les archives de Séville, que le 9 mai 1544, l'Espagnol Orellana voulait des pilotes portugais pour le conduire à l'Amazonie" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 454).

⁷¹⁹ *L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 456-458.

⁷²⁰ "Il fait des efforts imaginables pour ruiner l'Acte du 14 juin 1637, qui est le titre fondamental du Brésil à la rive droite de l'Oyapoc. Il révoque même en doute la réalité de cet acte" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo I, *op. cit.*, p. 458).

segundo tomo de *L'Oyapoc et l'Amazone*, e vale comentarmos brevemente a estrutura deste segundo tomo.

O segundo tomo: os "títulos" e a proeminência dos documentos oficiais sobre os mapas

Este volume contém as "lectures" 16 a 26. Na décima sexta Joaquim Caetano apresenta a argumentação francesa, que sai de seu resumo como uma argumentação plausível e sólida.⁷²¹ Na 17ª "lecture", a mais longa (estendendo-se da p. 29 à p. 263, na primeira edição), Joaquim Caetano começa a expor a argumentação brasileira, que consiste na disposição dos "títulos" ("titres") que embasavam essa interpretação, isto é, os documentos antigos que delimitavam o Cabo do Norte, a margem esquerda do Amazonas, como território português (apresenta, no total, 63 documentos, comentando-os e interpretando-os). Na 18ª "lecture" faz a etimologia de "Yapoc". Na 19ª, apresenta a distinção entre o Vicente Pinzón e o Oiapoque. Passa, ainda, pelas intenções do Tratado de Utrecht e outros argumentos franceses, nas "lectures" seguintes. Analisa a viagem de Vicente Pinzón, e conclui na 26ª "lecture" com a proposição dos limites que mantinha o Cabo do Norte como território brasileiro, defendendo ser esta a interpretação exata do artigo oitavo do Tratado de Utrecht. Nesta "lecture" conclusiva, Caetano retoma o texto original do artigo, e organiza sua argumentação por meio de um diálogo entre as proposições francesas ("La France dit:") e as respostas brasileiras ("Le Brésil répond:"). Joaquim Caetano examina o limite marítimo definido, bem como o limite interior.

Consideramos a 17ª "lecture" como contendo a parte decisiva da argumentação de Joaquim Caetano, o exame dos documentos em favor da causa do Brasil. As demais também possuem, de certo, argumentos relevantes, mas cremos que é na apreciação dos "títulos" que reside seu principal meio de afirmar a causa brasileira. Dentre os documentos, existem dois cuja importância se sobressairia, na visão de Joaquim Caetano: o acima mencionado ato régio de 1637 (o primeiro documento citado e

⁷²¹ "Certes ils paraissent invincibles, les arguments de la France pour transporter la limite d'Utrecht au voisinage immédiat de l'Amazone"; "Mais écoutons l'argumentation du Brésil" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 24).

comentado), e um relato de viagem do Marquês de Ferrolles, governador de Caiena, de 1688, documento que por si só tornaria supérfluo todo o restante da argumentação.⁷²²

A argumentação por "títulos" no segundo tomo de L'Oyapoc et l'Amazone

Pela recapitulação da argumentação francesa, na 16^a "lecture", parecia aceitável supor a existência de dois rios distintos, o Oiapoque e o Vicente Pinzón, este localizado na bacia do rio Amazonas, portanto com acesso a este rio. Porém, a argumentação brasileira mostrará que ambos os rios eram um só, e correspondiam ao rio do Cabo de Orange; e isto por meio de "títulos", de documentos, "irrefragáveis", que comprovavam que esta interpretação era vigente antes e depois do Tratado de Utrecht.⁷²³

O primeiro dos documentos trazidos por Joaquim Caetano da Silva é justamente um dos mais valiosos para a questão, de acordo com seu ponto de vista, a já citada Doação de 1637,⁷²⁴ pela qual o rei Felipe IV de Espanha (III de Portugal) cria a capitania brasileira do Cabo do Norte. Sua importância reside no fato de que, no momento em que as duas coroas encontravam-se reunidas, a doação daquele território aos portugueses na prática anulava os tratados anteriores sobre as possessões americanas (em especial o de Tordesilhas), concedendo aos portugueses direitos sobre a região.

O documento de 1637 encontrava-se nos *Anais* de Berredo (1749), e Joaquim Caetano fornece a localização da obra na Biblioteca Imperial de Paris, como que a oferecê-la para consulta dos próprios franceses, e indica sua reprodução numa segunda edição maranhense de 1849-51 e no próprio escrito de d'Avezac. Seu valor para a questão era reforçado pelo fato do documento ter tido seus termos aceitos pelo lado francês em outros momentos. Na negociações de 1699, que precederam o tratado provisório de 1700, o representante francês, Rouillé, reconheceu, segundo Joaquim

⁷²² "Il devient superflu de continuer à dérouler les titres du Brésil, puisque, par ce seul document, la cause brésilienne est gagnée" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 84). Vale dizer que é bastante desigual o espaço e a importância dados aos documentos expostos nesta 17^a "lecture". Alguns ocupam apenas uma página, e não recebem a mesma análise que os dois acima destacados, onde Joaquim Caetano os comparou a outros textos de época e os relacionou a um contexto mais amplo.

⁷²³ "Des titres irréfragables la résolvant [a questão] en faveur du Brésil" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 26).

⁷²⁴ O título desta primeira subdivisão da 17^a "lecture" é "Premier Titre du Brésil", com o subtítulo "Document Espagnol et Portugal en 1637", padrão para todos os títulos analisados, equivalendo "título" e "documento". Na realidade, é como se a operação de análise de Joaquim Caetano transformasse o documento histórico, que poderia servir a vários propósitos distintos, em um "título" de defesa da causa brasileira.

Caetano, "que o rio marcado neste documento como limite setentrional do Brasil, era mesmo o Oiapoque, o rio do Cabo de Orange". Rouillé apenas alegava, em contrapartida, "que a doação havia caducado, porque, dizia ele, a tomada de posse não havia sido seguida de ocupação efetiva".⁷²⁵

Em trecho que Joaquim Caetano transcreve, d'Avezac coloca em dúvida a autenticidade do documento, mencionando-o como de 1636.⁷²⁶ Segundo o brasileiro, a diferença na data viria de ter d'Avezac tomado-a a partir de Accioli e Baena, e não na fonte, isto é, Berredo. E a autenticidade do documento comprovava-se para além deste autor:

A autenticidade das Cartas patentes [de concessão do rei Felipe IV] de 14 de junho de 1637 não se apoia unicamente em Berredo.

A primeira inscrição deste ato, feita em 15 de agosto do mesmo ano por Manoel Ferreyra, escrivão da *Chancelaria Mór* do Reino de Portugal, existe ainda na *Torre do Tombo*, isto é nos Arquivos Reais de Lisboa, em um livro in-folio que porta no verso o título de = *D. Felipe III. Doaç. Liv. 34.* =, e revestido de três assinaturas autógrafas, da qual uma, no fim do volume, é de Christovão de Mattos de Lucena, Guardião-Mor da *Torre do Tombo*, atestando, no dia 23 de julho de 1642, que este livro foi ali recebido da *Chancelaria Mor* do Reino neste mesmo dia.

Por intermédio do ilustre Herculano, tomei eu mesmo na *Torre do Tombo*, no mês de março de 1852, uma cópia integral das Cartas de doação de 14 de junho de 1637, inscritas neste registro oficial de folio 2 à folio 5 verso.

E eu terei o prazer de publicar este grande documento entre as peças justificativas do presente trabalho.

O Ato de 14 de junho de 1637 é portanto real, *da mais real realidade*.⁷²⁷

⁷²⁵ "Et le président Rouillé, ambassadeur de Louis XIV, reconnut que la rivière marquée dans ce document comme limite septentrionale du Brésil, était bien l'Oyapoc, la rivière du Cap d'Orange"; "Il prétendit seulement que la donation était caduque, parce que, disait-il, la prise de possession n'avait pas été suivie d'habitation actuelle" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 28).

⁷²⁶ A rejeição de d'Avezac à Doação é principalmente de caráter lógico: considerando a descrição dos limites do norte do Brasil dada pelo padre Acunha, e a história de um padrão de mármore mandado colocar por Carlos V, em 1542 (encontrado, segundo Berredo, em 1723), ambas localizando o limite entre as possessões portuguesas e espanholas em um ramo ocidental do Amazonas, como seria possível a Felipe IV criar uma capitania de mais de 35 léguas ao norte do Amazonas como possessão portuguesa, alienando porção tão grande do que seria propriedade espanhola? (D'AVEZAC, *Considerations Geographiques*, *op. cit.*, p. 120-122 contém o raciocínio do geógrafo francês).

⁷²⁷ "L'authenticité des Lettres patentes du 14 juin 1637 ne s'appuie pas uniquement sur Berredo. La première inscription de cet acte, faite le 15 août de la même année par Manoel Ferreyra, greffier de la *Chancelaria Mór* du Royaume de Portugal, existe encore à *Torre do Tombo*, c'est-à-dire aux Archives Royales de Lisbonne, dans un livre in-folio portant sur le dos le titre de = *D. Felipe III. Doaç. Liv. 34.* =, et revêtu de trois signatures autographes, dont l'une, à la fin du volume, est celle de Christovão de Mattos de Lucena, Gardien-Major de *Torre do Tombo*, attestant, le 23 juillet 1642, que ce livre y fut reçu de la *Chancellaria Mór* du Royaume ce jour-là. Par l'entremise de l'illustre Herculano, j'ai pris moi-même à *Torre do Tombo*, au mois de mars 1852, une copie intégrale des Lettres de donation du 14 juin 1637, inscrites dans ce registre officiel de folio 2 à folio 5 verso. Et j'aurai le plaisir de publier ce grand document parmi les pièces justificatives du présent travail. L'Acte du 14 juin 1637 est donc réel, *de la plus réelle réalité*". *L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 31-32, grifos no original.

Comprovada a autenticidade nos arquivos, com a ajuda de Alexandre Herculano na Torre do Tombo, no trimestre que Joaquim Caetano passou em Lisboa no início de 1852, a caminho dos Países Baixos,⁷²⁸ o brasileiro passa à interpretação do texto do Ato. Interessa-lhe em especial a asserção presente no documento de que entre o Cabo do Norte e o Rio de Vicente Pinzón existiria um litoral de 35 a 40 léguas.⁷²⁹ Essa demarcação localizaria o Vicente Pinzón no Cabo de Orange, e, estabelecido este rio como limite, a faixa de terra do Cabo do Norte ficaria como posse portuguesa/brasileira, e como zona intermédia entre a Guiana Francesa e o rio Amazonas, ao qual os franceses não teriam acesso.

É ainda com d'Avezac que Joaquim Caetano dialoga aqui. O geógrafo francês pretendia que a distância de 35 a 40 léguas deveria ser medida na costa setentrional da Ilha de Marajó, e não no litoral da Guiana.⁷³⁰ Porém, aponta Joaquim Caetano, seu raciocínio apoiava-se sobre duas premissas que o autor brasileiro já refutara: de que o verdadeiro Amazonas era o rio Pará, e que o verdadeiro Cabo do Norte era a ponte Maguari da Ilha de Marajó. Joaquim Caetano procura mostrar a compreensão histórica da geografia local, isto é, como as localidades eram denominadas em 1637, e até o Tratado de Utrecht (1713). Seu argumento forte é de que a interpretação de d'Avezac surge após o Tratado, não podendo servir de base para interpretá-lo: "É apenas em 1731, dezoito anos depois do Tratado de Utrecht, que o cavaleiro d'Audiffrédy *supôs*, o primeiro, que o verdadeiro Cabo do norte das cartas antigas era a ponta Norte do ramo do Pará".⁷³¹ A partir daí, outras interpretações francesas assumiram essa premissa, nas décadas seguintes.

Joaquim Caetano ainda aduz quatro argumentos "para aniquilar a interpretação dada por d'Avezac ao Ato de 1637":⁷³² o primeiro é um argumento lógico, a respeito de qual canal do delta do Amazonas poderia ser tomado como limite meridional do Cabo do Norte. O segundo, ainda tratando deste limite, aponta um equívoco na interpretação de d'Avezac, que confundiu a denominação Tapajusus com Tapajós, a respeito de um rio da região. Neste caso, a distinção que inviabiliza a identificação feita por d'Avezac

⁷²⁸ Lembrando que, como vimos, Joaquim Caetano enviou cópia da Doação para o IHGB em 1852.

⁷²⁹ *L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 32, §1881.

⁷³⁰ D'AVEZAC, *Considerations Geographiques*, *op. cit.*, p. 122-123.

⁷³¹ "Ce n'est qu'en 1731, dix-huit-ans après le Traité d'Utrecht, que le chevalier d'Audiffrédy *supposa*, le premier, que le véritable Cap du Nord des anciennes cartes était la pointe Nord de la branche du Pará" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 33, grifo no original).

⁷³² "pour anéantir l'interprétation donnée par M. d'Avezac à l'Acte de 1637", *L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 34.

foi feita por Berredo, cujo testemunho se sobrepõe em função de sua proximidade temporal com o Ato de 1637.⁷³³ Joaquim Caetano inclui textos próximos a 1637 que abonam sua interpretação. A valoração das testemunhas passa por critérios dessa natureza: se a testemunha foi presencial/ocular ou não; se seu testemunho aproxima-se temporalmente do fato ou não; em caso de negativa das duas primeiras, em qual fonte baseou-se a testemunha - e as mesmas perguntas podem então ser colocadas a essas fontes, como no caso da análise da descrição de Gabriel Soares de Souza da região amazônica.

O terceiro argumento contra a interpretação de d'Avezac para o Ato de 1637 vem de seu uso de Berredo, e novamente retoma a prática de demandar a leitura completa da fonte. D'Avezac tomava um trecho da doação da capitania do Cabo do Norte que atribuía à mesma o pertencimento de certas ilhas para afirmar que a dita capitania localizava-se na Ilha de Marajó. O trecho de Berredo que o sábio francês negligenciava, embora tivesse colocado em nota de rodapé, "infelizmente em língua portuguesa, desconhecida da quase totalidade dos leitores franceses",⁷³⁴ afirmava a penetração no interior do continente dos limites da capitania.⁷³⁵ Mais do que isso, Joaquim Caetano trazia em apoio o costume português: o fato de que as cartas de doação traziam, via de regra, a premissa de que os limites das capitanias doadas pelo rei de Portugal se estendiam sempre para o interior do continente americano até os limites das possessões portuguesas, isto é, até esbarrarem no território espanhol. Era o "teor geral" ("la teneur générale") das primeiras cartas de doação,

teor que ele [d'Avezac] conhece bem, como o prova seu trabalho, página 120 do Bulletin de la Société de Géographie, página 32 da tiragem à parte; se ele tivesse se lembrado do teor especial das Cartas de doação de Pero Lopes, datadas de Évora 21 de janeiro de 1535, e publicadas pelo Sr. de Varnhagen no Diário do mesmo Pero Lopes, publicação que ele igualmente conhece, como o prova ainda seu

⁷³³ "Mais Berredo, parlant d'une époque bien voisine de l'acte de 1637, distingue formellement *Tapajusus* et *Tapajós*" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 35, grifos no original).

⁷³⁴ "malheureusement dans la langue portugaise, inconnue à la presque totalité des lecteurs français" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 36).

⁷³⁵ Joaquim Caetano menciona o fato de que d'Avezac diz, em nota de rodapé, que leu, de forma rápida e passageira, o documento inteiro da Doação, graças à "amigável cortesia de um de nossos mais temíveis adversários nessa questão", que o francês mantém anônimo. Este adversário teria copiado do documento original na Torre do Tombo: "Nous avons dû à l'amicale courtoisie d'un de nos plus redoutables adversaires dans cette question, une lecture du document entier, copié sur l'original aux archives de Lisbonne; lecture passagère et rapide" (D'AVEZAC, *Considerations Géographiques*, *op. cit.*, p. 121, nota 1). Esta leitura rápida deixou em d'Avezac a convicção de que o essencial do documento estava no extrato de Berredo.

trabalho, página 114 do *Bulletin*, página 26 da tiragem à parte; o douto crítico não se teria enganado sobre o Ato de 1637.⁷³⁶

Joaquim Caetano inscreve a doação de 1637 no contexto das anteriores, balizando assim as possibilidades de sua interpretação.

Por fim, o brasileiro volta a questionar a seleção dos trechos das fontes que faz d'Avezac. Este afirmara que o essencial do Ato de 1637 estava no extrato dado por Berredo, ao que Joaquim Caetano aquiesce, mas o documento inteiro ("le document entier") trazia outra indicação que refutava a interpretação do geógrafo francês: um trecho que distinguia "explicitamente, *o ramo do Pará e o canal do Amazonas que desemboca no mar*",⁷³⁷ invalidando a premissa de d'Avezac, que os identificava.

Concluindo a análise deste primeiro e importante título, Joaquim Caetano ainda mostra que se entendia, circa 1637, o Cabo do Norte como Guiana; isto é, não faria sentido compreender a capitania de mesmo nome como a Ilha de Marajó, conforme queria d'Avezac, pois os contemporâneos a tomavam pela Guiana, ou seja, pela parte continental da região. Havia ainda uma dúvida que merecia consideração, a respeito da localização do Cabo do Norte. Joaquim Caetano argumenta em defesa da demarcação portuguesa, mas de todo modo afirma, ao final da análise do Ato de 1637: "Onde coloquemos o Cabo do Norte existente, é pois certo que o limite setentrional assinalado ao Brasil na Concessão real de 14 de junho de 1637 é o rio do *Cabo de Orange*"; concluindo: "O primeiro título do Brasil permanece inabalável".⁷³⁸ Essa conclusão coincide com o que julgamos ser sua estratégia em *L'Oyapoc et l'Amazone*, de frisar sempre que o limite deveria ser o rio do Cabo de Orange, ênfase que não aparece tão fortemente na "Memória" de 1851.

O uso da Doação de 1637 é um dos diferenciais da análise de Joaquim Caetano da questão. Já na memória de 1851, o autor afirmara se tratar do "título demonstrativo do direito de Portugal, do nosso direito".⁷³⁹ Ali, antes de ter acesso ao documento na

⁷³⁶ "teneur qu'il connaît bien, comme le prouve son travail, page 120 du *Bulletin de la Société de Géographie*, page 32 du tirage à part; s'il s'était souvenu de la teneur spéciale des Lettres de donation de Pero Lopes, datées d'Evora de 21 janvier 1535, et publiées par M. de Varnhagen dans le *Diario* du même Pero Lopes, publication qu'il connaît également, comme le prouve encore son travail, page 114 du *Bulletin*, page 26 du tirage à part: le docte critique ne se serait pas trompé sur l'Acte de 1637" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 37).

⁷³⁷ "Les lettres patentes de 1637 distinguent donc, explicitement, *la branche du Pará et le canal de l'Amazone qui débouche à la mer*" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 39, grifo no original).

⁷³⁸ "Où que l'on place le Cap du nord existant, il est donc certain que la limite septentrionale assignée au Brésil dans la Concession royale du 14 juin 1637, est la rivière du *Cap d'Orange*. Le premier titre du Brésil demeure inébranlable" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 46, grifo no original).

⁷³⁹ *RIHGB*, tomo 13, 1850, p. 488.

Torre do Tombo, Joaquim Caetano calcula os limites a partir da informação de que o rei Felipe IV doava 35 ou 40 léguas de costa a Bento Maciel Parente. Historicizando que a légua espanhola era então de dezessete graus e meio, o autor pôde apontar que o termo da doação, descrito no texto como rio de Vicente Pinzón, era o Oiapoque, no Cabo de Orange. (O autor ainda refuta a ideia de que a légua portuguesa poderia ter sido usada, afirmando que naquele momento os portugueses usavam a mesma medida espanhola). Joaquim Caetano corroborava, naquele momento, a autenticidade do documento alegando que o mesmo foi apresentado ao embaixador francês em 1699, e "aquelle Ministro não poz em duvida a sua authenticidade".⁷⁴⁰

A Doação aparece nas negociações de 1855-56, mas o negociador brasileiro não extrai de forma alguma a mesma importância que Joaquim Caetano. O Visconde do Uruguai trouxe à tona o documento logo na terceira sessão de conferências (em 4 de outubro de 1855), afirmando se tratar de uma prova de que o Oiapoque era o limite aceito pelos espanhóis para as possessões portuguesas na América do Sul. Uruguai mostra o mesmo raciocínio da memória de 1851 de Joaquim Caetano, fazendo o cálculo da latitude a partir das léguas, e mencionando Berredo como fonte (como a memória de 1851), sem falar no original, de que o IHGB já possuía a cópia enviada por Joaquim Caetano.⁷⁴¹ O próprio Uruguai retoma o documento na quinta sessão (18 de outubro de 1855), para reafirmar que em 1637 chamava-se, ao rio do Cabo de Orange (ou seja, ao Oiapoque), de Vicente Pinzón.⁷⁴² Na sessão seguinte (27 de outubro de 1855), o Barão de Butenval rejeita a Doação de 1637 como prova, afirmando que este documento provava "somente, ou que o rei Felipe IV, não contente com as coroas de Portugal e Espanha, procurava ainda usurpar a da França; ou (o que é mais verossímil) que os empregados de sua chancelaria não tinham noções geográficas muito exatas".⁷⁴³ Butenval comparava esta situação aos erros do cosmógrafo francês André Thevet (1502-1590), afirmando que "Os erros de um cosmógrafo como Thevet podem servir a absolver aqueles das secretarias de S. M. Católica [o rei de Espanha], e o plenipotenciário francês pensa que o honrado plenipotenciário do Brasil não

⁷⁴⁰ *RIHGB*, tomo 13, 1850, p. 489.

⁷⁴¹ *Protocolos*, *op. cit.*, p. 36-37.

⁷⁴² *Protocolos*, *op. cit.*, p. 63.

⁷⁴³ "[a Doação] arrive à prouver seulement, ou que le roi Philippe IV, non content des couronnes de Portugal et d'Espagne, cherchait encore à usurper sur celle de France; ou (ce qui est plus vraisemblable) que les employés de sa chancellerie n'avaient pas des notions géographiques bien exactes" (*Protocolos*, *op. cit.*, p. 71).

compreende insistir no valor de semelhante documento".⁷⁴⁴ E assim se fez: a Doação foi deixada de lado, e não aparece nas extensas conferências eruditas que os dois lados vieram a produzir. Saint-Quentin já não citara a Doação, mesmo conhecendo Berredo.

O segundo documento central entre os títulos que davam razão ao Brasil revela mais um pouco das contribuições de particulares recebidas por Joaquim Caetano no curso de suas pesquisas. O documento em questão é a relação oficial da viagem do governador de Caiena, o Marquês de Ferrolles, feita em 1688, ao Amazonas. O extrato que Joaquim Caetano possuía do texto fora copiado pelo Visconde de Santarém, que o descobrira nos Arquivos dos Ministérios da Marinha e das Colônias em Paris. O Visconde de Santarém, membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, mantinha contatos com homens de letras brasileiros, correspondendo-se com Varnhagen, por exemplo.

Segundo o relato de Joaquim Caetano, o Visconde lhe repassara a relação de viagem em julho de 1852, com a condição de que não o utilizasse enquanto ele, o Visconde, fosse vivo. Vimos que Joaquim Caetano estivera pesquisando em Lisboa no primeiro trimestre de 1852, mas seu contato com o Visconde de Santarém deve ter ocorrido já na França. O Visconde ali encontrava-se exilado desde 1834, após a rendição de D. Miguel na guerra pelo trono português entre 1828 e 1834, que opôs o irmão de D. Pedro I do Brasil à filha deste, a futura D. Maria II de Portugal. O Visconde posicionara-se nas hostes miguelinas, mas, mesmo após o exílio, manteve-se auxiliando a diplomacia portuguesa. Sua morte ocorreu em 17 de janeiro de 1855, em Paris. A partir daí, o extrato da relação de viagem passado a Joaquim Caetano pôde ser tornado público.

E sua importância não era pequena, na perspectiva do diplomata brasileiro. A viagem tinha como motivação demandar dos portugueses a destruição dos fortes Araguari e Macapá, construídos em 1686. Ao encontrar-se com o comandante português do forte de Araguari, Ferrolles ouviu deste que "em virtude de uma doação feita a Bento Maciel Parente, os limites das possessões portuguesas estavam no rio do Cabo de

⁷⁴⁴ "Les erreurs d'un cosmographe comme Thevet peuvent servir à absoudre celles des bureaux de S. M. Catholique, et le plénipotentiaire français pense que l'honorable plénipotentiaire du Brésil n'entend pas insister sur la valeur d'un document pareil" (*Protocolos, op. cit.*, p. 71).

Orange, chamado pelos portugueses rio de Vicente Pinzón, e pelos franceses Oiapoque".⁷⁴⁵

Para Joaquim Caetano o trecho era decisivamente esclarecedor. Mostrava ao mesmo tempo que o Oiapoque e o Vicente Pinzón eram compreendidos como um único e mesmo rio, e, acima de tudo, mostrava que o limite entre as possessões portuguesas e francesas era o rio do Cabo de Orange - o ponto no qual julgamos que Caetano se concentra em *L'Oyapoc et l'Amazone*. E isso tudo em um documento oficial francês de 1688, doze anos antes do tratado provisório de 1700 e vinte e cinco anos antes de Utrecht, como realça o brasileiro em sua argumentação.⁷⁴⁶

Por que era tão importante a identificação do limite no rio do Cabo de Orange? Porque este nome não dava margens a dúvidas:

CABO DE ORANGE [maiúscula no original] não é mais um nome que possamos acusar de ser genérico.

É um nome *próprio*, em todo o rigor do termo.

É uma designação mais precisa que teria sido a latitude.

A latitude pode variar com o observador.

Mas, desde sua introdução, pouco antes do ano de 1625, o nome de *Cabo de ORANGE*, monumento holandês nas costas americanas, sempre coube invariavelmente, em todas as cartas, em todos os textos, à ponta oriental da baía atual do OIAPOQUE.⁷⁴⁷

Aí está, a nosso ver, o cerne da argumentação de *L'Oyapoc et l'Amazone*: para além da crítica das proposições francesas, e do embasamento documental para as proposições brasileiras, Joaquim Caetano encontrou um ponto sólido, constante, sem variações: o Cabo de Orange, situado na baía do Oiapoque. Pôde, de fato, reforçar solidamente o argumento da memória de 1851: independente do nome dado ao rio que deveria servir de limite, independente das mudanças na compreensão do que era o Cabo do Norte (a região, afinal, em disputa), esse ponto nunca havia variado: o limite era o rio do Cabo

⁷⁴⁵ "Et le commandant portugais lui répondit: "Qu'en vertu d'une donation faite à Bento Maciel Parente, les limites des possessions portugaises étaient à la rivière du Cap d'Orange, appelée par les Portugais rivière de Vincent Pinson [*sic*], et par les Français Oyapoc"" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 83).

⁷⁴⁶ "Douze ans avant le Traité primordial de 1700, vingt-cinq ans avant le Traité final d'Utrecht, un fonctionnaire Portugais, préposé à la garde de la frontière septentrionale du Brésil, déclare officiellement à un fonctionnaire Français, que la rivière portant chez les Portugais le nom de *Vincent Pinson*, et que le Portugal considère comme la limite septentrionale du Brésil, est celle que les Français appellent *Oyapoc*, celle que tout le monde reconnaît au nom de *Rivière du CAP D'ORANGE*" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 83).

⁷⁴⁷ "CAP D'ORANGE n'est plus un nom que l'on puisse accuser d'être générique. C'est un nom *propre*, dans toute la rigueur du terme. C'est une désignation plus précise que ne l'aurait été la latitude. La latitude peut varier avec l'observateur. Mais, depuis son introduction, peu avant l'année 1625, le nom de *Cap d'ORANGE*, monument hollandais sur les côtes américaines, a toujours appartenu invariablement, dans toutes les cartes, dans tous les textes, à la pointe orientale de la baie actuelle d'OYAPOC" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 83-84, grifos no original).

de Orange, e este Cabo sempre fora localizado na mesma posição geográfica. Joaquim Caetano estabelece uma linha entre o documento de 1688 e os tratados de 1700 e 1713, reproduzindo, assim, o raciocínio já delineado na memória de 1851:

A declaração oficial do comandante português, feita no fim do mês de junho de 1688, foi oficialmente trazida de imediato ao conhecimento do Governo Francês.

Portanto, assinando, em 1700, o Tratado de Lisboa; assinando, em 1713, o Tratado de Utrecht, o Governo Francês sabia perfeitamente que o limite reservado pelo primeiro destes tratados, o limite definitivamente acordado a Portugal pelo segundo, era o rio do CABO DE ORANGE, chamado pelos Portugueses Rio de VICENTE PINZÓN e pelos Franceses OIAPOQUE.⁷⁴⁸

A última colocação, grifada pelo próprio Joaquim Caetano, quase serve para ser sobreposta ao artigo oitavo do Tratado de Utrecht, como um molde que se encaixa e revela a origem do texto firmado na cidade holandesa. Por isso, para Joaquim Caetano, era "supérfluo continuar a desenrolar os títulos do Brasil, porque, por este único documento, a causa brasileira está ganha".⁷⁴⁹ Evidentemente, a argumentação segue, e "vemos cada vez mais, o quanto a verdade é harmônica".⁷⁵⁰ A posição brasileira era harmônica, não tinha as dissonâncias e variações da interpretação francesa, propondo limites diferentes e se baseando em localizações geográficas de identificação duvidosa. Joaquim Caetano identificara o tom (mantendo a metáfora musical) dentro do qual desenvolvia-se o argumento brasileiro: o Cabo de Orange, entendido sempre na mesma posição. Se o rio que passava ali tivera dois nomes; se outros rios puderam ser chamados de Vicente Pinzón; se a definição dos domínios do Cabo do Norte não fora sempre a mesma, nada mudava a constante: o limite ficava no Cabo de Orange.

A maioria dos títulos mobilizados por Joaquim Caetano nesta 17^a "lecture" são dispostos a provar que o rio limite do Tratado de Utrecht era o rio do Cabo de Orange. Dos 63 títulos, 34 afirmam este ponto (ressaltando que um documento poderia servir a mais de um argumento), sem contar seis títulos voltados para mostrar o Oiapoque (rio

⁷⁴⁸ "La déclaration officielle du commandant portugais, faite à la fin du mois de juin 1688, fut officiellement portée aussitôt à la connaissance du Gouvernement Français. Donc, en signant, en 1700, le Traité de Lisbonne; en signant, en 1713, le Traité d'Utrecht, le Gouvernement Français savait parfaitement que la limite réservée par le premier de ces traités, la limite définitivement accordée au Portugal par le second, était la rivière du CAP D'ORANGE, appelée par les Portugais Rivière de VINCENT PINSON et par les Français OYAPOC" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 84, grifos no original).

⁷⁴⁹ "Il devient superflu de continuer à dérouler les titres du Brésil, puisque, par ce seul document, la cause brésilienne est gagnée" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 84).

⁷⁵⁰ "nous verrons de plus en plus, combien la vérité est harmonique" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 84).

do Cabo de Orange) como limite aceito. Doze títulos testemunham que a região em disputa, o Cabo do Norte, era de tamanho e riqueza consideráveis, refutando o argumento por vezes emitido pelos franceses de que se trataria apenas de faixa litorânea, ou restrita à Ilha de Marajó e adjacências. Quatro títulos tratam dos limites do Cabo do Norte (igualmente reforçando o argumento pró-Cabo de Orange), quatro mostram as variações na posição francesa, e quatro são críticas a estas posições. Os documentos procuram mostrar que compreensão tinham portugueses, franceses e espanhóis dos limites da Guiana Francesa com o território luso (e espanhol, durante o período da União Ibérica), antes, durante e depois do Tratado de Utrecht.

Os argumentos não são feitos todos de asserções positivas encontradas nos documentos. Por vezes, Joaquim Caetano tem de demonstrar que, pela lógica, o documento que mobiliza só poderia querer dizer X. Seu procedimento não apenas transforma relações de viagens, obras de geografia e história e documentos diplomáticos em títulos a favor do Brasil. Os próprios textos franceses sobre a questão sofrem essa metamorfose, numa virada que deveria ter em vista causar um forte efeito no debate. É assim que o último título a favor do Brasil é a própria obra de d'Avezac. O brasileiro transcreve trecho em que o francês afirma que os portugueses pretenderam avançar às bordas do "Oiapoque atual" em 1686. E, adiante, reproduz trecho do mesmo d'Avezac afirmando que o Oiapoque atual desembocava à Oeste do cabo que os ingleses chamavam Cécil, os franceses de Luçon e de Condé, antes que os holandeses o chamassem de Orange, nome que permaneceu. Sendo assim conhecido o Oiapoque em 1686, como o rio do Cabo de Orange, assim o entendiam os franceses em 1700, quando da assinatura do tratado provisório entre Portugal e França, e assim o entendiam em 1713, em Utrecht, conclui Joaquim Caetano.

Um tal testemunho [ou confissão], emitido diante da Sociedade de Geografia de Paris por um de seus membros franceses mais eminentes, e publicado no Boletim desta respeitável Sociedade imediatamente após a conferência diplomática ocorrida em Paris em 1855 e 1856, teria em qualquer situação, por si só, uma grande importância.

Mas na boca do Sr. d'Avezac, calorosamente engajado na questão do Oiapoque há vinte e três anos, tendo à sua livre disposição os arquivos do Ministério da Marinha e das Colônias, e fazendo ex-professo um trabalho antibrasileiro, onde o saber e a sagacidade disputam o passo, o testemunho de 1857 adquire aos olhos de todo o mundo uma importância incomparável, e torna-se para o Brasil o título mais precioso.⁷⁵¹

⁷⁵¹ "Un tel aveu, émis devant la Société de Géographie de Paris par un de ses membres français les plus éminents, et publié dans le *Bulletin* de cette respectable Société immédiatement après la conférence

O escrito de d'Avezac passa desse modo de uma das principais defesas da causa francesa a argumento em favor do Brasil, emitido por respeitável erudito, adversário da causa brasileira, um "campeão" da França na questão, com dissera antes Joaquim Caetano.

Os documentos escolhidos por Joaquim Caetano para serem transcritos, na parte final do segundo tomo, na seção intitulada "Pièces Justificatives", revelam, creio, um esforço de concisão de seus argumentos. Das dezenas de fontes citadas ao longo dos dois tomos da obra, Caetano transcreve em separado e no idioma e grafia original apenas seis, sendo que os quatro últimos são textos de tratados: as versões em português e francês dos tratados de 1700 e de Utrecht (1713). Os dois primeiros são a "Capitulação de Vicente Pinzón", de cinco de setembro de 1501, e a "Doação de Bento Maciel Parente".

A "Capitulação de Vicente Pinzón" dava conta das explorações feitas pelo navegador espanhol, e da primeira toponímia dada pelos europeus à região posteriormente disputada por brasileiros e franceses. Joaquim Caetano trata deste documento na 25ª "lecture", em que discute a viagem de Vicente Pinzón. Como o autor explica, o texto lhe fora copiado, a seu pedido, por Varnhagen, no final de 1857; mas o próprio Joaquim Caetano encarregou-se, no mesmo mês, de fazer uma cópia literal do mesmo.⁷⁵² A cópia de Varnhagen foi a base de uma edição do documento na *Revista* do IHGB, tomo XXII, julho de 1859, "mas com algumas incorreções",⁷⁵³ ressalta Joaquim Caetano na transcrição nas "Pièces Justificatives".

Na argumentação, o texto é interpretado visando a atualização da nomenclatura geográfica. Joaquim Caetano argumenta que o que os espanhóis chamaram

diplomatique tenue à Paris en 1855 et 1856, aurait toujours, par cela seul, une très grande importance. Mais dans la bouche de M. d'Avezac, chaleureusement engagé dans la question de l'Oyapoc depuis vingt-trois ans, ayant à sa libre disposition les archives du Ministère de la Marine et des Colonies, et faisant ex-professo un antibrésilien, où le savoir et la sagacité se disputent le pas, l'aveu de 1857 acquiert aux yeux de tout le monde une importance incomparable, et devient pour le Brésil le titre le plus précieux" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 228).

⁷⁵² "Mais, à ma demande, mon noble compatriote et ami M. de Varnhagen, alors chargé d'affaires en Espagne, a sollicité et obtenu de Séville une copie authentique de la *Capitulacion de Vincent Pinçon*, tirée du registre du secrétariat du Pérou pour l'année 1501, écrite sur papier timbré, et légalisée, le 15 décembre 1857, par M. Aniceto de la Higuera, archiviste général des Indes à Séville. Cette copie officielle a été envoyée par M. de Varnhagen, en janvier 1858, au Ministère des Affaires Étrangères à Rio-de-Janeiro. Mais, l'ayant eue à ma disposition le 23 et le 24 décembre 1857, j'en ai pris moi-même une copie *littérale*, qui sera publiée à la suite de ce travail, en tête des pièces justificatives" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 388, grifos no original).

⁷⁵³ "mais avec quelques incorrections" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 427).

primitivamente de "Cabo de São Vicente" posteriormente receberia o nome de Cabo de Orange, e o rio correspondente a este Cabo fora originalmente designado pelos espanhóis de "Santa Maria do Mar Doce". Ao observar que Vicente Pinzón passara pelo cabo no dia de São Vicente Ferrer, cinco de abril, Caetano supôs que Pinzón pôde dar seu nome de batismo à localidade simplesmente seguindo o costume da época de homenagear o santo do dia a cada descobrimento. Sua argumentação nesta seção demonstra novamente um grande conhecimento da bibliografia da e sobre a época das grandes navegações. Sua intenção era refutar uma opinião francesa, repetida por diversos autores, de que Vicente Pinzón, durante sua viagem, reconheceu o Amazonas, e dali partira para o Orenoco (rio que percorre os territórios das atuais Venezuela e Colômbia), nunca chegando a passar pelo Oiapoque, no futuramente designado Cabo de Orange. Desse modo, diziam os franceses, era absurdo associar seu nome àquele rio. A refutação desse argumento, e a transcrição do documento no original espanhol, visam validar e esclarecer a pertinência do nome de Vicente Pinzón para o rio dos tratados.

Esta 25^a "lecture" exemplifica as palestras que se seguem à 17^a, onde Joaquim Caetano analisou os documentos abonadores da causa brasileira. São mais nove palestras até o fim do tomo, que ainda possui uma "Nota Complementar" (a respeito de uma obra recém-publicada que interessava à questão) e as "Peças Justificativas", e o teor delas é, de forma geral, responder a outros argumentos franceses. Estes argumentos são:

1. que os nomes Japoc/Yapoc/Oyapoc foram aplicados a outros rios que não o rio do Cabo de Orange;
2. que brasileiros e portugueses situaram, após o Tratado de Utrecht, o rio de Vicente Pinzón no Cabo do Norte, e não no Cabo de Orange;
3. que o memorandum português de 1699 enviado ao embaixador da França dava a latitude de dois graus e cinquenta minutos Norte para o rio limite entre os países, e não quatro graus e meio como defendiam brasileiros e portugueses;
4. que nos Anais do Maranhão (1749), seu autor, Berredo, dá como coordenadas para o mesmo rio limite 1 grau e trinta minutos Norte;
5. que dever-se-ia observar não apenas a letra, mas o espírito do Tratado de Utrecht, como observou o negociador francês, Barão de Butenval, ao Visconde do Uruguai nas tratativas de 1855-56;
6. que o relato de viagem do inglês John Wilson (1606) à Guiana estabelecia que o rio do Cabo de Orange não poderia ser o Vicente Pinzón;

7. os argumentos de La Condamine à respeito da localização do Vicente Pinzón;
8. que o navegador Vicente Pinzón não passara pelo futuro Cabo de Orange (do que tratamos acima).

A 26^a e última "lecture" é a "Conclusão Geral", retomando os argumentos franceses ("La France dit") e as réplicas brasileiras ("Le Brésil répond"). As oito palestras acima elencadas, que correspondem às da 18^a à 25^a, embora se dediquem a combater outros argumentos franceses, retomam pontos da argumentação exposta até então. Cada subtítulo destas "lectures" (à exceção da última, sobre Pinzón) vem acompanhado dos parágrafos em que Joaquim Caetano tratou das questões em momentos anteriores do texto (sua divisão em parágrafos numerados facilita sobremaneira a remissão a passagens anteriores). Dos oito pontos elencados acima, os cinco primeiros são argumentos do Barão de Butenval nas negociações de 1855-56, sendo que em algumas das "lectures" Joaquim Caetano recupera diretamente Butenval para fazer sua refutação.

Mas, se os argumentos brasileiros tinham por base documentos, a atitude diante destes não era de aceitação incondicional de seu conteúdo. O argumento francês de que Berredo, governador do Maranhão logo após o Tratado de Utrecht, autoridade que deveria observar os limites ali estabelecidos, havia dado como coordenadas 1 grau e trinta minutos Norte, e não os quatro graus e meio defendidos pelos luso-brasileiros, não se sustentava, mesmo que aquelas coordenadas estivessem de fato no texto dos *Anais históricos do Maranhão*. Joaquim Caetano primeiro toma a observação de João Francisco Lisboa a respeito de Berredo, no *Jornal de Timon* de 1858, a respeito da "incrível negligência de Berredo sobre a topografia" da própria província que governara, para pôr em dúvida as informações dos *Anais*.⁷⁵⁴ Mas é na análise interna do próprio texto da obra que se constrói sua posição de que aquela informação deveria ser descartada, mesmo estando positivamente expressa no texto.

Novamente, assumindo a postura de considerar o documento completo, Joaquim Caetano demonstra que outras localizações e descrições dadas por Berredo são incoerentes com o 1 grau e meio de latitude Norte atribuído ao rio-limite. Isso o leva a concluir que

⁷⁵⁴ "l'incroyable négligence de Berredo sur la topographie même la mieux connue de l'État qu'il avait gouverné" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 280).

A latitude de *um grau trinta minutos*, dada ao rio de Vicente Pinzón no livro de Berredo, é pois evidentemente defeituosa.

E não é, como no memorandum de 1699 [o documento que analisara anteriormente], um defeito do autor.

É evidentemente um defeito de impressão.

Independentemente de todas as outras razões que fazem necessariamente do Vicente Pinzón de Berredo o rio do Cabo de Orange, é impossível que após haver declarado em detalhe, no parágrafo 5, que o Vicente Pinzón se encontra *quarenta léguas portuguesas ao Noroeste do Cabo do Norte*, o mesmo autor venha dizer no parágrafo 13, que este mesmo rio está situado *ao Sul deste mesmo cabo*.⁷⁵⁵

Para Joaquim Caetano, se Berredo tivesse tido a oportunidade de revisar o texto, teria corrigido a falha. Por conta de situações assim, era necessário observar que:

Sem dúvida, não se deve subordinar os textos aos caprichos da fantasia.

Mas não se deve tampouco transformá-los em ídolos e lhes sacrificar a evidência.⁷⁵⁶

Como que para não ser acusado de inventar novas regras no tratamento dos documentos, Caetano mostra que o próprio d'Avezac havia feito o mesmo em outros escritos seus, defendendo a alteração de uma expressão num relato de viagem, sem a qual o texto não faria sentido.

Joaquim Caetano da Silva esmiuçou todos os argumentos franceses, encontrando suas fontes, suas motivações, suas falhas. Para isso, teve de se apoiar em um extenso conhecimento bibliográfico, mas igualmente em sua capacidade de leitura das fontes, de perscrutá-las interna e logicamente, ao ponto de poder enfrentar suas contradições. Dispôs-se a resolver a dúvida do Oiapoque, recuperando a geografia da região e, principalmente, a raiz dos problemas: a linguagem, como os ocupantes e viajantes nomearam o que viram. Sua defesa da causa brasileira vinha apoiada num movimento que a livrava das incoerências e inconsistências das proposições francesas: o foco no Cabo de Orange. Como vimos, ao propor que o rio-limite definido em Utrecht e

⁷⁵⁵ "La latitude d'un degré trente minutes, donnée à la rivière de Vincent Pinçon dans le livre de Berredo, est donc évidemment fautive. Et ce n'est pas, comme dans le memorandum de 1699, une faute de l'auteur. C'est évidemment une faute d'impression. Indépendamment de toutes les autres raisons qui font nécessairement du Vincent Pinçon de Berredo la rivière du Cap d'Orange, il est impossible qu'après avoir déclaré en détail, au paragraphe 5, que le Vincent Pinçon se trouve *quarante lieues portugaises au Nord-Ouest du Cap du Nord*, le même auteur vienne dire au paragraphe 13, que cette même rivière est située *au Sud de ce même cap*" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 290, grifos no original).

⁷⁵⁶ "Sans doute, il ne faut pas subordonner les textes aux caprices de la fantaisie. Mais il ne faut pas non plus en faire des idoles et leur sacrifier l'évidence" (*L'Oyapoc*, 1899, tomo II, *op. cit.*, p. 291).

referendado nos tratados seguintes entre Portugal/Brasil e França era o rio do Cabo de Orange, fosse ele conhecido por dois nomes diferentes, fossem esses nomes razão de confusão com outros rios da região, não havia escapatória: a localização do rio era indefectível, pois o Cabo de Orange não estava sujeito às mesmas variações na literatura sobre a região que o Cabo do Norte. Para sua argumentação, Joaquim Caetano fez, a exemplo do que d'Avezac havia feito, um deslocamento de foco em relação às negociações de 1855-56: nestas, os mapas foram as principais fontes para os dois lados. Em Joaquim Caetano, foram documentos oficiais, principalmente a Doação de 1637 e a relação oficial da viagem ao Amazonas do governador da Guiana Francesa de 1688. Mesmo os franceses aceitavam (como expôs o Barão de Butenval) que a redação do Tratado de Utrecht seguia basicamente a dos tratados de 1703 e 1700; ou seja, a toponímia dos negociadores de Utrecht era a mesma presente nestas convenções anteriores. Por conseguinte, descobrir a toponímia do tratado provisório de 1700 era descobrir a de Utrecht, como já expusera Joaquim Caetano no IHGB em 1851. Com o recurso das pesquisas na Torre do Tombo, o brasileiro pôde autenticar documento oficial que demonstrava que essa toponímia era a que defendiam os brasileiros, e foi aceita, como se comprovava por outro documento oficial, pelos franceses em 1688. O exame dos mapas passou, com isso, a segundo plano.

Mesmo que os escritos de Joaquim Caetano sobre a questão da Guiana contivessem, onde necessário, momentos narrativos, predominava a argumentação, a transcrição e crítica de outros autores, a compreensão e apresentação de suas opiniões, e a elaboração de um linha lógica de raciocínio. O texto podia inclusive prescindir de uma linearidade estrita; vimos como o segundo tomo retoma questões tratadas no primeiro, acrescentando novos argumentos. A indicação dos parágrafos em que a questão apareceu anteriormente estabelece um movimento de ida e volta no texto. E fica claro como o tratamento completo de uma questão erudita numa obra histórica narrativa seria praticamente impossível: o tamanho e o caráter da digressão que se estabeleceria comprometeria sobremaneira a linearidade daquela narrativa.

Conclusão

A questão de limites com a Guiana Francesa não é resolvida no Segundo Reinado. O trabalho realizado nesse período não é completamente perdido, servindo de subsídio ao Barão do Rio Branco no processo que daria o ganho de causa ao Brasil, em 1899-1900.⁷⁵⁷ No início da década de 1860, entretanto, as perspectivas não eram muito boas para os dois autores que vimos tentar resolver a questão para o Império. Melo Moraes teve de interromper a publicação da *Corografia*, e repensar seus meios de publicar os documentos que coletava sobre a história do Brasil. Joaquim Caetano precisou da ajuda de D. Pedro II para ter publicada sua obra; sem novas negociações à vista, e sem receber resposta do lado francês, o escrito parece ter sido pouco apreciado no momento em que veio à luz (o próprio Imperador pensava que seus ministros de Estado não haviam sequer completado a leitura das quase mil páginas que compõe os dois tomos de *L'Oyapoc et l'Amazon*⁷⁵⁸).

Ambos julgaram ter fornecido ao Império a demonstração dos direitos brasileiros, de maneiras profundamente diferentes: Melo Moraes, pela via da compilação, em que acreditava dispor os elementos necessários a afirmar a interpretação brasileira do Tratado de Utrecht, os acordos diplomáticos que a garantiam, e o melhor caminho a ser seguido nas negociações com a França. Inseriu sua demonstração no conjunto da inacabada *Corografia histórica*, ocupando em torno de 300 páginas dos dois primeiros dos cinco tomos publicados. Vista no contexto desta obra, entendemos como a forma pela qual organizou sua defesa do direito brasileiro se articula ao seu projeto mais amplo em relação à história do Brasil. Um projeto suscetível de contestações naquela época, gerando inclusive acusações de plágio. A resposta de Joaquim Caetano é por outra via. Está isolada de qualquer projeto ou narrativa mais ampla da história do Brasil. Encara a questão do Tratado de Utrecht como um problema erudito, e o responde como tal: num texto com um encadeamento lógico entre as ideias, organizado em parágrafos separados, sem uma narrativa linear. Não compila, não transcreve: analisa e faz a crítica de todos os autores e documentos que mobiliza.

⁷⁵⁷ Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança conta 55 menções na primeira memória entregue por Rio Branco ao presidente da Suíça, árbitro da questão, e 17 menções na segunda, que ainda inclui *L'Oyapoc et l'Amazon* como anexo. BRAGANÇA, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. “Joaquim Caetano da Silva. Contatos com D. Pedro II”, *op. cit.*, p. 86.

⁷⁵⁸ BRAGANÇA, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. “Joaquim Caetano da Silva. Contatos com D. Pedro II”, *op. cit.*, p. 90.

A questão da Guiana mereceu de letrados brasileiros e franceses uma densa "argumentação técnica", conforme expressou a *Revue Coloniale* de 1858 por ocasião da impressão dos protocolos das negociações de 1855-56 e da memória de 1850 de Alfred de Saint-Quentin. Vimos também Varnhagen escrever ao Imperador que, após a intervenção de d'Avezac, em 1857, o debate passara ao "campo da sciencia". A "argumentação técnica" no "campo da sciencia" não dispensava, todavia, as demonstrações de retórica, em um dos sentidos vistos por Carlo Ginzburg, isto é, na visão que o autor identifica como a que trouxe o descrédito para a retórica, de fins do século XVIII até o século XX, identificando-a a um conjunto de recursos de convencimento baseados em elementos irracionais, em convencimento passional.⁷⁵⁹ Assim podemos ler os trechos dos escritos que estudamos, por exemplo em Melo Moraes e Joaquim Caetano, os apelos à razão e à justiça, e as citações bíblicas; ou, nos escritos de d'Avezac e Saint-Quentin, as exortações à imparcialidade, e, no caso do último, a descrição do embate como uma luta do liberalismo e da civilização contra o exclusivismo e o monopólio. Mas, se Ginzburg procurou recuperar uma tradição em que "a prova era considerada parte integrante da retórica",⁷⁶⁰ no nosso caso, para contextualizarmos historicamente os textos estudados, foi preciso buscar os preceitos da retórica quanto à organização de textos argumentativos.

O que nos permitiu ver letrados versados na retórica (no sentido de conjunto de preceitos regulando a escrita e a oratória) elaborando suas argumentações "técnicas". Debate só possível sob o compromisso de que a história poderia desempenhar a função de resolução de conflitos, se praticada segundo critérios universalmente reconhecidos; a erudição poderia fornecer uma resposta final, aceita por ambas as partes, sem que o recurso à força se fizesse necessário. Por mais que ambos os lados procurassem se valer da erudição histórica para afirmar seus direitos, suas regras e preceitos, universalmente aceitos, não poderiam ser dobrados ao bel prazer dos interesses políticos e nacionais (essa uma tópica recorrente nos escritos, de como as paixões nacionais interferiam na imparcialidade dos autores; mas cuja afirmação só era possível porque de fato havia acordo sobre a possibilidade de comprovar o desvio da verdade). Uma analogia possível talvez esteja nas considerações feitas sobre o direito no século XVIII inglês por E. P. Thompson, ao afirmar que a lei, mesmo para que pudesse servir a interesses de grupos

⁷⁵⁹ GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, "Introdução", p. 13-45.

⁷⁶⁰ GINZBURG, *Relações de força: história, retórica, prova*, op. cit., p. 13.

específicos, enquanto "corpo de regras e procedimentos", precisava aplicar "critérios lógicos referidos a padrões de universalidade e igualdade".⁷⁶¹ Da mesma forma que as pessoas na Inglaterra naquele contexto não seriam "mistificadas pelo primeiro homem que puser uma peruca" e se disser juiz, também um conjunto de citações e referências históricas vagas não faria ninguém, no século XIX, aceitar uma versão qualquer como explicação histórica.⁷⁶²

Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes *sendo* realmente justa. (...) No caso de uma formação histórica tão antiga como o direito, matéria cujo domínio exige anos de estudo exaustivo, sempre existirão alguns homens que acreditam ativamente em seus procedimentos próprios e na lógica da justiça. O direito pode ser retórico, mas não necessariamente uma retórica vazia.⁷⁶³

Ao direito internacional, público, no século XIX, podemos fazer talvez reflexões semelhantes. O que tanto preocupou os brasileiros, a possibilidade da grande potência França usar da força contra o jovem Império sul-americano, só ocorreria se houvesse flagrante atropelo da lei. Ambos os lados reconheciam critérios universais, racionais, de aceitação de documentos históricos e validação de seus conteúdos na utilização da erudição histórica na negociação da questão da Guiana.

Abria-se assim a possibilidade de contribuir para o que o Marquês de São Vicente chamou de "dogma político" do Império: a manutenção de sua integridade territorial. A publicação em 1857 dos protocolos das negociações entre Brasil e França ocorridas nos dois anos anteriores tornou público o caráter erudito assumido pela questão da fronteira da Guiana. Publicações do lado francês estimularam respostas dos brasileiros, em especial a resenha de d'Avezac do primeiro tomo da *História Geral* de Varnhagen. O contra-ataque a esta defesa da interpretação francesa da questão coube ao

⁷⁶¹ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*. A Origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 2ª ed., p. 353.

⁷⁶² Como expressa Varnhagen, escrevendo a Manoel de Araújo Porto-Alegre, sobre d'Avezac: "Nota-se à primeira vista nessas 268 páginas [da resenha do primeiro volume da *História Geral*] uma decidida pretensão de ostentar erudição, e às vezes consiste em simples e puros catálogos de livros à cerca do Brasil" (VARNHAGEN, *Correspondência ativa*, op. cit., p. 249, carta de 20 de novembro de 1857).

⁷⁶³ THOMPSON, E. P., *Senhores e Caçadores*. A Origem da Lei Negra, op. cit., p. 354, grifo no original. O autor é o primeiro a afirmar que ignora "a validade transcultural que possam ter essas reflexões", e não queremos exagerar a apropriação dessas ideias aqui; todavia, a analogia nos parece de valor para o nosso caso.

estudioso brasileiro já publicamente engajado no debate desde 1851, Joaquim Caetano da Silva, revestido de um caráter oficial: obteve autorização do Ministério dos Negócios Estrangeiros e combinou com Varnhagen de ficar responsável pela resposta brasileira.

Entretanto, não se tratava, nesse momento, de negociações diplomáticas entre Brasil e França. Não se tratava de memorandos oficiais e confidenciais trocados entre os países, mas antes de um debate travado publicamente, abrindo assim espaço a que estudiosos de história com algum domínio sobre a documentação produzida sobre o tema pudessem se pronunciar. É desse modo que Melo Moraes, próximo do diplomata Vasconcelos de Drummond (engajado na questão quando da abertura do debate, na década de 1840), com acesso a papéis fornecidos por Drummond, decide escrever sobre o assunto, no conjunto de sua obra mais ampla sobre a história do Brasil, a *Corografia histórica*. Com efeito, muitos dos papéis fornecidos por Drummond encontravam-se no arquivo do IHGB; dentro do Instituto, todavia, entendia-se que a questão "pertencia", por assim dizer, ao sócio Joaquim Caetano. Melo Moraes, que não era membro da instituição, não se pauta por essas obrigações e escreve sobre a questão da Guiana. De certa maneira, uma diferença essencial entre estes dois médicos que se dedicaram à escrita da história do Brasil no século XIX é esta: Joaquim Caetano fazia parte de um projeto coletivo de escrita dessa história, enquanto Melo Moraes assume uma empreitada particular e de larga dimensão, disposta a cobrir toda a história do Brasil, a ser o arquivo impresso dessa história. Ao ler sua memória sobre a questão do Oiapoque em 1851 no IHGB, Joaquim Caetano reservou para si aquela parcela do conhecimento que o Instituto vinha produzindo a serviço do Império. Com tal sucesso que mesmo Varnhagen, que pesquisara sobre as questões de limites no início de sua carreira diplomática, conhecia os arquivos da Europa e as obras francesas sobre o assunto, deixou-lhe intacta a questão do Oiapoque. Varnhagen certamente poderia ter produzido obra erudita profunda sobre o tema, mas este já cabia a Joaquim Caetano no âmbito do IHGB, e mesmo do serviço diplomático brasileiro, uma vez que Joaquim Caetano recebeu autorização oficial para responder a d'Avezac. Melo Moraes, por sua vez, entendia que todas as questões de nossa história eram do seu alcance; que seu esforço, o dispêndio de energia e dinheiro que teve para formar seu arquivo pessoal de documentos históricos, autorizavam-lhe a escrever uma obra de história geral do Brasil, com as particularidades que sua escrita da história possuía. Joaquim Caetano valeu-se dos arquivos oficiais, instituídos, para seu trabalho, como o do IHGB, a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, a Torre do Tombo, além do concurso de acervos particulares,

como a ajuda que recebeu do Visconde de Santarém. Melo Moraes, embora trabalhasse também nos arquivos públicos e no do IHGB, realizou ele mesmo a tarefa de constituição de um arquivo próprio, isto é, o trabalho de retirada dos documentos de seu circuito original⁷⁶⁴ e de sua transformação em fontes para a história do Brasil. Realizou o "momento do arquivo", "o momento do ingresso na escrita da operação historiográfica", como descreve Paul Ricoeur.⁷⁶⁵

Como resultado de suas práticas, nos anos seguintes à publicação da resenha de d'Avezac surgem estes dois escritos muito distintos sobre a questão do Oiapoque, ambos considerando fornecer ao Império as bases para a defesa do direito brasileiro. Ambos publicados com dificuldade, e que, por curiosidade, são concluídos no mesmo ano: 1863, quando sai o segundo tomo de *L'Oyapoc et l'Amazone*, de Joaquim Caetano, e o quinto e último volume que Melo Moraes conseguiu publicar da *Corografia*. Quando sua chance de ter a publicação reanimada por subscrição oficial fracassa, Melo Moraes vai encontrar explicação numa suposta represália do governo pelas críticas que fizera à conduta do Visconde do Uruguai nas negociações de 1855-56. Ambos contribuem com respostas próprias ao que era uma *questão de limites*, problemática recorrente entre os autores de estudos históricos do Brasil imperial. Se, em outros contextos, questões religiosas e políticas estimularam o desenvolvimento da reflexão metodológica pelos historiadores (e continuavam a estimular no século XIX, como vimos no caso da *Revue de Questions Historiques* francesa), não consideramos exagero atribuir importância às questões de limites no Brasil oitocentista como debates que contribuíram para um refinamento da crítica documental e das práticas eruditas. Pois, nesses textos, o autor não poderia ocultar o tratamento da documentação, a discussão de sua autenticidade, credibilidade, e das interpretações possíveis de seu conteúdo. Geografia, paleografia, cartografia, linguística, estavam entre os saberes que se configuravam como indispensáveis aos historiadores que se debruçassem sobre as questões de limites.

Por outro lado, como parte de uma cultura retórica que trazia prescrições para a produção escrita e oral (como as conferências em sociedades literárias), era de conhecimento compartilhado que longas discussões eruditas em narrativas históricas afetavam a economia do texto. Assim, havia um certo decoro quanto à erudição, sobre

⁷⁶⁴ A "ruptura em um trajeto de continuidade", nas palavras de Paul Ricoeur (RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007, p. 176).

⁷⁶⁵ RICOEUR, *A memória, a história, o esquecimento*, op. cit., p. 176; também CERTEAU, Michel de. "A operação historiográfica". In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 65-114.

como e de que maneira dispô-la. Cremos que a visão que se consagra sobre Joaquim Caetano desde o século XIX, como um dos grandes eruditos em história do Brasil no Império, passa por essa noção de decoro, de saber onde e como dispor a erudição. Não pretendemos argumentar que os textos eruditos eram *exclusivamente* os não-narrativos: obras como a *História Geral* de Varnhagen eram certamente eruditas. Todavia, os textos argumentativos expunham um pouco mais dos procedimentos eruditos que, nas narrativas, poderiam estar ocultos. Os textos argumentativos também eram pautados por prescrições retóricas, a respeito das estratégias a adotar na disposição da argumentação e na forma de se dirigir ao oponente. A discussão erudita era espaço para a instrução, para a busca da verdade, não cabendo o estímulo às paixões (característico da persuasão) ou o apelo ao interesse, ao deleite. Na busca da verdade, na esfera do convencimento, em uma questão histórica, eram particularmente os procedimentos de crítica documental e lógica que se faziam critérios. A questão do Oiapoque, em particular, configurou-se um problema de hermenêutica, de interpretar o texto do Tratado de Utrecht recuperando a toponímia da época.

O fato de as questões de limites terem permanecido um problema para a República garantiu, de certa forma, uma continuidade nesta relação entre erudição histórica e ação política. Na realidade, as mudanças trazidas pela Constituição republicana de 1891, e a multiplicação de questões de limites *internas*, entre estados da República, aumenta essa problemática. A produção de conhecimento, com regras metodológicas e critérios para avaliar argumentos, mantém-se na República como o meio de resolução destas disputas.⁷⁶⁶ Todavia, acreditamos que talvez tenha havido um certo esquecimento do trabalho erudito realizado no Império voltado para as questões de limites, que pode ser revelador de muitas das concepções metodológicas e teóricas dos autores de estudos históricos do Brasil oitocentista. O engajamento destes autores nas questões de limites nos coloca diante de tentativas de servir ao Império, de ter seu nome registrado para a posteridade na defesa da integridade territorial do Brasil, intimamente relacionadas ao exercício da erudição histórica.

⁷⁶⁶ Cf. IUMATTI, Paulo Teixeira, e VELLOZO, Júlio César de Oliveira. "Conhecimento, política e instituições no Brasil (1889-1934)". *Reflexos. Revue Pluridisciplinaire du monde lusophone*, nº 2, 2014; http://e-revues.pum.univ-tlse2.fr/sdx2/reflexos/article.xsp?numero=2&id_article=varia_02teixeiraiumatis-492, acesso em março de 2014. Arno Wehling destaca a heurística do Barão do Rio Branco nos seus trabalhos sobre os limites do Brasil, na República, o que sinaliza uma continuidade entre a problemática e suas implicações metodológicas, do Império para a República; WEHLING, Arno. "História e Estado em Rio Branco". PEREIRA, Manoel Gomes (org.). *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*. Brasília: FUNAG, 2012, p. 323-346.

Para além dos cargos que poderiam ser obtidos naquele momento na diplomacia ou em outra função no governo (de todo modo transitórios e que não garantiam segurança financeira para o resto da vida), os homens de letras daquele momento poderiam ganhar a posteridade, a fama de ter seus nomes associados ao território defendido - como ultimamente ocorreu com Joaquim Caetano da Silva, sepultado no Amapá e homenageado naquele estado. Malgrado a clara implicação política de seus trabalhos, os autores apareciam como desinteressados, e assim permaneceriam para seus futuros comentadores, haja vista o que diz Silvio Romero sobre Joaquim Caetano. A erudição "pura e desinteressada", nas palavras de Romero, parece tudo menos isso à primeira vista. Entretanto, um exame mais atento do vocabulário da época mostra a quais interesses a erudição não se sujeitava: ao das facções políticas, ou aos interesses pessoais. Os sacrifícios pessoais que os autores faziam, e a constante lembrança dos exemplos de homens de letras que terminaram suas vidas na penúria, dependendo da caridade alheia (como Melo Moraes viu de perto acontecer com amigos seus, como Inácio Accioli), reveste suas ações de uma ideia de desprendimento, de desinteresse. No mais, defender o Império não era ser parcial, pois o Império era o todo. Além do que, qualquer paixão pessoal vinha contida nos limites do método, das regras de aceitação compartilhada que mediavam os debates. Como Melo Moraes escreve, a respeito de sua contribuição à questão da Guiana, em *O Brasil social e político* (1872): "Coloquei-me a cem anos de distância e tracei a nossa linha de limites pelo Oiapoque, e, em vista dos documentos irrecusáveis que me autorizavam, reivindiquei o nosso direito às terras do cabo do Norte, pois que, acima de tudo, eu sou brasileiro".⁷⁶⁷ A frase começa com uma declaração de imparcialidade e objetividade, e termina com uma de nacionalidade; no meio do caminho, os "documentos irrecusáveis" que garantem a verdade histórica.

O caso da fronteira com a Guiana Francesa se mostra especialmente característico da tendência das questões de limites se tornarem debates eruditos, sobretudo após o ministro-historiador francês Guizot praticamente definir os termos da discussão no início da década de 1840. Aberta a necessidade de resolução por meio da erudição histórica, havia um certo espaço público que poderia se manifestar, isto é, não apenas autores formalmente habilitados pelo Império a tratar dessas questões (como Joaquim Caetano, que recebeu do governo autorização para responder a d'Avezac), mas qualquer escritor que, por meio de suas pesquisas, tivesse acesso a fontes que lhe permitissem abordar a questão. Fontes que, algumas delas, encontravam-se em espaços

⁷⁶⁷ *O Brasil social e político*, op. cit., 1872, p. 8.

relativamente públicos, como a biblioteca e arquivo do IHGB e os arquivos públicos da Corte - eram *relativamente* públicos pois pudemos observar como seu acesso dependia de permissões e relações pessoais, mormente. Assim, um autor como Melo Moraes, colecionador de documentos, escritor de periódicos e obras seriais de história que vendia em seu consultório de medicina, preocupado em escrever textos de alcance mais popular (adaptando textos antigos, traduzindo transcrições em idioma estrangeiro, como vimos), pôde lançar-se à questão, e mesmo julgar tê-la resolvido.

Como dissemos, nossos protagonistas aqui não foram exatamente exemplos de sucesso: não viram a questão da Guiana ser resolvida, e com muito custo conseguiram publicar seus escritos. São exemplos, no entanto, da variedade que os escritos históricos possuíam naquele período, e de sua imersão nos problemas enfrentados pelo Império brasileiro.

Bibliografia

Manuscritos

Rio de Janeiro:

Fundação Biblioteca Nacional - RJ. *Considerações geográficas sobre a Guiana Francesa concernente aos seus limites meridionais pelo Cidadão Buache*, sem data; Seção de Manuscritos, cód. 03,01,037.

Fundação Biblioteca Nacional - RJ. Carta de Antônio Menezes de Vasconcelos de Drummond a Januário da Cunha Barbosa, datada de Lisboa, 10 de novembro de 1839.

Fundação Biblioteca Nacional - RJ. Seção de Manuscritos, Coleção Martins, I-28, 31, 016 no. 001.

Fundação Biblioteca Nacional - RJ. Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen a Francisco Freire Alemão, Madri, 4 de novembro de 1852. Seção de Manuscritos, I-28, 02, 076A.

Fundação Biblioteca Nacional - RJ. Carta de Antônio Ladislau Monteiro Baena a Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, Pará, 20 de junho de 1843. Seção de Manuscritos, I-32, 19, 001 no. 007.

Fundação Biblioteca Nacional - RJ. Carta de Melo Moraes ao Cônego Fernandes Pinheiro, s. l., 20 de novembro de 1863. Seção de Manuscritos, Coleção José Carlos Rodrigues, I-03, 12, 066.

Fundação Biblioteca Nacional - RJ. Carta de Melo Moraes ao Cônego Fernandes Pinheiro, s. l., 23 de outubro de 1859. Seção de Manuscritos, Coleção José Carlos Rodrigues, I-03, 12, 065.

Fundação Biblioteca Nacional - RJ. "Compêndio Histórico do ocorrido na demarcação dos limites do Brasil do lado da Guiana Francesa". Por Manoel José Maria da Costa e Sá. 1841. Seção de Manuscritos, 07, 04, 039.

Fundação Biblioteca Nacional - RJ. "Limites do Norte do Brasil, Questão do Oyapock". Ofício do Ministro... Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho de 7 de Maio de 1842, dirigido a José de Araújo Ribeiro, Ministro Plenipotenciário do Brasil. Seção de Manuscritos, 09, 02, 018.

Fundação Biblioteca Nacional - RJ. "Exposição circunstanciada do estado das negociações entre o Brasil e a França, sobre terrenos contestados pelo lado do rio

Oyapock". Por Duarte da Ponte Ribeiro. 1842. Seção de Manuscritos, 07, 3, 017. Disponível digitalizado em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1233583/mss1233583.pdf, acesso em maio de 2013.

Fundação Biblioteca Nacional - RJ. "Qual é o rio Vicente Pinzón". Por José de Araújo Ribeiro. Sem data. Seção de Manuscritos, I-32, 19, 003 n° 005.

Fundação Biblioteca Nacional - RJ. "Ofício confidencial da Legação Britânica a Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho remetendo documentos inclusos relativos à geografia e à demarcação", 23/08/1840. Seção de Manuscritos, 07, 04, 023.

Fundação Biblioteca Nacional - RJ. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Memória sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, com alguma lembrança para a demarcação"., Seção de Manuscritos, 1851, s. 1., C.E.H.B. n°10.558-10.562, C.E.H.B. n°10.515, C.E.H.B. n°5.654-5.656, C.E.H.B. n°10.570, C.E.H.B. n°10.518, C.E.H.B. n°450, C.E.H.B. n°323, C.E.H.B. n°913.

Fundação Biblioteca Nacional - RJ. Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen datada de Viena d'Áustria a 3 de fevereiro de 1873 e dirigida ao Sr. F. Ramiz Galvão. Acervo Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 49, 3, 007, n° 033.

Fundação Biblioteca Nacional - RJ. Cadernos de Melo Moraes. Seção de Manuscritos, I-35, 10, 42.

Bibliografia de Melo Moraes

A Inglaterra e seus tratados. Bahia: Tipografia do Correio Mercantil, 1844. Consulta pela Biblioteca Digital do IEB/USP, acesso em fevereiro de 2012.

Memórias Diárias da Guerra do Brasil por espaço de nove anos, começando em 1630 deduzidas das que escreveu o Marquês de Basto, conde e senhor de Pernambuco pelo Dr. Alexandre José de Melo Moraes e Inácio Accioli de Cerqueira e Silva. Rio de Janeiro: Typ. de M. Barreto, 1855. Exemplar da Biblioteca do IEB/USP.

Biographia do Exmo. Conselheiro Joaquim Marcellino de Brito. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira - Editor J. J. do Patrocínio, 1861.

Apontamentos biográficos do barão de Cayrú... Rio de Janeiro: Tip. Brasileira, editor J. J. do Patrocínio, 1863, p. 3, nota 1. Exemplar da Brasileira Digital da USP: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01190900#page/1/mode/1up>, acesso em novembro de 2011.

Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil... Rio de Janeiro: Tip. Americana de José Soares de Pinho, cinco tomos, 1858-1863. Volumes disponíveis em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/179475>;

À Posteridade. O Brazil Historico e a Corographia Historica do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro: Pinheiro, 1867, 2ª ed.;

História do Brasil-reino e Brasil Império. Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro & Cia., 1871-1873 (possui reedição recente: Belo Horizonte: Itatiaia/ EDUSP, 1982);

O Brasil social e político, ou o que fomos, e o que somos... Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro & Comp., 1872. O sítio do Senado Federal disponibiliza esta obra digitalizada, em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/185592>;

A Independência e o Império do Brasil ou a Independência comprada por dous milhões de libras esterlinas e o Império do Brasil com dous imperadores no seu reconhecimento, e cessão; seguido da história da constituição política do patriarcado, e da corrupção governamental, provado com documentos autênticos. Brasília, DF: Edições do Senado Federal, vol. 18, 2004 [1877].

Chronica geral e minuciosa do imperio do Brazil: desde a descoberta do Novo Mundo ou America até o anno de 1879. Rio de Janeiro: Dias da Silva Júnior, 1879. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/182899>.

Bibliografia de Joaquim Caetano da Silva

Carta de 30 de julho de 1832 a Ferdinand Denis. In: *Resumo da história literária do Brasil*. Tradução, prefácio e notas de Guilherme Cesar. Em apêndice: carta de Joaquim Caetano da Silva ao autor. Porto Alegre: Livraria Lima, 1968, p. 113-124.

"Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa, conforme o sentido exato do artigo oitavo do Tratado de Utrecht". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 13, 1850, p. 422-512.

"Apêndice ao parecer do Sr. Diogo Soares da Silva de Bivar sobre o Índice Cronológico do Sr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 15, 1852, p. 85-112.

"Questões Americanas". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 26, 1863, p. 269-300; e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 29, segunda parte, 1866, p. 5-35. Saiu também em livro: Rio de Janeiro:

Typographia de Domingos Luiz dos Santos, 1863. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, IEB-USP.

L'Oyapoc et l'Amazone: question brésilienne et française. Paris: L. Martinet, 1861-63 (dois tomos). Terceira edição: Paris: A. Lahure, 1899.

Bibliografia sobre a questão de limites com a Guiana Francesa

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Pinsonia ou a elevação do territorio septentrional da Provincia do Grão-Pará à cathegoria de provincia com essa denominação*. Rio de Janeiro: Nova Typographia de João Paulo Hildebrandt, 1873.

Annexo ao Relatorio do Ministerio dos Negocios Estrangeiros de 1857. Limites com a Guyana Franceza. Protocolos das conferências havidas na Corte de Paris entre os plenipotenciarios do Brasil e de França para a determinação daquelles limites. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

AZAMBUJA, Joaquim Maria Nascentes de. *Limites do Brazil com as Guianas Franceza e Inglesa*. 2º volume. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia., 1892.

D'AVEZAC, Marie Armand Pascal. *Considerations Geographiques sur l'histoire du Bresil. Examen critique d'une nouvelle Histoire Generale du Bresil recemment publiee en Portugais a Madrid par M. François-Adolphe de Varnhagen charged'affaires du Bresil en Espagne. Rapport fait à la Societé de geographie de Paris dans ses seances des 1er mai, 15 mai et 5 juin 1857*. Paris, Imprimerie de L. Martinet, 1857. Originalmente em *Bulletin de la Societé de Geographie*, 4ª série, tomo XIV, julho-dezembro de 1857, p. 89-368.

LABORIA, Joseph-Emmanuel. *De la Guyane Française et de ses colonisations*. Paris: J. Corréard, Éditeur d'ouvrages militaires, 1843. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k57842106.r=Laboria%2C+Joseph-Emmanuel.langF>, acesso em junho de 2013.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do. *Questões de limites*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945-47, vol. 4, Guiana Francesa. Nova edição: *Questões de limites: Guiana Francesa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008, Edições do Senado Federal vol. 97.

SAINT-QUENTIN, Alfred de. *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazone*. Paris: Imprimerie Administrative de Paul Dupont, 1858. Disponível em

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k392756.r=Saint-Quentin%2C+Alfred+de.langFR>, acesso em junho de 2013.

_____. *Introduction à l'histoire de Cayenne*, suivie d'un recueil de contes, fables et chansons en créole avec traduction en regard notes et commentaires par Alfred de St-Quentin, et *Étude sur la Grammaire Créole* par Auguste de St.-Quentin. Antibes: J. Marchand, 1872.

TERNAUX-COMPANS, Henri. *Notice historique sur la Guyane Française*. Paris: Chez Firmin Didot Frères, Libraires, 1843. Disponível em <http://www.manioc.org/patrimon/HASH0179384de7fe24a2c4b46e89>, acesso em junho de 2013.

Mapas sobre a questão de limites com a Guiana

Carte du Cours du Maragnon ou de la Grande Riviere des Amazones dans sa partie navigable depuis Jaen de Bracomoros jusqu'à son embouchure et qui comprend la Province de Quito, et la Côte de la Guiane depuis le Cap de Nord jusqu'à Esséquebè. Charles de La Condamine (1743-1744). Pela Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da USP, <http://www.mapashistoricos.usp.br/>, acesso em novembro de 2012.

Bibliografia da historiografia setecentista e oitocentista

ALMEIDA, Cândido Mendes. *Memórias para a história do extinto estado do Maranhão*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio, de Brito e Braga, 1860. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/182849>.

_____. ed., MORAES, Padre José de. *História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio, de Brito e Braga, 1860.

_____. *Ordenações Filipinas e Auxiliar Jurídico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. Edições fac-similares da edição de 1870.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras do Pará*. Pará: Typographia de Santos, e Santos menor, 1838.

BEAUCHAMP, Alphonse de. *Histoire du Brésil, depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810....* Paris: A la Librairie d'Éducation et de Jurisprudence d'Alexis Eymery, 1815, tomo I.

BLAIR, Hugh. *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, vol. II. Basil: James Decker, 1801.

_____. *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*, vol. III. Londres: Printed for Richardson & Co. etc., 1823.

CASAL, Manuel Aires do. *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1845. Disponível digitalmente em <http://archive.org/stream/corographiabras00camigoog#page/n10/mode/2up>, acesso em maio de 2012.

FERNANDES GAMA, José Bernardo. *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, tomo I. Recife: Tipografia de M. F. de Faria, 1844.

JABOATÃO, Frei Santa Maria de. *Novo Orbe Seráfico Brasílico, ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil*. Volume I. Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense, 1858. Primeira edição: Lisboa, 1761.

LIMA, José Inácio de Abreu e. *Compêndio da História do Brasil*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1843.

_____. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Conego Januário da Cunha Barbosa ou Analyse do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil*. Pernambuco: Tipografia de M. F. de Faria, 1844. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

_____. *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil*. Pernambuco: Tipografia de Manuel Figueiroa de Faria, 1845. Utilizamos a edição do Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.

Memórias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo primeiro. Rio de Janeiro: Laemmert, 1845.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes, Visconde de São Leopoldo. *Anais da Província de São Pedro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, 3a. edição (primeira edição, 1819-1822).

SCHOELL, F. *Archives historiques et politiques*, ou Recueil de pièces officielles, mémoires et morceaux historiques etc., tomo I. Paris: A La Librairie Grecque-Latine-Allemande, 1818.

SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*, parte III. Londres: Longman, Hurst, Rees, Ormne and Brown 1819, p. V. Edição da Brasiliana Digital da USP,

<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01726730#page/1/mode/1up>, acesso outubro de 2011.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Replica Apologetica de um escriptor calumniado e juizo final de um plagiário difamador que se intitula general*. Madri, Imp. da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1846. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

_____. *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil*. Paris: Imprimerie de L. Martinet, 1858.

_____. *História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal*. Rio de Janeiro: Em Caza de E. e H. Laemmert, 1854, tomo I. Utilizamos a edição da Brasiliana Digital da USP, <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01818710>.

_____. *História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal*. Rio de Janeiro: Em Caza de E. e H. Laemmert, tomo II, 1857. Utilizamos a edição digital da Brasiliana Digital da USP, <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01818720>.

_____. *História Geral do Brazil*. Rio de Janeiro e São Paulo: Laemmert Editores, 1907, 3ª. edição revista por Capistrano de Abreu, nota A, p. 12 (acervo digital do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP, http://143.107.31.150/bibliotecaPdf/Lt-626_original_WEB.pdf).

_____. *Correspondência ativa*, coligida e anotada por Clado Ribeiro Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1961.

Periódicos

Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGB, tomo I, 1839.

RIHGB, tomo 2, 1840.

RIHGB, tomo 3, 1841.

RIHGB, tomo 5, 1843.

RIHGB, tomo 6, 1844.

"Cópia da Resposta que o Secretário de Estado Roque Monteiro Paim deu a Mr. de Rouillé, embaixador da França em Lisboa sobre sua réplica oferecida em ordem à mostrar que pertencem à Coroa de França as terras do Cabo do Norte". *RIHGB*, tomo 8, 1846, p. 453-493.

RIHGB, tomo 13, 1850.

RIHGB, tomo 15, 1852.

RIHGB, tomo 18, 1855.

RIHGB, tomo 20, 1857.

RIHGB, tomo 21, 1858.

RIHGB, tomo 22, 1859.

RIHGB, tomo 24, 1861.

RIHGB, tomo 37, segunda parte, 1874.

RIHGB, tomo 43, segunda parte, 1880.

MELO, José Alexandre Teixeira de. “Biographia dos brasileiros distintos: O Dr. Joaquim Caetano da Silva”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XLIX, 2º volume de 1886.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. *RIHGB*, tomo 79, parte primeira, 1916.

NETO, Paulino José Soares de Souza. “Joaquim Caetano da Silva”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 226, 1955.

LESSA, Clado Ribeiro. “Vida e Obra de Varnhagen” (cont.), *RIHGB*, vol. 226, 1955, p. 3-168.

FILHO, Virgílio Corrêa. “Joaquim Caetano e o Instituto Histórico”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 231, 1956.

BRAGANÇA, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. “Joaquim Caetano da Silva. Contatos com D. Pedro II”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 240, 1958, pp. 84-91.

COSTA, Nelson. “A glória de Joaquim Caetano”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 248, julho/setembro de 1960.

RODRIGUES, José Honório. “Varnhagen, Mestre da História Geral do Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 275, abril-junho 1967.

SOBRINHO, Alexandre José Barbosa Lima. “Centenário da morte do General José Inácio de Abreu e Lima”, *RIHGB*, vol. 283, abril-junho de 1969.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial*, *RIHGB*, 156 (388), jul./set. 1995.

O Brasil Histórico

Ano V, 3ª série, nº 2, 16 de agosto de 1873.

Ano V, 3ª série, nº 20, 16 de maio de 1874.

Bulletin de la Société de Géographie de Paris

Quatrième Série, Tome XIV, julho-dezembro de 1857. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k37669w.image.langFR.r=Marie%20Armand%20Pascal%20d%27Avezac>, acesso em março de 2013.

Quatrième Série, Tome XV, janeiro-junho de 1858. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k376703.image.langFR.r=Marie%20Armand%20Pascal%20d%27Avezac>, acesso em março de 2013.

Artigos de outros periódicos e trabalhos de congressos científicos

Cadernos CHDD, do Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão, Ano 7, nº 12, 1º semestre de 2008.

CARDOSO, Alírio e CHAMBOULEYRON, Rafael. "Cidades e vilas da Amazônia colonial". *Revista de Estudos Amazônicos*. Vol 4, no. 2, 2009, p. 37-51, disponível em <http://www.ufpa.br/pphist/estudosamazonicos/arquivos/artigos/2%20-%20IV%20-%202%20-%202009%20-%20A%20Cardoso%20&%20R%20Chambouleyron.pdf>, acesso em maio de 2012.

CEZAR, Temístocles. "Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX". In: *História UNISINOS*, vol. 8, no. 10, jul/dez 2004.

DIAS, Fabiana. "Da Gênese do Campo Historiográfico: Erudição e Pragmatismo nas Associações Literárias dos Séculos XVIII e XIX". *Revista de Teoria da História*, Ano 2, Número 4, dezembro/2010, Universidade Federal de Goiás, p. 18-33.

DRUMMOND, Antônio Menezes Vasconcelos de. "Anotações de A. M. V. de Drummond à sua biografia publicada em 1836 na *Biographie Universelle et Portative des Contemporains*". *Anais da Biblioteca Nacional* (1885-1886), volume XIII.

FURTADO, Júnia Ferreira. "Guerra, diplomacia e mapas. a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América Portuguesa na cartografia de d'Anville". *Topoi*, vo. 12, n. 23, jul.-dez. 2011.

GASPARELLO, "A pedagogia da nação nos livros didáticos de história do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)", disponível em <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0655.pdf>, acesso em 13/05/2010.

GUENÉE, Bernard. "L'historien et la compilation au XIIIème. siècle", *Journal des Savants*, jan.-set. 1985, p. 119-135.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o *IHGB* e o projeto de uma História nacional". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Nº. 01, p. 15, jan. 1988.

_____. "Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX". *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002.

IUMATTI, Paulo Teixeira, e VELLOZO, Júlio César de Oliveira. "Conhecimento, política e instituições no Brasil (1889-1934)". *Reflexos. Revue Pluridisciplinaire du monde lusophone*, nº 2, 2014; http://e-revues.pum.univ-tlse2.fr/sdx2/reflexos/article.xsp?numero=2&id_article=varia_02teixeiraiumatis-492, acesso em março de 2014.

KANTOR, Iris. "Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)". *Anais do Museu Paulista*, v. 17 n. 2, jul.-dez. 2009, p. 39-61.

KENNEDY, David. "International Law and the Nineteenth Century: History of an Illusion". *Quinnipiac Law Review*, vol 17, 1997, issue 1, p. 99-135.

MEDEIROS, Bruno Franco. "Alphonse de Beauchamp e a história do Brasil: escrita da história, querelas historiográficas e leituras do passado no oitocentos". *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 11, p. 131-138, maio 2010.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. "Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista". *Vária história*, Belo Horizonte, vol. 26, no. 43, jan./jun. 2010.

_____. "A crítica do fabuloso e a verdade histórica nos estudos de Francisco Adolfo de Varnhagen e Joaquim Manoel de Macedo". *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, julho de 2011, p. 2. Texto disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=775, acesso em maio de 2012.

SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. "Afro-americanos na Amazônia brasileira: Brasil e Estados Unidos no projeto de colonização da Amazônia por escravos e libertos norte-americanos na década de 1860". Texto integrante dos *Anais do XIX Encontro*

Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

Revue Coloniale, jul.-dez. de 1858, tomo XX, segunda série. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k345169.image.langFR.r=Revue%20coloniale>, acesso em junho de 2013.

Revue historique, 1^{ère} année, tome premier, jan-jun 1876, "Avant-propos". Disponível em

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k180917.image.langFR.r=Revue%20historique%20%20dirig%C3%A9e%20par%20MM%20G%20Monod>, acesso em agosto de 2013.

Revue des Questions Historiques, 1^{ère} année, tome premier, 1866. Disponível em [http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k16919h.image.langFR.r=revue%20des%20question s%20historiques](http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k16919h.image.langFR.r=revue%20des%20questions%20historiques), acesso em agosto de 2013.

TURIN Rodrigo. "Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista". In: *História da historiografia*, no. 2, março 2009.

Teses e dissertações

AUBERT, Pedro Gustavo. *Entre as ideias e a ação: o Visconde de Uruguai, o direito e a política na consolidação do Estado Nacional (1850-1866)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

BARROS, Michelle Rose Menezes de. *"Germes de Grandeza": Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *Estudo sobre os manuais de retórica e poética brasileiros no século XIX*. Tese de doutoramento, FFLCH/USP. São Paulo, 1972.

COSTA, Célia. *Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*. Tese de doutoramento, IFCS/UFRJ, 1997.

FERREIRA, Breno Ferraz Leal. *Contra todos os inimigos. Luís Antônio Verney: historiografia e método crítico (1736-1750)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: A navegação do rio Amazonas e a formação do estado brasileiro (1838-1867)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP para obtenção do título de Mestre. São Paulo, 2008.

MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da mola real das sociedades*. A crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Brasil a Vapor: Raça, Ciência e Viagem no século XIX*. Tese de livre-docência do Departamento de História da FFLCH-USP, 2005.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros: o Compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. Tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH/USP, 2007.

MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX. Dissertação de mestrado, História Social, FFLCH/USP. São Paulo, 2011.

MEDEIROS, Vera B. Alarcón. *Incompreensível colosso: a Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*. Tese de Doutorado, Universidade de Barcelona, 2006. Disponível em http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/35193/1/VAM_TESE.pdf, acesso em agosto de 2013.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – Projetos de narrativa instituinte*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1992.

SILVA, Jussara Rodrigues da. *Épocas, notas e citações: a prática historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen na História Geral do Brasil (1854-1857; 1877)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

SILVEIRA, Pedro Telles da. *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, MG: 2012.

TAN, Melissa. *The World at Home: Curiosity Collecting in the First Age of Globalisation, c. 1550-1750*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Warwick (Grã-Bretanha), setembro de 2010. Disponível em

<http://www2.warwick.ac.uk/fac/arts/emforum/projects/disstheses/dissertations/tanmelissa2.pdf>, acesso em outubro de 2013.

Livros e capítulos de livros

ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos: crítica e história*, 1ª. série, 2ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

_____. *Ensaio e Estudos, crítica e história*, 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

_____. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, volume 2, edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

ACUÑA, Pe. Cristóbal de. *Novo Descobrimento do Rio Amazonas*. Edição, tradução e introdução de Antônio R. Esteves. Edição bilíngue. Montevideu, Uruguai: Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasil. Oltaver S. A., 1994.

ALMEIDA, Carlos Eduardo de. *Entre o próprio e o alheio: a construção literária da nação brasileira*. São Paulo: Ômega Editora, 2007.

ARAUJO, Valdeci Lopes de [et al.] Organização. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

BANN, Stephen. "A história e suas irmãs: direito, medicina e teologia". *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Unesp, 1994, p. 27-50.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras*. A ação da Maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Memória - Unicamp, 1999.

BARRET-KRIEGEL, Blandine. *Jean Mabillon*. Paris: Presses universitaires de France, 1988.

BELL, Duncan (ed.). *Victorian visions of global order. Empire and International Relations in Nineteenth-Century Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BESSONE, Tânia Maria. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, 1º vol.

_____. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, 4º vol.

- _____. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, 6^o vol.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001
- BEZERRA, Alcides. *Os historiadores do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1927. Separata do Relatório anual da Diretoria do Arquivo Nacional referente a 1926, apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
- BONNE, Rigobert. *Atlas Encyclopédique*, vol. II. Paris: Hotel de Thou, 1788. Disponível em https://archive.org/details/cihm_32084, acesso em janeiro de 2014.
- BOURDIEU, Pierre. "A Ilusão Biográfica". FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BRANDÃO, Roberto de Oliveira. "Manuais de retórica brasileiros do século XIX". In: PERRONE-MOISÉS, Leila. *Ateneu: Retórica e Paixão*. São Paulo: Brasiliense/USP, 1988.
- _____. "Presença da oratória no Brasil do século XIX". In: PERRONE-MOISÉS, Leila. *Ateneu: Retórica e Paixão*. São Paulo: Brasiliense/USP, 1988.
- BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito Publico Brasileiro e Analyse da Constituição do Imperio*. Rio de Janeiro: Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857.
- Catálogo da exposição de história do Brasil* / introdução de José Honório Rodrigues; apresentação de B.F. Ramiz Galvão. Ed. Fac-similada. Brasília, Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília, c. 1981.
- CARVALHO, José Murilo de (org. e introdução). *Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da Organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- CERTEAU, Michel de. "A operação historiográfica". In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 65-114.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão & O Tratado de Madrid*. São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão; Imprensa Oficial, 2006, dois tomos.
- DORN, Walter L. *Competition for Empire 1740-1763*. Nova Iorque e Londres: Harper & Brothers, 1940.

DRUMMOND, Antônio de Menezes Vasconcelos de. *Prelecções de Direito Internacional*. Recife, Pernambuco: Tipografia do Correio do Recife, 1867.

FERRO, Gaetano. *Sociedade humana e meio ambiente, no tempo*. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1986.

FONTES, Armando Ortega. *Bibliografia de Varnhagen*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

GONÇALVES, Márcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

GOURDON, Édouard. *Histoire du Congrès de Paris*. Paris: Librairie Nouvelle, 1857.

GRAFTON, Anthony. *The footnote: a curious history*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998.

GUENÉE, Bernard. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris: Editions Aubier-Montaigne, 1980.

GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro: de diplomacia, política externa e direito internacional*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. "Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia". In: CARVALHO (org.), *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. "Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil*". In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, 2. 2ª edição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil". In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

_____. *Historiografia e Nação no Brasil 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GUYOTJEANNIN, Olivier. "A Erudição Transfigurada". In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados Recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Ed. FGV, 1998.

HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HERSON, Bella. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)*. São Paulo: Edusp, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico*, v. 5: reações e transações. Por Francisco Iglésias [et al.]. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Capítulos de história do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HORCH, Hans. *Francisco Adolfo de Varnhagen. Subsídios para uma Bibliografia*. São Paulo: Editoras Unidas, 1982.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.

KANTOR, Íris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

KRIEGER, Leonard. *Kings and Philosophers 1689-1789*. Nova Iorque, EUA: Norton & C., 1970.

LA CONDAMINE, Ch.-M. de. *Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Editora Pan-Americana, 1944.

LESAGE, Alain-René. *Histoire de Gil Blas de Santillane*. Paris: Chez J.-J. Dubochet et C. Éditeurs, 1838. Disponível em <https://archive.org/details/histoiredegilbl00lesa>, acesso em agosto de 2013.

LIMA, Israel Souza. *Biobibliografia dos Patronos*, vol. 10: João Francisco Lisboa e Joaquim Caetano da Silva. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2007.

LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros americanos: Origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MENEZES, Raimundo de. *Capistrano de Abreu: um homem que estudou*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

MILLS, C. Wright. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

MIRANDA, Hipólito Cassiano de. "Notícia Biográfica do Coronel Inácio Accioli de Cerqueira e Silva". Reproduzida em: SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*, volume 1. Anotado por Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MORAIS FILHO, Alexandre José de Melo. *O Dr. Melo Moraes: homenagens, juízos póstumos, últimos deveres*. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1886.

MORAIS SILVA, Antônio de. *Dicionário da Língua Portuguesa*, 4 ed. Tomo II, F-Z. Lisboa, na Impressão Régia, 1831.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico*. Coimbra: Minerva, 2004.

OGG, David. *La Europa del Antiguo Regimen 1715-1783*. Madri: Siglo Veintiuno, 1974.

OLIVEIRA, Maria Lêda. *A Historia do Brazil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império português do século XVII*. Rio de Janeiro: Versal/ Odebrecht, 2008.

PALMER, Richard P. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1986.

PIMENTEL, Manoel. *Arte de Navegar, em que se ensinam as regras praticas, e o modo de cartear pela carta plana etc*. Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana, 1712, p. 209. Disponível em https://ia600405.us.archive.org/24/items/artedenavegaremq00pime/artedenavegaremq00pime_bw.pdf, acesso em janeiro de 2014.

POMIAN, Krzysztof. *Des saintes reliques à l'art moderne. Venise-Chicago XIII^e-XX^e siècle*. Paris: Gallimard, 2003.

_____. "The collection: between the visible and the invisible". PEARCE, Susan M. *Interpreting Objects and Collections*. Londres: Routledge, 2001, p. 160-174.

PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens illustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia, 1917.

PUNTONI, Pedro. "O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira". JANCSÓ, István, org. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

REBOULET, Simon. *Histoire du Regne de Louis XIV. Surnommé le Grand, Roy de France*. Tomo terceiro. Avignon: Chez François Girard, Imprimeur-Libraire, 1744.

Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da nona legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typ. do Diario de A. & L. Navarro, 1853 (referente a 1852).

Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da nona legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de estado Antonio Paulino Limpo de Abreu. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854 (referente a 1853).

RICOUER, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, 2 ed., 1º vol.

_____. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1965.

_____. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

_____. *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960. 6ª edição, organizada e prefaciada por Nelson Romero. 1ª edição: 1888.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo, Caieiras, Rio: Melhoramentos, 1918.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *A Reescrita da Tradição: A invenção historiográfica do documento na História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006. Dissertação de Mestrado.

_____. “A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da historiografia das belas letras à história nacional: breve análise histórica”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 114-138.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 11ª edição (primeira edição: 1959). Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

SOUZA, José Antônio Soares de. *A Vida do Visconde do Uruguai (1807-1866)* (Paulino José Soares de Souza). Companhia Editora Nacional: São Paulo - Rio de Janeiro etc., 1944.

STERN, Fritz. *The Varieties of History. From Voltaire to the Present*. Nova Iorque: Vintage Books, 1973.

THOMPSON, E P. *Witness against the beast. William Blake and the Moral Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. *Senhores e Caçadores. A Origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 2ª ed.

TORGAL, Luis Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Volume 1. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

TORRES, Miguel Gustavo de Paiva. *O Visconde do Uruguai e sua atuação diplomática para a consolidação da política externa do Império*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

VIANA, Hélio. *Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. "História e Estado em Rio Branco". PEREIRA, Manoel Gomes (org.). *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*. Brasília: FUNAG, 2012, p. 323-346.

WILLIAMS, Raymond. "O Círculo de Bloomsbury". *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Anexo I - artigos dos tratados diplomáticos⁷⁶⁸

Artigo 8º do Tratado de Utrecht (11 de abril de 1713):

A fim de prevenir toda a ocasião de discórdia, que poderia haver entre os vassallos da coroa de França, e os da coroa de Portugal, Sua Majestade Cristianíssima desistirá para sempre, como presentemente desiste por este Tratado pelos termos mais fortes, e mais autênticos, e com todas as cláusulas que se requerem, como se elas aqui fossem declaradas, assim em seu nome, como de seus Descendentes, Sucessores, e Herdeiros, de todo, e qualquer direito, e pretensão que pode, ou poderá ter sobre a propriedade das terras chamadas do Cabo do Norte, e situadas entre o rio das Amazonas, e o de Japoc, ou de Vicente Pinzón, sem reservar, ou reter porção alguma das ditas terras, para que elas sejam possuídas daqui em diante por Sua Majestade Portuguesa, seus Descendentes, Sucessores e Herdeiros, com todos os direitos de Soberania, Poder absoluto e inteiro Domínio, como parte de seus Estados, e lhe fiquem perpetuamente, sem que Sua Majestade Portuguesa, seus Descendentes, Sucessores e Herdeiros possam jamais ser perturbados na dita posse por Sua Majestade Cristianíssima, seus Descendentes, Sucessores e Herdeiros.

Artigo 107 do Ato do Congresso de Viena (9 de junho de 1815):

Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal e do Brasil, para manifestar de maneira incontestável a sua consideração particular para com Sua Majestade Cristianíssima, se obriga a restituir a sua dita Majestade a Guiana Francesa até o rio *Oyapock*, cuja embocadura está situada entre o quarto e quinto graus de latitude setentrional; limite que Portugal considerou sempre como o que fora fixado pelo Tratado de Utrecht.

A época da entrega desta Colônia a Sua Majestade Cristianíssima, será determinada, assim que as circunstâncias o permitirem, por uma Convenção particular entre as duas Cortes; e proceder-se-à amigavelmente, com a maior brevidade, à fixação

⁷⁶⁸ Os artigos aqui transcritos foram extraídos de SILVA, Joaquim Caetano da. "Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa, conforme o sentido exato do artigo oitavo do Tratado de Utrecht". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 13, 1850, p. 422-424.

definitiva dos limites das Guianas Portuguesa e Francesa conforme o sentido exato do artigo oitavo do Tratado de Utrecht.

Artigos 1º e 2º da Convenção de 28 de Agosto de 1817 entre Portugal e França:

Art. 1º: Sua Majestade Fidelíssima, animado do desejo de dar execução ao Artigo 107 do Ato do Congresso de Viena, se obriga a entregar a Sua Majestade Cristianíssima, dentro de três meses, ou antes se for possível, a Guiana Francesa até o Rio Oyapock, cuja embocadura está situada entre o quatro e quinto graus de latitude setentrional, e até trezentos e vinte dois graus de longitude a Leste da Ilha do Ferro, pelo paralelo de dois graus e vinte quatro minutos de latitude setentrional.

Art. 2º: Proceder-se-à imediatamente de ambas as partes à nomeação e expedição dos Comissários para fixarem definitivamente os limites das Guianas Portuguesa e Francesa, conforme o sentido exato do artigo oitavo do Tratado de Utrecht, e as estipulações do Ato do Congresso de Viena; os ditos Comissários deverão terminar o seu trabalho no prazo de um ano, ao mais tardar, contando desde o dia da sua reunião na Guiana.

Se, à expiração deste termo de um ano, os ditos Comissários respectivos não conseguirem concordar entre si, as duas Altas Partes Contratantes procederiam amigavelmente a outro arranjo sob a mediação da Grã-Bretanha, e sempre conforme o sentido exato do artigo oitavo do Tratado de Utrecht concluído sob a garantia desta Potência.

Anexo II - mapas

Atlas do Império do Brasil (1868), **Cândido Mendes de Almeida**, destaque do mapa IV, mapa da Província do Grão-Pará. Embora a questão de limites não estivesse ainda resolvida, Cândido Mendes traça aqui a fronteira de acordo com a interpretação brasileira, posicionando o limite do Império com a Guiana Francesa no "Rio Oyapock ou Vicente Pinzon", desembocando no Cabo de Orange.

CARTE de la Terre Ferme du PERROU du BRESIL et du pays des AMAZONES

dressée sur les descriptions
de Herrera de Laet et des PP. d'Acuña et M. Rodriguez
et sur plusieurs relations et observations postérieures,
par Guillaume de l'Isle Géographe de l'Académie Royale des Sciences
A Paris chez l'Auteur sur le Quai de l'Horloge à l'Égide d'Or avec privilège du Roy pour 20 ans.

Extrait à l'appui du mémoire sur les limites.

Mapa de **Guillaume Delisle** (1705), extraído de SAINT-QUENTIN, Alfred de. *Guyane Française. Ses Limites vers l'Amazonie*. Paris: Imprimerie Administrative de Paul Dupont, 1858, anexos. Observe-se um "R. Oyapoco" desembocando no Cabo de Orange, ao Norte, e um "Vincent Pinzon" próximo ao Cabo do Norte, ao Sul.

Destaque do limite da Guiana do *Esquisse du Brésil* où sont indiquées les limites successives de la première découverte et les divers emplacements attribués par les prétentions Espagnoles et Portugaises à la ligne de démarcation de leur domaines d'outremer, de **d'Avezac**; in *Bulletin de la Société de Géographie de Paris, Quatrième Série, Tome XIV*, julho-dezembro de 1857, reproduzido em *Considerations Geographiques sur l'histoire du Bresil. Examen critique d'une nouvelle Histoire Generale du Bresil recemment publiee en Portugais a Madrid par M. François-Adolphe de Varnhagen charged'affaires du Bresil en Espagne. Rapport fait à la Societé de geographique de Paris dans ses seances des 1er mai, 15 mai et 5 juin 1857*. Paris, Imprimerie de L. Martinet, 1857. O Vicente Pinzón aparece como ramo ocidental do Amazonas.